

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

LEANDRO DO CARMO QUINTÃO

OLIGARQUIA E ELITES POLÍTICAS NO ESPÍRITO SANTO:
A CONFIGURAÇÃO DA LIDERANÇA DE MONIZ FREIRE

VITÓRIA

2016

LEANDRO DO CARMO QUINTÃO

**OLIGARQUIA E ELITES POLÍTICAS NO ESPÍRITO SANTO:
A CONFIGURAÇÃO DA LIDERANÇA DE MONIZ FREIRE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

VITÓRIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Q7o Quintão, Leandro do Carmo, 1983-
Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo : a configuração da liderança de Moniz Freire / Leandro do Carmo Quintão. – 2016.
421 f. : il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Freire, Muniz, 1861-1918. 2. Oligarquia. 3. Espírito Santo (Estado) – História. 4. Brasil - História - República Velha, 1889- 1930. I. Franco, Sebastião Pimentel, 1957-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

LEANDRO DO CARMO QUINTÃO
OLIGARQUIA E ELITES POLÍTICAS NO ESPÍRITO SANTO:
A CONFIGURAÇÃO DA LIDERANÇA DE MONIZ FREIRE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em __ de novembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Profª Drª Maria Inez Machado Borges Pinto
Universidade de São Paulo

Profª Drª Surama Conde Sá Pinto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profª Drª Maria da Penha Smarzaro Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

*A meus pais, Antonio e Varlene,
pelo tempo de atenção e carinho que,
mais uma vez, foi-lhes negligenciado.*

AGRADECIMENTOS

A parte correspondente aos agradecimentos não é a mais simples entre aquelas que compõem o corpo da presente tese. Essa afirmativa faz sentido para mim porque exige um exame de consciência cuja eficácia precisa ser diretamente proporcional ao meu senso de gratidão. Esse senso, por sua vez, demanda uma boa memória. Mais uma vez, tentarei ser o mais justo possível, pois, em quatro anos, muitas foram as pessoas e as instituições que deixaram alguma contribuição ao presente trabalho.

Em primeiro lugar, como sempre, agradeço a Deus. Só nós sabemos quantas portas foram abertas pelas suas mãos. Imprescindível para mim também foi a intercessão da Virgem Maria, sempre velando por mim nas horas mais difíceis.

Agradeço a meus pais, Antonio e Varlene, porque me deram todas as condições possíveis para que eu realizasse o melhor de mim, em inúmeras vezes abrindo mão de minha atenção e meu carinho, quase sempre atarefado, lendo ou escrevendo.

Quanto aos professores, a tese não seria possível sem o apoio de quatro deles, a quem muito devo meu reconhecimento: a meu orientador, professor Sebastião Franco, pelo apoio incondicional e irrestrito, sempre à disposição em todos os momentos que me foi preciso, sem deixar a “peteca cair”, na linguagem dos jovens; ao professor Valter Pereira, que, acompanhando-me desde a graduação, participou ativamente, dando-me conselhos, dicas e sugestões preciosas, ao dispor de seu valioso tempo para isso; à professora Nara Saletto, que tanto me auxiliou no amadurecimento da hipótese para a minha tese; à professora Maria da Penha Siqueira, minha referência como docente e pesquisadora, importante apoio nessa caminhada, ainda em fase embrionária.

Minha gratidão se estende aos demais professores, componentes da banca: professora Surama Pinto, sempre solícita, com dicas e considerações preciosas que procurei ao máximo seguir; professor Julio Bentivoglio, presente no percurso desde a qualificação, e a professora Maria Inez Machado Borges Pinto, ao me deixar lisonjeado com sua presença nessa banca.

Agradeço também aos professores que ministraram as disciplinas responsáveis pelo enriquecimento direto ou indireto de minha pesquisa: Sergio Feldman, Thiago Nicodemo, Márcia Barros e Luiz Claudio Ribeiro.

Deixo meu reconhecimento às pessoas que contribuíram com leitura, dica, apoio moral, oferta de material, livros, parcerias. Foram verdadeiros amigos. Igor Vitorino, Kellen Follador, Fabiola Bastos, Mayara e Sergio Bertolani, Diovani Favoreto, Estilaque Santos, Virgínia Albuquerque e demais colegas de caminhada no PPGHIS. À Livia Poubel, presente de Deus em minha vida que, no pouco tempo que pôde ofertar, se empenhou com a maior boa vontade em meu auxílio, com apoio e carinho. Meus pesquisadores: Daniel, Sebastião e Rogerinho, este último presente em praticamente toda a jornada, dedicando-se com garra e com uma lealdade similar a de Cleto Nunes a Moniz Freire. Sem eles, jamais teria conseguido a quantidade de materiais que me foi ofertado.

A algumas instituições devo minha gratidão. À UFES, minha *alma mater*, e ao PPGHIS, por todo apoio formal. Ao IFES, minha casa profissional, pela licença concedida para que esse estudo pudesse ser realizado. Aos diretores, gerentes, coordenadores e colegas professores, pelos remanejamentos, pelas trocas de aula, pelas permissões para ausência, no tempo em que tive que conciliar o estudo com o trabalho. À CAPES, pelo apoio financeiro. Ao Arquivo Público, em especial a Michel e Tiago, mas também aos demais, sempre solícitos aos meus pedidos. Ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, à Biblioteca Pública Estadual e à Biblioteca Nacional, pela disponibilidade do acervo. Por fim, à Loja Maçônica União e Progresso, na pessoa do seu Zezinho, que gentilmente me disponibilizou o acervo da instituição.

As palavras que tenho a agradecer a todos vocês se encontram conotadas na presente tese. Cada letra, frase, parágrafo, página, nada mais é, na verdade, que um “muito obrigado por tudo”.

*Louvo a tua moral, tua indole me ufana
Mais proxima de Deus, menos da humana
Na moderna geração;
Mas maior que tudo, maior que tu és
É est'amor, atende, que me roja a teus pés
Sagrada na gratidão.*

Salve ao Dr. Moniz Freire

Augusto Calmon

O Estado do Espírito Santo, 23 set. 1894, p. 2

RESUMO

Para análise da configuração da liderança de Moniz Freire na Primeira República, adota-se o recorte temporal entre 1881 e 1918 a fim de compreender o modo como ele se relacionava com a elite política do Espírito Santo, por meio do Partido Republicano Construtor, que chefiava. Trabalha-se com a hipótese de que exercia sobre seu grupo político uma liderança oligárquica com requintes de dominação carismática, constituída sobre um poder simbólico, erigido nos primeiros anos de sua atividade política, em torno de capitais políticos de tipo heroico e notório. Moniz Freire adquiriu essa base mediante inteligência reconhecida e esforço na defesa de um plano de afirmação regional para o Espírito Santo, tornando-se seu principal porta-voz. Tal poder perpassou as mutações políticas que aconteceram no Brasil e no Espírito Santo, como mudança do regime e reordenamento político-partidário. As transformações, ocorridas em curto tempo, ocasionaram crise de legitimidade em que Moniz Freire despontou como uma espécie de salvador. Mediante contexto e condições políticas favoráveis, governou o Estado de 1892 a 1896, dando início à implementação do plano de afirmação regional tão defendido no passado, o que, somado às boas expectativas de crescimento das finanças estaduais, recrudescer seu capital político, mormente o heroico, e seu domínio absoluto sobre a oligarquia componente do Partido Republicano Construtor. Anos depois, foi novamente considerado salvador perante a crise de legitimidade no interior da oligarquia e reeleito ao posto de mandatário máximo do Estado em 1900. Em seguida, iniciou-se sua debacle política com o enfraquecimento simbólico, traduzido na incapacidade de solucionar os problemas financeiros do Estado e os problemas políticos no interior da oligarquia. Sua dominação carismática, arrefecida, abriu brecha para o enfraquecimento político, a partir da insubordinação de seu sucessor no governo do Estado, em 1905. O enfraquecimento simbólico e político se mesclaram, levando-o à derrocada e sua oligarquia à dissolução. O estudo baseia-se em conceitos como “dominação” e “carisma”, de Max Weber; “poder simbólico” e “capital político”, de Pierre Bourdieu; “salvador” e “crise de legitimidade”, de Raoul Girardet. Trabalha-se também a noção de “representações sociais” e o esquema “apropriação-representação-circulação”, de Roger Chartier. Consultas a revistas e jornais — neutros, aliados e adversários de Moniz Freire —, além de documentos oficiais e bibliografia da época, comprovam a hipótese aventada. Utiliza-se a análise de conteúdo, para investigar as representações sociais dos aliados, e a Retórica, como chave de leitura, para

entender a construção dos textos, sobretudo os de Moniz Freire, como estratégia de convencimento no início de sua carreira política.

Palavras-chave: Moniz Freire. Oligarquia. Elites Políticas. Espírito Santo. Primeira República.

ABSTRACT

In order to analyze the setting of the leadership of Moniz Freire during the First Republic, one used the period between 1881 and 1918, to understand the way he related to the political elite from Espirito Santo, through the “Partido Republicano Construtor”, which he headed. One works the hypothesis that he used the oligarchic leadership on his political group, with characteristics of charismatic domination, built upon symbolic power, created in the early years of his political activities, concerning heroic and notorious types of political capitals.

Moniz Freire reached this stage by his notorious intelligence and efforts for defending a plan for regional establishment of Espirito Santo, becoming its main spokesman. Such power has survived the political changes that occurred in Brazil and in Espirito Santo, such as the change of the regime and the political/party reorganization. Such changes, which happened in a short period of time, resulted in a crisis of legitimacy, in which Moniz Freire emerged as type of Savior. Considering the context and favorable political conditions, he ruled the State from 1892 to 1896, starting the implementation of the plan for regional establishment, as argued in the past, which, connected to good expectations for financial development of the state, highlighted his political capital, specially his heroic one, and his total control over the oligarchy that formed the “Partido Republicano Construtor”. Some years later, he was once again considered a savior, when facing the crisis of legitimacy within the oligarchy, when he was re-elected as the main governor of the State in 1900. Then, his political failure started, with a symbolic decline, when he was no longer able to solve the financial problems of the state and the political problems within the oligarchy. His charismatic authority, undermined, led to political decline, with the insubordination of his successor in the state government in 1905. The symbolic and political decay merged, leading him to collapse and his oligarchy to dissolution. This study is based in concepts such as “domination” and “charisma” from Max Weber; “symbolic power” and “political capital” from Pierre Bourdieu; “savior” and “legitimacy crisis” from Raoul Girardet. One also deals with the notion of “social representations” and the scheme of “appropriation-representation-circulation” from Roger Chartier. Magazines and newspapers – neutral, allies and opponents of Moniz Freire – as well as official documents and bibliography from that period support the proposed hypothesis. One uses content analysis, in order to investigate social representations of allies, and rhetoric, as a key for reading and understanding the construction of texts, mainly the ones from Moniz Freire, as a strategy for convincing, in the beginning of his political career.

Keywords: Moniz Freire. Oligarchy. Political Elites. Espirito Santo. First Republic.

RESUMEN

Para el análisis de la configuración del liderazgo de Moniz Freire en la Primera República, se utilizó el período de tiempo entre 1881 y 1918, con el fin de comprender cómo él se relaciona con la élite política de Espírito Santo, a través del “Partido Republicano Construtor”, que él dirigió. Se trabaja con la hipótesis de que él tenía en su grupo político un liderazgo oligárquico con características de dominación carismática, construida sobre un poder simbólico, erigido en los primeros años de su actividad política, teniendo en cuenta los capitales políticos del tipo heroico y notorio. Moniz Freire adquirió esta base por su inteligencia reconocida y el esfuerzo en defensa de un plan de afirmación regional para el Espírito Santo, convirtiéndose en su principal portavoz. Ese poder permea los cambios políticos ocurridos en Brasil y en Espírito Santo, como el cambio de régimen y la reordenación política y partidaria. Los cambios, ocurridos en un corto período de tiempo, resultaron en una crisis de legitimidad, en que Moniz Freire surgió como una especie de salvador. Por el contexto y las condiciones políticas favorables, él gobernó el Estado entre 1892 y 1896, a partir de la aplicación del plan de afirmación regional, como se propugna en el pasado, lo cual, sumado a las buenas perspectivas de crecimiento de las finanzas del Estado, ha intensificado su capital político, especialmente el heroico, y su dominio absoluto sobre los componentes de la oligarquía del “Partido Republicano Construtor”. Años después, él fue considerado un nuevo salvador, ante la crisis de legitimidad dentro de la oligarquía y fue reelegido a la oficina estatal máxima en 1900. Entonces comenzó su debacle política con el debilitamiento simbólico, traducido en la incapacidad para resolver los problemas financieros estatales y los problemas políticos dentro de la oligarquía. Su gobierno carismático, se debilitó, dio lugar a la debilidad política, a partir de la insubordinación de su sucesor en el gobierno del Estado, en 1905. La debilidad simbólica y política se mezclan, llevándolo a la decadencia y su oligarquía a la disolución. El estudio se basa en conceptos tales como "dominación" y "carisma" de Max Weber; "poder simbólico" y "capital político" de Pierre Bourdieu; "salvador" y "crisis de legitimidad", de Raoul Girardet. También se trabaja la noción de "representaciones sociales" y el esquema de "propiedad-representación-movimiento" de Roger Chartier. Las consultas a las revistas y periódicos - neutrales, aliados y oponentes de Moniz Freire -, así como los documentos oficiales y literatura de la época, prueban la hipótesis discutida. Se utiliza el análisis de contenido para investigar las representaciones sociales de los aliados, y la retórica, como clave de lectura, para entender la

construcción de los textos, en particular de Moniz Freire, como estrategia de convencimiento, en el inicio de su carrera política.

Palabras-clave: Moniz Freire. Oligarquía. Élite políticas. Espirito Santo. Primera República.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Turma de bacharéis formados em 1881, pela Faculdade de Direito de São Paulo, comemorando o 30º ano de formatura.....	114
FIGURA 2 - Representação da <i>Revista Ilustrada</i> sobre a dissolução do Congresso	187
FIGURA 3 – Representação da <i>Revista Ilustrada</i> sobre a renúncia de Deodoro.....	189
FIGURA 4 – Representação da <i>Revista Ilustrada</i> sobre a crise de legitimidade instaurada nos governos estaduais que apoiaram Deodoro	189
FIGURA 5 – Homenagem da <i>Revista Ilustrada</i> a Floriano Peixoto.....	196
FIGURA 6 – Primeira página do jornal <i>O Estado do Espírito Santo</i> , em homenagem a Moniz Freire (1894).....	276
FIGURA 7 - Primeira página do jornal <i>O Estado do Espírito Santo</i> em homenagem a Moniz Freire (1895).....	276
FIGURA 8 – Recepção feita ao então senador Moniz Freire em Vitória (1909).....	278
FIGURA 9 – Retrato de Moniz Freire (1894).....	279
FIGURA 10 – Retrato de Moniz Freire, instalado no Tribunal de Justiça (1895).....	280
FIGURA 11 – Visita de Moniz Freire e Lauro Muller à estação de Marechal Floriano	318
FIGURA 12 – Charge sobre a disputa política entre Henrique Coutinho e Moniz Freire	353
FIGURA 13 – Charge sobre articulações políticas entre Rodrigues Alves e Henrique Coutinho	357
FIGURA 14 – Charge sobre a visita de Oswaldo Cruz a Vitória, sob o prisma da disputa política entre Moniz Freire e Henrique Coutinho.....	358
FIGURA 15 – Charge sobre possíveis negociações políticas entre Moniz Freire e Henrique Coutinho	359
FIGURA 16 – Charge sobre a tentativa de Moniz Freire de atrapalhar o governo.....	361
FIGURA 17 – Charge sobre Moniz Freire retratado como adversário ao povoamento do solo espírito-santense	362
FIGURA 18 – Charge sobre diálogo entre Moniz Freire e Leopoldo de Bulhões.....	366
FIGURA 19 – Reunião da Junta Apuradora com a presença de fiscais.....	370
FIGURA 20 – Charge sobre o posicionamento neutro de Henrique Coutinho perante a polarização entre Pinheiro Machado e Afonso Pena	375
FIGURA 21 - Foto de Moniz Freire ao caminhar pela rua	382
FIGURA 22 - Charge sobre conversa de Jerônimo Monteiro com Zé Espiritossantense	384
FIGURA 23 - Sátira sobre os revisionistas do Partido Republicano Liberal: os senadores Rui Barbosa, Francisco Sá, Francisco Glicério e Moniz Freire	388

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – Quantidade e tipos de notícias relacionadas à escravidão, por ano, publicadas no jornal <i>A Província do Espírito Santo</i> (1885-1888).....	137
TABELA 2 – Quantidade de notícias relacionadas à concessão de alforrias, por ano, publicadas no jornal <i>A Província do Espírito Santo</i> (1884-1888).....	138
TABELA 3 – Quantidade e tipo de palavras e adjetivações, publicadas em artigos do jornal <i>O Estado do Espírito Santo</i> , direcionadas a Moniz Freire (1890-1892).....	235
TABELA 4 – Quantidade de deputados federais e senadores eleitos pelo Partido Republicano Construtor/Partido Republicano Construtor Autonomista (1890-1906)	246
TABELA 5 – Quantidade de deputados estaduais eleitos pelo Partido Republicano Construtor/Partido Republicano Construtor Autonomista (1892-1904)	247
TABELA 6 – Variação de câmbio e do preço do café por 10 kg (1895-1905)	316
TABELA 7 – Quadro demonstrativo da exportação de café do Espírito Santo (1892-1904).....	317
TABELA 8 – Quadro comparativo de mensagens, discursos e relatórios presidenciais de Moniz Freire, em seus dois mandatos (1892-1896 e 1900-1904)	336
QUADRO 1 – Atuação de Moniz Freire na Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (1882-1889).....	171
QUADRO 2 – Evolução partidária do Espírito Santo (1890-1905).....	248
QUADRO 3 – Disputas internas do Partido Republicano Construtor	341

LISTA DE SIGLAS

PF – Partido Federalista.

PRC – Partido Republicano Construtor

PRC₁ – Partido Republicano Conservador

PRCA – Partido Republicano Construtor Autonomista

PRES – Partido Republicano Espírito-Santense

PRF – Partido Republicano Federal

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

PRRJ – Partido Republicano do Rio de Janeiro

PRs – Partidos Republicanos

PRL – Partido Republicano Liberal

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano Rio-grandense.

URES – União Republicana Espírito-Santense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: VISÕES, CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS	37
2.1 OLIGARQUIA E ELITES POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	37
2.2 ESTADOS, OLIGARQUIAS E TENDÊNCIAS DA “VISÃO TRADICIONAL”	46
2.2.1 Sílvio Romero	51
2.2.2 Edgard Carone.....	58
2.2.3 Eul-Soo Pang	68
2.3 DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA	71
3 A FORMAÇÃO DAS IDEIAS NA ERA DA REFORMA (1881-1889).....	83
3.1. DO “TEMPO “SAQUAREMA” À ERA DA REFORMA	83
3.2 BACHARELISMO E CONTESTAÇÃO: A FORMAÇÃO POLÍTICO-INTELLECTUAL DE MONIZ FREIRE NA ERA DA REFORMA	102
3.2.1 Origens políticas	102
3.2.2 A formação político-intelectual e o bacharelismo.....	104
3.2.3 A formação das ideias e a geração 1870	110
4 A ASCENSÃO POLÍTICA PELAS “IDEIAS EM MOVIMENTO”	124
4.1. “IDEIAS EM MOVIMENTO”: JORNAIS, ASSOCIAÇÕES E <i>MEETINGS</i> NA PROVÍNCIA	124
4.2 “IDEIAS EM MOVIMENTO”: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DE MONIZ FREIRE	130
4.2.1 O abolicionismo “em movimento”	131
4.2.2 A afirmação provincial “em movimento”	148
4.3. REPRESENTAÇÕES E CAPITAL POLÍTICO “EM MOVIMENTO”	162
5 CRISE DE LEGITIMIDADE E VAZIO DAS INSTITUIÇÕES: CONDIÇÕES PARA A EMERGÊNCIA POLÍTICA DE MONIZ FREIRE NA REPÚBLICA (1889-1892) .	175
5.1 O CENÁRIO NACIONAL COMO PANO DE FUNDO.....	177
5.1.1 O “consolidador da República”	194
5.2 OS REBATIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO E A (RE) ASCENSÃO DE MONIZ FREIRE	198
5.2.1 A consolidação do capital heroico de Moniz Freire.....	215

6 OLIGARQUIA, LIDERANÇA E CARISMA (1892-1900)	240
6.1. A OLIGARQUIA <i>CONSTRUTORA</i>	241
6.1.1 Aspectos teóricos	241
6.1.2 Cargos políticos e metamorfose partidária	245
6.2 A OLIGARQUIA <i>CONSTRUTORA</i> E O PRIMEIRO GOVERNO DE MONIZ FREIRE (1892-1896)	252
6.2.1 O Congresso Legislativo Estadual: a base de apoio	254
6.2.2 O papel dos jornais no reforço do carisma	267
a) Grandes feitos	271
b) Usos do passado e argumentos de autoridade	283
c) Duelos com a oposição	286
6.3 NOS MEANDROS DO PRC: AS CRISES DE LEGITIMIDADE E A VOLTA DO “SALVADOR” (1896-1900)	293
6.3.1 As crises de legitimidade	294
6.3.2 A volta do “salvador”	303
7 A DEBACLE DA OLIGARQUIA <i>CONSTRUTORA</i> (1900-1918)	314
7.1 O SEGUNDO GOVERNO DE MONIZ FREIRE (1900-1904): O ENFRAQUECIMENTO SIMBÓLICO	314
7.1.1 A crise financeira em números	315
7.1.2 Os rebatimentos da crise: o herói culpado	319
7.1.3 Os rebatimentos da crise: os limites do poder simbólico	324
7.1.4 Os rebatimentos da crise: o presidente pessimista e o Congresso submisso	332
7.2 O GOVERNO DE HENRIQUE COUTINHO (1904-1908): O ENFRAQUECIMENTO POLÍTICO	338
7.2.1 “Iconoclastas hoje, ontem idólatras”	342
7.2.2 “O caso do Espírito Santo”: os rebatimentos na capital federal	351
7.2.3 “Moniz sem votos, sai ganhando”	366
7.3 A CAMINHO DO OSTRACISMO	377
7.3.1 “O calor que vem de Minas”: a política apaziguadora de Afonso Pena	377
7.3.2 “Do Espírito Santo, mas sem Espírito Santo”	381
7.3.3 As mortes de Moniz Freire	385
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	392
REFERÊNCIAS	398

1 INTRODUÇÃO

É significativa a quantidade de estudos utilizando como recorte temporal os anos da Primeira República. Realizando um primeiro balanço historiográfico sobre o período, Angela Gomes e Marieta Ferreira (1989) descrevem uma série de autores que identificaram nele a motivação para seus estudos, dando conta dos aspectos político, econômico, social e cultural. Os de âmbito político se destacam.¹ Neles, os autores estão preocupados em esmiuçar os mecanismos que deram contornos às relações estabelecidas entre os atores e os interesses políticos, representados em personagens ou mesmo nas unidades federativas. Não por acaso, outro balanço foi produzido, duas décadas depois, apresentando as principais tendências historiográficas do sistema político desse período (FERREIRA; PINTO, 2013).

São diversos os autores que merecem destaque, desde os precursores, como Victor Nunes Leal, Edgard Carone, Maria do Carmo Campello de Souza, Maria Isaura Pereira de Queiroz; passando pelos “brasilianistas”, como Eul-Soo Pang, John Wirth, Joseph Love, Linda Lewin e Robert Levine, até uma nova geração, emergente após a década de 1980, em maior contato com a “nova história política”: Marieta de Moraes Ferreira, Renato Lessa, Cláudia Viscardi, Tania Regina de Luca, Cristina Buarque de Hollanda, Surama Pinto, João Edson Fanaia, entre outros.

Não obstante, algumas aflições ainda cercam os estudiosos. Por um lado, é bem verdade que a dinâmica política, erigida após 1889, desperta enorme interesse, tanto pelas suas permanências quanto pelas especificidades, ou seja, por uma configuração relativamente complexa, estimulando, desse modo, novos pesquisadores a construir vieses interpretativos contestadores ou complementares aos já existentes (DULCI, 2001). Por outro, tal complexidade tem suscitado a certeza de que há um campo de investigação ainda não devidamente saturado. Renato Lessa, por exemplo, fala em “síndrome de invisibilidade”, referindo-se à ausência de estudos que vão além de percepções simplórias sobre o período. Para ele, há pobreza de análise, sensação criada de que não há mais o que explicar, gerando desinteresse sobre o tema. Emergiu daí o que define como “surrada hipótese”, caracterizada pela “[...] exposição de que o exercício do poder político é efeito do predomínio econômico e

¹ É sintomático que a maior parte do quantitativo de teses defendidas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre 1939 e 1977, acerca da Primeira República, tenha se referido à política e à economia (LUCA, 2003).

social” (LESSA, 1999, p.17). Desse modo, reclama não haver uma abordagem similar ao do Período monárquico, nos moldes daquela realizada por José Murilo de Carvalho (LESSA, 2009).

Angela Gomes e Martha Abreu, por sua vez, também chamam a atenção para a necessidade de uma revisão historiográfica que vá de encontro aos pressupostos tradicionais, forjados pelos intelectuais do Estado Novo, que definiram a Primeira República como “República Velha”. Tais pressupostos implicavam uma interpretação teleológica da história republicana brasileira e pretendiam, sob a tradição antiliberal inventada, abranger

[...] a experiência política, social e cultural da Primeira República em um tipo de narrativa que, identificando, selecionando e valorizando apenas determinadas vivências do campo da política formal, transforma-as em símbolos do fracasso da experiência liberal do período, como um todo (GOMES; ABREU, 2009, p. 4).

Essa construção memorial tem concorrido para ignorar as experiências sociais, políticas, econômicas e culturais do período, marginalizando-se, nas palavras das respectivas autoras, “[...] diversas experiências de mobilização e organização dos atores coletivos [...] em torno de questões de seu interesse”, em suma, “todo um conjunto de vivências” (GOMES; ABREU, 2009, p. 4). É nesse sentido inverso que caminhamos.

Sob outra tendência crítica, Marieta Ferreira identifica que os estudos de história regional, tendo como delimitação temporal a primeira fase republicana, embora benéficos para compreender as vicissitudes políticas, voltaram em maior quantidade suas respectivas análises para as principais unidades federativas do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco). Assim sendo, tais estudos mantiveram incógnita a realidade das unidades federativas de situação coadjuvante face ao eixo predominante de poder, como se tem firmado pela historiografia, impossibilitando a completude do entendimento da correlação de forças políticas responsáveis pela configuração do quadro político nacional. Para ela, urge conhecer essas realidades a fim de averiguar “[...] em que medida as propostas ditadas pelos interesses da política nacional foram absorvidas ou tornaram-se objeto de resistência ou contestação” (FERREIRA, 1989, p. 13).

Destarte, a historiadora fez parte de uma nova linha de pensamento, erigida nos anos 1980, pautada no revisionismo do papel desempenhado pelas oligarquias dominantes e no estudo daquelas que desempenhavam papel até então tido como coadjuvante — uma necessidade já

apontada pelos brasilianistas, na década anterior. Tal viés esteve presente fortemente nos Programas de Pós-graduação em História (FERREIRA; PINTO, 2013).

Precisamente, Marieta Ferreira se tornou uma das pioneiras nesse tipo de análise, dedicando-se ao estudo da política no Estado do Rio de Janeiro, por meio de duas importantes obras.² De igual modo, após aquela constatação, outros pesquisadores seguiram esse caminho. Surama Conde Sá Pinto (2011), por exemplo, realizou um minucioso estudo acerca das elites políticas cariocas e de seu dinamismo partidário, em especial das atuações no Senado, bem como da bancada carioca no Congresso Nacional, e da complexa interface entre poder local e nacional naquela cidade. Nesse espírito, Janice Teodoro da Silva (1978) e Linda Lewin (1993) se debruçaram sobre a realidade política de outros Estados, respectivamente Rio Grande do Norte e Paraíba, objetivando investigar as elites e os sistemas políticos regionais. Por sua vez, João Edson Fanaia (2010) se debruçou sobre o Estado republicano em Mato Grosso, especificamente acerca do papel desempenhado pelas elites políticas desse lugar, no que concerne às suas práticas e ao seu *modus vivendi* políticos. Quantitativamente, porém, esses estudos ainda não são suficientemente equiparáveis àqueles que apresentam como objeto de pesquisa as principais unidades federativas, uma vez que não dão conta das dinâmicas políticas de outros tantos Estados. Um deles, sem dúvida, é o Espírito Santo.

É bem verdade que, mesmo de forma insuficiente, a História Política da Primeira República no Espírito Santo já foi objeto de investigação. Na década de 1990, ocorreram duas importantes interpretações sobre a configuração político-oligárquica regional, forjada após 1889. Elas aparecem em forma de capítulo. O primeiro estudo é o de Marta Zorzal e Silva (1995). Nele, a autora analisa relações oligárquicas e coronelísticas, tendo como foco central o período que vai do fim da Era Vargas ao golpe de 64, no Espírito Santo. Não obstante, inicia sua discussão na Primeira República, ainda em 1889, identificando já naquele tempo a mediação oligárquica entre Estado e sociedade. Sobre esse período, aponta a existência de uma polarização entre dois grupos políticos que estariam em disputa pelo controle do aparato estatal, os “mercantil-exportadores” e “agrofundiários”. O primeiro deles consolidar-se-ia no poder até a Revolução de 1930. Estabelece um quadro político esquemático e genérico, carente de investigação pormenorizada, pois esse período não é o foco central de sua análise.

² Respectivamente *A República na velha Província* (1989) e *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)* (1994).

O segundo estudo é o de Geert Banck (2011). O autor estuda especificamente o grupo político que se apossou do governo estadual nos primeiros anos da República, objetivando compreender a cultura política da elite local entre 1889 e 1908, tendo como eixo norteador a patronagem da camada dominante. Embora tenha se esquivado de uma conclusão mais consubstanciada, Banck defende ser o clientelismo o substrato daquela sociedade e ter contribuído diretamente para que determinadas práticas fossem forjadas sem alterar o código de honra do domínio privado.

A produção regional norteadora por esse campo de pesquisa ganhou maior escala após 2003. Três dissertações de mestrado em História³, e quatro livros publicados⁴ representam esse esforço em conhecer a dinâmica político-partidária regional e sua interface com os interesses nacionais, trabalhando os mais sortidos recortes temporais e estudos de caso: desde a Proclamação da República até a Revolução de 1930.

Esses estudos contribuem na elucidação de diversas incógnitas postas àqueles que se interessam por investigar historicamente esse período. Mediante a leitura atenta desses trabalhos escritos, chamou-nos a atenção um importante ator histórico que perpassa todos os textos: José de Mello Carvalho Moniz Freire. Não bastasse ter sido o primeiro presidente⁵ de Estado eleito, mesmo que indiretamente, para governar o Espírito Santo, foi também chefe político do Partido Republicano Construtor, ambos protagonistas no cenário político estadual ao longo das duas primeiras décadas do Regime Republicano. Especificamente sobre ele,

³ Quanto às dissertações, destacam-se: *A Revolta de Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no Espírito Santo* (1916), de Namy Chequer Bou-Habib Filho; *Busca à “primeira grandeza”: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896)*, de Diones Augusto Ribeiro (2008), e *O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o Coronel Antonio Duarte (1889 a 1915)*, de Aldieris Braz Amorim Caprini (2007). Essas obras analisam, respectivamente, uma crise política pela qual passou a oligarquia Monteiro no Espírito Santo, o comércio como base do poder coronelístico de Antonio Duarte, em Iconha (interior do Estado), e o primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896).

⁴ Por sua vez, quatro livros também se enquadram na ótica da história regional na Primeira República. José Candido Rifan Sueth (2006), por exemplo, analisa o quadro político-econômico do Espírito Santo entre 1892 e 1912, tendo como marco temporal o primeiro governo de Moniz Freire e o mandato de Jerônimo Monteiro. Ele identifica, ao longo desse interstício, diversos aspectos que denotam a heteronomia do Espírito Santo, isto é, a ocupação de uma posição “inferiorizada” na federação em comparação a alguns Estados. Dessa forma, faz uma análise de todos os governos estaduais dentro do recorte proposto, inserindo na historiografia os termos “monizismo” e “jeronimismo”. Já Flavio Calmon Wanick (2009) se debruça sobre o governo de Aristeu Borges de Aguiar, analisando os aspectos político e econômico, bem como os desdobramentos da revolução de 30 no prematuro fim desse governo. Por sua vez, Adilson Silva Santos (2012) analisa a carreira de Bernardo Horta, republicano histórico e opositor de Moniz Freire na década de 1890; além disso, apresenta os embates políticos de Cachoeiro de Itapemirim como reflexo dos embates estaduais, mediante a polarização forjada pelos atores políticos regionais. Por fim, a obra intitulada *O Espírito Santo da Primeira República* (SILVA; QUINTÃO, 2012) constitui-se de uma coletânea de artigos, em sua maioria, frutos de pesquisas até então não publicadas, a respeito da política e economia regional.

⁵ Título dado ao governante do Espírito Santo pela Constituição estadual de 1892.

encontramos duas biografias. A primeira, intitulada *A vida e a obra de Moniz Freire*, foi escrita por Marcello Basílio (1961), em comemoração ao centenário do nascimento da ilustre figura. Trata-se de um pequeno histórico da trajetória política mesclada com informações pessoais, que carecem de confirmações acerca das poucas fontes utilizadas. Além disso, apresenta lacunas que impossibilitam compreender, de forma mais satisfatória, a complexidade do personagem, do contexto por ele vivido e da interface entre ambos. A segunda, intitulada *José de Melo Carvalho Muniz Freire*, mais bem elaborada, foi produzida por Estilague dos Santos (2012). Diferentemente do estudo anterior, essa biografia é devidamente analisada em conexão com o contexto político e econômico regional, mediante uso de extensa bibliografia, intercalada com fontes primárias.

Ambos não apresentam qualquer problematização significativa, mas concorreram para ampliar o interesse por esse ator histórico. Por conseguinte, fomos levados a elaborar alguns questionamentos, sem respostas nos trabalhos supracitados, pois não tinham esse intento. Nossas interrogações dizem respeito à gênese do capital político de Moniz Freire e ao modo como contribuiu para suscitar seu protagonismo político em dado momento, garantir a hegemonia de seu Partido por quase duas décadas no cenário político estadual para que as graves instabilidades e contestações enfrentadas no cenário político nacional não fossem ressentidas no plano regional.

Desse modo, na presente tese trilhamos o caminho da história política regional, ao investigar a configuração da liderança política de Moniz Freire nos primeiros anos da Primeira República. Precisamente, identificamos a forma como ela se estruturou e se conservou frente à dinâmica e ao contexto políticos adversos.

A fim de respondermos a essas interrogações, apresentamos a hipótese geral de que Moniz Freire exerceu sobre a elite política capixaba, durante as primeiras décadas do Regime Republicano, uma liderança de base oligárquica, com requintes de dominação carismática, de tipo não puro. Para tanto, utilizamos como principal referencial teórico o conceito de “dominação carismática”, encontrado em Max Weber, discutido em pelo menos três de suas obras, das quais fazemos uso.⁶ Assim sendo, podemos já de início apreender algumas pistas

⁶ Respectivamente *Ciência e política: duas vocações* (São Paulo: Editora Cultrix, 1968), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004) e *Os três tipos puros de dominação legítima* (São Paulo: Ática, 1997).

do que seja essa relação. Como condição *sine qua non*, Weber (1997) argumenta que, para a ocorrência dessa dominação, é necessário haver obediência a algo que foi mandado, condição alcançável sob um leque de mais variadas motivações. Essa relação se apoia em bases jurídicas (legitimadas) ou na mera inclinação, hábito (tradição) ou veneração. Há três tipos, puros, contudo irrealizáveis nessa forma: dominação legal, tradicional e carismática. Essa última, que é trabalhada nesse estudo como subsídio para nossa hipótese, ocorre

[...] em virtude de devoção à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carismas) e, particularmente: a Faculdades mágicas, revelações ou heroísmos, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo constituem aqui a fonte de devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o *líder*. O tipo que obedece é o “*apóstolo*”. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e portanto [...] enquanto seu carisma *subsiste* (WEBER, 1997, p. 135).

Esse conceito será mais bem desenvolvido e discutido ao longo da tese, o que remeterá a uma análise minuciosa dos termos “dominação” e “carisma”, em especial na primeira parte do trabalho.

O diálogo com Weber se faz necessário na medida em que se acredita ser ele ainda quem melhor desenvolve essa noção, além, obviamente, de ter sido o pioneiro em sua construção teórica. Do mesmo modo, pela dimensão sociológica, é possível melhor entendimento das formas de poder estruturadas em nível regional e local, ao longo da Primeira República. Imbuídos dessa crença, pretendemos relativizar certos esquematismos generalizantes, como aquele que cria uma dicotomia entre as tipologias oligárquicas dos Estados mais ricos, isto é, protagonistas no cenário político e econômico nacional, e a dos Estados mais “pobres”, com características contrárias. Ela foi criada por Edgard Carone (1972) e repetida por muitos estudiosos, sem, todavia, apresentarem satisfatória reflexão a respeito. Apesar disso, alguns autores rompem esse paradigma, ao identificarem mecanismos de dominação ancorados em formas personalistas, pelo viés carismático. Assim o faz a pioneira Maria Isaura Pereira de Queiroz (2006), Maria Auxiliadora Sá (1974), Eul-soo Pang (1979), entre outros autores. De forma equivalente, queremos compreender como foi possível a configuração dessa relação, particularmente de Moniz Freire, sobre boa parte da elite política capixaba.

Trata-se de um estudo acerca da elite política local, a qual se encontrava presente em partidos políticos — grupos em que a autoridade estava restrita a poucos, as oligarquias. Consequentemente, de igual modo, “elites políticas” e “oligarquia” constituem conceitos

fundamentais que se interagem e, portanto, são discutidos ao longo do nosso estudo. Objetivamos, com isso, fugir da costumeira utilização genérica de ambos os termos, em especial do segundo. Norteamos nossa tese dialogando com alguns autores, em especial José Murilo de Carvalho (2003), Marieta Ferreira (1994) e Cláudio Gonçalves Couto (2010).

Outra contribuição teórica que muito auxilia se refere àquela oferecida por Pierre Bourdieu: “poder simbólico” e “capital político”. Entende-se que o carisma, pelo qual Moniz Freire se consolidava como líder da oligarquia que havia se apossado do governo estadual, era a principal faceta de um poder simbólico que alcançou seu auge nos dois primeiros decênios da República. A respeito desse conceito, duas passagens desse autor elucidam o que se entende por “poder simbólico”: de forma geral, é um “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1999, p. 7-8). Ao final do capítulo que versa sobre o assunto, o autor francês acrescenta, ao conceito primariamente proposto, contribuições que muito se aproximam da noção de dominação carismática proposta por Weber:

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2009, p. 14).

Era por meio de adesão consentida, isto é, da obediência ao desejo do líder, do apoio a suas ideias e crenças, que teciam o seu carisma e potencializavam o seu capital político, que se trata, de acordo com Bourdieu (2009, p. 187-188), de “[...] uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa [...] os próprios poderes que eles lhe reconhecem”.

A partir da apresentação da hipótese central e dos referenciais conceituais, de forma sintética, apontamos três pressupostos hipotéticos que norteiam esta tese:

- 1) Moniz Freire estabelece sobre a maior parte da elite política espírito-santense, durante as primeiras décadas do regime republicano, uma relação de dominação oligárquica, fundada no poder personalista de requinte carismático, de tipo não puro. Não defendemos a interpretação dessa relação pela ótica messiânica, pois não se tratava de um profeta em interação com um séquito de fanáticos. Esse ator histórico, mediante o

apoio de um grupo de correligionários, utilizava-se de estruturas da organização política da Primeira República para fortalecer seu capital político — tais como o controle das eleições, do Partido e da burocracia estadual — e de um poder carismático, capaz de alçá-lo ao controle político da oligarquia dominante no Estado, componente do Partido Republicano Construtor. Essa característica detida pelo ator histórico é uma das modalidades de capital político que possuía: tanto a notoriedade e a popularidade, adquiridas nos primeiros anos da trajetória política, quanto o capital “heroico” ou “profético” (BOURDIEU, 2009). Embora Bourdieu trabalhe com essas classificações de forma paralela, isto é, o portador do carisma deve ter um “dom” ou outro — notoriedade ou popularidade —, em nossa hipótese defendemos um vínculo estreito entre ambos na configuração da relação de dominação desse personagem, sendo essa vinculação capaz de reforçar o crédito atribuído à sua pessoa.

- 2) Tanto condições exógenas quanto endógenas podem ser consideradas responsáveis por compor um quadro favorável à emergência política de Moniz Freire, a ponto de torná-lo líder do Partido e principal oligarca no Espírito Santo. As condições exógenas dizem respeito à estrutura partidária constituída no início da Primeira República: em sua maioria, os partidos políticos possuíam fracos vínculos ideológicos, quando não efêmeros, condicionados à permanência no poder ou à possibilidade de acessar algum cargo político que lhe daria condição de subsistência, mesmo durante oposição local. Segundo Weber (2004), há maior probabilidade de que a emergência de um líder carismático ocorra em agremiações que possuam essas características. O outro fator exógeno pode ser explicado por uma ação inaugural realizada em uma situação de crise, isto é, “[...] no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos” (BOURDIEU, 2009, p. 191). Não é difícil supor onde se encontrava esse quadro incerto: a Proclamação da República fez emergir a instabilidade política nos Estados, gerando alguns conflitos intra-oligárquicos entre facções, muitas dessas descontentes com as nomeações de Deodoro da Fonseca para chefiar e compor os governos estaduais. Além disso, após esse episódio, não havia mais instituições e aparatos mantenedores da estabilidade política do Império deposto, tais como o Senado Vitalício, o Poder Moderador, a Câmara (então dissolvida), passando o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Exército a serem as duas instituições mais coesas, entenda-se, com alguma capacidade de sustentar o novo regime (RESENDE, 2006).

Em consequência, os primeiros anos de incerteza que vieram a seguir foram um reflexo — em boa parte negativo — dessa ruptura. Por sua vez, as condições endógenas que credenciavam Moniz Freire a se tornar um líder carismático traduzem-se pelas qualidades pessoais que possuía, tais como a inteligência (poder intelectual, na concepção weberiana), a capacidade argumentativa e a boa escrita (oratória). Não obstante, elas eram evidenciadas pelas ideias e projetos que possuía para o Espírito Santo, entre as quais “[...] questões estratégicas que estavam relacionadas mais diretamente ao desenvolvimento econômico e social da Província” (SANTOS, 2013a, p. 32). Essas ideias, muitas delas construídas ainda durante o Império, seriam a sua marca e condicionante fundamental para a prosperidade econômica alcançada em seu primeiro governo, após a proclamação de 1889. Elas eram incutidas na sociedade, bem como na elite política capixaba pelo jornal que criara — *A Província do Espírito Santo*. Sua atuação parlamentar na esfera estadual complementava seus “dons extracotidianos”, concorrendo para fomentar um poder simbólico que atingiria o auge nas primeiras décadas republicanas.

- 3) O carisma de Moniz Freire era vulnerável aos sucessos e fracassos que tinha à frente do governo estadual: se, por um lado, crescia à medida que sua “missão”, ou seja, o projeto de desenvolvimento socioeconômico regional por ele proposto, produzia as benesses esperadas, tornando possível a sua concretização, por outro decaía, de acordo com os insucessos econômicos e a impossibilidade da concretização desses planos. A plausibilidade dessa interpretação se encontra no próprio Weber (1997): o herói, responsável por uma missão — nesse caso, um projeto de desenvolvimento — precisa constantemente “fazer-se acreditar” como senhor portador de um determinado dom — de uma ideia ou de conjunto de valores que fazem sentido e chamam a atenção pela excepcionalidade e pelo vislumbre ao sucesso ou à “salvação” — que deve proporcionar o êxito de seus seguidores ou aquilo que buscam no líder. Em suma, falhando o êxito, oscila o domínio.

Para complementar nossa análise, investigamos como ocorria a percepção do carisma de Moniz Freire e de que modo ele era assimilado pela elite política local. Para tanto, foi utilizado o conceito de “representações políticas”. Trata-se de uma modalidade das “representações sociais”. Embora não haja um consenso definitivo sobre a mais precisa conceituação a esse respeito, procuramos angariar contribuições dos teóricos sociais que

consideramos possuírem as melhores condições de dialogar com os demais conceitos aqui empregados. Em especial, Roger Chartier e Pierre Bourdieu oferecem alguns subsídios para nortear nossa tese. Primeiramente, Chartier (1994, p. 108) declara que

[...] ele [o conceito de representação] permite designar e ligar três realidades maiores: primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de “estilização da vida”; finalmente, a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade.

Essa definição de Chartier foi apresentada por Ciro Flamarion Cardoso (2000) com a intenção de comprovar tanto o afastamento do historiador francês das “posições ortodoxamente hermenêuticas” tomadas na década de 1980, oriundas da virada linguística, quanto sua aproximação, a partir da década de 1990, das concepções de Pierre Bourdieu. Embora haja ainda sobre Chartier certas críticas, algumas assertivas apresentadas anteriormente oferecem condições de auxiliar na comprovação de nossa hipótese. Referimo-nos à capacidade que as representações coletivas possuem de estruturar nos indivíduos mecanismos passíveis de transformar suas respectivas percepções em classificações, julgamentos e ações, bem como à capacidade de “presentificar” uma identidade e um poder a um representante — em questão um personagem político, ou seja, individual e concreto, Moniz Freire.

Por sua vez, Pierre Bourdieu (1996), pelo viés do “poder simbólico”, oferece subsídios para a compreensão do que seja a função da “representação política” ou, em outros termos, a função política do símbolo, como agente concorrente para a imposição e a legitimação da dominação. Assim, as representações atuam em âmbito político com o intuito de “[...] fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfazer* [a identidade e a unidade dos] *grupos*” (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 235).

Complementando, Bourdieu estabelece a relação entre representação e capital simbólico, sendo um a condição *sine qua non* para o outro:

O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na crença e no reconhecimento. [...] enquanto crédito e credibilidade, [o capital político] só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência (BOURDIEU, 2009, p.187-188).

Destarte, se o poder simbólico é conferido ao portador do “dom” ou carisma, em muito contribuiu a confiança depositada, estruturada por uma representação (positiva) atribuída ao detentor do “dom”. Em suma,

[...] o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos (BOURDIEU, 2009, p. 188).

É nesse princípio que se baseia a dominação carismática de Moniz Freire. Crédito e confiança, construídos sobre a representação positiva acerca de sua imagem, são os referenciais pelos quais aquela relação se engendra.

Acrescentem-se ainda as noções de “símbolo” e “imaginário social” que igualmente servem à nossa análise, pois, como afirma Capelato e Dutra (2000), há uma imbricação lógica e necessária entre ambas — linguagem e “representação”. Para construir essas noções, as historiadoras dialogam com Louis Marin⁷, referência no estudo das representações do poder. Para elas, essa complexa relação pode ser entendida da seguinte maneira:

[...] o símbolo é um signo implicado numa relação de representação e a representação é a imagem mental mediada, tornada possível, pelo uso dos signos. A relação simbólica, entre o signo e o que ele dá a conhecer, é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 228).

A partir dessa inter-relação, assim como quando a linguagem simbólica se torna socialmente comunicável, formam-se os imaginários sociais. Isso ocorre da seguinte forma:

[...] Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se veem ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 229).

O carisma de Moniz Freire era estruturado por alguns instrumentos e certas estratégias, como as ideias por ele defendidas e o uso do jornal como meio propagador. Traduzia-se em representações construídas socialmente, geralmente por leitores e segmentos da elite política e econômica provincial. Essas representações produziam e eram produzidas por signos

⁷ Essa aproximação torna-se possível uma vez que Marin também trabalha com a tripla definição de representação apresentada por Chartier. Sobre isso, cf. Chartier (1994, p.108).

arquitetados por um conjunto de séquitos — correligionários políticos — e eram reestruturadas ou dirimidas conforme a oscilação da força do capital político do líder.

Este trabalho se insere no âmbito na nova História Política e, assim sendo, faz-se presente a pluridisciplinaridade, isto é, a capacidade de usar as contribuições de outras áreas, mecanismo fundamental para a renovação daquela.⁸ Isso ocorre não só com o uso dos conceitos, mas também com a metodologia no trato com as fontes. Além de utilizar conceitos da Teoria Social, em especial os produzidos por Weber e Bourdieu, recorreu-se diretamente ao campo da História Econômica, como subsídio para compreendermos o contexto econômico, e evidentemente ao campo da História Cultural, na medida em que estudaremos o imaginário coletivo, por intermédio das representações sociais e, em alguns momentos, o contexto cultural.

Em paralelo à História Política, a presente tese constitui-se, ao mesmo tempo, um estudo de História Regional, por dar conta de um recorte espacial bem delimitado: o Estado do Espírito Santo. Nesta investigação, delimitamos esse espaço regional⁹ com a utilização de dois critérios. O primeiro, político, referente ao âmbito de ação político-partidária de Moniz Freire, bem como da elite política com a qual interagiu. Juridicamente, esse campo de atuação se restringia à unidade federativa em questão. O segundo, de acordo com a definição de espaço regional, pela região circunscrita capaz de criar uma identidade nessa elite política, principalmente nesse personagem, através da defesa de certos interesses. Conforme veremos, esses interesses têm relação com a defesa de um plano de afirmação regional para o Espírito Santo. Logo, é a Província (e após 1889, o Estado) que se traduz por esse espaço regional. Por outro lado, não perdemos de vista a interface da realidade local e regional com o contexto nacional, entre outras razões porque as influências políticas, culturais e socioeconômicas da conjuntura nacional eram imensas.

A estratégia escolhida foi analisar a trajetória política de Moniz Freire, uma vez que estamos empenhados em averiguar a configuração de sua liderança partidária e, em decorrência, as

⁸ René Rémond (2003) apresenta diversos exemplos em que a História Política pode se beneficiar não só de outros campos da História, como a História Cultural, mas também de outras áreas, como a Antropologia, a Cartografia, o Direito, a Matemática, a Psicologia Social, entre outras. Sobre essa pluridisciplinaridade, cf. também Ferreira (1992).

⁹ Definimos espaço regional como “[...] uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente. É formado por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses” (VISCARDI, 1994, p. 95-96).

especificidades de sua oligarquia, nas primeiras décadas republicanas. Nesse sentido, a biografia do personagem será de fundamental importância, haja vista a relevância desse tipo de análise para o estudo da política regional (VISCARDI, 1994). Todavia, não se trata de um estudo biográfico com fins descritivos. Nossa pesquisa investiga a vida de Moniz Freire pelo aspecto político sob a interação condicionante e condicionada pela sociedade com a qual se relacionava, desde o público, nos *meetings* e eventos sociais, passando pela elite intelectual, por meio dos jornais, mas principalmente com a elite política. Investigamos uma interação social. Das vicissitudes na trajetória dessa interação, chama-nos a atenção aqui a relação requintada pela dominação carismática dentro de um contexto sociopolítico.

A fim de tornar ainda mais compreensível nosso propósito, faz-se crucial uma alusão ao trabalho de Ronaldo Conde Aguiar (2000). Nele, o cientista social investiga a vida do intelectual Manuel Bonfim, como pensador social esquecido, no *fin de siècle* carioca. Para justificar a relevância de seu objeto de pesquisa, o autor lança mão de uma “biografia sociológica”. Trata-se de

[...] um gênero híbrido, sem dúvida, mas que, a meu ver, define bem a natureza desta tese. Biografia — porque se centrou na vida de um personagem; sociológica — porque procurou, através da obra desse personagem, investigar o jogo conflituoso dos interesses políticos e os traços marcantes de um campo intelectual e político numa determinada época histórica brasileira (AGUIAR, 2000, p. 22).

Talvez o termo “biografia social” não seja o mais adequado ao nosso estudo, uma vez que não é uma biografia o que estamos realizando. Ademais, esse intento foi intencionalmente realizado pelos dois autores mencionados anteriormente, respectivamente Marcello Basílio (1961) e Estilague dos Santos (2012). Porém, de maneira equivalente ao estudo de Aguiar, a biografia aqui será empregada como ferramenta auxiliar. Diferentemente dos trabalhos anteriores, não intencionamos descrever a história de uma personalidade, mas respondermos a um problema mediante a conformação da hipótese central aqui apresentada.

Na nossa estratégia analítica, é de importante valia o estudo da narrativa, embora ela não seja o fio condutor, segundo entende Lawrence Stone (1991). Interessa-nos a forma de organização dos materiais, em conformidade com uma sequência cronológica, do mesmo modo que o conteúdo deve ser concentrado em uma história coerente, porém construída por subtramas. Destoamos em parte no ponto em que a narrativa prioriza a disposição descritiva em detrimento da analítica.

Quanto ao recorte temporal deste estudo, ele abrange os anos de 1881 a 1918, pois se trata do período da atuação política de Moniz Freire. Logo, como investigamos a liderança política e a dominação caracterizada por requintes carismáticos desse personagem, levamos em conta tanto a gestação de suas ideias e os primeiros passos de interação social com a elite política regional e indireta — nos rumos da política estadual.

Mediante todas essas características, optamos por dividir a tese em oito Seções. A primeira constitui a introdução, que apresenta sucintamente a temática abordada, os conceitos utilizados, a justificativa, os objetivos e a hipótese que se quer comprovar. A segunda Seção, que inicia o desenvolvimento do trabalho, discute o sistema oligárquico na Primeira República mediante as principais interpretações vigentes na historiografia, bem como a proposição de alternativa analítica que adotamos. Além disso, analisa os principais referenciais conceituais a nortear a presente tese.

As terceira e quarta Seções são complementares e tratam do período monárquico. Na Seção 3, investiga-se a formação político-intelectual de Moniz Freire e de suas ideias, em interface com o contexto nacional de emergência das ideias contestadoras da geração 1870. Já a seguinte é dedicada a examinar de que modo essa formação concorreu para sua ascensão política no âmbito regional e a emergência do seu carisma, mediante as principais ideias por ele defendidas.

As demais Seções podem ser agrupadas em torno da ideia de “Oligarquia *Construtora*”, que remonta ao período Republicano, em que se consolida o auge e o declínio político de Moniz Freire. Na Seção 5, por exemplo, observa-se a emergência política do chefe partidário na República, proveniente de seu embrionário ostracismo político até a ascensão ao posto de presidente e principal oligarca do Estado. Concomitantemente é analisado o contexto político nacional, caracterizado por crise de legitimidade e vazio institucional. Com isso, objetiva-se comprovar que a emergência desse personagem se deu acompanhada de representações positivas que o aproximavam de um “salvador” e que estava condicionada ao ambiente de incertezas produzido após a queda da Monarquia. Na Seção seguinte, estuda-se a produção de representações positivas em torno de Moniz Freire ao longo de — e por causa de — seu primeiro governo (1892-1896), demonstrando como tais representações colaboravam para fortalecer seu poder simbólico, quer dizer, seu carisma, que fortaleceu sua liderança oligárquica. Em seguida, averigua-se de que forma ele exerceu liderança política, fazendo uso

de seu poder simbólico, nos “bastidores”, isto é, no curto espaço de tempo em que ficou sem ocupar mandato eletivo (1896-1900), e como seu grupo político respondeu à ela.

Por fim, na penúltima Seção, são abordadas as razões do paulatino enfraquecimento da dominação oligárquica de requinte carismático de Moniz Freire e a decorrente decadência de sua oligarquia no cenário político estadual. Levantamos a hipótese de que houve um enfraquecimento de seu poder simbólico, a que se seguiu o enfraquecimento político em concomitância com o primeiro, ocasionando a decadência de sua liderança oligárquica. Assinalamos de que maneira isso ocorreu, pela investigação que vai do seu segundo mandato como presidente do Estado (1900-1904) até sua morte, em 1918. Ainda mostramos que, mesmo enfraquecido, esse poder simbólico persistia e interferia nas vicissitudes políticas estaduais. A Seção 8 apresenta as considerações finais.

Quanto às fontes, trabalhamos com um conjunto distinto, que classificamos utilizando genericamente três grupos, todos eles impressos: fontes governamentais, periódicos e livros. As primeiras se referem aos documentos produzidos pelo Estado. Respectivamente, os Anais da Assembleia Provincial (após 1889, Assembleia Legislativa Estadual), do Senado e da Câmara dos Deputados no âmbito do Poder Legislativo; correspondências e relatórios de governo no que concerne ao Poder Executivo. Essas fontes são analisadas dentro de seus respectivos contextos, de modo a questionarmos os autores e a intencionalidade das informações nelas contidas, em especial quando servem de comprovação empírica, por exemplo, ao se relacionar diretamente ao nosso objeto de estudo ou ao principal ator histórico nele envolvido, Moniz Freire. Isso vale em maior caso quando vinculamos o material às construções hipotéticas acerca das representações políticas. Já o segundo tipo refere-se aos jornais. São utilizados aqueles produzidos em Vitória, com destaque para *A Província do Espírito Santo* e *O Estado do Espírito Santo*¹⁰, editorados por Moniz Freire e seus aliados, logo, responsáveis por reproduzir suas ideias. Não obstante, analisamos outros, em especial os de oposição, a fim de identificarmos tanto o contexto político, social e econômico do período, quanto as representações atribuídas a Moniz Freire e seus correligionários, inclusive as negativas. São eles: *O Espírito Santense*, *O Horizonte* e *O Commercio do Espírito Santo*. Impressos de outras cidades também são analisados, como *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, a *Revista Ilustrada*, *O Paiz*, *O Malho* e *O Abolicionista*, entre outros do Rio de

¹⁰ Ambos os periódicos eram na verdade o mesmo, com roupagem diferente devido ao regime político vigente: o primeiro durou até 1889 e o segundo ocorreu a partir de 1890.

Janeiro. Também aqui, alguns critérios no trato com o documento são levados em consideração, tais como o destaque intencional conferido ao acontecimento, à natureza dos conteúdos informados, à identidade dos redatores/editores dos periódicos e sua vinculação político-ideológica (LUCA, 2005). Trata-se de fontes que se confundem com objetos de estudo, além de fundamentais para a investigação acerca das modalidades de representações políticas (CAPELATO; DUTRA, 2000).

E, finalmente, o terceiro tipo, que se refere aos livros cujos conteúdos foram escritos na época investigada, conotando o contexto analisado. O rigor é de certo modo equivalente àquele empreendido no tratamento das demais fontes, especialmente daquelas de segundo tipo. Destarte, identificamos o escritor, sua intencionalidade e sua vinculação político-ideológica, questionamentos que atuam como mecanismo de compreensão na produção da obra. Destacamos os escritos políticos de Moniz Freire, publicados em coletânea por Estilaque Ferreira dos Santos (2013a), dois livros de Afonso Cláudio¹¹, importante ator político e aliado político de Moniz Freire, dois trabalhos de Silvio Romero¹², importante intelectual da geração 1870, assim como Joaquim Nabuco, do qual utilizamos uma obra.

O diálogo com outros campos de saber se faz necessário no tratamento das fontes. Por isso, utilizamos a compreensão da Retórica, como chave de leitura, e a Análise de Conteúdo. As formas de tratamento, sobretudo a primeira, não objetiva realizar análise de discurso. Tendo como referência José Murilo de Carvalho (2000), empregamos esse instrumento de linguagem como chave de leitura, por algumas razões. De tradição portuguesa, conforme aponta Carvalho, ela teve um peso significativo nas escolas, especialmente na formação de bacharéis, ao longo dos oitocentos, tanto em Portugal como no Brasil. Desse modo, ela serviu de instrumento de argumentação e persuasão por esses letrados, muitos deles componentes da elite política e intelectual. Os jornais e os púlpitos do parlamento foram os melhores canais para a sua prática.

Para aqueles que desejavam ampliar seu espaço político, conquistando uma porção maior da opinião pública, em especial para aqueles que pretendiam efetuar uma pedagogia política do cidadão, era um recurso indispensável à divulgação de suas ideias e à realização de seus objetivos. Isto porque um dos princípios básicos da Retórica é a importância do auditório; como este varia de acordo com as

¹¹ Respectivamente *História da Literatura Espírito-santense* (1981) e *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo* (2002).

¹² *O Brasil social e outros estudos sociológicos* (2001) e *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social* (1910).

circunstâncias, é preciso que o orador, para obter algum êxito, conheça bem o seu público, a fim de saber adequar a cada caso específico o melhor tipo de argumentação, partindo sempre de convenções preexistentes e comumente aceitas. Daí a multiplicidade de técnicas e argumentos empregados por um mesmo autor para atingir públicos diversos (BASILE, 2009A, P. 149)

A necessidade do uso da retórica é fundamental para a liderança política com requintes de dominação carismática. O apreço pelo líder vem da capacidade de enxergar nele alguns dons, seja por meio da oratória, seja das ideias. Nesse sentido, ele precisa convencer o seu séquito a respeito daquilo que o torna portador de algo especial, tornando seu público “obediente” ou seguidor de suas ideias. Aqui identificamos a interface com esse instrumento de linguagem, pois José Murilo de Carvalho (2000, p. 137) esclarece que

[...] a retórica não busca apenas convencer [...] Ela pretende persuadir, mover a vontade, o que exige uma grande variedade de argumentos de natureza não lógica. Em muitos casos, mesmo a presença de elementos suficientes de convencimento, é necessário o recurso à retórica, pois o convencimento pode não ser suficiente para levar à ação.

Defendemos que Moniz Freire se valia da retórica como mecanismo auxiliar para referendar seu pensamento, fortalecendo suas ideias, seu poder simbólico, seu carisma. Assim sendo, seu discurso é examinado, na presente tese, mediante identificação de certas figuras de linguagem, fundamentais à persuasão, estando entre as principais: apóstrofe, precação, prosopopeia e hipérbole. O exemplo é outra estratégia de extrema importância, “[...] não para ilustrar simplesmente, mas para permitir uma generalização sobre o [fenômeno descrito], a partir de casos particulares” (BASILE, 2000a, p. 148).

Ainda como subsídio para a utilização da Retórica como ferramenta metodológica, valemos de quatro das suas características, elencadas por Carvalho (2000), que em muito contribuem para nosso estudo. A primeira refere-se ao peso da autoridade do orador, ou seja, sua credibilidade (prestígio, competência, honestidade). A Retórica está condicionada ao prestígio de quem fala ou de quem é invocado pelo orador em seu discurso. A segunda, à existência nela de campo aberto de argumentação, em que as redundâncias, repetições e o uso de figuras de linguagem substituem a prova líquida da questão como meio de persuadir o ouvinte/leitor, diferentemente da lógica. A terceira é a importância do auditório: cada discurso deve ser moldado segundo o tipo de ouvinte/leitor. E a última, é a possibilidade do compromisso, no qual as posições opostas podem ser parcialmente modificadas a ponto de produzir o acordo. Em especial, trabalhamos à luz das três primeiras.

Quanto ao uso da Retórica como chave de leitura, fazem-se necessárias duas considerações. A

primeira trata do emprego dessa metodologia em maior escala nas Seções 3 e 4, que versam sobre a ascensão política do personagem/objeto de estudo. De mostramos a aquisição de seu capital político — e prestígio — por intermédio de formas de discurso e diálogo que iam ao encontro de sua estratégia de convencimento, ou seja, como mecanismo auxiliar na composição de seu séquito. A segunda consideração é que nesta tese não defendemos a base da liderança política de Moniz Freire como sendo constituída em pura retórica, quer nos seus discursos, quer nas representações construídas sobre ele. Mostramos como o recurso retórico foi um agente recrudesciente, isto é, auxiliar, na divulgação de seus princípios, seus valores e suas ideias. Logo, é analisada para identificarmos, nos seus discursos/escritos, as estratégias para facilitar o convencimento do leitor/ouvinte daquilo que se prega, e nos discursos/escritos de correligionários e adversários políticos como subsídio para fundamentar representações a respeito de sua imagem.

A segunda forma de tratamento das fontes diz respeito à Análise de Conteúdo. Nesse sentido, serve-nos de referência a obra de Laurence Bardin (1977, p.42).

[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Através do seu emprego, identificamos nos discursos analisados as representações construídas em torno de Moniz Freire, em especial as positivas, mediante a frequência de certas palavras, as quais servem de pista para comprovar nossa hipótese. Quanto aos indicadores, ou melhor, às abordagens, que segundo Bardin (1977) podem ser quantitativas ou qualitativas, trabalhamos com ambas conjuntamente, pois nos interessa tanto a presença da palavra quanto sua frequência. Em outros termos, cabe-nos investigar quais e quão determinadas palavras aparecem em um conjunto de discursos. Essa metodologia é empregada com maior ênfase nas últimas Seções da tese, quando se conclui que o personagem já havia adquirido significativo capital político e alcançado o posto de principal oligarca da elite política estadual. Objetiva-se com isso identificar quais representações apareciam em maior escala.

Para realizar essa análise é fundamental o conhecimento das unidades de registro no discurso analisado.¹³ Entre as existentes, trabalhamos com a unidade “personagem”, a fim de

¹³ As unidades de registro são formas de codificação, isto é, de tratamento dos dados analisados, retirados do texto. Entre as mais utilizadas estão a palavra, o tema, o objeto (tema ao redor do qual o discurso se organiza), o personagem, o acontecimento e o documento (BARDIN, 1977).

identificar os adjetivos atribuídos a Moniz Freire. Como se trata de uma unidade que pode ser combinada com outros tipos, ela é conjugada com a unidade “palavra”, sobretudo adjetivos referentes ao personagem, para sabermos a quantidade de adjetivos que foram ditos ou escritos.

Destacamos a relevância desta tese que, de certa forma, nos motivou à sua produção. Construída pela interação entre a História Política e a História Regional, bem como pelo diálogo com a Teoria Social e com a Linguística, ela colabora para a historiografia local por algumas razões. De forma geral, podemos asseverar que as pesquisas sobre a História do Espírito Santo recrudesceram há poucas décadas e, assim sendo, há ainda diversos fatos, personagens e contextos que carecem de pesquisa mais aprofundada, quer seja para trazer à luz problematizações de acontecimentos ainda pouco elucidados, quer para revisar certas interpretações, jamais questionadas ou indevidamente problematizadas. Especificamente, oferecemos uma proposta alternativa sobre o mandonismo na Primeira República pelo viés sociológico, embora algumas vezes já trabalhada, que fuja dos esquematismos generalizantes construídos pelos principais autores que se debruçaram sobre esse assunto.

Igualmente, é preciso ressaltar que a análise pretende conhecer um importante personagem político do Espírito Santo, o qual teve seu nome emprestado a um Município, a órgãos públicos, a ruas e que é lembrado como grande governador pelos contemporâneos. Diferentemente das interpretações anteriores, apesar de extremamente relevantes, demonstramos o cerne de sua força política, que agia como mecanismo estruturador e estruturado por fatores endógenos (de sua personalidade e formação) e exógenos (contextos devidamente favoráveis), até aqui insatisfatoriamente analisados pela historiografia local.

Em suma, enfatizamos a necessidade da ampliação dos estudos sobre o sistema oligárquico no Espírito Santo, por meio de análises que identifiquem suas especificidades, evitando-se assim generalizações impostas por determinadas interpretações, tão comumente lidas na historiografia brasileira que ora desconhecem a história desse Estado, ora a consideram, equivocadamente, irrelevante para a compreensão da História do Brasil.

Para além dessas motivações, reconhecemos outras de caráter particular. Retomando a obra de Ronaldo Conde Aguiar, encontramos novamente algumas informações com as quais nos identificamos.

[...] A verdade é que ninguém escreve uma biografia sem que exista, pelo menos, uma identidade mínima entre o biógrafo e o biografado. Por outro lado, ninguém

escreve uma biografia de quem odeia, despreza ou lhe é indiferente. Escreve-se, quando muito, a biografia de quem se *lamenta*, como foi o caso do trotskista Isaac Deutscher ao escrever a biografia política de Stalin (2000, p. 19).

Reiteramos que esta tese não constitui uma biografia. A nossa identidade é aquela entre o historiador e o objeto de pesquisa, em especial o personagem, tendo em conta as lacunas interpretativas da historiografia a seu respeito e os destaques que possui não só nela, mas também no imaginário de leigos. Por outro lado, dentro da margem possível que cabe ao historiador, evitamos julgamentos comprometidos e passionais, como são exemplares os trabalhos de Diones Ribeiro (2008) e Estilaque dos Santos (2012). Há também o interesse como pesquisador e cidadão espírito-santense. Primeiro, pela possibilidade de analisar o passado do local onde nascemos e sempre vivemos, o qual, desde nossas pesquisas de mestrado, tem se revelado atraente, tanto por corroborar quanto por destoar das interpretações algumas vezes genéricas e simplórias da historiografia regional. Segundo, para que, de algum modo, nossos conterrâneos possam conhecer um pouco mais da história da população que aqui residiu e que ajuda a explicar o espaço regional em que vivemos hoje. Consequentemente, possam partilhar socialmente valores socioculturais, a ponto de fazer surgir em uns e de reforçar em outros a identidade, a autoestima coletiva e a cidadania.

2 OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: VISÕES, CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS

Esta Seção tem por objetivo analisar e discutir as bases interpretativas do sistema oligárquico brasileiro, vigente na Primeira República. Inicialmente, é feita uma apreciação acerca de dois conceitos primários para a construção desta tese: oligarquia e elites políticas. Interessa-nos compreender como eles vêm sendo utilizados e quais subsídios oferecem para o presente estudo.

Em seguida, analisamos as principais classificações propostas para a compreensão das modalidades de dominação oligárquica dos Estados, durante o referido período. Pautamo-nos em autores os quais mais atenciosamente se voltaram a esse propósito: Sílvio Romero, Edgard Carone e Eul-Soo Pang. Além de identificar algumas falhas nessas interpretações, temos como objetivo fulcral propor visão que não desconstrói por inteiro a contribuição dos referidos autores, mas que se traduz em uma alternativa para o entendimento de como pode ser interpretado o mandonismo¹⁴ local na Primeira República, a partir do diálogo com alguns teóricos sociais, tais como Weber e Bourdieu.

2.1 OLIGARQUIA E ELITES POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nesta primeira parte da Seção, apreendemos dois conceitos básicos que nortearão o presente trabalho acadêmico. Trata-se de compreender como vêm sendo trabalhados os termos “oligarquia” — eixo estrutural desta Subseção da pesquisa — e “elites políticas”, especialmente na historiografia brasileira, e que subsídios essas contribuições podem oferecer. Dialogamos com autores que se preocuparam mais atentamente em estabelecer conceitos úteis na análise de diversas realidades históricas e capazes de enriquecer a investigação.

O termo “oligarquia” possui um rico percurso na construção de seus significados.¹⁵ Pelos filósofos gregos antigos, especialmente por Aristóteles, foi tratado com juízo de valor

¹⁴ Adotou-se o conceito de “mandonismo” proposto por José Murilo de Carvalho (1998, p. 133): “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional.”

¹⁵ A respeito da historicização mais minuciosa desse conceito, cf. Bobbio (2004).

negativo, forma de governo degenerativa e contraposta à “aristocracia”. Com o advento da Teoria das Elites, com Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e especialmente Robert Michels, ganhou uma axiologia neutra, pois particularmente este último, com sua “lei férrea da oligarquia”, diagnosticou a presença inevitável desse fenômeno em sistemas democráticos, mediante uma minoria de governantes, seja nos partidos de massas, seja nos Estados.¹⁶ Após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento dos interesses dos cientistas sociais em estudar a organização sociopolítica do “Terceiro Mundo”, contraiu novamente conotação negativa, dessa vez em contraposição ao termo “democracia”.

Em se tratando da história brasileira, é praticamente um “sinônimo” de elites regionais que controlam a política do espaço em que atuam. O “sinônimo” é ressaltado quando se aprofunda a historiografia sobre a Primeira República. Em diversos autores, encontramos referência direta a esse termo, o que, na maioria das vezes, não tem se traduzido em conceituações satisfatórias, seja devido à simplicidade da definição empregada, seja à abordagem incompleta e confusa. Cláudio Couto utiliza alguns exemplos para mostrar a vaguidão conceitual que se fez em torno desse termo. Um deles é aquele que o associa a “[...] grupos políticos tradicionais que dominam determinadas regiões, inclusive por intermédio do governo” (COUTO, 2010, p. 3-4). Ao final de seu artigo, o autor demonstra como essa imprecisão pode acarretar contradições analíticas¹⁷, criando também simplória e incompleta associação com setores tradicionais.

Ao embrenhar-se na historiografia brasileira, percebe-se que esse desinteresse no estabelecimento de um conceito mais consistente se repete em muitas obras, não só nas mais antigas, mas também nas recentes. Edgard Carone, por exemplo, utiliza-se da clássica definição “governo de poucas pessoas”, acrescentando outra — exclusivamente para o fenômeno recorrente da Primeira República: “[...] o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal”, sendo o oligarca nada mais que “um coronel como outro qualquer” (CARONE, 1975, p. 269). A essa proposição, Pedro Fonseca (1989) fez críticas consistentes: acusou-a de

¹⁶ Segundo Michels (s.d., p. 246 e p. 248), a existência de chefes “[...] é fenômeno inerente a todas as formas da vida social. [...] Sabemos agora que a lei da necessidade histórica da oligarquia funda-se em primeiro lugar numa série de fatos oferecidos pela experiência.” Portanto, a constituição de “[...] oligarquias dentro das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e, conseqüentemente, uma tendência à qual fatalmente sucumbe toda organização, seja ela socialista ou mesmo anarquista.”

¹⁷ Couto (2010) utiliza como exemplo a análise que dois teóricos sociais, Luiz Hernández Navarro e Demétrio Magnoli, realizam sobre a América Latina. Enquanto o primeiro chama de “democracia oligárquica” a oposição ao governo de Hugo Chávez na Venezuela, o segundo, criticando regimes que seguem essa linha, utiliza o mesmo conceito para os regimes similares aos criticados por Navarro.

ser imprecisa por estabelecer uma identidade única entre as oligarquias e as classes agrárias, em contraposição à burguesa. Essa observação foi reproduzida por sua orientanda, Ana Luiz Backes que, entretanto, apresenta uma definição genérica, sem se atentar para a contribuição dada por Fonseca, conforme veremos adiante, para o desenvolvimento desse conceito no contexto da Primeira República. Em seu trabalho, esse termo “[...] é usado com o sentido de grupo que detém o monopólio do sistema político” (BACKES, 2004, p. 9-10).

Entre outros autores que pouco se preocupam em estabelecer uma discussão mais profunda sobre esse conceito situam-se Maria Isaura de Queiroz, Eul-Soo Pang, Maria Efigênia de Resende, Boris Fausto e Linda Lewin.¹⁸ Todos nem sequer dedicam um parágrafo para trabalhar o desenvolvimento do termo, à exceção de Eul-Soo Pang (1979). Esse brasilianista estabelece uma longa nota de rodapé apresentando sortidas definições sobre “oligarquia”, para concluir pela inexistência de uma definição exata. Chama atenção a definição que apreende de Gaetano Mosca, embora não se proponha a adotá-la. Todavia, é possível identificar alguns estudiosos um pouco mais preocupados com essa questão. Dentre eles, destacam-se Manoel Arraes Filho (2000) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (1989).

Manoel Arraes Filho (2000) é um dos que se preocupam com essa questão e, embora dialogue com o contexto político dos primeiros anos republicanos, seu estudo objetiva investigar o caráter oligárquico presente nas elites políticas piauienses, do final do século XX. Dessa forma, por uma construção sistemática, dialogando com grandes autores, como Robert Michels, acaba chegando a duas conotações para definir o termo: como um grupo político minoritário que ocupa o poder legislativo local e como dominação política de poucas famílias, algumas delas ligadas por laços sanguíneos. Acreditamos na possibilidade de essa definição, em boa parte, dar conta de explicar a realidade espacial que estuda, mas podemos notar que ela vai muito pouco além do que propôs Edgard Carone.

O economista Pedro Fonseca, por sua vez, ao defender o caráter burguês e oligárquico da Aliança Liberal, na campanha eleitoral de 1930, estabelece um conceito mais satisfatório. Para ele, “oligarquia” deve ser entendida como

¹⁸ Queiroz (2006, p. 174) define oligarquia como uma “elite controladora do poder econômico, político e social no país”. Resende (2006, p. 91), por sua vez, como “um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política”; Fausto (2002b), como governo de poucas pessoas ligadas a uma classe ou família, dentro de um reduzido grupo, presente em cada um dos Estados; e Lewin (1993) que, mesmo desenvolvendo um pouco melhor a questão, se comparado aos autores referidos, limita-se a reproduzir a definição de Carone, ressaltando o caráter familiar, haja vista o estudo sobre parentela na Paraíba que se propõe a fazer.

[...] uma *situação de poder* em que são estabelecidas regras ou normas, legais ou por tradição, que permitem a um mesmo grupo dirigente perpetuar-se no poder, ou só abri-lo a outros grupos com seu expresse consentimento. Se o grupo dirigente não conseguir monopolizar o poder, ou tiver que compartilhá-lo com outros devido à força destes, sua situação oligárquica tende a esvaziar-se. Daí usá-lo para caracterizar o *sistema político* da República Velha, especialmente após Campos Salles, quando não só o “controle do voto”, mas principalmente a linha de conduta do reconhecimento dos eleitos, e portanto dos detentores do poder, passou a ser definido pelo princípio de “reconhecer somente os diplomas dos candidatos eleitos pelas situações no poder naquele momento dos respectivos Estados”. [...] As “oligarquias” em si *não são* classes sociais, embora geralmente representem e defendam os interesses de alguma (s) dela (s) (FONSECA, 1989, p.142).

Essa interpretação peca quando entende que o “sistema oligárquico” emergiu especialmente após o governo de Campos Salles (1898-1902). Sem dúvida, o pacto criado por esse presidente foi um divisor de águas para o fenômeno, consolidando-o, ou melhor, institucionalizando-o, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (2006). A Política dos Governadores de fato trouxe um reordenamento aos diversos arranjos oligárquicos, estabelecendo o elo até então institucionalmente ausente entre as elites regionais e o governo central.¹⁹ No entanto, discordamos ao defendermos que o sistema oligárquico que deu novos contornos ao panorama político da Primeira República e o conseguinte acesso obtido pelas oligarquias, desde então, ao controle direto das máquinas estaduais, tenha emergido juntamente com o regime, em 1889.

Um pouco mais satisfatória é a definição empregada por João Edson Fanaia (2010), o qual relaciona o termo com outro de fundamental importância em nosso estudo — elites políticas —, pois compreende oligarquia como sendo membros dessa elite, com poderes tanto para agir nas mais diferentes regiões que compreendem um Estado, quanto para mobilizar uma gama de coronéis. Tomando por referência as tipologias oligárquicas desenvolvidas por Edgard Carone (1972), Fanaia entende que a liderança pode ser centralizada ou dividida entre os membros.

Por outro lado, para atender as demandas da presente tese, algumas lacunas não são devidamente preenchidas pelas definições anteriormente expostas. Desse modo, certas

¹⁹Há um debate na historiografia a respeito do papel estabilizador do mecanismo político criado por Campos Salles. Renato Lessa (1999, p. 24) defende essa hipótese, tratando esse modelo criado como “gênese da ordem política brasileira”, de virtude estabilizadora. Já Cláudia Viscardi (2001) discorda dessa visão, alegando que tal padrão não regulava o que entende como “principal elemento disfuncional do regime republicano, qual seja, o fundamento da sua própria renovação”: as eleições presidenciais. Acreditamos, apesar da necessidade de uma investigação mais minuciosa, que esse modelo tenha trazido pequena estabilidade à política em nível federal e às oligarquias estaduais, o que ajuda a justificar as dificuldades obtidas pelas oposições nos pleitos eleitorais. Contudo, essa estabilidade não apresenta a dimensão proposta por Lessa, levando-se em consideração a incapacidade de regular as sucessões presidenciais, configuradas por instáveis alianças, elas sim em boa parte responsáveis pela estabilidade do modelo político vigente (VISCARDI, 2001).

considerações fundamentais ainda são pertinentes, encontradas satisfatoriamente no estudo de Cláudio Couto (2010). Embora se refira à possibilidade da aplicação do conceito às diversas organizações, conforme fez Michels (s/d), Couto nos oferece algumas pistas — não discutidas ou mesmo identificadas de forma clara nos autores anteriores — que podem auxiliar na elucidação de determinadas relações políticas estabelecidas em âmbito oligárquico. Trata-se de alguns princípios ou características comuns às diversas formas de oligarquias, mas que podem ser adotados como referência quando se estuda o mandonismo na Primeira República.

O primeiro deles se refere ao caráter “ilegítimo” das oligarquias perante aqueles que não pertencem ao seletor grupo. Isso ocorre na medida em que as regras que gerem a oligarquia, aceitas pelos integrantes do grupo ou apaniguados — meios escusos de manipulação das eleições, eliminação política da oposição ou mesmo o uso de violência para garantir determinado objetivo —, “não são abertamente assumidas como válidas perante os membros da coletividade” (COUTO, 2010, p. 10). A necessidade da vitória respaldada nas urnas pelas oligarquias, a despeito de todos os meios fraudulentos que se praticavam para alcançar tal fim, serve de exemplo de manipulação oligárquica. Era imprescindível passar pelo crivo legal das eleições, para que o grupo politicamente dominante legitimasse sua vitória, ou seja, seu domínio, por intermédio do resultado do pleito.

O pleito eleitoral se traduz em uma das condições para a emergência/manutenção de oligarquias. Isso ocorre pela criação ou mudança das regras existentes. O exemplo a seguir perfaz o cotidiano eleitoral da Primeira República: “[...] se as regras eleitorais num dado regime tornam praticamente impossível à oposição se tornar vitoriosa, mesmo que alguém alegue haver eleições nas quais a oposição pode concorrer, não se pode falar seriamente em democracia. É de oligarquia que se trata” (COUTO, 2010, p. 11).

O segundo princípio diz respeito à relação das oligarquias, principalmente do oligarca, com as regras formais em vigor. Ela é capaz de gerar duas situações: a primeira, chamada de “ilusionismo semântico”, no qual as regras estipuladas pelas oligarquias são “defendidas retoricamente como se fossem de outra natureza (democráticas, meritocráticas etc.)”²⁰; a segunda, chamada de “usurpação de autoridade”, em que o oligarca se utiliza da autoridade

²⁰Um exemplo claro seria a “teoria da presunção”, estipulada por Campos Salles ao conformar o pacto político com os governadores. Ela servia para beneficiar as oligarquias que já se encontravam no comando das máquinas estaduais, pois se baseava no reconhecimento “automático” de candidatos situacionistas que proclamavam vitória no pleito eleitoral, em detrimento daqueles pertencentes aos quadros oposicionistas (LESSA, 1999).

adquirida de forma legítima para alterar as regras formais, a fim de favorecer seu grupo, ou mantém as antigas regras formais (não oligárquicas), de modo a ignorá-las ou aproveitar suas lacunas. Couto afirma que, nesses casos, prevalecem as regras informais oligárquicas aplicadas pelo grupo dominante politicamente, mesmo naquelas situações em que as regras formais não foram burladas. Nesse caso, temos o exemplo das assinaturas ou atas falsificadas nos pleitos eleitorais, considerados, por sua vez, práticas legítimas.

O terceiro diz respeito à situação dos atores ou grupos políticos supostamente injustiçados. Eles recorrem às instituições permeadas por membros da oligarquia dominante para serem ressarcidos de seus supostos prejuízos. Não por acaso tenha sido tão comum, na Primeira República, a prática de diversos deputados, mormente àqueles vinculados aos partidos de oposição, recorrerem das decisões a eles desfavoráveis estabelecidas sobre o resultado das eleições: esforço inútil devido à presença quase sempre maciça do grupo situacionista (e vitorioso) do seu Estado naquela casa parlamentar para lhe vetar os anseios. Esse insucesso frente às instituições “dominadas” contribui para explicar porque muitos pleitos terminavam em lutas armadas. No plano local, observamos diversos casos em que policiais e até mesmo delegados possuem fortes vínculos com os coronéis, respaldando os desmandos desses chefes locais ao passo que inviabilizam o efetivo cumprimento da lei, anseio dos injustiçados. Segundo Couto (2010, p. 13), isso pode gerar uma “[...] situação kafkiana, na qual é punido quem requer o respeito às regras legítimas da coletividade em questão”.

Por fim, o quarto princípio identifica o papel que o oligarca realiza perante seu grupo, a ponto de defini-lo como tal. Ele não é exclusivamente aquele que responde pela formação de uma oligarquia, mas também aquele que herda esse *status quo* e não objetiva modificá-lo, concorrendo para sua manutenção. Com essa afirmação, Couto (2010, p. 14) pretende rebater a hipótese estruturalista de que, nessas condições, a liderança é algo estrutural, interpretando as estruturas oligárquicas como “[...] um atributo não apenas estrutural das organizações oligárquicas, mas também pessoal — dos oligarcas”. Enquadram-se nesse rol praticamente todos os “herdeiros políticos” regionais atuantes na Primeira República, coadunados e beneficiados pela estrutura vigente deixada por seus respectivos antecessores.

Baseando-se nessas características, Cláudio Couto propõe um conceito o qual consideramos mais plausível:

Oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização (COUTO, 2010, p. 14).

Por ser uma definição também “genérica”, quer dizer, aplicável a qualquer organização controlada por um grupo restrito de pessoas, é possível relativizar alguns pontos, sem com isso desconstruir o conceito. Referimo-nos à ação insubordinada aos princípios de “legitimidade”. Como não se trata de um regime autocrático ou despótico, podemos considerar que a ação do oligarca pode ocorrer de forma subordinada aos princípios “legítimos”, isto é, obedecendo às regras formais — mesmo que se aproveitando de lacunas — para lograr um fim. O cumprimento das eleições, a impossibilidade de permanecer em um cargo por mais de um mandato, especialmente os do Poder Executivo, devido à impossibilidade de reeleição, como ocorreu no período que estudamos, constituem grandes exemplos de obediência a uma legitimidade construída.

Produz-se, assim, uma dicotomia — cumprimento das regras formais/aproveitamento das lacunas para estabelecer regras oligárquicas —, a qual é responsável pelo que Cláudio Couto entende como imposição de um funcionamento esquizofrênico da organização por parte do oligarca: esse exige o cumprimento dessas normas estabelecidas dentro do grupo — as regras oligárquicas —, ao passo que “retoricamente reivindica que o regime é não oligárquico” (COUTO, 2010, p. 14). O autor, contudo, se esquece de afirmar que essa retórica pode vir acompanhada do cumprimento de algumas regras formais, isto é, construídas fora do grupo, as quais são incapazes de desestruturar o fenômeno.

Um conceito secundário no presente trabalho, mas nem por isso irrelevante, é o de “élites políticas”. É lugar-comum entre os estudiosos do assunto a existência de uma vasta literatura que trata do tema, do mesmo modo que não há uma definição unânime, ou seja, que seja irrepreensível às críticas. Entretanto, três autores se destacam e são, portanto, sempre lembrados quando se caminha por essa seara. Estamos nos referindo novamente a Mosca, Pareto e Michels, este último responsável pelo elo entre oligarquias e elites. Secundariamente, uma infinidade de autores pode ser lembrada, especialmente nos Estados Unidos, onde, segundo Bobbio (2004), a teoria das elites se renovou e conquistou sua cidadania na ciência política contemporânea. Merecem destaque Wright Mills e Robert Dahl, os quais polarizaram um grande debate sobre o tema, tendo o primeiro defendido a existência de um monopólio do

poder nesse país por uma elite coesa e o segundo, ao criticar essa hipótese, tendo defendido a existência de conflitos intraelitistas.²¹

Apesar das divergências, alguns pontos comuns dessa teoria podem ser apontados. Eles são primordiais para o entendimento do fenômeno das elites: 1) em toda sociedade que se encontra organizada há relações, entre indivíduos ou entre grupos, pautadas por desigualdade; 2) a desigualdade tem como causa principal a distribuição diferenciada de poder; 3) o mais determinante entre as formas de poder é o poder político; 4) é sempre uma minoria de pessoas que detém o poder; 5) essa minoria consegue deter o poder em relação à maioria porque os membros da classe política dominante são mais solidários e coesos em relação à manutenção das regras do jogo; 6) um regime se diferencia do outro de acordo com a trajetória de ascensão, desenvolvimento e queda das elites; 7) é a massa o elemento oposto à elite, formada por pessoas que não têm poder e é maioria na sociedade, a serviço da minoria.

Na literatura brasileira, esse debate extrapolou o campo da teoria social, servindo também aos historiadores. A grande referência continua sendo José Murilo de Carvalho e sua tese acerca da elite política imperial, embora seja também de significativa importância, inclusive sob a sua influência, a obra de Marieta Ferreira (1994). José Murilo de Carvalho (2003) se destaca ao estabelecer um diálogo com Mosca e Pareto, enaltecendo-os pela vinculação entre “elite” e dinâmica social, em contraposição a outras obras, presas ao questionamento “quem manda?”, logo, limitadas em suas análises. Nem por isso os indulta de críticas, como a imprecisão que carregam a respeito do surgimento das elites.

Não obstante, é evidente a constatação que realiza quanto ao debate alusivo aos métodos utilizados pelos teóricos sociais, particularmente aos que se guiam pela pergunta “quem manda?”. José Murilo de Carvalho identifica dois métodos principais: o de posição, que define elite política por aqueles que ocupam o poder, e o de decisão, por aqueles que realmente exercem esse poder, mesmo se não ocupam posições formais de poder. Em sua obra, trabalha na primeira parte com o critério de posição: a elite política imperial é interpretada por seus componentes em cargos políticos (conselheiros de Estado, senadores, deputados gerais e ministros); na segunda parte, quando analisa a política imperial, trabalha

²¹ Para mais detalhes, cf. Bobbio (2004) e Pinto (2011).

com o critério de decisão.²² O autor, porém, não se preocupa em estabelecer uma conceituação precisa.

Nesse ponto, nos auxilia Marieta Ferreira. Embora a historiadora também não se prenda a conceitos construídos por grandes autores, estabelece uma delimitação precisa, destacando-se também — assim como José Murilo de Carvalho — tanto por renegar o determinismo econômico nas decisões políticas, quanto por adotar o critério de posição, seguido do critério de decisão na análise das elites políticas.

Assim, por elite política designaremos os grupos que, no período estudado, monopolizavam os mecanismos de poder mantendo vínculos com a classe econômica e socialmente dominante. Ao destacarmos esses grupos estamos querendo evitar o rígido determinismo dos fatores não políticos, particularmente econômicos, sobre as decisões políticas. Sem pretender negar a base classista da elite política fluminense, queremos chamar a atenção para o fato de ela não se esgotar sua ação como representante dos proprietários de terra, ou como uma simples executora dos interesses desta classe dentro do aparelho do Estado.

Contudo, a pertinência do uso do conceito de elite política não resolve os problemas de sua delimitação. Seguindo a orientação proposta por Christophe Charle em *Les elites de la République (1880-1900)*, p.3, não recortaremos as elites fluminenses a partir de definições apoiadas em citações de grandes autores, mas a partir do nosso próprio objeto de estudo — os indivíduos que ocupavam cargos no Executivo e no Legislativo fluminense (FERREIRA, 1994, p. 30-31, nota n.1).

Essa definição trata da elite política fluminense, mas é perfeitamente aplicável à realidade sociopolítica espírito-santense. A elite política local era, na Primeira República, constituída por indivíduos que ocupavam os mesmos cargos políticos (nos poderes Executivo e Legislativo federal), se comparada àquela residente no Rio de Janeiro, assim como de modo similar possuía vínculos estreitos com os interesses cafeeiros, embora não fosse formada majoritariamente por essa camada e nem sempre atendesse seus anseios mais imediatos.²³ Esse é um ponto passível de discussão, cujo foco não interessa neste momento. O que importa descobrir é a interação dessa elite com um dos seus membros, talvez o mais importante durante os primeiros anos republicanos, qual seja Moniz Freire, e de que forma essa relação

²² De forma similar trabalha Marieta Ferreira (1994) e Cláudia Viscardi (2001). Sobre o balanço historiográfico, tomamos, como auxílio, análise feita por Surama Pinto (2011).

²³ Este trabalho não objetiva entrar a fundo no debate acerca do papel do Estado como representante dos interesses econômicos. Contudo, podemos observar que, nas primeiras décadas republicanas, o governo estadual procurou colocar em prática o projeto de desenvolvimento regional que vinha sendo forjado ao longo do século XIX, que, a despeito de reafirmar a vocação agroexportadora do Espírito Santo, priorizava a transformação da capital na principal praça comercial do Estado, em detrimento das demais. Dessa forma, surgia uma polarização entre regiões: a sul (a mais rica, cafeeira) e a da capital (onde residia a elite política responsável por conformar esse projeto). Em suma, ao mesmo tempo em que atuava para dinamizar o modelo agroexportador, o Estado agia conforme interesses próprios destoantes de determinados setores regionais. Sobre isso, cf. Santos (2005) e Quintão (2010).

foi capaz de produzir uma representação desse ator histórico, a ponto de configurar sua dominação de tipo carismática sobre uma parcela dessa elite.

Evidentemente que essas relações sociopolíticas possuíam um pano de fundo propício. Juntos, os integrantes da elite compunham um grupo relativamente coeso, que chamamos “oligarquia”. É praticamente um consenso definir as elites políticas dessa forma quando se trata de estudar a Primeira República. Cabe entender mais intensamente como esse conceito vem sendo trabalhado pela historiografia, mormente quanto às classificações, para, *a posteriori*, propor-se uma alternativa de modo que se torne possível compreendê-lo em interação mais íntima com as interpretações por ele tecidas.

Não cabe neste estudo um balanço historiográfico minucioso quanto a tão rico tema. O que se pretende é reconhecer as contribuições que podem auxiliar nesta investigação, relativizando e questionando algumas análises realizadas a fim de sustentarmos nossa hipótese.

2.2 ESTADOS, OLIGARQUIAS E TENDÊNCIAS DA “VISÃO TRADICIONAL”

É comum encontrarmos, na historiografia da Primeira República, duas importantes tendências interpretativas consensuais que chamam atenção e que, de certo modo, interagem. A *primeira tendência* diz respeito à emergência, com a Proclamação da República, de um federalismo desigual, isto é, da existência de uma hierarquia entre Estados, caracterizados por grandezas diferentes, no que tange aos aspectos político e econômico. Nessa perspectiva, três Estados mais importantes formariam um verdadeiro “triumvirato”, termo utilizado por Steven Topik (1987) e repetido por Cláudia Viscardi (2001) quando analisou essas interpretações. Esse “triumvirato” era composto por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, este último ocupando espaço que originalmente pertencera à Bahia na política dos governadores (FAORO, 2000).

Para uma gama de autores que segue essa linha²⁴, esses Estados tinham os maiores pesos políticos na federação. Logo, exerciam significativa influência nas decisões administrativas, inclusive nas eleições, o que em boa parte explica o fato de quase todos os presidentes da República eleitos nesse período terem saído das oligarquias pertencentes a alguma dessas três unidades federativas.

²⁴ Entre eles, podemos citar Boris Fausto (2002a), Joseph Love (2000), Maria do Carmo Campello de Souza (2001), Renato Lessa (1999), Renato Perissinotto (1994) e Steven Topik (1987).

Esse protagonismo é reproduzido nitidamente no estudo de Renato Perissinotto (1994). O estudioso defende que, além de principais protagonistas da federação, polarizavam a clivagem resultante dos principais conflitos políticos do período, como as sucessões presidenciais e a política salvacionista. De um lado, São Paulo e Minas Gerais, representantes de interesses agroexportadores, e, do outro lado, sob a chefia do Rio Grande do Sul, os demais, voltados para o mercado interno.

Em seguida, vinham os de segunda grandeza, compostos por Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, após perder seu posto de terceira força para o Rio Grande do Sul. Eram atores políticos coadjuvantes, todavia de presença significativa, contribuindo para compor coalizações políticas, no máximo com a indicação de vice-presidentes, ou para formar oposições, lançando candidaturas na oposição ao governo, em campanhas quase sempre fadadas ao insucesso. Nas palavras de Joseph Love (2000), constituíam nada mais que participantes “ocasionais” na política brasileira.

Por fim, sobravam os demais, fracos politicamente, porquanto eram completos “seguidores” incapazes de se posicionar como vozes ativas dentro do cenário político nacional. Afora casos excepcionais, tal e qual o da oligarquia paraibana, que conseguiu ter eleito um presidente da República oriundo de seus quadros, esses Estados não contribuíam de forma expressiva para compor as coligações políticas na concorrência ao Palácio do Catete, sobretudo nas alianças vencedoras. Para Raimundo Faoro (2000, p. 568), havia uma espécie de “círculo vicioso” na medida em que os pequenos Estados “[...] obedecem porque são pobres e continuam pobres porque não participam dos estímulos comandados pela União”.

Francisco Iglésias, por outro lado, estabelece uma classificação um pouco mais complexa quanto aos níveis, definindo quatro classes de Estados (e suas respectivas oligarquias), em vez de três, visão mais aceita. Havia São Paulo e Minas Gerais, os quais constituíam a primeira classe, por gerarem os presidentes da República; os de segunda classe, que davam presidentes e ministros; os de terceira, responsáveis por prover autoridades menos importantes; e os de quarta classe “[...] que não davam autoridades e eram escolhidos para eleição de senadores e deputados amigos da situação” (IGLÉSIAS, 2006, p. 209). Observamos que não há preocupação em “enquadrar” diretamente os demais Estados, afora a dupla “café com leite”, cabendo-nos questionar onde estaria o restante nessa abordagem, entre os quais Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco nessa classificação.

Margarida Neves (2006), por sua vez, também apresenta uma hierarquia que não leva em consideração o papel “desestabilizador” do Rio Grande do Sul. No entanto, preocupa-se em enquadrar um maior número de Estados dentro das “classes” estabelecidas, embora omita alguns. Segundo a autora, São Paulo e Minas Gerais se encontravam num plano mais acima, seguidos por Rio de Janeiro com o Distrito Federal, Bahia e Rio Grande do Sul. Em seguida, o bloco dos principais Estados nordestinos (tais como Bahia e Pernambuco) e, logo após, os Estados do Norte, Santa Catarina e Paraná. Por fim, Estados de menor força política, como Piauí e Sergipe.

E finalmente, ressalte-se a análise de Cláudia Viscardi (2006). A autora realiza sua investigação fundamentando-se no papel de seis Estados que teriam firmado algum protagonismo no cenário político: além do “triunvirato”, compunha esse grupo Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. A estudiosa baseia-se em critérios mais consistentes para forjar esse quadro, tais como a representação parlamentar, a ocupação de cargos ministeriais, a ocupação de presidência das comissões parlamentares, a população e a produção industrial.

Apesar de algumas discordâncias, há o consenso geral de que havia uma espécie de “fosso” separando essas unidades federativas (e suas respectivas oligarquias), estando a maioria delas do lado correspondente aos desprivilegiados, coadjuvantes, fracos politicamente para acessar as principais benesses da União. Era a situação em que se encontrava o Espírito Santo, preterido pelo governo brasileiro desde o período monárquico, quando Província, em relação às outras regiões do país. Descaso perceptível nas cartas que Moniz Freire escreveu a D. Pedro II, publicadas em 1885. Em uma delas, lamenta a indiferença do Senado em relação a um projeto, ainda de 1856, o qual tratava de uma subvenção por cinquenta anos a uma companhia de navegação do Rio Doce, lembrando-se do “[...] desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império, não porque ela seja indigna de incentivos, ou pouco susceptível de progresso” (FREIRE, 2012, p. 17).

O Espírito Santo é representado como um território desconhecido, vítima do desamor e mau humor dos políticos brasileiros²⁵, tendo contribuído para tanto a completa ausência de representantes dessa Província nos quadros da administração monárquica, ao longo de todo o Segundo Reinado, no que diz respeito à composição dos gabinetes ministeriais.²⁶ Essa

²⁵ Esse assunto será mais aprofundado na Seção 4.

²⁶ Essas informações podem ser encontradas em Schwartzman (1970), em que o autor apresenta a porcentagem de composição de cada Província, por gabinete, de 1840 a 1889. O Espírito Santo não é sequer mencionado.

realidade adentra o período republicano, uma vez que não houve participação de políticos capixabas nos ministérios, fato responsável por levar o Estado a ser definido como um “satélite” na federação brasileira (SUETH, 2006).²⁷

Em relação à força política dos principais Estados brasileiros, é consensual a interpretação que estabelece um vínculo com a questão econômica. O primeiro depende em boa parte do segundo. Nesse aspecto, atribui-se um peso econômico muito maior para São Paulo e Minas Gerais, economias agroexportadoras mais prósperas, em detrimento dos demais Estados, caracterizados genérica e equivocadamente como “economias decadentes, sem vínculos com o mercado externo” (LESSA, 1999). Tal generalização, embora acertada para os primeiros, nem sempre dá conta dos pequenos Estados, a começar pelo Espírito Santo, o qual se enquadrava no rol dos Estados agroexportadores²⁸, apesar da pouca expressividade de sua oligarquia no cenário político brasileiro. Assim, uma “simples” economia regional voltada para o comércio internacional não pode necessariamente ser encarada como sinônimo de força política na federação.

Também de forma generalizada, Maria do Carmo Campello de Souza compreende o quadro econômico brasileiro. Ela o define como “um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependentes cada uma dos embalos da demanda externa para a determinação de seu peso e importância na economia do país” (SOUZA, 2001, p. 164). Conquanto possa desconsiderar economias regionais voltadas para o mercado nacional, como o próprio Rio Grande do Sul, a autora é, pela afirmação anteriormente feita, quem melhor tipifica a íntima relação entre a política e a economia, ao tratar o desenvolvimento econômico e o vínculo com o mercado externo como referência sociopolítica até 1930. Para ela, o poder está abrigado nos Estados, isto é, o papel de atores político, com ênfase nos economicamente mais fortes.

Dentro dessa lógica, os ditos principais atores políticos da federação, componentes do “triumvirato”, são analisados à parte quando se estuda o período. Essas análises objetivam compreender a íntima relação entre os aspectos econômicos e o papel que esses Estados

²⁷ O termo “satélite” pode ser encontrado em Joseph Love (2000) e em Boris Fausto (2002a), também se referindo a outros Estados com menor expressão política na Primeira República.

²⁸ A respeito da economia agroexportadora no Espírito Santo da Primeira República, cf. Gabriel Bittencourt (2007), Leandro do Carmo Quintão (2010) e Maria da Penha Siqueira (1995).

desempenham no jogo político.²⁹ De forma geral, São Paulo e Minas Gerais, economias cafeeiras exportadoras, são vistas como portadoras de uma hegemonia política através da aliança conhecida como “Política do café com leite”³⁰; o Rio Grande do Sul, caracterizado pela atividade voltada para o mercado interno e — deste modo, marcado por interesses díspares dos mineiros e paulistas — identificado como força desestabilizadora dessa aliança, mediante forte ligação com o exército.³¹

Essa interpretação foi criticada por Cláudia Viscardi, que a acusou, sem negar a atuação das respectivas oligarquias, de desconsiderar o papel das Forças Armadas e do próprio Estado nacional como protagonistas no processo histórico, papel correspondente às unidades federativas (VISCARDI, 2001, p. 31). Essa crítica pode ser complementada por outra, feita por Ana Luiza Backes. Em sua tese de doutorado, na qual revisita as interpretações acerca do pacto de Campos Salles, Backes discorda dos modelos propostos por Joseph Love, Campello de Souza, Raimundo Faoro e Edgard Carone. Segundo a cientista política, eles comungam de uma visão realizada “de trás para frente”, por terem colocado o que entende por “regionalismo” como algo que não precisasse ser explicado, isto é, o papel de protagonismo político dos Estados como algo “natural” na Primeira República. Dessa forma, para ela, o enfoque que prioriza essas partes da federação como atores políticos principais “[...] subestima as instituições políticas nacionais que estavam em funcionamento desde o Império — mormente o Exército e o parlamento” (BACKES, 2004, p. 22). A questão do protagonismo por parte das principais unidades federativas, identificado por esses autores, é em parte reproduzida na segunda tendência interpretativa, a seguir.

²⁹ Dentre os autores que defendem a hegemonia do “triunvirato”, destacam-se Joseph Love (2000) e Maria do Carmo Campello de Souza (2001). Boris Fausto (2002b) e Simon Schwartzman (1988) deixam subentendido esse pensamento, fundamentando-se nos dados retirados de Joseph Love acerca da presença desses Estados nos principais ministérios. Raimundo Faoro (2000) aponta a emergência de um triângulo de poder que passa a protagonizar as sucessões presidenciais, com a emergência do Rio Grande do Sul ao posto outrora da Bahia.

³⁰ Em relação à “Política do café com leite”, Cláudia Viscardi apresenta uma tese revisionista, defendendo que a estabilidade do modelo político em vigor até 1930 estava condicionada à instabilidade das alianças entre Minas Gerais e São Paulo, impedindo a perpetuação da hegemonia de um ou de ambos, bem como a definitiva exclusão de outros Estados (2001).

³¹ Essa assertiva é defendida por Joseph Love (2000) e Boris Fausto (2002b). Fausto chega inclusive a elencar as razões da aproximação entre a oligarquia gaúcha e o Exército, tais como a existência de uma guarnição militar ali alojada, as intermitentes lutas armadas na região, a influência do positivismo e até mesmo a política econômica conservadora, anti-inflacionária, defendida (FAUSTO, 2002a). Já Simon Schwartzman trabalha essa questão descartando a ideia de haver uma fusão entre as lideranças políticas do Rio Grande do Sul e do Exército, sem perder de vista a íntima relação existente entre ambos (1988,). Raimundo Faoro, por sua vez, atribui ao Rio Grande do Sul o papel de único capaz de divergir do sistema político, sem temer intervenção federal, isto devido à sua poderosa milícia, a Brigada Militar (2000).

A *segunda tendência* interpretativa se refere às formas de classificação das oligarquias estaduais. Alguns autores construíram a preocupação de realizar essa análise em seus trabalhos acadêmicos, a fim de tipificar as realidades e os tipos de mandonismo encontrados em cada Estado. Dos que realizaram alguma abordagem acerca desse assunto, três apresentaram classificações mais consistentemente discutidas e — sob alguns aspectos — até mesmo inéditas: Sílvio Romero, Edgard Carone e Eul-Soo Pang, enquanto os demais se limitaram a reproduzir interpretações já construídas por esses autores, especialmente a de Carone, preferindo generalizações que nem sempre dão conta de explicar determinada realidade regional ou mesmo local. Começaremos pela categorização mais antiga.

2.2.1 Sílvio Romero

Sílvio Romero foi um os grandes intelectuais a portar a preocupação de classificar as oligarquias. Nascido em Sergipe e oriundo da “Escola de Recife”, um dos integrantes da geração 1870³², foi advogado, político, jornalista, filósofo e professor, possivelmente o primeiro estudioso a analisar de maneira mais aprofundada as modalidades de oligarquias existentes, sobretudo aquelas contemporâneas à sua vida ativa de pensador e político. Influenciado por diversos autores, entre os quais Spencer e sua filosofia evolucionista, propôs-se, desde jovem, a analisar a realidade brasileira, entendendo o estudo da política como um dos meios para alcançar tal fim (COLARES; ADEODATO, 2011).

De acordo com Luiz Alberto de Almeida (2008), Sílvio Romero se encontrava entre os autores que modificaram os rumos de suas respectivas produções, quando excluídos do projeto político-cultural que se tornou dominante no período republicano, sempre por razões políticas. De republicano e, portanto, de ferrenho crítico da monarquia, ele passou a atacar com mais vigor o novo regime, o qual tanto defendera nos primeiros anos de sua vigência. De fato, o alvo de suas condenações não era o regime enquanto essencialmente republicano, mas tudo aquilo que compreendia fazer parte de seus vícios, entre os quais sua elite dirigente, os militares e até mesmo os seus valores simbólicos. Iniciou por meio de discursos e textos uma batalha contra tudo o que tornava a República uma realidade distante daquela almejada nas suas campanhas republicanas ou mesmo contra o que fazia o Brasil não se parecer com povo algum do planeta, exemplificado no trato pejorativo que dava a esse país quando comparado aos demais (ROMERO, 1910).

³² Sobre a geração 1870, cf. Seção 3.

Entre os diversos componentes do “mosaico” da natureza negativa da República³³, estavam as oligarquias. Munido de um olhar mais focado nas questões econômicas e de interesses políticos pragmáticos, passou a considerá-las responsáveis, em grande parte, pela ordem social por ele chamada de “federalismo caudilhista, que esfacela todo o país armando Estados contra Estados” (ROMERO, 1910, p. 273-274) e pelo desvirtuamento do projeto republicano. Nesse sentido, procurou combatê-las em seus livros e discursos, como na conferência de 26 de agosto de 1903, no centenário de Duque de Caxias.

Não obstante, foi em discurso pronunciado no dia 31 de maio de 1908, munido de sua típica “agressividade textual, capacidade argumentativa [...] e um espírito destruidor capaz de provocar inimizades e rancores externos” (ALMEIDA, 2008, p. 83), que se prestou a analisá-las minuciosamente, expondo todo o mal que causavam ao país. Romero justificava a classificação das oligarquias, externando angústia e indignação acerca de sua existência, entendendo ser fundamental destruí-las, pois eram “[...] monstruoso parasita [...] [e] fecundo manancial de nossas desgraças” (ROMERO, 1910, p.403-404). Enxergava como solução o completo estudo de sua gênese e classificação que, porém, devesse ser realizada por intelectuais.³⁴ Reforçava essa opinião com a descrença na capacidade dos políticos, rotulados como inimigos dos verdadeiros intelectuais, incapazes de se preocuparem com coisas sérias e de realizarem estudos que ultrapassem alinhamento de frases. O quadro desfavorável da situação política brasileira foi apresentado pela metáfora de um mastodonte, simbolizando o país, dividido em vinte pedaços, representando os Estados, que apodrecem e são devorados por abutres, as oligarquias.

Após exteriorizar sua consternação, Sílvio Romero define os quatro tipos de oligarquias que retalham o “crucificado” Brasil. A primeira delas são as *oikocracia* ou *oikocracia*. O primeiro dos nomes se refere a uma fusão entre oligarquia e o termo grego *oiko*, originalmente “casa”. Seriam oligarquias originadas a partir da casa, do lar,

³³ Segundo Luiz Alberto Almeida, foram muitos os componentes do cenário de desilusão o qual vivia, dos quais se destacam “[...] o sistema de governo, os militares, a elite dirigente, o povo, as oligarquias e os intelectuais [...]. Não sobra sequer sua própria trajetória pessoal, das mais brilhantes e equivocadas, lúcida e reacionária, da história intelectual brasileira” (ALMEIDA, 2008, p. 125-126).

³⁴ A respeito de sua defesa em relação aos intelectuais, considerava-os mais capazes e verdadeiros portadores do papel civilizador e compromissado com a regeneração do país (ALMEIDA, 2008).

[...] porque não passam de reproduções do *obsoleto familismo primitivo*, mero *comunarismo* de família, conhecido em remotos tempos, de há muito desaparecido dentre gentes cultas, fórmula bastarda de organização político-social, cujo exemplar mais completo entre nós é o que se poderá apelidar – o *acciolismo* – cearense. (ROMERO, 1910, p. 412). .

Romero aproveita as classificações para fundamentar suas críticas pessoais, com exemplos sólidos. Em questão, ataca a família Acióli, que dominou o Ceará por aproximados quinze anos, entre 1896 e 1911³⁵, até então próxima politicamente de Pinheiro Machado, considerado pelo intelectual um dos maiores culpados pela situação negativa da política no Brasil.³⁶ “Esse *acciolismo oikoarquico* é o tipo mais generalizado das oligarquias brasileiras: o tipo *familista*” (ROMERO, 1910, p. 412-413).

Seguindo sua linha de raciocínio, Romero apresenta o segundo tipo de oligarquias existente. Trata-se de um pequeno grupo, de pessoal insuficiente para se caracterizar o familismo, tendo assim que dividir o poder com aliados, “alguns amigos e camaradas do peito”. Uma “hibridação” do qual chama de “grupismo semifamilista e amigueiro”, que podemos compreender como uma rede de famílias e aliados que controlam politicamente um determinado Estado. Logo, como bem lembra o autor, corresponde mais de perto ao significado do termo “oligarquia”. São apresentados exemplos em diversos Estados, o que torna esse tipo nada incomum: Maranhão, com o grupo dos Benedito Leite; no Piauí, com os Pires Ferreira e os Anísio de Abreu; em Pernambuco, com os Rosa e Silva; chegando até mesmo em São Paulo, com os Glicério (referência a Francisco Glicério, antigo líder do Partido Republicano Federal – PRF), com os Rodrigues Alves, entre outros grupos; em Minas Gerais, com os “Penna” (referência a Afonso Pena, então presidente do Brasil no dia do discurso), entre outros grupos e Estados (ROMERO, 1910).

O terceiro tipo é identificado, embora sem abandonar as generalizações, por características mais peculiares — as traições políticas — e têm relação direta com algumas influências teóricas adquiridas pelo autor ao longo de sua trajetória enquanto intelectual. Alude somente aos Estados da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Goiás. Nesses lugares, as oligarquias são marcadas pela

³⁵ A respeito da oligarquia da família Acióli, cf. Carone (1975). O historiador apresenta um pequeno histórico da emergência, do domínio e da decadência dessa família no Ceará.

³⁶ São diversas as críticas e os adjetivos pejorativos de Sílvio Romero endereçados a Pinheiro Machado. Em uma de suas obras, o autor o chama de detestável politicão, déspota, oligarca-mor. Curioso observar que em muitas passagens se refere pejorativamente a outros políticos como “Pinheiros Machados” (ROMERO, 2001).

[...] reprodução atávica do sistema dos *Indunas* africanos e por isso tem reinado preferentemente nas terras onde o mestiçamento dessa origem é mais intenso no país: a subserviência matreira, como meio de sucessão no poder e a subsequente *traição*, como meio de substituir um grupo oligárquico a outro (ROMERO, 1910, p. 415, grifo do autor). .

A presença de determinados descendentes africanos e, principalmente, a mestiçagem, aspectos eminentemente raciais, seriam fatores determinantes para forjar governos oligárquicos marcados por subserviência matreira seguida de traição. A fim de reforçar seu pensamento, justifica os exemplos utilizando a histórica presença do trabalho escravo e de atividades monocultoras de exportação nos locais onde ocorre esse tipo:

Na terra clássica do antigo operariado negro no cultivo do tabaco e da cana de açúcar - *Severino* destrona a *Vianna* e é destronado por *Marcellino*, **que o será infalivelmente por alguém**; nas terras do *Rio da escravidão* [Rio de Janeiro], *Peçanha* trai a *Portella* e outros e é traído por Backer, **que o será por seu turno**; nas regiões do goiano e dos pastoreios de coribocas, - *Bulhões* é traído por *Xavier de Almeida*, que o será também oportunamente por outro; **no Espírito Santo, Moniz Freire é traído por Henrique Coutinho, que há de mais tarde ter o mesmo destino**. Uma verdadeira degradação!... (ROMERO, 1910, p. 415, grifos do autor e grifos nossos).

O primeiro ponto a nos chamar a atenção é que Sílvia Romero, com ar de propriedade e certeza, chega a prever o destino de alguns integrantes dos grupos políticos exemplificados, acreditando na “automática” transição do papel de traidores para o de traídos, como se os acontecimentos estivessem previamente determinados. Para realizar esse julgamento, mune-se da teoria racial de Herbert Spencer.³⁷ Ela foi responsável primeiramente por lhe fornecer um ideal de sociedade, especialmente a do liberalismo spenceriano³⁸; em seguida, por despertar a sua atenção “[...] para as formações díspares dos povos mestiçados, nomeadamente os da América do Sul, e por esse caminho, havia sido conduzido às conclusões a que cheguei em todos os escritos acerca de minha pátria” (ROMERO, 2001, p. 34). Seria a sua grande referência para identificar e analisar os povos considerados “inferiores”.

O segundo ponto é a sua opinião sobre a mestiçagem. Com o passar dos anos, ela deixou de ser positiva para se tornar algo ruim, principalmente por causa da presença de raças negras e

³⁷ Segundo Samuel dos Santos (2008), vários autores influenciaram Sílvia Romero ao longo de sua vida, estando entre eles Ammon, Buckle, Comte, Conde de Gobineau, Darwin, Kant, Lapouge e o próprio Spencer.

³⁸ Luiz Alberto de Almeida trabalha com a formação intelectual de Sílvia Romero no capítulo 2 de sua tese. Sobre as influências de Spencer mencionadas no parágrafo, cf. Almeida (2008). Entre essas influências, estaria o “darwinismo social” que, nos Estados Unidos, “[...] destacava a livre concorrência como lei fundamental da natureza, e o triunfo do mais apto (isto é, do homem de negócios bem-sucedido) sobre os menos aptos (isto é, os pobres). A sobrevivência do mais apto também podia ser indicada, e de fato assegurada, pela conquista das raças e povos inferiores ou pelas guerras contra Estados rivais” (HOBBSAWM, 2006).

indígenas. Dessa forma, passou a enxergar a mistura racial brasileira como uma das causas da degeneração e instabilidade política e moral da população do país (ROMERO, 2001b apud ALMEIDA, 2008). Paradoxalmente, a solução para esse problema seria também a mestiçagem, contudo com raças consideradas superiores, para que houvesse então um paulatino embranquecimento da população. Era essa a fórmula para driblar as críticas vindas de intelectuais europeus, como as do Conde de Gobineau, defensor da superioridade da etnia branca e, destarte, pessimista quanto ao futuro do Brasil (SANTOS, 2008).

Romero, nacionalista, não via com bons olhos essas críticas, apresentando como contraponto a alternativa da miscigenação com a raça branca. Mas não discordava de Gobineau em suas doutrinas raciais. Assim, por um lado classificava a raça branca, particularmente a anglo-saxã, como a mais completa, tornando-se condição *sine qua non* sua assimilação para surgir o Brasil “dos sonhos”, por meio da imigração³⁹; por outro, a mestiça, composta por seres inferiores, incapazes de reproduzir adequadamente leis, constituições e instituições “dos mais aptos”. De tendência “grupista”, uma herança ibérica, seria ela a responsável por um regime político “centralista”, cujo instinto de conservação implica a existência de um caudilho, um oligarca, um clã dirigente e opressor (ROMERO, 2001).

O ponto consecutivo a evidenciar-se no pensamento do filósofo é a vinculação que faz entre raça e traição. Os descendentes de escravos, ocupando posições políticas e pertencentes a determinadas facções, seriam “naturalmente” propensos a esse tipo de atitude negativa. A elas, Romero nutria repúdio particular, mágoas das traições políticas que acreditava ter sofrido. Vinham tanto da classe política, responsável pelo surgimento de uma República muito aquém daquela idealizada quando jovem, quanto de intelectuais, como Machado de Assis, um dos representantes do “próprio saber oficial, [d]a vida intelectual e institucionalizada da nação” (ALMEIDA, 2008, p. 124).

Por fim, destacamos a classificação de Sílvio Romero que trata do grupo político que nos propomos a investigar. A oligarquia de Moniz Freire serviu de exemplo para referendar a crença de que o Espírito Santo se enquadrava no rol dos Estados fadados a serem governados por políticos acostumados aos atos de traição, isso, conforme vimos, fruto da mestiçagem.

³⁹ Sílvio Romero (2001, p. 233-234) identifica no Brasil dos seus sonhos a assimilação da formação e dos contingentes das “raças particularistas do norte”, mas com o uso exclusivo da língua portuguesa para que não se perdesse a “constituição histórica luso-americana”. Deixa clara sua simpatia pela imigração europeia, seu projeto de embranquecimento da população brasileira e seu nacionalismo étnico-linguístico (SANTOS, 2008).

Estaria entre os locais onde a presença africana foi significativa e, mais precisamente, onde houve o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas (fumo e cana de açúcar). Desse modo, a seu ver, esses requisitos determinaram — e determinarão — que a alternância de poder deve ocorrer mediante contínuos “destronamentos”, algo inevitável, o que torna tal classificação diretamente condicionada ao meio físico e social.⁴⁰

Remetendo-nos às classificações que o autor realiza, chegamos a quarta e última, chamada de “castilhismo positivoide”. Analisada em poucos parágrafos, Romero justifica essa denominação.

É um agrupamento *sui generis* de índole semidoutinária, que sabe espalhar o *terror*, tendo tido sempre a fortuna de estibar-se em três alavancas: a dinheirama originada do *contrabando* das fronteiras, os recursos das *tropas federais*, e tal ou qual prosperidade, produzida pelos *colonos*, de origem estrangeira.

Grande parte da população, porém, vive foragida no Estado Oriental [do Uruguai], na Argentina e em vários Estados brasileiros, sob o estigma de federalistas ou maragatos. Como chefe no Rio de Janeiro tem o castilhismo destacado um célebre caudilho [Pinheiro Machado], – tutu de todos os covardes e protetor de todos os imbecis... (ROMERO, 1910, p. 416)

Sílvio Romero atribui apenas ao Rio Grande do Sul essa classificação, porquanto entende ser uma situação “especial”. Para melhor defini-la, utiliza como ferramenta todo o seu ódio e desprezo pelo positivismo ortodoxo⁴¹, pela oligarquia gaúcha (sobretudo na pessoa de Pinheiro Machado) e pelas agitações sociais, em questão a Revolução Federalista.

Em relação ao positivismo, Romero, outrora influenciado por Comte, rompe com esse paradigma. E, de discordâncias teóricas iniciais, o sentimento tornou-se de total aversão, pois o positivismo entrou no campo da política sob a forma que mais rechaçava: para fundamentar

⁴⁰ De acordo com Samuel Martins dos Santos (2008), a crença na capacidade de interferência do meio físico e social na formação de uma sociedade é fruto da influência recebida da Escola de Le Play. Esse pensamento pode ser identificado em Romero (2001, p. 230) quando afirma que a doutrina de Le Play, “[...] vigorizada por Tourville, Demolins, Rousiers, Poinsard, Pinot Descamps e toda uma plêiade de ousados investigadores, presta o inestimável serviço de ensinar a observar o povo nas diversas zonas do país na labuta especial de seu viver, de seus modos e meios de trabalho, determinar a consequente estrutura da família que brota naturalmente daqueles fatores primordiais e o caráter inevitável que dali advém à população”.

⁴¹ O positivismo foi uma corrente de pensamento que tinha princípios básicos formulados por Augusto Comte (1798-1857). No Brasil, de forma geral, seus adeptos pregavam, entre outras medidas, um Estado laico, modernização conservadora, neutralização dos políticos tradicionais, a abolição. Após a morte de Comte, houve uma divisão entre seus seguidores, girando em torno das pregações finais de Comte, as quais possuíam cunho simbólico-religioso. Nesse sentido, os “ortodoxos” foram fieis seguidores ao último estágio das ideias comtianas, enquanto os “dissidentes” ou “heterodoxos” discordavam dessa guinada, acusando Comte de insanidade. Sobre isso, cf. Carvalho (1990), Fausto (2002b) e Maestri (2011).

tanto conflitos armados, como a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul⁴², quanto facções políticas, como a de Júlio de Castilhos⁴³, vencedor do conflito. Consciente da necessidade de desconstruir a teoria positivista, em 1895 chega inclusive a escrever uma obra, intitulada *Doutrina contra Doutrina: evolucionismo e positivismo no Brasil*, em que critica a concepção estanque de evolução e apresentação do positivismo como única filosofia capaz de emancipar a sociedade (SANTOS, 2008).

Essa aversão doutrinária sem dúvida foi alimentada pela aversão, também crescente, às oligarquias, em especial àquela residente no Rio Grande do Sul. Isso explica em boa parte a razão de ter dedicado uma classificação exclusiva para esse grupo. Para ele, o “castilhismo positivoide” reunia o que entendia haver de pior, dedicando-se, em uma de suas obras⁴⁴, a falar duramente a respeito desse grupo. Como agravante, é de lá oriundo Pinheiro Machado⁴⁵, o “oligarca dos oligarcas”, considerado por Romero um dos principais responsáveis pela situação política negativa vivida pelo Brasil.

Jurando amar aquela terra, não poupou esforços em criticar a classe que governava o Estado, a qual chamava de “gente mais odienta de todo Brasil”, portadora de almas “[...] semibárbaras de egressos do *regímen* pastoril, envenenadas pelas doutrinas e manhas ditatoriais de um meio positivismo grosseiríssimo” (ROMERO, 2001, p. 198).

⁴² A Revolução Federalista ocorreu entre 1893 e 1895 no Rio Grande do Sul. Foi uma guerra civil entre republicanos históricos, adeptos da teoria positivista, liderados por Júlio de Castilhos e aglomerados em torno do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), e antigos membros do Partido Liberal, liderados por Silveira Martins, aglomerados em torno do PF (Partido Federalista). Após sangrentos conflitos, o grupo de Castilhos, com apoio do governo federal, saiu vencedor (FAUSTO, 2002b).

⁴³ Júlio Prates de Castilhos foi importante ator político no Rio Grande do Sul, principalmente durante a Primeira República. Assim como Moniz Freire, era formado em Direito na Faculdade de São Paulo e influenciado pelas ideias positivistas comtianas. Era republicano e foi, portanto, um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), juntamente com Assis Brasil e Pinheiro Machado, no ano de 1882. Foi vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1890 e, ainda no mesmo ano, eleito deputado federal constituinte. Foi por duas vezes presidente do Estado (julho-novembro de 1891 e entre 1893 e 1898). Participou ativamente da guerra civil em seu Estado, conhecida como Revolução Federalista (1893-1895), do qual seu grupo acabou sendo o maior vencedor, apesar dos esforços pacificadores de Prudente de Moraes. Foi incontestado chefe político regional, até 1903, ano de sua morte. Cf. Silva, (s.d. a).

⁴⁴ A obra é intitulada *O Brasil na primeira década do século XX* e foi publicada pela primeira vez em 1910, quatro anos antes de sua morte. Para ver um resumo desse livro, cf. Moraes Filho (1999, p. 57-63). De publicação recente, a obra se encontra inserida na íntegra em Romero (2001, p. 103-236).

⁴⁵ José Gomes Pinheiro Machado foi um político oriundo do Rio Grande do Sul. Foi senador por seu Estado natal em três mandatos consecutivos (1890-1915), a começar em 1890, interrompido somente em duas ocasiões: 1892, para lutar ao lado de seu amigo e aliado Júlio de Castilhos, na Revolução Federalista; e 1915, quando foi assassinado. Foi vice-presidente do Senado em duas ocasiões (entre 1902 e 1905 e 1912 e 1915), cargo muito importante, uma vez que o presidente do órgão legislativo era sempre o vice-presidente do Brasil. Foi respeitável ator político no cenário nacional, influenciando tanto algumas das sucessões presidenciais, quanto certos presidentes, como Hermes da Fonseca, auxiliando na composição de ministérios — embora nunca tenha sido ministro. Possuía relações políticas também com diversas oligarquias estaduais. Cf. Silva e Machado (s.d.).

Com o costumeiro vocabulário repleto de palavras fortes, afirmava categoricamente que “[...] se a algum dos ajuntamentos que desgraçam nossas ex-Províncias cabe bem esse qualificativo, é a esse grupete do Rio Grande, onde um chefe incontrastável e meia dúzia de mandarins trazem pela gola a população, sufocando-lhe todas as liberdades” (ROMERO, 2001, p. 198). De certa forma, essa passagem ajuda a compreender o porquê do “destaque” dado à oligarquia gaúcha, que, além de tudo, causava-lhe preocupação em virtude de seu crescimento no cenário político estadual e nacional, mediante a ocupação de diversos cargos públicos.

A análise desse escritor é presa ao seu tempo e obviamente às influências teóricas com as quais teve contato. Teorias raciais, decepção com a república, aversão ao positivismo e às oligarquias, entre outras características, interferiram diretamente na formação de seu pensamento, considerado por alguns autores tão complexo quanto contraditório⁴⁶, possivelmente por causa da sua contínua metamorfose intelectual, fruto das leituras renovadas que realizava. Além disso, prende-se em sua análise às parcialidades dos ataques pessoais, especialmente endereçados a Pinheiro Machado e a todos os seus aliados, em suma, àqueles que de alguma maneira contribuíam para a manutenção da ordem implantada. Fato que repete em diversas obras, mesmo naquelas em que adverte não se prender a determinados nomes (MORAES FILHO, 1999, p. 58).

De modo geral, podemos inferir que as tipologias descritas por Sílvio Romero foram marcadas pelas influências imediatas que o fenômeno das oligarquias regionais produziu em torno dele e pelas suas motivações quase passionais, pautadas por um descontentamento com o regime implantado. Em muito lhe serviu os exemplos práticos, sobretudo para nortear as principais modalidades identificadas. E, a despeito de suas limitações e interpretações personalistas, presas ao contexto político vivido, Sílvio Romero teve o mérito de enxergar nas oligarquias regionais, quando muitos não viam, a responsabilidade pelos problemas brasileiros, que emperravam o desenvolvimento do país (ALMEIDA, 2008).

2.2.2 Edgard Carone

Edgard Carone é uma das grandes referências, senão a maior, no que diz respeito às classificações acerca das oligarquias, bem como à formação de normas interpretativas sobre a

⁴⁶ Cf. Leite (1976) citado por Santos (2008) e Candido (1978) citado por Santos (2008).

Primeira República. Quanto ao primeiro ponto, o historiador expôs essa preocupação em artigo escrito para a Revista de Administração de Empresas, intitulado *Oligarquias: definição e bibliografia*, no ano de 1972. Nesse trabalho, faz uma breve conceituação do termo que o intitula e enfim define as modalidades de oligarquias existentes. Entretanto, ressalta a preocupação que teve em apresentar a classificação realizada por outros dois autores, Sílvio Romero e Valente de Andrade, para, a partir de então, criar um contraponto que lhe garantisse subsídios suficientes para tecer uma categorização mais aprimorada. Focaremos nossa atenção ao primeiro.⁴⁷

Com respeito a Sílvio Romero, lamenta inicialmente o fato de sua obra ter sido considerada secundária. Em seguida, apresenta as quatro classificações estabelecidas pelo intelectual sergipano e, logo depois, emite sua avaliação a respeito delas. Para ele, elas eram marcadas por subjetividade, ambiguidade, por dar muita atenção às nuances em detrimento do problema estrutural que as definiam.

Daí sua separação entre a primeira e segunda categorias ser frágil, pois, na primeira, domina a família e, na segunda, temos a ampliação do domínio familiar para o dos amigos; dessa maneira, o autor amplia desmesuradamente os seus exemplos, incluindo São Paulo e Minas no segundo esquema. Já na quarta categoria, seu critério é ideológico. Assim, a mistura de valores metodológicos é um dos motivos que levam sua classificação a impasses (CARONE, 1972, p. 82).

Assim se constitui sua crítica à tipologia estabelecida por Sílvio Romero, o que de fato faz sentido, na medida em que o intelectual sergipano possuía ferramentas teóricas limitadas para construir sua linha de pensamento a esse respeito e, soma-se a isso, o fato de vivenciar o “calor dos fatos”, alimentando fortes sentimentos passionais a partir dos acontecimentos. No entanto, embora não tenha se equivocado ao afirmar que os critérios de Romero não eram tão coerentes, pautados inclusive pela emoção e por ataques pessoais, Carone não se compromete em conhecer mais densamente a(s) linha(s) teórica(s) do intelectual sergipano, para resgatar as suas influências. Não há nenhuma menção às ideias formadoras do pensamento de Romero, muito menos interlocução com elas, e de que forma contribuíram para a confecção dessa análise.

⁴⁷ A apresentação que realiza sobre a análise de Valente de Andrade, a partir da obra *Evolução política: a queda das oligarquias; ensaio de crítica social*, de 1913, não tem relevância para este estudo na medida em que aquela obra não se preocupa em estabelecer uma proposta tipológica acerca das oligarquias existentes. Assim sendo, Edgard Carone (1972) envereda por outro caminho para realizar sua crítica, que foge ao que foi proposto nesta pesquisa.

Alegando conhecer até então somente essas duas interpretações a respeito da categorização das elites políticas do período, Carone justifica a necessidade de novamente realizar essa tarefa intelectual, atribuindo a ela novos contornos, isto é, uma nova abordagem. Para ele, além do consenso de que é essencial a permanência no controle do Estado para a própria sobrevivência dessa estrutura de poder, deve-se descobrir quais as modalidades que ela possui para realizar tal façanha. E assim realiza sua classificação:

[...] a dos Estados mais adiantados, cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexos, e cujos conflitos são amortecidos pelo mecanismo do partido dominante: a orientação da Comissão Central dos PRs. representa papel moderador e de combate às formas de desvio. Nos Estados menos ricos - a maioria - existem os PRs., mas o controle do grupo ou família é quase absoluto. O partido representa, nestas condições, vontade particular e não o equilíbrio de várias facções, o que conduz a formas políticas violentas e radicais (CARONE, 1975, p. 273).

O historiador realiza uma classificação genérica, mais simplória do que aquela realizada por Sílvio Romero, particularmente quanto à quantidade de categorias propostas. Não obstante, ela é feita sobre regras, em princípio mais coerentes: constrói uma clivagem que distingue os Estados “mais adiantados” dos “menos adiantados”. Os primeiros estariam pautados pela complexidade das relações de produção, dos grupos e das exigências, onde os partidos políticos dominantes em seus locais de atuação, os Partidos Republicanos (PRs), por intermédio de suas respectivas comissões centrais, amorteciam conflitos das facções que entravam em disputa pelo seu controle e combatiam as possíveis formas de desvio, as dissidências internas. Em contrapartida, Carone não deixa muito claro o real significado de complexidade “nas relações de produção”, nos “grupos” e principalmente “nas exigências”. Em vez disso, opta por exemplificar a ação dessas oligarquias através da historicização de suas máquinas partidárias, nos três Estados que as identificam: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Arquitetando sua linha de raciocínio, Carone utiliza-se de narrativa para explicar a formação das respectivas agremiações — Partido Republicano Paulista (PRP), Partido Republicano Mineiro (PRM) e Partido Republicano Rio-grandense (PRR), incluindo os principais representantes políticos e suas facções os quais giravam em torno dos PRs. Não há nenhuma análise a respeito das economias regionais, nem mesmo sobre quais seriam as complexas “exigências” que elas possuíam. Apesar disso, há uma proximidade dessa divisão com aquela a respeito da força política dos Estados. Conforme visto anteriormente, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul compunham, para muitos estudiosos, um “triunvirato” no que concerne à capacidade de intervenção no jogo político do cenário nacional. Eram Estados de

primeira grandeza, inclusive no aspecto econômico. Com Carone, essa tríade é identificada como o *locus* de oligarquias formadas por partidos políticos estruturados, aspecto, por um lado, explicado pela força econômica e militar e, por outro, aspecto justificado pelos seus respectivos pesos políticos na federação, durante a Primeira República (CARONE, 1972).

Na outra parte dessa clivagem, se encontravam todos os demais Estados. Eles eram caracterizados por oligarquias marcadas pelo poder pessoal — ou uma família — controlando o governo, direta ou indiretamente, em que, apesar da sua existência, o partido político “[...] representa, nessas condições, vontade particular e não o equilíbrio de várias facções, o que conduz a formas políticas violentas e radicais” (CARONE, 1975, p. 273). Nessa modalidade, o autor deixa clara a utilização do critério do peso econômico das unidades federativas para estabelecer a diferenciação proposta, quando define os Estados desse grupo como “menos ricos”. Essa definição, vale ressaltar, não se refere apenas ao sistema político, mas à condição financeira de tais Estados. Em suma, para ele, a condição econômica inferior forjava partidos políticos fracos e elites políticas mais instáveis, daí a sua relação íntima com a violência. Não se repetem as outras categorizações a respeito das grandezas dos Estados no âmbito político. Tanto aqueles enquadrados no segundo nível quanto os relegados ao último, como o Espírito Santo, são definidos como detentores de um mesmo estereótipo: partidos fracos, comandados por vontade pessoal ou de uma família específica — quer dizer, um pequeno grupo político formado por uma parentela e seus aliados. Em seguida, Edgard Carone expõe a diversidade de casos em que esse tipo de mandonismo ocorre, sendo lembrados praticamente todos os Estados, no que entende como “geografia oligárquica”.

Inicialmente, entre os pontos a serem observados, está a possível influência de Romero nessa classificação. Assim como seu antecessor, Carone enquadra um tipo específico para as modalidades em que a família comanda, compactando em um mesmo grupo as duas primeiras categorias propostas por Romero — por entender haver ali nuances comuns — e elimina as outras duas, tendo como eixo norteador a questão da estrutura partidária.⁴⁸

A preocupação de Edgard Carone em estabelecer uma “geografia” das modalidades — as características de cada região definindo em que “lado” da clivagem proposta ela vai se

⁴⁸ Observamos que Edgard Carone (1972) nada menciona sobre o terceiro tipo definido por Sílvio Romero, para quem o local determina a formação e grupos pautados por subserviência matreira seguida de traição. É possível crer que considerasse as interferências geográficas de uma região na definição da característica de uma determinada dominação.

enquadrar — parece ter significativo peso. O critério se repete na análise quando o assunto é o coronelismo: nos Estados “mais adiantados”, é interpretado como frágil e, conseqüentemente, caracterizado por um controle mais forte do partido que ocupa o governo, enquanto nos “[...] econômica e politicamente mais frágeis, as liberdades são maiores e o individualismo impera abertamente” (CARONE, 1975, p.260), bem como a violência.⁴⁹ Trata-se, portanto, de uma reprodução análoga, porque Carone não enxergava diferenças entre coronel e oligarca, exceto pela maior força política e dimensão espacial de alcance deste último. Desse modo, mais uma vez prevalece o critério de riqueza dos Estados, separando-se o “triumvirato” dos demais, pois naqueles, conforme observado, o partido político suaviza as tensões entre as facções ou, pelo menos, retira dessas crises, que porventura tenham um caráter mais duradouro, o poder de desestabilizar o situacionismo. Em suma, a “geografia das oligarquias” também se reproduz como “geografia do coronelismo”.

Sem nenhum questionamento significativo, sua proposição foi reproduzida em diversos estudos sobre a Primeira República, especialmente naqueles em que o fulcro do debate não tenha sido necessariamente esse paradigma, adotando-o quase como um “senso comum”. Campello de Souza (2001) é um exemplo. Ela reproduz essa ideia, mas reforçando o caráter da disciplina partidária nos PRs dos três principais Estados, como fator fundamental de seu fortalecimento na federação, em anteposição aos demais, mergulhados em violentas disputas entre facções. Esse pensamento encontra-se reproduzido também em Maria Efigênia de Rezende (2006), que segrega os Estados em que a disputa de poder está mais institucionalizada, logo com menos violência, daqueles marcados pela presença intensa dessa prática e pelo domínio familiar. A novidade fica por conta de como percebe o Rio Grande do Sul, realocado no segundo tipo, devido à sua guerra civil no apagar das luzes do século XIX. Já Renato Lessa (1999) define essa polarização como sendo uma das bases do “condomínio oligárquico”, ao passo que Maria de Lourdes Janotti (1981) — embora em quase nada tenha destoadado de Carone, inclusive citando-o — é quem melhor foge às generalizações: relativiza a questão da “geografia regional dos tipos de violência”, pois considera essa prática possível de ser encontrada também nos Estados mais ricos.⁵⁰ É por esse caminho que nos orientamos.

⁴⁹ Vários autores se propuseram a realizar essa atividade. De uma forma geral, elas variam segundo a distribuição geográfica, possivelmente seguindo a linha de Carone, e segundo a função do coronel. Cf. Rêgo (2008).

⁵⁰ Para tanto, a historiadora cita um estudo de caso realizado por Rodolfo Telarolli no interior de São Paulo.

Sem romper com essa linha de pensamento, Joseph Love (2000) apresenta novos contornos. Reitera a divisão estabelecida, crendo haver tanto em São Paulo, quanto em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, a existência de uma mutação da clássica política “vertical”, baseada no clientelismo, no paternalismo e na preponderância da parentela, com a família extensa enquanto eixo estrutural, para uma política “horizontal”, “[...] baseada na associação voluntária e nos interesses econômicos” (LOVE, 2000, p. 139-142). São Estados considerados máquinas partidárias mais consistentes, política e financeiramente. Os demais permaneceriam sob o controle “neopatrimonial”, com favorecimento de pequenos grupos, principalmente famílias.

Boris Fausto (2002a), por sua vez, também não rompe com esse modelo, adotando igualmente o critério geográfico para a distinção das formas de dominação oligárquica. Todavia, vai um pouco além do modelo proposto por Carone. Assim, entende que, nos Estados do Norte e Nordeste, marcados por relações pré-capitalistas de produção, pequeno nível de crescimento econômico ou mesmo estagnação, há duas formas de dominação: pelas oligarquias familiares, controladoras da máquina estatal, minimamente distintas dos coronéis locais, ou pelos grupos de profissionais que representavam os interesses urbanos ou rurais ligados ao comércio exportador, porém reféns dos coronéis do interior; nos “mais desenvolvidos”, nome alcunhado pelo próprio Boris Fausto, os coronéis não possuíam autonomia, pois viviam subjugados ao Estado e ao partido político dominante, este controlando o primeiro, o que tornava “[...] um coronel em grande escala [...]”, isto é, “[...] o elemento dominante na rede total e relações clientelistas [...]” (FAUSTO, 2002a, p. 772-774).

A grande aceitação da proposta classificatória de Carone, com certeza, é um sintoma da plausibilidade de sua análise para a maioria dos Estados e dos casos em questão. Muitas das elites políticas se enquadram realmente nesse perfil. Como questionar a estrutura política montada pelo PRP, PRM e PRR? E o peso das famílias, como a Acióli, no Ceará; a Rosa e Silva, em Pernambuco; a Monteiro, no Espírito Santo, entre tantas outras? A descrição rica em detalhes não deixa dúvida a respeito dessa presença, assim como a de indivíduos controlando máquinas estaduais, como Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro (PINTO, 2010).

Ao fim e ao cabo, inferimos que essa vertente interpretativa não dá conta de todas as sortidas realidades políticas locais e regionais da Primeira República, sobretudo a respeito das generalizações que realiza, impossibilitando, com isso, identificar a real dimensão da dominação exercida por cada grupo político dentro da sua respectiva realidade local. Nesse

sentido, sobressai primeiramente o peso que a questão geográfica, entrelaçada com a questão econômica e até mesmo com o uso de violência, possui ao longo da análise. A dimensão de poder e a forma de dominação de um grupo foram condicionadas unicamente à unidade federativa à qual pertence, havendo, dessa forma, excessivo peso da classificação no papel que ela representa dentro da federação, no aspecto econômico e político, retirando das elites políticas o papel de protagonistas no cenário nacional e até mesmo regional. A esse respeito, Ana Luiza Backes (2004) faz algumas considerações pertinentes. Criticando Joseph Love, ela identifica essa tipologia como um sintoma do regionalismo do referido autor, pelo fato dele não dar importância a outros atores políticos na Primeira República que não os Estados.

A ênfase no regionalismo faz com que o autor subestime elementos essenciais para a compreensão do período, especialmente a influência do positivismo e de outras correntes modernizadoras. Quanto ao Norte e Nordeste, a análise ignora os elementos positivistas, que em vários Estados conquistaram representação nacional, na Constituinte e nas legislaturas subsequentes, e chegaram mesmo a exercer o governo de alguns Estados (Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Pará). [...] Quanto aos grandes Estados, embora Love veja um funcionamento mais horizontal da política, tende também ali a subestimar a importância de questões políticas ou ideológicas: a grande questão a polarizar a política é sempre o federalismo (BACKES, 2004, p. 15).

O propósito geral de Backes é desconstruir a versão tradicional regionalista⁵¹ em que os Estados brasileiros seriam os principais atores no quadro político do limiar do século XX, hipótese que revisita inclusive a configuração da “Política dos governadores” criada por Campos Salles.⁵² Embora não negue esses interesses, a cientista política critica as interpretações que a eles reduzem o comportamento das elites. Entretanto, a autora não se atém ao fato de que essa classificação regionalista foi primeiramente feita por Carone, o qual enquadra igualmente na “visão tradicional”, atribuindo-a a Love.

Destarte, uma questão se faz imperiosa: estariam todas as oligarquias fadadas a possuírem as mesmas características, unicamente por pertencerem a uma mesma região? De fato, é plausível concordarmos que, ao referir-se ao “triunvirato”, Carone foi preciso em sua caracterização, a julgar pelas instituições partidárias sólidas e permanentes existentes durante toda a Primeira República: o PRP, PRM e PRR. Mas, mesmo nesse ponto, conforme apontou

⁵¹ No primeiro capítulo de sua tese, Ana Luiza Backes faz um balanço historiográfico acerca das principais interpretações regionalistas da Primeira República, encontrando-se, entre elas, a de Edgard Carone, Campello de Souza, Joseph Love e Raimundo Faoro. Cf. Backes (2004).

⁵² A hipótese por ela aventada em relação ao pacto de Campos Salles é de que ele representou uma aliança entre republicanos históricos, que girava em torno de referências consensuais para esses políticos. Entre elas, estariam o presidencialismo, o federalismo, a defesa de uma administração moderna e técnica e austeridade financeira. Cf. Backes (2004).

Maria de Lourdes Janotti (1986), corre-se o risco de, com o uso de generalizações, omitir determinadas peculiaridades regionais, como a violência em regiões consideradas pacíficas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, segundo o próprio Joseph Love (2006b, p. 127), embora em nível reduzido, “[...] o PRR não conseguia manter o monopólio do poder sem intimidações, violências e fraudes”. Outro grande problema é a possível homogeneização entre os três principais partidos políticos a ponto de não enxergarem neles quase nenhuma diferença. Caso paradigmático é o mineiro, uma vez que o PRM nunca foi tão monolítico quanto o seu equivalente gaúcho, sendo constantemente sacudido pelas querelas encabeçadas por lideranças, elites políticas regionais e ideologias em oposição, a ponto de comprometer uma ação mais fortuita da elite política mineira na federação (VISCARDI, 2006). Ademais, Minas Gerais possuía um quadro político regional que muito se aproximava da Bahia. Segundo John Wirth (2006, p. 96), “[...] ambos tinham economias desarticuladas, sub-regionais, populações empobrecidas, isoladas, em outras palavras, as clássicas condições do localismo e do coronelismo”.

Por esse viés, tanto as peculiaridades e as vicissitudes políticas, quanto as econômicas, dos três principais atores da federação, são encobertas, correndo-se o risco de impossibilitar — e porque não desmotivar — uma análise que estabeleça uma interface mais precisa entre essas peculiaridades e vicissitudes e as formas de dominação atuantes nos referidos lugares. Assim, ignora-se o conjunto das ideias e a dinâmica própria de cada facção e de que forma interagem com a sociedade. Além disso, o ônus colocado sobre a questão da estrutura partidária pode ocultar certas formas personalistas existentes de dominação e qual contribuição tiveram na própria consolidação desses partidos. O que dizer do peso de Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Afonso Pena, Arthur Bernardes, Campos Salles, Washington Luís, entre outros e suas respectivas interações com o Partido e diversos segmentos políticos dentro e fora do próprio Estado?⁵³

Problema equivalente é encontrado quando se verifica a análise feita sobre os vinte e um restantes atores da federação — os satélites —, enquadrados em uma única tipologia, talvez estando aí um dos maiores agravantes. Esses Estados são distinguidos dos anteriores, conforme observado, utilizando-se os mesmos critérios: a riqueza e o protagonismo político

⁵³ A menção que fazemos a esses indivíduos e ao papel político que representam não significa que estamos optando por um estudo pautado em biografias individuais. Pelo contrário. Embora elas não devam ser descartadas, é nas biografias coletivas, isto é, nos levantamentos prosopográficos que encontramos subsídios mais satisfatórios para entender o imaginário de um determinado grupo ou mesmo de uma elite política (VISCARDI, 2006).

no cenário nacional. Mas essa análise se torna menos plausível na medida em que açambarca uma quantidade de regiões e realidades extremamente heterogêneas. Mesmo que Edgard Carone tenha acertado ao defender a similitude quanto à tipologia das oligarquias nos três principais Estados, isso não denota necessariamente que a configuração da dominação oligárquica dos demais deva ser previamente determinada pela condição geoeconômica, tampouco homogeneizada. Cada uma das unidades federativas possui suas especificidades, devendo-se evitar o risco de enquadrá-las em um mesmo patamar econômico, como fez Renato Lessa (1999, p. 151), já mencionado, ao chamar todos os pequenos Estados de “economias decadentes, sem vínculo com o mercado nacional”.⁵⁴

Generalização alternativa, mas também limitada no alcance interpretativo, realiza Renato Perissinotto, ao defender a ideia de que os conflitos regionais da Primeira República eram polarizados por Estados agroexportadores, de um lado — a dupla “café com leite” —, e os demais, chefiados pelo Rio Grande do Sul (PERISSINOTTO, 1994). O cientista social não dá conta das realidades dos demais Estados, optando por generalizá-los dentro de um mesmo grupo. Desse modo, uma vez mais evocamos o exemplo do Espírito Santo para demonstrar que determinados modelos interpretativos se perdem, quando enxergam realidades regionais mediante um prisma generalizante. Além de constituir economia agroexportadora, com intensa dependência em relação ao café, sua elite política era próxima à paulista, tendo essa relação se recrudescido ao longo da década de 1920, não somente no aspecto econômico, mas também no político e no militar (WANICK, 2009).

Outro exemplo clássico é o Rio de Janeiro, tomando Nilo Peçanha e seu grupo político como referência.⁵⁵ Lá, embora esse mandatário tivesse preferência pela diversificação agrícola, não predominava um setor econômico específico como sua base de apoio, tornando-o mais autônomo em suas decisões. Além disso, a economia cafeeira sempre esteve presente de forma significativa na pauta de exportações do Estado. Soma-se a isso a “força da tradição” dos grandes proprietários, permeados por uma cultura e mentalidade vinculados a uma tradição agrícola cafeeira e açucareira. Dessa forma, encaravam a produção de alimentos para

⁵⁴ As diferenças econômicas entre os Estados também é significativa entre os três principais. Rio Grande do Sul possuía uma economia mais voltada para o mercado interno, enquanto São Paulo e Minas Gerais possuíam vínculos com o externo. Estes, por sua vez, igualmente possuíam distinções significativas em suas respectivas economias, a ponto de suas elites políticas se contraporem por interesses econômicos díspares. Cf. Wirth (2006) e Perissinotto (1994).

⁵⁵ Tomamos esse grupo como referência por ter permanecido no controle do governo estadual do Rio de Janeiro por aproximadamente vinte anos. Sobre isso, cf. Ferreira (1994). Sobre o poder desse ator político, cf. Pinto (1998).

o mercado interno como atividade menor e pouco lucrativa. O assentimento dessa diversificação até era aceito, se condicionada sua subordinação aos interesses cafeeiros da grande propriedade, isto é, deveria haver a diversificação apenas para propiciar subsistência mais barata para os trabalhadores e dessa forma baratear os custos do café (FERREIRA, 1994).

Portanto, mesmo as crises do fim do século XIX e do início do seguinte, bem como políticas agrícolas de incentivo à produção para o mercado interno, não servem de parâmetro para enquadrá-lo genericamente no conjunto dos Estados de economia voltada para o mercado interno. Com isso, não queremos discordar de Renato Perissinotto, asseverando que não houvesse dissonâncias da elite fluminense com as elites políticas dos Estados mais fortes. Episódios como a sucessão presidencial de 1910 e 1922 corroboram tentativas de formação de um eixo alternativo de poder, ora com Estados ditos de segunda grandeza, ora com Minas Gerais, como na sucessão de Rodrigues Alves. Todavia, houve momentos de aproximação em relação ao situacionismo federal, tanto com Nilo Peçanha, quanto com seus sucessores após sua decadência política, garantindo certa estabilidade para as elites políticas fluminenses no controle da máquina estadual (FERREIRA, 1994).

Embora não seja possível desconstruir por inteiro a classificação proposta por Edgard Carone, apontamos para os riscos de uma generalização que se preocupa muito mais em justificar o protagonismo das elites políticas, mormente dos Estados ditos mais “importantes” na federação, do que entender como se estruturou a dominação oligárquica nos demais, os “satélites” da federação. Para tanto, mormente nesta tese, muito contribui a inserção nesse debate de um olhar mais voltado para a dimensão sociológica, sem desvalorizar obviamente o aspecto político. Nessa linha analítica, Maria Isaura de Queiroz (2006) é a grande referência, ao propor um estudo do coronelismo por esse viés. Seu estudo trata dos aspectos sociológicos que contribuíram para forjar os contornos do poder local, embora entendesse como coronéis também os chefes políticos de maior envergadura, a exemplo do oligarca. Mesmo preso ao seu tempo, o oligarca foi observado de uma perspectiva inovadora, pois se passou a enxergar os fundamentos do poder desse representante do mandonismo como algo que extrapola o aspecto puramente político.

Em concordância com a autora, André do Rêgo, ao dar algumas pistas na análise do coronelismo, mais precisamente das bases do poder do coronel, constata “[...] a ausência, nos estudos sobre o coronelismo, de análises centradas no aspecto carismático, quase religioso, de

sua liderança [...]” e que, apesar das diferenças entre o caudilhismo (onde o fenômeno é mais estudado) e o coronelismo, “[...] é importante observar que a atitude dos brasileiros autoriza a incorporação de um caráter carismático à liderança coronelista” (RÊGO, 2008, p. 69). Antes, porém, de entrarmos mais a fundo nesse ponto, apresentaremos outra proposta de classificação, que se aproxima melhor daquilo que apoiamos.

2.2.3 Eul-Soo Pang

Entre os diversos brasilianistas que se propuseram a estudar a realidade sociopolítica brasileira na Primeira República, Eul-Soo Pang (1979) certamente está entre os principais. Em sua obra intitulada *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República brasileira*, ele realiza uma análise pelo viés regional, assemelhando-se a outros brasilianistas, estabelecendo a Bahia como recorte espacial. Embora tenha se tornando obra de referência, ela não foi por isso isenta de críticas. E, a despeito delas, chama atenção a análise que faz no primeiro capítulo em relação às modalidades de oligarquias existentes.⁵⁶

Ao longo da primeira parte de seu trabalho, Pang busca entender de modo profundo as bases do mandonismo nas primeiras décadas republicanas. Quando se refere mais especificamente às oligarquias, é nitidamente influenciado pela classificação de Edgard Carone. Também separa os três “principais” Estados dos demais, devido às suas respectivas máquinas partidárias, definidas como sólidas e capazes de amortecer as lutas entre os coronéis, enquanto nos demais havia partidos fracos e perenes, à mercê de famílias ou do poder pessoal (PANG, 1979). Contraditoriamente, o grande peso da classificação feita por Edgard Carone em sua análise não impossibilitou a criação de uma nova proposta. Pesou para tanto outra influência: Max Weber. Esse teórico permeará seu pensamento, a começar pelo uso do conceito de “governo tradicional ou burocrático” para a definição do que seja uma oligarquia. Nesse sentido, serão quatro grupos básicos: oligarquia “familiocrática”, “tribal”, “colegiada” e “personalista”.

A primeira modalidade, definida como “familiocrática”, possui esfera de atuação distinta das seguintes. Restringe-se ao Município quanto à sua abrangência e pode ser exemplificada pela

⁵⁶ Victor Nunes Leal (1980), por exemplo, aponta o peso superestimado que Eul-Soo Pang atribuiu ao coronel, perdendo de vista a verdadeira essência do coronelismo, o compromisso. Possivelmente influenciados por Leal, tanto José Murilo de Carvalho (2005), quanto Ângela Gomes e Marieta Ferreira (1989), identificam em Eul-Soo Pang a construção de um conceito “frouxo” de coronelismo, acusando-o de não dissociá-lo do conceito de “mandonismo”, retirando-lhe assim a precisão histórica do conceito.

maioria dos coronéis locais. Estes, por sua vez, possuíam funções pertencentes ao Estado, nos regimes considerados pelo autor mais “evoluídos”⁵⁷, utilizando-se do poder público para se manterem no controle político e econômico da localidade. A influência do autor, nesse ponto, fica por conta da clássica obra de Maria Isaura de Queiroz, especialmente quando define as “diversas características únicas” do coronel, como a sucessão não ter necessariamente que passar pelo crivo da consanguinidade, a dispersão geográfica dos herdeiros e as solidariedades horizontal e vertical (PANG, 1979, p. 40).

A segunda, intitulada “tribal”, constitui-se de uma confederação de várias oligarquias familiares, algumas com poder restrito ao âmbito local, enquanto outras abrangiam regiões de maiores proporções geográficas. Havia um chefe, padrinho influente perante um grupo de famílias e clãs, que tanto atuava como elo entre os interesses clientelistas dos grupos, dos quais recebia apoio, e os governos estadual e federal, quanto como respeitador das respectivas autonomias de seus membros e como distribuidor equitativo dos favores demandados. É esse tipo equivalente ao que Edgard Carone enxerga nas regiões “menos adiantadas” do Brasil; contudo, Eul-Soo Pang relativiza essa clivagem geográfica: existia não somente — conquanto mais comumente — nos Estados do Norte e do Centro-Oeste, mas também nas regiões em que prevalecia um único partido, como em São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (PANG, 1979).

A “oligarquia colegiada”, por sua vez, é uma mescla dos tipos familiocrático e tribal, combinada com “interesses de grupos econômicos urbanos e até mesmo apoiadores individuais vindos de várias profissões” (PANG, 1979, p. 43). Trata-se de um conjunto de lideranças abrigado em uma organização partidária, que zelava pelo equilíbrio na medida em que garantia o rodízio entre os líderes das principais facções e distribuía equitativamente os cargos entre as facções. Segundo o autor, “[...] como na oligarquia tribal, havia uma descentralização, mas esse sistema promovia uma liderança coletiva, permitindo uma centralização democrática na cúpula” (PANG, 1979, p. 44). O PRP e o PRM seriam os paradigmas dessa modalidade. Porém, na releitura que realiza de Edgard Carone, Eul-Soo Pang novamente rompe com as barreiras do determinismo geoeconômico, porquanto identifica esse modelo também nos Estados da região norte após 1910.

⁵⁷ Acreditamos que Eul-Soo Pang se refira às obras públicas e ao arbítrio de questões entre seus agregados e dependentes.

Finalmente, identifica a “oligarquia personalista”. É nessa análise que o brasilianista melhor trabalha as concepções sociológicas, particularmente weberianas. Utiliza-se do conceito de carisma para explicar a base da dominação pessoal do líder sobre seus seguidores, no entanto não escapa aos esquematismos: ela deve evoluir necessariamente para outras formas (tribal ou colegiada); subsiste “[...] quando a sociedade ainda não havia desenvolvido interesses de grupos sociais e econômicos coerentemente estruturados” (PANG, 1979, p. 45); seus membros buscam, com a glorificação do domínio pessoal do chefe, manter o *status quo*.

As quatro propostas interpretativas de Eul-Soo Pang obviamente enriquecem o debate acerca de como é possível categorizar as formações oligárquicas durante os primeiros anos republicanos. Em seu estudo, se preocupa muito mais em realizar uma releitura de Edgard Carone do que pura e simplesmente desconstruir sua interpretação, tão consagrada, conforme visto, nos meios acadêmicos. Ressaltamos essa atitude de forma positiva, especialmente ao tentar suavizar a rígida clivagem proposta pelo seu antecessor: não via as elites políticas fadadas a determinadas características específicas, forjadas por um quadro geoeconômico determinante, também específico.

Além de tudo, o brasilianista inova ao apresentar as tipologias de modo a se tangenciarem, em relação às metamorfoses apresentadas, tentativa de captar a dinâmica dos grupos oligárquicos. O tipo familiocrático possui características extremamente locais e, se confederado, transforma-se no tribal que, dependendo da combinação, transforma-se em colegiado. O personalista, por sua vez, pode evoluir tanto para o tribal quanto para o colegiado, se não desaparecer. Em contrapartida, não demonstra claramente de que forma isso ocorre, acabando por recorrer a novos determinismos e esquematismos que, embora possam não estar completamente equivocados, deveriam ser mais bem explicados. Quanto ao poder carismático, essa é outra de suas contribuições. Na leitura que faz de Maria Isaura de Queiroz, consegue perceber o papel que a representação do coronel/oligarca possui sobre um determinado grupo. A crítica fica por conta de sua incapacidade de enxergar essa dimensão além de uma simples categoria proposta, trabalhada em paralelo às demais. Mas, a análise que produz por intermédio da dimensão sociológica da dominação carismática permite novos contornos ao mandonismo do período, já apontados pela autora. Dessa proposição falaremos no item seguinte, a qual constitui nossa proposta interpretativa para esta pesquisa.

2.3 DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA

Max Weber foi o primeiro teórico social a inserir o termo “carisma” no campo de estudos das Ciências Sociais. Segundo Charles Lindholm (1993, p. 39), foi também o primeiro a “[...] tentar analisar o conteúdo interior da personalidade carismática, o primeiro a afirmar que o carisma implica uma relação entre ‘grande homem’ e seus seguidores, e o primeiro a inserir o carismático em um contexto social.” A sua primazia o transformou em referência quando se analisa um tipo de relação caracterizada pela dominação, mais precisamente a “dominação carismática”, que pretendemos utilizar como principal referência conceitual no presente estudo. Vejamos do que se trata.

O termo “carisma” aparece em sua análise quando se refere à “sociologia da dominação”. É uma das formas de dominação legítima, na modalidade pura, existentes na sociedade, ao lado daquelas definidas como “legal” e “tradicional”. Com isso, acreditamos ser relevante, antes de se conhecer o modo como define o “carisma”, identificar o conceito de “dominação” utilizado pelo sociólogo alemão em seu trabalho.

De forma genérica, Weber entende tratar-se de um dos elementos mais importantes da ação social e, conquanto nem todas as ações sociais possam apresentar uma estrutura que condicione diretamente a dominação, para o autor ela está presente influenciando todas as áreas, tanto no passado quanto no presente. Trata-se de um caso especial de poder caracterizado pela imposição de uma vontade — por parte de um indivíduo — ao comportamento de outrem, apresentando, para tanto, as mais diversas nuances. Entre elas, duas radicalmente opostas lhe despertam atenção: a dominação pautada por um conjunto de interesses, tendo como exemplo mais puro a dominação monopolizadora do mercado, e aquela em virtude de autoridade, sendo mais puro tipo o poder do chefe de família (WEBER, 2004).

Entretanto, é o “poder de mando autoritário” que entusiasma Weber. Uma das razões para isso se deve ao papel que apontou para o lado mais fraco da relação: o submetido e sua vontade de poder constituem a verdadeira força motora e essencial da obediência. Assim sendo, é a partir dessa nuance que o teórico identifica os tipos com os quais trabalhará ao longo de suas análises. Antes, porém, estabelece uma definição mais específica para caracterizar essa nuance:

Por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados"), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam **como se** os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações ("obediência") (WEBER, 2004, p. 191, grifo nosso).

Nessa definição, Weber ressalta o papel do dominado. Não é relevante aqui o resultado da ação, isto é, o resultado puramente externo, mas sim a motivação que leva o indivíduo em condição de poder inferior a se submeter àquele que se encontra em situação oposta. Isso é o que chamará de “cadeia causal”, que possui distintas formas (ou motivações) e pode ser interpretada do ponto de vista da motivação psicológica ou material. Em seguida, continua: “[...] o caráter sociológico da dominação revela traços diferentes conforme certas diferenças básicas nos fundamentos gerais da vigência da dominação” (WEBER, 2004, p. 192). Essas são diferenças básicas que trata como os tipos de dominação pura.

Entre os tipos, estudados na sua forma mais pura, Weber estabelece uma divisão, contrapondo a dominação carismática às outras duas (burocrática e tradicional): enquanto estas são pautadas pelo racionalismo, a primeira, por sua vez, é pelo seu oposto, pelo extracotidiano porque, no formato mais “puro” dessa dominação, as necessidades dos dominados não se traduzem em exigências da vida econômica e do cotidiano⁵⁸, sendo, portanto “um poder antieconômico por excelência” (WEBER, 2004, p. 325). Com efeito, nos — ou por intermédio dos — dons “sobrenaturais”⁵⁹ do dominador, para ele chamado de “líder”⁶⁰, se encontrará as respostas para os anseios dos seguidores.

Destarte, a obediência é pedra angular nesse processo, o qual pode ser visto, por assim dizer, como uma via de mão dupla: da mesma maneira que o discípulo presta a obediência ao

⁵⁸ Embora Weber não tenha estabelecido uma precisa definição de “cotidiano”, concordamos com o conceito estabelecido, mediante a leitura do teórico social alemão, por Maurizio Bach. “Para Weber, o ‘cotidiano’ é, em termos gerais, um código para a esfera do mundo de vivência social, em que existe uma regularidade e previsibilidade da dinâmica social das ações; em que, portanto, as estruturas de expectativas dos atores apresentam uma medida relativamente grande de estabilidade e ‘naturalidade’ — ou em que isso, pelo menos, pode ser presumido” (BACH, 2011, p. 62)

⁵⁹ Os dons sobrenaturais são componentes essenciais do carisma, na medida em que eles representam tudo aquilo de especial que um indivíduo possui, que o diferencia dos demais, a ponto de torná-lo em herói perante um grupo de pessoas que passam a ser seus seguidores. Entre eles, se encontram duas figuras essenciais para Weber (1968): de um lado, o mágico e o profeta; de outro, o chefe escolhido para dirigir a guerra e o chefe de grupo.

⁶⁰ Os principais exemplos de liderança carismática são o profeta, o herói guerreiro e o grande demagogo. Todavia, Weber deixa claro que é possível encontrar outras modalidades de liderança, desde que exerça fascínio pelas suas qualidades excepcionais perante um grupo de seguidores (WEBER, 2004). Mais precisamente no campo político, os principais exemplos expostos pelo autor são o dirigente guerreiro eleito, o soberano escolhido através de plebiscito, o grande demagogo e o dirigente de um partido político (WEBER, 1968).

portador do carisma, este necessita ser reconhecido para que haja a dominação. Ambos os sentidos da relação se encontram condicionados à necessidade constante que o portador/líder possui de apresentar provas de seu dom a seus seguidores, justificando dessa forma a importância da sua missão e de que ela seja cumprida ou seguida.

O pressuposto indispensável para isso [o reconhecimento do líder pelo seu séquito] é “fazer-se acreditar”: o senhor carismático tem de se fazer acreditar como senhor “pela graça de Deus”, por meio de milagres, êxitos e prosperidade do séquito e dos súditos. Se lhe falta o êxito, o domínio oscila (WEBER, 1997, p. 137).

Outro aspecto relevante é a singularidade desse tipo de dominação na sua forma pura, no que tange às normas jurídicas. Diferentemente das demais, ela não possui a base legal quando em forma pura, sendo a vontade do líder a única norma, pois ela existe em virtude de um bem maior, da graça a ser alcançada.⁶¹ Logo, é uma relação eminentemente pessoal, mantida com um grupo limitado de pessoas, por motivações locais, étnicas, sociais, políticas, profissionais ou qualquer outra. Consequentemente, os conflitos que surgem no grupo só podem ser dirimidos pelo “herói carismático”, pois é ele o responsável pelo bem-estar de seus seguidores. Seja de forma “salomônica”, seja por meio de um oráculo, é ele o único credenciado para dar o veredito nas decisões e, se preciso for, para fazer valer suas ideias e sua missão, derrubar tradições e inverter normas preestabelecidas (WEBER, 2004).

Em contrapartida, três aspectos marcam profundamente esse “poder”. Em primeiro lugar, a sua fragilidade: há uma necessidade de sempre provar aquilo que é extraordinário. Se o “bem-estar” não for garantido aos discípulos, causando, por exemplo, fome, catástrofes naturais, crises econômicas ou similares, quase naturalmente o portador do carisma se enfraquece e possivelmente deixa de sê-lo. Os seguidores dele se afastam, porquanto interpretam que os “poderes mágicos” fizeram o mesmo, tornando-o “homem comum”, não mais digno de veneração (WEBER, 2004).

Em segundo lugar, a sua relativa desvinculação do mundo material. Weber relativiza esse caráter antieconômico, já que condiciona aquela desvinculação a um modelo ideal, extracotidiano e extraeconômico. Portanto, esse caráter se esvanece na maioria dos casos, podendo até mesmo se transformar em exploração econômica do líder sobre seu séquito, o

⁶¹ Essa graça a ser alcançada não é necessariamente algo pertencente à esfera do religioso ou do espiritual. Weber utiliza-se de vários exemplos ao longo de seus trabalhos: pode ser a promessa de resolução de uma crise política, econômica ou social; o poder de evitar uma catástrofe natural; a vitória em uma batalha militar ou mesmo em uma guerra; a cura de uma doença grave, entre outros exemplos. Weber utiliza-se de vários exemplos ao longo de seus trabalhos. Cf. Weber (1968; 1997; 2004).

que denota que “a economia não é de modo algum alheio ao carisma”. Quanto mais dependente dos interesses materiais, mais próxima essa dominação se encontra de uma “morte lenta por asfixia” (WEBER, 2004, p. 329-331).

A preocupação do sociólogo alemão em situar essa dominação dentro do contexto real, ou melhor, plausível de ocorrência, leva ao terceiro aspecto. A autoridade carismática, mesmo em estado “puro”,

[...] embora esta não possa ser concebida — e isto cada vez menos quanto mais puro se conserva seu caráter — como "organização" no sentido costumeiro de uma ordem imposta aos homens e objetos, segundo o princípio de finalidade e meio, não significa de modo algum uma situação amorfa com falta de estrutura, sendo, ao contrário, uma forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma. Os ajudantes pessoais, que formam também dentro do grupo um tipo específico de aristocracia carismática, constituem um grupo limitado de partidários, reunido segundo o princípio do discipulado e da fidelidade de séquito e selecionado também segundo a qualificação carismática pessoal (WEBER, 2004, p. 332).

Apresentar a dominação carismática como uma relação de poder não amorfa, estruturada com mecanismos que além de tudo a reforçam, significa não só a possibilidade de identificar maior quantidade de situações em que se enquadram essas características, indo, por conseguinte, muito além de um exemplo peculiar de um profeta falando perante um grupo de seguidores, mas também significa o processo de “rotinização” desse carisma, atuando para fundamentar os direitos adquiridos pelo portador do dom nos primórdios de sua liderança. Este, e principalmente seu poder “mágico”, estão expostos às condições de vida cotidiana, como a dependência de meios materiais para a subsistência, transformando muitos dos sequazes — especialmente os mais próximos do líder — em “privilegiados por direitos especiais”, comensais e depois, entre tantos exemplos, em funcionários de partido (WEBER, 2004). É possível identificar aí o exemplo dos partidos políticos, especialmente aqueles em que o líder carismático se encontra presente. Acerca dessa hipótese, Weber nos oferece uma pista:

A História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas. [...] Próprio do Ocidente é entretanto [...] a figura do livre “demagogo”. [...] Em nossos dias, esse tipo se apresenta sob o aspecto do “chefe de um partido parlamentar”; continua a só ser encontrado no Ocidente, que é o âmbito dos Estados constitucionais (1968, p. 58-59).

Os interesses cotidianos que invadem a relação de dominação carismática, embora impeçam a existência de uma dominação carismática de tipo puro, não implicam necessariamente seu fim. Além disso, não são capazes de impedir o surgimento dessa relação que é possível acontecer, conforme Weber, nas mais distintas épocas e locais, inclusive em meios

completamente estruturados, racionalizados, cujas formas de dominação passam pela tradição ou pela dominação legal-burocrática. Desse modo, trazendo para o exemplo que propomos estudar, as relações políticas, dentro de um partido político, condicionadas pela dominação carismática, o teórico social não deixa dúvida a respeito dessa possível vinculação entre ambos, pois, para ele,

[...] mesmo dentro de formações tão rigorosamente burocráticas como são os partidos norte-americanos, costuma desenvolver-se em tempos de forte excitação, conforme mostrou a última campanha presidencial, o tipo carismático de chefia. Quando existe um "herói" carismático, ele tenta romper a dominação dos técnicos do partido mediante a imposição de formas plebiscitárias de designação e eventualmente por meio da transformação de toda a maquinaria de nomeação. Tal elevação do carisma, obviamente, encontra cada vez mais a resistência do aparato dos políticos profissionais, que domina em tempos normais, particularmente a dos *bosses*, que organizam a direção e as finanças, e que mantém em movimento o funcionamento do partido, sendo os candidatos as criaturas dele, pois não apenas os interesses materiais dos caçadores de cargos dependem da escolha dos candidatos dos partidos (WEBER, 2004, p. 341).

Em questão, Weber utiliza o exemplo da democracia norte-americana em sua contemporaneidade, a qual entende possuir partidos consolidados e altamente burocratizados, correspondendo à dominação de tipo racional. Esse quadro político partidário destoa daquele vivido pelo Brasil na Primeira República, em que muitos dos partidos políticos eram, em sua maioria, — conforme a historiografia tradicional — regionalizados, efêmeros e esvaziados de ideologias, não indo, portanto, além do pragmatismo político, controlados pelas oligarquias estaduais⁶², compondo condições teoricamente menos adversas à propensão desse tipo de dominação.⁶³

Ana Luiza Backes (2004) discorda da visão mais comum na historiografia tradicional, defendendo a hipótese de que muitas dessas agremiações possuíam ideologias, as quais iam muito além dos interesses locais, possibilitando a estruturação de acordos e alianças interestaduais, como na Revolução Federalista e no pacto político proposto por Campos Salles. Embora não possamos desconsiderar a hipótese da autora⁶⁴, acreditamos, todavia, não

⁶² A versão tradicional — e ainda a mais aceita — a respeito dos partidos políticos na Primeira República pode ser encontrada em Edgard Carone (1975), Rodrigo Motta (1999). Citando, entre outros, Maurice Duverger (1970), Raimundo Faoro (2000) chama essas associações de *partidos de quadros*.

⁶³ Uma definição aceitável para a modalidade partidária na Primeira República foi trabalhada por Surama Pinto (1998). Ela se baseia no conceito desenvolvido por Maurice Duverger, intitulado “partidos de quadros”. Essas agremiações estão presentes em sistemas políticos marcados por sufrágio censitário, objetivando “[...] reunir pessoas ilustres para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos” (DUVERGER, 1970, p. 100).

⁶⁴ A autora possui certa lógica em seu raciocínio, se tomamos como exemplo o *Partido Republicano Construtor*, chefiado por Moniz Freire, após a Proclamação da República. Nele, ou melhor, em seus signatários,

ser possível romper por completo com o modelo por ela criticado, pois em nossa análise vinculamos a existência de um partido político ao domínio de um líder carismático, em cuja crença estão condicionadas as ideias e os projetos políticos. Desse modo, a emergência desse líder condiz com o estereótipo estabelecido por Weber acerca de quais agremiações políticas há maior suscetibilidade que ele insurja.

Cabe admitir que para as chances que o carisma tem na luta contra a burocracia de um partido não pode ser sem importância o caráter geral deste partido. Conforme se trate de um simples partido de caçadores de cargos, sem "convicção", isto é, que formula seu programa *ad hoc*, segundo as chances de cada luta eleitoral, ou sobretudo de um partido puramente estamental, de notáveis ou de uma classe, ou de um partido que conserva em mais alto grau o caráter de um partido "ideal", com "programa" ou "ideologia" — contrastes que naturalmente sempre são relativos, o carisma tem chances maiores ou menores. As maiores, em certos aspectos, ao preponderar o primeiro caráter mencionado, que facilita a personalidades impressionantes a conquista dos partidos necessários, *ceteris paribus*, muito mais do que o faz a organização de notáveis pequeno-burguesa dos partidos alemães, principalmente dos liberais, com seus "programas" e "ideologias" inabaláveis, cuja adaptação às possibilidades de demagogia em cada momento sempre pode representar uma catástrofe (WEBER, 1999, p. 341).

A nossa proposta interpretativa acerca da dominação oligárquica se baseia em Weber, especialmente quanto à existência de lideranças carismáticas inseridas nos partidos políticos, situação que apresenta variações de acordo com cada realidade e contexto sociopolíticos. Logo, acreditamos e defendemos que tenha havido a emergência desses líderes em organizações políticas na Primeira República brasileira, tanto em nível local, na figura do coronel, quanto em nível regional/ estadual, na figura do oligarca. Não obstante, queremos comprovar essa assertiva e construir uma proposta interpretativa para o Espírito Santo, dialogando com estudiosos que enveredaram por esse caminho.

Diversos autores se propuseram a investigar a dimensão do poder carismático na Primeira República, tendo sido, conforme havíamos mencionado anteriormente, Maria Isaura de Queiroz (2006) a primeira referência. A análise que realizou do coronelismo pelo viés sociológico a tornou referência para a grande maioria os autores que seguiram por essa seara, mesmo quando destoantes em alguns pontos. E, dentre seus importantes legados para a historiografia, ressaltamos a capacidade de enxergar a dominação carismática na relação estabelecida entre o coronel e seus subalternos, retirando o peso explicativo unicamente da barganha movida por interesses econômicos e políticos. Com isso, a socióloga não retirou o

encontramos uma coerência de ideias, as quais não chegam, porém, a configurar uma ideologia pronta, nos moldes do pensamento positivista. Falaremos disso nas Seções finais.

caráter econômico e político desse processo, mas acrescentou algo até então novo, discorrendo com a esfera do simbólico. Destarte, não se trata de uma dominação de tipo puro, ou exclusivamente carismática, mas de um componente reforçador do controle político e econômico que o coronel exercia sobre um grupo de pessoas, plausível de ocorrer com qualquer representante do mandonismo local/ regional, independentemente da região ou da amplitude geográfica de sua alçada. Posteriormente, a autora avançou em suas pesquisas por esse rumo, ao estudar o messianismo, utilizando-se, para tanto, da dominação carismática para explicar a essência da liderança do profeta messiânico (QUEIROZ, 1965).

Eul-Soo Pang (1979), também anteriormente analisado, foi o segundo historiador a defender a existência de dominação carismática em ambiente controlado por coronéis e oligarquias. A análise que faz no primeiro capítulo contribui para se pensar formas de dominação oligárquica por esse viés, ao longo da Primeira República. No entanto, não consegue fugir a esquematismos, quando, por exemplo, propõe uma “evolução” para outras modalidades oligárquicas sem explicar de forma satisfatória como isso ocorre. Seu grande mérito foi ter se desprendido dos determinismos geoeconômicos, deixando subentendida a possibilidade da emergência do líder carismático nas mais variadas regiões do país.

Maria Auxiliadora de Sá (1974), por sua vez, reitera as contribuições de Eul-Soo Pang e Maria Isaura de Queiroz, especialmente acerca do papel de líder carismático exercido pelo coronel, conquanto critique o brasilianista. Baseando-se em Queiroz, entende que Eul-Soo Pang desconsidera o suporte econômico desse poder, ou seja, o apoio da liderança social na liderança econômica. Para Sá, o fenômeno do coronelismo se expressa em três níveis: o econômico, relacionado à grande propriedade; o social, baseado na relação entre o proprietário e o trabalhador rural, e o político, a respeito da dependência socioeconômica do trabalhador em relação aos interesses do seu superior.

Há ainda outros exemplos. Sobre o Rio Grande do Sul, Loiva Felix (1987) e Mariza Elaine dos Santos (1998) apontam a existência desse tipo de relação no Estado. A primeira identifica traços de dominação carismática exercida por Júlio de Castilhos nos primeiros anos republicanos, em torno de uma “mística do chefe”, fase que define como “castilhista carismática”, enquanto a segunda investiga a liderança de Honório Lemes, segundo ela legitimada pelo controle exercido sobre um grupo de seguidores, que enxergavam nele diversas qualidades, entre as quais a força de caráter, a lealdade e a coragem.

Encontramos na obra de André do Rêgo (2008) outro exemplo de historiografia regional que versa sobre o assunto. Na verdade, preocupa-se em analisar, sob estreito vínculo, coronelismo e parentela, sendo a família Heráclio do Rêgo seu objeto de estudo. A contribuição que faz deve à dimensão simbólica utilizada como forma de avaliar o fenômeno nos Estados de Pernambuco e da Paraíba. Para tanto, propõe-se a apreender o capital simbólico produzido pelos principais coronéis da mencionada família como mecanismo crucial de manutenção do controle político na região, fundamentando-se, para tanto, em Pierre Bourdieu, Maria Isaura de Queiroz e Max Weber. O autor constata algumas lacunas na aplicação do conceito weberiano de carisma nas principais obras que abordam o assunto, embora seu trabalho não trate prioritariamente dessa relação de dominação.

As obras apresentadas apontam para a natureza interpretativa que seguimos: ele se fundamenta na admissível compatibilidade entre o conceito weberiano e a estrutura política da Primeira República, corroborando o que disse Weber quanto à probabilidade da emergência desse tipo de liderança em qualquer lugar e a qualquer tempo. Pretendendo evitar uma enfadonha exposição de pesquisas, apresentamos duas delas que nos ajudam diretamente na conformação desse caráter analítico: os estudos de Luís Carlos Santiago (2013) e Linda Lewin (1993).

Luís Carlos Santiago (2013) utiliza-se do conceito de Weber para analisar uma forma de dominação coronelística, em uma região entre Minas Gerais e Bahia, baseada na crença do “corpo fechado” de alguns mandões locais, isto é, na sua invulnerabilidade. Em sua hipótese, isso tornava possível o exercício da liderança carismática, fortalecendo assim o mandonismo local. Contudo, o que nos chama a atenção são as modalidades de carisma que identifica no mandonismo sertanejo. A sua contribuição para nosso trabalho não se encontra nas tipologias em si, mas na capacidade de identificar o carisma nas diversas relações componentes do cotidiano do chefe local: nas relações familiares, inclusive espirituais (compadrio); nas trocas de favores; na devoção religiosa dos coronéis, quando em doações materiais realizadas às igrejas; na escrita e grandiloquência pelos discursos; e o carisma bélico, representado pela invulnerabilidade, a coragem, pontaria e interpretação de sinais. Dessa forma, Luís Carlos Santiago traz a dominação carismática para o cotidiano, apresentando-a de forma menos complexa, ao flexibilizar o tipo puro criado por Weber, a partir do tipo ideal, baseado no profeta com poderes mágicos e em seus seguidores alucinados. Em suma, pela sua classificação proposta, é possível pensar diversas relações que tenham como substrato a

dominação carismática que não aquele referente aos exemplos “puros” de Weber, e que não estejam obrigatoriamente fixadas em uma determinada tipologia rígida e genérica.

Linda Lewin (1993) também nos dá algumas informações cruciais para subsidiar nossa tese, embora não enfoque a dominação carismática. Em estudo realizado sobre a política e a parentela na Paraíba durante a Primeira República, a autora justifica a relevância da pesquisa acerca das famílias e sua interação com a política no Brasil. Para tanto, rompe com o monolitismo das classificações oligárquicas, especialmente aquela proposta por Edgard Carone (1972): de um lado os Estados mais pobres com as famílias no controle da máquina estadual e do outro, partidos consolidados intermediando e amortecendo possíveis conflitos, estando estes, conforme vimos, acima de qualquer personalismo ou família. Utiliza-se de alguns exemplos fornecidos pelo próprio Edgard Carone a fim de identificar o peso de famílias na rotina política das diversas unidades federativas. Primeiramente, aproxima os poderes familiar e personalista: afirma haver tanto famílias com nuances de personalismo, quanto oligarquias personalistas de base familiar, rompendo, desse modo, classificações e dicotomias rígidas e intransponíveis.

A maior ruptura se dá quando avança sua análise para os Estados dominados por máquinas partidárias fortes, o dito “triunvirato”. Lewin defende que na maioria dessas regiões as famílias atuaram na política, tal qual nos Estados economicamente mais pobres, sem perder de vista o menor peso que exerceram frente a partidos políticos mais consistentes, como foi o PRP, PRM e PRR. Nenhum dos três pode ser considerado isento desse fenômeno, o que não significa que ocorreram em escala semelhante. Para a autora,

[...] Como sugere a literatura acadêmica, todas as oligarquias estaduais dependeram em alguma medida de grupos e redes de base familiar. Todavia, um grupo de Estados demonstrou claramente uma dependência primordial dos vínculos familiares em sua organização política. Ceará, Amazonas, Alagoas e Paraíba ilustraram melhor esta categoria de oligarquia de base familiar. Outro grupo, no qual os exemplos mais importantes foram Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e, com reservas, Minas Gerais, pode ser caracterizado como de oligarquias personalísticas, embora os laços pessoais se relacionassem intimamente com vínculos de parentesco. São Paulo foi diferente, em virtude do surgimento nesse Estado de uma organização partidária verdadeira – ainda que imatura. Finalmente, o Rio Grande do Sul foi um caso singular, pelo impressionante grau de burocratização em sua estrutura organizacional. (LEWIN, 1993, p. 28).

A afirmação de Linda Lewin quanto a São Paulo e Rio Grande do Sul não significa necessariamente a ausência de poder personalista e/ou familiar. A elite política paulista, por exemplo, foi alvo de disputas familiares e cisões personalistas, como a de 1901, envolvendo

Prudente de Moraes (LOVE, 2006b). Quanto ao Rio Grande do Sul, a hipótese de um centralismo sustentado pelo alto grau de burocratização partidária é passível de questionamento, como o realizado por Loiva Félix (1987). Essa historiadora se utiliza de outras hipóteses para explicar o quadro político do PRR nas primeiras décadas republicanas, especialmente a consolidação do poder de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, desconstruindo a classificação de “coronel burocrata” dada aos mandões gaúchos. Além disso, a autora identifica o poder carismático de alguns líderes como o do próprio Júlio de Castilhos e dos coronéis, oriundos dos caudilhos. Não sendo essa questão nosso foco, deixaremos de lado a discussão acerca do coronelismo gaúcho. Mas, por meio desses indícios, concebemos a existência de poder pessoal também nesses Estados, sem com isso desconsiderar a enorme força partidária que ambos possuíam.

Ao apresentarmos e analisarmos os principais estudos que se propuseram a classificar as oligarquias estaduais da Primeira República, reiteramos o cuidado devido no uso de generalizações, embora nos casos em que vimos, especialmente o de Edgard Carone, tenha havido alguma precisão em identificar a força partidária dos três principais Estados. Ficou por conta o fato de que, ao fazer isso, ele tenha se descomprometido de uma devida interpretação dos demais fenômenos regionais, ficando “amontoados” em um quadro de oligarquias familiares e personalistas. Percebemos a partir daí três problemas: o primeiro, é que essa divisão está fadada a repetir a tendência interpretativa que ressalta o federalismo desigual, esquecendo-se também da relevância de se analisar as elites políticas dos Estados mais fracos política e economicamente. A atenção recai somente às elites políticas do “triumvirato”, como se aquelas residentes nos demais Estados não participassem do jogo político na esfera federal. Sobre isso, é importante a afirmação de Marieta Ferreira (1989, p. 13) de que

[...] o comportamento dos Estados que se situaram à margem do eixo de poder dominante da República Velha [...] tiveram sua problemática interna ignorada ou interpretada a partir de inferências oriundas dos modelos construídos para a análise dos Estados dominantes, o que dificulta a recuperação de sua dinâmica própria.

E Linda Lewin, ao justificar seu estudo sobre as oligarquias na Paraíba, percebe que esse Estado

[...] é pertinente para a literatura acadêmica sobre a República Velha precisamente como um Estado menos poderoso. Assim, muito do valor deste livro reside no fato de que ele inverte o foco convencional, dirigido ao triumvirato de Estados que dominavam a política da República Velha. Tal foco, embora apropriado, obscurece uma realidade histórica básica: dezessete outras oligarquias estaduais eram também atores na política federal. Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais foram

sempre obrigados a debater com eles ao nível nacional, onde a política se centrava na mobilização de blocos votantes no Congresso (1993, p. 28).

Nesse perfil se enquadra o Espírito Santo, um Estado “satélite”, em completa condição de heteronomia na Primeira República, dentro do contexto de federalismo desigual, substanciado na exclusão política de diversos Estados⁶⁵, o que não implica alheamento nos interesses políticos nacionais. Logo, estudar a história política dessa unidade federativa é também analisar “[...] as limitações do sistema político nacional imposto sobre as aspirações da maioria dos Estados brasileiros” (LEWIN, 1993, p. 29).

O segundo problema é que, nessas análises, sobretudo na de Carone, por ser tão reproduzida pela historiografia sem o devido esmero, não levam em conta a contribuição que a dimensão sociológica oferece ao estudo do mandonismo local e regional. De fato, Eul-Soo Pang, ao fazer a releitura de Carone, consegue enxergá-la nas relações de dominação existentes na Primeira República, mas se perde nos esquematismos generalizantes que cria, conforme apontamos anteriormente. Além disso, estabelece um paralelismo entre as modalidades de dominação, o que nos leva a questioná-lo: a dominação carismática de um oligarca ocorre em paralelo às demais modalidades? Ela aparece e permanece em oligarquias estruturadas em fortes partidos políticos ou em poder tradicional?

Dessa forma, caímos no terceiro e último problema. Esses autores não enxergaram que a análise, utilizando-se de conceitos da sociologia, como propôs pioneiramente Maria Isaura de Queiroz, é possível de ser realizada em diversas regiões sem precisar necessariamente levar em conta as clivagens econômica e política regionais estabelecidas. Referimo-nos mais precisamente ao poder pessoal pelo viés da dominação carismática. Tanto os Estados do nordeste quanto os do centro-sul, como bem alertou Lewin — sem excetuarmos São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — possuem relações de dominação oligárquica estruturadas em famílias e poder pessoal, embora em alguns casos mais atenuados que outros.

Partindo dessa premissa e tendo como referências Max Weber e Maria Isaura de Queiroz, defendemos uma proposta interpretativa que não se prende ao esquematismo dicotômico, que serviu de base à historiografia da Primeira República, em torno das tipologias oligárquicas. Como ocultar, por exemplo, o peso de líderes carismáticos e importantes famílias, além da

⁶⁵ Consideramos um Estado satélite “[...] aquele que, por seu caráter secundário, não dispõe da autonomia necessária para reger seu destino e, por isso, depende de outra entidade que lhe proporcione os meios de sobreviver politicamente” (SUETH; FRANCO, 2012, p. 183).

presença de violência, em partidos compreendidos como estruturados e burocratizados, presentes nos Estados mais “importantes” da federação? É por essa seara que se encontra a possibilidade de enxergar o protagonismo das elites políticas, atentando para suas especificidades, de tal modo a destoar do regionalismo e do determinismo geoeconômico como fator de definição e caracterização desses grupos. Para tanto, fazemos uso da dimensão sociológica pelo viés da dominação carismática para identificar uma das formas de dominação intraoligárquicas presente no grupo político liderado por Moniz Freire no limiar da Primeira República.

3 A FORMAÇÃO DAS IDEIAS NA ERA DA REFORMA (1881-1889)

Esta Seção visa compreender as condições possíveis e favoráveis para a emergência de Moniz Freire como importante membro da elite política do Espírito Santo. Para tanto, foi realizada uma análise de sua formação intelectual e acadêmica, relacionada com a formação política. A fim de alcançar essa demanda, *a priori* analisou-se o contexto social e político em que viveu o país na chamada “Era da Reforma” (1870-1889), o qual abrangia as três últimas décadas do Segundo Reinado. Trata-se do momento de erosão das estruturas políticas, socioeconômicas e culturais forjadas ao longo desse período, em íntima afinidade com uma série de ideias contestadoras emergentes, com algumas das quais Moniz Freire interagiu.

Desse modo, compreendemos como esse contexto de significativas mudanças forjou uma nova geração de políticos que se diferenciavam dos anteriores a partir da proposição de novas ideias, em meio às transformações que ocorriam no Brasil. Dessa forma, apresentamos um pequeno histórico do personagem em questão, a fim de perceber quais os componentes de sua formação intelectual responsáveis pela construção de suas ideias, tratando aqui particularmente da Faculdade de Direito de São Paulo, então importante centro irradiador de ideias e formador de bacharéis direcionados para a ocupação dos quadros da elite política, tanto nacional quanto regional.

3.1. DO “TEMPO SAQUAREMA” À ERA DA REFORMA

Houve no Brasil um momento de marcantes transformações. Assim pode ser chamado o período que vai de 1870 a 1889 — as últimas décadas do reinado de D. Pedro II. De fato, nesse espaço temporal encontram-se os principais acontecimentos que corroeram a monarquia, respostas que ajudam a compreender porque um regime septuagenário terminou de forma aparentemente banal, sem esboçar qualquer reação ao levante militar concentrado na Corte. Obviamente, debitar a queda do regime na conta do Exército ou, pelo menos, unicamente nessa instituição, seria um equívoco tremendo, grave impercepção de que o país estava se modificando, pelo menos desde 1850, a ponto de comprometer as estruturas monárquicas.

Emília Viotti da Costa (2002) informa sobre os diversos historiadores que se debruçaram para entender as vicissitudes e os desdobramentos desse momento e apresenta as mais distintas

observações a reboque: para ela, os estudiosos acreditavam que as mudanças eram proporcionadas pela chegada das ideias estrangeira, pelo conflito de gerações através da dimensão psicanalítica, pelo surgimento de uma burguesia urbana, aliada aos setores progressistas da oligarquia rural, entre outras razões. Evidentemente essas contribuições não devem ser descartadas, mas, como notou a autora, sozinhas perdem seu sentido explicativo.

É preciso compreender o que foi esse período sem perder de vista sua íntima relação com a fabricação de novas ideias, as quais começavam a pulular no transcorrer dessa época, a partir de 1870. A definição proposta por Costa dá conta de explicar, pelo menos em nível introdutório, do que se tratava a “Era da Reforma”, levando em consideração parte das contribuições de outros autores, acerca desse assunto.

[...] De uma forma geral, podemos dizer que a reforma no Brasil, como em outros países da América Latina, foi uma reação às novas realidades econômicas e sociais resultantes do desenvolvimento capitalista não só como fenômeno mundial, mas também em suas manifestações especificamente brasileiras. Aqui, como alhures, o desenvolvimento econômico [...] provocou desarranjos sociais e o declínio das elites tradicionais. Para os novos grupos as instituições criadas depois que o Brasil se separou de Portugal em 1822 e a hegemonia política das oligarquias agrárias e comerciais tradicionais haviam se tornado, nas décadas de 1870 e de 1880, obstáculos anacrônicos ao progresso (COSTA, 2002, p. 707).

Nessa perspectiva, mostramos o peso socioeconômico, político e cultural das transformações, tanto aquelas que indiretamente impulsionaram as reformas, quanto as que emergiram por causa delas. Na verdade, é um grande equívoco tentar conhecer os fatos por prismas distintos, isto é, isolando a esfera econômica, a social, a política e a cultural, correndo-se o risco de não se enxergar um vínculo profundo entre elas e de se cair em interpretações identificadas como incompletas, de acordo com Costa. Seguiu-se, desse modo, sua linha de raciocínio. Para ela,

[...] reconhecer que as mudanças econômicas e sociais suscitaram reivindicações de mudança institucional não é suficiente para explicar por que as oligarquias tradicionais foram incapazes de cooptar os novos grupos ou de atender às suas exigências. Para explicar esse fracasso e entender o propósito e a retórica dos reformistas, a natureza de suas petições, e seus motivos para combater algumas instituições do que outras, devemos examinar para além das mudanças econômicas, as instituições políticas e culturais que eles atacaram (COSTA, 2002, p. 707-708).

Essas instituições políticas atacadas após 1870 se consolidaram ou eram oriundas de um período conhecido por alguns historiadores como “Tempo Saquarema” (MATTOS, 2011)⁶⁶,

⁶⁶ Esse período teve como grande marca a presença da “Trindade Saquarema”. Trata-se de um termo utilizado por Marcello Basile (2000b), quando se refere a uma parcela de políticos do Partido Conservador, oriunda da Província do Rio de Janeiro, fortemente ligados à cafeicultura. São eles Euzébio de Queiroz Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí) e José Soares de Souza (futuro

onde o Partido Conservador esteve à frente dos rumos do país, ao lado de D. Pedro II: de 1848 até 1862, ano em que Ilmar de Mattos define como “renascer liberal”. Contudo, muito além de uma significativa extensão cronológica, em que os conservadores continuamente se mantiveram a frente dos gabinetes ministeriais e com maioria na Câmara, esse é o momento em que a Coroa consolidou seu pacto com os barões, tendo como intermediária a elite política, presente nos mais importantes cargos burocráticos.⁶⁷ Ao longo do “Tempo Saquarema”, a Coroa, realizando algumas medidas⁶⁸, obteve de volta, paulatinamente, a centralização perdida durante o período regencial.⁶⁹

visconde de Uruguai). Essa tríade compôs o gabinete ministerial entre 1849 e 1852, chefiado por José da Costa Carvalho, visconde de Monte Alegre. Eles se destacaram por comporem um grupo forte dentro do Partido que posteriormente passou a compor os políticos conservadores do Império (MATTOS, 2011).

⁶⁷ Esse pacto constituiu-se de uma relação marcada por ações complexas e contraditórias, na qual muitas vezes essa elite representava o poder local, mas não sempre, quando os interesses deste último se contradiziam aos anseios da Coroa. A tentativa de cooptação da classe proprietária local, por exemplo, pode ser traduzida no estudo de José Murilo de Carvalho (2003). Não por acaso, no Segundo Reinado, 76,81% dos títulos de nobreza foram concedidos na forma de baronato, especialmente nas Províncias da região sudeste, em muitos casos como forma retribuir com um símbolo de *status* os grandes proprietários, em contraposição a alguma medida que os tenha descontentado.

⁶⁸ Essas medidas não eram de base contestadora, mas estavam sob o signo de uma ordem a ser devidamente implantada, tendo como referência certas características: reprodução das relações com o mundo exterior capitalista e civilizado, manutenção da unidade territorial, da hierarquia social e regional e da escravidão. São esses os requisitos para a configuração da civilização nos trópicos a ser constituída (MATTOS, 2011). Estão, entre elas, a organização do corpo diplomático em 1851, no contexto dos conflitos platinos; a complementação da reforma do Código de Processo Criminal mediante um conjunto de leis, tanto para organizar as comarcas e a forma como se dariam as nomeações, quanto para dissociar as funções policiais das judiciais; a organização do Censo Geral do Império, ainda em 1851, a fim de conhecer melhor a população que nele habitava. Podemos citar ainda uma série de medidas administrativas, como a criação das Províncias do Amazonas (1850) e do Paraná (1853); outras com o intuito de estimular os negócios e de gerar mais recursos para o Tesouro, como a (re)fundação do Banco Brasil (1853), em que o governo centralizaria as emissões de dinheiro e de seus títulos, e o estímulo à comunicação e ao transporte, pelos diversos decretos e concessões no ano de 1852. Reformas educacionais também estavam na agenda Saquarema, embora não tenha sido feito muita coisa no que tange à Educação nesse período, mormente a primária, além dos limites da Corte. De qualquer forma, foram criadas Faculdades de Teologia e novos estatutos para os cursos jurídicos — antessalas da Câmara, segundo Joaquim Nabuco — e para os cursos de Medicina. A saúde pública não foi esquecida, com decretos que liberavam recursos para intervenções urbanas, embora medidas circunscritas à Corte. Reforçando o aparato de coerção, além da reforma na Guarda Nacional, como mencionado anteriormente, houve medidas para restaurar o Exército de linha, bem como a Marinha, a fim de organizá-los, também por intermédio de vários decretos (MATTOS, 2011).

⁶⁹ Centralização perdida quando houve a criação do Código de Processo Criminal de 1832 e do Ato Adicional de 1834, à época sob a batuta dos liberais (então chamados de progressistas). Ambas as medidas tomadas, transformadas em leis, foram devidamente modificadas a fim de que o processo de centralização fosse realizado, enquanto as assembleias legislativas perdiam parte de seu poder adquirido em 1834 (CARVALHO, 2003). O Código de Processo Criminal foi uma lei que entrou em vigor em 1832, no Período Regencial, fixando as normas responsáveis pela aplicação do Código Criminal de 1830. Possuía características tipicamente descentralizadoras. Entre suas principais resoluções, aumentou o poder dos juízes de paz, cargos eleitos localmente. Além disso, instituiu o júri, corpo de pessoas para julgar os crimes localmente, e o *habeas corpus*, para libertar pessoas supostamente detidas ilegalmente ou cujas liberdades foram comprometidas (FAUSTO, 2002b). Já o Ato Adicional foi uma lei criada em agosto de 1834 para realizar alterações e adições na Carta Constitucional de 1824. Algumas medidas de caráter descentralizante foram criadas por ela, tais como a suspensão do Poder Moderador e do Conselho do Estado até o fim do

Portanto, a “Era da Reforma” foi precedida por outra, de medidas necessárias para sedimentar a direção escolhida. Quando à frente dos gabinetes ministeriais na década de 1840, os conservadores logo trataram de aprová-las, com destaque para as polêmicas Lei de Terras⁷⁰ e Lei Euzébio de Queiroz⁷¹, ambas de 1850. Ainda no mesmo ano, duas outras foram aprovadas: o Código Comercial⁷² e a Reforma na Guarda Nacional.⁷³ Não por acaso, o ano foi considerado “marco decisivo no processo de consolidação do Estado Imperial”, sob a égide conservadora (BASILE, 2000b). Por trás dessas medidas, uma concepção específica de Estado e de capacidade de governo se configurava — inclusive como denominador comum entre liberais e conservadores — relacionada “[...] à manutenção da unidade do país, à condenação de governos militares de tipo caudilhesco ou absolutista, à defesa do sistema representativo, à manutenção da monarquia e [...] da escravidão” (CARVALHO, 2003, p. 138). O Estado agia para enfrentar o poder local, rompendo o poder do grande proprietário escravista “[...] para transformá-lo, no caso particular da região de agricultura mercantil-escravista, de mero plantador escravista em elemento integrado em ‘universo mais amplo’, [...] [que consistia] em integrá-lo nas instituições que o Império forjava” (MATTOS, 2011, p. 294).

Até meados da década de 1860, houve um esforço significativo para a implantação de um direcionamento para o Império, mantendo intocáveis os sustentáculos da Monarquia, entre os quais a escravidão, a centralização política, a exclusão da esmagadora maioria da população da cidadania e participação política. Mesmo medidas aparentemente contraditórias, como a abolição do tráfico e a Lei dos Círculos⁷⁴, não desestruturaram os pilares “sagrados”,

Período Regencial e a criação de Assembleias Provinciais, com prerrogativas de legislar sobre determinados assuntos da Província e de nomear e demitir funcionários públicos (FAUSTO, 2002b).

⁷⁰ A Lei de Terras (Lei n. 601, de 18 de Setembro de 1850) foi uma lei aprovada, que visava dificultar o acesso às terras pelos imigrantes, sobretudo os recém-chegados ao Brasil. Objetivava definir novas formas de acesso à terra bem como seu usufruto, atuando na preservação e no favorecimento da concentração fundiária do país (BASILE, 2000b).

⁷¹ A Lei Euzébio de Queiroz foi aprovada em 4 de Setembro de 1850. Objetivava abolir o tráfico negreiro para o Brasil (BASILE, 2000b).

⁷² Código promulgado em 1850. Foi criado para organizar, sistematizar e atualizar a antiga legislação comercial. Está em vigor até hoje (BASILE, 2000b).

⁷³ Lei de 1850 que modificou a Guarda Nacional, centralizando seu controle nas mãos do governo central. Entre outras medidas, acabou com o princípio eletivo dos oficiais, os quais passaram a ser nomeados pelo ministro da Justiça, e retirou dos juízes de paz e criminais a autoridade sobre o comando da guarda, entregando-a ao oficial policial mais graduado (BASILE, 2000b).

⁷⁴ A Lei dos Círculos Eleitorais foi promulgada em 19 de setembro de 1855. Ela consistia na introdução do voto distrital único, ao dividir as Províncias em distritos eleitorais, ou círculos, onde seria eleito apenas um deputado. Junto com o deputado deveria ser eleito um suplente. Além disso, pretendia reduzir a influência do governo no resultado dos pleitos eleitorais, por exemplo, ao tornar inelegíveis atores políticos que exerciam

tampouco comprometeram a estabilidade política do Regime, apesar de alguns impasses terem surgido tanto com a elite econômica (com a criação da Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz), quanto com a elite política (Lei dos Círculos).

Os desgastes adquiridos durante o “Tempo Saquarema”, desdobramentos dos esforços para a consolidação do projeto escolhido, foram em parte responsáveis pela ampliação dos descontentamentos e do clamor por novas reformas, ainda mais audaciosas no alvorecer da década de 1870. Os esforços pela centralização política, a Lei de Terras e o subsequente “veto dos barões”, a política de conciliação que desagradava segmentos políticos de ambos os partidos e a tentativa “aventureira” e, portanto, “frustrada” de inserir a minoria no plano político, foram um prelúdio de que o Estado monárquico não daria conta de atender às demandas por reformas cada vez mais ousadas, principalmente após 1870, sem criar traumas profundos, irreparáveis, sobretudo no seio da classe política e da escravista. Analisando o “veto dos barões” à Lei de Terras, José Murilo de Carvalho é quem melhor sintetiza esse impasse. Afirma que sem os ingredientes básicos para uma modernização conservadora, “o reformismo do Poder Moderador e da burocracia ou se frustrava, ou cavava a própria sepultura” (CARVALHO, 2003, p. 351).

É necessário, por agora, compreendermos em que a “Era da Reforma”, inaugurada após 1870, destoava do período anterior e como essa diferenciação tornou possível a emergência de novas ideias, muitas de caráter contestatório, em geral de tom reformador. É o momento da ocorrência de diversas transformações socioeconômicas, políticas e culturais, as quais são capazes de explicar primeiramente porque se tratava de um período relevante; em seguida, quais as peculiaridades das duas últimas décadas do Segundo Reinado que o definem como a “Era da Reforma”⁷⁵; finalmente, como ela concorreu para a formação de novos atores políticos, a exemplo de Moniz Freire, dispostos a romper os velhos paradigmas imperiais, mediante proposições reformistas e contestadoras. Começaremos pelas transformações socioeconômicas.

É lugar-comum na historiografia que as transformações na sociedade e na economia do Segundo Reinado se aceleraram criando demandas e contradições, as quais a Coroa não deu conta de assimilar, ou melhor, trabalhar, a fim de atendê-las. A rigor, essas mudanças não

funções administrativas, tais como presidentes de Província, seus secretários, chefes de polícia, juízes, entre outros. Cf. Basile (2000b) e Lessa (1999).

⁷⁵ Conforme definição adotada no início da Seção.

tiveram a capacidade de alterar o quadro político brasileiro *per se*, a ponto de, sozinhas, derrubarem a Monarquia, tendo, desse modo, que se conjugar com outros fatores para que isso ocorresse. Todavia, não se pode ignorar seu peso nesse processo. A começar pelo acúmulo de capitais nas mãos de determinado setor da elite agrária: os cafeicultores do Vale do Paraíba e do Oeste paulista. Eles contribuíram, a seu modo, decisivamente para esse processo. Fosse — como o primeiro grupo — sustentáculo que “emperrava” as reformas exigidas, ampliando descontentamentos dos grupos contestadores (como os abolicionistas), fosse — como o segundo — representante de um dos segmentos aliçados das principais decisões políticas da Coroa, defendendo, portanto, ideias “acintosas” para o regime: federalismo e república.

Após a década de 1870, o Estado passou a investir em maior escala no desenvolvimento econômico⁷⁶, mas nutriu, com a elite rural, sobretudo a escravista, uma relação complexa e contraditória.⁷⁷ A política gradualista de emancipação foi exemplar no que diz respeito à contradição, pois apresentava duplo caráter para os escravocratas: um aspecto benéfico, ao protelar o ônus do escravocrata latifundiário, garantindo a tranquilidade pública e evitando, em curto prazo, a completa abolição, por obrigar o recém-liberto a trabalhar por determinado período, na propriedade do seu antigo senhor, o que explica porque a grande ruptura dessa elite com a Coroa tenha ocorrido somente na Lei de 1888; o outro, maléfico, pois o Estado se intrometia na relação outrora privada entre o senhor e seu escravo, na medida em que retirava do proprietário o total monopólio sobre a emancipação do seu cativo. Na seara social, a título de descontentamento dessa elite rural escravocrata, a ampliação das revoltas dos escravos, sobretudo na década de 1880, foi um sintoma desse processo.⁷⁸ Ao sentimento de insegurança, traduzido no temor de insurreições à moda haitiana, ou de um grande conflito civil, como ocorrido nos Estados Unidos, somava-se a perda paulatina da confiança no Estado monárquico, como instituição mantenedora da ordem, da hierarquia e da propriedade, heranças do “Tempo Saquarema”.

⁷⁶ Em porcentagem, o número de decretos saltou de 15,25% entre 1853 e 1871, para 63,17% entre 1880 e 1889 (CARVALHO, 2003).

⁷⁷ Por exemplo, enquanto a Coroa investia maciçamente em estradas de ferro, incrementando o modelo agroexportador, em especial o cafeeiro, interferia favoravelmente no processo de emancipação gradual dos escravos, contrariando os interesses dos grandes proprietários, como em 1888, sem indenizações aos proprietários (CARVALHO, 2003).

⁷⁸ Analisando inquéritos policiais, Maria Helena Machado (2009) percebeu que essas insurreições encontravam brechas nas dissidências abertas entre setores dessa elite e da autoridade policial, já adeptos ao gradualismo, acerca da melhor maneira para lidar com as ameaças de revoltas dos escravos: enquanto os primeiros queriam punição severa aos desordeiros em defesa da propriedade, os representantes do governo primavam pela manutenção da tranquilidade pública.

De igual maneira, outras transformações contribuíam para produzir os contornos marcantes das últimas décadas do Império, diversificando interesses e ampliando contradições. Logo, tornaram-se potenciais concorrentes para o desgaste do regime, cada vez mais inoperante face a fenômenos que desafiavam a velha ordem e demandavam uma agenda de reformas cada vez mais “ousadas”. Entre elas, se encontram as transformações urbanas, no aspecto populacional, na melhoria dos serviços urbanos e até na Educação, embora restritos praticamente às grandes cidades; o desenvolvimento dos meios de transporte, em especial das ferrovias⁷⁹, e os primeiros sindicatos a esses empreendimentos associados; a conseguinte e crescente presença de capital estrangeiro, a maior parte do inglês, na modalidade de investimentos e empréstimos; o emergente desenvolvimento industrial, ainda que tímido⁸⁰, mas suficiente para exigir demandas políticas para o setor e capaz de se indignar com a elite política em determinados momentos (COSTA, 2002).

Nesse sentido, os choques de interesses não demoraram a emergir, traduzindo-se em descontentamentos. Insatisfações populares, expressas na imprensa local e em revoltas, e emergência de distintos grupos ligados a determinados setores da economia, com interesses completamente divergentes, foram a tônica desse momento. No entanto, a maior delas opunha não só interesses econômicos a interesses políticos, mas também as próprias Províncias, cujo produto foi o federalismo. À natural competição por créditos e subsídios do governo geral, somou-se a contrariedade daquelas que tinham representação política não condizente com a riqueza produzida, em especial São Paulo⁸¹, e as que se consideravam “esquecidas” pelo Império, como o Espírito Santo. Tal esquecimento é denotado nas cartas que Moniz Freire escreveu ao imperador, em nítido tom de indignação e contestação (FREIRE, 2012). O Império tinha os olhos fechados para as disparidades regionais, aumentando a ira dos contestadores e proporcionando também indiferenças quanto ao seu destino.

Em relação aos aspectos políticos, é possível identificar dentro dessa lógica alguns marcos decisivos, responsáveis pela erosão das instituições políticas do regime nas últimas décadas do Segundo Reinado. José Murilo de Carvalho (2009), por exemplo, vai ao auge do “Tempo Saquarema”, isto é, ao experimento conciliatório do marquês de Paraná, para explicar a

⁷⁹ A quilometragem da malha ferroviária brasileira saltou de 1.800,895 km, construídos entre 1871 e 1875, para 9.973,087 km até o fim da década de 1880 (BRASIL, 1912).

⁸⁰ O número de fábricas aumentou de 175 para 600 entre 1875 e 1890, enquanto o de trabalhadores, saltou de 18.100 para 50 mil (COSTA, 2002).

⁸¹ José Murilo de Carvalho (2003) demonstra em percentuais que o crescimento populacional e da receita da Província paulista foi inversamente proporcional à participação nos ministérios e de deputados na câmara.

origem do desgaste político, definindo-o como “refundação do sistema partidário”. De fato, emerge desse processo uma nova dinâmica partidária, a começar pela Liga Progressista⁸² e a divisão dos antigos conservadores, com alguns correligionários alijados pelo próprio Paraná. Embora um pouco mais moderado do que aqueles que surgiram depois, os progressistas, sob o estandarte reformista, pregavam medidas descentralizadoras⁸³, como a defesa dos interesses locais e a reforma municipal. Isso corrobora a hipótese defendida por Ricardo Salles (2009) acerca desse grupo — de não representar continuidade em termos práticos, tampouco em essência, com o Ministério da Conciliação. Tratava-se de significativa e irreversível ruptura, pois esse arranjo político não apresentava condições para garantir a estabilidade de governo mesmo com uma Câmara repleta de progressistas, durante o tempo em que comandou o gabinete ministerial. O ministério, considerado por José Murilo de Carvalho (2009) o mais instável do Segundo Reinado, trazia à tona, ainda que timidamente, os desgastes da ordem Saquarema e sua incapacidade de resolver as novas questões.

Em seguida, outros episódios, de dimensões proporcionais, marcaram o rumo sem volta que a Monarquia tomava, concomitantemente à incapacidade dos antirreformistas (os “conservadores emperrados”) de refrear as mudanças. O “Tempo Saquarema” chegava ao fim, ironicamente, pelas mãos de um membro da afamada trindade, o visconde de Itaboraí, incapaz de conter o clamor por reformas cada vez mais audaciosas. A nova crise aconteceu pela intervenção do Poder Moderador em 1868, na sucessão de Zacarias, à frente do ministério e membro da Liga. Por elas, os progressistas deram lugar aos velhos conservadores, alterando mais uma vez — também involuntariamente — a dinâmica político-partidária do Império, em seu prejuízo. Apesar da legalidade constitucional do Poder Moderador em sua atitude⁸⁴, ela não foi bem recebida por parte da elite política, encastelada no Parlamento: uma medida considerada legal, porém ilegítima (BASILE, 2000b). Para além de protestos e do estudo de

⁸² Fundada em 1862, a Liga (ou o Partido) Progressista foi o primeiro a efetivamente criar um programa político. Teve como principais fundadores e líderes Zacarias de Gois e Nabuco de Araújo. De curta duração, se dividiu no fim da década de 1860, com a subida dos conservadores, entre o novo Partido Liberal e Partido Republicano. Cf. Carvalho (2003; 2009).

⁸³ Entre essas medidas, se encontram a defesa dos interesses locais, a reforma municipal e a eleição de administradores dos Municípios. Sobre isso, cf. o Programa do Partido Progressista de 1862, citado por Carvalho (2009).

⁸⁴ O Poder Moderador não foi uma criação *sui generis* da Monarquia brasileira. Em trabalho revisionista, no qual critica a ideia de falseamento institucional no Império, Miriam Dolhnikoff e outros (2012) defendem que ele se tratava de uma apropriação do modelo monárquico francês, sendo suas atitudes, como dissolução de gabinetes ministeriais e de câmaras, uma prática de interferência legítima, coerente com a representação política da época.

Nabuco de Araújo⁸⁵, os liberais se reorganizaram, fundando o Centro Liberal, em 1868, e refundando o partido de mesmo nome, no ano seguinte. A novidade ficou por conta da criação de uma pauta repleta de anseios que muito se distanciavam do *status quo* forjado pelos conservadores.⁸⁶

Uma parcela dos liberais históricos, denominada “radicais”, imbuídos de proposições ainda mais ousadas, sem identificação com o Centro Liberal, tampouco com o Clube de Reforma⁸⁷, formou o Clube Radical em 1868 e, em 1870, o Partido Republicano, constituído majoritariamente por jovens desconhecidos, os quais passavam a questionar o *status quo* em sua essência maior: no próprio regime monárquico.⁸⁸ Mas foi a partir de 1870 que se retomou a política reformista com mais afinco. Ela agora comprometia os pilares do edifício monárquico, conquanto o Estado fosse incapaz de saciar os anseios por ela, configurando-se assim um verdadeiro círculo vicioso.

Nesse sentido, a Lei do Ventre Livre é um caso paradigmático, pois mexeu com as instituições do país, em especial com os partidos. A discussão da lei trouxe à tona as clivagens existentes dentro dessas agremiações políticas, demonstrando quão complexa eram suas respectivas naturezas. Tanto liberais quanto conservadores se dividiram, pois em seus quadros havia não somente proprietários de terras, muitos deles escravistas, mas também profissionais liberais e magistrados (CARVALHO, 2003). De fato, não foi essa discussão a primeira e única em que os partidos desnudaram suas fragilidades. Durante o Segundo Reinado, não foi incomum o fato de câmaras unânimes terem sido dissolvidas por divergências com gabinetes

⁸⁵ Pelo seu estudo, Araújo concluiu que havia um falseamento do sistema político imperial pela mão do imperador, quando na utilização do Poder Moderador (BASILE, 2000b).

⁸⁶ Senado temporário, Poder Judiciário independente, liberdade comercial, Conselho de Estado como auxiliar administrativo, e não político. Mais do que essas propostas, era consenso entre os membros do Partido a necessidade de uma nova reforma eleitoral, convencidos de que as velhas práticas políticas, responsáveis pela constituição de câmaras unânimes, tão comuns nos áureos tempos em que os saquaremas eram hegemônicos, haviam retornado com Itaboraí. Buscava-se “inventar” uma maneira alternativa de se chegar ao controle do gabinete ministerial, isto é, que não fosse pelas mãos do imperador. Tratava-se das eleições. Sobre isso, cf. os “Princípios fundamentais do Partido Liberal” de 1869 (CARVALHO, 2009).

⁸⁷ O Clube da Reforma foi criado em 1868. Para Marcelo Basile (2000b), tratava-se de um grupo saído do Centro Liberal, responsável por promover os principais pontos defendidos pelo Partido Liberal, entre os quais reforma eleitoral, liberdade comercial, abolição dos escravos, entre outras medidas.

⁸⁸ Em um longo manifesto, defendiam o federalismo como resposta à centralização imperial, associada à falta de democracia. Quanto à escravidão, por mais que a entendessem como empecilho econômico, esses jovens partilhavam do pensamento saquarema de que a abolição imediata traduzir-se-ia em “revolução”. Interessava uma transição gradual, priorizando-se a substituição da mão de obra escrava pela imigrante. Dessa forma, por mais que fossem republicanos, “radicais”, em diversos pontos se coadunavam com os saquaremas, como na questão da terra, carreando as divergências para o campo político. Para José Murilo de Carvalho (2009), representou verdadeiro “retrocesso”, esfriamento do debate, comparadas as propostas de 1870 àquelas defendidas na década de 1830, a começar pelo abandono da ideia de “revolução”.

do mesmo partido, fato acontecido com o próprio Rio Branco.⁸⁹ Faltava solidez e disciplina aos partidos, sendo o episódio de 1871 um componente importante para alimentar essa prática, tornada uma constante na última década do Império. Entre os inúmeros paradoxos que arranhavam o até então sólido edifício imperial, forjava-se mais um constituído por um duplo descontentamento: o dos liberais, particularmente os abolicionistas, pois se sentiam usurpados em um de seus princípios reformadores, e o dos conservadores, em questão os “emperrados”, por se verem prejudicados em seus interesses pelos próprios correligionários, à frente do ministério (ALONSO, 2002).

Não bastasse isso, a lei significava o primeiro distanciamento da Monarquia com uma de suas bases de sustentação — os escravocratas. Por outro lado, ela foi incapaz — a médio e longo prazo — de amainar o clamor por novas reformas, entre as quais a abolição. Rio Branco, por sua vez, rompia com a estratégia saquarema de garantir a ordem pela imutabilidade das principais estruturas do regime. Para ele, era a lei um fator de comprometimento com a ordem. Em essência, interessava reformar para mantê-la, com o atenuante de ser em pequenas e lentas doses, a fim de evitar ativismos radicais, como o abolicionista (SALLES, 2009). Outras medidas “modernizadoras” foram aprovadas e implementadas para referendar essa perspectiva política.⁹⁰

Até mesmo o abalo do pilar religioso na chamada “Questão Religiosa”⁹¹, ainda no gabinete de Rio Branco, concorreu para dar contornos à “Era da Reforma”, embora em menor grau. O desgaste com a Igreja católica reforçou o coro dos reformistas, no que concerne à laicização do Estado (COSTA, 2002), proposta aquém das possibilidades de medidas reformadoras, entre as que o Império arquitetou para evitar a sua ruína.

De igual importância política para forjar o período de reformas configurado após 1870, foram as alterações na legislação eleitoral. Não somente por causa das modificações *per se*, mas por conotarem a inadequação da elite política em atender certas demandas, como a ampliação da cidadania, e a garantia tanto de lisura nos pleitos eleitorais quanto do espaço político para

⁸⁹ José Murilo de Carvalho (2003) informa que, das 17 legislaturas do Segundo Reinado, 11 foram dissolvidas, em sua maioria por conflitos entre Câmara, Senado e Conselho.

⁹⁰ Ao longo dos quatro anos em que esteve à frente do ministério, Rio Branco executou uma série de reformas, algumas de natureza econômica, outras de tom descentralizador, desafiando o *status quo* saquarema. A esse respeito, cf. Alonso (2002) e Basile (2000b).

⁹¹ Nome como ficou conhecida a querela entre o Estado monárquico e a Igreja católica, nas figuras de seus representantes: Imperador D. Pedro II e Papa Pio IX. Teve como origem a punição dada pelo governo brasileiro aos bispos Dom Macedo da Costa e Dom Vital, por terem obedecido à determinação papal, proibindo maçons de frequentarem as irmandades religiosas. Cf. Basile (2000b) e Fausto (2002b).

grupos de oposição. A Lei do Terço de 1875⁹² e a Lei Saraiva de 1881⁹³ se mostraram incapazes — a médio e longo prazo — não só de garantir eleições limpas, mas de criar um sistema alternativo de revezamento partidário no controle do governo, que não passasse pelas desgastantes intervenções do Poder Moderador.⁹⁴

A vedete de todas as reformas, entretanto, foi a Lei Áurea, de 1888, por ter dado contornos finais à questão abolicionista. Foi talvez a mais paradoxal: de um lado, elevou o prestígio do imperador e da Monarquia perante a população e parte da imprensa, esfacelando o movimento antiescravista e desmobilizando todo um grupo de contestadores heterogêneos (ALONSO, 2002); do outro, feriu de morte uma das bases da Monarquia, acelerando involuntariamente a sua derrocada, por tornar a antiga aristocracia rural escravocrata indiferente aos destinos do regime e, em alguns casos, recém-ingressante no movimento republicano. A legitimação popular da Coroa veio acompanhada de deslegitimação política, pois “[...] as principais reformas que promovera atendiam a interesses majoritários da população que não podia representar-se politicamente” (CARVALHO, 2003, p. 323).

Em 1889, o drama das transformações e contradições geradas pelas reformas realizadas ganhou novos contornos com o insucesso do visconde de Ouro Preto, então presidente do gabinete ministerial, desde junho de 1889. Na tentativa de derrotar a propaganda republicana, ele adotou a antiga estratégia dos conservadores: assimilar as propostas do adversário político, com o intuito de derrotá-lo, ou aplinar suas reivindicações. Indo além, considerando-se o contexto de crescimento dos simpatizantes pelo fim do regime, queria provar quão elástica era sua administração para absorver tais anseios. Isso seria concretizado mediante um extenso programa de reformas políticas, econômicas e sociais, com poucas diferenças em relação ao

⁹² A Lei do Terço foi criada em 1875 com o objetivo de dar acesso às minorias e combater os vícios eleitorais. Por essa legislação, o votante deveria eleger apenas dois terços dos eleitores, por direito em sua paróquia, os quais, por sua vez, deveriam votar somente em dois terços dos deputados gerais, para que, desse modo, o restante das vagas fosse destinado à oposição. Cf. Basile (2000b).

⁹³ A Lei Saraiva, de 1881, com o mesmo espírito moralizante das anteriores, foi aquela que instituiu eleição direta em turno único, isto é, não haveria mais a distinção entre eleitores de paróquia (votantes) e eleitores de Província (eleitores). Por outro lado, tornava o voto facultativo e excluía os analfabetos do direito de votar. Além disso, restabelecia os círculos como forma de divisão eleitoral das Províncias, em que apenas um deputado poderia ser eleito por círculo. Cf. Basile (2000b).

⁹⁴ Este era até então o real garantidor do bipartidarismo (CARVALHO, 2003), mas, ironicamente, à medida que as reformas políticas “fracassavam”, tornava-se o catalisador dos descontentamentos políticos do regime. Como agravante, a Lei Saraiva, embora tenha aumentado o número de eleitores diretos em relação à legislação anterior, reduziu o quantitativo no geral, considerando-se aqui também os votantes, na medida em que, com a criação das eleições diretas e a proibição de eleitores analfabetos, foram em sua maioria excluídos do pleito, enquanto uma pequena parcela foi “promovida” ao *status* de eleitor, ou seja, aqueles que escolhiam os deputados (DOLHNIKOFF et al., 2012).

apresentado pelos seus correligionários liberais, duas décadas antes⁹⁵ (COSTA, 2002). O desfecho foi o descontentamento e a consequente dissolução da Câmara de maioria conservadora. Algo do “espírito saquarema” ainda permanecia em boa parte da elite política imperial, embora os “conservadores emperrados” não tivessem mais a força política equivalente ao da afamada “trindade”. A derrota da Câmara para as pretensões de Ouro Preto trouxe como elemento vitorioso o projeto republicano, aproveitando-se da incapacidade do *establishment* de acolher aquelas demandas. A última das reformas, por ironia, foi o próprio fim da Monarquia, forjado em parte pela indiferença — ou mesmo ação — inclusive daqueles que outrora lutaram pela sua sobrevivência.

De forma geral, a elite política havia se transformado, o que teve parcela de responsabilidade no enfraquecimento do regime: a coesão política construtora da ordem saquarema havia se fragmentado após o ministério conciliador. Primeiro, porque já não havia um local comum e hegemônico, papel até então exercido pela Universidade de Coimbra, isto é, não havia mais tão limitada fonte de recrutamento para a sua composição. Ademais, a preponderância da formação jurídica ao longo de todo o Segundo Reinado não conseguiu se firmar como condição *sine qua non* para uma unidade política mais efetiva, se levarmos em conta a ampliação do número de bacharéis e a distinção entre advogados e magistrados nesse campo de saber.⁹⁶ A partir de 1870, emergiu uma elite formada majoritariamente por profissionais liberais, grupo menos treinado, porém com maior circulação entre os cargos políticos. Como essa nova geração de políticos não havia experimentado as instabilidades políticas do Período Regencial e não foi responsável pela construção e consolidação — a duras penas — da ordem saquarema, não se sentiu plenamente compromissada com a sua manutenção, tornando-se mais desapegada ao regime, a ponto não só de questionar seus pilares fundamentais — entre os quais a escravidão e o centralismo político —, como de demonstrar indiferença em relação aos destinos da Monarquia como regime.⁹⁷

Isso não significa, por sua vez, que a majoritária parcela da classe política estava pronta para aderir a toda e qualquer proposta reformista, como de fato não ocorreu. Havia os

⁹⁵ O projeto de Ouro Preto tinha, entre as propostas principais: alargamento do direito ao voto, plena autonomia das Províncias e Municípios, temporalidade do Senado, representação e governo próprio para o Município neutro, reforma do Conselho de Estado, tornando-o meramente instituição administrativa. Cf. Lessa (1999).

⁹⁶ Os magistrados, membros do funcionalismo público, por sinal, diminuíram consideravelmente sua participação nos quadros políticos, tanto nos ministérios quanto no Senado, suplantados em ambos os casos pelos advogados. A maior parte dos representantes do Estado não vinha mais dos seus quadros, outrora fundamental na edificação dessa instituição e da centralização política.

⁹⁷ Sobre a transformação da elite política, cf. Carvalho (2003).

“emperrados” para freá-las, além do Senado e do Conselho de Estado, sendo, por essa razão, órgãos incluídos na pauta dos reformistas. O real peso dessa transformação foi a formação de uma geração, em parte mais pluralizada quanto à proposição de ideias e posição social, como também menos preocupada em “guardar” os pilares da ordem construída, em parte enfraquecida para frear o avanço desses anseios quando não aberta às novas ideias. Tratava-se não somente de uma metamorfose política, mas também cultural.

Portanto, as transformações políticas e socioeconômicas foram acompanhadas — e alimentadas — pelas culturais. Em primeiro lugar, porque a chegada de novos atores ao cenário político se deu igualmente acompanhada de intelectuais, papéis algumas vezes indissociáveis. Rumos foram traçados diferentemente dos primeiros grupos, aquele dos escritores e pensadores cooptados pelo Estado, como Antônio Gonçalves Dias, Domingos Gonçalves de Magalhães e José de Alencar (COSTA, 2002). A rigor, as transformações na elite política se estenderam à elite intelectual, os letrados, elites quase siamesas em um país de população majoritariamente analfabeta. Formou-se, assim, de maneira não arquitetada um movimento de contestadores, os quais passaram a ser conhecidos como a geração 1870. Podemos compreendê-la, de acordo com Angela Alonso, como

[...] uma resposta coletiva de grupos sociais aliados pelo *status quo* saquarema. Aí reside o sentido de seus escritos e associações: visavam à crítica às instituições políticas do Segundo Reinado, e aos valores da tradição imperial. [...] [E, por adotar teorias liberais e científicas, foi também] um movimento político-intelectual de contestação formado por grupos sociais díspares em origem social, mas em comunidade de situação diante do *status quo* imperial: politicamente marginalizados (2002, p. 101).

Mediante essa definição, podemos elencar pelo menos três características gerais dessa geração: heterogeneidade; não incorporação ou incorporação parcial à elite política; contestação moderada, elitista, reformadora, ou seja, sem caráter revolucionário.

Quanto à primeira característica, ela se torna mister sob diversos aspectos, como a origem social, regional e política distintas. Havia indivíduos de várias camadas sociais, desde famílias tradicionais decadentes, passando por militares e profissionais liberais, até segmentos ligados a setores economicamente emergentes. Estavam presentes em praticamente todas as Províncias, inclusive no Espírito Santo, embora em pequeno número, se comparado com as mais populosas. Além disso, possuíam posições políticas diferentes, tanto no que concerne às ideias defendidas, quanto ao grau de proximidade com a elite política imperial. Não obstante, as diferenças iam até determinados pontos, sendo possível, por conseguinte, distingui-los em

no máximo seis grupos⁹⁸: duas dissidências liberais, tratadas pela autora como “novos liberais” e “liberais republicanos”; duas associações positivistas oriundas das Faculdades imperiais, de um lado, da corte, do outro, das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife (locais onde estudou Moniz Freire), ambas intituladas “positivistas abolicionistas”; finalmente duas dissidências regionais, os “federalistas científicos” de São Paulo e os “federalistas positivistas” do Rio Grande do Sul.

Angela Alonso (2009), analisando minuciosamente esse movimento, utiliza-se de metáfora geométrica para descrever os grupos. Seriam círculos concêntricos relacionados à estrutura estamental do Império e às suas instâncias de poder. Mais próximos ao centro estavam as dissidências liberais: os “novos”, monarquistas, provenientes de famílias da elite, membros do novo Partido Liberal, críticos do modelo saquarema fundado na grande propriedade e na escravidão; os “radicais”, ao contrário, eram oriundos das camadas médias urbanas, defensores da descentralização política e do modelo republicano. Mais afastados, estavam os positivistas abolicionistas, em maior grau atingidos pela marginalização social, oriundos também das camadas médias urbanas, defensores de ideias positivistas, da república e da abolição da escravidão. Por fim, no extremo da marginalização, encontravam-se os federalistas paulistas e gaúchos, elites econômicas regionais marginalizadas do poder local (gaúchos) ou do nacional (paulistas), ambos clamando por maior autonomia das Províncias, o que para eles só seria alcançado mediante a instauração da República.

Tamanhas eram as diferenças se observarmos o distanciamento em relação ao Estado e às camadas sociais privilegiadas, a formação nos mais diversos campos de saber (Engenharia, Medicina, Direito) e a própria proveniência regional. Não havia sequer unanimidade acerca da opção republicana, uma vez que os “novos liberais” permaneceram monarquistas, ocorrendo o mesmo quanto à questão da abolição da escravidão, pois os federalistas paulistas eram reticentes nesse ponto. Consequentemente, esses grupos foram incapazes de se articular sob uma única agremiação.⁹⁹

⁹⁸ Esses grupos representavam teias de relações sociais. Cf. os critérios utilizados pela autora para defini-los, em Alonso (2002).

⁹⁹ Essa incapacidade ocorreu por duas razões: por causa dos custos da organização, o desafio foi potencializado, haja vista o grau de marginalização política que a maioria sofria; como também por causa da ausência de um conteúdo programático consistente, a ponto de aglutiná-los em um único partido. A “aventura” institucional — pela tentativa de ingresso nos cargos políticos — foi caminho de alguns desses grupos, conquanto dissociados. Mesmo as virtuais vitórias dessa geração em relação à abolição e ao golpe republicano foram

Então, qual o elo capaz de unir os variados grupos, a ponto de enquadrá-los em um mesmo movimento? Segundo Angela Alonso (2002), a resposta se relaciona à partilha de uma experiência negativa: a exclusão do projeto saquarema, embora essa eliminação se configure também diferenciada nos mais diversos graus, quando nos recordarmos do distanciamento peculiar que cada grupo possuía em relação ao “centro” político e social do Império. Esse foi um fator responsável, em parte, por proposições não homogêneas de reformas. Embora houvesse interesses em comum, os quais traspassava a maioria dos grupos, como o anseio pela república, não ocorria unanimidade capaz de gerar uma coesão positiva. Em suma,

[...] não compartilhavam uma posição social; sua unidade estava noutra parte. O que alinhava estes micro-contextos [sic] de experiência era a situação comum de *marginalização política*. Eram grupos alijados pela dominação saquarema: não oriundos nem dos estamentos senhoriais [...], nem das tradicionais plantações de café do Vale do Paraíba. Não vinham, portanto, da base social do Partido Conservador. Também não estabeleciam laços com esse partido que tinha a hegemonia na nomeação de postos públicos (ALONSO, 2002, p. 161).

A segunda característica marcante era a contestação elitizada. De fato, a pauta que tais grupos traziam em seu bojo era inovadora: República, federalismo, abolição, ampliação da cidadania, entre outros pontos. Eram, pois, suficientemente consistentes para dissolver as bases saquaremas do edifício imperial. Entretanto, eles possuíam caráter reformista, não revolucionário. Prevalencia o caminho ordeiro e elitista, assim como a tentativa de resguardar o processo político. A título de exemplo, caberia à propaganda e à persuasão papel crucial para a mudança, em detrimento da violência ou de qualquer forma de ação política que se assemelhassem a isso. Era duplamente dirigido, tanto às massas quanto às camadas sociais mais altas, pois os grupos contestadores intelectuais se viam como elites (ALONSO, 2002).

Pari passu, emergiram determinados mecanismos, capazes de alimentar a — conquanto também alimentados pela — ação desse movimento contestatório. Referimo-nos estritamente a duas peculiaridades: ao surgimento de um espaço público e à construção de um imaginário coletivo, no qual a República se tornava a próxima e inevitável etapa de um caminho evolutivo a ser seguido.

A primeira peculiaridade diz respeito à oportunidade de ações coletivas pertinentes a determinados grupos que, devido à rigidez e à clausura das instituições imperiais, sem espaço suficiente para abrigar esses contestadores, se encontravam marginalizados das principais

incapazes de lhe proporcionar alguma coesão, agindo mais como fatores enfraquecedores do movimento (ALONSO, 2002).

discussões políticas, particularmente aquelas referentes às reformas, e extrapolaram o cotidiano parlamentar, invadindo a imprensa, os *meetings* populares e as associações, em resumo, a rua. Assim, a imprensa foi o local em que os contestadores melhor expressaram suas ideias. Por meio da evolução nos meios de inovações técnicas, como a zincografia¹⁰⁰, e a ampliação da rede de comunicação e transporte do país — como telégrafo e ferrovia — as notícias vindas da Corte alcançaram maior projeção nas mais diversas Províncias (MARTINS, 2012), as quais se tornavam, assim como a sede da Monarquia, *locus* de debates sobre as reformas. Em Vitória, por exemplo, o então jornal *A Província do Espírito Santo*, editado pelos liberais Moniz Freire e Cleto Nunes¹⁰¹, constantemente reproduziu diversas notícias vindas da Corte, sobretudo aquelas que, de algum modo, corroboravam as ideias defendidas no periódico, entre as quais a abolição.¹⁰²

Não obstante, apesar de a imprensa partidária ter sido marcante ao longo dos oitocentos, a partir de 1880 apareceram com maior vulto, sobretudo na Corte, segmentos da imprensa independentes dos partidos políticos, não controlados pela elite política. Nela residirá boa parte dos reformistas. Além disso, é a Corte e suas transformações o fiel da balança. O crescimento populacional, o contínuo — embora lento — aumento do número de alfabetizados, a democratização pelo transporte, o crescimento do número de letrados, entre outras transformações, foram responsáveis por fomentar o crescimento do número de periódicos¹⁰³, assim como pela politização daquela cidade (MELLO, 2007).

¹⁰⁰ Processo que barateou a impressão na medida em que substituiu a pedra por lâminas de zinco.

¹⁰¹ Cleto Nunes Pereira foi jornalista e político (1855-1908). Como membro do Partido Liberal, escreveu para diversos jornais até fundar um, junto com Moniz Freire. Foi eleito deputado provincial em 1880, secretário provincial em 1889, deputado constituinte estadual em 1892, deputado federal em 1894 e senador em 1898. Paralelamente, foi presidente do governo municipal da capital entre 1892 e 1898. Sempre como aliado de Moniz Freire. Cf. Pereira (2005).

¹⁰² São muitos os exemplares desse periódico que trazem notícias de outras regiões, retratando os mais variados assuntos. No entanto, em muitos deles encontramos casos que de algum modo propagandeavam direta ou indiretamente a abolição da escravidão. São vários os exemplos. Somente nos anos 1883 e 1885, tivemos: notícias sobre 600 cartas de manumissão assinadas no Ceará (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 1 fev. 1883); anúncio de procissão cívica em enterro de Luís Gama, famoso abolicionista (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 14 set. 1883); notícia sobre impasses abolicionistas em São Paulo, reproduzindo artigo de um jornal paulista (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 27 set. 1883); notícias sobre a emancipação de escravos no Rio Grande do Sul (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 10 jan. 1885).

¹⁰³ Além dos periódicos de médio e grande porte, surgiu uma infinidade de pequenos jornais, revistas e folhetins, inclusive os escolares. Retomava-se a tradição panfletária oriunda do período regencial. Contudo, nem todos sobreviviam à primeira edição (ALONSO, 2002). E, entre os diversos exemplos, mais uma vez se encontrava Moniz Freire. Junto com colegas, fundou *A Liberdade*, ainda com 14 anos, quando estudava no Ateneu, em Vitória, e *Gazeta Acadêmica*, em 1877, já na Faculdade de Direito de Recife (SANTOS, 2012b).

Os *meetings*, por sua vez, nada mais foram do que eventos públicos. Os contestadores se inspiravam nessa nova forma de mobilização, em parte porque se encontrava em voga em outros lugares do Ocidente, como na Inglaterra (movimento pró-reformas) e nos Estados Unidos (campanhas abolicionistas). Por outro lado, eles traduziam a modalidade adotada por esses grupos para triunfar: a persuasão. Banquetes, encontros, conferências, entre outros diversos meios, foram utilizados para tornar o movimento contestatório ainda mais forte, contagiando boa parte daqueles que se prestavam a ouvir as novas ideias, ao passo que ganhavam tanta ou maior visibilidade que o próprio parlamento (ALONSO, 2002).

Destarte, a rua se consolidava como um *locus* de discussão política do Rio de Janeiro, ganhando contornos ainda mais fortes, na medida em que os oradores se agarravam à menor das oportunidades, aproveitando-se até dos problemas urbanos, como falta de água, para atrair e aglutinar espectadores. Os derradeiros anos da Monarquia coroaram essas práticas, pela intensa politização da Corte em concomitância ao crescimento do movimento abolicionista e do republicano. Era mais um golpe profundo no modelo saquarema, o qual repudiava a rua e a participação popular (MELLO, 2007).

Complementando o ambiente de política na rua, gerador de um pequeno espaço de discussões, havia os meios associativos. Eles tomavam a forma de clubes, associações, confederações, organizando *meetings*, passeatas, banquetes e conferências, para atrair a população. A questão abolicionista e a republicana foram os principais polos aglutinadores, todavia incapazes de transformar a maioria desses grupos em partidos políticos (SALLES, 2009). Entretanto, um caminho irreversível havia sido tratado: a opinião pública fora ressignificada, ultrapassando o círculo dos cidadãos políticos, alcançando a população adulta que não se sentia representada pelas instituições imperiais. A política exclusivamente aristocrática do regime estava rompida. O Brasil experimentava a política de massas e de rua (ALONSO, 2002).¹⁰⁴

Por sua vez, todas essas significativas mudanças no quadro político-cultural desde pelo menos 1870, a emergência de uma geração heterogênea de contestadores e de uma opinião pública para além da elite política, não se completam sem a ressignificação dada ao regime pela maioria daqueles que clamavam por reformas, sobretudo os republicanos. A começar pela

¹⁰⁴ A ressignificação da rua não se restringiu à principal cidade do país. Diversas Províncias passaram por um processo similar, reproduzindo com adaptações e especificidades o cenário político da Corte. No Espírito Santo, por exemplo, a prática de *meetings* foi uma dessas formas, estando Moniz Freire presente em alguns deles, como em evento narrado por Afonso Cláudio (2002), o *Meeting de água e Luz*, um dos principais propagandistas republicanos da Província. Falaremos dele na Seção 4.

crítica às tradições monárquicas: ao liberalismo estamental e ao seu modelo político excludente; à nação imaginada pelo indianismo romântico; à imiscuidade entre Igreja e Estado pelo catolicismo hierárquico (ALONSO, 2009). Em contrapartida, propunham o alargamento dos direitos civis, a secularização das instituições e uma nova representação do Brasil capaz de incorporar o escravo africano e seus descendentes.

Não bastasse a negação aos fundamentos monárquicos, abalizada pelas novas proposições, preocuparam-se não apenas em dessacralizar o regime e a figura de seu maior representante, mas também em forjar novas tradições. A começar pela própria rejeição ao poder religioso como fundamento do poder monárquico. A religião agora se contrapunha à razão, ao cientificismo e, como não só acompanhava, mas revestia-se de “sustentáculo sagrado” do Império, a este também se conferia esse confronto. A Questão Religiosa referendou tal pensamento. Quanto ao imperador, embora benquisto, por vezes se encontrava, na década de 1880, representado como um demente e sonolento velhinho, em alusão à enfermidade que enfrentara nesse período. Quando não era esse o assunto, havia outros, como o roubo das joias imperiais. A imprensa e a rua, por intermédio dos *meetings* e dos carnavais, cumpriam esse papel, estendendo o desprestígio a toda a família real, em especial ao casal herdeiro, como forma de deslegitimar e enfraquecer a ideia de um Terceiro Reinado, tornando a República cada vez mais “consentida”.¹⁰⁵

A República passou a ser apresentada pelos seus defensores como uma evolução. Uma complexa construção de signos e relações permitiu a associação entre liberdade, igualdade e democracia. Por outro lado, a Monarquia representava o atraso, materializado na escravidão e na lentidão ou incapacidade de atender as reformas pleiteadas. Nem mesmo a extinção da escravidão, alcançada no ano de 1888, conseguiu converter a efêmera popularidade do regime em sobrevida ou a capacidade de que era possível realizar reformas sob a batuta do Império. A frustração da estratégia reformista de Ouro Preto viria para corroborar essa crença, engrossando o coro de Silva Jardim, ferrenho propagandista republicano. Até mesmo ilustres monarquistas, como Rui Barbosa, manifestavam descrença na permanência da Monarquia brasileira (MELLO, 2007).

Finalmente, a resignificação do passado completou a estratégia bem-sucedida de metamorfose cultural em interface com a política, capaz de conformar a população para a

¹⁰⁵ Diversos são os exemplos de dessacralização da família real, em especial do monarca. Cf. Mello (2007).

ruptura que viria em 1889. Episódios execrados, principalmente pelo modelo saquarema, em especial ocorridos no Período Regencial, verdadeiros levantes antimonárquicos, passaram por releituras, com a (re) invenção de heróis, entre os quais Tiradentes e Frei Caneca. A Regência perdeu seu teor de anarquia, enquanto a reação “conservadora” dos anos 1840 ganhou a conotação pejorativa de “golpe”. Uma completa inversão de valores se estabelecia. Já outros episódios foram (re) enaltecidos como a abdicação de D. Pedro I (ALONSO, 2002).

Os antiescravistas foram também recordados. José Bonifácio, por exemplo, foi apresentado como mártir e sábio por Joaquim Nabuco (1977), ao ter criticado duramente aquela instituição e apresentado propostas que pudessem levar um fim gradual a ela, no seu projeto à Constituinte de 1823. Até mesmo o passado “recente” foi resgatado para atuar como combustível propulsor das reformas. A heroicização do visconde de Rio Branco, mesmo sendo ele um conservador, talvez seja o melhor exemplo. Após sua morte, ele entrou no “calendário” de festejos dos abolicionistas, como componente de uma tradição forjada para alcançar a extinção da escravidão. E seu nome jamais seria esquecido, transformando-se em prêmios, ruas e unidade municipal em Minas Gerais, no ano de 1882. O jornal *O Abolicionista*, exaltando a Lei do Ventre Livre, aprovada em seu ministério, também se referiu ao visconde como benfeitor ao comentar sua morte.

[...] Não é somente um grande cidadão que o Brasil inteiro pranteia; mas, o que é muito mais, um benfeitor da humanidade, um d'esses homens privilegiados que podem ter a fortuna de ser verdadeiramente uteis a sua espécie, contribuindo de modo eficaz para o seu adiantamento (O ABOLICIONISTA, 1 dez. 1880, p. 1).

A *Revista Ilustrada*, importante impresso produzido na Corte, também contribuiu para imortalizá-lo, afirmando que “[...] o seu nome pertence á historia desde a lei [do Ventre Livre] de 28 de setembro; ela pagar-lhe-á em justiça o que lhe deve o paiz em abnegação” (REVISTA ILUSTRADA, 1880, p.2).

No Espírito Santo, os redatores do jornal *A Província do Espírito Santo*, Cleto Nunes e Moniz Freire, alguns dos quais se fizeram representantes dessa geração na Província, reproduziram essa prática, como estratégia de propaganda abolicionista — forma encontrada de inteirar os leitores da histórica lei —, seja louvando e comemorando mais um aniversário, seja relembrando a morte do visconde, a partir de sua representação como um mártir.¹⁰⁶ Sem dúvida, esse é um fator sintomático do que defendemos aqui: a direta interpenetração desse

¹⁰⁶ Cf. *A Província do Espírito Santo* (27 set.1882; 10 out. 1883; 01 nov. 1883).

contexto de ideias contestadoras, ou melhor, de algumas delas, na formação intelectual e política de Moniz Freire. Ademais, elas lhe darão as condições necessárias para a constituição de seu capital político e, por conseguinte, de sua ascensão política. Nesse sentido, torna-se necessário conhecer sua formação e as potenciais influências que com ela interagiam.

3.2 BACHARELISMO E CONTESTAÇÃO: A FORMAÇÃO POLÍTICO-INTELLECTUAL DE MONIZ FREIRE NA ERA DA REFORMA

Conforme apontado na Seção anterior, defendemos a hipótese de que Moniz Freire estabeleceu com uma parte da elite política capixaba, especialmente nas primeiras décadas republicanas, uma relação de dominação política que apresentava indícios de poder personalista carismático, de tipo não puro. Nesse sentido, a fim de corroborar essa hipótese, interessa-nos responder alguns questionamentos nessa parte do estudo. O primeiro deles se refere à formação intelectual, ou melhor, à maneira como esse ator interagiu com as ideias contestadoras no contexto da Era da Reforma. Defendemos a hipótese de que elas atuaram como pilares de seu pensamento, por sua vez eixo aglutinador de seguidores, o que possibilitou sua ascensão política, ainda durante a vigência da Monarquia. O segundo corresponde à importância que a formação em Direito, sobretudo na capital paulista, desempenhou no seu amadurecimento político, de que maneira isso foi possível e em que medida interagiu com as ideias desafiadoras emergentes na década de 1870. Logo, faz-se necessário conhecer a sua formação e, conseqüentemente, a de suas ideias.

3.2.1 Origens políticas

José de Mello Carvalho Moniz Freire era natural de Vitória, nascido em 1861. Sua família, rastreada pelo historiador Estilache dos Santos (2012), foi uma das mais importantes do Espírito Santo desde o período colonial, detentora de importante patrimônio material, o que levou o historiador a definir sua linhagem como “fina flor da *nobreza da terra*”. Seus antepassados constituíam famílias de importante riqueza material, sendo dois de seus tetravôs, Gonçalo Pereira Sampaio e José Pinto Homem de Azevedo, os principais exemplos. Além do prestígio econômico, alguns deles adquiriram importantes cargos políticos ao longo dos oitocentos, por exemplo, seu bisavô, Francisco Pinto Homem de Azevedo. Além de herdeiro de grande fortuna do sogro e tio Gonçalo Sampaio, foi capitão-mor da Vila de Vitória, cargo que poderia ser ocupado somente por indivíduos de grande reconhecimento e prestígio nos

locais em que viviam¹⁰⁷. Sua força política se fortaleceu pela estratégia das redes de alianças, em boa parte graças aos matrimônios estabelecidos. Nessa perspectiva, Francisco de Azevedo teve como genros José Francisco Monjardim¹⁰⁸ e o forasteiro José de Mello Carvalho¹⁰⁹ (avô materno de Moniz Freire), importantes atores políticos na Província e membros do Partido Liberal após 1861.

Seu pai, Manoel Feliciano Moniz Freire¹¹⁰, seguiu trajetória similar a do sogro, portanto de seu avô materno. Igualmente oriundo da Bahia, tornou-se relevante na sociedade capixaba, tanto como político e jornalista, quanto como membro de irmandade religiosa e da maçonaria. Eram, portanto, profissionais liberais e membros da elite política local. Ambos foram fundamentais para a formação profissional e intelectual de Moniz Freire — advogado, jornalista e político. Tanto que, na última década do Império, construiu uma sólida e ascendente carreira nos quadros políticos, de vereador de Vitória em 1881 e presidente da Câmara, passando por deputado provincial em três legislaturas¹¹¹, a deputado geral eleito em 1889, impossibilitado de continuar esse mandato devido ao golpe republicano. Ao mesmo

¹⁰⁷ O cargo de capitão-mor havia sido estabelecido pelo regimento de 1509. Era eleito pela Câmara correspondente à vila onde residia. Tinha como finalidade principal “recrutar os habitantes da localidade para fazer parte dos corpos de Ordenanças, mandando assentar pelo escrivão da Câmara os nomes de todas as pessoas que eram obrigadas a ter armas, dessa forma incorporando-as aos corpos de Ordenanças locais” (SANTOS, 2012b, p. 38-39). Em suma, tratava-se de significativo poder militar local. Pelo alvará de 18 de outubro de 1709, vigente à época do bisavô de Moniz Freire, o rei passava a escolher o indicado para o cargo mediante uma lista triplíce de nomes produzida pela Câmara. Com isso, o prestígio social local ampliava sua dimensão, já que a escolha partia do rei, além de uma série de privilégios e isenções fiscais.

¹⁰⁸ José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim era de importante família radicada em Vitória, tendo como pai Ignácio João Monjardim, o qual havia governado a capitania entre 1782 e 1798. Oficial das forças do Império, ele recebeu várias condecorações. Como carreira política, ocupou várias vezes os cargos de deputado provincial e de presidência interina da Província do Espírito Santo (MONJARDIM, 2003). Foi um dos criadores e líder do Partido Liberal, a partir de 1861 (VIANNA, 2013), do qual fez parte seu concunhado José de Mello Carvalho (avô de Moniz Freire) e seu filho Alpheu Adelpho Monjardim, futuro barão de Monjardim.

¹⁰⁹ José de Mello Carvalho era advogado oriundo da Bahia. No Espírito Santo, foi delegado geral de polícia, juiz municipal, chefe da delegação da Repartição de Terras Públicas e deputado provincial em quatro legislaturas: 12ª (1858-59), 13ª (1860-61), 15ª (1864-65), 16ª (1866-67) e 17ª (1868-69). Em 1867, foi importante membro (tesoureiro) da irmandade religiosa Nosso Senhor dos Passos e, no ano seguinte, foi vice-presidente da Assembleia Provincial. Cf. Bichara (1984), Santos (2013a) e Vianna (2013).

¹¹⁰ Manoel Feliciano Moniz Freire era um jovem baiano de origem modesta. Contudo, engenheiro militar, ocupou função vaga na Repartição de Terras, a qual havia sido criada pelo seu futuro sogro. Após se casar com Maria Emília Moniz Freire, estreitando laços com o grupo político chefiado pelo Coronel Monjardim, tornou-se membro do Partido Liberal e deputado provincial em três legislaturas: 15ª (1864-65), 16ª (1866-67) e 17ª (1868-69), chegando a primeiro secretário por três vezes consecutivas (1865, 1866 e 1867). Intelectual, foi redator dos periódicos *Jornal da Victoria* e *O Tempo*, ambos porta-vozes de seu partido. Assim como seu sogro, foi importante membro (provedor) da irmandade religiosa Nosso Senhor dos Passos em 1867. Foi professor no Liceu Provincial em 1866 e, no seu último ano de vida, 1872, um dos instaladores da Loja Maçônica “União e Progresso” e tesoureiro-geral da Província. Cf. Bichara (1984), Fraga (s.d.), Santos (2012b) e Vianna (2013).

¹¹¹ As respectivas legislaturas foram: 24ª (1882-83), 25ª (1884-85) e 27ª (1888-89), sendo vice-presidente da Assembleia nos anos de 1884 e 1885 (BICHARA, 1984).

tempo, foi fundador, juntamente com Cleto Nunes, do jornal *A Província do Espírito Santo*, importante periódico na década de 1880, responsável por transmitir as principais ideias de seus criadores.

É crível que a origem familiar tenha contribuído diretamente para condicioná-lo a uma trajetória política regional relevante. Não obstante, sua estirpe é insuficiente para responder em que medida seu papel como ator político começava a se destacar e a se diferenciar das demais lideranças e personalidades da elite política, nos últimos anos do regime monárquico. Acreditamos haver demasiado peso de uma formação intelectual-acadêmica voltada para o aprendizado da prática política, por intermédio dos jornais ainda na Faculdade, em interface com um conjunto de ideias e com uma geração contestadora nesse processo.

3.2.2 A formação político-intelectual e o bacharelismo

A fundação de jornais e folhetins foi uma constante na vida de Moniz Freire. Ainda adolescente, criou dois: *Aurora*, em 1875, e *A Liberdade*, no ano seguinte, ambos de curta duração e com a colaboração de Afonso Cláudio.¹¹² Eram tempos difíceis, pois o grupo político do qual sua família fazia parte, ligado ao Partido Liberal, estava no ostracismo desde 1868.¹¹³ Nesse interstício da produção de um jornal e outro, escreveu uma carta ao afamado jornalista José Joaquim Pessanha Póvoa¹¹⁴, então redator do jornal *O Comércio*, um dos periódicos de maior expressão na capital na época (PEREIRA, 1922). Nela, o jovem de apenas 14 anos solicitava de Póvoa a utilização de seu prelo, merecendo destaque três aspectos contidos na epístola, os quais direcionariam mais tarde a vida política desse

¹¹² Afonso Cláudio de Freitas Rosa foi amigo de infância de Moniz Freire, convivendo na escola Atheneu Provincial, atualmente equivalente ao ensino médio, e nas Faculdades de Direito por onde passaram, respectivamente de Recife e São Paulo. Depois de formados, foram sócios em escritório de advocacia em Vitória. Embora tenha seguido carreira política, com ativa militância republicana até 1889, Afonso Cláudio se destacou como advogado, desembargador, professor, escritor e pesquisador, sendo responsável por expressiva produção literária (RIBEIRO, 2007).

¹¹³ Desde 1868, os conservadores estavam no poder, com a formação do gabinete ministerial do visconde de Itaboraí. Permaneceram até 1878, tempo findado pela queda do gabinete do duque de Caxias.

¹¹⁴ José Joaquim Pessanha Póvoa foi escritor e jornalista, residente no Espírito Santo, desde a década de 1870. Era amigo, admirador e ferrenho defensor de Moniz Freire. Na República, exerceu cargos políticos não eletivos: diretor geral da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, em 1890 (governo de Afonso Cláudio) e diretor interino do Diário Oficial, em 1891 (governo de Henrique Coutinho). Filiado ao Partido Republicano Construtor, criado por seu amigo Moniz Freire, se candidatou a deputado estadual constituinte em 1891. Oposicionista, foi derrotado junto com toda a chapa de seu partido. Por causa das mudanças políticas engendradas pela queda de Deodoro, em 1892, foi eleito para o mesmo cargo, pelo mesmo partido, já como situacionista. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (6 mar. 1890), *O Estado do Espírito Santo* (26 fev. 1891), Pereira (1926) e Santos (2013a).

personagem: o desejo de ser um editor, criar um jornal, razão da existência da carta; as divergências políticas, pois angariava a oposição de Basílio Daemon¹¹⁵; o apreço pelo progresso, aqui usado como justificativa para o que tanto ansiava (FREIRE, 2013a).

É esse mesmo Daemon quem fez anos mais tarde, precisamente em 1881, significativa menção em seu jornal *O Espírito Santense* à formatura de Moniz Freire, o que não significava nenhum tipo de trégua ou aliança política entre ambos. Esse jornal foi, ao longo da década de 1880, ferrenho opositor à maioria das ideias defendidas por seu concorrente, *A Província do Espírito Santo*, periódico pertencente a Moniz Freire e Cleto Nunes. É curioso ter noticiado elogiosamente, com simpáticos cumprimentos aos familiares, que no “[...] dia 5 do corrente mês [novembro], graduou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo o inteligente espírito-santense José de Mello Carvalho Moniz Freire” (O ESPÍRITO SANTENSE, 12 nov. 1881, p.3).

Ainda que pudesse haver algum tipo de ironia, o que achamos improvável, a representação em torno desse personagem parece dizer o contrário. Inclusive pelas felicitações à família. É provável que os principais publicistas da Província, independente da posição partidária, “comemorassem” em forma de nota de jornal a formatura, algo não tão corriqueiro, de um “filho da Província”, entre outras razões porque a região não possuía ainda um curso superior. O fato ocorria também quando da aprovação dos “filhos da Província” nos cursos superiores de fora da capital. O próprio *O Espírito Santense* reforçava esse ímpeto, anos antes, ao saudar os jovens aprovados nesses cursos, quer fossem na modalidade de transferência, quer de ingresso. Entre os saudados, estavam Moniz Freire e Afonso Cláudio, como alunos aprovados no processo de transferência para a Faculdade de Direito de São Paulo (O ESPÍRITO SANTENSE, 04 dez. 1880). Tratava-se, portanto, de um ilustre acontecimento, o que, no caso analisado, concorreu para conformar, ou seja, incutir no imaginário local um aspecto carismático — a inteligência de Moniz Freire —, o qual se confirmaria depois, tornando um dos seus signos.

Todavia, muito mais do que o significado que essa notícia poderia causar em terras espírito-santenses foi a presença do jovem capixaba no curso superior, particularmente o de Direito, por duas importantes razões: porque a partir daí se inseriu num seleto grupo de bacharéis, a

¹¹⁵ Basílio José de Carvalho (adotou posteriormente o apelido “Daemon” como sobrenome) era de origem carioca, mudando-se posteriormente para o Espírito Santo. Membro do Partido Conservador na Província, foi deputado provincial na 19ª e 20ª legislaturas (respectivamente entre 1872 e 1875). Além disso, foi jornalista e editor do jornal *O Espírito Santense*, alinhado com seu partido político. Cf. Bichara (1984a) e Daemon (2010b).

“ilha de letrados”¹¹⁶, em um país composto de maioria absoluta de população analfabeta, e por permitir o contato com importantes teorias, integrando o rapaz a uma geração contestadora de jovens estudantes, políticos, militantes, jornalistas e intelectuais.

É sabido que foram duas as academias a recebê-lo. Não possuímos informações precisas sobre sua atuação mais profunda como redator e como aluno do curso em Recife, mas segundo testemunha o amigo Afonso Cláudio, lá fundou o jornal *Gazeta Acadêmica*, junto com João Peixoto, Arthur Leal e Clovis Belivaqua, que se tornaria depois um dos maiores juristas brasileiros. O tempo permanecido na capital pernambucana foi suficiente para que tivesse contato com diversas ideias, em meio a um embate de duas escolas filosóficas: a evolucionista e a positivista, então como um de seus representantes Sílvio Romero, sobre o qual discorreu-se na Seção anterior. O próprio Belivaqua atestou essas influências na cidade, em suas memórias, especialmente a de Émile Littré, discípulo de Comte. Esse influxo, segundo Afonso Cláudio, teria se abatido sobre seu amigo, mais tarde adepto à ortodoxia comtiana¹¹⁷. Essa guinada teórica se deve em boa parte à sua transferência para a capital paulista a fim de concluir seu bacharelado em Direito.¹¹⁸

A estada na capital paulista foi sem dúvida um divisor de águas na formação do jovem capixaba. Além do contato com novas ideias, responsáveis por aprimorar seu intelecto, as articulações e os contatos que estabeleceu naquela cidade rendeu a Moniz Freire o cargo de editor do jornal acadêmico *O Liberal*. Um bom exemplo foram as redes estabelecidas com Silva Jardim e com o político Herculano Inglês de Souza — depois presidente da Província do Espírito Santo. Outros importantes jovens, futuros protagonistas no cenário político em suas Províncias — posteriormente Estados — saíram dessa escola, entre os quais Júlio de Castilhos.¹¹⁹

A respeito da Faculdade de Direito de São Paulo, não há dúvida de haver nela papel marcante na formação de Moniz Freire, o que é plenamente possível de se descobrir pelas informações

¹¹⁶ José Murilo de Carvalho (2003) utiliza esse termo em um de seus capítulos com o propósito de evidenciar a homogeneidade de formação da elite política. Isso fica evidente se observarmos quão poucos os cursos superiores no Brasil ao longo dos oitocentos. Não obstante, deixa claro que essa relativa uniformidade na composição dessa elite vai se perdendo após 1870.

¹¹⁷ Sobre essa influência, cf. Cláudio (1981), Lins (2009) e Santos (2013a). Sobre o positivismo ortodoxo, cf. nota 41.

¹¹⁸ A prática da transferência de Faculdade não era incomum. E as razões variavam, mas de forma genérica, eram as seguintes: enquanto alunos da Faculdade de São Paulo buscavam vida mais fácil em Recife, o contrário ocorria com aqueles que optaram por um ensino mais rigoroso. Pelas descrições que os jornais locais faziam a seu respeito, possivelmente era esse o caso (CARVALHO, 2003).

¹¹⁹ Sobre Júlio de Castilhos, cf. Seção 2.

e hipóteses levantadas por Sérgio Adorno (1988). Na obra em que se propõe analisar, de forma minuciosa, a formação dos estudantes naquela academia, muitas foram as observações que, de alguma forma, concorreram para fabricar¹²⁰ o líder político nos oitocentos, reforçando a representação a ele alcunhada de ilustre e inteligente filho da Província. De maneira geral, a Faculdade produzia bacharéis intelectualmente afinados com o liberalismo, formando-se “[...] às expensas de uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, construída nos interiores dos institutos e associações acadêmicos” (ADORNO, 1988, p. 79). O jovem formado — o bacharel — se aproveitava mais da vida agitada extraclasse do que propriamente dos aprendizados em sala de aula, pois o ensino era considerado fraco. Isso ajuda a explicar o porquê de os conhecimentos adquiridos não terem se restringido à cultura jurídica, o que contribuiu diretamente para criar um efeito aparentemente paradoxal: a maioria dos formados se tornou ou jornalista ou político ou artistas. Há pelo menos duas grandes razões – devidamente interligadas – capazes de explicar esse fenômeno.

A primeira delas se refere à qualidade do ensino e à infraestrutura. As instalações dos cursos de Direito eram precárias e os docentes exerciam essa atividade em caráter auxiliar a outras, consideradas mais relevantes, pois muitos eram políticos, magistrados ou advogados, sendo a má remuneração um aspecto que ajuda a desenhar esse quadro desfavorável. Por fim, havia os alunos: quase todos chegavam despreparados à Faculdade, oriundos de um ensino secundário deficiente, gerando indignação no corpo docente; muitos eram aprovados pela mão do protecionismo e do patronato; existia a prática de não haver reprovação dos alunos do último ano, o que certamente não contribuía para elevar a qualidade dos formandos (VENÂNCIO FILHO, 2004).

Por outro lado, isso não quer dizer que os discentes formados eram em sua maioria fracos e incompetentes profissional e intelectualmente. O curso, em especial o paulista, se destacou por formar uma significativa quantidade de políticos, entre os períodos de 1827, momento de fundação, e 1883. Na prática, houve uma prioridade no atendimento às necessidades de preenchimento dos quadros administrativos e políticos do Estado: ministros, deputados,

¹²⁰ Por “fabricação” entendemos um processo pautado deliberadamente na contínua e sistemática produção de representações, objetivando gerar novas, comumente positivas, em torno de um personagem público, e desse modo fortalecer seu poder simbólico, pela construção simbólica da autoridade. Um exemplo paradigmático foi o estudo de Peter Burke (2009) acerca da construção da imagem pública de Luís XIV.

conselheiros, presidentes de Província, senadores¹²¹, além, obviamente, de políticos com importante peso regional, entre os quais Moniz Freire.

Como esclarece Adorno (1988, p. 142), era uma formação pouco vinculada “[...] aos conteúdos doutrinários transmitidos em sala de aula, apesar de que tais conteúdos se apoiassem em uma estrutura curricular voltada para as tarefas vinculadas ao Estado e à administração, [logo] [...] poucos se distinguiram como juristas”, ou seja, não foi dentro da sala de aula que Moniz Freire e os demais políticos de destaque — tanto regional quanto nacional — se capacitavam para a carreira política. Havia “atrativos” extraclasses os quais forneciam um aprendizado para além daqueles que docentes poderiam oferecer: a militância política, o teatro, o jornalismo, a literatura. Eles se traduzem pela segunda razão de os bacharéis não terem se restringido ao aprendizado da cultura jurídica.

O aprendizado político por meio de militância na atividade jornalística foi o caminho traçado por Moniz Freire, enquanto bacharelado. É nesse processo que iremos nos ater, por se tratar do nosso objeto de estudo e por configurar o caso mais cotidiano, quando se refere aos estudantes de Direito: era na imprensa acadêmica que se aprendia política, pois “[ao funcionar] como tribuna livre para debate e discussão dos problemas nacionais, [...] supriu com maior eficácia o fracasso a que as salas de aula se viram relegadas” (ADORNO, 1988, p. 154-155). Em consonância com a Academia de Direito, ela auxiliou na formação de uma *intelligentsia* componente dos quadros administrativos do Estado monárquico e, por conseguinte, condutora dos negócios públicos. Em resumo, havia uma íntima relação, certamente complementar, entre academia e jornalismo na formação do bacharel em Direito, refletida nitidamente no aprimoramento intelectual do jovem capixaba, quando foi redator de jornais acadêmicos, nas duas Faculdades pelas quais passou.

Com efeito, não se pode perder de vista que, ao lado do jornalismo, outras atividades extraclasses foram criadas, mas aquela foi certamente a mais relevante. Ademais, pelos impressos os debates melhor se desenvolviam, já que campanhas e propagandas eram divulgadas. Também funcionava como mecanismo de contato dos jovens jornalistas com periódicos de maior envergadura, tanto para firmar alianças, quanto como meio de divulgação

¹²¹ A ressonância foi nítida na composição dos gabinetes ministeriais e do Senado, pois a esmagadora maioria dos seus componentes possuía formação jurídica. No caso dos ministros, na análise pormenorizada de José Murilo de Carvalho (2003), observamos claramente que, entre 1871 e 1889, 86,5 % do total possuía a formação mencionada e, desse mesmo todo, quase a metade havia se graduado na capital paulista (49,2%).

do que produziam intelectualmente. O jovem jornalista foi mencionado, em 1881, no periódico *A Patria*, do Rio de Janeiro, em que se agradece ao “[...] seu redator-chefe, no presente ano, o distinto acadêmico, sr. Moniz Freire”. Além disso, descreveu o impresso, identificando-o como de tom contestador:

Os artigos d’este número são lançados com notável elevação de vistas, levantando polêmica de superior intelectualidade sobre o tema da *revolução* para a transformação de instituições como a da *união da igreja ao Estado, perante a ciência social, e reorganização social* sob o ponto científico (A PATRIA, 23 jun. 1881, p. 3, grifo do autor).

Pela informação obtida no jornal, percebemos não só o papel de Moniz Freire — possivelmente à frente da estratégia de contatar outros jornais ou ao menos cúmplice — nas discussões realizadas nos periódicos acadêmicos. Havia um peso muito grande das temáticas de caráter político, aspecto visível no exemplar de *O Liberal* doado ao *Jornal da Tarde*. Igualmente apresentado, em 28 de julho de 1881 esse periódico noticiava que:

Fomos mimoseados com o n.2 do *Liberal* órgão do *Club Liberal Acadêmico*. Contém o seguinte:

Editorial de Moniz Freire; folhetim de J. de A; o Partido Liberal, de Dario; Poder moderador, de Daniel Machado; Reorganização Social, de Campos Cartier; A união da Igreja ao Estado, perante a ciência social, de Monteiro Neto; Soneto, de J. de Andrade e Notícias (JORNAL DA TARDE, 28 jul. 1881, p.2, grifo nosso).

A atividade exercida pelo bacharelado na imprensa acadêmica contribuiu, de diversos modos, para sua formação, como o culto à erudição linguística, o cultivo do intelectualismo, o apreço ao saber ornamental. Aproximou-o das diversas culturas e correntes de pensamento europeias, o que ajuda a entender o motivo por que muitas correntes de filosofia jurídico-política emergiram entre os estudantes, maiormente entre os redatores e somente depois chegarem ao conhecimento dos docentes e ao trato em sala de aula (ADORNO, 1988). Portanto, se Moniz Freire apresentava notoriedade e reconhecida inteligência desde cedo, é na Faculdade que reforçou esses atributos, além da oratória e, sobretudo, da capacidade de debater assuntos de extrema relevância para a sociedade, enfim, de “fazer política”, sendo a atividade jornalística importante antessala. De forma geral, a imprensa acadêmica

[...] configurou *locus* privilegiado da deflagração de campanhas e de movimentos sociais, políticos, artísticos e culturais. Antes de tudo, essa imprensa ensinou ao acadêmico como tomar partido, lutar e apaixonar-se por uma causa, adquirir responsabilidade moral por atos praticados; enfim, esse jornalismo ensinou algo além do aprendizado de sala de aula: o princípio de que a política se faz em público e com a utilização desses dois instrumentos que são a palavra escrita e a palavra falada (ADORNO, 1988, p. 165).

Na longa lista, mencionada por Adorno, de “notáveis” dos corpos redatoriais, editoriais e colaboradores de jornais acadêmicos¹²², entre 1827 e 1881, é possível enquadrar o estudante capixaba. Eles representavam uma pluralidade de manifestações políticas, de opiniões, enfim, de ideias. A importação de modelos teóricos, pensamentos e filosofias políticas, bem como sua respectiva adaptação à condição real brasileira, constituiu-se uma prática dos editores, desde a emergência dos primeiros jornais, tornando-os cada vez mais erudito, especialmente se associados à literatura (ADORNO, 1988). Quanto a Moniz Freire, foi a sua principal marca a influência da doutrina positivista, significativamente presente na Faculdade paulista¹²³, mas as influências literárias se faziam presente igualmente em seus discursos, corroborando para sua representação como distinto intelectual na Província, como será exposto na Seção 4. Por exemplo, ainda em Recife, ele demonstrava o domínio e a capacidade de relacionar positivismo e erudição ao defender a tese de que a “moral científica” conduz o homem ao bem material, abandonando em parte a “moral teológica”, relacionada ao bem irrealizável. Nesse artigo, cita Littré, então seu grande referencial, e Darwin, reforçando seu culto à ciência, civilização e progresso:

[...] *A luta pela existência*, essa lei eterna formulada pelo sábio Darwin, revela-se em todas as fases dessa evolução progressiva; estreita-se e alarga-se com a redução ou o aumento das agregações humanas, sem perturbar de modo algum o equilíbrio entre as duas forças físicas assinaladas.

[...]

Senão, como explicar os vários fenômenos que se produzem nas escalas de vida de todos os povos, como traduzir a divergência profunda que se nota nos seus costumes, nos seus sentimentos, nas suas paixões? [...]

Ah! Respondem-nos... são os efeitos da ignorância, e a consciência vai se aclarando à proporção que se civilizam os povos! Mas, então o vosso argumento prova nossa tese, e prova mais que a vossa *consciência* não é uma força física diferente da inteligência, ou quase dela segregada com quereis, então o ideal realiza-se no progresso, e não no vosso tipo moral [religiosa]! [...] (FREIRE, 2013b, p. 64-65)

3.2.3 A formação das ideias e a geração 1870

Embora Moniz Freire e muitos outros acadêmicos fossem admiradores de teorias estrangeiras, não se tratava de meros importadores de ideias. Após 1870, no Brasil se acirrou um leque de transformações nas mais diversas esferas, em concomitância à emergência de um grupo de

¹²² Entre as personalidades encontram-se José de Alencar, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco de Araújo, Antonio de Castro Alves, Afonso Moreira Pena, Carlos Leônicio Carvalho, Joaquim de Assis Brasil, Júlio Prestes de Castilhos, Antônio Silva Jardim, entre outros (1988).

¹²³ Sobre a presença positivista na Faculdade de Direito de São Paulo, cf. Venancio Filho (2004).

contestadores, intitulado geração 1870. Realmente, é nítido o fato de novas ideias terem importância nesse fenômeno, mas é preciso relativizá-lo: não houve mera importação de teorias e conceitos, mas adaptação e seleção de esquemas explicativos que melhor aproovessem para engrossar o sentimento reformista que se encorpava. Além de tudo, não eram meros esquemas explicativos estéreis (ALONSO, 2009).

Entre 1878 e 1881, houve a confluência de pelo menos três vetores na formação de uma geração de bacharéis intelectualizados ou que estivessem ao menos suficientemente aptos para discutir algumas das medidas reformistas propostas desde o último quartel do século XIX. O contato com as ideias estrangeiras, a atuação em periódicos acadêmicos e a influência da geração 1870 foram componentes fundamentais na formação dos bacharéis, pelo menos aos que, de alguma forma, se destacaram no cenário político de suas regiões ou em nível nacional. No jovem Moniz Freire, esse quadro era nítido: o positivismo configurava o sustentáculo teórico para a proposição de reformas condizentes com o grupo de contestadores adventícios da década anterior. Elas foram expostas inicialmente nos periódicos pelos quais ele externava suas ideias, antessala da política e do jornalismo profissional que exerceu depois.

Nessa convergência de vetores influenciadores, havia ainda a interferência das questões político-partidárias nos jornais acadêmicos, servindo como eixo polarizador para a juventude acadêmica. Desse modo, os politizados estudantes liberais, conservadores e republicanos encontraram, nesses veículos impressos acadêmicos de comunicação, a fórmula de expor seus pensamentos e até mesmo doutrinar futuros adeptos. Segundo Adorno (1988), os principais eram *O Liberal* (do qual Moniz Freire se tornaria editor em 1881), *O Constitucional* e *A República*. Por questões óbvias, voltaremos nossas atenções para o primeiro.

Embora Adorno não tenha se referido aos exemplares sob a edição de Moniz Freire, não é difícil relacionar a análise que realizou sobre o perfil do editor liberal com aquilo que o então estudante desenvolveu ao longo de sua carreira de jornalista e político. Os periódicos acadêmicos liberais eram pautados por certa moderação, mas com tom contestador, dentro da seara reformista. A grande insatisfação ao modelo saquarema se referia à questão do trabalho livre. Eram exímios defensores da universalização dessa relação de trabalho sem opinar publicamente a respeito do abolicionismo. Estabeleciam uma ligação direta entre trabalho livre, imigração e colonização (ADORNO, 1988), fato perceptível em dois artigos publicados meses depois de, já formado, ter fundado o seu jornal em Vitória. Eram intitulados *Trabalho Livre I* e *Trabalho Livre II*. Especificamente no primeiro, defendia um projeto provincial pelo

qual o Estado deveria “abrir exceções”, isto é, conceder privilégios — como a isenção de impostos — a todos os “cultivadores do território” que vão “[...] lançando os primeiros germens de uma iniciativa generosa e louvável em bem da dignidade nacional” (FREIRE, 2013c, p. 72), quer dizer, ao produtor que empregasse pelo menos 20 colonos livres.

De imediato, não se tratava de uma medida abertamente abolicionista, mas apenas a proposição de um prêmio àqueles que não optavam exclusivamente pelo braço escravo ou que fizessem a substituição de um pelo outro. A moderação era a marca dos estudantes em São Paulo e as disputas entre os redatores liberais, conservadores e republicanos se dava em uma arena limitada de divergências. Não havia espaço para as polarizações radicais. Por outro lado, havia certo ideário liberal que traspassava as correntes políticas dos acadêmicos, como a preservação da propriedade e a liberdade individual. A questão da igualdade excluía qualquer aspiração das camadas sociais inferiores e analfabetas (ADORNO, 1988).

Quase todos esses requisitos davam os contornos característicos do incipiente político capixaba. A sua passagem nas Faculdades de Direito, o aprendizado político e jornalístico, ambos por intermédio da redação nos periódicos — embora pesasse o viés familiar — e a leitura teórica adquirida, especialmente a positivista, foram componentes fundamentais para se ampliar as percepções positivas em torno de sua imagem, mormente aquelas que o associam a uma nobre inteligência.

No entanto, é a interconexão desses requisitos com o contexto propício à emergência de líderes, em outros termos, heróis, o ponto-chave para a compreensão da formação política de Moniz Freire na última década monárquica. Esses líderes estavam aptos a contestar e combater a vigente e decadente ordem saquarema, incapaz de atender às novas demandas políticas, sociais e econômicas. Evidentemente, o grau de discordância variava, havendo por isso pouca homogeneidade nesses reformadores, integrantes da geração 1870. É nesse ambiente, pautado por um “bando de ideias novas”, nas palavras de Sílvio Romero, que o líder capixaba reforçou seus “dons” e construiu trajetória política, em parte alimentada por uma relação de dominação — com requintes carismáticos — lentamente erguida sobre alguns séquitos.

Por conseguinte, não é difícil comprovar conexão estreita entre suas ideias — bem como o próprio ator histórico — e esse movimento reformista contestador (SANTOS, 2012b). A partir das observações feitas nesta Seção a respeito do fenômeno histórico anteriormente

menção, ressalta-se sua vinculação íntima com as Faculdades brasileiras, em especial as de Direito. Não foi coincidência que parcela significativa de adeptos dessa geração transformadora tenha se formado bacharel em Ciências Jurídicas. Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Silva Jardim, Rodrigues Alves, Campos Salles, Prudente de Moraes, entre outros, são exemplos de indivíduos, formados em Direito, que alcançaram reconhecimento em nível nacional. A proliferação desses jornais acadêmicos, dos quais falamos, foi uma das modalidades encontradas pelos grupos contestadores para atacar o *status quo* saquarema mediante críticas e realização de propostas (ALONSO, 2002, p. 281). Mesmo sem perceber detalhadamente os contornos que definiam essa geração de intelectuais — a começar pela capacidade que tinham de readequar as ideias vindas de fora à realidade brasileira —, Venancio Filho deixa entrever a importância tanto do bacharelismo nesse processo, quanto de ideais europeus, como fenômeno responsável por produzir gerações “[...] inteiramente embebidas desse idealismo de origem, do tipo europeu, e o pregaram, em todos os tons, pela imprensa, pelo livro, pelos comícios, nos debates parlamentares”, batendo-se por algumas ideias, tais quais “[...] o Liberalismo, o Parlamentarismo, o Federalismo, a Democracia, a República” (VENANCIO FILHO, 2004, p. 162). Especificamente quanto às Faculdades pernambucana e paulista de Direito, identifica ali a emergência dessas “ideias novas” e seus respectivos defensores, que, pela sua descrição, entendemos compor a geração 1870 e, quando formados, “[...] retornaram a seus lares, à sua Província ou à sua aldeia natal — e eram ali outros tantos focos irradiadores do velho idealismo utópico, aprendido nas academias de onde tinham saído” (VENANCIO FILHO, 2004, p. 162-163).

Figura 1 - Turma de bacharéis formados em 1881, pela Faculdade de Direito de São Paulo, comemorando o 30º ano de formatura



Fonte: *Fon Fon* (1911).

Nota: Moniz Freire se encontra sentado, sendo o primeiro da esquerda para a direita.

Portanto, não surpreende que, após o último quartel do século XIX, a militância de estudantes dos jornais se entusiasmasse pelos já formados contestadores, pioneiros, especialmente aqueles defensores de medidas mais ousadas, como a abolição e a República, os quais já atuavam em carreira política, literária ou jornalística, sobretudo na época em que Moniz Freire realizava seus estudos, quando a geração 1870 possuía uma quantidade significativa de discípulos e adeptos. Relações entre estudantes formados em períodos distintos eram construídas. Um exemplo foi aquela estabelecida entre ele e Joaquim Nabuco. O famoso abolicionista teve muito de seus artigos impressos em *A Província do Espírito Santo*, ao longo da década de 1880; em sintonia com a campanha abolicionista, teve seu livro *O Abolicionismo* divulgado na folha¹²⁴, além de ter contado com a solidariedade do jornal, por ocasião da

¹²⁴ Sobre os artigos de Joaquim Nabuco acerca da questão ferroviária na Província do Espírito Santo, cf. *A Província do Espírito Santo* (2 set. 1886; 12 set. 1886; 14 set. 1886; 21 set. 1886; 22 set. 1886; 29 set. 1886; 30 set. 1886; 1 out. 1886; 2 out. 1886; 3 out. 1886; 5 out. 1886; 6 out. 1886; 7 out. 1886; 8 out. 1886; 9 out. 1886). Acerca da escravidão, cf. *ibid.* (17 jul. 1886 e 21 nov. 1886). Sobre política nacional, cf. *ibid.* (13 mar. 1886, 14 mar. 1886 e 5 ago. 1886). Sobre artigo acerca da questão religiosa, cf. *ibid.* (17 abr. 1887).

impugnação de sua eleição como deputado geral, em 1885.¹²⁵ O mesmo se sucedeu com Rui Barbosa, sendo alguns de seus discursos reproduzidos acerca da temática escravista.¹²⁶

Especificamente a Faculdade paulista foi eficaz na construção e transmissão de ideologias, não apenas de uma, particular, mas de diversas, heterogêneas, em similitude com a atuação daqueles grupos de contestadores oriundos da década de 1870, o que não pode ser interpretado como mera coincidência (ADORNO, 1988). De igual maneira, não é difícil relacionar o renascimento do publicismo acadêmico na década de 1840, identificado por Adorno, com a emergência da geração contestadora trinta anos mais tarde. A ascendente atuação na militância política, tanto na esfera pública, quanto na privada, sob a orientação de princípios liberais, levou boa parte desses jovens redatores a iniciar as críticas ao modelo saquarema, e, depois de formados, dar início à geração contestadora.¹²⁷ Coube, anos mais tarde, aos novos bacharelandos reproduzir essa prática.

Portanto, insistimos que há uma estreita vinculação entre o personagem aqui analisado e esse movimento ainda em vigor em 1880. Alguns, mais especificamente dois, dos grupos — ou círculos concêntricos —, identificados por Angela Alonso (2002), responsáveis pela estratificação interna do movimento, tornam visível sob quais perspectivas Moniz Freire norteou seu pensamento. Evidentemente não se tratava de um pioneiro, dada a sua pouca idade frente aos grandes expoentes, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Indo além, acreditamos que a construção da representação positiva em torno de sua imagem, como detentor de admirável intelecto e “heroísmo”, isto é, defensor dos interesses provinciais, conforme veremos na próxima seção — requisitos cruciais para a conformação de uma liderança e, sendo assim, dominação de porte carismático —, passa pela sua interação com esses “círculos concêntricos” e as alternativas reformistas por eles forjadas. Mas em qual deles se enquadrava?

Pela análise da autora, podemos identificar alguns desses “círculos” como sendo os que Moniz Freire mais se aproximava. Não é possível enquadrá-lo rigorosamente em apenas um, uma vez que havia intenso diálogo e compartilhamento de ideias. Primeiramente, e de forma

¹²⁵ O *Paiz*, importante periódico da Corte publicou em 2 de junho de 1885 o telegrama de agradecimento de Joaquim Nabuco a Moniz Freire e Cleto Nunes pela solidariedade prestada no referido episódio de impugnação de sua eleição, atitude que definiu como “união do sentimento liberal em todo o paiz”. Cf. **O Paiz**, 2 jun. 1885, p.1.

¹²⁶ Sobre artigos de Rui Barbosa, cf. **A Província do Espírito Santo**, 1 mar. 1887; 2 mar. 1887.

¹²⁷ Sérgio Adorno (1988) apresenta duas fases do publicismo acadêmico. A primeira fase, de 1840 a 1870, e a segunda, de 1870 a 1883.

mais intensa, ele se aproximou nitidamente dos “novos liberais”, de forma secundária dos “positivistas abolicionistas”, e em grau ainda menor dos federalistas científicos. Com isso, não defendemos que se tratava de um personagem eclético e incoerente, mas de alguém habilitado a construir uma linha teórica de raciocínio dialogando com distintas correntes de pensamento, indispensáveis para a construção de suas ideias. Ademais, a adaptação e a mistura das mais variadas referências teóricas foi uma prática corriqueira da geração 1870 e não foi incomum o uso de um mesmo referencial teórico para fundamentar proposições distintas. Vejamos com quais grupos se identificava.

Os “novos liberais” eram estreitamente ligados às tradicionais famílias do Império, mormente àquelas que militavam no Partido Liberal. Essa realidade se compara à de Moniz Freire, como demonstrado anteriormente, membro de uma família politicamente importante na Província, também vinculada a esse Partido. Quanto ao posicionamento, eram defensores moderados da abolição da escravidão, buscando-a como transformação propulsora da modernização econômica. Para tanto, adotavam estratégias suprapartidárias a fim de aglutinar possíveis correligionários, ou seja, todos que de algum modo concordavam com essas medidas. Defendiam reformas pelo viés da Monarquia, isto é, pela utilização do Poder Moderador como mecanismo necessário para realizá-las, a começar pela própria extinção da instituição escravista. Em suma, enxergavam a escravidão como o pilar da crise estrutural por qual passava o Império: extinta, iam-se com ela os “problemas” (ALONSO, 2002).

Joaquim Nabuco foi uma das maiores referências desse grupo. Talvez o principal intelectual a deixar uma obra que melhor materializasse o pensamento ali reunido, ao lado de Rui Barbosa. Não por acaso, ambos tiveram demasiado peso na vida política de Moniz Freire, com estreitas relações, sendo que, com Barbosa, a aproximação recrudescer após 1889. Isso concorreu para justificar porque Joaquim Nabuco tinha seus artigos constantemente publicados – ou republicados – no jornal do jovem bacharel capixaba. Eram os mais diversos assuntos, embora não fossem aleatórios: questões acerca da relação entre Estado e Igreja, a política nacional e capixaba e, mais importante, a abolição.¹²⁸

O episódio a seguir é paradigmático. O desgaste entre o papa e o imperador engrossou o coro dos que clamavam por reformas, passando a constar entre elas a emergência de um Estado laico. Os “novos liberais”, por exemplo, iniciaram seu combate à ordem saquarema por esse

¹²⁸ Cf. notas 130, 131 e 132.

viés, ainda em 1873 (ALONSO, 2002). Com efeito, o cientificismo ganhava corpo entre os adeptos — e depois os discípulos — do movimento contestador, não havendo mais espaço para a interferência dos valores religiosos. Ele era libertador do fanatismo e de abstrações de que o catolicismo era acusado de incutir na população. A dicotomia razão *versus* religião imperava, sendo a Monarquia, vinculada a esta última, o empecilho para o triunfo da primeira. A instituição política era dessacralizada, ao passo que a religião era contestada. A ciência eliminava Deus¹²⁹, mas não somente para a ala ateia e agnóstica da geração 1870, como também para os assumidamente católicos, e os monarquistas. Entre eles, encontramos Moniz Freire. Retornando ao artigo *Positivismo e Moral*, podemos enxergar em parte esses valores, com um requinte sutil.

[...] O grande defeito da moral religiosa e a impossibilidade de sua perseverança consiste justamente na mutilação de um desses impulsos, e na ignorância da natureza humana; é assim que [...] a moral cristã não pode perdurar pelo falseamento e negação do egoísmo!

[...]

A moral religiosa é a ciência dos deveres, que encaminha o homem para o bem, mas o bem irrealizável na ordem natural; a moral científica dirige-o também para o bem, mas o bem realizável na ordem natural, que não está fora do alcance de sua concepção, que consiste na equivalência individual e seu equilíbrio com o todo; coloca suas paixões, seus sentimentos em um terreno positivo, positivando seus efeitos; define o seu ideal na última fórmula social, à que a humanidade poderá um dia chegar; não mutila, coordena; não mata, impele (FREIRE, 2013b, p. 65-66).

Outro episódio: em 1887, os editores do jornal capixaba reproduziram um dos artigos de Joaquim Nabuco, intitulado *Questão religiosa*, o qual comentava sobre uma obra lançada por Dom Antonio de Macedo Costa.¹³⁰ Tratava-se de um livro que se propunha a desnudar o jogo de interesses em torno da anistia dada aos bispos presos, entre os quais o próprio autor, Dom Macedo Costa, que se mostrava inconformado com o desfecho da questão, realizando uma série de acusações e críticas ao visconde de Rio Branco, chefe do gabinete na época dos acontecimentos, e a diversos membros da Igreja. Pelo artigo, Nabuco não só contribuía para dessacralizar a instituição religiosa pelas informações do próprio clérigo — e dessa forma os valores religiosos em interface com a política —, como também aproveitava para criticá-lo, dando claras mostras de que concordava com o desfecho final dado ao caso (A PROVÍNCIADO ESPÍRITO SANTO, 17 abr. 1887).

¹²⁹ Sobre esse embate, cf. Mello (2007).

¹³⁰ COSTA, Antonio de Macedo. *A questão religiosa do Brasil perante a Santa Se ou a missão especial a Roma em 1873 a luz de documentos publicados e inéditos pelo bispo do Pará*. Lisboa: Lalléman Frères, 1886.

Porém, a questão religiosa não era o principal argumento desafiador a nortear Joaquim Nabuco e os “novos liberais”. Era principalmente pelo viés abolicionista que se buscava negar a ordem saquarema, sendo a escravidão tratada como responsável por emperrar e causar o esgotamento da economia nacional. Prevalecia a ótica da modernização pelo viés econômico, a qual tornava imprescindível a adoção do trabalho livre. Ficava para segundo plano a reforma política e fora de cogitação a ruptura com o imperador, que deveria ser alçado ao posto de soberano reformista. Essas escolhas lhes davam um tom mais conciliador do que radical, pois preferiam claramente a reforma pelo alto (ALONSO, 2002).

Outro ponto fundamental era a adoção dos Estados Unidos como modelo de sociedade a ser seguido pelo Brasil, porque viam nesse país uma bem-sucedida aplicação do trabalho livre em interface com a pequena propriedade. O fim da escravidão só coroaria a certeza de que ali residia o sentimento moderno do termo “cidadania”. Já quanto à opção republicana de governo, se calavam, preferindo voltar seus olhares para a forma monárquica constitucional europeia, especialmente a inglesa (ALONSO, 2002). Esses valores pareciam estar incutidos nas ideias de Moniz Freire. Os artigos que escreveu acerca do trabalho livre — *Trabalho livre I* e *Trabalho livre II*, mencionados anteriormente — servem de exemplo.

[...] Não há quem insista sobre o vácuo enorme que se há de abrir com o desaparecimento do braço escravo, que tem quase exclusivamente cevado o solo nacional.

Habitados de longa data a explorá-lo sem a obrigação do pagamento de salários, e supondo por esse lado mais garantido os seus lucros, os cultivadores do território pátrio hesitam diante da expectativa do momento em que a transformação social obriga-os-á a renumerar o trabalho que fecundar a terra que lhe der os frutos. Nessa contingência, bem compreendidos os sacrifícios a que se dispõem atualmente todos aqueles que apartam-se desse pensar geral, e vão energicamente lançando os primeiros germens de uma iniciativa generosa e louvável em bem da dignidade nacional, o Estado tem o alto dever de secundar esses nobres obreiros e de no direito comum abrir exceções a seu favor (FREIRE, 2013c, p. 72).

É nítida a identificação de seu pensamento com aquele que caracteriza o “círculo concêntrico” dos “novos liberais”. Como é possível observar, a questão econômica se traduzia em grande preocupação, ao dar como certo o desaparecimento do braço escravo. Além disso, tratava-se de uma questão de “dignidade nacional” se, ao invés do trabalho escravo, o produtor utilizasse o trabalho livre, no sentido de que seria o melhor a se fazer pelo país. Conotava, desse modo, a visão que os “novos liberais” davam ao modelo norte-americano, visto como um sucesso. Acerca dele, afirma que contava “[...] por esse meio [a colonização estrangeira] açular a emigração espontânea, a modo do que se dá nos Estados Unidos, diariamente procurado por centenas de estrangeiros” (FREIRE, 2013d, p. 74). Imbuído desse espírito, reproduzia a

dicotomia que opunha a formação da América inglesa — vista como positiva — com as demais formações da América ibérica, em questão a portuguesa. Assim,

[...] A grande nação norte-americana é um prolongamento da grande civilização europeia; seu território é habitado por um povo que fala a língua mais conhecida do globo, e originário de um outro que do velho mundo tem estendido sua dominação a todos os continentes; seus costumes conservam os mesmos característicos, salvo as diferenciações motivadas pelo meio cósmico. A todos esses elementos já por si fecundantes adem-se outros, dos quais o mais decisivo é a circunstância de ter recebido em sua constituição orgânica o sangue de quase todas as raças, as quais preparam assim as suas instituições livres e predispuseram logo aquela região para a colonização natural e fácil de todos os povos, que acumulam-se ali como em uma imensa babel cosmopolita.

E nós?

Descendemos de um povo que cedo perdeu sua influência marítima e colonial, nossa língua é pouco conhecida, e sobre todas as outras inconveniências arrostamos com a concorrência da generosa pátria de Washington.

[...] precisamos de leis coercitivas do trabalho tornando-o remunerador, de modo a terminar a anarquia industrial e preparar a transição que se antolha a todos tão difícil (FREIRE, 2013d, p. 74).

Em síntese, era imprescindível a redução — e a seguir, a extinção — das relações escravistas de trabalho a fim de equiparar o Brasil ao modelo a ser copiado. A abolição serviria para evitar males maiores, ou seja, para manter a ordem — ao contrário do que pensavam os “conservadores emperrados”. Havia a crença de que ela evitaria possíveis conflitos na sociedade, inclusive transformações indesejadas, como a República (ALONSO, 2002). Aí se encontrava a contestação à ordem saquarema. Como complemento, a europeização da sociedade mediante a importação de um contingente populacional seria a solução para “regenerá-la” — branqueá-la —, ao passo que fomentaria o trabalho livre, acelerando o fim da escravidão. Tal posicionamento Moniz Freire reproduz em *A Província do Espírito Santo*, sendo abertamente favorável à vinda de imigrantes europeus para o Espírito Santo e atuando como instrumento pressionador do governo central (BARROS, 2007). Um exemplo claro foi a indignação e a cobrança ao governo imperial em artigo no qual comparava o quantitativo de importação de imigrantes realizada pelos governos brasileiro e argentino. Ao final, insatisfeito com o demonstrativo, Moniz Freire apresentava em seu periódico o seguinte questionamento: “[...] Quando os nossos estadistas, imitando [no quantitativo de imigrantes europeus importados] apenas nossos vizinhos do sul [os argentinos], curarão mais dos verdadeiros interesses do país, que de uma política mesquinha e estéril?” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 6 mai. 1885, p. 2).

O positivismo marcou presença na vida desse personagem, embora não tivesse o mesmo peso na formação do pensamento dos “novos liberais”. Como dissemos, o jovem bacharelando

tomou conhecimento dessa corrente teórica nas Faculdades pelas quais passou, a exemplo de outros estudantes de sua geração, como Silva Jardim. Todavia, diferentemente desse, ele não se aproximou das ideias republicanas na militância política, optando por dirigir suas atenções à abolição e aos interesses políticos e econômicos da Província.

Foi exatamente sobre a questão do trabalho escravo que algumas aproximações foram possíveis. O positivismo serviu para reforçar a necessidade de pôr fim a esse importante pilar do *status quo* saquarema. A proximidade com os “novos liberais” encontrava aí seu espaço, lugar onde Moniz Freire facilmente transitava: a escravidão era interpretada como uma relação de trabalho pautada pela imoralidade, na medida em que se apropriava do produto do trabalho de quem dela não fazia parte, e como empecilho para a completa chegada ao último estágio de desenvolvimento, o capitalismo, conquanto obstruísse sua organização. Desse modo, não foi coincidência o fato de que a teoria positivista “[...] provê raciocínio similar ao de Nabuco: um abolicionismo fundamentado em juízos morais e na análise da lógica econômica moderna” (ALONSO, 2002, p. 214).

As ideias positivistas foram utilizadas em larga escala para explicar a realidade brasileira e propor alternativas. Embora fossem três os pilares¹³¹, cada “discípulo” de Comte as utilizava como melhor lhe aprouvesse, não sendo Moniz Freire uma exceção. Assim sendo, embora simpatizasse com a separação entre Estado e Igreja, era a questão da abolição servil que mais atraía Moniz Freire como fator de mobilização, sendo ignorada a alternativa republicana. Seu posicionamento se compatibilizava melhor com aquele defendido pelos “novos liberais”, mas com profunda marca das ideias comtianas. A crença na ciência e na sua eficácia, defendida abertamente em seus artigos¹³², possuía como base essa corrente teórica. Seu jornal era instrumento de divulgação dessas ideias e até de símbolos, como o calendário positivista, encontrado em vários exemplares no ano de sua fundação, 1882. Em termos práticos, serviram de sustentáculo teórico para a construção e o apoio de reformas, inclusive regionais,

¹³¹ Ao analisar o programa da Igreja positivista por meio da obra *Pátria Brasileira* (1881), Maria Tereza de Mello (2007) identificou três pontos básicos: luta pela transformação do regime político em uma República; defesa de um Estado laico e abolição total da escravidão.

¹³² Em dois artigos publicados em seu jornal, no ano de 1882, transparece o positivismo como referência teórica: em *Positivismo e moral* (FREIRE, 2013b), do qual já falamos, e *Augusto Comte* (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1º set. 1882, 2 set. 1882 e 5 set. 1882), em que expõe sua crença absoluta na ciência, louvando a emergência de Augusto Comte e suas ideias positivistas.

como a educacional, realizada por Herculano Inglês de Souza, presidente da Província no ano de 1882¹³³, e na economia, em defesa dos interesses do Espírito Santo.

A leitura desses teóricos constituiu a práxis progressista que marcou Moniz Freire, permitindo inclusive um diálogo com ideias para além do “círculo concêntrico” dos “novos liberais”. O tom federalista, por exemplo, abertamente assumido em 1888, serviu de apoio para a defesa dos interesses provinciais, frente ao possível preterimento do governo geral em relação às demandas regionais. Mas é preciso ressaltar que defender o modelo descentralizador norte-americano não implicava adesão ao projeto republicano, embora muitos o fizessem. Tal paradigma era desejado por muitos membros da elite política, entre os quais Joaquim Nabuco, ao tentar aprovar — sem sucesso — um projeto, em 1885, de transformação da Monarquia, de unitária para federativa (LESSA, 1999). Rui Barbosa foi outro que seguiu por essa via, entendendo-a como reforma fundamental para o prolongamento do regime monárquico.¹³⁴ Outro exemplo dos quadros do Partido Liberal foi o visconde de Ouro Preto que, conforme mencionado, ousou propô-la, como chefe de gabinete, para “salvar” o regime, pouco tempo antes de ser derrubado.

Moniz Freire, apenas em 1888, se tornou mais fortemente defensor e propagandista do federalismo, possivelmente influenciado pelas ideias de Comte e Littré, das quais tinha extensa leitura, pois elas serviam de base aos republicanos federalistas para legitimar essas contestações. Foi no sentido pragmático, em defesa dos interesses regionais, que o diálogo com essa aspiração melhor se manifestou. Em uma das sete cartas escritas a D. Pedro II, em 1885, adotou as ideias dos que criticavam o sistema tributário centralizador do Império. A justificativa, embora com algumas especificidades, era similar ao que, por exemplo, federalistas paulistas e gaúchos realizavam: o prejuízo causado pela má distribuição dos recursos oriundos dos impostos provinciais. Em conclusão similar a de Alberto Sales, no

¹³³ Uma das grandes preocupações de Moniz Freire era a instrução pública. Dois exemplos servem para ilustrar essa característica. Defendeu em seu jornal o método “João de Deus”, divulgado por Silva Jardim no Espírito Santo, em 1882, a convite do presidente da Província, Inglês de Souza. Esse método tinha inspiração positivista, o que explica em boa parte a defesa e cobertura de *A Província do Espírito Santo* às conferências realizadas por Jardim (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 12 jul. 1882, 28 jul. 1882). Posteriormente, ainda em 1882, Moniz Freire, como deputado provincial e componente de uma comissão de estudiosos, criada pelo presidente da Província, defendeu e propôs a reforma da instrução pública no Espírito Santo. É possível notar alguns aspectos do positivismo na proposta aprovada, como a ausência de cadeiras de caráter religioso em contrapartida ao grande número das de caráter cientificista (NOVAES, 2001).

¹³⁴ Embora Rui Barbosa adotasse um tom pessimista quanto à viabilidade da manutenção do regime vigente, acreditava que a sua federalização poderia preparar essa passagem sem o ônus da violência, atenuando os percalços da transição, e, dessa forma, dando sobrevida à monarquia (BARBOSA, 1947 apud MELLO, 2007).

estudo realizado em 1882 acerca da realidade de São Paulo (ALONSO, 2002), ele, em uma de suas cartas escritas ao imperador, expôs as contradições da centralização monárquica, mostrando os prejuízos sofridos pela Província do Espírito Santo. Afirmava que “[...] longe de pesar a Província sobre o tesouro, é este quem leva-lhe à porfia bem estimáveis somas, para ocorrer algures às solicitações de nossas coirmãs mais protegidas” (FREIRE, 2012, p. 27).

Desse modo, em comum com o representante do “federalismo científico” paulista, identificou a desigualdade entre as Províncias como um grave problema a ser resolvido. Destoavam-se quanto à solução. Para Alberto Sales, era um defeito inerente ao sistema político que só poderia ser solucionado mediante uma República nos moldes dos Estados Unidos, enquanto para o político capixaba, por intervenção direta do imperador.

Ilustra esse posicionamento o fato de que, em 1888, como deputado provincial, Moniz Freire tentou persuadir os demais deputados, mormente os componentes da bancada conservadora, a aprovar um requerimento junto ao governo geral para que assegurasse “[...] às Províncias todas as franquezas, e garanta-lhes a maior autonomia na administração de suas riquezas, isolando-as da dependência central em tudo que não concernir ao bem geral do Estado” (ESPÍRITO SANTO, 1888, p. 153). Todavia, os adversários políticos, em maioria na casa, rejeitaram-no, alegando necessidade de maiores estudos acerca do assunto.

Esse pensamento se explica pelo sentimento de indignação em virtude do que interpretava como constante preterimento da Província e de sua situação de marginalidade frente ao centralismo do Império. Contudo, esses “rancores” não foram capazes de transformá-lo em um republicano, ainda que também não tenha lamentado o fim da monarquia em 1889. Unindo-se a outros de seus valores defendidos, como o abolicionismo e o apreço pela melhoria da instrução pública, bem como imbuído de referencial teórico comtiano, esse ator político estabeleceu interação social com a elite política e a opinião pública emergente na década de 1880, dando novos contornos à sua carreira política.

De importância ímpar foi a formação acadêmica, pautada pela “aprendizagem política”, e a assimilação de novas ideias, a qual o tornou portador de aspirações antigas, agora sob nova roupagem. Elas foram ingredientes fundamentais para que, ainda no apagar das luzes do Segundo Reinado, um incipiente carisma pudesse brotar, dando-lhe condições para a ascensão política e, concomitantemente, para o exercício da liderança, ou melhor, da dominação que,

interrompida momentaneamente após o golpe de novembro de 1889, alcançou seu auge no contexto político republicano.

4 A ASCENSÃO POLÍTICA PELAS “IDEIAS EM MOVIMENTO”

Conforme vimos, Moniz Freire foi fortemente influenciado pelas ideias contestadoras arquitetadas pela geração 1870 em sua formação intelectual, no arcabouço de seu pensamento político e na sua militância. Pesou também a formação bacharelesca que, em consonância com algumas das novas ideias promovidas por essa geração, propiciou-lhe adquirir requisitos necessários para a carreira política e a atividade jornalística. De modo geral, teve uma formação que concorreu diretamente para engendrar uma trajetória política ascendente durante o último decênio do Regime Monárquico.

Nessa parte da tese aprofundamos a análise feita anteriormente, respondendo ao seguinte questionamento: como essa formação concorreu diretamente para criar representações positivas, pela elite política local, em torno da imagem de Moniz Freire, fortalecendo seu capital simbólico a ponto de impulsionar sua ascensão política? Identificamos pelo menos duas pistas, as quais são complementares: a defesa de ideais abolicionistas e de um plano de afirmação econômica regional, em concomitância com atuações jornalísticas e políticas fervorosas. Esse conjunto de vetores foi responsável pelo fortalecimento do seu emergente capital político, apoiado pelas representações políticas em torno de sua figura, criando nele a imagem de ator político, portador de algo novo, e capaz de convencer pela retórica, inteligência e oratória.

4.1. “IDEIAS EM MOVIMENTO”: JORNAIS, ASSOCIAÇÕES E *MEETINGS* NA PROVÍNCIA

“Ideias em movimento” foi uma expressão utilizada por Angela Alonso (2002) ao se referir ao movimento intelectual contestador, intitulado geração 1870. Como o próprio nome diz, esse movimento trazia em seu bojo um apanhado de contestações e reivindicações parcialmente conexas, oriundas de cinco principais grupos, ao modelo saquarema, cuja base se relacionava à manutenção da escravidão, bem como a um Estado monárquico católico, excludente na questão da cidadania política.

A palavra “movimento”, empregada por Angela Alonso, pode corresponder a dois sentidos. O primeiro traduz a dinâmica adquirida das formas adotadas pelos contestadores a fim de potencializar sua ressonância perante a população, o que possibilitou a consolidação de um

espaço de discussão alternativo ao Parlamento. A imprensa, o associativismo e os *meetings* funcionaram como estratégias divulgadoras da pluralidade de ideais pelos quais essas correntes ou grupos tanto lutavam. O segundo se refere à apropriação de ideias, muitas delas estrangeiras, por parte desse movimento, as quais foram adaptadas para servirem de sustentáculo teórico aos contestadores. O termo empregado nesta Seção diz respeito a como algumas delas se “movimentaram” pela elite política do Espírito Santo no final dos oitocentos, com protagonismo de Moniz Freire nesse processo, e operaram como mecanismos potencializadores de seu capital político, criando representações positivas em torno da sua imagem. Tais significações o credenciaram a se tornar um líder político portador de algo novo, condição *sine qua non* para a dominação política com requintes carismáticos. Dessa forma, o “movimento” das ideias se valia de uma dinâmica própria, erigida por uma série de estratégias que tornava possível sua divulgação, entre leitores e espectadores.

No que tange a esse ator político, os eixos temáticos dos quais se valeu para construir suas proposições e ideias — tonificando seu capital político — estão intimamente vinculados a essas práticas, do mesmo modo que sua trajetória jornalística e política, a primeira servindo de apoio à segunda. Esse fenômeno era notadamente comum e explicável, especialmente pela indistinção entre as esferas intelectual e política, pois não foi incomum diversos contestadores transitarem por ambas (ALONSO, 2002).

Na “listagem” de requisitos necessários para o “ingresso” na elite política nacional ou mesmo regional (CARVALHO, 2003), Moniz Freire possuía, se não todos, a maioria deles: diploma de bacharel em Direito, com exercício da advocacia; atuação na imprensa, como editor de jornal próprio, e finalmente a forte influência familiar no cenário político local. Sua atuação política se dava no Espírito Santo, Província relativamente pouco habitada e de menor peso em quantidade de intelectuais, fator indiretamente potencializador para um capital político a ser ali fabricado. Em comparação com a realidade de muitos de seus colegas de Faculdade, os quais migraram para a Corte ou permaneceram em São Paulo, ele encontrou maior facilidade para ingressar no seio da elite política, da qual sua família era componente há algumas gerações. Logo, não causa surpresa sua eleição como vereador de Vitória, no final de 1881, antes mesmo de retornar àquela cidade e de fundar o seu periódico, o qual seria principal veículo transmissor de suas ideias ao logo da década de 1880 (SANTOS, 2013a). Antes dessa criação, portanto, havia um “ponto de apoio” minimamente assegurado para que elas fossem

postas “em movimento”. O impresso serviu para potencializar a defesa de seus projetos, anseios e valores e de sua visão de mundo.

Intitulado *A Província do Espírito Santo*, seu jornal adquiriu relevância ímpar, no último decênio da Monarquia, como transmissor dos ideais que defendia. Órgão do Partido Liberal local, porém relativamente independente em suas opiniões, tinha roupagem reformista, como a defesa da abolição da escravidão, como pregavam os “novos liberais”. Era a favor da política de imigração estrangeira, da construção de estradas de ferro e do estímulo à produção cafeeira na Província, propostas desenvolvidas e defendidas por Moniz Freire no impresso, em interface com a atuação parlamentar.

De forma geral, as questões mais polêmicas e as reformas eram refletidas nos jornais, ao passo que ampliavam sua relevância, progredindo na fisionomia e nas técnicas (SODRÉ, 2011). Nas principais cidades do país¹³⁵, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, a imprensa acolheu essa geração discordante, concorrendo para um amplo conjunto de opiniões díspares, muitas delas independentes da elite política e capazes de chacoalhar as discussões sobre as reformas, avaliando a todo o momento o país e seu regime político (ALONSO, 2002). Na década de 1880, a contínua emergência de periódicos e folhetins estava vinculada à ampliação da leitura (direta e indireta)¹³⁶, sobretudo nas maiores cidades, concorrendo para o aumento da popularidade dos jornalistas e escritores, seja pelas ideias, seja pela escrita (MELLO, 2007). O contexto favorável aos redatores pode ser superestimado se voltarmos os olhos à realidade de Vitória. Alguns de seus aspectos pouco se assemelhavam à realidade da capital nacional: pequena população, poucos jornais diários, comunicação precária com o interior, ausência de cursos superiores, destarte, ausência de instituições capazes de aglutinar estudantes de distintas regiões, criando espaços paralelos de discussões, entre outros aspectos correlatos. Entretanto, de certa forma, isso colaborava para que o alcance das ideias defendidas em *A Província do Espírito Santo* não tivesse que disputar a atenção dos leitores com uma infinidade de jornais e pasquins concorrentes, a exemplo do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, Moniz Freire, se compararmos ao contexto urbano dos intelectuais cariocas, não precisou disputar espaço e popularidade com tantos intelectuais/ redatores locais, como agentes formadores de opinião, capazes de rivalizar com meios de comunicação de porte similar ao

¹³⁵ A respeito dos diversos jornais nas Províncias mais importantes, cf. Sodré (2001).

¹³⁶ De forma indireta, as informações nos periódicos eram comentadas nas ruas e os jornais eram passados de mão em mão, na Corte (MELLO, 2007).

seu jornal, a começar pela impressão quase diária, caráter peculiar por algum tempo entre os impressos da cidade. De certa forma, isso tornava possível que suas ideias não tivessem tão grande “concorrência”, embora pudessem ser — e foram — criticadas por outros jornais.

Em suma, todos esses fatores positivos propiciaram um quadro bem favorável para que Moniz Freire adquirisse um capital político considerável e transitasse por importantes cargos políticos locais. No entanto, embora essas condições facilitadoras tenham contribuído de certo modo, não são suficientes para justificar, *per se*, a trajetória política ascendente e a emergência de características carismáticas em torno de sua imagem. A obediência se dá “[...] exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional” (WEBER, 1997, p. 135).

Por outro lado, a despeito das especificidades de Vitória, estava ocorrendo também ali a formação de uma pequena opinião pública, especialmente na década de 1880, momento em que houve aumento da circulação de periódicos e o recrudescimento de uma imprensa de opinião, emergente na década de 1860, vinculada às questões político-partidárias (BASTOS, 2016). Um sintoma claro dessa realidade se observa na emergência de diversas modalidades de associativismo e dos *meetings* na capital da Província, retrato fiel do que se passava na Corte. Na Seção anterior, abordamos essas atividades e demonstramos como se revestiam de estratégia pela geração 1870 para contestar o modelo saquarema, além de sua contribuição na ressignificação da rua. Ela consistia em um espaço de opiniões e debates em alternativa ao parlamento, contribuindo para formar uma significativa quantidade de pessoas com engajamento crítico (MELLO, 2007). No Espírito Santo, essa realidade se reproduzia em proporções equivalentes à sua condição de Província de baixa densidade populacional, exemplo similar ao que ocorria com os periódicos. Assim sendo, guardadas as devidas proporções, é possível elencar uma quantidade razoável de associações e *meetings* ao longo de algumas cidades da Província, atestando como esse ambiente de crítica e contestação havia se espalhado por regiões distantes do Rio de Janeiro, embora influenciados pelos acontecimentos e pelas agitações dessa cidade.

As associações constituíram um bom exemplo. As principais, existentes na Província na década de 1880, se relacionavam a três assuntos de relevância local e nacional: imigração, abolição e República. Todas comandadas pela elite política e econômica dos respectivos locais onde eram fundadas. A Sociedade Espírito-Santense de Imigração foi criada no ano de

1886, em Vitória, por Pinto Pacca¹³⁷, a fim de fomentar o trabalho livre através do estímulo à imigração estrangeira, principalmente na grande lavoura (O ESPÍRITO-SANTENSE, 20 nov. 1886, p. 3). Ela se espelhava na Sociedade Central de Imigração, criada em 1881 na Corte, com propósitos e características similares, como a utilização da imprensa em larga escala, para defender a importação de trabalhadores livres europeus (BARROS, 2007).¹³⁸ A associação local não tinha caráter essencialmente contestatário, mas se constituía como estratégia de resistência aos efeitos prejudiciais que a nova política imigracionista — voltada prioritariamente para as grandes propriedades cafeeiras paulistas — trazia para o Espírito Santo¹³⁹, mediante o fomento da imigração espontânea. Era composta por membros da elite política local dos Partidos Liberal e Conservador.¹⁴⁰

Outras associações se revestiam de caráter mais contestatário, como as abolicionistas. Existentes na Província desde 1869¹⁴¹, embora efêmeras, foram responsáveis por reunir boa parte da elite política local, alcançando maior destaque nos últimos anos da escravidão. De 1882 até 1888, pelo menos três associações¹⁴² atuaram ativamente em Vitória, sendo a Associação Libertadora Domingos Martins, da qual fazia parte Moniz Freire, de grande destaque. Elas operavam na organização de conferências e *meetings*, a fim de angariar adeptos e recursos para o movimento emancipacionista. Eram desafiadoras, porém ordeiras, não adotando medidas radicais, como a incitação de revoltas e invasão de grandes propriedades, episódios comuns na Província fluminense e na paulista.

¹³⁷ Joaquim Adolfo Pinto Pacca foi um engenheiro que trabalhou no serviço da imigração por muitos anos. Foi deputado provincial na 20ª Legislatura (entre 1874 e 1875), diretor da Colônia de Rio Novo, além de fundador da referida sociedade em Vitória. Cf. Barros (2007), Daemon (2010) e Grosseli (2008).

¹³⁸ Em Vitória, os dois principais jornais, ferrenhos opositores, serviram como seu veículo propagador, uma vez que seus editores eram membros dessa sociedade: José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes (*A Província do Espírito Santo*) e Bazilio Carvalho Daemon (*O Espírito-Santense*).

¹³⁹ Conforme informa Gilda Rocha (1984), a 2ª fase da imigração no Espírito Santo foi caracterizada pelo abandono do governo imperial à política de criação de núcleos coloniais objetivando uma nova estratégia: suplantando o trabalhador escravo nas grandes propriedades, especialmente em São Paulo.

¹⁴⁰ Entre os quais Moniz Freire, Cleto Nunes, Alpheu Monjardim, Aristides Freire e Bazilio Daemon.

¹⁴¹ A *Sociedade Abolicionista do Espírito Santo* foi fundada em outubro de 1869, possivelmente ligada aos liberais, pois era por meio do *Jornal da Victoria*, liberal, abolicionista e editado pelo liberal Manoel Feliciano Moniz Freire, que o grupo expunha suas informações e avisos. Após seu desaparecimento, outra associação emergiu em 1874, a *Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro*, ligada ao conservador Bazilio Daemon, editor do jornal *O Espírito-Santense*, durando apenas até 1877. Possuía entre seus membros alguns liberais, como Alpheu Monjardim (PÍCOLI, 2009).

¹⁴² Foram elas: a *Sociedade Abolicionista Espírito-Santense*, fundada em 1883, formada por estudantes capixabas residentes na Corte; a *Associação Libertadora Domingos Martins*, fundada no mesmo ano inicialmente como uma ramificação da primeira em Vitória, e possuía em seus quadros importantes figuras da elite política capixaba, como Moniz Freire, Afonso Cláudio, Cleto Nunes; o *Clube Literário Abolicionista Pessanha Póvoa*, fundado em 1884 pelo intelectual de mesmo nome, redator de muitos artigos para o jornal de Moniz Freire (PÍCOLI, 2009, p.120-125).

A elite política e intelectual do sul da Província, dependente do braço escravo, não se envolveu no processo abolicionista com afinco, mas criou algumas associações. Tratava-se de um associativismo de caráter distinto daqueles existentes na capital da Província: estava vinculado ao movimento republicano. Elas apareceram um pouco mais tarde, precisamente em 1887, quando surgiu o Clube Republicano de Cachoeiro do Itapemirim. Situado nessa cidade, influenciou outras, como São José do Calçado, Alegre, Rio Pardo (atual Iúna), Santa Izabel, Anchieta, a seguirem o mesmo caminho, fundando seu próprios clubes. Até mesmo a capital ganhou um, em 1888, presidido por Afonso Cláudio. Contudo, o destaque fica por conta do clube de Cachoeiro (CLÁUDIO, 2002).

Os *meetings*, por sua vez, são indissociáveis dessas associações, pois muitos foram por elas promovidos. Verdadeiros encontros sociais — mas de cunho político —, ganharam principalmente contornos abolicionistas e republicanos no Espírito Santo, apesar de outros temas virem à tona, como o *Meeting “Água e Luz Ao Povo!”*, organizado em 9 de abril de 1889, por Afonso Cláudio e Moniz Freire, para tratar dos problemas pelos quais a capital passava, como precariedade no abastecimento de água e na iluminação pública. Em relação à abolição, diversos eventos foram criados e publicados nos jornais pelas associações, objetivando atrair os leitores e angariar recursos: eventos esportivos, conferências, manumissões de cativos, entre outros. O mesmo ocorreu com a propaganda republicana, em especial no sul da Província (CLÁUDIO, 2002). Ela era realizada também por meio de conferências, proferidas pelos republicanos locais, mas algumas vezes auxiliada por “forasteiros” de maior envergadura, como Nilo Peçanha.¹⁴³ Antonio Aguirre foi o primeiro¹⁴⁴, em 1888, seguido de Bernardo Horta, entre outros, todos integrantes do clube republicano de Cachoeiro de Itapemirim (SANTOS, 2012a).¹⁴⁵

¹⁴³ Político e republicano fluminense, Nilo Peçanha foi importante membro da oligarquia que dominou o Rio de Janeiro na Primeira República, por meio do Partido Republicano Fluminense (PRF). Foi presidente do Estado e Senador em três mandatos, entre 1914 a 1917. Foi vice-presidente do Brasil, assumindo o cargo com a morte do presidente Afonso Pena. Protagonizou um dos mais importantes episódios eleitorais em 1922, conhecido como “Reação republicana”. Sobre Nilo Peçanha, cf. Pinto (1998, 2010) e Ferreira (s.d.).

¹⁴⁴ Antonio Gomes Aguirre foi um republicano histórico, oriundo de São Mateus, norte da Província do Espírito Santo. Foi um dos vice-governadores no governo provisório de Afonso Cláudio, tendo com ele rompido. Ingressou na oposição tornando-se um dos cofundadores da União Republicana Espírito-Santense, um dos partidos protagonistas na política capixaba no limiar do novo regime. Posteriormente, membro do Partido Republicano Espírito Santo, foi eleito deputado federal na 10ª legislatura (1918-1920). Não mais foi eleito em virtude de sua atuação tímida e do seu ingresso na oposição, posteriormente (SALETTTO; ACKERMANN, s.d.).

¹⁴⁵ Bernardo Horta de Araújo foi um republicano histórico, oriundo de Cachoeiro de Itapemirim. Era filho de José Feliciano Horta de Araújo, importante integrante do Partido Liberal da Província. Após a Proclamação

Assim, o Espírito Santo também abrigou mecanismos paralelos de interação sociopolítica e de discussões, como alternativa ao que ocorria no Congresso e na Assembleia Provincial. Apesar da peculiaridade da pequena Província, nela se reproduziram algumas das ideias da geração crítica, de modo a enfraquecer o modelo saquarema, principalmente com os movimentos de cunho abolicionista e republicano. Imprensa, associativismos e *meetings* não representavam uma novidade pela ação, mas por aquilo que traziam em seu bojo: novos ideais.

4.2 “IDEIAS EM MOVIMENTO”: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DE MONIZ FREIRE

Foi nesse contexto de agitação intelectual que as ideias se “movimentaram” pelos diversos cantos do país, chegando à Província, tanto no sul quanto em Vitória, onde Moniz Freire atuou como importante porta-voz dos contestadores. Na capital, defendeu um conjunto de ideias, tanto na imprensa quanto no plenário da Assembleia Provincial, as quais colaboraram para o fortalecimento do seu capital político, afetando positivamente sua trajetória na vida pública, ao longo da década de 1880.

Observando seus primeiros anos de atuação nos espaços institucionais de discussão e na imprensa, deparamos com uma infinidade de pequenas ideias aparentemente soltas e dispersas, referentes aos mais diversos assuntos: estrada de ferro, trabalho livre, café, abolição, educação, imigração, política partidária local e nacional, entre outros. Esse aparente apanhado de assuntos desconexos se aglutinava em torno de dois grandes eixos temáticos, harmônicos entre si: movimento abolicionista e projeto de afirmação regional. Nosso intuito é conhecê-los e compreender de que modo eles afetaram positivamente o capital político de Moniz Freire.

da República, compôs o governo provisório como um dos vice-governadores. Juntamente com Antonio Aguirre, rompeu com o governador, sendo um dos cofundadores da União Republicana Espírito-Santense. Posteriormente, em composição com a oligarquia dominante de Moniz Freire, ocupou três legislaturas consecutivas (5ª, 6ª e 7ª), como deputado federal, entre 1903 e 1911 (SANTOS, 2012a).

4.2.1 O abolicionismo “em movimento”

O abolicionismo foi uma das ideias defendidas por Moniz Freire em seu jornal diário e contribuiu para sua ascensão na carreira pública. A simpatia por esse movimento não foi por acaso. Além da influência exercida pela geração 1870 em sua formação, pesou para tanto a procedência de uma família tipicamente urbana, formada por profissionais liberais economicamente descomprometidos com a lavoura, característica predominante entre os seguidores desse movimento (COSTA, 1998).

Não obstante, antes mesmo que o grupo de jovens contestadores entrasse em cena na década de 1870, alguns componentes da “ilha de letrados”¹⁴⁶ brasileira e da elite política pensaram alternativas à instituição escravista, tão fortemente arraigada no imaginário e nos valores da sociedade. Atuando como verdadeiros “desbravadores”, eles fizeram parte de um lento processo de tomada de consciência de que a escravidão representava algo negativo para o país. Foi vagaroso, em boa parte, por causa das diversas estratégias de resistência praticadas pelos escravocratas, renitentes em aceitar as novas concepções.

Entre os personagens, dois chamam a atenção: José Bonifácio de Andrada e Frederico Leopoldo César Burlamaque. O primeiro, um dos responsáveis por arquitetar a independência política do país, em projeto destinado à Assembleia Nacional Constituinte de 1823, externou preocupação com os rumos da escravidão no incipiente país, sugerindo medidas para evitar futuros problemas. Entre elas, recomendava a melhoria de assistência aos escravos, sua emancipação gradual e sua substituição pelo trabalhador livre. Isso se daria mediante a importação de imigrantes europeus. Quatorze anos mais tarde, Burlamaque, em seu livro intitulado *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*, faz duras críticas à instituição escravista, estigmatizando-a como opositora ao progresso (COSTA, 1998). Também crente nas vantagens do trabalho livre sobre o escravo e da abolição gradual, mereceu destaque por propor diversas medidas para o triunfo do primeiro e por apontar que a abolição gradual deveria começar pela emancipação dos filhos das escravas. Contribuiu, assim, para criar as bases da Lei do Ventre Livre (NEVES; MACHADO, 1999).

¹⁴⁶ Termo utilizado por José Murilo de Carvalho (2003) para referir-se à elite intelectual no Brasil durante o regime monárquico.

O contexto em que essas ideias foram construídas ainda não lhes era acolhedor a ponto de adquirirem amplitude similar àquela alcançada *a posteriori*. Embora seja possível identificarmos outros intelectuais imbuídos de valores parecidos, como João Severiano Maciel da Costa e José Eloy Pessoa da Silva, a quantidade de simpatizantes não era páreo para a impenitente camada dominante rural. Contudo, elas “sobreviveram”, pois foram resgatadas pela geração 1870 em um contexto diferente, marcado pela mudança de comportamento do público e da imprensa, mais simpáticos à emancipação dos escravos. Em suma, uma profunda mudança “[...] se processara na realidade objetiva, de forma que as palavras, outrora de escasso efeito e pouca penetração, adquiriam poder de convencer” (COSTA, 1998, p. 410).

Joaquim Nabuco (1977), um dos mais importantes representantes desse movimento contestador, é um exemplo de como essa assimilação foi possível. Em sua clássica obra *O Abolicionismo*, a identidade entre ambos é nítida. Além de epígrafes retiradas dos escritos de José Bonifácio, presentes em alguns de seus capítulos, e do compartilhamento de certos ideais e propostas, Nabuco o representa como uma espécie de “mártir” injustiçado, por ter defendido a inviabilidade da manutenção da escravidão. O sentido elitista do movimento abolicionista defendido por ele também conota influência desses precursores. A propaganda não era dirigida aos escravos, e o que devia ser combatido não era o seu proprietário, mas a instituição e o uso que faziam dela. Desse modo, a violência era um mal que devia ser evitado, pois “[...] só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda” (NABUCO, 1977, p. 72).

Havia um espírito “missionário” de falar pelos cativos, subjugados, visto como incapazes de se expressar de forma ordeira e conjunta. Era, portanto, um movimento pela ordem, consciente do estrago que a má condução da causa poderia acarretar ao país, como uma guerra civil. Por isso, essa característica estava presente também em outros abolicionistas, como José do Patrocínio, visto como um dos mais radicais pelos escravistas (NEVES; MACHADO, 1999). Tal comportamento é característica da geração 1870. Além disso, o movimento era composto por pessoas letradas, com recursos de comunicação, como a imprensa e folhetins, constituindo um seletivo grupo na sociedade. Resguardando o monopólio intelectual do movimento, apresentavam um elitismo regulado pela manutenção de um caminho opositor ordeiro, comandado por uma *intelligentsia* intelectual, pautado pela manutenção da hierarquização da participação política, pois condicionava a atuação política das massas à necessidade de “civilizá-las”. Era um “elitismo benevolente”.

Em estreita vinculação a esse fenômeno, estava a formação dos bacharéis. Muitos deles ingressaram nos quadros do movimento abolicionista. Dessa forma, não surpreende que, nas divergências existentes entre os estudantes republicanos, liberais e conservadores, nos pequenos periódicos escolares, tenham se ausentado radicais posições e oposições, sobretudo quanto ao questionamento da marginalização sofrida pelas camadas populares do processo de transformação política e dos quadros da burocracia estatal (ADORNO, 1988). No Espírito Santo não foi diferente. O movimento igualmente encampou requintes elitistas, pois seus membros eram parte da pequena elite política e intelectual da Província, com forte presença de políticos ligados ao Partido Liberal, inclusive os de maior destaque na década de 1880, como a presença do então deputado geral da Província, Leopoldo Cunha¹⁴⁷ (O ESPÍRITO-SANTENSE, 31. Ago. 1884, p. 1).

Moniz Freire era outro exemplo. Na Faculdade de Direito de São Paulo, teve contato direto com as principais ideias defendidas pelo movimento de 1870, bem como com um dos teóricos lidos por aqueles que ansiavam transformações no *status quo* saquarema: Augusto Comte. É preciso ressaltar que não era da formação essencialmente jurídica que vinha a fonte de suas ideias abolicionistas, embora possamos concordar que ela tenha de algum modo contribuído para estruturar esse pensamento. No entanto, a maior influência abolicionista, sem descartar o peso do bacharelado, veio da formação familiar, tanto no aspecto público quanto no privado. Manoel Feliciano Moniz Freire, seu pai, além de deputado provincial, membro do Partido Liberal e jornalista, ainda na década de 1860, participou ativamente das discussões políticas de assuntos relativos à escravidão, como tratativas de manumissão e emancipação. Era simpatizante da emancipação dos escravos, em tom moderado, conforme os “padrões” da futura geração 1870. Utilizava seu jornal como instrumento de propaganda de movimentos e ações emancipacionistas, sempre em tom de elogio¹⁴⁸, e fazia parte da primeira associação abolicionista da Província, intitulada *Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito-Santo* (PEREIRA, 1914).

¹⁴⁷ Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo Cunha era integrante do Partido Liberal, deputado provincial em diversas legislaturas (como exemplo, na 23ª e 24ª, respectivamente entre 1878-1879 e 1880-1881), e deputado geral entre 1882 e 1885. Além de político, foi jornalista, atuando como um dos redatores do *Jornal da Victoria*, na década de 1870. Cf. Vianna (2013) e em diversos exemplares de *A Província do Espírito Santo* entre 1882 e 1885.

¹⁴⁸ Quando, por exemplo, o chefe de polícia Daniel Accioli D’Azevedo alforriou duas crianças escravas em honra ao matrimônio da Princesa Isabel, em Sergipe, o jornal se manifestou de forma elogiosa: “Para a festa da liberdade nunca será de mais o contingente das almas grandes e generosas”. Cf. **Jornal da Victoria**, 09 nov. 1864, p. 3; Costa (2013).

A relação de Moniz Freire com o movimento abolicionista se deu em um contexto relativamente distinto daquele vivido por seu pai. Tratava-se de um momento em que o tom crítico abolicionista se apresentava com maior vigor, na imprensa e nas ruas, graças aos *meetings* e às conferências (NEVES; MACHADO, 1999). Como um espaço público de debates e reivindicações, alternativo ao Parlamento, a rua se consolidava. Além disso, em estreita vinculação àquele fenômeno, é o período de maior atuação da geração 1870, ao influenciar ações e pensamentos de diversos intelectuais.

A propaganda abolicionista na Província teve alguns renomados componentes, entre os quais o jovem bacharel. Sem dúvida, não foi o mais relevante desse momento, ou seja, o maior dos defensores, do porte de Afonso Cláudio, mas era um dos que mais se destacavam no cotidiano local, por um conjunto de fatores. Primeiro, por causa da “herança” abolicionista e do prestígio político advindo da família, especialmente de seu pai e avô. Somava-se a isso a aquisição de um periódico que, ao longo da década de 1880, se tornou o mais importante da Província, tanto em quantidade de tiragem ao dia, quanto em sua periodicidade¹⁴⁹, com maior capacidade, portanto, de alcançar leitores e não leitores (mediante leitura indireta), inclusive os residentes fora da capital. Além dessas condições, a força da propagação e da publicidade de suas ideias foi potencializada pela militância na Associação Libertadora Domingos Martins — a principal da Província na última década da escravidão —, nos *meetings* e pela atuação nos espaços institucionais de discussão política, como a Câmara Municipal e a Assembleia Provincial, embora, nesses últimos, de forma muito discreta. Logo, havia uma ampla exposição de sua imagem e de sua visão de mundo.

Principalmente na Corte, a rua ganhava uma significação ímpar, tornando-se espaço de reivindicações e disputando, “[...] vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político [de modo que] [...] o sentimento democrático foi encurralando o elemento aristocrático” (MELLO, 2007, p. 29-30). No Espírito Santo, o ambiente tumultuado de contestações e transformações, oriundo da capital do país, influenciava a emergência de movimentos contestadores, como o abolicionista e o republicano. Concomitantemente, permitia o afloramento de certos fenômenos peculiares, embora não exclusivos, tais como a conciliação de ações nos canais institucionais e não institucionais de discussão: o plenário da

¹⁴⁹ Observando um exemplar de cada ano (aleatoriamente, todos do mês de outubro) daquele periódico, identificamos nas páginas iniciais a tiragem impressa. Em 1882, eram 1000 exemplares, saltando para 1100 em 1883, 1200 em 1884, 1300 em 1885, 1350 em 1886, 1400 em 1887, 1500 em 1888 e 1600 em 1889. O aumento da tiragem é indício nítido do crescimento de seu alcance. Cf. Pereira (1926).

Assembleia, a imprensa e a rua. Porém, isso ainda era privilégio para alguns atores, entre os quais Moniz Freire.¹⁵⁰ Esses canais estavam interligados como meios de divulgação de ideias. Assim sendo, o que se ouvia de alguns dos conferencistas nos *meetings* era, algumas vezes, reproduzido na imprensa por eles, como editores ou meros correspondentes; nas associações, como delas integrantes, e em menor escala no poder público local, ao atuarem como vereadores e deputados. Destarte, constituiu-se uma complexa rede de comunicação, da qual alguns se beneficiavam quanto ao poder de comunicação com leitores e ouvintes. Entre os influenciados pela geração 1870, Moniz Freire foi um dos que melhor faziam o trânsito entre os canais paralelos de discussão, pois os demais militantes opositores não conseguiam ainda ocupar os quadros da elite política provincial, embora nos últimos anos da monarquia tentassem.¹⁵¹ Acerca desses canais utilizados, vejamos de que forma eles contribuíram para Moniz Freire defender suas ideias abolicionistas e criar uma representação positiva a seu respeito.

Nesse sentido, começamos pelo jornal de sua propriedade, *A Província do Espírito Santo*, fundado em 1882, juntamente com seu correligionário Cleto Nunes. No primeiro exemplar, os editores do jornal já apresentavam seus anseios e pontos de vistas, a adesão às ideias liberais, “à bandeira de suas reformas e [a]o fundo filosófico que presta à sua doutrina política moderna que assenta sobre a ciência social”. Somava-se ao tom reformador — e até mesmo o justificava — o objetivo de advogar “[...] com o critério de nossas convicções todas as grandes necessidades publicas desta Província, [assim] estudaremos os problemas sociais e econômicos que se debatem na sociedade brasileira sem brecha em nossas opiniões, sem compromissos antecipados” (*A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 15 mar. 1882, p. 1, acréscimos nossos). Ambos os trechos demonstram os rumos da atuação do impresso: a bandeira reformista e, sob muitos aspectos, contestadora, nos moldes do movimento de ideias oriundo da década anterior, bem como a preocupação com os destinos da Província, mas principalmente com o seu estado atual — nos aspectos econômicos, político e social —, interpretado como distante das regiões mais ricas do país e do mundo.

Debruçando-nos sobre alguns exemplares, pudemos identificar certas características que podem nos auxiliar a compreender a dinâmica do movimento abolicionista desenvolvido no

¹⁵⁰ Cleto Nunes, Aristides Freire, Domingos Vicente Gonçalves de Souza e Bazilio Daemon foram também jornalistas que ocuparam cargos políticos eletivos.

¹⁵¹ A respeito dos republicanos candidatos, cf. Cláudio (2002). Sobre a composição da Assembleia Provincial na década de 1880, ver Bichara (1984a).

periódico, em consonância com o que pensava Moniz Freire: diretamente, por intermédio de seus próprios artigos, no espaço do periódico que definimos como “proposição de ideias”, ou pela concessão feita a terceiros para que usassem o impresso e expusessem alguma ideia correlata às suas. Nesse rol, estavam desde figuras renomadas nacionalmente, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, passando pelos localmente influentes, como o Padre Antunes de Siqueira e Afonso Cláudio, chegando a figuras pouco influentes, correspondentes ou meros leitores, enfim, moradores dos diversos confins da Província.¹⁵²

Um dos aspectos marcantes que constatamos nesse jornal foi a fiel oscilação que se refletiu nos rumos traçados pelo movimento abolicionista no cenário nacional. Por exemplo, os anos de 1883 a 1885 foram regradados pela intensa movimentação, pelo sucesso na campanha realizada no Ceará e pela campanha findada em 1885, que culminou na Lei dos Sexagenários. Em seguida, com o “eclipse do abolicionismo” — expressão de Joaquim Nabuco para se referir ao enfraquecimento do movimento após a aprovação da lei em 1885 —, o jornal “desacelerou” sua campanha, principalmente quanto a artigos escritos pelos editores, limitando-se eles a transcrever artigos de terceiros, destacando-se Joaquim Nabuco. Era uma temporária calma, que ecoava nas ruas, na imprensa e nos espaços legislativos nacionais (COSTA, 1998).

Pela Tabela 1, observamos como o jornal ressoava esse “marasmo” mediante os tipos de notícias encontradas nos exemplares que observamos, entre os anos de 1885 e 1888. As matérias referentes à proposição de ideias, às teorias ou à defesa de pontos de vista, escritos pelos editores e por diversos correspondentes, apresentam uma acentuada queda no primeiro biênio. Vale assinalar que os seis artigos identificados em 1885 foram todos publicados antes de setembro¹⁵³ (o último deles, em 26 de julho), mês em que foi aprovada a Lei dos Sexagenários. Os 14 referentes ao ano seguinte só começaram a aparecer em abril. Já o primeiro artigo de opinião emitido pelo jornal após 1885 apareceu somente em novembro,

¹⁵² Sobre os artigos de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, publicados em *A Província do Espírito Santo*, cf. notas 122 e 124. Sobre os artigos do Padre Antunes de Siqueira, ver Siqueira (1999).

¹⁵³ O último que encontramos antes da aprovação da lei estava presente no exemplar de 26 de julho de 1885, era do *Jornal do Comercio* da Corte, externando preocupação com o não andamento do projeto de emancipação dos escravos sexagenários (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 26/07/1885, p.2). Por sua vez, o primeiro artigo após a aprovação da norma só apareceu em 22 de abril de 1886, ainda assim para criticar a equivocada interpretação acerca da lei aprovada no ano anterior (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 22 abr. 1886, p.2).

discutindo a questão dos “louros” pela aprovação da Lei do Açoite.¹⁵⁴ As propagandas se referiam a informações vindas de outros Estados, como manumissões, ações e adesões de personalidades locais e nacionais, que, de alguma forma, serviam para tornar público ao leitor o crescimento do movimento, de forma a convencê-lo. As notícias sobre as associações abolicionistas, *meetings* e conferências são também paradigmáticas, pois só tomaram vulto em 1887. Quanto às construções simbólicas, como poemas abolicionistas, “criação” de heróis e artigos que fazem alusão a algum fato marcante do passado, para ressignificá-lo ou simplesmente recordá-lo, foram encontrados nos exemplares somente dos anos em que o movimento adquiriu tónus, isto é, quando houve a criação das duas leis mais importantes da década: Sexagenários e Áurea. Contudo, talvez o caso mais ilustrativo seja o dos artigos referentes às atividades políticas no Parlamento nacional. A quantidade é fidedigna aos momentos de ebulição dos debates parlamentares a respeito da criação de leis que atendessem aos anseios do movimento.

TABELA 1 – Quantidade e tipos de notícias relacionadas à escravidão, por ano, publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo* (1885-1888)

Ano	Proposição de ideias e análises	Propaganda: adesões e ações fora da Província	<i>Meetings</i> , associações e conferências	Construção simbólica e representação do passado	Política (local e nacional)
1885	6	14	4	2	22
1886	14	7	2	-	7
1887	4	4	13	-	7
1888	25	3*	17	4	18

Fonte: *A Província do Espírito Santo* (exemplares referentes aos anos de 1885 a 1888).

Nota: * Somente até 13 de maio de 1888.

Os dados a respeito das notícias sobre a concessão de alforrias, presentes na Tabela 2, foram fornecidos por Mariana Pícoli (2009) e demonstram a formação de uma curva descendente que, após 1886, torna novamente a ascender, porquanto devemos levar em consideração que as 21 notícias de 1888 correspondem apenas ao período que vai de 1º de janeiro até o dia 13 de maio, data da abolição da escravatura. Como podemos ver, o jornal oscilava conforme a questão ecoava na Corte, influenciado tanto pelos temas em debate nos órgãos institucionais, quanto pelos reflexos que isso causava, gerando a produção de diversos artigos em todo o país.

¹⁵⁴ Lei 3.310, de 15 de outubro de 1886, que revogava artigos de leis anteriores referentes a pena de açoites. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm>. Acesso em 12 set. 2014.

TABELA 2 – Quantidade de notícias relacionadas à concessão de alforrias, por ano, publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo* (1884-1888)

Ano	Concessão de alforrias
1884	66
1885	25
1886	22
1887	34
1888	21

Fonte: Pícoli (2009, p.113ss.).

Essa postura do periódico, entre 1885 e 1886, marcada pela ausência de artigos dos editores locais em prol da abolição, foi considerada “neutra” por Pícoli (2009), o que, na verdade, representava os efeitos imediatos que a Lei dos Sexagenários havia ocasionado ao movimento nacional e local. Como ela observou, a lei de 1885 foi duplamente negativa para as pretensões do movimento abolicionista, na medida em que não satisfaz as principais demandas, como a libertação dos sexagenários sem indenização, e ainda enfraqueceu o movimento, na rua e na imprensa. Acreditamos, todavia, não ser possível falar em neutralidade dos editores do jornal, porque o simples ato de reprodução de artigos abolicionistas, mesmo que de outros autores, traduz-se em atitude ativa, de aprovação aos valores expostos. Atuavam como *gatekeepers*¹⁵⁵, selecionando as informações a serem publicadas. Posições tomadas de forma sutil igualmente corroboram essa hipótese, como a crítica feita ao então ministro da Agricultura, Antonio da Silva Prado. Em artigo intitulado *Escravidão de africanos*, o ministro foi duramente acusado pelos redatores de desrespeitar a Lei de 7 de novembro de 1831¹⁵⁶, a qual foi referendada pelas magistraturas como jurisprudência para soltura de diversos cativos. Isso teria ocorrido por causa de sua orientação, mediante Aviso n. 17, de 20 de julho de 1886, para que os africanos acima de 55 anos fossem incluídos na matrícula de escravos. Indignados, os editores se manifestaram.

¹⁵⁵ Esse termo foi utilizado por Thiago de Barros (2007) para se referir ao modo de ação dos editores do jornal. Esse conceito foi elaborado por Kurt Lewin em 1947 para se remeter a um indivíduo ou a um grupo cujo poder de decisão o torna selecionador das reportagens que devem ou não ser publicadas, de acordo com o interesse individual ou do grupo (WOLF, 1999).

¹⁵⁶ Essa lei ficou conhecida como “lei para inglês ver”, pois medidas concretas não foram efetivamente tomadas para que fosse cumprida. Por ela, o governo brasileiro se comprometia, perante a Inglaterra, a acabar com o tráfico de africanos para o Brasil, tornando-o crime de pirataria, o que acarretaria seu combate (CARVALHO, 2003). Entre suas resoluções, encontramos no primeiro artigo o trecho que diz que todos os escravos a partir de então que entrassem em solo brasileiro deveriam ser considerados livres. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao-original-88704-pl.html>. Acesso em 12 set. 2014.

Ora, entre o governo que incorre no crime de reduzir pessoa livre [isto é, africanos chegados ao Brasil após a lei de 1831] à escravidão, ordenando oficialmente a matrícula de homens livres por um aviso, e a magistratura que tem sustentado como jurisprudência corrente em nossos tribunais a inteira validade da lei de 1831, há completa oposição e não sabemos se a escravidão mantida pelo poder executivo nas suas matrículas, deve ou não prevalecer contra as decisões do poder judicial que não a admite por lei expressa, em inteiro vigor (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 5 ago. 1886, p. 2).

É inegável que os editores do jornal defendiam o cumprimento da lei de 1831, o que concorria para a libertação de muitos dos escravos, não só dos sexagenários. Portanto, era forma subjetiva encontrada para defender o fim da escravidão. Reiterando esse pensamento, dois meses depois, os editores congratulavam um juiz do Mato Grosso porque “[...] restituiu a liberdade a 134 africanos importados depois da lei de 1831. [E por essa razão] Honra ao digno juiz!” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 9 out. 1886, p. 3). Completando esse quadro de posição permanentemente abolicionista, havia as informações sobre *meetings* na Corte e sobre as manifestações de apoio a projetos pautados na abolição da escravidão, como o do liberal senador Dantas, o que não deixava de ser uma propaganda positiva (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 4 jul. 1886).

O tom moderado da propaganda abolicionista é outro aspecto que ajuda a compreender o grau de adesão de Moniz Freire. Avesso a instigar qualquer tipo de luta ou reação mais radical, como rebeliões e fuga de escravos, seu jornal era ritmado pelo diapasão elitista da geração 1870. A opção da abolição mediante reformas era a principal justificativa para que os abolicionistas rechassem as alcunhas de radicais socialistas, comunistas e anarquistas das quais eram alvos. Isso implicava o diálogo com a classe proprietária, a fim de demovê-la da defesa do sistema escravista (MACHADO, 2008).

Não por acaso, a publicação de diversas notas sobre alforrias concedidas ou até mesmo sobre promessas de libertação de escravos, em prazos que fugiam do imediatismo esperado, foi uma constante, tendo sido demonstrado na Tabela 3. Essas notas eram visivelmente direcionadas à classe proprietária de escravos, urbana ou rural, a fim de persuadi-la. Por exemplo, a notícia dada em 22 de julho de 1887 de que diversos proprietários de Pernambuco iriam libertar seus escravos no dia 1º de janeiro de 1890, ou seja, dois anos e meio depois, rendeu-lhes o elogio dos editores quanto “[...] [a]os nobres sentimentos patrióticos que os animam” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 22 jul. 1897, p. 3). Algumas publicações de concessão de alforrias vinham acompanhadas de justificativa, como aquelas fundamentadas por algum viés religioso. Na coluna *Ave, Libertas!*, de 12 de abril de 1888 (A PROVINCIA DO

ESPÍRITO SANTO, 12 abr. 1888), a concessão de alforrias dada pelo capitão Manoel Fernandes de Miranda foi justificada como uma homenagem à “Virgem da Penha”, prova de devoção religiosa, e em seguida saudada pelos proprietários do periódico. O repúdio à rebeldia escrava completava o tom ordeiro da contestação.

Como já havia dito Joaquim Nabuco (1977, p. 71), referência para Moniz Freire e Cleto Nunes, a “[...] propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos”. Era voltada para os senhores proprietários e para resguardar seus interesses, na tentativa de convencê-los de que o trabalho livre era a saída para a manutenção da ordem e para que não fossem arruinados pela completa emancipação, que acreditavam chegar num futuro breve. Em suma, era para resguardar seus interesses (MACHADO, 2006).

A preocupação de Moniz Freire com o “progresso” e a “civilização” concorria para a definição desse tom. E ela passava pela lavoura. A escravidão era o empecilho para que o progresso ocorresse, pois atrelava o país ao passado colonial, a uma forma de relação de produção que atrofiava a economia, em comparação com as regiões mais prósperas, onde unicamente imperava o trabalho livre. Os artigos de mesmo nome¹⁵⁷ publicados por ele ilustram essa preocupação e alertavam aos proprietários quanto à necessidade de se adequar à nova situação, propondo uma lei provincial a fim de estimular “esses nobres obreiros” a adotar o trabalho livre, iniciativa a qual considerava “[...] generosa e louvável em bem da dignidade nacional” (FREIRE, 2013c, p. 72).

Nesse aspecto, os positivistas talvez tenham sido os que melhor expressaram essa relação, embora individualmente fossem influenciados pela camada social a qual pertenciam, tornando impossível, por parte dos seguidores dessa corrente teórica, uma visão homogênea sobre o assunto. De modo geral, concordavam quanto à inviabilidade daquela instituição, variando as opiniões quanto às formas de sua extinção: alguns defendiam que ela fosse gradual, outros imediata, alguns apoiavam a abolição com indenização e outros não (COSTA, 1998). De acordo com Alfredo Bosi (2004), a militância positivista no Rio de Janeiro acordava em três princípios básicos com a doutrina comtiana.¹⁵⁸ Em um deles, havia a preocupação com a incorporação dos libertos na nova sociedade, assimilado como importante valor a ser

¹⁵⁷ Trata-se respectivamente de *Trabalho Livre I* e *Trabalho Livre II*. Falamos desses artigos na Seção 3. Sobre eles, cf. Freire (2013c); **A Província do Espírito Santo**, 01 set. 1882, e **A Província do Espírito Santo**, 03 set. 1882.

¹⁵⁸ São eles: o progresso da sociedade a partir da concorrência das três raças (branca, negra e indígena), a abolição como dever universal e a incorporação da classe proletária à sociedade moderna (BOSI, 2004).

defendido pelo Apostolado Positivista do Brasil, que sempre associara abolição e trabalho. Cleto Nunes e Moniz Freire, discípulos do positivismo no Espírito Santo, assimilaram esses valores. Em tom preocupado, mas tipicamente elitista e hierárquico, nos dias antes da aprovação da Lei Áurea, eles escreveram um artigo intitulado *O que convém cuidar*, a fim de ressaltar que tão importante quanto a lei da abolição seria a atitude do parlamento “[...] de arrefrear a vagabundagem, criando a lei da obrigatoriedade do trabalho para os libertos” a qual se coloca “[...] a todos os espíritos refletidos como uma alta necessidade de ordem publica e privada” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 4 mai. 1888, p. 2).

O tom abolicionista moderado vinha acompanhado do uso da Retórica. De acordo com José Murilo de Carvalho (2000, p. 134), essa prática “[...] destina-se a ensinar, deleitar e mover. Seu fim precípuo é persuadir, conseguir a adesão das pessoas” mediante diversas estratégias, tais como argumentos e figuras de linguagens. Estava fortemente presente no Brasil ao longo dos oitocentos, inclusive na formação dos letrados. Essas estratégias potencializavam a capacidade argumentativa à proporção que eram utilizadas figuras de linguagem, contanto que pertinentes ao momento e à necessidade do orador. Além disso, concorria para sua eficácia que ele conhecesse o auditório para o qual estava direcionando seu discurso, falado ou escrito (PERELMAN; OBRECHTS-TYTECA, 1996).¹⁵⁹

Analisando alguns dos textos abolicionistas escritos por Moniz Freire, não foi difícil identificar diversas técnicas de Retórica. Elas foram componentes essenciais na sua estratégia persuasiva acerca de ideias ligadas àquela questão. Entre as diversas figuras de linguagens, elencamos as mais predominantes (metáfora, metonímia, analogia, hipérbole), o uso de modelo e exemplo, bem como as argumentações *ad hominem* e de autoridade (REBOUL, 2004). Vale ressaltar que eram técnicas soltas, mas que apresentavam coerência argumentativa conforme iam sendo empregadas.

Quanto aos textos de própria autoria, não foram muitos em comparação aos transcritos de outros jornais. Encontramos seis de extrema relevância, todos voltados para a classe proprietária, mormente correligionários liberais, o que demonstra conhecimento do “auditório” ao qual se endereçava. À exceção do primeiro, os demais foram escritos nos anos-

¹⁵⁹ Elas foram muito utilizadas no período regencial, como “[...] instrumento de argumentação e de persuasão” por “[...] aqueles que desejavam ampliar seu espaço político, conquistando uma porção maior da opinião pública”, como “[...] um recurso indispensável à divulgação de suas ideias e à realização de seus objetivos” (BASILE, 2000a, p. 149).

chave do movimento e às vésperas da aprovação das duas mais importantes leis sobre o assunto na década de 1880.

Nos dois artigos citados anteriormente sobre o trabalho livre, escritos em 1882, a fim de convencer o governo provincial a fomentar a substituição das relações escravistas, sobressai a metáfora pessimista sobre o “[...] vácuo enorme que se há de abrir com o desaparecimento do braço escravo”, a metonímia “nobres obreiros” (FREIRE, 2013c, p. 72) para se referir aos proprietários que empregassem trabalhadores livres e, principalmente, o uso dos Estados Unidos como modelo de emprego do trabalho livre, mecanismo esse em que o exemplo é dado como algo que deva ser imitado (REBOUL, 2004). Já os dois artigos escritos em 1885 tinham como intenção a defesa do projeto do senador Dantas, então chefe do Ministério Liberal e a crítica a seus opositores, tanto liberais quanto conservadores. Moniz Freire defendia o projeto de Dantas, isto é, a libertação dos sexagenários sem indenização, prevendo que, caso a questão não se resolvesse dessa forma, poderia haver uma revolução popular. O exemplo francês de 1832 foi utilizado para ilustrar esse presságio.¹⁶⁰ Além disso, diversas metáforas foram empregadas, especialmente as de caráter bélico, em clara intenção de heroicizar Dantas e seu projeto, ao defender “[...] o atual ministério, cujo chefe [Dantas] acaba de chegar ao sacrifício da vida tem de combater com tais inimigos [opositores]!” (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 16 abr. 1885, p. 2). Esses últimos foram comparados a uma “patrulha de beduínos” no Congresso. A analogia apareceu relacionando a efervescência do movimento abolicionista ao “horizonte carregado de eletricidade”.

Em 1888, Moniz Freire escreveu três artigos semanais, antes da abolição, intitulados *Governo e Abolição*. Como membro do Partido Liberal, mostrava-se indignado pelas glórias que o ministério conservador de João Alfredo e, consequentemente, extensivas a seu Partido, com a aprovação da lei que poria fim à escravidão. Como alternativa, conclamava os liberais a alforriar seus escravos antes da aprovação da lei, a fim de torná-la nula na prática. Argumentos *ad hominem* foram utilizados para desqualificar o chefe do ministério e os demais integrantes, para minorar as atitudes tomadas pelo ministro, como sua associação com interesses escravistas. Com isso, pretendia esvaziar o possível prestígio que o Partido teria (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 3 abr. 1888).

¹⁶⁰ Também conhecida como “Insurreição Democrática de 1832”, ocorreu em Paris. Ela se enquadrava no contexto revolucionário da década de 1830 e 1840, sobretudo na capital francesa.

Tamanha era a indignação que, no último dos artigos, usou como metáfora o termo “estelionato político”, por entender que os conservadores haviam se apropriado indevidamente do projeto liberal. Indo além, valia-se dos argumentos do modelo e do exemplo, para comprovar que as demais Províncias estavam à frente no processo de libertação de seus escravos. Preocupado com os rumos da Província, afirmava que ela “[...] está devendo muito ao patriotismo brasileiro”, pois parecia querer “[...] para si o papel de *último reduto*, sobre o qual vá cair em cheio a lei da abolição” (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 18 abr. 1888, p. 2). O grifo é do próprio autor, atuando como estratégia de convencimento, a fim de enfatizar o papel que estaria relegado ao Espírito Santo.

São Paulo era o modelo ilustrativo que precisava ser seguido e Moniz Freire deixava clara a razão no segundo dos artigos, em uma das hipérboles empregadas:

De par com a transformação do estado civil do escravo, opera-se o movimento migratório para a Província; não há dia em que as suas estradas de ferro não conduzam centenas de imigrantes que vêm aqui [em São Paulo, de onde escreveu esse artigo] procurar colocação. Uns chegam da Europa à S. Paulo, e outros já ali contratados vêm em demanda do interior povoar e cultivar as propriedades (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 abr. 1886, p. 2).

Nesse ponto, identificamos a relação entre os dois principais pilares de seu pensamento no século XIX: a abolição e a defesa de um plano de afirmação regional focado em transporte e povoamento. Ambos foram indiretamente responsáveis pelo robustecimento do capital político do ilustre espírito-santense.

Voltando ao primeiro ponto: além da exposição da propaganda abolicionista em jornais, engendrada em diversas modalidades de notícias, as associações, os *meetings* e a atuação parlamentar compunham o conjunto de estratégias utilizadas por Moniz Freire. Elas corroboravam sua simpatia por aquela pauta liberal, tornando-o mais conhecido e respeitado no *métier* político da Província, mormente em Vitória.

Quanto às associações, havia uma em especial: a Associação Libertadora Domingos Martins, da qual fez parte. Ela foi o elo entre as modalidades de atuação como defensor da abolição. Servia como propaganda abolicionista, quando publicada nos jornais, especialmente os eventos, as arrecadações, bem como as reuniões de diretoria. Além disso, essa forma de associação foi o caminho de sua participação nos *meetings*, ou melhor, nas conferências, realizadas na capital, divulgando uma propaganda antiescravista. De fato, não se tratava de comícios essencialmente populares, de massas, nos moldes do que ocorria na Corte, mas

contribuíam para que Moniz Freire reforçasse seu grau de inserção no seio da elite local e até nas camadas populares. Essa característica era apresentada como aspecto positivo do evento.

A Libertadora realizando uma festa tão especial, quão raríssima, nesta cidade, conta que a elite da sociedade vitoriense concorrerá para mais abrihantá-la e não se negará a contribuir com o seu óbolo para um fim tão humanitário – a redenção dos cativos (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 20 jul. 1884, p. 1, grifo do autor).

A localização em edifícios públicos ajudava a dar o tom elitista às conferências. Ora ocorriam na sede da Câmara Municipal, ora na sede da Assembleia Provincial. Também nesses lugares aconteciam as reuniões dos sócios. A relação com o poder público ia além, a ponto de ter sido aprovado um projeto de lei (Resolução n. 57 de 1884) do deputado liberal Eduardo Mercier¹⁶¹, na Assembleia Provincial, destinando 10% sobre o subsídio dos membros daquela instituição à associação. Em troca, caberia a essa última “[...] a colocação na lavoura dos escravos que libertarem e não exercerem ofício mecânico” (BICHARA, 1984a, p. 379). Entre os diversos deputados que aprovaram o projeto, estava Moniz Freire, o qual, meses antes de sua aprovação, “[...] ofereceu à *Libertadora Domingos Martins* 24\$800 rs. ou 10% sobre o subsídio a que tem direito, como deputado à Assembleia Provincial, pelo 2º mês da sessão” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 13 mai. 1884, p. 4, grifo do autor). Além de tudo contava com seu jornal para divulgar tal atitude.

A forma encontrada pela *Libertadora*, como era chamada a associação, para propagandear o emancipacionismo foi o espetáculo. Saraus literários e procissões pelas ruas faziam parte da estratégia de divulgação do ideal abolicionista, quando as manumissões eram dignas de pompa, o que levou a Sociedade Abolicionista Espírito-Santense a condenar tal atitude, por considerar que o liberto não era devidamente preparado para sua “nova vida” (PÍCOLI, 2009).

Tanto Moniz Freire como sua esposa atuavam na Associação. Ele, mesmo não sendo o orador oficial — papel atribuído a Afonso Cláudio —, nem mesmo ocupando cargo de destaque na associação — como a presidência ou alguma secretaria —, estava presente nos seus momentos fulcrais, como na fundação. Além de sua casa ter sediado uma das reuniões

¹⁶¹ Em análise acerca de seu nome nos diversos exemplares do jornal *A Província do Espírito Santo*, percebeu-se que o comendador Eduardo Mercier era integrante do Partido Liberal, oriundo de Nova Almeida, vereador e presidente da Câmara daquela localidade, função atualmente similar a de um prefeito. Foi deputado provincial entre 1884 e 1885. Pelo tom do periódico, estava em sintonia política com os editores do mesmo, sendo chamado de “nosso prestante amigo e correligionário” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 27 mai. 1886, p. 3). Era integrante da Sociedade *Libertadora Domingos Martins*, sendo inclusive o delegado representante dessa associação em seu município de origem (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 abr. 1884).

iniciais, ele “[...] propôs e foi aceito que a sociedade tivesse o batismo de *Libertadora Domingos Martins*, em homenagem ao sublime herói de 1817, mártir da liberdade-pátria e um dos mais distintos filhos desta Província” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 07 ago. 1883, p. 2, grifo do autor). A homenagem àquele personagem comungava com a estratégia oriunda da geração 1870 de ressignificar o passado. Moniz Freire se valia de um personagem considerado herói republicano, nascido na Província, o qual havia lutado na Revolução Pernambucana de 1817, como forma de criar um símbolo de identidade, unidade e luta na Província. Desse modo, segundo relata o jornal *A Folha da Victoria*¹⁶², editado por Aristides Freire¹⁶³ e um dos presentes àquela reunião, foi aceito “[...] o nome proposto, com aplauso dos que conheciam a história do herói espírito-santense” (A FOLHA DA VICTORIA, 9 ago. 1883, p. 3). Tal prática era comum aos integrantes da geração 1870, resgatando e forjando mártires do passado.¹⁶⁴

Forma importante de atuação pela associação foi quando ele se tornou um de seus representantes em reunião com dois importantes comerciantes da capital¹⁶⁵, os quais se diziam preocupados com a situação presente e futura da lavoura, além de algumas discordâncias em relação às ações da *Libertadora*¹⁶⁶, como nos modos de arrecadação dos fundos para as manumissões e na forma de libertação por Municípios, temendo futura rivalidade entre os eles. Em tom conciliador, Moniz Freire reiterou seu pensamento abolicionista, garantindo “[...] que era infundada a prevenção contra o movimento pacífico que se operava em favor do escravo, concluindo por apresentar escritas algumas opiniões que foram submetidas à apreciação da ilustre assembleia” (A FOLHA DA VICTORIA, 15 mai. 1884, p. 1). Utilizava a técnica retórica do exemplo para persuadi-los. De igual maneira, como signo de seu tom abolicionista moderado, mostrava-se preocupado com os destinos da lavoura e da produção na Província. Assim,

¹⁶² Jornal impresso em Vitória entre 1883 e 1890. Era de propriedade de Aristides Freire. Advogava a causa do Partido Conservador (PEREIRA, 1926).

¹⁶³ Jornalista e político membro do Partido Conservador. Foi ferrenho opositor de Moniz Freire ao longo da década de 1880. Essa relação de divergência permaneceu na República, tendo Aristides Freire editado *O Federalista* e *O Commercio do Espírito Santo*, jornais igualmente de oposição.

¹⁶⁴ A estratégia se repetiu quanto, então presidente da Câmara Municipal em 1883, Moniz Freire homenageou João Clímaco de Alvarenga Rosa com o nome de uma praça, no antigo largo Afonso Brás, próximo ao Palácio do governo. Tratava-se de um antigo sacerdote, bacharel e membro da elite política capixaba, que havia assumido a defesa dos escravos rebelados do Queimado (Insurreição do Queimado, em 1849). Cf. Santos (2014a).

¹⁶⁵ Respectivamente Francisco da Rocha Tagarro e José da Silva Cabral.

¹⁶⁶ Alcinha dada à associação abolicionista pelos jornais.

[...] propôs e foi aceito que se pedisse às sociedades emancipadoras para evitarem o quanto pudessem o desfalque dos braços da lavoura, devendo de preferência aplicar os seus fundos à emancipação dos escravos dos centros populosos; que se representasse ao governo sobre a conveniência de leis de locação, do emprego dos seus fundos na emancipação por fazendas e da adoção de outras medidas correspondentes (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 13 mai. 1884, p. 1).

Não há confirmação — nem negação — do periódico *A Folha da Victoria* se realmente teria prevalecido sua proposição. De qualquer modo, ela condiz com a lógica de seu pensamento que entrelaçava abolição e preocupação com a lavoura. Sendo a afirmativa verdadeira ou não, seu jornal contribuía para a construção de sua imagem, como político, jornalista e abolicionista atuante, defensor dos interesses da sua Província. Não por acaso, passava a adotar, no título de seu jornal, em quase todas as edições a seguinte definição: “Diario consagrado aos interesses provinciais”.

Nem sempre as representações eram positivas, especialmente porque divergências políticas entre os editores dos jornais rivais, e ao mesmo tempo, membros da Libertadora ocorriam, disfarçadas por assuntos que a ela diziam respeito. Infelizmente, não dispomos da documentação interna da Associação, mas podemos vislumbrar, a partir de casos expostos em jornais. Em um deles, o jornal de Aristides Freire exigia dos editores de *A Provincia do Espírito Santo* a ata de uma das reuniões da Associação, em virtude do boato de que eles a teriam adulterado (A FOLHA DA VICTORIA, 3 jul. 1884). Em outra oportunidade, criticava o jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes por elogiar o Sr. Monteiro da Silva de ter presenteado a Associação com um estandarte, alegando que tal fato não teria ocorrido (A FOLHA DA VICTORIA, 31 jul. 1884). Ainda assim, esses pequenos atritos foram incapazes de arranhar a imagem dos editores, sobretudo como abolicionistas, não só pela atuação na sociedade, como também pela capacidade superior do jornal em tiragem e alcance regional, além de desconstruir as representações negativas apresentadas por Aristides Freire.

A atuação de Moniz Freire na libertação de escravos, sempre de forma ordeira e pacífica, também ocorria sob outras roupagens. Michel Costa (2013) identificou sua atuação como advogado, árbitro na avaliação de escravos e depositário, responsável por cuidar dos escravos envolvidos em ações de liberdade, enquanto a querela jurídica não tivesse sido resolvida. Via de regra, tanto ele quanto Cleto Nunes, e até mesmo Afonso Cláudio, importante membro da Libertadora, sendo advogados, se envolviam em processos jurídicos do lado de senhores e do lado de escravos, sempre em prol de apressar os processos e, por conseguinte, aumentar o

número de libertos, na tentativa de não violar a propriedade e tampouco despertar a ira dos proprietários.

A preocupação em zelar por uma imagem de abolicionista tornava o jornal importante aliado na construção de sua representação como personalidade idônea e coerente. Desde o noticiário de que ele havia libertado sua escrava (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 20 set. 1882) até a defesa que fez da acusação publicada pelo jornal *A Folha da Victoria*, de que estaria reduzindo à escravidão uma cativa, ao defender seu proprietário como advogado. Seus argumentos de defesa, além de ressaltar os elogios recebidos do jornal concorrente, justificaram tal atitude a partir de sua condição de advogado profissional em busca de cumprimento justo da lei e de ter sido voto vencido na proposição de que os advogados da Libertadora não deviam defender proprietários de escravos (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 31 ago. 1883).

Menos ativa foi sua atuação parlamentar em defesa da abolição, embora tenha produzido alguns episódios interessantes. Moniz Freire foi vereador (e presidente da Câmara de Vitória entre 1883-1886), em concomitância aos mandatos de deputado provincial¹⁶⁷. Em ação conjugada, pôde tomar algumas medidas. Na instituição da capital, empenhou-se em fazer funcionar a junta classificadora de escravos, instituída pela Lei do Ventre Livre¹⁶⁸, além de transformar o Paço da Câmara em reduto dos abolicionistas, que pretendiam formar uma associação (SANTOS, 2014a).¹⁶⁹ No órgão provincial, houve alguns episódios. Em um deles, na sessão de 25 de abril de 1883, respondeu ao deputado conservador José Cesário que entendia ser a instituição escravista responsável pelo quadro de inferioridade dos trabalhadores livres brasileiros em relação aos europeus. No mesmo dia, tachou de “pensamento humanitário” a atitude realizada no ano anterior pelo então presidente da Província, Herculano Inglês de Souza, o qual havia mandado apreender e alforriar escravos em embarcações ou estradas (ESPÍRITO SANTO, 1883). Posteriormente, no ano de 1888, já com a abolição consumada, Moniz Freire discursou pela necessidade de novas reformas, em especial o federalismo, utilizando como paradigma a lei de 13 de maio. A escravidão foi representada como um elo que prendia o país ao passado. Semanas depois, retornou ao

¹⁶⁷ Respectivamente nas seguintes legislaturas: 25ª (1882-1883), 26ª (1884-1885) e 28ª (1888-1889).

¹⁶⁸ De acordo com Estilaque dos Santos (2014, p. 316), essa junta “[...] deveria classificar os escravos, que fariam parte da cota a ser liberada, por meio da parte da verba do Fundo de Emancipação que cabia ao Município de Vitória”.

¹⁶⁹ Trata-se da Associação Libertadora Domingos Martins.

discurso de louvor, reiterando a “paternidade” liberal da ideia e da lei (ESPÍRITO SANTO, 1888). Contudo, o fato mais significativo foi ter votado pela aprovação do subsídio dos deputados à Libertadora Domingos Martins ainda em 1884.

4.2.2 A afirmação provincial “em movimento”

Maior destaque teve o empenho de Moniz Freire em defesa de um conjunto de ideias que primavam pela afirmação provincial. Mediante discursos, discussões de projetos e votações, junto com outros deputados, transformou a Assembleia Provincial em principal canal para realizar, ou ao menos tentar, as transformações sociais, políticas e econômicas que entendia ser necessárias para o “progresso material” da Província.

De modo geral, no decorrer do século XIX forjou-se um plano para ampliar a dinâmica das atividades econômicas da Província (SANTOS, 2005). Com o decorrer dos anos, o projeto se metamorfoseou, aprimorando ideias originais, adquirindo outras, ganhando adeptos, entre os quais Moniz Freire. Em resumo, elas se consolidaram no final do século XIX, adquirindo os seguintes propósitos:

- a) estabelecimento de uma comunicação com Minas Gerais, inicialmente por rios, até a percepção de que não favoreciam a navegação com o interior mineiro; posteriormente por estradas de rodagem, o que levou a construção de estradas gerais ligando a Província a Minas Gerais; finalmente, por vias férreas, as quais se tornariam o principal tema de discussão no que tange às propostas de comunicações terrestres, no final do século XIX¹⁷⁰;
- b) incremento populacional, pois havia a percepção de que a escassa população da Província não daria conta de alavancar a sua dinâmica econômica aos patamares desejados; desse modo, buscava-se o incremento demográfico por meio da atração dos imigrantes e a decorrente formação de núcleos coloniais, a fim de ocupar regiões, ampliar a produção, bem como o comércio local e regional¹⁷¹;

¹⁷⁰ Sobre a formação desse pensamento, cf. Santos (2005). Sobre o desenvolvimento das estradas de rodagem em conexão a esse pensamento, ver Rosa (1976) e Quintão (2010).

¹⁷¹ Sobre a implantação dos núcleos de imigrantes no Espírito Santo e seu incremento em população e produção, cf. Rocha (1984).

- c) estabelecimento de uma comunicação ferroviária com a região meridional da Província, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim; no último quartel do século XIX, a região passou a ser a principal em produção cafeeira, superando a que se encontrava polarizada por Vitória; como agravante, ela estava interligada economicamente com o porto do Rio de Janeiro, reforçando a política centralizadora da Corte¹⁷², ao permitir que boa parte dos capitais acumulados com as atividades comerciais se direcionasse para lá;
- d) centralização das exportações da Província no porto da capital, a fim de transformá-la na principal praça comercial da Província; essa ideia, oriunda dos primórdios dos oitocentos, se sustentava no princípio de que só dessa maneira a Província ampliaria sua dinâmica comercial, nos moldes do que ocorria com São Paulo (centralizando suas exportações em Santos) e com o próprio Rio de Janeiro; em virtude do pequeno território, acreditava-se não haver espaço para o desenvolvimento de diversos portos na Província, sob pena de se formar pequenos núcleos exportadores incapazes de gerar uma grande praça exportadora; defendia-se que somente uma, localizada na capital, com um porto bem aparelhado e em estreito vínculo com o comércio exterior, isto é, independente do porto do Rio de Janeiro (quadro permanente durante o século XIX) poderia fazer prosperar economicamente o Espírito Santo.¹⁷³

Utilizando esses preceitos como referenciais, Moniz Freire dialogou, discutiu e até mesmo combateu ideias que entendia serem adversas a esses propósitos, na Assembleia Provincial, especialmente na 26ª Legislatura (1884-1885). Ao mesmo tempo em que era vice-presidente, ocupou a comissão de “força policial, obras públicas, estradas, pontes e canais”, sendo assim um dos responsáveis pela emissão de parecer sobre obras, entre aquelas relativas à construção de estradas de ferro.¹⁷⁴

¹⁷² Sobre esse quadro econômico desfavorável para a Província, cf. Siqueira (1995), Campos Júnior (1996), Saletto (1996), Bittencourt (2006), Quintão (2010), Santos (2012b).

¹⁷³ Acerca do plano de transformar Vitória em uma grande praça comercial, Estilague Santos (2005) foi quem identificou sua origem nos primórdios do século XIX, com o então governante Antonio Pires da Silva Pontes. Todavia, diversos autores também se referem a esse assunto, não havendo divergências significativas em suas respectivas interpretações. Cf. Siqueira (1995), Bittencourt (2006), Quintão (2010) e Santos (2012b).

¹⁷⁴ Sobre a composição das mesas da Assembleia Legislativa, cf. *A Província do Espírito Santo*, 11 mar. 1884, e *Espírito Santo* (1885). Por termos encontrado os anais do ano de 1884 somente em jornal, sempre que no referimos àquele ano, será citado como fonte o periódico *A Província do Espírito Santo*, uma vez que foram nele publicadas as sessões ordinárias daquele ano.

Como deputado, Moniz Freire atuou na defesa da centralização das exportações no porto da capital, votando e apoiando discursos de colegas parlamentares (ESPÍRITO SANTO, 1883), defendendo a navegação direta da Província com o exterior (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 09 abr. 1884), emitindo pareceres modificando ou renovando as concessões ferroviárias (ESPÍRITO SANTO, 1888), criando projetos para fomentar a imigração¹⁷⁵, as concessões ferroviárias, a manutenção de estradas de rodagem vicinais¹⁷⁶ e, tendo como bandeira o desejo de maior autonomia provincial, elaborando um requerimento ao governo geral para a aprovação de uma lei que

[...] sem quebra da integridade do país ou antes consolidando a unidade nacional e as instituições fundamentais, assegure às províncias todas as franquias, e garanta-lhes a maior autonomia na administração de suas riquezas, isolando-as da dependência central em tudo que não concernir ao bem geral do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1888, p. 152).

Apesar de, na última legislatura, seu grupo ter composto a oposição e ficado em minoria na Casa, conseguiu aglutinar os interesses dos deputados, inclusive de conservadores, em torno do projeto que fomentava a imigração na Província, sendo o único a receber aplausos de todos no recinto, ao discursar em defesa do que se tornaria o Projeto n. 27¹⁷⁷ (ESPÍRITO SANTO, 1888). Todavia, esse personagem não era o único a representar o plano de afirmação regional. Diversos atores políticos entravam em discussão sobre o assunto, discordando apenas no melhor modo para que todos esses anseios fossem alcançados. Assim faz, por exemplo, o deputado Gil Goulart em 1884, condicionando a prosperidade do Espírito Santo à ligação ferroviária com Minas Gerais e à centralização das exportações na capital (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 08 abr. 1884). Logo, esse pensamento transitava pelos dois principais partidos, pois uma semana antes o conservador Graciano Neves expressava similar preocupação (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 01 abr. 1884). Anos antes, o também conservador Emílio Coutinho demonstrava estar otimista com o governo geral pela construção de uma ferrovia “[...] que partindo desta Capital vá comunicar com a Província de Minas pela Natividade [assim,] sou dos que acreditam que o Governo (geral) concederá a *garantia de juros* e o *contrato* será assinado” (ESPÍRITO SANTO, 1882, p. 122, grifos do autor).

¹⁷⁵ Projeto n. 27 autorizando o presidente da Província a realizar operação de crédito para desenvolver a imigração na Província, apresentado na 14ª sessão ordinária em 08 de agosto (ESPÍRITO SANTO, 1888).

¹⁷⁶ Projeto n. 32, apresentado na 15ª sessão ordinária, em 09 de agosto (ESPÍRITO SANTO, 1888).

¹⁷⁷ O projeto foi transformado em Lei Provincial n. 32, de 19 de setembro de 1888 (BICHARA, 1984b).

A par dessas informações, cabe uma indagação: se vários componentes da elite política partilhavam do projeto de afirmação política e econômica da Província, que fatores propiciaram a Moniz Freire se destacar politicamente, inclusive como defensor e um dos maiores porta-vozes desse pensamento? A resposta não foge à afirmação feita anteriormente. Destacou-se por intermédio de um conjunto de estratégias responsáveis por amplificar o pensamento que tanto defendia: além do parlamento, havia o seu jornal, a Sociedade Espírito-santense de Imigração, da qual era membro, e alguns eventos públicos, em que se sobressaiu como importante orador. Soma-se a isso a posição de ator político cada vez mais relevante na Assembleia Provincial, a qual o levou a distinguir-se em uma legislatura majoritariamente composta de membros do partido adversário (BICHARA, 1984a). Como complemento, contava com seu jornal para sedimentar sua imagem como defensor dos interesses provinciais.

A Sociedade Espírito-santense de Imigração foi um dos canais utilizados por Moniz Freire para a construção de uma imagem ligada à defesa dos interesses provinciais. Criada em 1886 por Pinto Pacca¹⁷⁸, a organização reunia setores da classe proprietária, bem como profissionais liberais, preocupados com os rumos da Província após o fim da escravidão. Traduzia, juntamente com outras associações, a formação de uma pequena sociedade civil organizada, integrada por indivíduos que partilhavam interesses em comum (SANTOS, 2012b).¹⁷⁹

Moniz Freire, embora não tivesse ocupado os principais postos daquela sociedade (presidência, vice-presidência ou secretariado), atuou como um dos diretores, no ano de 1887 (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 01 nov. 1887), assim como organizou as exposições provinciais, em que diversos proprietários rurais podiam expor seus produtos. Seu papel pode ser ainda potencializado se acrescentarmos a ação de seu jornal na divulgação de atas, propagandas, comunicados, cartas elogiosas escritas por autoridades, enfim, uma série de informações que a tornavam a Sociedade visível ao público leitor. Em contrapartida, essa instituição o tornou orador oficial. Nas duas exposições por ela organizadas, ele teve a

¹⁷⁸ Sobre Pinto Pacca, cf. nota 137.

¹⁷⁹ Pela representação dirigida à Assembleia Provincial, tem-se uma ideia do que pretendia a Associação. O *Espírito-Santense* (20 nov. 1886, p. 3) informa o que ela pretendia em termos práticos. “Auxiliar a grande lavoura na questão da transformação do trabalho; introduzir e estabelecer anualmente 1:000 [sic] imigrantes nos terrenos devolutos que circundão as colônias, em lotes medidos e demarcados pelo governo imperial. Nota-se claramente a que interesses ela respondia: auxiliar a lavoura.” Assim, não representava contradição que, entre seus componentes, estivessem tanto liberais quanto conservadores e que contasse com a simpatia dos dois importantes jornais da capital, adversários: *A Província do Espírito Santo* e *O Espírito-Santense*.

oportunidade de externar o projeto modernizante que compartilhava com a elite política, um conjunto de ideias minuciosamente defendidas no seu jornal, no púlpito da Assembleia, e nos discursos declamados naquelas festividades, sempre direcionados aos mais importantes segmentos da política e da economia regional. Esse é um contexto no qual o bom orador é ouvido e valorizado, em que as conferências pululavam pelo país, irradiadas da Corte (MELLO, 2007). A seu modo, Moniz Freire se tornava “popular” não somente pelas ideias que defendia — se for considerado que outros parlamentares, jornalistas ou mesmo integrantes da sociedade partilhavam do mesmo pensamento —, mas também pelo discurso e pela exposição do que defendia, fazendo uso dos distintos meios e espaços de comunicação dos quais havia se apropriado.

O tom de sua “popularidade” e notoriedade pode ser medido pelo jornal a ele adversário, quando informou sobre a abertura da Exposição Provincial de 1886.

Em seguida [ao discurso de Henrique Coutinho, também orador e membro da sociedade]. S. Ex^a [Antonio Joaquim Rodrigues, então presidente da Província e da sociedade] deu a palavra ao orador oficial da festa, o ilustre Sr. Dr. Moniz Freire, que pronunciou um patriótico discurso, demonstrando as vantagens destes certames do trabalho [livre], e os proventos a advir por esta iniciativa. O orador foi entusiasticamente vitoriado (O ESPÍRITO SANTENSE, 21 jul. 1886, p. 3).

A “gentileza” do periódico adversário a ele se repetiu três anos depois na segunda exposição, quando novamente discursou na abertura do evento. Afirmava o jornal que ele “[...] esteve na altura desejada pelos elementos intelectuais de que dispõe” (O ESPÍRITO SANTENSE, 13 fev. 1889, p. 2).

A razão para esses elogios tinha fundamento. No primeiro discurso, Moniz Freire reiterava a importância das estradas de ferro como elo comunicador, mas colocava o povoamento acima de tudo, valendo-se mais uma vez das estratégias de Retórica. A hipérbole serviu para valorizar a Província, ao defender que nela “[...] não há povo mais ordeiro nem mais hospitaleiro, não há solo mais rico nem mais delicioso” (A PROVINCIA, 18 jul. 1886, p. 2); a metáfora, para comparar imigrantes a ouro, para chamar os esforços fomentadores da imigração de “cruzada do patriotismo” e para definir o cultivo em terras ainda inexploradas, como “beijo santificador da indústria agrícola”; o modelo, para que novamente a Província de São Paulo fosse lembrada pelo progresso que ali ele enxergava e que deveria servir de guia ao Espírito Santo. Entretanto, como conhecedor da plateia para a qual falava, destacou-se por

incorporar o propósito daquela sociedade que era inaugurada, mesclando com valores por ele considerados “patrióticos”.

A nós, espírito-santenses, a questão afeta sob ambos os aspectos [povoamento e fator da nova era nacional – fim da escravidão]; mas é sobretudo pelo primeiro, que nos interessa mais particularmente, que nos instalamos aqui em sociedade para fazer a propaganda, estudar os métodos, encaminhar enfim a realização prática desse magno interesse.

.....

Eu me honro como espírito-santense de tomar hoje parte nesta festa. Creio no sucesso desta empresa desde que todos os elementos bons, todos os elementos de força, todos os elementos de progresso, vierem batalhar com ela nessa cruzada do patriotismo (O ESPÍRITO SANTENSE, 21 jul. 1886, p. 3).

A transformação dos discursos de Moniz Freire em algo de valor muito se deve à atuação de seu jornal. Em 1889, ao referir-se à abertura da exposição provincial desse ano, o periódico reforçou sua imagem como de um distinto orador, ao apresentar seu discurso como um “mimo precioso” cedido “[...] à apreciação inteligente e criteriosa dos leitores de *A Provincia*” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 12 fev. 1889, p. 2). Nessa oportunidade, embora não tenha reiterado os anseios considerados por ele fundamentais para o futuro da Província, se esforçou para legitimar a atuação da Sociedade de Imigração e da exposição por ela promovida, fazendo crítica aos que não compreenderam a importância do evento. Não se tratava, contudo, de omissão ou mudança na forma de pensar, como ficaria claro anos depois, mas de uma resposta àqueles que não enxergavam a relevância da exposição e daquela associação. O orador, então, lamentava.

Pena que assim [as exposições como agente estimulante do desenvolvimento de novas culturas e sobre o fabrico de produtos] não o tenham assaz compreendido ainda os dignos lavradores espírito-santenses.

Deles seria de esperar o máximo entusiasmo à imediata iniciativa neste *rendez-vous* [encontro marcado] do trabalho provincial, ao qual deveriam todos concorrer afanosamente como expositores e ao depois como juizes e como observadores (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 12 fev. 1889, p. 2).

Além dos discursos, por meio do periódico também ressoavam as ideias e os valores defendidos, sobretudo se for avaliada a dimensão que *A Provincia do Espírito Santo* tinha em matéria de alcance ao público leitor. Fato ilustrativo foi o crescimento de suas tiragens diárias.¹⁸⁰ Observando os diversos exemplares, é nítida a utilização do impresso para esse fim. A começar pelos escritos do próprio Moniz Freire. Ainda no primeiro ano de funcionamento

¹⁸⁰ Cf. nota 149.

do periódico, foi lançada uma série de artigos intitulada *O nosso Estado atual*, que analisavam a realidade política, econômica e social da Província, propondo-se a diagnosticar os problemas, oriundos do passado, responsáveis por atrasar o progresso material do Espírito Santo. Entre eles, diagnosticou a inércia da população local, o “desapego pelo trabalho”, tornando-a incapaz de fomentar “[...] o espírito de empresa lavoureira que devia irremediavelmente germinar o espírito de associação para cada vez mais melhorar os meios de transporte” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 21 jun. 1882, p. 1). Declarava como uma das causas desse desinteresse a facilidade de prover o sustento pela fecundidade do solo e pela topografia da região. Apontava outro fator — a aproximação da Corte —, fato tachado como “circunstância deletéria”, contra o qual lutaria ao longo da década de 1880. Assim sendo, reproduziu o antigo desejo de romper a forte ligação econômica da Província com a capital nacional, centralizando as exportações em Vitória.

Se tivéssemos um grande centro e um só porto onde fosse exportada a produção — o da Capital por ex., aqui haveria um grande movimento comercial, os capitães teriam se formado e estariam servindo à indústria agrícola e manufatureira, já lograríamos comunicações diretas com os mercados europeus, a praça da Vitória contaria hoje casas de primeira ordem, a renda da Província seria muito maior, a produção imensamente superior, as redes de vias férreas se sucederiam sem o auxílio único do Governo (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 23 jun. 1882, p. 1).

A esse anseio, relacionava outro, também antigo, ou seja, a ligação econômica com Minas Gerais, que agora deveria ser feita pela ferrovia.

A grande vantagem da via férrea da Natividade [futura Estrada de Ferro Vitória a Minas] é trazer a esta Capital forçosamente grande parte da produção da Província, e consequentemente centralizar o comércio; basta esta consideração para reconhecer o quanto era inepta a opinião daqueles que advogavam outros pontos que não a Vitória para serem o termo inicial da estrada. (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 23 jun. 1882, p. 1).

Esses valores foram reproduzidos ao longo da década de atuação do veículo de comunicação em diversas reportagens, até mesmo na complementação de notícias. Em um dos casos, quando o periódico anunciou em reportagem a assinatura de um contrato para a construção de uma via férrea que ligaria Santa Luzia (Minas Gerais) a Benevente (atual Anchieta)¹⁸¹, deixou claro que apesar de ver com bons olhos a iniciativa, acreditava que o projeto pudesse se tornar “[...] menos útil aos interesses desta Província e diminuir a seu respeito, da parte do público espírito-santense, as simpatias e os estímulos de que são dignos todos os cometimentos

¹⁸¹ Segundo o periódico, esse contrato foi assinado pela firma comercial Eduardo Pecher & Cia., que havia adquirido a concessão dos engenheiros Taunay e Telles (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 5 dez. 1888). Embora estudos de traçado tenham sido realizados, a ferrovia nunca foi construída.

alevantados” por causa da “[...] primitiva escolha do porto de Benevente para a saída da estrada” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 5 dez. 1889, p. 2).

Pelo jornal, Moniz Freire construía a imagem de defensor dos interesses da Província, analisando a diversidade de reportagens que tangiam o tema sem contradizer o que defendia para o “progresso material” do Espírito Santo. Esse caráter é perceptível na forma como se comportava o jornal perante o significado — positivo ou negativo — da informação passada. Assim sendo, por ocasião da assinatura da concessão da estrada de ferro com a empresa inglesa *Waring Brothers*, ligando o Espírito Santo a Minas Gerais, foram escritas palavras em tom exclamativo a fim de criar íntima relação com o leitor e lhe passar alegria¹⁸², ao exprimir “Vamos ter afinal a nossa estrada de ferro: diz-se!”, e de animá-lo “Vamos! agora é ter perseverança, coragem que não tarde muito — principiará a luta... do trabalho, a faina gloriosa e pacífica dos obreiros da civilização” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 5 jul. 1882, p. 2). O recurso da metáfora mais uma vez se fez presente.

Quatro anos depois, com a reversão do quadro por causa da suspensão da concessão pelo governo imperial, o jornalista expôs a consternação e a frustração, utilizando-se de palavras fortemente negativas e de hipérbole.

A impressão que esta **miserável** nova vem causar à Província é **a mais desoladora e triste**. O governo divorciou-se completamente da **grande causa da Província, condenando-a** a uma indiferença que vem **matar-lhe todas as aspirações de progresso** (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 12 mai. 1885, p. 2, grifos nossos).

Acusando o governo geral de ter abandonado a Província, Moniz Freire ameaçava apelar ao “[...] único poder que pode valer-nos nesta questão”: o imperador. Esse fato consumou-se nas famosas cartas que escreveu para D. Pedro II. Num total de sete epístolas, reproduziu os mesmos intentos tão assiduamente defendidos no seu jornal e no parlamento, isto é, o caminho para que a Província alcançasse o almejado progresso material. Utilizando-se de argumentos retóricos, buscava sempre enaltecer e persuadir o destinatário, passando-lhe uma imagem de sofrimento da Província a fim de sensibilizá-lo. Conquanto a questão principal tenha sido reclamar da suspensão do contrato de concessão da almejada ferrovia que faria a ligação com Minas Gerais, outros temas foram tratados, sempre para corroborar a

¹⁸² Conforme Mário Ferreira dos Santos (1962), a exclamação é uma espécie de figura retórica de ornamento em que o orador pretende passar ao auditório algum tipo de emoção pelo seu discurso.

argumentação, como o da navegação, tanto interna quanto externa, e a necessidade de centralização das exportações na capital (FREIRE, 2012).

Colocando-se como porta-voz dos interesses da Província, Moniz Freire passava ao imperador a noção de total descontentamento gerado na região afetada, e a consciência de total preterimento por parte do governo geral. Para tanto, não poupou críticas sequer a correligionários, entre os quais o então ministro Carneiro da Rocha¹⁸³ e o então senador pelo Espírito Santo, Cristiano Ottoni, supostamente seu aliado, objetivando demonstrar a D. Pedro II a má escolha que fizera para ocupar tal cargo.¹⁸⁴ Em seguida, inicia a desconstrução do principal argumento utilizado para a suspensão do contrato, asseverando que “[...] longe de pesar a Província sobre o tesouro, é este quem leva-lhe à porfia bem estimáveis para ocorrer algures às solicitações de nossas [Províncias] coirmãs [...]”, e que por isso “[...] não nos deslumbra o chavão de comprometimentos financeiros, e da escassez de rendas [...]” (FREIRE, 2012, p. 27-28).

Com o cuidado de não atacar a política centralizadora do Império, chamando-a de “lei natural”, ressaltou a relevância da centralização das exportações em Vitória e o estabelecimento de um comércio com o exterior como condição *sine qua non* para o progresso econômico. Entretanto, desperta atenção a construção de um discurso em que se traduz sutilmente como o representante de todos os coprovincianos, em busca de combater a injustiça. Para tanto, faz uso do verbo “vingar”.

Temos portanto chegado ao nosso objetivo, e vamos reclamar para a província o verdadeiro lugar que lhe compete, **vingando-a** da humilhação a que ela é reduzida nas organizações orçamentárias, humilhação que a espíritos pouco investigadores pode parecer um fato real (FREIRE, 2012, p. 31, grifo nosso).

Somando à estratégia de convencimento pelas palavras, Moniz Freire lançou mão de números e estatísticas para convencer Sua Majestade de que a Província, embora de pequena

¹⁸³ Antonio Carneiro da Rocha foi um político baiano filiado ao Partido Liberal. Era ministro da Agricultura no Ministério Liberal de Saraiva (maio-agosto de 1885), quando houve o cancelamento da concessão da ferrovia.

¹⁸⁴ Em 1878, Cristiano Ottoni, político mineiro filiado ao Partido Liberal, foi indicado para ocupar um lugar na lista tríplice de votação para o cargo da Província, recém-vago no Senado. Isso ocorreu sob a pressão do ministro João Lins de Sinimbu (futuro visconde de Sinimbu), então chefe do gabinete naquele ano, sobre o presidente da Província, Manoel da Silva Mafra e o chefe do Partido Liberal local, Alpheu Monjardim (futuro barão de Monjardim). Houve um grande descontentamento da elite política local, a qual havia iniciado um movimento para que apenas políticos capixabas ocupassem a lista. Esse descontentamento se ampliou quando, após a votação, mesmo tendo ficado em terceiro, Ottoni foi escolhido pelo imperador para ocupar a vaga. Embora os inimigos do “favorito” de D. Pedro II tenham instalado um inquérito sobre a eleição, Ottoni acabou nomeado senador em setembro daquele ano. Sobre o assunto, cf. Banck (2011).

arrecadação, proporcionava saldos positivos ao governo geral, suficientemente adequados para a construção da via férrea pleiteada. Explicava sua indignação, formulando uma pergunta retórica¹⁸⁵ para justificar o que fora escrito:

Ora, Senhor, diante da evidência palpável desses algarismos, qual é o espírito-santense que não se confrangerá de ouvir dizer que as finanças do Estado e o equilíbrio orçamentário exigem mais uma vez o adiamento indefinido de mais cara aspiração da terra natal, o mais poderoso estímulo para a sua grandeza, á qual estão presas todas as altas conveniências do Estado? (FREIRE, 2012, p. 36).

Por fim, elencou seis proposições que compunham o projeto de afirmação regional e que entendia serem necessárias para fazer justiça ao “grande mal” que o Império havia causado. Para angariar a simpatia “real”, empregou algo parecido com um cleuasma¹⁸⁶ “às avessas”, ao elogiar D. Pedro II, pedindo que ele iluminasse “[...] com o brilho de vosso trono e do vosso patriotismo a trilha que os vossos governos devem percorrer para bem servir o futuro deste grande país” (FREIRE, 2012, p. 43).

Esse episódio reforçava as crenças de Moniz Freire no referido plano, ao passo que forjava sua imagem como defensor dos interesses da Província. Como o impacto das cartas escritas ressoou no Rio de Janeiro, coube a seu impresso a função de tornar público o assunto, por meio de missivas de um misterioso correspondente intitulado “Z”. Por meio do jornal, parabenizava a Província e aos espírito-santenses pela atitude e reproduzia os comentários na Rua do Ouvidor¹⁸⁷ (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 10 jul. 1885). Fato também simbólico foi o elogio que o autor das cartas recebeu de Domingos Vicente.¹⁸⁸ Esse deputado provincial era, no momento, importante voz do Partido Conservador na Assembleia Provincial e ferrenho adversário de Moniz Freire, protagonizando com ele diversos debates nessa instituição, pelos quais divergiam na maioria das vezes (ESPÍRITO SANTO, 1885).

¹⁸⁵ Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a interrogação oratória é uma espécie de figura retórica de comunhão em que uma capacidade de reflexão é proposta pelo orador ao ouvinte.

¹⁸⁶ Cleuasma é uma espécie figura retórica de pensamento em que o orador se deprecia para angariar simpatias do auditório (REBOUL, 2004).

¹⁸⁷ Essa rua era a mais importante do Rio de Janeiro sob muitos aspectos. Lá pulsava a vida política, social e literária da capital nacional e do país. Abrigava a grande imprensa e hotéis destacados (MELLO, 2007). Desse modo, dizer que a discussão havia tomado aquela rua conotava que havia tomado o “país”.

¹⁸⁸ Domingos Vicente Gonçalves de Souza foi um político filiado ao Partido Conservador, oriundo de Viana. Era ferrenho opositor dos liberais na Assembleia Legislativa, nas duas legislaturas em que foi deputado provincial (24ª e 25ª, respectivamente entre 1882 e 1885). Não mais conseguiu se eleger. Era major e em 1886 foi diretor geral dos índios, no período em que os conservadores estiveram no poder. Foi vereador pelo Município natal em 1887, inspetor do Tesouro em 1888 e presidente da Sociedade de Imigração em 1889. Cf. Bichara (1984), *A Província do Espírito Santo* (16 fev. 1886), *A Província do Espírito Santo* (26 fev. 1888) e *A Província do Espírito Santo* (20 dez. 1889).

Além da publicação das cartas, o político e jornalista fez de seu periódico um meio de apologia às estradas de ferro. Propositadamente, no tempo em que durou o jornal sob esse nome (1882-1889), a palavra apareceu 1266 vezes¹⁸⁹, fazendo propaganda de companhias, noticiando construções e inaugurações de outros lugares, publicando artigos de correspondentes, relatório de obras e até mesmo como pretexto para atacar adversários políticos, acusados de não serem defensores dos interesses da Província. Todavia, era nos momentos festivos em que se destacava, sobretudo se traduzisse algum ganho para os interesses ditos provinciais. Nesse sentido, a reportagem que informava a inauguração da primeira via férrea em terras espírito-santenses foi paradigmática. Sob o título de “Progredior!”, fazia mais uma construção simbólica ao informar que “O dia 16 de setembro [data do acontecido] vai portanto passar para os fastos de nossas datas memoráveis, e entre elas há de figurar como uma das mais imponentes” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 set. 1887, p. 2). Usando essas formas de comunicação, sedimentava no público leitor a relevância desse meio de transporte para a transformação da Província e Moniz Freire, pelo jornal, como guardião dos interesses provinciais.

Outro tema relevante nesse impresso foi da imigração¹⁹⁰. Ele estava vinculado ao anterior. Em discurso, o seu editor e orador oficial da Exposição de 1886 tratou esse assunto como “[...] o maior problema social e econômico desse país”, pois acreditava que “O braço é a força, é a riqueza; tudo o mais é a consequência, o resultado, o produto, e as estradas de ferro vêm neste número semeando novos germens, auxiliando e fecundando os elementos já depositos pelo trabalho na superfície do solo” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 8 jul. 1886, p.2). De nada valeriam boas vias de comunicação se não houvesse população e produção para gerar uma satisfatória dinâmica comercial na região. Isso só seria possível pelo incremento populacional.¹⁹¹

Dessa maneira, o fomento à imigração era peça-chave no projeto de afirmação regional e assim foi trabalhado por Moniz Freire em seu periódico. Thiago de Barros (2007) investigou como esse veículo de comunicação se portou em relação ao assunto, sobretudo por abarcar um

¹⁸⁹ Talvez esse cálculo seja aproximado de seu valor real. Ele foi possível pelo uso do contador de palavras existente no sítio eletrônico da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 02 out. 2014.

¹⁹⁰ Fizemos uso do mesmo método de cálculo utilizado com a palavra “estrada de ferro” para as palavras “imigração” e “imigrantes”. Foram encontradas 581 vezes a primeira palavra e 618, a segunda. Os resultados provam que o assunto tinha igual relevância ao anterior.

¹⁹¹ A população do Espírito Santo, pelo censo de 1872, era de 82137 habitantes. Os dados retirados do recenseamento nacional de 1872 por Nara Saleto (1996).

recorte temporal que coincide com a pior fase da imigração no Espírito Santo, entre 1882 e 1887. Durante esse tempo, houve uma mudança da política nacional voltada para a atração dessa população, agora priorizando as grandes propriedades (ROCHA, 1984), sobretudo em São Paulo, pois além de ter criado dificuldades ao pequeno e médio proprietário de importar mão de obra, abandonou a política de povoamento e formação de núcleos coloniais.¹⁹²

Conforme indica Thiago de Barros (2007), o jornal apresentou uma gama de reportagens afinadas com os grandes proprietários, construindo um discurso elitista. Essas características são coerentes com a influência exercida pela geração 1870, bem como pelo que os editores pensavam acerca da grande propriedade. À sombra dela, para eles, “[...] os capitais centuplicam a sua reprodução de um modo intensivo e extensivo, e assentam em larguíssimas bases a riqueza pública; a atividade não descrê, as empresas não se entibiam, a coragem não desfalece” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 24 jan. 1884, p. 2). Fato similar ocorria em relação ao tema da abolição.

Isso não denotava, porém, repúdio ou desinteresse pelo pequeno proprietário, tampouco pela política de criação dos núcleos coloniais, como notou uma reportagem de 17 de abril de 1885, parabenizando o governo provincial por facilitar os pequenos proprietários do núcleo de Santa Leopoldina a adquirir definitivamente as escrituras de lotes de terra, a despeito de prejuízo para o governo (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 abr. 1885). Prevalecia como eixo norteador o povoamento da Província, não havendo a defesa de um único modelo (BARROS, 2007). Muito menos havia comprometimento exclusivo com a elite rural e com o Estado, o que pode ser comprovado nas críticas ao governo provincial, especialmente quando esteve na mão do Partido Conservador. Adversários locais eram os mais atacados, como o então deputado geral, Costa Pereira.¹⁹³ Em um dos episódios, acusava-o de ser responsável pela chegada de apenas quatro imigrantes na embarcação que havia aportado na Província, em comparação a milhares desembarcados em São Paulo (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 9 fev. 1887). O chefe desse Partido na Província também não escapou. Ao comentar a notícia de que 23 imigrantes estavam insatisfeitos em uma fazenda localizada em São Torquato (Vila Velha), Moniz Freire afirmava que “[...] a tentativa progressista [ou seja, de

¹⁹² Entraram na Província, entre 1882 e 1887, apenas 1.375 imigrantes. Os dados foram extraídos dos relatórios do Ministério da Agricultura de 1883 a 1888 por Gilda Rocha (1984).

¹⁹³ José Fernandes da Costa Pereira Júnior era um político filiado ao Partido Conservador. De origem fluminense, foi ministro dos Transportes e da Agricultura (1873-1875) e dos Negócios do Império (1888-1889). Foi presidente de diversas Províncias, entre as quais a do Espírito Santo, pela qual ocupou o cargo de deputado geral por vários anos (de 1872 a 1875, em 1878 e de 1885 a 1889).

fomentar a imigração] do sr. coronel Mascarenhas^[194], por falta de conveniente direção, não logrará resultados auspiciosos, o que é sinceramente para lamentar” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 27 jan. 1888, p. 3).

Foram poucas as reportagens exclusivamente voltadas para a emissão de opiniões próprias, embora, atuando como *gatekeeper*¹⁹⁵, o jornalista selecionasse aquelas que convinham para não contradizer as ideias defendidas e muito menos prejudicar o fluxo populacional, pequeno mas constante, de estrangeiros que chegavam. Nesse sentido, por produzir um jornalismo relativamente independente e que se autolegitimava como defensor dos interesses provinciais, Moniz Freire rechaçava opiniões que pudessem prejudicar o caminho entendido para o progresso material da região. A apologia ao fenômeno se dava em larga escala, engendrando muitas vezes um jogo aparentemente dúbio: rebatendo críticas exteriores à política imigracionista brasileira e denunciando possíveis abusos cometidos a colonos ou a imigrantes recém-chegados (BARROS, 2007).¹⁹⁶

O esforço para consolidar a lógica da imigração como uma espécie de “tábua de salvação da Província” se completava com a publicação de informes governamentais, convocação de proprietários rurais para enviar pedidos de trabalhadores, editais e notícias de outros lugares. Somava-se a isso a estratégia de fortificar a imagem de seu editor como um deputado combativo, aguerrido e defensor daquela causa na Assembleia Provincial. Quando Moniz Freire apresentou um projeto na instituição para favorecer e estimular a vinda de estrangeiros para a Província¹⁹⁷, o seu veículo de comunicação iniciou uma série de quatro pequenos artigos fazendo apologia a ele e a seu projeto. Anunciando o feito ainda por ocorrer, dizia que o projeto “[...] do talentoso deputado liberal, perfeitamente orientado pelas observações e estudo que ele fez recentemente [...] tem a assinatura de todos os seus colegas da bancada liberal e de alguns conservadores” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 8 ago. 1888, p.3). No dia seguinte, sob o título de *Era Nova*, apresentava aos leitores o triunfo alcançado, “[...] vazado em um molde amplo e patriótico, digno da causa a que ele pretende servir, que é

¹⁹⁴ Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas era o líder do Partido Conservador desde a década de 1870. Foi deputado provincial e chegou ao posto de 1º vice-presidente da Província, falecendo no cargo em 1889, ainda como chefe do partido. Cf. Vianna (2013) e *A Província do Espírito Santo* (21 mai. 1889).

¹⁹⁵ Cf. nota 155.

¹⁹⁶ Episódio ilustrativo foi a cobertura de um correspondente de São Mateus à revolta lá ocorrida, na colônia Santa Leocádia, publicado em duas páginas do jornal, onde informava que os imigrantes foram vítimas de maus tratos e propaganda enganosa (A PROVINCIA, 26 jan. 1889).

¹⁹⁷ Como vimos, esse Projeto nº 27 transformou-se na Lei nº 32, de 1888. Em suma, autorizava o presidente da Província a realizar operações de crédito em até mil contos de reis para desenvolver a vinda de imigrantes para a Província (BICHARA, 1984b).

a causa do futuro e do engrandecimento de nossa Província”. Dava-se contornos de herói. Dizia:

O sr. deputado, não somos suspeitos dizendo, porque a manifestação dos seus colegas confirma o nosso juízo – desempenhou-se brilhantemente da obrigação a que voluntariamente se impusera: ele justificou de modo cabal os intuitos e os fins do projeto, falando cerca de 2 horas (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 9 ago. 1888, p.2).

Semanas depois, um artigo de mesmo título ressaltou o reconhecimento que o projeto teve na Corte por todos “[...] quanto se interessam com ardor pelo desenvolvimento da pátria, pelo aproveitamento sistemático e científico de suas grandes forças [...]” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 21 ago. 1888, p.2). Eram assim qualificados os que estavam em sintonia com Moniz Freire. Por fim, para “[...] provar ao publico que o projeto de imigração não contém utopias, nem virá pôr em embaraços a comissão de orçamento provincial [...]” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 24 ago. 1888, p. 2) apresentou-o em detalhes. Era uma estratégia clara de persuadir o leitor e, ao mesmo tempo, representar o autor como um deputado sensato e consciente do seu ato.

A defesa aguerrida teve sua prova de fogo meses depois. Em outubro, Moniz Freire, pelo jornal, respondeu a um artigo publicado no periódico *Regeneração*, de Benevente (Anchieta). No texto, embora apresentassem a lei como benquista, reclamavam que o ilustre autor não tinha contemplado recursos para a manutenção das estradas que atendessem os colonos. Em seguida, veio a resposta, estruturada em dois momentos. Primeiramente, na defesa do deputado, afirmando que ele “[...] fez o possível para que a lei correspondesse aos seus grandes fins”, estando de alguma maneira contemplada essa demanda no artigo 14, onde estava “[...] consignada a obrigação para a Província mandar abrir estradas nos núcleos” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 30 out. 1888, p. 2), utilizando-se do trabalho do próprio imigrante. Completava a defesa argumentando que, na sessão de 9 de agosto desse ano, ele havia apresentado um projeto à parte atendendo àquele fim, mas que a mesa da assembleia havia feito descaso. O segundo ponto em que se apoiava era a desqualificação daqueles que a ele se opunham, a mesa administrativa, todos componentes do Partido Conservador. Tirando proveito de sua retórica, apelou para a ironia, ao mencionar que se tratando de “[...] assunto sério e importante, a mesa ligou pouco interesse ao caso; os seus melhores afetos tinham de ser distribuídos com os tais projetinhos [...] para acomodar novos afilhados à mesa”. Com uso de hipérbole, justificava que cada “[...] dia de sessão é um montão de projetos inúteis, toleirões, mandando orçar e fazer quanta obra há imaginável por

esse mundo afora [...]” (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 30 out. 1888, p. 2). Acusando o descaso como efeito de perseguição partidária, conclui sua resposta com diversas metáforas e analogias, classificando seus opositores de “Sólons de meia tigela”.

De modo geral, esse conjunto de ideias, valores e visões de mundo, estruturado por uma complexa e interligada rede de distintos canais de comunicação, tornava Moniz Freire cada vez mais popular no seio da elite política e intelectual da pequena Província. Esse fenômeno pôde ser complementado pelo papel atuante de seu periódico que, além de veículo de interação, era responsável por significá-lo como defensor dos interesses de uma coletividade presente nesse espaço politicamente delimitado, a Província do Espírito Santo: por meio da proposição e da defesa de ideias que trariam o “progresso material” ou pelas reivindicações junto a instâncias superiores, que de algum modo pudessem se contrapor a elas. Soma-se a isso a atuação de outros veículos de informação, forjados por não aliados e até por adversários políticos. Eles estavam em interação com o fortalecimento do capital político do personagem, na medida em que reproduziam representações positivas já consolidadas nesse *métier* ou eram incapazes e ineficientes na conformação de estratégias que pudessem reverter tal quadro.

4.3. REPRESENTAÇÕES E CAPITAL POLÍTICO “EM MOVIMENTO”

O periódico editorado por Moniz Freire teve importante papel na construção da sua imagem como defensor dos interesses provinciais, incutindo signos positivos e criando percepções que o favorecessem. Tal processo foi possibilitado inicialmente pela apropriação dos fatos, ou seja, pela produção de interpretações sobre os acontecimentos (CHARTIER, 1990), substrato fundamental ao passo seguinte: a criação de representações positivas. Elas provinham de terceiros ou do próprio personagem, sendo colocadas em circulação, sobretudo pelo próprio jornal.

Os signos positivos compõem uma das modalidades de percepção do nível social, as quais vêm acompanhadas de estratégias e práticas por elas mesmas produzidas. Essas produções “[...] tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002, p.17). Nesse sentido, quando nos referimos aos signos representativos de Moniz Freire (criados por ele ou por terceiros), compreendemos tratar-se de uma imposição de certos créditos, ou melhor, de qualidades que urdiam uma série de

representações positivas a um séquito disposto a acreditar naquilo que estava sendo produzido.

Por representações entende-se um conjunto de práticas cotidianas estruturadas por classificações, nomeações e produções de sentido “[...] pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles” (CHARTIER, 1991, p. 177).¹⁹⁸ Esse conceito interliga três realidades maiores, sendo duas delas mais condizentes com este estudo. São elas: “as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem” e a “‘presentificação’ em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade” (CHARTIER, 1994, p. 108). A imprensa na Província atuava como um dos mecanismos produtores e veiculadores de uma imagem de Moniz Freire, ora positiva, ora negativa, variando conforme o interesse e o contexto políticos. Dessa forma, é possível vislumbrar uma pluralidade de representações — destoantes ou não — em competição, de acordo com os interesses de diversos formadores de opinião, os quais por meio delas almejavam impor uma concepção de mundo social aos simpatizantes ou não do personagem e de suas ações. A segunda realidade é ainda mais ilustrativa. Moniz Freire se tornava o representante de um conjunto de “poderes”, atributos ou qualidades a ele imputados por seu próprio veículo de comunicação, por diversos componentes da elite política local e até mesmo por periódicos adversários. Antes mesmo de se fazer representar porta-voz de uma população preocupada com os rumos econômicos que a Província tomava, já havia adquirido um capital pessoal de notoriedade¹⁹⁹, materializado no atributo de inteligente e bom orador, em condições propiciadas por meio dos canais de comunicação postos em circulação.

Os periódicos filiados ao Partido Conservador são bons exemplos. Para além do “orgulho” dos conterrâneos, por causa do ingresso e a consequente graduação na Faculdade de Direito,

¹⁹⁸ Essas práticas podem ser expressas de várias formas: pela leitura, pela escrita e pela apresentação em público (FERNANDES, 2014).

¹⁹⁹ Capital pessoal de notoriedade (e popularidade) é uma espécie de capital político “[...] — firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’ — é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional de eloquência (BOURDIEU, 2009, p. 190-191).

expressado em *O Espírito Santense*²⁰⁰, os jornais o consideravam político talentoso e inteligente. O elogio se repetiu na posse da nova Assembleia Legislativa Provincial, de maioria do Partido Liberal. A fim de desqualificar os deputados eleitos, o jornal do Partido Conservador reclamava que eles não eram oradores consumados, e não tinham “[...] apresentado escritos, obras ou opúsculos científicos, exceção do Dr. Moniz Freire” (*O ESPÍRITO SANTENSE*, 12 jan. 1882, p.1). Meses depois, ressaltando a posição independente dele dentro do Partido Liberal, definiu-o como “[...] distinto liberal, com ideias mais adiantadas que outros, com a independência e ilustração que o caracterizam” (*O ESPÍRITO SANTENSE*, 2 abr. 1882, p.3). Por sua vez, *A Folha da Victoria* (6 dez. 1883, p.3) o tratava como parte da “[...] plêiade de moços bem preparados”; como se nota, *O Espírito Santense* era menos contido na sua qualificação. Já *O Cachoeirano*, apresentando ao longo da década de 1880 um tom mais amistoso em relação àquele personagem, concorreu do mesmo modo para dotá-lo do “poder” da inteligência, fazendo uso de uma imagem positiva, tanto como jornalista inteligente, ao lado de Cleto Nunes (*O CACHOEIRANO*, 2 dez. 1883), quanto como deputado, junto com Leopoldo Cunha, Horta de Araújo e alguns outros parlamentares. Por serem portadores de inteligências esclarecidas, para o periódico, seriam capazes de identificar quão grande era o potencial da Província (*O CACHOEIRANO*, 22 jan. 1888).

A elite política também construiu uma série de representações em torno do intelecto do jovem deputado. João Aguirre²⁰¹, então colega de Moniz Freire na Assembleia Provincial, mesmo em divergência de opinião afirmou que admirava “[...] a bela inteligência com que [Moniz Freire] é dotado e a ilustração que possui” (*ESPÍRITO SANTO*, 1882, p. 299). Os principais adversários políticos, com quem debatia no parlamento provincial, também produziram representações positivas. Para Domingos Vicente, um dos mais ferrenhos adversários, o jovem político liberal era portador de um talento robusto e brilhante (*ESPÍRITO SANTO*, 1883). Dias depois, em outra dura discussão, por causa da falta de argumentos, Vicente apelou à estratégia retórica da autodepreciação²⁰², dizendo que Moniz Freire

[...] já é bastante instruído, já adquiriu um título que lhe dá ingresso às altas posições; aqueles, porém, que não possuem esses conhecimentos, que não têm esse

²⁰⁰ Cf. Seção 3.

²⁰¹ João Aprigio Aguirre foi um político do Partido Liberal, deputado provincial na 22ª, 23ª e 24ª legislaturas, ou seja, entre 1878 e 1883 (BICHARA, 1984). Foi vereador em Vitória, tornando-se presidente da Câmara Municipal em 1888 (*A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO*, 25 abr. 1888).

²⁰² Trata-se do cleuismo. Cf. nota 186.

título, aqueles que como eu lutam com dificuldades para desempenhar os cargos de que são investidos, aqueles que se vêm nos apuros em que estou me vendo, têm razão para serem mais entusiastas da instrução pública (ESPÍRITO SANTO, 1883, p.190).

Em 1888, o também deputado conservador Rodrigues Junior²⁰³, após travar dura discussão, afirmava que não tinha “[...] a facilidade de meu distinto colega o sr. dr. Moniz Freire em falar, se bem que aceite os apartes [dele] com prazer, todavia eles desviam o meu pensamento” (ESPÍRITO SANTO, 1888, p.101). De fato, esses elogios não eram despretensiosos, na medida em que vinham envolvidos em um contexto argumentativo. Todavia, eles fornecem indícios de que as elites políticas e intelectuais da Província o assimilaram como alguém detentor de um importante intelecto, defensor de boas ideias. A própria condição de orador oficial nos eventos e os elogios aos discursos servem para corroborar esse fato. Não apenas por ter sido ao mesmo tempo político, jornalista e advogado, mas pelas ideias que propunha e a capacidade de expressá-las em público. Essa representação acabou assimilada na historiografia local pelas mãos de seu antigo amigo, Afonso Cláudio. Em uma das obras escritas, além de resgatar a trajetória política e intelectual de Moniz Freire, Afonso Cláudio (1981) apresentou trechos de suas obras escritas e discursos, com o propósito de fundamentar aquilo em que acreditava — o alto nível intelectual do amigo. Nas diversas obras que expôs, ele levantou pistas do que tornava Moniz Freire distinto dos outros atores políticos contemporâneos.

[...] O trecho acima [discurso da inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, proferido em 1895], apanhado ao acaso, serve para documentar suficientemente a proposição que emiti: temos em frente um homem de ideias, acostumado a assimilar as boas doutrinas e a beber nas boas fontes (CLÁUDIO, 1998, p. 287).

Sem se esquecer de sua oratória, identificava outro fator de distinção.

[...] Uma justiça é devida ao moço orador e vem a ser que a sua oração nada tendo em comum com as peças do mesmo gênero no tocante à sensatez das ideias, brilhantemente contrasta com o palavreado incolor e fútil de nossas assembleias políticas (CLÁUDIO, 1981, p. 288).

Vale ressaltar que essa não foi uma obra que objetivava realizar apologia às ideias de Moniz Freire. Afonso Cláudio apresentou críticas e discordâncias sobre algumas ideias de seu amigo,

²⁰³ Antonio Joaquim Rodrigues Junior era membro do Partido Conservador. Foi deputado provincial na 27ª Legislatura (1888-1889), antes, porém, atuou como professor de Filosofia do Atheneu Provincial em 1885 (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 8 out. 1885). Acredita-se que tenha sido filho de Antonio Joaquim Rodrigues, jornalista editor do periódico *O Monarchista* e deputado provincial (21ª Legislatura, entre 1876-1877), filiado ao Partido Conservador (VIANNA, 2013).

como a respeito da alternativa que propôs para acabar com as mazelas das oligarquias. No entanto, sem esvanecer o propósito e a qualidade do trabalho escrito, contribuiu para reforçar as representações acerca do potencial intelectual de seu amigo.

No que tange à representação propriamente política, encontramos diferentes opiniões, variando conforme o contexto político, bem como graus distintos no trato com o personagem. Assim sendo, *A Folha da Victoria* e *O Espírito Santense*, pela orientação partidária conservadora, se comprometeram mais fortemente a atacar a figura pública de Moniz Freire, enquanto *O Cachoeirano*, embora tenha assumido o viés republicano no final da década de 1880, atuou de forma mais comedida, optando por uma relação cordial. Os contextos pesaram nos rumos dos artigos e das publicações para dimensionar a envergadura do capital político adquirido. Das diversas reportagens encontradas nesses impressos, elencamos dois episódios que comprovam a afirmação: a disputa intrapartidária entre Moniz Freire e Leopoldo Cunha, para a vaga de candidato pelo Partido Liberal à deputação geral, pelo 1º distrito²⁰⁴, e a eleição para deputado geral em 1889, em que Moniz Freire foi eleito. O primeiro chama a atenção pelo “apoio” e “reconhecimento” que a oposição lhe atribuiu como legítimo candidato do grupo adversário. O segundo, porque dimensionou a força de seu capital político entre seus pares liberais.

O primeiro episódio ocorreu no ano de 1884. Haja vista a dissolução da Câmara pelo Ministério liberal em setembro e a negativa do chefe do Partido, Alpheu Monjardim, em se candidatar à reeleição, Moniz Freire, então deputado provincial, iniciou uma articulação política com seus correligionários a fim de ocupar esse espaço “vago”, concorrendo com dois correligionários: Aristides Guaraná²⁰⁵ e Leopoldo Cunha. Sua pré-candidatura foi defendida por dois jornais, *O Arado*²⁰⁶ e *O Porvir*²⁰⁷, compondo ambos um quadro de representações positivas a seu respeito: o primeiro, afirmando que ele era quem melhor representaria os

²⁰⁴ A eleição para deputado geral era distrital. No Espírito Santo, havia dois distritos (o 1º, que compreendia a região que ia de Vitória ao norte da Província; e o 2º, que compreendia o sul da capital até a divisa com o Rio de Janeiro) e cada distrito elegia um deputado. Portanto, apenas dois deputados gerais eram eleitos.

²⁰⁵ Aristides Armínio Guaraná foi um político filiado ao Partido Liberal, oriundo de Sergipe, mas com atuação na Província do Espírito Santo. Engenheiro militar de formação, o sergipano foi deputado provincial entre 1880 e 1885 (respectivamente na 23ª, 24ª e 25ª legislaturas). Cf. Bichara (1984) e Vianna (2013).

²⁰⁶ Jornal editado em Vitória, simpatizante das ideias liberais. Durou apenas um ano (1884-1885), sendo substituído por *O Liberal*. Estava sob a redação do político e jornalista liberal José Joaquim Pessanha Póvoa, mas tinha como responsável Domingos da Silva Santos (PEREIRA, 1926).

²⁰⁷ Periódico literário que surgiu em 1884, voltado para os artistas. Era editado na *Typographia da Provincia do Espírito Santo*, mesmo local onde era produzido o jornal de Cleto Nunes e Moniz Freire. Seus redatores eram os jornalistas Francisco de Lima Escobar e Ernestino Francisco do Nascimento (PEREIRA, 1926).

interesses da Província no Parlamento (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 out. 1884), e o segundo, considerando-o liberal distinto, “filho da Província”, talentoso e um daqueles “[...] correligionários, que se sacrificam pela causa do partido e dos amigos e que, na hora extrema, morrem abraçados com a sua bandeira” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 22 out. 1884, p. 3). Em tom “patriótico” de quem “[...] pertence menos a si do que a sua pátria” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 19 out. 1884, p. 3), Moniz Freire renunciava-se como defensor dos interesses provinciais, papel salientado no ano seguinte, pelas cartas escritas ao imperador.

A reviravolta causada pela sua renúncia àquela candidatura foi fator responsável por potencializar as significações positivas em torno de sua imagem. Alegando primar pela harmonia do seu Partido, abdicou, passando a apoiar Leopoldo Cunha. Fazia-se portar como uma espécie de “herói” ou “mártir”, na medida em que garantia a coesão partidária interna mediante sacrifício pessoal. O chefe liberal tratou publicamente tal atitude como louvável e “[...] significativa prova de uma abnegação, que mais o recomenda ao conceito e estima de todos os nossos correligionários” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 05 nov. 1884).

Moniz Freire evitava o desgaste de sua imagem, restando aos demais pretendentes se digladiarem pela vaga, mesmo tendo o chefe liberal declarado apoio a Leopoldo Cunha. Desse modo, iniciou-se uma série de ataques e respostas publicados nos jornais, a maioria em defesa de Leopoldo Cunha, contra o manifesto lançado por Aristides Guaraná, pelo qual esse se negava a desistir de sua pré-candidatura. Nessa querela, há representações positivas para o novo “mártir” liberal. Em um desses ataques, o anônimo “soldado firme” atacava Guaraná de estar “[...] desconcertado com o ato partidário e louvável praticado pelo dr. Moniz Freire, ato que revela não ter ambições políticas com prejuízo de seu Partido” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 20 nov. 1884, p.4). O jornal *O Horizonte*²⁰⁸, que se dizia órgão oficial do Partido Liberal e defensor da candidatura de Leopoldo Cunha, partilhava da mesma opinião. Esquecendo-se de antigas rugas com Moniz Freire, definiu-o como um “[...] nobre exemplo” que “avulta aos olhos de seus comprovincianos e se eleva ao conceito de seus amigos”, conceituando-o como um “[...] dos mais robustos talentos da nova geração, que se prepara nas

²⁰⁸ Jornal editado em Vitória, defensor das ideias do Partido Liberal, durante os cinco anos de sua existência (1880-1884). Tinha como redator-gerente o jornalista e político liberal Maximino Maia. Foi substituído por *O Liberal* (PEREIRA, 1926).

lides políticas” (O HORIZONTE, 08 nov. 1884, p. 2). Além disso, afirmava que seu Partido se orgulhava por contar com ele, considerando-se sua nobre iniciativa que o harmonizava.

O *Cachoeirano* demonstrava compartilhar o mesmo sentimento. Semanas após ter reproduzido reportagem de *O Arado*, em que a candidatura de Moniz Freire era estimada, informava que jovem político havia desistido de sua candidatura, definindo tal feito como “[...] um exemplo de abnegação política em bem dos interesses provinciais” (O CACHOEIRANO, 16 nov. 1884, p. 3) ao evitar séria divergência, o enfraquecimento e desânimo do Partido, atitude que o periódico considerava não poder ser esquecida.

Por sua vez, os dois principais jornais conservadores aproveitaram a oportunidade para tentar jogar Moniz Freire contra seu Partido ou, pelo menos, transmitir a seus leitores a ideia de que havia uma grande cisão política no seio liberal. Um anônimo de codinome *Anhanguera* apontou que Alpheu Monjardim impunha indevidamente a candidatura de Leopoldo Cunha. A partir dessa acusação, aconselhava os “pugnadores da causa do Sr. Dr. Moniz Freire” a não se molestarem e, em tom elogioso àquele candidato, reconhecia que ele tinha “[...] o direito de primazia e superioridade de elementos [...] ao seu competidor [Leopoldo Cunha], que, além de revelar egoísmo e uma política especulativa, deixa ressaltar muita audácia [...]” (O ESPIRITO SANTENSE, 7 set. 1884, p. 2). Quando informado da desistência, o editor Bazilio Daemon acusou aquela atitude de ter sido injustamente forçada pelo chefe liberal, o qual, em troca, cedia a Moniz Freire um cargo no diretório do Partido e o ludibriava com a promessa de uma futura e fatídica candidatura, no pleito seguinte. Do mesmo modo, ele lamentava que “[...] *um dos mais robustos talentos da nova geração que se prepara nas lides políticas* ficou assim com o *bico nágua a morrer à sede*, ao ver desvanecerem-se suas esperanças a ser eleito deputado”, o qual, por aspiração legítima, merecia ser o candidato por ter “[...] estado sempre na vanguarda do movimento político, em bem da causa do partido a que pertence!” (O ESPIRITO SANTENSE, 9 nov. 1884, p. 1, grifo do autor).

De forma mais comedida, *A Folha da Victoria* publicou reportagens atacando a candidatura de Leopoldo Cunha e sutilmente legitimando a pretensão de Moniz Freire. O artigo, assinado por “um eleitor liberal”, entendia ser esse último o grande defensor do Partido no 1º distrito e, portanto, merecedor da vaga, como inteligente e filho da Província, em contraposição a seu concorrente, cuja candidatura era vista como imposição do chefe liberal local (A FOLHA DA VICTORIA, 02 nov. 1884). Na semana seguinte, após a renúncia do primeiro e o apoio do chefe liberal a Cunha, o mesmo autor reiterava a pretensão ilegítima dessa candidatura,

acusava o Partido Liberal de atitude indigna e conclamava os correligionários a sustentar a extinta candidatura (A FOLHA DA VICTORIA, 09 nov. 1884).

A reação da oposição por intermédio dos impressos conservadores não pode ser interpretada como um apoio à candidatura de Moniz Freire, entretanto traduziu a opinião em torno de uma pretensão, significada como legítima. Esse conjunto de notícias denota um velado reconhecimento, por parte da elite política opositora, da relevância do personagem e do seu lugar como “filho da Província” e consequente defensor dos seus interesses, na medida em que Leopoldo Cunha era representado como um “forasteiro”, ora como representante do 2º distrito, ora como um “não espírito-santense”. Os artigos publicados nesses jornais, mesmo assinados por pseudônimos, devem ser levados em consideração porque tinham o consentimento dos editores, *gatekeepers*, para a publicação.

Esses episódios revelam a envergadura do capital político que Moniz Freire adquiria ao longo de sua emergente carreira política. Segundo Pierre Bourdieu (2009), de modo geral o capital político é estruturado na crença e no reconhecimento de um homem político, como portador (ou representado enquanto tal) de algo que faça jus a uma crença e obediência, como a notoriedade/popularidade, o carisma (capital heroico ou profético) ou a delegação de uma autoridade por alguma instituição, nesse caso o partido político. Identificamos pistas que apontam para a conformação de um capital heroico, seja pelo sacrifício intrapartidário, seja pela própria representação como alguém preocupado em defender os interesses da Província.

Entre os correligionários, percebemos que o crédito e a confiança se evidenciaram em 1889, quando Moniz Freire havia se tornado — juntamente com Leopoldo Cunha — o delegado liberal do Espírito Santo²⁰⁹, no congresso nacional do Partido (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 04 jun. 1889). Não por acaso, era seu palacete ponto de encontro e reunião dos principais aliados liberais da Província, hospedagem para os importantes correligionários que passavam pelo Espírito Santo²¹⁰, além de ponto de festejos, como na ocasião da ascensão do gabinete liberal do visconde de Ouro Preto, em junho de 1889. Agia como intérprete do eleitorado liberal nos discursos ou, pelo menos, era assim que seu jornal o representava (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 19 jun. 1889), sendo tudo isso

²⁰⁹ Sua representação valia para o 1º distrito eleitoral.

²¹⁰ Além de hospedar Leopoldo Cunha, servindo de ponto de reunião entre ele, o residente e o chefe liberal, a casa serviu para receber dois políticos liberais recém-nomeados para a presidência de algumas das Províncias. Respectivamente Henrique d’Avila (Ceará), Gama Rosa (Paraíba) e Fausto Barreto (Rio Grande do Norte). Cf. **A Província do Espírito Santo** (02 jul. 1889).

publicado nas suas páginas. Por meio do periódico, ressaltava-se o papel que Moniz Freire tinha dentro do Partido. Presença em inaugurações, visitas aos correligionários do interior, tudo era registrado para dar conta de uma atuação representada como incessante e servia para recrudescer a estratégia de se criar em torno dele uma imagem positiva. As saudações eram constantemente publicadas, vindas de diversos cantos da Província, como a ocorrida em Santa Leopoldina, nos festejos da ascensão do gabinete liberal (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 04 jul. 1889).

À posição de representante do Partido somou-se o papel de líder em manifestações populares. As atuações destacadas em dois importantes *meetings* desnudaram a sua capacidade de interação política também perante um aglomerado significativo de pessoas, que não necessariamente compunham os quadros do partido ou das associações das quais fazia parte. Em 1885, por exemplo, na manifestação pacífica contra a transferência da Companhia de Aprendizes Marinheiros para a Bahia, atuou como orador, bem como um dos membros da comissão a se reunir com o presidente da Província e a telegrafar ao ministro da Marinha. A *Província do Espírito Santo* (20 jun. 1885, p. 2) ao noticiar o evento, informava que o povo “[...] deu vivas ao sr. dr. Presidente da Província [Laurindo Pitta] e ao nosso colega Moniz Freire”. Anos depois, para protestar contra a falta de água na capital, juntamente com Afonso Cláudio, liderou o *Meeting Água e Luz ao Povo!*, sendo procurador dos 1.800 populares presentes ao evento. Além disso, Moniz Freire foi orador e um dos condutores desse contingente ao Palácio presidencial (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 11 abr. 1889).

Além de popular, ele havia articulado uma rede de apoio entre correligionários locais, regionais e até nacionais, consubstanciada em certo “prestígio”, como alguém que se esforçava e batalhava pelo Partido — como dito na carta dos eleitores de Viana, escrita para seu jornal (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 20 jun. 1889) — e pela Província, como “[...] denodado defensor de nosso futuro”, conforme as palavras de eleitores que se diziam não liberais do Cachoeiro de Santa Leopoldina. De certo modo, até os adversários compreenderam a força e o reconhecimento que ele havia adquirido. Os republicanos de *O Cachoeirano* (15 set. 1889, p.2), por exemplo, o definiam como alguém “[...] que sempre combateu em prol de seu partido [até mesmo] durante o ostracismo”. Já os conservadores, utilizando *A Folha da Victoria*, apesar de tecerem algumas críticas às apologias publicadas em *A Província do Espírito Santo* sobre Cleto Nunes e Moniz Freire, não puseram em dúvida os reconhecimentos recebidos das diversas localidades.

É possível atrelarmos o crescimento dessa rede de alianças e seu decorrente capital político, se observarmos sua presença e atuação nas diversas instituições. No movimento abolicionista, na associação pró-imigração, na imprensa, na irmandade do Santíssimo Sacramento da Santa Casa da Misericórdia. Na maçonaria, desde 1882 como membro da Loja *União e Progresso*²¹¹, a atuação foi mais discreta, mas não é difícil supor que tenha alcançado grande apoio ali, onde Cleto Nunes ocupava importantes cargos e funções. Além disso, é forçoso reconhecer que as ideias e os esforços relativos à disseminação da instrução e ao combate à escravidão por parte da loja denotam uma sintonia de valores entre ele e boa parte dos demais componentes (ACHIAMÉ, 2010). Havia também a presença nas instituições políticas mediante os cargos eletivos, tanto na função de vereador (e presidente da câmara), quanto na de deputado provincial. Para exemplificar, o Quadro 1 resume sua atuação na Assembleia Provincial.

QUADRO 1 – Atuação de Moniz Freire na Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (1882-1889)

ANO	PREDOMINÂNCIA PARTIDÁRIA	PRESENÇA DE MONIZ FREIRE	
1882-1883	LIBERAL	ELEITO	DIVERSAS COMISSÕES;
1884-1885	LIBERAL	ELEITO	- VICE-PRESIDENTE; - DIVERSAS COMISSÕES;
1886 – 1887	CONSERVADOR	NÃO SE CANDIDATOU	---
1888-1889*	CONSERVADOR	ELEITO	NENHUMA COMISSÃO;

Fonte: *A Provincia do Espírito Santo* (1884, em diversas datas), Bichara (1984) e *Annaes...* (1883, 1885 e 1888).

Nota: * Não houve *quorum* nas reuniões da Assembleia Provincial no ano de 1889.

Sob a predominância liberal na Assembleia, Moniz Freire ocupou diversas comissões, chegando à vice-presidência da Casa. O ano de 1888 foi o mais difícil, não atuando em nenhuma comissão, porquanto a presidência da instituição se encontrava na mão dos conservadores. No entanto, realizou a “façanha” de compor a pequena parcela liberal eleita no duro pleito dominado nesse ano pelos conservadores, tornando possível dimensionar a envergadura do crédito e da confiança que nele estavam sendo depositados. Compondo a minoria, a atuação partidária destacada (BICHARA, 1984) o levou a ser tratado, em diversas vezes, como *leader* liberal por seus adversários, mesmo presente àquela legislatura o legítimo

²¹¹ A Loja Maçônica *União e Progresso* foi fundada em 1872, tendo sido seu pai um dos instaladores, um mês antes de falecer. Cf. Fraga (s.d.).

chefe político de seu Partido.²¹² Assim, o fortalecimento de seu capital político ao mesmo tempo explica e é em parte explicado pela decisão do Diretório Liberal acerca de sua candidatura à deputação geral pelo 1º distrito. Diferentemente de 1884, a opção por sua candidatura tornara-se unânime. Desse modo, coube a Leopoldo Cunha a única opção de eleger-se pelo 2º distrito, descontentando membros do Partido, oriundos daquela região, os quais pleiteavam a vaga para José Feliciano Horta de Araújo (O CACHOEIRANO, 25 ago. 1889).

A vitória por ampla diferença de votos em relação aos demais concorrentes, entre os quais Mattoso Câmara²¹³ (630 a 281), revelou primeiramente a força política que os liberais aglutinaram em torno de sua pessoa. Diferentemente dos conservadores, cindidos em duas candidaturas, Moniz Freire não enfrentou concorrência interna ou qualquer oposição aberta. Ademais, levando-se em conta que o pleito era dominado pelo grupo liberal, essa expressiva votação pôde ser potencializada, considerando-se duas argumentações de Miriam Dolhnikoff e outros (2012): a primeira, acerca da impossibilidade de se medir o quantitativo de contaminação pela fraude que sofria o processo eleitoral; a segunda, sobre a dificuldade do presidente de Província em garantir a vitória de seu Partido nos pleitos eleitorais locais, mormente quando ocorriam após dissolução da Câmara, já que era garantido ao mesmo cidadão, participante da eleição que havia formado a Câmara dissolvida (caso da eleição de 1889), participar do processo eleitoral seguinte.²¹⁴

De modo geral, tanto a candidatura única pelo Partido quanto a vitória expressiva revelaram que a representação de Moniz Freire como “heroico” correligionário — o qual se “sacrificava” e “lutava” cotidianamente pelos ideais liberais e de defensor dos interesses provinciais — quedava no imaginário de boa parte do eleitorado e da elite política liberal. Ela veio ilustrada nas saudações que recebeu como jornalista liberal e, sobretudo, no banquete a

²¹² A atuação de Moniz Freire o levou, por diversas vezes e vários anos, a ser chamado de *leader*, tanto por Domingos Vicente, em 1883 e 1885, quanto por Rodrigues Junior em 1888. Essas informações se encontram nos Anais da Assembleia Provincial dos respectivos anos mencionados.

²¹³ Joaquim Mattoso Duque Estrada Câmara era filho de José Mattoso de Andrade Câmara, ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1876-1886). Advogado e escritor, além de político do Partido Conservador, foi também deputado geral pelo Espírito Santo entre 1886 e 1889, até a dissolução da Câmara pelo gabinete liberal do visconde de Ouro Preto. No pleito de 1886, sob predomínio do gabinete ministerial do conservador barão de Cotegipe, derrotou Moniz Freire, apesar da feroz campanha da qual foi alvo pelos liberais, por ser até então “[...] completamente desconhecido na nossa Província, e, como tal, não pode encarar os destinos dela com o mesmo interesse com que visam aqueles que têm influencia própria”, segundo manifesto de políticos espírito-santenses que viviam na corte. Cf. **A Província do Espírito Santo** (18 nov. 1885, p.2) e **O Cachoeirano** (22 nov. 1885, p. 3).

²¹⁴ Lei n. 387, de 19 de agosto de 1846.

ele destinado após sua vitória. “Verdadeira festa democrática, onde se encontraram e abraçaram em respeitosa intimidade todas as forças de nossa sociedade [que teve] a correção e o brilhantismo do mais fidalgo banquete aristocrático” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 22 set. 1889, p. 2), tal encontro marcou a confluência e a deferência dos chefes liberais locais, simbolizado nos brindes e cumprimentos a Moniz Freire, a quem até os republicanos, talvez para explicar a expressiva vitória eleitoral, definiram como “[...] sem contestação um dos melhores talentos — senão o maior — da atual geração espírito-santense” (O CACHOEIRANO, 22 set. 1889, p. 1).

Para além das razões do fisiologismo partidário e da obediência à chefia política, Moniz Freire foi simbolizado como merecedor da vitória e como componente do seletivo grupo do qual “[...] a *nação eleitoral* poderá gloriar-se”, segundo um jornal da corte (DIÁRIO DO COMERCIO, 10 set. 1889, p.1, grifo do autor). Nesse sentido, não é por coincidência que as revelações de heroísmo e faculdades “mágicas”, isto é, as qualidades excepcionais que Max Weber (1997) entende serem componentes da dominação carismática, aparecem no singelo poema escrito pela Sociedade Litteraria Atheneu da Victoria ao então futuro deputado geral. Em seus últimos versos, no jornal *A Província do Espírito Santo* (08 nov. 1889, p. 2), a mocidade da escola dizia:

Já foste d’esta falange
N’estas guerras já andaste!
Foste sempre o preferido
Em defender o – Estandarte!

Quem é que póde esquecer
Entrós louros do combate,
O teu nome, Moniz Freire,
Nunca em refém ou resgate?

D’essa plêiade valente
Do nosso velho Atheneu,
Tinhas a aureola do genio
Ou o fogo de Prometheu!

Por isso é justa a homenagem
Tributada ao lidador;
Pódes voar, altaneiro
Publicista e orador

Em virtude de desencontro no desembarque de Moniz Freire, em Vitória, no dia 8 de novembro, esses versos não puderam ser declamados pessoalmente, mas foram publicados

para a comunidade interpretativa²¹⁵ que se estruturou ao longo de quase uma década de trajetória na vida pública. Nesse curto espaço de tempo, Moniz Freire havia conseguido adquirir, por esse conjunto de representações, um poder simbólico suficientemente capaz de alçá-lo, ainda que timidamente, às portas do “clube”²¹⁶, permitindo a fabricação de respeito, admiração e até submissão (CHARTIER, 1991), relações que servirão de base para alcançar a liderança e o principal cargo político do Espírito Santo, já na República.

²¹⁵ Por comunidade interpretativa entendemos um conjunto de pessoas ou instituições que comungam uma mesma representação e referenciais sobre alguém ou alguma coisa. Cf. Chartier (1991) e Fernandes (2014).

²¹⁶ Expressão utilizada por Carvalho (2003) para se referir ao círculo interno da elite política. Tratava-se dos mais altos cargos político-administrativos do Império, tais como: presidência da Província, ministério, senatoria e Conselho de Estado.

5 CRISE DE LEGITIMIDADE E VAZIO DAS INSTITUIÇÕES: CONDIÇÕES PARA A EMERGÊNCIA POLÍTICA DE MONIZ FREIRE NA REPÚBLICA (1889-1892)

Uma das preocupações mais frequentes, quando se estuda a dominação carismática, diz respeito ao nascimento do líder carismático. De modo especial, a atenção se volta para entender como e sob quais condições esse fenômeno ocorre. Weber (2004), quando analisa a essência dessa relação, dedica uma parte de seu estudo a esse assunto, especificamente no ponto em que explica a rotinização desse poder.²¹⁷

A criação de uma dominação carismática, no sentido “puro” aqui exposto, é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas, ou de ambas em conjunto. Nasce da excitação comum a um grupo de pessoas provocadas pelo extraordinário, e da entrega ao heroísmo, seja qual for o seu conteúdo (WEBER, 2004, p. 331).

A rigor, o intelectual alemão não se preocupou nesse estudo em realizar uma análise minuciosa dos fenômenos “extraordinários”, nem sequer de exemplificá-los. E, se por um lado, ao tratar do tipo “puro” na definição, realiza uma referência teórica no sentido de que é inatingível nessa condição, por outro, não nega a emergência desse processo em condições tangíveis (isto é, não puras). Esse fato pode ser ilustrado pelo aparecimento de chefes carismáticos em diversas épocas e lugares, sendo que no Ocidente ele assume o papel de chefe político (WEBER, 1969). Outro ponto relevante se refere à confluência, quando não atuando em separado, de situações “extraordinárias” externas e internas, psíquicas, para condicionar a emergência de um líder com características carismáticas. Tendo em vista a maior dificuldade consensual entre os autores a respeito das condições internas capazes de produzir esse fenômeno (AYALA, 2001), os quais se enveredam por hipóteses e conceitos psicológicos que fogem à alçada da presente tese²¹⁸, trabalhamos, em especial nesta Seção,

²¹⁷ Para Weber (1997), a rotinização do carisma pode ocorrer com o desaparecimento do portador do carisma e a passagem de sua autoridade a seus líderes.

²¹⁸ Em sua tese de doutorado, na qual discute as metamorfoses e a natureza histórica do conceito de carisma político, Maria Blanca Ayala identifica uma série de autores que se enveredam pela seara das influências psicológicas. Um deles é David Aberbach, que, seguindo uma linha próxima de Weber, defende a hipótese de que o mundo interior traumatizado do líder carismático em confluência com um contexto externo de crise política produz a relação carismática. Um dos mais importantes traumas interiores para David Aberbach seria a perda de um ente querido na infância, mormente o pai ou a mãe. Deixamos aqui a possibilidade de maior averiguação acerca de nosso personagem central, Moniz Freire, o qual perdeu seus pais na infância, uma vez que não nos enveredaremos por essa seara. Encontramos igualmente uma análise dos aspectos psicológicos na obra de Raoul Girardet (1987), quando se propõe a estudar o mito político do “salvador”, embora trate com igual importância as condições extraordinárias externas. É com essas últimas que dialogamos neste estudo.

com as condições “extraordinárias” externas que sinalizam a emergência dessa modalidade de liderança, no alvorecer do regime republicano.

Antes, contudo, é preciso averiguar como podem ser compreendidas as condições “extraordinárias” apontadas por Weber. Nessa perspectiva, Maria Blanca Ayala (2001), ao historicizar o conceito de “carisma” e suas transformações, aponta que a relação “emergência de um líder/contexto de crise” tem seus primórdios em Maquiavel (1998), tornando-se *a posteriori*, apesar de alguns acréscimos, um consenso entre os autores que se propuseram a debater e trabalhar com o conceito de carisma político. Além disso, observando diversos autores, a pesquisadora ilustra essa situação negativa como sendo “[...] momentos de crise e mudança social, [...] fratura e confusão”, permitindo ao líder carismático se tornar “[...] o guia a seguir que dá coesão interna e simboliza os desejos, as esperanças de conquista por parte de seus seguidores e pela sociedade em geral”²¹⁹ (AYALA, 2001, p.229-230, tradução nossa). Ela também esclarece a relação, nas sociedades ocidentais, entre o líder e o contexto “caótico” do qual emerge na modernidade²²⁰: ele é um guia laico, que possui o dom da política, o que o capacita para “[...] transformar, melhorar a sociedade e os problemas individuais, além de elevar a própria nacionalidade, a comunidade”²²¹ (AYALA, 2001, p.190-191, tradução nossa). É por esse caminho que enveredamos.

Nessa perspectiva, dois autores merecem destaque ao partilharem dessa ideia. O primeiro deles é Pierre Bourdieu (2009). Sob a influência weberiana, em estudo acerca das representações políticas, ele destaca as espécies de capital político. Destaque-se aquela referente ao capital “[...] heroico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de ‘carisma’”, o qual surge “[...] em uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos” (BOURDIEU, 2009, p. 191). Trata-se, portanto, de um ato de natureza heroica em um momento em que as instituições não estão

²¹⁹ Do original “[...] El liderazgo carismático tiende a aparecer en momentos de crisis y cambio social como tal es fruto del caos, o de situaciones donde hay fracturas y confusión, el líder carismático se convierte en el guía a seguir que da cohesión interna y simboliza los anhelos, las esperanzas de consecución por parte de sus seguidores y por la sociedad en general.”

²²⁰ Maria Blanca Ayala (2001) diferencia, em sua tese, “modernidade” de “modernidade avançada”, partindo do princípio de que a primeira é pautada pelo processo de racionalização e secularização da sociedade (século XIX e primeira metade do século XX), momento de racionalização do carisma; e a segunda, pautada pela globalização e crise de identidades, momento em que o carisma do líder é reforçado pelo uso de sua imagem através dos novos meios de comunicação (pela internet e televisão), em síntese.

²²¹ Do original “El líder político carismático en la modernidad puede ser, y es en la mayoría de ocasiones en las sociedades occidentales, un individuo laico al cual se le atribuye el don de la política y por tanto la capacidad de transformar, mejorar la sociedad y los problemas individuales, además de elevar la propia nacionalidad, la comunidad”.

presentes, o que de certa forma permite que ele preencha essas lacunas deixadas pelos “vazios”, representando-as ou ao menos suplantando a necessidade por essas instituições.

A constituição do capital heroico ou profético nos aproxima do segundo autor, que também dialoga com Max Weber: Raoul Girardet (1987). Trabalhando sob a perspectiva dos mitos políticos, o historiador identificou quatro daqueles que forjavam o imaginário político francês. Um deles se refere ao mito do “salvador”, que emerge em épocas de crise de legitimidade, apresentando-se capaz de resolver a situação conflituosa e caótica existente, mediante a instauração de uma época de prosperidade. Por isso, ele é engendrado por duas imagens distintas ou por, pelo menos, uma delas: a de pai (protetor) e a de líder (guia profético). Por agora, interessa-nos demonstrar que, de modo similar, Raoul Girardet correlaciona um contexto de crise à emergência de um “profeta”, do “herói salvador”, do guia, que se propõe a ocupar os espaços deixados pelas instituições, conformando uma nova legitimidade. Embora não trabalhe com o termo carisma, há uma estreita associação entre o papel do “salvador” e a espécie de capital político “heroico”.

Os autores apontados, sobretudo Weber, na medida em que nos oferecem subsídios para o entendimento da relação entre a emergência de um líder carismático e o contexto de “crise”, representam os principais referenciais desta Seção, que investiga o contexto e as condições favoráveis ao ressurgimento político de Moniz Freire, no período republicano. Assim sendo, partimos do pressuposto de que esse personagem se enquadra no modelo apresentado e, para tanto, estruturamos esta Seção em duas subdivisões. Na primeira, trabalhamos as noções de “crise de legitimidade”, estabelecida por Girardet (1987), e a de “vazio das instituições”, de Bourdieu (2009), para investigar o contexto político dos primeiros anos da República, a fim de comprovarmos a emergência de um quadro de crise de legitimidade, mormente na esfera política, e a produção de Floriano Peixoto como “salvador” do regime instituído. Já na segunda parte, mostramos os rebatimentos desse tumultuado contexto no Espírito Santo e de que modo possibilitou a Moniz Freire ser alçado aos postos de principal protagonista dos rumos políticos tomados no Estado e de principal líder da facção dominante.

5.1 O CENÁRIO NACIONAL COMO PANO DE FUNDO

Crise de legitimidade e vazio das instituições: são esses conceitos que aplicamos para entender o período republicano em sua infância, isto é, na primeira década, em especial nos

governos militares e seus rebatimentos nos Estados, sobretudo no Espírito Santo. Pela análise de Raoul Girardet (1987) a respeito da emergência do líder salvador, encontramos a identificação de um contexto de crise de legitimidade como cenário propício, o que se tornou lugar-comum para uma gama de autores que se debruçam sobre o estudo da liderança política carismática. As formas de construção analítica nem sempre convergem para as mesmas palavras, mas não é difícil perceber aspectos em comum ou que se completam quando a questão é analisar as condições propícias para o aparecimento de um líder em torno do qual se agregam multidões. Pierre Bourdieu (2009) é um exemplo ao falar em vazio das instituições.

Mas, afinal, de que crise e de que legitimidade Raoul Girardet discorre? Primeiramente, o historiador francês indica que esse elemento está intimamente vinculado às vicissitudes da história nacional, como o percurso produzido entre diversos episódios, definidos por ele como “momentos de efervescência” e “momentos de remissão”. Em sua análise, remete-se à França, mas, de igual modo, é aplicável ao estudo de outros países. Em seguida, reconhecendo a complexidade da noção de legitimidade, estabelece uma definição própria e simplificada, que adotamos.

A noção de legitimidade não corresponde a nada além do reconhecimento espontâneo da ordem estabelecida, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam. Todo poder pode, em última análise, aparecer como legítimo quando, para a grande massa de opinião e no segredo dos espíritos e dos corações, a manutenção das instituições estabelecidas é reconhecida como evidência fatual, escapando a toda contestação, ao abrigo de todo questionamento (GIRARDET, 1987, p. 88).

Desse modo, a crise de legitimidade ocorre quando

[...] às perguntas colocadas em relação ao exercício regular do poder, as respostas deixam de parecer evidentes, de impor-se como “pertinentes e peremptórias”. É então que o dever de lealdade perde seu valor de exigência primeira. Que, silenciosa ou violentamente, se desfazem ou se rompem os liames da confiança e da adesão. Que o governado, quer seja súdito ou cidadão, deixa de reconhecer-se no sistema institucional com o qual se havia até então mais ou menos tacitamente identificado. O poder, os princípios sobre os quais repousa, as práticas que põe em ação, os homens que o exercem e que o encarnam são, doravante, sentidos como “outros”, fazem figura de inimigos ou estrangeiros... (GIRARDET, 1987, p. 88-89).

Em suma, a legitimidade passa pelo reconhecimento da população aos princípios que possibilitam que um determinado grupo ou um indivíduo a governe, enquanto a crise vem acompanhada da não aceitação, da desconfiança com relação àqueles que ocupam o referido cargo. É nos interstícios de legitimidade, portanto em momentos de conflito e incerteza, que emergem os apelos em prol de um salvador, detentor de um capital político heroico. Quanto

ao vazio (ou o silêncio) das instituições, definido por Pierre Bourdieu (2009) como condição para o aparecimento do portador do capital político heroico, isto é, do carisma, remete-se não necessariamente ao desaparecimento de instituições políticas, como o próprio Estado, mas à sua incapacidade de se fazer reconhecer, conforme Raoul Girardet (1987), pela grande massa de opinião.

Assim sendo, apresentamos duas indagações. A primeira delas se refere a quem compunha a massa de opinião após a proclamação da República. Embora Raoul Girardet não estabeleça uma análise profunda sobre o que entende como “massa de opinião”, é possível desvendarmos algumas pistas. Ele deixa entrever que a crise de legitimidade passa pela desconstrução da lealdade entre os súditos ou cidadãos e os governantes. Eliminamos o termo “súdito” do incipiente cotidiano republicano, pois prevalecia a definição de cidadãos, o que remete à questão da cidadania na Primeira República. Por ter sido analisada por diversos autores²²², vamos nos ater à questão da participação eleitoral a fim de definirmos o tamanho da “massa de opinião” entendida como “qualificada” para exercer o direito de votar, em outros termos, a “cidadania ativa”.²²³ Nessa perspectiva, é a partir do decreto de 19 de novembro de 1889, posteriormente referendado pelo *Regulamento Alvim*²²⁴, que o novo regime definiu os limites da participação política para a primeira eleição. Quase uma reprodução fidedigna da Lei Saraiva de 1881, quando se refere à exclusão da esmagadora maioria da população. A diferença ficava por conta de que, em relação à lei do Império, os republicanos não preservaram o voto censitário, dando o exercício dessa prerrogativa a 2% da população do país (CARVALHO, 2004).

Evidente que não podemos reduzir a “massa de opinião” apenas a essa pequena porcentagem da população nacional, o que nos remeteria a desconsiderar as manifestações populares ocorridas após o golpe republicano. No entanto, as camadas populares não protagonizaram, mesmo quando presentes, os episódios que forjaram a crise — ou melhor, as crises — de legitimidade dos primeiros anos republicanos. Logo, a melhor forma de encontrar essa “massa

²²² Sobre a questão da cidadania na Primeira República, cf. José Murilo de Carvalho (2004), Marco Antonio Villa (2011), Maria Efigênia de Resende (2006) e Renato Lessa (1999).

²²³ Por “cidadania ativa” entendemos os cidadãos que possuíam direitos civis e políticos (CARVALHO, 2004).

²²⁴ Regulamento eleitoral publicado em 23 de junho de 1890, ficou também conhecido como “lei do arrocho”. Regulamentou a eleição para o Congresso Nacional Constituinte, realizada naquele ano. Definiu as condições de elegibilidade e de cidadania. Delegava às autoridades locais o poder de organizar as eleições. Ganhou o nome *Regulamento Alvim*, pois foi assinado pelo ministro e secretário do Estado dos Negócios do Interior, José Cesário de Faria Alvim. Cf. Carone (1975), Lessa (1999) e <<http://www.tre-ba.jus.br/arquivos/tse-legislacao-historica-eleitoral-brasil-republica>>. Acesso em 26 mai. 2015.

de opinião” que contribuiu para a instabilidade política do regime, geradora de crises iniciais, é tratar com especial atenção os dois segmentos mais evidentes na sociedade àquele momento: as oligarquias e as Forças Armadas.

O primeiro se constitui dos grupos dominantes que se apossaram das máquinas estaduais, envolvendo, em sua maioria, civis, tanto republicanos históricos, quanto aqueles “de última hora”. Eles compunham as elites políticas atuantes nos Estados e no Congresso Nacional, que em muitos casos eram siamesas. Não eram grupos coesos, havendo sérias disputas, variando o grau de violência, pelo controle dos governos estaduais em praticamente todos os Estados (CARONE, 1983). O que significava, em outros termos, o controle das eleições e da geração de atores políticos para as esferas regional e nacional. Esses grupos fechados contribuíram para a instabilidade republicana — sobretudo os que se encontravam marginalizados em face da facção dominante, a fim de reverter essa situação através da força — a ponto de, mesmo que indiretamente, colaborarem até para a renúncia de Deodoro da Fonseca.

As Forças Armadas, por sua vez, representavam um poder desestabilizador na Primeira República, fato já constatado por José Murilo de Carvalho (2005). Embora nunca tivessem sido coesas, elas atuaram política e militarmente, sobretudo após o golpe republicano de 1889. Estavam sustentadas pela ideologia do “soldado-cidadão”, princípio tecido ainda no ambiente de descontentamento com os políticos civis do Império. Apesar de esse papel ter sido quase exclusivo do Exército, a Marinha também entrou em cena, comandada por membros da alta oficialidade, como Custódio de Mello e Saldanha da Gama, nas “Revoltas” da Armada, responsáveis por depor Deodoro e criar grandes problemas no governo seguinte, de Floriano. As clivagens internas às duas instituições militares similarmente deram um tom especial, conformando um quadro caótico de conflitos entre ambas ou, internamente, entre setores do Exército ligados a Benjamin Constant e Deodoro. Constituíam uma massa de opinião na medida em que aprovavam ou vetavam determinada ação ou governo, sendo caso paradigmático o descontentamento da Marinha após 1889, preterida pelo Exército em recursos e investimentos (CARVALHO, 2005). Eis as bases para crises de legitimidade, gerando turbulências que nutriam novas crises, por mais que fossem as próprias Forças Armadas, constantemente divididas, a reprimi-las, ao custo de seu próprio enfraquecimento perante os civis (LESSA, 1999).

Conhecidos os principais componentes da “massa de opinião” republicana e protagonistas das crises, ao menos dos primeiros anos do regime, apresentamos a segunda questão: como as

corporações militares e as elites políticas criaram um ambiente de incertezas, momento de vazio/silêncio das instituições e de interstício, entre os períodos de legitimidade, capaz de produzir um “salvador” detentor de capital político heroico, seja em nível nacional, com Floriano Peixoto, seja em nível regional, com Moniz Freire.

Para tanto, analisamos os aspectos político, econômico e social entre 1889 e 1892, recorte temporal que abarca por inteiro o governo de Deodoro e o início do governo de Floriano, o qual se reveste de importância, pois antecede a chegada de Moniz Freire ao governo estadual. Tomando por base as inúmeras narrativas existentes sobre esse conturbado recorte temporal, vamos nos ater às crises institucionais, de maior envergadura, suficientemente capazes de comprometer a legitimidade do governo e até mesmo do regime recém-implantado.

A implantação da República eliminou importantes instituições monárquicas que conferiam alguma estabilidade política ao regime, a exemplo do Conselho de Estado e do Poder Moderador, o qual servia de árbitro em conflitos institucionais e possibilitava alternâncias político-partidárias. De forma geral, com o novo regime, os canais institucionais solucionadores de conflitos deram lugar à espada (CARDOSO, 2006), conotando claramente a que nível chegava o “vazio das instituições”. Vazio ou silêncio, pois as instituições que foram criadas não conseguiram suplantar em função a deposta prerrogativa intervencionista do Imperador. Digno de exemplo é o Supremo Tribunal Federal. Esse órgão foi tratado como um importante pilar constitucional, o qual deveria ser independente do Poder Executivo e, até mesmo, como suplantador do Poder Moderador (LYNCH, 2011). Todavia, foi ocupado por indicados ou diretamente por integrantes das oligarquias, frustrando os anseios propostos.²²⁵

Em que pese a formação de instituições governativas sólidas, representadas pela figura do presidente da República e pelo Congresso Nacional, elas se revelaram incapazes de evitar crises de legitimidade, muitas delas estruturadas em contestações de grupos descontentes. Era frágil o pacto entre Deodoro e os republicanos históricos, fato consumado pelas crises ministeriais que levaram à demissão coletiva dos ministros, no início de 1891.²²⁶ Essa aliança não durou nem mesmo até o término da assembleia constituinte, cuja eleição para formação foi possivelmente o ponto mais alto dessa aliança. Aos moldes do regime deposto, o

²²⁵ “Os juízes seccionais eram, em geral, nomeados dentre os candidatos indicados pelas oligarquias dominantes nos Estados e os ministros do STF eram escolhidos dentre auxiliares do presidente da República” (KOERNER, 1994, p. 68).

²²⁶ Entre eles estavam Campos Sales, Floriano Peixoto, Francisco Glicério, José Cesário Alvim, Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa.

situacionismo forjou a legitimidade da eleição, colocando-a sob a responsabilidade dos intendentess municipais, nomeados pelos governadores, cujos nomes foram aprovados ou indicados pelo governo central, este legitimado pela “revolução” que realizou (LESSA, 1999). O resultado foi a aparente vitória do governo, ao conseguir que fossem eleitos somente os republicanos, “[...] os antigos, históricos, anteriores de poucos dias ao 15 de novembro e os que vieram depois, os adesistas, mas todos republicanos” (FAORO, 2000, p.624).

Como se vê, eram sustentáculos frágeis, assim como eram frágeis as percepções do que seria capaz de garantir a legitimidade do novo *modus operandi* político. Campos Sales, que se autorrepresentou em sua obra como importante articulador republicano, por exemplo, acreditava que o federalismo e a retomada da aliança entre Deodoro e os republicanos históricos — aliança seriamente abalada por crises ministeriais, pela composição do ministério chefiado pelo barão de Lucena²²⁷ e pela vitória presidencial sobre Prudente de Moraes no Congresso Nacional — eram condição suficiente para garantir a legitimidade política do regime. Como complemento, para evitar o vazio ou a ineficácia das instituições, era preciso que o Congresso agisse “[...] dentro da sua esfera de ação fazendo a lei”, que deveria obrigar “[...] o Executivo a colocar-se dentro dos limites dos seus domínios” (CAMPOS SALES, 1983, p.45). Tratou-se de uma perspectiva cuja utopia foi confirmada pelo desenrolar dos fatos, pois tanto o federalismo concorreu para criar disputas internas nos Estados, alimentando o caos institucional, quanto o Poder Executivo, com Deodoro, se revelou indócil às tentativas de controle do Legislativo.²²⁸

No entanto, o republicano histórico conseguiu perceber a fragilidade institucional no momento em que Prudente de Moraes, então presidente da Assembleia Constituinte (1890-1891), teve sua candidatura lançada para concorrer com Deodoro, no pleito eleitoral que marcaria o fim do governo provisório. Apesar de, ao final, apoiar seu conterrâneo e correligionário de propaganda republicana, Campos Sales havia tentado demovê-lo, a fim de tornar a candidatura de Deodoro única e desse modo “salvar” a República, por temer um golpe do marechal e a iminente dissolução do Congresso, bem como uma guerra civil que

²²⁷ Henrique Pereira de Lucena, também conhecido como barão de Lucena, era pernambucano. No Império, foi deputado geral e presidente da Câmara dos Deputados (1888-1889). Foi presidente de diversas Províncias. Na República, foi designado para o Supremo Tribunal Federal em 1890, ocupando no ano seguinte uma pasta no ministério de Deodoro, lá permanecendo até a renúncia do governante, em novembro de 1891. Era tio de Epiácio Pessoa, futuro presidente da República (1918-1922). Cf. Abranches (1918a) e Junqueira (s.d.).

²²⁸ Um episódio ilustrativo foi a tentativa do Congresso Nacional em aprovar uma lei que restringia o poder do presidente da República, obviamente vetada por Deodoro (CARONE, 1983).

dividissem as Forças Armadas. Arrependido de ter cedido à pressão moral que o arrastara para a chapa oposicionista, chamou tal atitude de fraqueza porque seu dever “[...] era resistir sempre e não condescender jamais com essa aventura, [...] cujas consequências não podiam escapar às previsões de nenhum espírito clarividente” (CAMPOS SALES, 1983, p. 41). Dessa forma, ele enxergava o vazio das instituições republicanas, ou seja, o quão incapazes eram de assegurar uma eleição em que a oposição pudesse triunfar, garantindo uma alternância partidária, ou amenizasse conflitos. Com a palavra “aventura” definia, com precisão, as incertezas da incipiente República.

O novo regime não dava conta de suplantar as instituições monárquicas dirimidas. Era essa uma das bases para as críticas que o *Jornal do Brasil*, monarquista, realizava. Dois meses após o fim do governo provisório, o periódico chamou o recém-criado Supremo Tribunal Federal de espetaculoso, caro e realizador de um trabalho quase nulo.²²⁹ Além disso, acusou a existência de desordem no foro da capital federal, em virtude da confusa legislação oriunda do governo provisório, “[...] na parte referente à justiça, na qual o furor de legislar, destruindo antigos monumentos, não teve uma só criação duradoura. O direito esteve eclipsado durante o período ditatorial” (JORNAL DO BRASIL, 28 abr. 1891, p. 1).

A vitória de Deodoro, por sua vez, se por um lado evitou as temíveis consequências profetizadas pelo republicano paulista, por outro, acirrou a polarização entre o marechal e a maioria dos congressistas, especialmente os republicanos históricos. Como agravante, açulou as clivagens políticas no seio das Forças Armadas. Fato ilustrativo foi a composição das chapas com a conseguinte divisão da Marinha: o almirante Custódio de Mello²³⁰ apoiou a candidatura oposicionista, enquanto o almirante Eduardo Wandenkolk²³¹ se apresentou como

²²⁹ O Supremo Tribunal Federal foi criado após a promulgação da Constituição em 1891. Com a Proclamação da República, o Poder Judiciário federal foi instituído em outubro de 1890, sendo mantidos nos cargos os respectivos ministros do Império. Considerando-se a não aceitação por parte de alguns do projeto de dualidade da organização do Poder Judiciário, que dava maior autonomia aos Estados, defendido por Campos Sales (então ministro da Justiça do governo provisório), alguns ministros foram aposentados ou demitidos. Cf. Koerner (2010).

²³⁰ Custódio José de Melo, nascido na Bahia, foi militar de carreira, ingressando na Marinha em 1856. Na República, ocupou cargos políticos de relevância: foi deputado federal, ministro da Marinha, ministro das Relações Exteriores e ministro da Guerra, apenas entre 1891 e 1893. Em 1893, foi um dos líderes da Revolta da Armada, exigindo a renúncia de Floriano. Derrotado, se exilou em Buenos Aires, retornando mediante anistia. Morreu em 1902. Cf. Abranches (1918a) e Silva (s.d. b).

²³¹ Eduardo Wandenkolk, nascido no Rio de Janeiro, foi militar de carreira, tendo ingressado na Marinha em 1853. Fez parte de importantes comissões ao longo de sua carreira militar. Na República, foi eleito senador pelo Distrito Federal, ocupando seu mandato entre 1891 e 1899. Entre 1889 e 1891 ocupou quatro ministérios distintos no governo de Deodoro (Marinha, Relações Exteriores, Guerra e Interior). Fez parte do “Manifesto dos treze generais” que exigia a renúncia de Floriano, e da Revolta da Armada, em 1893. Derrotado, foi

vice de Deodoro. No Exército, essa divisão era ainda mais nítida, com a candidatura do marechal Floriano como vice na chapa de Prudente de Moraes.

O marechal Deodoro, eleito presidente, instaurou uma crise de legitimidade velada, sobretudo em relação ao Congresso, na medida em que sua candidatura saiu vitoriosa condicionada pelo espectro de um golpe. Como resposta, a forma encontrada pela maioria dos parlamentares foi realizar uma forte oposição a ele, rever suas decisões tomadas no governo provisório e restringir os seus poderes (MONTEIRO, 1994). A resposta veio através das intervenções nos Estados, destituindo governadores (ou presidentes) que não estavam sintonizados com o governo, estratégia que atingia em cheio os situacionismos encastelados na Câmara e no Senado, como a bancada capixaba, insatisfeita após a demissão do correligionário Henrique Coutinho, então à frente do governo do Estado.

Embora as intervenções federais nos Estados tenham sido uma prática comum na Primeira República, curiosamente foi um tema pouco debatido ou analisado pelos constituintes, emoldurando um contexto de “silêncio” institucional, conquanto tenha sido utilizado pelos presidentes, conforme lhes aprouvesse. A despeito da incerteza causada, na queda de braço entre ultrafederalistas e unionistas — os primeiros, defensores de mais poderes e prerrogativas aos Estados, enquanto os últimos propugnavam o fortalecimento da União, realizado nos debates da Constituinte —, essa medida acabou servindo à União, próximo do que pretendia Rui Barbosa, quando forjou o anteprojeto constitucional (LYNCH, 2011).

Ante o “silêncio” das instituições, Deodoro cometeu um erro de cálculo político, promovendo intervenções em alguns Estados, na perspectiva de reconstituir sua legitimidade, que se confundia com sua governabilidade. Como consequência, as repercussões negativas assim apareceram em importantes jornais.²³² Embora utilizasse a prerrogativa de que as unidades federativas ainda não tivessem constituído suas respectivas cartas constitucionais, por ironia a ação do marechal ampliou a crise, uma vez que deslegitimava as oligarquias federalistas que se encontravam em grande presença no Congresso, instituição crucial para a legitimação da

anistiado no governo de Prudente de Moraes, ocupando posteriormente importante cargo na Marinha. Morreu em 1902. Cf. Abranches (1918a) e Silva (s.d.c).

²³² O *Jornal do Brasil*, por exemplo, dizia que o governo estava abafando o federalismo (8 jun. 1891) e que as unidades federativas e suas respectivas constituições eram apenas fantoches do governo central (19 jun. 1891). Já o *Correio Paulistano* (7 mar. 1891), que representava os interesses dos republicanos históricos paulistas, entendia como vingança, sobretudo a substituição do governador Jorge Tibiriçá, aliado dos históricos, por Américo Brasiliense, político que havia se aproximado de Deodoro. Por sua vez, *O Estado do Espírito Santo* (12 mar. 1891), dirigido por Moniz Freire, acusou Lucena de praticar atitude violenta e ilegal.

República e do poder presidencial. Criou um caos, opondo esses grupos àqueles empossados nos Estados (SOUZA, 2001). Sobre isso, Campos Sales se manifestou, definindo tais práticas como

[...] reprodução fiel das famosas cenas de derrubada, que, sob o Império, caracterizavam tristemente as situações políticas que se inauguravam. Era a política de desforras e represálias, ominoso legado da monarquia, estendendo-se até à República, graças ao que ainda restava do regime decaído, no organismo da nação (CAMPOS SALES, 1983, p. 43).

O senador paulista associava as intervenções a um resquício do Poder Moderador, embora não conseguisse enxergar que os respectivos contextos eram diferenciados pela prerrogativa da legitimidade, uma vez que essa prática era institucionalizada no regime deposto. Perspicaz, o monarquista Joaquim Nabuco realizou melhor comparação, apontando a fragilidade institucional da República. Além disso, a defesa do “elemento militar neutro” ensejava a percepção de quão maléfica para ele era a politização das Forças Armadas:

[...] não se pode construir um governo sobre constituições de papel, partidos de arribação, garantias pessoais, fianças de caráter, boas intenções de *patriotas*. Tudo isso é uma poeira dispersa, e a política ficaria reduzida a uma hipótese atomística se pudesse dispensar um centro de formação.

.....
[...] mas a vantagem da monarquia, e seria também em certa medida do elemento militar neutro, era revezar aqueles chefes no poder quando o bico de algum saía muito ferido no combate. Não havendo quem a tempo os retirasse do terreiro, o encontro desses galos de raça, hoje, sobretudo, que os esporões cresceram, seria uma carnificina de cristas. Seria os dias da Regência [...] (NABUCO, 2013a, p. 473, grifo do autor).

Nabuco percebeu o vazio institucional e anteviu uma situação de instabilidade política nos moldes do que havia ocorrido no período regencial. O desenrolar dos fatos, que culminou na dissolução do Congresso em 3 novembro de 1891, “institucionalizou” a crise de legitimidade. O manifesto do generalíssimo, assim autointitulado Deodoro, foi incapaz de justificar tal atitude perante a maior parte da “massa de opinião”, entendida como inconstitucional, malgrado os telegramas de apoio recebido de presidentes de Estados e de diversas Assembleias Constituintes estaduais, urdidas por esses governantes.²³³

O momentâneo êxito do marechal Deodoro, quanto ao fechamento do Congresso, foi contrastado pela reação que começou com um manifesto de deputados e senadores, passando pelos protestos publicados na imprensa e terminando no contragolpe, protagonizado por

²³³ Fato ocorrido no Espírito Santo.

Custódio de Mello e setores da Marinha, o que ficou denominado como a primeira das Revoltas da Armada, e levou Deodoro a renunciar.

O primeiro episódio, o manifesto, atacava Deodoro culpando-o pela crise de legitimidade, por afrontar e invadir “[...] com o mais estanho desembaraço as faculdades conferidas exclusivamente a um outro poder [Legislativo]” (CORREIO PAULISTANO, 25 nov. 1891, p. 1). Chamou o marechal de ditador e sua atitude de golpe de Estado, o que foi suficiente para demonstrar que os parlamentares não estavam passivos, bem como para estimular outros grupos ou setores a exporem seu descontentamento, como se viu nos diversos jornais da época.

O manifesto foi publicado em diversos jornais, entre eles no monarquista *Jornal do Brasil* e nos republicanos *Correio Paulistano* e *O Paiz*. De fato, levando-se em conta a pluralidade de periódicos e opiniões — o que produzia vários embates e visões diferentes sobre o caminho político a ser seguido (LUCA, 2012) —, surgiram opiniões pouco destoantes, próximas ao repúdio, o que denota certo “consenso de crise”. A título de exemplo, a *Revista Ilustrada*, órgão republicano, temendo o pior, lamentava a crise institucional iniciada pela destituição do Congresso, afirmando que “[...] a pátria brasileira reclama, com justos direitos, a boa fé inteligente [...] para que o progresso geral a que ela faz jus não seja um fato desesperançado, um motivo de guerra entre aqueles mesmos”. De igual modo, pregava a união entre os cidadãos, “[...] que têm o dever restrito de trabalharem juntos, sob a mesma bandeira, para a realidade comprovada das novas instituições triunfantes” (REVISTA ILUSTRADA, ano 16 n. 632, p. 2). A charge presente nessa edição, conforme a Figura 2, expressou o tom de lamentação, ao mostrar os congressistas sendo dissolvidos em uma taça após tantas discussões na Constituinte. Era uma desconstrução simbólica da deposição, embora não criticasse Deodoro diretamente. Já o *Jornal do Brasil* foi o periódico que melhor dimensionou a crise ao pressentir o golpe iminente, mediante análise da crise institucional publicada no dia do acontecido (JORNAL DO BRASIL, 3 nov. 1891). O *Correio Paulistano*, por sua vez, numa manifestação simbólica de solidariedade aos parlamentares, vítimas da dissolução e da censura, publicou por quase dez dias uma coluna totalmente em branco.²³⁴

²³⁴ A esse respeito, cf. as edições de 11 a 19 de novembro de 1891 do mencionado impresso.

FIGURA 2 - Representação da *Revista Ilustrada* sobre a dissolução do Congresso

Fonte: *Revista Ilustrada*, ano 16, n. 632 e n.633.

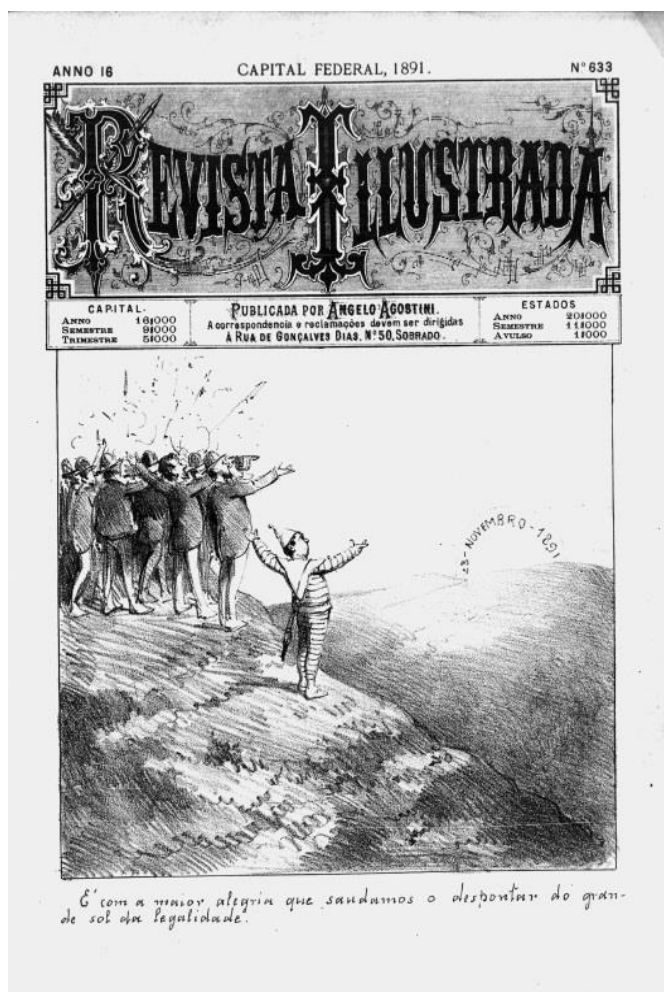
A sequência de acontecimentos fez jus ao ambiente de incertezas após a dissolução do Congresso. Até então, permanecia a guerra simbólica de legitimidades, erigida por dois manifestos: um do presidente, tentando justificar o ato, e outro dos congressistas, criminalizando o autor do golpe. Ambos, contudo, alimentavam o tumultuado ambiente. Do campo das ideias, essa crise de legitimidade atingiu, em cheio, as Forças Armadas. A revolta protagonizada pela Marinha estourou como resposta, vinte dias após o triunfo do marechal presidente, dando contornos de “aventura militar” que tanto marcou a Primeira República. O estrago não foi maior uma vez que Deodoro renunciou, evitando uma guerra civil e, consequentemente, assumiu o vice, Marechal Floriano Peixoto.

As posições dos atores políticos expressavam um grau de complexidade para além de simples polarização entre políticos ligados a Deodoro e republicanos históricos. Sob múltiplos critérios, novas divergências manifestadas nos anos seguintes se somaram às já existentes, provocando a atmosfera de caos: militares x civis; militares jacobinos x legalistas; Exército x Marinha; federalistas x hiperfederalistas (LESSA, 1999). Assim, a ascensão de Floriano

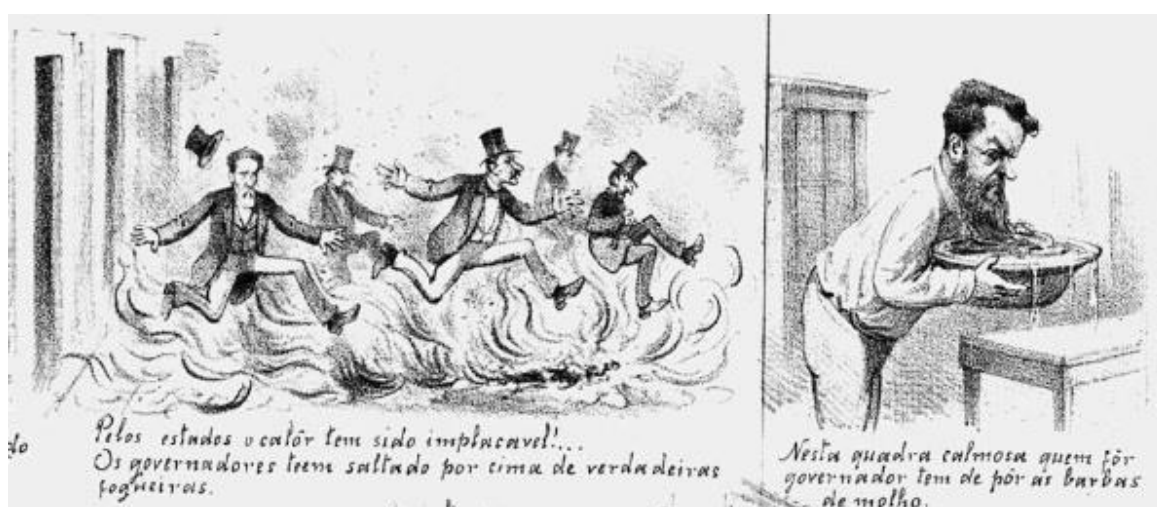
Peixoto, apoiado pela maioria dos parlamentares depostos, sobretudo pelos paulistas, foi incapaz de amainar a(s) crise(s) de legitimidade, ao passo que criava novas, pois os grupos beneficiados pelo governo anterior se sentiam preteridos pelo novo governo, enquanto alguns grupos anteriormente descontentes não viram seus anseios atendidos pelo novo presidente.

O governo de Floriano não propiciou imediata estabilidade. Assim pensava o ferrenho opositor *Jornal do Brasil*, o qual definiu as saídas dos governadores ligados a Deodoro como “comédia de costumes argentinos” e “anarquia que está alastrando [sic] por todos os cantos do país” (JORNAL DO BRASIL, 1º dez. 1891, p. 1). Apresentava dúvidas a respeito da legitimidade desse processo. Apesar de anárquicas, havia alguma coerência, se observarmos que boa parte dos governadores solidários à atitude inconstitucional do ex-presidente foi derrubada ou teve que renunciar. Além do mais, anárquicas ou não, essas intervenções (re) abriram as animosidades oligárquicas nos Estados, reacendendo a oposição entre facções das elites políticas estaduais instaladas no Congresso e facções estabelecidas nos governos estaduais. Como agravante, mesmo coerentes, tais intervenções não deixaram de preocupar os governadores aliados recém-empossados na “onda antideodorista”, como Campos Sales (HAHNER, 1975).

O ambiente de incertezas pode ser observado na *Revista Ilustrada*, edição n. 633. Ela apresenta, em uma das páginas, a certeza do “despontar da legalidade”, com a renúncia de Deodoro, e na outra, as dúvidas a respeito do destino dos então governadores, simpáticos a ele. Não por acaso, eles são admoestados a colocarem suas barbas de molho, conforme aponta a Figura 4.

FIGURA 3 –Representação da *Revista Ilustrada* sobre a renúncia de Deodoro

Fonte: *Revista Ilustrada* (ano 16, n. 633).

FIGURA 4 - Representação da *Revista Ilustrada* sobre a crise de legitimidade instaurada nos governos estaduais que apoiaram Deodoro

Fonte: *Revista Ilustrada* (ano 16, n. 633).

As intervenções conferiram alguma legitimidade a Floriano, evitaram o prolongamento da luta entre o Poder Executivo e o Congresso, enquanto entregava as máquinas estaduais a diversas facções oligárquicas que haviam se colocado contra Deodoro (SOUZA, 2001). De modo geral, essas ações foram ao mesmo tempo fator de crise e de estabilidade, engendrando novas vicissitudes ao quadro de incertezas dos primórdios republicanos.

Somadas ao restabelecimento da Primeira Legislatura, as intervenções agiram como componente fundamental na tessitura de uma sólida aliança entre Floriano e a ala majoritária do Poder Legislativo, suficientemente capaz de mantê-lo no governo e enfrentar as intempéries que adviriam até o fim de seu mandato. Nem mesmo foi páreo para enfraquecer ou derrotar essa aliança a arguição de legitimidade constitucional acerca de sua permanência no cargo, quando, na visão de certos contestadores, ele deveria convocar novas eleições para cumprimento de mandato complementar.

Isso pode ser percebido quanto ao apoio recebido por Floriano, especialmente aquele oriundo por parte dos republicanos históricos paulistas, no contexto das conspirações e Revolta da Armada de 1893. Por outro lado, o apoio obtido do Poder Legislativo também fomentava setores descontentes, inclusive na própria instituição, contribuindo a seu modo para que a contestação ao novo mandatário se reproduzisse continuamente (FLORES, 2006). Como reação em cadeia, esse pensamento produziu o *Manifesto dos 13 Generais*²³⁵ e a manifestação de 10 de abril²³⁶, sintomas de um conjunto de conspirações composto de setores civis e militares, mesclados entre deodoristas saudosos e segmentos avessos à permanência de militares na política, como o Almirante Wandenkolk, um dos protagonistas da Revolta da Armada em 1893.²³⁷ Em negociação com Campos Sales, para pôr fim às conspirações que ameaçavam o novo presidente, o referido militar exigiu que mandassem

²³⁵ Manifesto publicado em abril de 1892, sob a autoria de treze generais do Exército e da Marinha, dirigido a Floriano Peixoto. Pressionava-o a convocar eleições para a presidência da República. Em resposta, Floriano reformou-os (CARONE, 1983).

²³⁶ Manifestação de caráter popular ocorrida no Rio de Janeiro. Foi arquitetada por políticos contrários à permanência de Floriano na presidência, como J.J. Seabra, Pardal Mallet e Clímaco Barbosa. Produziam discursos a favor de Deodoro. O movimento foi duramente reprimido, servindo de motivo para Floriano declarar Estado de sítio no Distrito Federal (CARONE, 1983).

²³⁷ Revolta liderada pelos almirantes Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk e Saldanha da Gama. Iniciou-se em 6 de setembro de 1893. Teve como um das causas principais a insatisfação de boa parte dos integrantes da Marinha, os quais entendiam que a corporação era preterida em relação ao Exército. A outra causa foi a exigência da saída de Floriano da presidência da República. Os revoltosos se aliaram aos federalistas no Rio Grande do Sul, mas acabaram derrotados, já no governo de Prudente de Moraes (CARONE, 1983).

[...] o Marechal [Floriano Peixoto] proceder à eleição e eu garanto que, de nossa parte [dos conspiradores], estará tudo acabado. Iremos às urnas sufragar o candidato que indicarem, quem quer que seja, contanto que seja um civil. Nada de militar. (CAMPOS SALES, 1983, p. 58).

A participação do Almirante Wandenkolk nesse processo e, posteriormente, na Revolta da Armada, foi consequência da negativa dessa condição imposta. Podemos asseverar que ia além de um mero descontentamento pessoal. A rigor, traduzia-se em outro ingrediente importante ao caos instalado no alvorecer da República: a hiperpolitização militar, isto é, a utilização das Forças Armadas em larga escala na política (HAHNER, 1975).

Hiperpolitização até então inédita, ela ganhou corpo após a proclamação da República, sustentada na ideia de que o “[...] soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar” (CARVALHO, 2005, p. 39). Essa era a forma de afirmação da categoria, como contraponto à condição de marginalidade pela qual passavam no final do Império. A interferência militar se alimentava de sua própria condição autodestrutiva (LESSA, 1999), arquitetando polarizações entre as duas corporações (Exército e Marinha) e no interior delas, mormente da primeira. A frágil coesão de novembro de 1889, condição exclusiva do Exército, logo se desfez, levando a composições políticas com interesses distintos, como na eleição presidencial de 1891. Essa divisão ocorreu igualmente na renúncia de Deodoro e se perpetuou no governo de seu sucessor.

O vazio das recém-criadas instituições políticas republicanas tornava inútil qualquer tentativa dos civis de refrear esse processo, por mais que eles tenham se beneficiado desses conflitos *a posteriori*, alcançando o poder em 1894, com Prudente de Moraes. Deve-se considerar que os militares estavam presentes no Congresso (CARVALHO, 2005), legislando muitas vezes em causa própria, compondo ministérios e trabalhando em cargos burocráticos, outrora ocupados majoritariamente por civis (HAHNER, 1975). A falta de coesão, de imediato, não se constituiu em fator facilitador para os civis, embora tenha contribuído para que explorassem as rivalidades existentes. Na verdade, acabou agindo para fomentar crises de legitimidade contra Deodoro, Floriano e Prudente de Moraes, os três primeiros presidentes, produzindo a “década do caos”.²³⁸

²³⁸ Termo utilizado por Renato Lessa (1999) para se referir à primeira década republicana (1889-1898).

No entanto, a divisão no seio militar levou a posições completamente opostas. Fomentou em alguns — principalmente entre os discípulos de Benjamin Constant — a crença de que as Forças Armadas poderiam ocupar a vacância deixada pelo extinto Poder Moderador. Em outros, produziu a ojeriza e o desejo profundo de vê-los afastados da política. Esse sentimento pode ser representado por figuras do Exército e da Marinha, como o Almirante Wandenkolk, que, ironicamente, acabou aderindo à revolta de 1893, justamente para defender esse princípio. Não obstante, esse pensamento ganharia força somente mais tarde, ao final da Primeira República, porém sem o caráter predominante, como pretendia a ideia de Constant (CARVALHO, 2005).

Joaquim Nabuco, embora ainda árduo defensor da monarquia, foi um dos principais analistas a observar que o tumultuado contexto pelo qual o Brasil passava estava vinculado à hiperpolitização militar. Entendia que o Exército não estava preparado para a política, portanto “[...] melhor é que ele seja força política *neutra*”, pois o “[...] mais é anarquia” (NABUCO, 2013a, p. 473, grifo do autor). Adiante, estendeu o diagnóstico de crise institucional a toda a América do Sul, pois “[...] nesses países não existe exército nem magistratura, porque a politicagem assimila-as” produzindo “[...] o militarismo típico da América latina, o mais grosseiro de todos os espíritos que possam presidir à [sic] vida de uma nação” (NABUCO, 2013b, p. 477).

Ao desejo de intervenção política, mesclavam-se descontentamentos e rivalidades entre as duas corporações, bem como divisões internas entre as mesmas. O Exército havia crescido em prestígio na República, o que se traduziu em aumento de salário, de efetivos e de recursos superiores aos da Marinha (CARVALHO, 2005). Com Floriano, essa rivalidade se exacerbou, levando à Revolta da Armada de 1893, embora não se possa definir esse movimento armado como uma simplória polarização entre Exército e Marinha (TOPIK, 2009). As clivagens intestinas a essas corporações concorriam para criar rivalidades internas²³⁹, fomentando a hiperpolitização militar e a atmosfera de crise. Essas características ajudaram a compor o caráter desestabilizador, atribuído às Forças Armadas na Primeira República. José Murilo de Carvalho, defensor dessa hipótese, é quem melhor resume os reflexos da(s) crise(s) de legitimidade no seio militar. Diz ele que:

²³⁹ Na Marinha, o problema de relacionamento se dava entre oficiais e praças. No Exército, além dessa divisão, pesava outra: a que separava os tarimbeiros dos bacharéis de farda (CARVALHO, 2005).

[...] Essas lutas constituíram intrincada combinação de motivações e atores, em que se sobressaía a disputa pelo poder presidencial entre oficiais superiores do Exército e da Marinha e o choque entre os jovens oficiais positivistas, aglutinados em torno de Floriano, contra o grupo mais velho de Deodoro e contra os governos civis. Eventualmente, elementos monárquicos e populares se envolveram, acrescentando maior complexidade à situação (CARVALHO, 2005, p. 45).

Essas polarizações imbricadas potencializaram as crises de legitimidade, sobretudo aquelas que descambaram para os levantes militares. A revolta de 1893 foi um desses dramas. Por sua vez, o grau de politização alcançado causou, nos Estados, a participação de algumas das unidades militares no processo de alternância de poder, como agentes ativos na solução e na produção de crises, conforme veremos no Espírito Santo.

Em outros setores, é possível igualmente identificar episódios que deram corpo ao sentimento de contestação ou de desconfiança em relação à República — ou ao grupo que à frente de seus destinos se encontrava. A política externa, por exemplo, somados os problemas internos, criou um ambiente de incertezas quanto aos rumos do país, pelos olhos dos principais países europeus e dos Estados Unidos, passando da desconfiança ao desejo de intervenção diplomática no Brasil (CERVO; BUENO, 2002). No entanto, ela só ocorreu de fato na Revolta da Armada em 1893, com a presença da Marinha norte-americana na Baía da Guanabara (TOPIK, 2009).

Esse ambiente de incertezas em muito se justifica pela desastrosa política econômica de Rui Barbosa, conhecida como *Encilhamento*, similar à desenvolvida por Ouro Preto, ainda no Império, malgrado certo requinte de irresponsabilidade na questão emissionista (SCHULZ, 1996) e um contexto de recessão creditícia, desde o golpe republicano. Pela dimensão alcançada pelo problema, as questões políticas foram seriamente influenciadas, ampliando as divergências entre Deodoro e o Poder Legislativo federal, uma vez que o barão de Lucena manteve a prática emissionista. Essa influência concorreu para os desdobramentos que levaram à dissolução do Legislativo pelo marechal, ato conhecido popularmente como “golpe da bolsa” (FAORO, 2000).

Não é propósito aqui avançar sobre as questões anteriormente apresentadas, considerando-se sua pouca ressonância na produção das crises de legitimidade que assolaram nosso recorte espacial, o Estado do Espírito Santo. Isso não significa irrelevância no processo que configurou o tumultuado ambiente dos primeiros anos após a implantação do regime republicano, o qual pode ser descrito como um “absurdo”. Por essa palavra, entendemos se tratar de “[...] uma arena dramática, habitada por uma pluralidade de sentidos e de atores que

os portam e os institui, sem que eles tenham controle garantido sobre os efeitos das ações que engendram” (LESSA, 1999, p. 74). Esse contexto possibilitou a conformação de uma atmosfera de incertezas caracterizada pelo vazio institucional, na medida em que não houve uma instituição reguladora de conflitos nos moldes do Poder Moderador ou algo que a ele se assemelhasse. A esperança depositada no Superior Tribunal Federal não se confirmou na prática e a opção pelas Forças Armadas colaborou ainda mais para desestabilizar o regime, aumentando problemas existentes ou gerando outros novos. Esse caos ameaçou até a unidade territorial, em vez de estabelecer de forma segura as conexões federalistas entre poder central e poder local.

Quanto aos grupos descontentes, quase nunca eles foram coesos. Ao contrário, a fragmentação era tamanha que quando algum era contemplado ou alcançava os mais altos postos de comando, outros questionavam a legitimidade do *status quo*, não necessariamente da República em si, mas da forma como ela estava sendo conduzida. Os sortidos questionamentos — em graus diferentes, é verdade — produziram turbulências e levaram o país ao menos a dois conflitos de repercussões nacionais, tornando-o vulnerável à interferência estrangeira, colocando sua soberania — e a da República — em xeque (TOPIK, 2009).

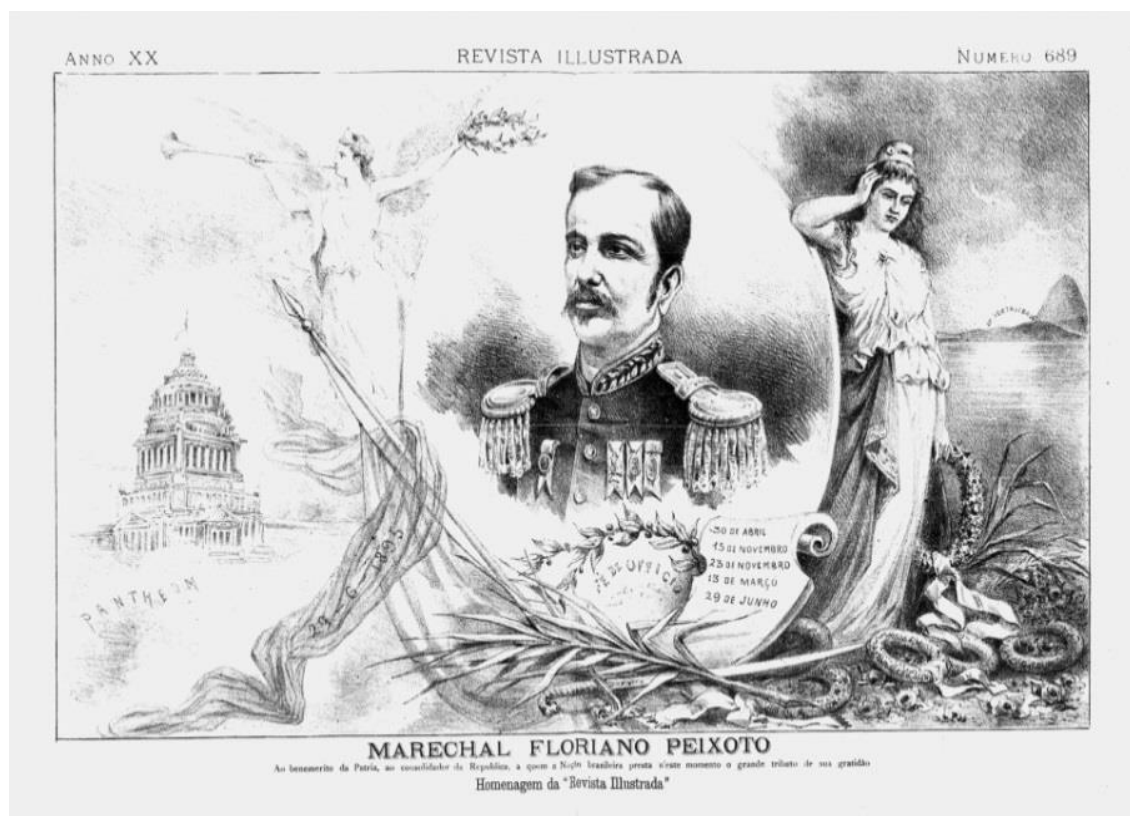
5.1.1 O “consolidador da República”

Podemos inferir que essa conjuntura é propícia para o aparecimento de salvadores. São momentos de desequilíbrio constituído por incertezas e conflitos que ocorrem em plano nacional ou regional. Esses indivíduos, ungidos por suas qualidades ou seus carismas, são capazes de angariar a confiança e o crédito necessários para a execução de tarefas que demandam liderança, bem como responder ao apelo dos que padecem na crise. Muitos adeptos da República necessitavam de encontrar um herói que a pacificasse e garantisse a sobrevivência das novas instituições.

De fato, muitos foram os candidatos no plano nacional: Deodoro, Benjamin Constant, Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk, Prudente de Moraes, barão de Lucena e Floriano Peixoto. E a disputa entre eles se deu no campo político, passando pelo militar, até chegar ao simbólico. Entretanto, foi ao último dos personagens que coube o título de “consolidador da República”, havendo certo consenso nesse ponto, apesar do dissenso em torno do mito da origem republicana, do herói da proclamação, versão ainda inconclusa (CARVALHO, 1990).

Essa conformidade em torno do “Marechal de Ferro” condiz com um dos aspectos pelo qual o salvador se apresentava em momentos de crise: uma figura paterna, um guardião da normalidade, uma espécie de protetor ante o caos instalado. Conforme aponta Girardet (1987, p. 95), naquelas sociedades em que “[...] certos valores fundamentais de coesão parecem, por outro lado, tragicamente ameaçados, o papel de intercessor não poderia, com efeito, ser dissociado do de protetor, nem do de tutor ou de guia”. As vitórias de Floriano, embora não definitivas, sobre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, somadas às reações duras contra meros conspiradores, deram-lhe os créditos necessários para angariar um capital heroico e representá-lo como um salvador, sendo, para tanto, sua audácia um requisito fundamental (GIRARDET, 1987). Visão justificada no periódico republicano *A Semana* (17 nov. 1894, p. 1), ao dizer que “[...] na História caberá de plena justiça o indisputável cognome de consolidador da República, porque foi graças à sua firmeza, à sua energia e patriotismo que a nação se julgou habilitada a designar [Prudente de Moraes] como sucessor do ínclito soldado [...]”.

Após sua morte, em 1895, o apelido já havia se tornado uma “certeza”. Para a *Revista Ilustrada* (n.689, p. 2), Floriano “[...] viu a República consolidada pelo seu braço de gigante e no íntimo da sua consciência gozou esse murmúrio de aplausos com que o povo engrandece o vulto dos seus heróis mais queridos”. Ela lhe dedicou também algumas ilustrações, estando em uma delas sua imagem pranteada pela República e seu lugar estabelecido na imortalidade e no panteão dos heróis republicanos, conforme demonstrado na Figura 5. Sob seu nome, ele é chamado de “consolidador da República” e “benemérito da pátria”, partindo desta grande gratidão pelos seus feitos.

FIGURA 5 – Homenagem da *Revista Ilustrada* a Floriano Peixoto

Fonte: *Revista Ilustrada* (ano 20, n.689)

Por seu turno, o florianista *O Paiz* foi quem melhor compreendeu a importância do marechal, ao correlacionar o momento de insegurança à figura desse militar.

[...] Essa confiança [em Floriano Peixoto], que chegou a ser em muitos uma idolatria, tinha a sua razão de ser neste estranho desvairamento geral, nesta anarquia de consciências, nesta fermentação de interesses, de ambições, de ódios, que por aí anda enegrecendo e aviltando tudo [...] anunciando para a República uma era de vendavais e sofrimentos (*O PAIZ*, 30 jun. 1895, p. 1).

O jornal faz uma interligação nítida entre a turbulência dos primórdios republicanos e a necessidade de um líder para reestabelecer a confiança e mais adiante a ordem. Isso ajuda a entender porque *O Paiz* (06 jul. 1895) foi um dos — senão o — veículos de comunicação que mais apresentou comoção pelo episódio, travando um enorme esforço para “imortalizar” o dito heroísmo do ex-presidente. Um suplemento aditivo ao jornal foi publicado no dia de seu funeral.

Evidentemente que havia jornais defensores e opositores a Floriano²⁴⁰, sendo sua figura e seu governo um divisor de águas no seio republicano, resvalando diretamente na imprensa (SODRÉ, 2011). De qualquer modo, seus defensores construíram em torno do militar uma aura de “santidade”, recrudescendo sua representação simbólica como consolidador da República. Como aliado, a imprensa teve o próprio caos, pois ao mesmo tempo em que Floriano o alimentou, foi dele que emergiu vitorioso, ao se propor a combatê-lo e por ter angariado grandes vitórias nos conflitos produzidos.

Além de assumir-se como defensor do regime recém-implantado, Floriano regravava sua popularidade mediante medidas de caráter popular. Combateu o *Encilhamento*, tentou salvar as indústrias nacionais “legítimas” da falência²⁴¹, e congelou preços dos alimentos e dos aluguéis, alvo de especulação. Angariou a imagem de “sentinela do tesouro”, líder austero (BACKES, 2004). Seu legado político deixou para o governo de Prudente de Moraes (1894-1898) novo ingrediente caótico, com a participação na política dos florianistas e jacobinos, aconselhados por Floriano em seu leito de morte a “proteger a República”. As dificuldades de Prudente ao governar estiveram em parte ligadas às ações desses grupos, presentes nas ruas, nas revoltas e na arena partidária, compondo os quadros do emergente Partido Republicano Federal (PRF).²⁴²

Tudo isso produziu em Floriano uma representação eminentemente popular e heroica. Seu funeral foi suficiente para medir a comoção geral, seja pelos exageros partidários de *O Paiz*, seja pelo modo frio como informou o antiflorianista *Gazeta da Tarde* (06 jul. 1895). Todavia, os principais jornais compartilhavam do consenso em torno da maciça participação popular, sempre à espreita, mas presente, falando do feriado que se instaurou na capital federal, com o comércio fechado. Os eventos sociais em torno de sua morte, inclusive do aniversário dela, revelam a idolatria ao herói escolhido para representar o combate ao caos, a salvação da

²⁴⁰ A imprensa refletiu a divisão dos republicanos em torno da figura de Floriano. A exemplo dos principais jornais, o *Jornal do Brasil*, sobretudo com a direção de Rui Barbosa, e *Correio da Tarde*, com a participação dele, de J.J. Seabra e Pardal Mallet, tornaram-se ferrenhos opositores; enquanto *O Paiz*, com Quintino Bocaiúva, e *Gazeta de Notícias*, com Raul Pompeia, sustentavam o governo (SODRÉ, 2011). No Espírito Santo, o *Estado do Espírito Santo*, do grupo de Moniz Freire, era simpático ao marechal, enquanto o *Commercio do Espírito Santo*, dos adversários de Freire, assumiu posição contrária.

²⁴¹ Termo empregado por John Schulz (1996) para se referir às indústrias criadas antes e durante o *Encilhamento* que não tiveram o mero propósito especulativo.

²⁴² Havia o “Florianismo de governo” e o “Florianismo de rua”. O primeiro era composto por políticos e militares defensores da política do marechal, no campo político e militar. Estavam presentes nas Forças Armadas e no Partido Republicano Federal, esse fundado em 1894. O segundo foi um fenômeno de caráter carioca, marcado pela presença dos politicamente excluídos. Viam em Floriano alguém acima das instituições que os alijavam da participação formal na política (PENNA, 1999; SAES, 2005)

República e a consolidação das instituições. Verdadeiro culto cívico à sua imagem a fim de imortalizá-la e que do mesmo modo “[...] servia — na situação brasileira de instabilidade política na primeira década republicana — como estratégia de fixar a imagem única de um líder que reunisse características a serem admiradas e seguidas: republicano e militar” (LEAL, 2014, p. 236).

5.2 OS REBATIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO E A (RE) ASCENSÃO DE MONIZ FREIRE

No Espírito Santo, determinados segmentos da elite política regional também fabricaram um salvador para governar o Estado. Essa confiança foi cristalizada durante os acontecimentos que delinearão os momentos de incerteza da tumultuada infância republicana, no espaço de tempo entre a proclamação da República e posse desse “salvador” como presidente de Estado, em maio de 1892. Esse espaço foi ocupado por Moniz Freire, graças em parte a um conjunto de representações, próprias e de terceiros, nem sempre coerentes, postas em circulação especialmente por meio dos periódicos. Elas foram produzidas mediante apropriação, feita sobre os acontecimentos que assolaram as práticas políticas no cenário nacional, e tiveram rebatimentos no Espírito Santo.

A crise de legitimidade e o vazio das instituições locais tiveram no golpe republicano o principal fator de origem, o que se coadunava com o caótico cenário em nível nacional. O fim abrupto da monarquia septuagenária produziu incertezas políticas e problemas financeiros, fatores que em conjunto compuseram o pano de fundo necessário para a produção de representações. Elas forjaram o crédito e a confiança em torno de Moniz Freire, tornando-o um personagem imprescindível para que o Estado enfrentasse aquela situação adversa.

A política local apresentou vicissitudes ancoradas no vazio institucional oriundo da Proclamação da República. A destituição do presidente da Província e as dissoluções da Assembleia Provincial e dos principais partidos políticos deixaram atônita a elite política regional, cabendo aos republicanos, fracos, inconstantes, inexperientes e incapazes de formar uma agremiação coesa, conduzir os rumos do Estado. Além disso, criou-se uma espécie de reordenamento partidário, o qual cindiu o frágil grupo recém-alçado ao poder, aproximando velhos adversários e opondo históricos aliados. Esse vazio engendrou novas disputas no seio da elite política regional, condição agravada pela falta de um poder regulador, promotor de

alternância entre os grupos, como ocorria no período monárquico. Outro fator de caos foi o realinhamento dessas disputas com as crises da transição republicana, protagonizadas *a priori* por Deodoro e o Poder Legislativo. Esses fatores geradores de incertezas configuraram a lacuna necessária para que Moniz Freire emergisse politicamente no novo cenário político.

Com efeito, a ascensão dos republicanos históricos ao controle do governo estadual, liderados por Afonso Cláudio, Bernardo Horta e Antonio Aguirre²⁴³, demandou a necessidade de articulações políticas que extravasavam o estreito círculo de republicanos de antes de 1889. Desse modo, a composição com monarquistas se tornou uma alternativa viável aos presentes e futuros desafios, fato agravado se levarmos em consideração a inexperiência administrativa dos jovens republicanos, frente à crise financeira inicial. Em suas memórias, o primeiro governador instituído apontou uma dívida do Estado recebida de “herança” do Império, 38 vezes maior que o saldo para pagar as despesas ordinárias, o que causou o primeiro empréstimo junto ao governo federal.²⁴⁴ Logo, “[...] em clima assim incompatível com os propósitos de administração — no sentido comum da palavra — Afonso Cláudio governou o Espírito Santo” (OLIVEIRA, 2008, p.428).

Dessa forma, Afonso Cláudio optou pela composição com antigos políticos monarquistas, porquanto reconhecessem o novo regime e a ele aderissem. Pretendia dirimir os rancores, oriundos do período monárquico, entre políticos republicanos e monarquistas, objetivando integrar “[...] aptidões úteis, de elementos aproveitáveis ou assimiláveis” (CLÁUDIO, 1981, p. 539). Episódio significativo foi a nomeação para a intendência municipal do até então presidente da Câmara Municipal, Joaquim Lyrio²⁴⁵, no momento da proclamação republicana (SANTOS, 2014a).

Essa foi a brecha de que Moniz Freire carecia para reaparecer no cenário político regional. Contudo, antes mesmo de o governador provisório acenar com essa possibilidade, Moniz Freire se dirigiu aos eleitores, apropriando-se dos fatos ocorridos e construindo uma série de

²⁴³ Sobre esses personagens, cf. Seções 4 e 5.

²⁴⁴ Segundo Afonso Cláudio (2002), o saldo era de 3:191\$824 e a dívida de 116:397\$591 quando assumiu o cargo de governador.

²⁴⁵ Joaquim Correa de Lyrio foi, no Império, um político do Partido Liberal local. Foi deputado provincial da 27ª legislatura (1888-1889) e presidente da Câmara de Vitória em 1889. Na década de 1880, foi um dos redatores do jornal liberal *Gazeta da Victoria*. Na República, em 1890, rompeu com Afonso Cláudio e Moniz Freire, tornando-se um dos membros da *União Republicana Espírito-santense*. Foi eleito deputado estadual constituinte em 1891 por seu Partido, mas perdeu seu mandato meses depois com a dissolução do Poder Legislativo estadual, após a renúncia de Deodoro. Recompondo *a posteriori* com o grupo de Moniz Freire, foi eleito deputado estadual por seis vezes consecutivas, ocupando o cargo entre 1895 e 1910 (da 2ª a 7ª Legislatura). Cf. Bichara (1984a), Oliveira (2008), Pereira (1914) e Santos (2014a).

justificativas e representações sobre si e sobre o novo contexto, como estratégia para legitimar seu lugar na elite política do novo regime. Isso ocorreu mediante o manifesto, por ele escrito, intitulado *Aos meus concidadãos*, posto em circulação pelo seu jornal (DIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, 15 dez. 1889, p. 1). Tal manifesto simbolizou, por um lado, o início da tentativa de Moniz Freire de fazer-se aceito e legitimar-se como protagonista na política local; por outro, a dicotomia entre a aceitação e a recusa do papel que ele deveria exercer no novo governo, despertando a desconfiança em adversários. Essa dúvida, em parte, foi responsável pelo insucesso da política de cooptação do governador Afonso Cláudio de monopartidarizar a política estadual (SALETTTO, 2008). Em contrapartida, o governante encontrou no seu amigo, outrora representado como patriota defensor da Província²⁴⁶, um de seus pilares de sustentação, o que acirrou as polarizações.

Nesse sentido, não causa estranheza que a emergência de Moniz Freire como uma espécie de “salvador” tenha começado a se desenhar ainda nos primeiros meses após a queda do Império. Em *meeting* popular, realizado no mês de janeiro de 1890, participou defendendo a permanência de Afonso Cláudio no cargo, frente aos boatos de que os republicanos estavam divididos e o governador nomeado encontrava-se ameaçado de ser destituído.

Apesar do importante papel que exerceu, talvez por isso, em torno dele passou a estar ancorada a emergente cisão política dentro do grupo que governava o Estado. As nomeações de Moniz Freire para algumas funções, dentro do novo governo, passaram a incomodar os principais republicanos históricos do sul, os quais estavam sob a liderança de Bernardo Horta e Antonio Aguirre.²⁴⁷ Ou, pelo menos, era isso o que Horta fazia acreditar em diversos artigos por ele publicados na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Embora tratasse da política capixaba, em alguns deles, intitulados *O Sr. Dr. Moniz Freire*, dedicou-se a ataques diretos a quem entendia ser oportunista e ilegítimo nas funções que ocupava. Em especial, por causa da presença de seu desafeto na comissão criada pelo governador, para formar o projeto constitucional que serviria de base para o futuro congresso constituinte discutir sua aprovação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 ago. 1890). Assim, entendia ser “[...] inaceitável [a] liga feita

²⁴⁶ Cf. Seção 5.

²⁴⁷ Dentre as funções, destacam-se a presença na comissão estadual para o resgate da dívida nacional (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 03 jan. 1890) e na comissão para formar a Constituição (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 03 jun. 1890). Além disso, havia a escolha do jornal de Moniz Freire, outrora monarquista e crítico dos republicanos na Província, como Diário Oficial do governo.

entre o governador e o Sr. Dr. Moniz Freire, que nem um só compromisso tinha com o atual regime” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 ago. 1890, p.2).

A impossibilidade de acordo entre as lideranças começou a ganhar corpo no congresso republicano estadual, realizado em maio de 1890. A vitória do grupo de Torquato Moreira²⁴⁸, na eleição interna para a composição do diretório do futuro partido republicano, redundou na exclusão de Horta e Aguirre. Derrotados, eles se demitiram do cargo de vice-governadores, caminhando, na prática, para a oposição, junto com alguns correligionários indignados pela não eleição da dupla. O distanciamento se tornou evidente, sendo Afonso Cláudio acusado de abandoná-los (FOLHA DA VICTORIA, 3 jul. 1890). Somou-se a isso a desconfiança de que ambos não iriam compor a chapa oficial de candidatos nas eleições vindouras para o Congresso Nacional Constituinte (O CACHOEIRANO, 13 jul. 1890). Dois meses depois, Horta e Aguirre oficializaram a dissidência, criando a primeira organização partidária do Estado, denominada União Republicana Espírito-Santense (URES), tendo, além de Horta e Aguirre como cofundadores, velhos conhecidos da política capixaba, tais como o barão de Monjardim, antigo chefe Liberal, e Aristides Freire, antigo Conservador.

Por sua vez, o grupo situacionista fundou o Partido Republicano Construtor (PRC), composto por republicanos históricos que se mantiveram ao lado de Afonso Cláudio, somados a políticos monarquistas que aderiram à República após o “15 de novembro”. Históricos adversários de Moniz Freire, como Domingos Vicente e Bazilio Daemon (ambos conservadores), juntamente com os respectivos sectários, compunham seus quadros (CLÁUDIO, 1981).

A composição partidária definida em 1890, na forma de dois partidos republicanos, destoava do padrão mineiro e paulista, assemelhando-se ao fluminense (PINTO, 2011, 2013), pelo menos naquela década. Apesar de um ser de oposição e outro de situação em nível estadual, essa não era uma condição consolidada, na medida em que ambos pleiteavam o papel de legítimos defensores da República, relegando ao adversário a condição de inidôneo. Em muito contribuiu o fato de os partidos terem sido formados por exclusão: enquanto a URES

²⁴⁸ Torquato Rosa Moreira era um médico oriundo da Bahia que havia se estabelecido em Vitória em meados da década de 1880. Após a Proclamação da República, filiou-se ao Partido Republicano Construtor (PRC), sendo eleito deputado constituinte estadual em 1892. No ano seguinte, foi eleito deputado federal para a vaga de Moniz Freire. Permaneceu no cargo até 1899, pois foi reeleito para a segunda e terceira legislaturas. Migrando para a oposição e filiando-se ao Partido Republicano Federal (PRF), só voltou a ser eleito para aquela cadeira em 1906 (5ª legislatura), sendo reeleito para as três legislaturas seguintes. Cf. Pereira (1914) e Abranches (1918a).

representou a união dos republicanos históricos, dissidentes do governo estadual, com antigos líderes monarquistas (dos Partidos Liberal e Conservador), alijados politicamente desde o golpe republicano, o PRC surgiu como uma “resposta” aos opositores do governador e aceitava a influência e liderança de Moniz Freire. Isso, pois, foi componente essencial na disputa pelo controle político do Estado, fato agravado com a emergência das clivagens da arena política nacional, especificamente a polarização entre Deodoro e a maioria dos integrantes do Legislativo nacional.

Quanto à composição social, os partidos eram semelhantes²⁴⁹, inclusive quanto a algumas características que os aproximavam dos “partidos de quadros” (DUVERGER, 1970). A reunião de indivíduos ilustres, voltada para a preparação e a condução de eleições, utilizando como triunfo o que podemos identificar como sendo o capital político de pessoas influentes, constituiu a tônica das agremiações partidárias na Primeira República, em sua maioria com programas limitados e precários. Um caso típico ocorreu no Rio de Janeiro com PRF e o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ) (FERREIRA, 1994).

Mas havia certos fatores de diferenciação. Um deles ocorria devido à localização regionalizada dos republicanos históricos. Na URES, eles eram na maioria oriundos do sul, enquanto no PRC, oriundos de outras regiões.²⁵⁰ Isso comprova a pertinência dessas agremiações como agentes capazes de defender interesses regionais (PINTO, 2013), tanto nas Assembleias Provinciais, quanto no Congresso Nacional. Nesse sentido, um dos fatores de distinção começava a se desenhar, quando Horta, principal porta-voz do Partido no sul do Estado, discordou do plano ferroviário de Afonso Cláudio. Esse plano era pautado na centralização das exportações e no monopólio comercial na cidade de Vitória, em detrimento dos demais portos, entre os quais aquele da Vila de Itapemirim, ao sul, cujo local Horta afirmava defender interesses (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 ago. 1890).²⁵¹

Outro fator de diferenciação tem a ver com os programas partidários, nitidamente distintos. Como era de praxe à maioria dos partidos republicanos (CARONE, 1975), a direção da URES

²⁴⁹ Zorzal e Silva (1995) apresentam, em seu Quadro 3, a composição social dos partidos políticos: profissionais liberais urbanos, comerciantes, fazendeiros e militares.

²⁵⁰ Discordamos da polarização criada por Zorzal e Silva (1995), entre os dois principais grupos político-partidários, como sendo definida por interesses de classes: um grupo ligado ao capital mercantil-exportador/importador e outro, aos agrofundiários. Defendemos uma maior eficácia das ideias políticas e sociais e que “[...] as divisões de força e opinião política não refletem apenas as divisões de classe já existentes no interior da sociedade, [...] não sendo meras expressões da infraestrutura econômica” (SANTOS, 2012b, p. 287).

²⁵¹ A divergência permaneceu existindo na década de 1890, opondo interesses sulistas aos da capital (QUINTÃO, 2010). Cf. Seção 6.

apresentou uma plataforma genérica, estagnada ideologicamente, que não ia além da consolidação da nova forma de governo e da manutenção da recente autonomia e integridade do Estado do Espírito Santo, como pode ser percebido no jornal de Horta (O CACHOEIRANO, 27 jul. 1890). Se comparado ao grupo adversário, assemelhava-se mais a um aglomerado de políticos outrora rivais, reunidos em torno de uma identidade negativa ou opositora comum, em relação ao governo e seus aliados, bem como à influência de Moniz Freire. Nesse sentido, é sintomático que Bernardo Horta tenha se dedicado mais às críticas do que a proposições de ideias, dando atenção demasiada à aliança estabelecida entre Moniz Freire e Afonso Cláudio, como também ao poder de influência do primeiro.

Nesse aspecto, o PRC foi além, pois apresentou um programa partidário relativamente coeso e uma composição de um quadro político constituído de uma identidade, ainda que tenuemente demarcada. Desse modo, não se preocupou somente com a consolidação do regime e a “profissão de fé republicana”, mas estruturou os pontos de apoio que entendia fundamentais para o progresso material do Estado. Eles estavam relacionados especificamente às ideias defendidas por Moniz Freire no Império, produzindo no grupo certo caráter personalista. Eram pelo menos cinco os pilares: ampliação das vias internas de comunicação; estreitamento das comunicações com Minas Gerais, sustentado por vias férreas; instrução primária pública e modernizada; fomento à imigração e, por conseguinte, ao povoamento do Estado; defesa da autonomia dos Estados e respeito aos interesses dos Municípios, conquanto não afetassem os interesses gerais (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 ago. 1890). Esse programa partidário era um sintoma nítido da liderança que Moniz Freire estava exercendo no grupo, embora outros políticos, como o outrora adversário Domingos Vicente, também fossem simpáticos a esses pilares, desde longa data.²⁵²

As incertezas advindas do campo partidário, materializadas na cisão dos republicanos locais, produziram líderes e possíveis candidatos a solucionador do impasse político. Os correligionários confiavam a eles os rumos da agremiação e do Espírito Santo, reconhecendo neles a qualidade de chefes políticos e/ou porta-vozes. Todavia, tamanho prestígio foi incapaz de impedir o acirramento das rivalidades e o seu enquadramento à polarização política nacional entre deodoristas e antideodoristas. Ao contrário, tais personagens contribuíram para

²⁵² Nos debates da Assembleia Provincial, havia concordância quanto a esse aspecto, tendo Vicente elogiado Moniz Freire pelas cartas que escreveu ao imperador, defendendo aquele ponto de vista. Cf. *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial...* (ESPÍRITO SANTO, 1885).

ampliar rivalidades, se observarmos que se tornaram alvos dos principais ataques, estimulando trocas de acusações pelos “jornais-trincheiras” (MATTTEDI, 2005). Atraíram novos atores ao conflito de representações. Entre eles, os principais eram Moniz Freire e Afonso Cláudio, ambos do PRC; barão de Monjardim, Bernardo Horta e Antonio Aguirre, os três da URES.

O acirramento das animosidades entre os grupos ocorreu, de forma clara, em virtude das eleições para a Constituinte nacional, das “intervenções estaduais” em algumas intendências municipais e das disputas simbólicas, pelo monopólio da verdade dos fatos e pelo papel de legítimo representante do regime. As trocas de acusações utilizando os periódicos oficiais dos Partidos foi uma constante.²⁵³ Em destaque, Bernardo Horta, porta-voz do Partido no sul, utilizando-se de seu periódico e até de jornais da capital federal para acusar Afonso Cláudio de ter traído os princípios republicanos, ao abrigar políticos estigmatizados, como sendo ainda monarquistas, sobretudo Moniz Freire, alvo maior das críticas. A ferrenha oposição levou Afonso Cláudio a fazer trocadilhos com as palavras para representar os adversários: enquanto seu partido era o Construtor, “[...] o outro era francamente — *Demolidor*” (1981, p. 545).

As trocas de acusações foram regradas pela presença de anônimos defendendo ou criticando determinados candidatos (SANTOS, 2012b). No seio da elite política, as acusações procuravam desconstruir a adesão republicana do adversário, deslegitimando simbolicamente sua atuação política, e, em alguns casos, empregando-se a palavra “traição” e “traidor” para alcançar êxito.²⁵⁴ Em consonância, desqualificava-se o papel do adversário na implantação da República no Espírito Santo. Bernardo Horta, por exemplo, condicionava a posição ocupada por Afonso Cláudio como sendo fruto de aprovação sua, perante o governo federal, o que foi desmentido pelo acusado, em livro escrito posteriormente²⁵⁵ (CLÁUDIO, 1981).

Às expectativas e ao acirramento dos ataques, o governo estadual se aproveitou do vazio institucional, adicionando novo ingrediente ao ambiente de confusão e incertezas: considerando que os administradores estavam compactuados com a oposição, a administração

²⁵³ *O Estado do Espírito Santo*, principal representante do PRC, e o *Commercio do Espírito Santo* e *O Cachoeirano*, da URES. Infelizmente não tivemos acesso ao outro periódico *unionista*, intitulado *O Federalista*, o qual foi substituído pelo *Commercio do Espírito Santo*.

²⁵⁴ Bernardo Horta tanto atacava quanto era vítima desses “insultos”. Caso exemplar foi a troca de acusações entre ele e Antero de Almeida, então seu ex-aliado, republicano histórico de Benevente (SANTOS, 2012a).

²⁵⁵ Em seu livro, Afonso Cláudio publicou uma carta do marechal Manoel Rodrigues de Campos (em 1889, ligado a Deodoro e então capitão do corpo de engenheiros militares), afirmando que a própria escolha como governador do Estado não havia ocorrido por indicação de Bernardo Horta, mas “não só por [Afonso Cláudio] ser considerado o chefe do Partido Republicano, como por achar-se ele na cidade de Vitória, onde o Governo Provisório tinha urgência de um delegado seu” (CLÁUDIO, 1981, p. 548). Cabe ressaltar que não encontramos outras fontes que comprovem essa assertiva.

estadual interveio nas intendências municipais, demitindo seus componentes, inclusive em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, principais cidades do Estado²⁵⁶.

Era, portanto, a reprodução da prática nacional em nível estadual, pelas mãos do governador. Procuradores, professores e chefes de polícia também não escaparam, conquanto houvessem concordado ou se simpatizado com a URES (SANTOS, 2012a). Nomeando agentes de confiança, garantia-se mais facilmente a vitória nas urnas, em boa parte por causa do monopólio das mesas eleitorais, não obstante nas cidades maiores as eleições fossem mais difíceis de serem manipuladas.²⁵⁷ Em geral, como no Império, os que “[...] estavam no poder não podiam se dar ao luxo de perder eleições” (GRAHAN, 1997, p. 112), caso contrário corriam sérios riscos de inversão do *status quo* político, da perda de aliados e até de desaparecimento como partido.

Talvez isso nos ajude a entender certa “alegria” dos *unionistas*²⁵⁸ pelo resultado alcançado no pleito eleitoral. Apesar da vitória unânime dos *construtores*²⁵⁹, os porta-vozes da oposição se apresentavam em júbilo pela quantidade de votos de seus candidatos. Defendiam que apesar do “[...] triunfo das *chapas oficiais*, [o resultado do pleito] demonstra a todas as vistas que o Estado do Espírito Santo já não deve ser considerado o burgo podre dos ominosos tempos da monarquia” (O CACHOEIRANO, 21 set, 1890, p.1). Posteriormente, um discurso mais belicoso apareceu no mesmo periódico, deslegitimando simbolicamente a vitória dos governistas, afirmando que ela ocorreu por se tratar do grupo que se encontrava no poder e por causa de trapagens (O CACHOEIRANO, 12 out, 1890). Essa percepção fazia sentido, pois o controle da máquina estadual manteve-se como principal subterfúgio para a produção de vitórias eleitorais (RICCI; ZULINI, 2014).

²⁵⁶ Com a Proclamação da República, as câmaras municipais foram dissolvidas e no lugar foram formadas intendências municipais, cujos intendentes eram nomeados pelo governador (SANTOS, 2014a).

²⁵⁷ Como apontam Paolo Ricci e Jaqueline Zulini, o controle do Município era primordial para garantir a vitória no processo eleitoral. Ademais, a composição das mesas eleitorais, estratégia-chave nesse processo, era realizada por cidadãos submetidos aos poderes locais. “Dominá-las significava conduzir o desenrolar do pleito, eventualmente crítico até mesmo para os candidatos governistas, considerando que o controle sobre o alistamento não era completo. Afinal, os mesários geriam a votação. [...] tratava-se de homens que engatavam a apuração preliminar dos votos, na seção, tão logo encerrado o pleito” (RICCI; ZULINI, 2014, p. 449).

²⁵⁸ Assim eram chamados os membros da União Republicana Espírito-Santense. Em nada se refere aos unionistas do Congresso Nacional, adversários em ideias dos ultrafederalistas.

²⁵⁹ Assim eram chamados os membros do Partido Republicano Construtor.

A rigor, o “júbilo” — embora os *construtores* tenham saído totalmente vitoriosos, preenchendo todas as cadeiras da Câmara e do Senado²⁶⁰ — ia além de uma simples desconstrução simbólica da vitória alheia, por mais que tenha sido apropriado pelos porta-vozes *unionistas*, para produzir representações de ânimo e encorajamento aos partidários. Esse episódio pode ser interpretado como sintoma da equilibrada divisão política instalada no Estado, de modo que o controle da máquina estadual tenha sido o fiel da balança nesse processo. Tal equilíbrio garantiu de forma relativamente segura a alternância do situacionismo local, erigido pelas intervenções estaduais de Deodoro, em 1891.

Essa inversão era ansiada pelos *unionistas* nos diversos artigos em que se tentava deslegitimar o governo de Afonso Cláudio, ao acusar seus aliados de monarquistas traidores, porém só começou a ganhar contornos reais a partir do posicionamento político de quase todos os integrantes da bancada capixaba²⁶¹, orquestrado por Moniz Freire, na Assembleia Constituinte. Juntamente com a maior parte daquela instituição, houve uma guinada para a oposição em relação ao governo do marechal Deodoro, redundando em apoio à candidatura de Prudente de Moraes na eleição para presidente, tendo Moniz Freire sido um dos poucos a declarar abertamente seu voto no candidato civil e a expor as razões para tal atitude (SANTOS, 2012b).

Em consequência, os Estados, cujas bancadas haviam apoiado o candidato Prudente de Moraes, sofreram a intervenção direta do Presidente eleito, Deodoro da Fonseca, por intermédio de Lucena, plenipotenciário no ministério. Os governadores foram, então, substituídos por outros, afinados com Deodoro. Nesse sentido, o *construtor* Henrique Coutinho, então no cargo, foi deposto e substituído pelo *unionista* Antonio Aguirre, causando uma reviravolta política no Estado e instaurando mais incertezas ao jogo político local.

Descambados para a oposição, os *construtores* iniciaram uma batalha simbólica a fim de deslegitimar o novo *status quo*. Pelo principal periódico do Partido, *O Estado do Espírito Santo*, os porta-vozes do PRC identificavam ausência de legitimidade nas “intervenções federais” orquestradas por Lucena. As ações variavam desde a tentativa de desconstruir o

²⁶⁰ Os parlamentares constituintes eleitos foram Moniz Freire (3.721 votos) e Antonio Athayde Júnior (3.564 votos) para a Câmara federal; Domingos Vicente (3.684 votos), Gil Goulart (3.626 votos) e José Cesário (3.590 votos) para o Senado (O CACHOEIRANO, 28 set. 1890).

²⁶¹ Exceto o deputado Athayde Júnior, militar ligado a Deodoro, os demais acompanharam Moniz Freire (SALETTTO, 2008).

novo governador²⁶², até acusações de ilegitimidade em relação ao seu governo, considerado inconstitucional pela nova oposição, uma vez que Aguirre foi nomeado após a promulgação da Constituição Federal.²⁶³ Emílio Coutinho, por exemplo, usou a derrota dos *unionistas* nas urnas, na eleição de 1890 para a Constituinte nacional, para deslegitimar a nomeação dos novos governantes. Afirmava estar impressionado que os derrotados tivessem caído nas graças de Lucena (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 4 de abr. de 1891).

Já Afonso Cláudio, importante baluarte entre os *construtores*, e um dos porta-vozes do Partido no jornal, foi além: meses após ter saído do posto de governador, atuando como presidente da intendência de Vitória, negou-se a dar posse ao novo governante.²⁶⁴ Essa nomeação, para ele, confirmava “[...] mais um escândalo na série dos que tem praticado o sr. Lucena com o fim de desmoralizar a Constituição da República”, fazendo com que o Espírito Santo tivesse entrado “[...] ontem pela porta da violência e da ilegalidade num período de inépcia e de desânimos” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 12 mar. 1891, p. 1).

Espelhado nas reviravoltas estaduais, o governo de Aguirre contribuiu a seu modo para a tumultuada infância republicana no Estado: interveio nas intendências, a começar pela demissão de Afonso Cláudio, em Vitória. O mesmo procedimento foi aplicado em Cachoeiro de Itapemirim, cuja intendência passou a ter como presidente ninguém menos que Bernardo Horta, seu histórico aliado (SANTOS, 2012a). O vazio institucional, ainda imperante, o credenciava a tomar essas medidas, embora nesse momento a Constituição Federal já houvesse sido promulgada.

Decerto o início da vigência constitucional, em fevereiro de 1891, preencheu alguma lacuna do vazio institucional produzido pelo movimento de 15 de novembro. Entretanto, serviu de subsídio para deslegitimar certas atitudes que tinham Deodoro e seu ministro plenipotenciário como protagonistas, tais como as “intervenções” federais nos Estados e a dissolução do Congresso Nacional.

²⁶² Em artigo intitulado *Um passado que se renega*, Galdino Loreto acusou Aguirre de ser “[...] o delegado e o soldado dos antigos barões da monarquia” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 22 mar. 1891, p. 2).

²⁶³ Cf. a esse respeito o telegrama de Campos Sales a Moniz Freire (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 12 mar. 1891).

²⁶⁴ Afonso Cláudio, por motivo de saúde, havia se afastado do governo estadual, ocupando seu lugar seus correligionários: Constante Sodré e, mais adiante, Henrique Coutinho, que acabou demitido por Lucena. Antes, porém, voltou à vida política sendo nomeado presidente da intendência de Vitória (RIBEIRO, 2007).

A política espírito-santense acompanhou o drama republicano, produzido na arena política nacional, como caixa de ressonância de medidas tomadas no fulcro das crises políticas, que envolveram diretamente o parlamento, o presidente e as Forças Armadas. Essas querelas ecoaram no seio da elite política regional, enquadrando-as na polarização entre os Poderes Executivo e Legislativo, oriunda do cenário nacional. Acerca das disputas locais, elas não descambaram para o grau de conflito que envolvesse atuação militar, ao cotejá-las com o quadro existente em outros lugares do país. Porém, em torno do pequeno agrupamento aqui residente, intitulado 32º Batalhão de Infantaria, desenvolveu-se uma disputa simbólica pela sua aliança. Pelos jornais, observa-se que os militares estavam constantemente presentes nos principais eventos públicos, sobretudo nos de caráter político, como no banquete oferecido pelo então governador Afonso Cláudio, em que toda a oficialidade foi homenageada com um brinde. No mesmo periódico, um correspondente anônimo ressaltava a importância de que o batalhão da capital fosse composto por conterrâneos, “[...] porque o soldado em terra estranha só conhece como seus superiores aqueles que são propriamente do exército, e os que com ele lidam no seu quartel” (FOLHA DA VICTORIA, 13 fev. 1890, p.3). Era indício do temor de possíveis intervenções ou anarquia militar.

A ação do componente militar se deu de forma substantiva na eleição para o Congresso Constituinte estadual, em abril de 1891. À frente do governo, os *unionistas* garantiram o triunfo eleitoral, sob o ferrenho protesto da oposição. Afora a violência e a fraude, argumentos sempre presentes para invalidar simbolicamente a vitória adversária, havia um novo componente na denúncia: a participação direta da tropa do 32º Batalhão de Infantaria, cercando o edifício da intendência da capital e impedindo os eleitores de acompanharem a apuração. A acusação saiu republicada um mês depois do pleito, em *O Estado do Espírito Santo* (21 mai. 1891), pois a informação era originária do jornal, *A Novidade*, do Rio de Janeiro. Objetivava mostrar que a notícia havia chegado à capital federal. Outros jornais, similarmente, publicaram tal acusação²⁶⁵, o que torna o fato ainda mais crível, ao considerar-se que o tenente-coronel Joaquim Fernandes de Andrade e Silva²⁶⁶, então chefe do 32º

²⁶⁵ Um dos jornais foi a *Folha da Tarde*, de Santos. Em artigo, José Cândido de Vasconcellos defendia a ilegitimidade de Monjardim e Aguirre à frente do governo do Estado. O artigo foi republicado por *O Estado do Espírito Santo* (13 dez. 1891).

²⁶⁶ Foi militar de carreira, fez parte da comissão fundadora do Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro e possivelmente oriundo dessa cidade. Ocupou diversos postos. Era engenheiro militar e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 7 de janeiro de 1890, quando houve a criação do 32º Batalhão de Infantaria de Vitória pelo governo federal, foi nomeado para comandá-lo. Filiou-se à União Republicana Espírito Santense, foi eleito deputado estadual em 1891 (vice-presidente da Assembleia), perdendo seu mandato em

Batalhão havia se aproximado do governador Aguirre, de quem obteve uma concessão pública²⁶⁷, além de ter concorrido como candidato da URES para uma vaga de deputado estadual constituinte, nessa mesma eleição. A politização militar ganhava seus contornos no Espírito Santo.

O momento dramático pelo qual passava a República, quando boa parte das bancadas estaduais, presentes no Legislativo federal, passaram a se contrapor aos governadores nomeados por Lucena, contribuiu para o impasse que resultou na drástica atitude de Deodoro: dissolver a Câmara e o Senado. O marechal apostou, com tal atitude, na oportunidade de “rotinizar” a República a seu modo, recebendo apoio de seus aliados nos Estados. Era a ocasião propícia para formar um novo Poder Legislativo, harmonizado com seu governo e com os governadores recém-nomeados. No Espírito Santo, a divergência era nítida, já que a Assembleia Legislativa e o governo do Estado, *unionistas*, apoiaram a causa do generalíssimo (JORNAL DO BRASIL, 14 nov. 1891), enquanto os *construtores* engrossaram ainda mais o coro oposicionista. O acirramento das rivalidades no Estado, alcançado o ápice da ressonância na polarização entre deodoristas e antideodoristas, deu margem para que o barão de Monjardim, governador eleito pelo Congresso Constituinte *unionista*, iniciasse forte repressão à oposição, proibindo manifestações públicas e levando o principal jornal de Moniz Freire a suspender sua publicação (SALETTTO, 2008).

O retorno só foi possível após a queda de Deodoro e ascensão de Floriano Peixoto, protagonizada pela revolta naval liderada por Custódio de Melo, dia 23 de novembro de 1891. Por causa disso, a permanência dos *unionistas* no governo criava um impasse que acirrou os ânimos dos opositores, que passaram a exigir a renúncia do governador. A estratégia *unionista* de simpatia ao ato recém-acontecido revelou-se ineficaz como forma de legitimar o *status quo*. O editor do *Commercio do Espírito Santo*²⁶⁸, a fim de convalidar a permanência do governador, publicou o telegrama em que Floriano Peixoto respondia a Monjardim garantindo

virtude da queda de Deodoro e com a volta dos *Construtores* à frente do governo estadual. Em outubro de 1891, deixou o comando, sendo transferido para outro batalhão. Cf. *Almanak do Ministerio da Guerra* (1887), *O Estado do Espírito Santo* (26 jan. 1890), *O Estado do Espírito Santo* (23 out. 1891), Pereira (1914) e o sítio <<http://www.hce.eb.mil.br/index9.php>>. Acesso em 21 mai. 2015.

²⁶⁷ A concessão se refere a um estabelecimento de instrução superior no Estado (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 mai. 1891).

²⁶⁸ Jornal da URES sediado em Vitória. Substituiu *O Federalista* em 1891. Era editado por Aristides Freire. Infelizmente não encontramos exemplares desse jornal desse período até abril de 1892. Desse modo, utilizamos os comentários das suas publicações reproduzidos em *O Estado do Espírito Santo*.

não ser estorvo sua permanência à frente do governo do Espírito Santo (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 27 nov. 1891).

Tal estratégia, combinada com a permanência do governador no cargo, acirrou os ânimos, produzindo nova guerra simbólica pelo monopólio da legitimidade. *O Cachoeirano* (22 nov. 1891, p. 1)²⁶⁹, por exemplo, representou Monjardim como um governante legítimo, pois a população “[...] em grande maioria pôr-se [sic] à disposição do governo legar [sic] deste Estado que tem sua testa o prestigioso e honesto cidadão Barão de Monjardim”. Portanto, ele estava “protegido” daquilo que o periódico interpretava como uma conspiração arquitetada por Moniz Freire.²⁷⁰ No entanto, os poucos artigos desse jornal — o que denota certa incerteza e incapacidade argumentativa de defender a situação política vigente — não se comparavam à euforia e ao entusiasmo produzido pelo periódico de Moniz Freire.

Quase diariamente, ao longo do mês de dezembro, correligionários do PRC divulgavam notícias de deposições de intendências municipais e de governos estaduais pelo país, como forma de respaldar o desejo dos *construtores* de se apossarem do governo. As atitudes desesperadas de Monjardim contribuíam para acirrar os ânimos, como o impedimento de reuniões e a prisão arbitrária de Alberto Wolkart.²⁷¹ O senador Gil Goulart²⁷² acusou tais ações de serem “[...] ilegalidades que estão a anarquizar o Estado” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 18 dez, 1891, p. 1).

Para destruir a imagem do governador, eles publicavam uma série de textos, apontando a incoerência do político em se manter no poder. Recordaram episódios passados, como a nomeação de Aguirre ao cargo, tratada como ilegal pela ótica oposicionista, para assim justificar a saída de quem havia supostamente usurpado o poder. Os adeptos do pacifismo rogavam que o governador refletisse “[...] sobre essa situação intolerável, [portanto] resolva-

²⁶⁹ Apesar de a data o periódico ser anterior à renúncia de Deodoro, ele apresentou um boletim informando os acontecimentos do dia 23, o que permite considerar que a publicação do periódico não ocorreu na data divulgada em primeira página.

²⁷⁰ A rigor, tratava-se de um congresso do PRC, convocado por Afonso Cláudio desde outubro (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 28 out. 1891).

²⁷¹ Era um estrangeiro naturalizado brasileiro, comerciante do Porto de Cachoeiro (hoje, Santa Leopoldina). Cf. *O Estado do Espírito Santo* (3 dez. 1891).

²⁷² Gil Diniz Goulart era carioca de nascimento. Ainda no Império, após formar-se, mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim, onde se tornou advogado. Filiando-se ao Partido Liberal, foi presidente da Câmara Municipal da mesma cidade e depois deputado provincial entre 1884 e 1887 (respectivamente 25ª e 26ª legislaturas). Tornou-se republicano antes da Proclamação. Após a mudança de regime, permaneceu ao lado de Afonso Cláudio, integrando-se ao PRC. Foi eleito senador constituinte, mandato excepcional de seis anos. Após o término desse mandato, não foi mais eleito, permanecendo na capital federal. Cf. Abranches (1918a), Bichara (1914b) e *O Estado do Espírito Santo* (26 nov. 1890).

se a praticar um ato de aparente abnegação [...] e resigne o poder nas mãos de quem pode e deve recebê-los” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 dez. 1891, p. 1). Mais radical, Graciano Neves, em *O Norte do Espírito Santo*²⁷³ (1º dez. 1891 p. 4), conclamava aos espírito-santenses que correspondessem “[...] ainda uma vez aos briosos representantes [...]” e que para “[...] a honra vossa de Espírito-santenses e de brasileiros, a deposição imediata desse governo imoral é o nosso dever”.

Outra das estratégias para deslegitimar Monjardim foi associá-lo a Lucena, haja vista seu apoio à dissolução do Legislativo federal, semanas antes.²⁷⁴ Além disso, culpavam-no pelas violências que eclodiam no Estado e o alertavam que esses problemas eram fruto de sua relutância em entregar o cargo. Assim, o anônimo “C.L.” concluiu:

[...] Ou o sr. Alpheu [Monjardim], apercebendo-se do perigo, resignará o poder, ou será deposto ficando-lhe o remorso de haver provocado um derramamento de sangue brasileiro, e caindo sobre sua cabeça as lágrimas de centenares [sic] de viúvas e órfãos.

Mas antes que se dê a última hipótese, confiamos que o governo federal compreenderá a situação aflitiva em que se acham os seus verdadeiros e leais amigos do Espírito Santo [os *construtores*], e tomará providências no sentido de impedir a continuação de tão infame perseguição (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 dez. 1891, p. 2).

O apelo por auxílio chegou a Floriano, posteriormente à informação de que os *construtores* conspiravam desde o dia seguinte à renúncia de Deodoro²⁷⁵, o que levou o marechal a enviar ao Estado o deputado Serzedello Corrêa.²⁷⁶ Assustado com a envergadura da crise de legitimidade instaurada, ele concluiu que com “[...] esses homens [os *unionistas*] é impossível governar” (SANTOS, 1939, p. 279).

²⁷³ Graciano dos Santos Neves era oriundo de São Mateus. Filho do político conservador e homônimo Graciano dos Santos Neves, começou a exercer cargos políticos na República. Fez parte do Partido Republicano Construtor, ao lado de Moniz Freire, e da Junta Governativa que assumiu o governo no lugar do barão de Monjardim em 1891. Foi o 1º vice-presidente do Estado no primeiro mandato de Moniz Freire (1892-1896) e presidente do Estado entre 1896 e 1897, mandato interrompido por ter renunciado. Posteriormente foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo (6ª Legislatura - 1906-1908) (ABRANCHES, 1918b). Escreveu para vários jornais, entre os quais *o Estado do Espírito Santo*, ligado a seu partido, e foi redator-chefe em 1891 de *O Norte do Espírito Santo* (PEREIRA, 1926).

²⁷⁴ Galdino Loreto tentava colocar Monjardim em um impasse: ou era sem caráter e desleal, por abandonar Lucena, ou permanecia com Lucena e, portanto, se tratava de um conspirador. Em ambos os casos, era tratado como ilegítimo (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 dez. 1891).

²⁷⁵ Informação dada em telegrama pelo então chefe do 23º Batalhão de infantaria, Coronel Ignácio Henrique de Gouvêa.

²⁷⁶ Innocencio Serzedello Correa foi um militar de carreira paraense. Na República, foi eleito deputado federal constituinte pelo Pará, fato que se repetiu na 3ª e 4ª legislaturas (entre 1897 e 1902) e posteriormente na 8ª (1912-1914). Entre 1895 e 1896 foi deputado federal pelo Distrito Federal. Ocupou várias pastas em secretaria e ministérios, inclusive interinamente, no governo de Floriano Peixoto. Foi prefeito do Distrito federal entre 1909 e 1910, nomeado por Nilo Peçanha (ABRANCHES, 1918a).

A preocupação de Serzedello fazia algum sentido. A atitude de Monjardim de entregar o cargo ao vice pouco adiantou para arrefecer os ânimos, apesar de Aguirre não ter hipotecado apoio à Deodoro na dissolução do Congresso. Segundo o *unionista* Mattoso Câmara, tal atitude foi fruto do seu aconselhamento (O CACHOEIRANO, 10 jan. 1892), o que, se verdadeiro for, comprova que a manutenção do barão no cargo era vista com certo grau de ilegitimidade até por correligionários. Por sua vez, a permanência de Aguirre durou o tempo necessário para a formação de uma junta governativa, antes mesmo de sua renúncia, e composta por Galdino Loreto²⁷⁷, Graciano Neves e o Coronel Ignácio Gouvêa, chefe do 32º Batalhão de Infantaria (SANTOS, 1939).

Note-se que os *construtores* se aliaram ao novo comandante do Exército no Espírito Santo, encontrando assim condições necessárias para depor o governador interino. Naturalmente, o batalhão reconheceu, de imediato, a Junta Governativa, atitude essa que representou o fiel da balança na decisão de Aguirre em renunciar. Assim, a presença dos militares na política local também se revelou uma força desestabilizadora.

Quanto à participação popular, algumas versões dão conta de que Aguirre teria sido deposto por uma multidão afoita, que adentrou o palácio do governo. Tais variantes subtraem o protagonismo do poder militar, ao entender que o coronel Gouvêa havia participado da junta apenas para manter a ordem. Em suma, à oposição e ao povo teria cabido a deposição, restando às Forças Armadas apenas o reconhecimento, o que se coadunava com a política florianista de não intervir diretamente nos Estados (SALETTTO, 2008).

A versão *unionista*, por sua vez, alegava que o barão havia entregado o cargo ao coronel Gouvêa “[...] a fim de que cesse a anarquia sob que temos permanecido desde o dia 19 de dezembro, e se inaugure 1892 com a restauração dos direitos constitucionais garantidos aos cidadãos” (O CACHOEIRANO, 10 jan. 1892, p. 1-2), quer dizer, para que fosse permitido à população voltar a se reunir, especialmente para defender o governo criticado. Construiu-se acima uma representação heroicizadora, que acabou não vingando. A despeito dos pontos de vista, mas levando em consideração que o predominante tende a ser aquele fabricado pelos

²⁷⁷ Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto foi um advogado oriundo de Pernambuco, transferindo-se para o Espírito Santo em 1890, para ocupar cargos no Poder Judiciário local. Foi membro da Junta Governativa que assumiu o poder no Espírito Santo, após a queda de Deodoro e dos governadores *unionistas* barão de Monjardim e Antonio Aguirre. Posteriormente, tornou-se um dos vice-presidentes do Estado, no governo de Moniz Freire. Filiado ao PRC, foi eleito deputado federal em 1894 (2ª legislatura) e reeleito para a 2ª, 3ª, 4ª e 5ª legislaturas. Foi eleito para a 7ª legislatura, mas faleceu antes de assumir. Embora o personagem seja apresentado por Dunshee de Abranches (1918a) em seu livro com o sobrenome “Barreto”, o certo é “Loreto”.

vencedores, é plausível acreditar que houve participação do povo no episódio da renúncia do governante, dando com certa precisão a amplitude da crise de legitimidade. Um *meeting* de protesto foi convocado para o dia 19, em frente à residência de Moniz Freire horas antes da renúncia (OLIVEIRA, 2008).

De modo geral, pode-se inferir que a chegada de Floriano Peixoto à presidência da República foi o ponto de largada para a estabilização da República no Espírito Santo, apesar da permanência, no Estado, das acirradas divergências e disputas político-partidárias. Nos moldes definidos por Bourdieu (2009), era o pano de fundo para a emergência do portador de capital heroico. Essa fratura abriu a fenda necessária para que a oligarquia estruturada no PRC, liderada por Moniz Freire, se consolidasse na política regional, à frente do governo estadual, compondo as legislaturas da Assembleia Legislativa e as cadeiras na Câmara Federal e no Senado, por mais de uma década.

O que se sucedeu à posse da Junta Governativa configurou a condescendência com a deposição de intendências que ainda permaneciam fiéis ao antigo grupo e a anulação da Constituição estadual de 1891 e de seu promulgador, isto é, do Poder Legislativo estadual, sob o controle da URES, agora de volta à oposição.

As intervenções chegaram ao Poder Judiciário, pela demissão dos “antigos” e nomeação de novos desembargadores, entre os quais ninguém menos que Afonso Cláudio (GURGEL, 2014). A estrutura política e burocrática do Estado foi entregue aos *construtores*, componentes da Junta. Fazia-se necessário legitimar, no entanto, o retorno do grupo ao poder, demandando para tanto a convocação de nova eleição para novo Congresso Estadual Constituinte.

É bem verdade que os pleitos eleitorais serviram para referendar os partidos situacionistas no Império e que essa prática pouco se alterou a despeito da ruptura política de 1889. Era forçoso legitimar o situacionismo mediante o sufrágio, “universal” na Primeira República, conformando uma aparência de livre concorrência entre partidos e facções. A realização desse processo “consultivo” significava preocupação da elite política com a manutenção do *status quo* e reconhecimento das facções ou grupos políticos que estavam no controle do Estado. Em suma, como aponta Richard Graham (1997, p. 111),

[...] a ênfase oficial na liberdade, nas eleições livres e em outras liberdades conseguiu estabelecer a legitimidade do sistema político por um longo tempo. Existia liberdade suficiente, ou acreditava-se que existia, para comprar cumplicidade. Os que perdiam as eleições não deixavam de protestar, mas não se revoltavam em grande escala.

Em relação à Monarquia, pouca coisa em termos de prática política foi alterada pelas leis republicanas, considerando-se os regulamentos eleitorais e a manutenção do poder delegado às mesas eleitorais e aos grupos situacionistas. Faltava apenas um novo dispositivo constitucional para regulamentar a rotação desses grupos ou partidos, já que o antigo dispositivo — o Poder Moderador — fora extinto pela nova constituição republicana. Desse modo, as oposições estariam jogadas à própria sorte. Percebendo isso, antes da nova eleição para o Congresso Constituinte Estadual marcada para março de 1892, o diretório da URES se antecipou em bradar, concitando os eleitores “[...] a protestar de modo digno e solene contra os destruidores da autonomia do Estado e esfacelamento de nossas caras instituições, abstendo-se de comparecer à intempestiva, ludibriosa e indecente convocação eleitoral” (O CACHOEIRANO, 14 fev. 1892, p. 1).

Os atores responsáveis pela defesa ou pela contestação da legitimidade haviam se invertido novamente, com os *unionistas* de volta à seara da oposição, questionando o novo situacionismo político. Essa contestação teve seu ápice na atitude de abstenção eleitoral, ou seja, na tentativa simbólica de deslegitimar o pleito. Todavia, faltava o componente indispensável para potencializar essa querela, a ponto de realizar os anseios políticos e materializar o que entendiam como interrupção da legitimidade. Esse componente era a devida sintonia com os acontecimentos na arena nacional e, mormente, com os interesses do grupo que ocupava o governo federal. Não havendo mais um poder externo interessado na causa da URES, restou a execução de atitudes “pacíficas” ancoradas em abstenções e críticas ao governo do PRC, compondo esforços estéreis que, diante das sucessivas derrotas nas eleições e consequente exclusão do acesso aos principais cargos políticos estaduais, levaram a URES à extinção anos depois, contrastada com a hegemonia do PRC (SALETTTO, 2005).

Por mais que no país ainda restassem crises de legitimidade, a exemplo da Revolta da Armada de 1893, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, entre outras, a subida do PRC ao governo no Espírito Santo levou o Estado à relativa normalidade, blindando-o do quadro caótico nacional. Em muito contribuiu a aliança — ou até mesmo cumplicidade — estabelecida entre os *construtores* e Floriano, a qual serviu de trampolim para a chegada do

PRC ao poder e para estigmatizar a oposição regional.²⁷⁸ Essa aliança pode ser encontrada no apoio dado ao governo federal pelo principal jornal do Partido e nas diversas manifestações de apreço e apoio ao marechal pelos deputados estaduais, registrado nos Anais do Congresso estadual (ESPÍRITO SANTO, 1892a, 1894a).

Assim sendo, o que Marta Zorzal e Silva (1995) definiu como “consolidação das oligarquias mercantil-exportadoras” à frente dos rumos do Estado, nada mais representou que a perpetuação — por certo tempo, é verdade — dos *construtores* no governo, derrotando, bem como incorporando, anos mais tarde, facções até então excluídas, inclusive os republicanos históricos do sul, outrora ferrenhos opositores. Isso aconteceu sob a liderança de Moniz Freire e compactuou com seu projeto de afirmação regional, centralizando seus interesses na capital.

O vazio institucional, hiato vigente desde a dissolução dos três Poderes estaduais e anulação da Constituição Estadual de 1891, até a reorganização político-institucional, não serviu satisfatoriamente aos interesses *unionistas*, como oportunidade para reaver o governo perdido. Ao contrário, essa lacuna foi de encontro àquele grupo, pois, sob a batuta da Junta Governativa, composta de aliados, Moniz Freire e seu séquito puderam ocupar o vazio institucional deixado pelos seus adversários, os quais haviam se apossado das instituições políticas estaduais até a queda de Deodoro.

Cabe-nos agora compreender como o político espírito-santense e seus seguidores, por meio de um conjunto de representações, arquitetaram essa ascensão, aproveitando-se dos momentos oportunos, estruturados nas crises e nos vazios apontados nesta Seção.

5.2.1 A consolidação do capital heroico de Moniz Freire

A construção da imagem de Moniz Freire como uma espécie de “salvador” — alguém apto a conduzir os destinos do Estado do Espírito Santo — em muito se deveu à crise de legitimidade e ao vazio institucional produzido pelos primeiros anos da República. Contudo, esse processo não pode ser creditado unicamente aos episódios engendrados por essa nova fase. Como ressaltado na Seção 4, esse personagem angariou um capital pessoal de

²⁷⁸ Um caso típico foi um artigo em defesa de Floriano contra os revoltosos da Revolução Federalista, ligados a Silveira Martins. No jornal *O Estado do Espírito Santo* (10 mar. 1893, p. 2), o editor denunciou que “[...] os unionistas em vez de seguir este exemplo [dos verdadeiros patriotas que se colocam ao lado de Floriano contra a restauração monárquica dos federalistas], prestam sua adesão à causa dos revoltosos”.

notoriedade e um capital político do tipo heroico nos primeiros anos de sua atuação na vida pública, no ambiente político da Província. Essa aquisição foi o resultado da luta de representações travada entre adversários e aliados. Eram representações de correligionários, de si mesmo e até de adversários, produzindo uma espécie de “consenso” em torno de sua figura, e giravam em torno dos esforços e das ideias, entendidos como patrióticos, que se desdobraram em proposições para transformar o quadro econômico da Província, entendido como aquém das potencialidades e das principais referências espaciais empregadas nos discursos, tais como São Paulo e Estados Unidos.

As palavras ditas e/ou escritas ganhavam força à medida que Moniz Freire conquistava legitimidade e reconhecimento, perante uma parcela da elite política regional, do direito à fala e ao discurso. As diversas oportunidades como orador em importantes eventos e instituições traduziam o reconhecimento, a sólida composição política e a assimilação de suas ideias. Como um “círculo virtuoso”, a eficácia do discurso se ampliava pela junção entre a legitimidade do orador, da situação vigente e dos destinatários (BOURDIEU, 2003). Por exemplo, as cartas direcionadas ao Imperador, as quais concorreram para compor seu capital heroico, contribuíram, portanto, para torná-lo “legítimo” no direito de falar e de ser escutado. A verdade da promessa e do prognóstico de quem fala é fruto desse processo de construção da “licença” para discursar e para se fazer acreditar. Esse reconhecimento, inclusive, pode até gerar manifestações simbólicas ao gosto do senso comum. Fato ilustrativo consistiu na lei de imigração²⁷⁹, aprovada em 1888 na Assembleia Provincial, ter se tornado popularmente conhecida como “Lei Moniz Freire”, ao menos para seus correligionários (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 22 mai. 1890).

Após o fim da Monarquia, as lutas de representações em torno de Moniz Freire, sempre traçadas por vicissitudes, ganharam novos contornos, mais intensos, pois em torno delas em boa parte se fundamentou a cisão da elite política, desdobrada na criação de dois partidos políticos. Essa maior intensidade, coadunada ao contexto de incertezas políticas, se traduziu na produção de mais crédito e confiança, por parte da comunidade interpretativa composta por seu séquito, ou seja, por aqueles que, de alguma forma, partilhavam dos anseios desse personagem e se sentiam envolvidos pelo seu carisma.

²⁷⁹ Sobre a lei, cf. nota 177.

Se o campo político é o lugar primordial da concorrência do poder (BOURDIEU, 2009), foi também o espaço onde os formadores de opinião travaram sua luta, mediante apropriações transformadas em representações e postas em circulação. A capacidade de mobilizar o grupo — transformado em comunidade interpretativa — e de se legitimar como seu porta-voz foi condição *sine qua non* para seu triunfo, frente às possibilidades engendradas pelas crises de legitimidade despontadas nos primeiros anos republicanos e um conjunto de representações e valores que buscavam deslegitimá-lo. É, desse modo, em interface com os acontecimentos produtores de um quadro de total incerteza, que uma parcela da elite política regional tornou reconhecidos tanto o discurso quanto a liderança de Moniz Freire, fabricando a imagem de um condutor, o “mais capaz” para assumir o posto de governante e líder político.

Cabe ressaltar que a trajetória de Moniz Freire, entre o “ostracismo” político e a assunção ao governo e chefe da oligarquia situacionista, apesar do período de dois anos e meio (desde novembro de 1889 a maio de 1892), configurou-se como um longo processo marcado por avanços e retrocessos, oriundos das rivalidades regionais, em parte alimentadas pelas polarizações políticas do cenário nacional. Essas rivalidades colocaram-no no centro dos acontecimentos, tornando-o referência para seus adversários, como uma espécie de “identidade negativa”, ao passo que fortaleciam a coesão dos seus correligionários em torno do personagem.

Essa dualidade, construída no embate de representações, teve como ponto de partida o manifesto *Aos meus concidadãos*. Por intermédio desse texto, Moniz Freire reproduziu as representações positivas que havia recebido de seus aliados, afirmando que seus oito anos de vida pública foram “[...] preenchidos por um trabalho insano e ininterrompido [...] de consagração a essa terra” (DIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, 15 dez. 1889, p. 1). Pela estratégia retórica da hipérbole, objetivava fortalecer seu capital heroico.

Frente ao desafio de se legitimar perante o novo regime, sem renegar sua atuação política monarquista pelo Partido Liberal, ele tentava consolidar um lugar próprio, uma espécie de “meio termo”, colocando-se acima das paixões. Dizia não ser nem republicano nem monarquista fervoroso e desacreditava que a República implantada pudesse corrigir os erros e vícios que, para ele, traspassavam os regimes e estavam presentes no país. Com isso, se representava como sendo realista e desapegado às paixões. Mantendo um jogo aparentemente dubio, defendeu D. Pedro II e o ministro deposto, o visconde de Ouro Preto, enquanto, ao mesmo tempo, declarava a monarquia morta e impossível de ser ressuscitada, fazendo, para

tanto, uso da metáfora da ressurreição de Lázaro por Jesus. Reafirmava seu apego às ideias positivistas, legitimando sua suposta adesão, que para ele se diferenciava das demais, ilustradas como “[...] sem fé nem significação, que só exprimem o desespero dos náufragos, receosos de se submergirem na cava da revolução” (DIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, 15 dez. 1889, p. 2). Essa era uma crítica ao fisiologismo político dos novos republicanos. Outras características apresentadas consistiam na preocupação com a presença dos militares na política, na necessidade de ouvir as várias classes (entre elas as industriais, isto é, produtoras), na desconstrução de uma possível imagem de vencido e no desejo de sucesso da República.

Esse manifesto, recheado de representações e retóricas, foi o “passaporte” do personagem para ingressar na nova fase política. De acordo com Estilaque dos Santos (2012b), o impresso foi inovador e lhe deu condições para o posterior sucesso de sua carreira. De igual maneira, não se pode perder de vista seu diferencial ao ostentar uma coerência construída sobre referenciais teóricos, pelos quais se representava como alguém acima de republicanos e monarquistas. No entanto, o documento atuou como uma via de mão dupla, pois ao fugir do adesismo apaixonado e por não renegar o passado monárquico nos moldes dos republicanos históricos, o texto foi apropriado por aqueles que rejeitavam sua figura nos quadros políticos do Estado, com o intuito de construir representações negativas a seu respeito. Aristides Freire, histórico adversário, afirmou, em seu periódico *A Folha da Victoria* (19 jan. 1890), que o documento foi recebido com má impressão pelos espírito-santenses residentes no Rio de Janeiro; Antonio Campos Sobrinho²⁸⁰ e Antonio de Athayde Júnior²⁸¹, políticos locais, o alcunharam de “manifesto monstro” e monarquista, denominaram seu autor de “liberal

²⁸⁰ Antonio Campos Sobrinho foi um político, natural de Vitória. Inicialmente fez oposição ao governo de Afonso Cláudio, juntamente com Antonio de Athayde Júnior. Aproximou-se dele na fundação do PRC. Candidato por esse Partido, foi derrotado na eleição para o Congresso Constituinte estadual, em 1891. Preterido diversas vezes na composição das chapas em eleições seguintes, foi derrotado na eleição de 1892 para a Câmara Federal. Afastando-se do PRC, integrou o Partido Republicano Federal (PRF), tornando a disputar uma eleição para a Câmara Federal, em 1897. Apesar dos expressivos votos, não teve seu diploma reconhecido pela Comissão verificadora de Poderes daquela instituição. Perdeu a eleição seguinte, para a mesma vaga, em 1901. Cf. *Commercio do Espírito Santo* (19 jul. 1892); *Commercio do Espírito Santo* (30 out. 1896), *Commercio do Espírito Santo* (07 nov. 1896), *O Cachoeirano* (31 jan. 1897), *O Estado do Espírito Santo* (10 fev. 1901) e Saletto (2005).

²⁸¹ Antonio Borges de Athayde Júnior foi um oficial do Exército, natural de Vitória, que atuou no movimento republicano dentro da Escola Militar. Participou do movimento de 15 de novembro. Vivendo no Espírito Santo, a princípio se desentendeu com Afonso Cláudio por ter se aproximado de Moniz Freire. Meses depois, aliou-se a ambos, tornando-se candidato a deputado federal pela chapa do PRC. Eleito deputado constituinte em 1890, tendo seu mandato estendido à 1ª Legislatura (1892-1894). Foi reeleito para a 2ª legislatura (1894-1896). Abandonando a política logo a seguir, foi nomeado oficial da secretaria da Câmara dos Deputados, ficando no cargo até falecer em 1911. Cf. Abranches (1918a) e Saletto (2008).

afonsista”²⁸² (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 jan. 1890), a fim de comprovar que a República no Espírito Santo corria perigo. Tempos depois, Bernardo Horta, ao passar para a oposição, apropriou-se dessa representação, chamando tal texto de “[...] repositório de vaidades, piegas e de burlescos ditirambos”, a fim de acusar a suposta não adesão do seu autor à República. Ao final, concluiu: “E ele [Moniz Freire] aderiu [à República]? Não. [Mas] Ele veio ocupar um lugar que lhe estava reservado no acampamento republicano” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 ago. 1890, p. 3). Em suma, seus desafetos políticos utilizaram o manifesto como prova cabal para apontar um paradoxo existente, isto é, de um monarquista, um intruso, ocupando cargos políticos na República, objetivando invalidá-lo politicamente.

Do momento em que escreveu o manifesto à crítica realizada por Horta, havia-se passado mais de seis meses. Nesse ínterim, o republicano sulista e segmentos da elite política dissidente do governo estadual da qual fazia parte já compunham a oposição, após derrota no congresso republicano de maio, agrupando-se politicamente com antigos monarquistas na URES. Testemunhava o crescimento político de Moniz Freire, liderando os *construtores*, atraindo até desafetos iniciais, como Athayde Júnior e Campos Sobrinho. Essa liderança rendeu a Moniz Freire a acusação de estar manipulando o governador (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1890).

A consternação dos *unionistas* e a necessidade de desconstruí-lo fazia sentido, pois a rápida ascensão do personagem ocupava os espaços e o poder de influência que Horta e Aguirre cobiçavam. Em menos de um ano de vigência do novo regime, ele já havia aderido e participado do governo de Afonso Cláudio de diversos modos: membro da comissão para resgate da dívida estadual; porta-voz da manifestação em defesa da permanência do governador; integrante da comissão para formar uma constituição estadual; protagonista na fundação do PRC, partido que serviria de sustentáculo ao governo, e exerceu influência nas decisões do governador.²⁸³

²⁸² O termo “afonsista” foi utilizado porque Moniz Freire, em seu manifesto havia defendido o liberal Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro-Preto, deposto em 15 de novembro de 1889.

²⁸³ Dois casos foram paradigmáticos. O primeiro deles foi a inicial manutenção do jornal de Moniz Freire como órgão oficial do Estado, fator de discórdia entre os republicanos (MATTEDI, 2005), e também um indicativo de que esse personagem iria figurar no centro da vindoura cisão política. Meses depois, como parte da política conciliadora, o governador criou um Diário oficial de propriedade do governo. O segundo foi o cancelamento da Reforma da Instrução Pública que o governo realizaria, “coincidentemente” após rompimento e pressão de Moniz Freire. Para Bernardo Horta, o governador sacrificou “a instrução popular [isto é, a Reforma] para maior glória do Sr. Dr. Moniz Freire” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 de ago. 1890, p. 3).

Podemos asseverar que essa composição foi benéfica para ambos. Para o ex-monarquista, ela significou a oportunidade de ingressar na elite política republicana e fortificar seu capital político. Como afirma Weber (2004), o líder carismático — em questão um detentor de capital heroico — precisa constantemente apresentar provas de seus dons e atributos, sendo as ações e as representações um caminho para esse fim. Nesse sentido, estar presente na comissão constitucional traduzia-se como condição relevante.²⁸⁴ Por mais que tenha provocado descontentamentos e dissidências (tanto imediatas quanto mediatas), sua presença e participação encetaram novas representações positivas e alimentaram seu capital de notoriedade. Foi publicamente elogiado, chamado de ilustrado e patriota que, junto com os demais, saberia “[...] corresponder patrioticamente às vistas do Governador e às esperanças da opinião criteriosa” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 mai. 1890, p. 2).

Por sua vez, o republicano histórico Afonso Cláudio também angariou benefícios com a cooptação do amigo. Mais do que um correligionário, Moniz Freire se tornou um influente conselheiro, líder do Partido que, na prática, serviu de sustentáculo ao governo, e porta-voz da manifestação popular em defesa do governador. Esse episódio foi organizado na capital do Estado, em janeiro de 1890, em resposta ao boato de que Afonso Cláudio seria demitido do cargo.²⁸⁵ Nele, Moniz Freire foi o porta-voz dos populares na defesa da permanência do governador no cargo, representado como o “[...] ilustre cidadão aclamado órgão da representação popular [...]” para impetrar junto ao governo federal o desejo da população da permanência no cargo do então governador (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 19 jan. 1890, p. 2).

Como se nota, o jornal mantinha a prática de fabricar²⁸⁶ o capital heroico de seu proprietário²⁸⁷, agindo *pari passu* com os acontecimentos mais relevantes, ao apropriar-se das crises de legitimidade e dos vazios institucionais, produzindo representações positivas e disponibilizando a devida circulação da informação. A versão “heroica” foi reproduzida depois em *O Cachoeirano* (2 fev. 1890), quando Bernardo Horta ainda não havia rompido

²⁸⁴ Os demais escolhidos para compor a comissão foram José Feliciano Horta de Araújo, José Horácio Costa, Barcímio Paes Barreto e Manoel Augusto da Silveira. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (29 mai. 1890) e Santos (2012b).

²⁸⁵ Houve um boato na capital de que Afonso Cláudio teria sido demitido do seu cargo de governador, o que causou consternação (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 18 jan. 1890).

²⁸⁶ Sobre o conceito utilizado, cf. Seção 3 e Burke (2009).

²⁸⁷ Vale lembrar que o jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes inicialmente se chamava *A Província do Espírito Santo* e, após a Proclamação da República, tornou-se provisoriamente *Diário do Espírito Santo*, mudando, meses depois para *O Estado do Espírito Santo*. Cf. Pereira (1926).

com o governador, e em *O Paiz* (9 fev. 1890). Nesse sentido, é possível asseverar que a emergência de Moniz Freire como uma espécie de “salvador” tenha começado a se desenhar ainda nos primeiros meses da República.

O Congresso Republicano estadual foi um divisor de águas nesse processo. Embora Moniz Freire não tivesse participado do evento — alegando que os partidos antigos, entre eles o republicano, deveriam dar lugar a novos —, indiretamente ele saiu fortalecido se forem considerados dois episódios ali ocorridos: primeiro, a moção de apoio dada pelos congressistas ao governador e à sua política de cooptação; segundo, a derrota de Horta e Aguirre, os quais despertavam temor no antigo monarquista quanto à possibilidade de se tornarem hegemônicos dentro do Partido (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 ago. 1890).

A escolha de Moniz Freire pelo governador para a comissão de Constituição estadual, no fim de maio de 1890, ampliou a relevância do personagem para os rumos do governo, à medida que definitivamente selou a ruptura do grupo liderado por Bernardo Horta e Antonio Aguirre. Já oficialmente na oposição, o primeiro animou a luta de versões e representações, explorando a escolha como uma forma de Afonso Cláudio agradar Moniz Freire e como justificativa maior para sua guinada à oposição (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1890). Embora a antiga relação de amizade entre o governador e seu amigo fosse publicamente reconhecida, é plausível acreditar-se que o capital de notoriedade de Moniz Freire tenha pesado nessa escolha, por causa do momento de incertezas (a incipiente coesão republicana no Estado e a inexperiência política dos republicanos históricos), da admiração pessoal pelo amigo²⁸⁸ e da estratégia do governador de aproveitar os “bons cidadãos” e os “elementos aproveitáveis” do Estado (CLÁUDIO, 1981).

Posteriormente, quando já havia ocorrido a cisão partidária no Estado, houve diminuição da comissão²⁸⁹, ampliando a influência de Moniz Freire sobre ela²⁹⁰, o que lhe rendeu prestígio no principal jornal do Rio de Janeiro (O PAIZ, 4 nov. 1890). Ator principal, ele construiu um anteprojeto coadunado com suas ideias, defendidas ainda no Império. Lá estão,

²⁸⁸ Como já salientado na Seção 4, Afonso Cláudio (1981) teceu elogios à figura de seu amigo, definindo-o como extremamente inteligente. É crível que essa opinião tenha pesado na escolha feita.

²⁸⁹ Além de Moniz Freire, permaneceram, como membros da comissão, José Horácio Costa e Manoel Augusto da Silveira (O PAIZ, 4 nov. 1890).

²⁹⁰ Moniz Freire tinha total domínio da comissão, tanto que se tornou o seu relator, colocando suas principais ideias nos artigos que a compuseram. A reunião de leitura final do projeto ocorreu em sua casa, com os demais membros: José Horácio Costa e Manoel Augusto da Silveira (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 31 out. 1891).

respectivamente contempladas, a preocupação com a instrução primária gratuita e moderna (artigo 8º), a relativa autonomia dos municípios (artigos 15º e 18º) e do governo estadual (artigo 1º), como também a preocupação com vias férreas e imigração (artigo 17º) (ESPÍRITO SANTO, 1951). As aparentes coincidências não param por aí, notando-se que, ao longo da década de 1880, ele foi defensor desses princípios, por intermédio de seu jornal, de sua atuação política, de sua presença em associações e *meetings*.²⁹¹ Sua preocupação com a instrução pública também foi significativa (NOVAES, 2001) e continuava sendo, por meio da publicação de artigos.²⁹² Esses são sintomas claros da liderança de Moniz Freire e da presença de suas ideias como estandarte dos grupos, diretoria ou comissão, em que participasse.

No programa do Partido Republicano Construtor também estavam nitidamente contidos seus anseios. Desse modo, não é difícil supor o peso que ele havia obtido na rearticulação partidária da incipiente República. Na reunião de fundação, a qual havia convocado, ele foi indicado pelos ali presentes não só para presidi-la como para compor o diretório central do Partido. Na visão de Augusto Calmon²⁹³, presente àquela reunião, “[...] ele e todos os antigos liberais, que aderem ao partido, louvam-se de coração no patriotismo e na direção do dr. Moniz Freire” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 ago. 1890, p.2). Embora a palavra patriotismo fosse usada comumente²⁹⁴, ela fazia certo sentido para o personagem a que se direcionava, tendo em vista a construção simbólica de “defensor dos interesses da Província” feita para Moniz Freire, ainda no Império, e reproduzida por ele mesmo em seus discursos e textos.²⁹⁵

As opiniões dos correligionários traduziam em boa parte as assimilações das representações que ele fazia de si mesmo. Essa estratégia funcionava como suporte para criar respeito e

²⁹¹ Cf. Seção 5.

²⁹² Por meio deles, Moniz Freire fez dura oposição à reforma da instrução pública organizada por seu amigo e governador Afonso Cláudio. Apresentou uma proposta distinta, a qual serviria de base a seu futuro governo. Ao fim e ao cabo, Afonso Cláudio acabou cedendo às ideias, causando a ira de Bernardo Horta (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1890). Os 16 artigos contidos no jornal, intitulados *Reforma da Instrução Pública*, foram compilados por Estilaque dos Santos em livro (2013a).

²⁹³ Augusto Calmon Nogueira da Gama foi funcionário do Tesouro Provincial, durante administração do Partido Liberal, no Império. Na República, fez parte do grupo ligado a Moniz Freire e Afonso Cláudio, integrando o Partido Republicano Construtor e foi editor do jornal *O Estado do Espírito Santo* entre 1893 e 1898. Foi eleito deputado estadual em seis legislaturas seguidas (da 1ª a 6ª), entre 1892 e 1909. Cf. **A Província do Espírito Santo** (12 abr. 1895) e Pereira (1914; 1926).

²⁹⁴ Uma definição muito comumente utilizada para “patriotismo” pode ser extraída da noção de “patriota”, publicada no jornal *O Cachoeirano* (26 out. 1890, p. 1): “Os verdadeiros patriotas são aqueles que se sacrificam pelo bem da pátria, qualquer que seja a condição a que sejam levados pela sua coragem e pelo seu civismo.”

²⁹⁵ Sobre a construção simbólica no Império, ver Seção 4. O manifesto aos concidadãos é um exemplo de como ele autorizou representar-se trabalhador assíduo pelo Espírito Santo.

submissão²⁹⁶, em outras palavras, para reforçar o direito a discursar e a ser ouvido. Assim, naquela mesma reunião, Moniz Freire discursou, apresentou a situação de incerteza e caos político e disse que “[...] almejava fosse ele o lábaro poderoso da fé que os congregava, propondo que sendo a missão da atualidade a construção das bases da nova pátria, tomasse o partido a denominação de – *Republicano Construtor*” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 ago. 1890, p. 1, grifo do autor).

A rigor, a condição de referência já se desenhava entre os correligionários mais próximos, antes mesmo da criação do PRC. Ela se traduziu em homenagem²⁹⁷ e no dever de emitir sua opinião em momentos politicamente surpreendentes. Quando houve a criação da URES, o coeditor Cleto Nunes tranquilizava os correligionários afirmando que “[...] o distinto cidadão sr. dr. Moniz Freire não aderiu à liga partidária representada pela União Republicana Espírito Santense” e, por motivo de saúde, “[...] não pôde ainda dirigir-se aos seus amigos e ao público expondo as razões irrefragáveis de seu procedimento correto e patriótico”, fazendo brevemente “[...] a exposição ativa à essa liga” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 25 jul. 1890, p.2).

Tratava-se da expectativa pela fala do porta-voz, o qual se apropria da palavra e da força de um determinado grupo (BOURDIEU, 2009). Era preciso que o “guia profético” apresentasse uma satisfação àqueles que esperavam pela sua fala.²⁹⁸ Ela veio dois dias depois. Em manifesto *Aos meus amigos e aos cidadãos desse Estado*, Moniz Freire cumpria a tarefa simbólica de informar aos seus séquitos as razões pelas quais repulsava a URES. A presença de ferrenhos adversários, em especial um²⁹⁹, foi apontado por ele como o principal entrave, tornando inviável a comunhão de ideais. Ou pelo menos era o que fazia aparentar. Tentava

²⁹⁶ Há vários casos em que a representação de si pode ser utilizada para criar respeito e submissão. Sobre isso, cf. Chartier (2002) e Fernandes (2014).

²⁹⁷ Wlademiro (em algumas notícias, chamado de Vlademiro) da Silveira, então um dos membros da intendência de Vitória, na sessão de 9 de junho de 1890 propôs que a rua a qual se encontrava a Assembleia Legislativa passasse a se chamar Rua Moniz Freire. (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 10 jun. 1890). Republicano histórico, foi nomeado um dos membros da intendência de Vitória, após a proclamação da República, pelo então governador Afonso Cláudio. Integrando o PRC, foi deputado estadual constituinte, permanecendo como parlamentar na Casa entre 1892 e 1897 (1ª e 2ª legislaturas).

²⁹⁸ Guia profético é uma das faces do salvador, segundo Girardet (1987).

²⁹⁹ É plausível que Moniz Freire estivesse se referindo em especial a Aristides Freire, embora não o tenha citado nominalmente. Apenas menciona que ele fazia parte do Diretório da URES, então formado pelo barão de Monjardim (primo e antigo correligionário de Moniz Freire), Bernardo Horta (até então aliado e filho de José Feliciano Horta de Araújo, antigo correligionário liberal) e Aristides Freire, histórico adversário. Caso ilustrativo foi o discurso de Moniz Freire na Assembleia Provincial, em 1888. Lá, afirmou ser contra a adoção do jornal *Folha da Vitória*, de Aristides Freire, para publicar os Anais da Casa. Em discurso, fez ferrenhas críticas ao periódico, acusando-o de parcial. Afirmou que só o lia obrigado pelo fato de o impresso publicar os Anais da Casa. Cf. *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial...* (ESPÍRITO SANTO, 1888).

mostrar coerência com seu manifesto de 1889 ao defender que as ligas partidárias “[...] se fazem pela comunidade de afetos, de ideias, ou de interesses. Ora, desde que não se tratava de um caso de salvação pública, [...] uma liga de desafetos não teria outra base senão a conspiração do interesse contra o sentimento” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 27 jul. 1890, p. 2). Outra razão apresentada foi exclusão de importantes políticos locais, citando o exemplo do antigo conservador Domingos Vicente, a fim de aparentar idoneidade e lógica argumentativa. Por fim, representando-se como líder, advertiu que continuaria “[...] na política do meu Estado, com os amigos que me honrarem pela sua confiança, a manter os mesmos sentimentos e ideias o que me tem valido o conceito dos meus concidadãos” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 27 jul. 1890, p. 2).

A conjuntura erigida sobre a bipartidarização da elite política estadual deu margem ao acirramento das rivalidades, utilizando-se os jornais como modo de circular as representações constantemente construídas. Os principais porta-vozes *unionistas* eram Bernardo Horta e Antonio Aguirre, sendo os principais alvos o governador Afonso Cláudio e Moniz Freire. Levando-se em consideração a naturalidade do foco de uma oposição ser a figura que se encontra à frente do governo, coube ao último jazer no *hall* dos alvejados porque seus adversários perceberam o crescimento do seu poder de influência. Sintomática, a declaração de Horta traduzia a preocupação de que o “[...] sr. dr. Moniz Freire conseguiu afinal a satisfação de sua vaidade. Suas imposições foram aceitas e à elas submeteu-se o sr. Afonso Cláudio” (O CACHOEIRANO, 31 de agosto de 1890, p. 1).

O governador era representado como alguém manipulado pelo aliado, um traidor aos verdadeiros princípios republicanos. Por exemplo, a participação de Moniz Freire na comissão de constituição, para Horta, foi uma forma de Afonso Cláudio agradá-lo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1890). Tal aproximação indignava Horta a ponto de, dos dez artigos escritos para analisar o contexto político do Estado, em seis ele apresentar algum comentário negativo acerca da aproximação entre os dois líderes.³⁰⁰ Não satisfeito, ocupou-se em escrever três, específicos, para atacar Moniz Freire.³⁰¹

³⁰⁰ Os artigos analisados foram *O Estado do Espírito Santo*, enumerados de I a X. Todos foram publicados na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre 21 e 31 de agosto de 1890.

³⁰¹ Os artigos eram intitulados *O sr. dr. Moniz Freire*, enumerados de I a III. Todos foram publicados na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre 24 e 26 de agosto de 1890.

Essa atitude ajuda a compreender o peso que Moniz Freire adquiriu no decorrer do novo regime. Na prática, Afonso Cláudio fomentava, na figura do amigo, um papel protagonista que beirava ao de “salvador”, ao torná-lo importante pilar de seu governo. Esse fato se coadunava com as representações de si que o “favorito do governador”³⁰² produzia, como a de herói e a de inteligente. Não por acaso, mesmo alvo de críticas, adjetivos similares aparecem nos três artigos de Horta, tais como “inteligente” (três vezes), “filho do Estado” (uma vez), “prestígio” (uma vez) e “chefe” (uma vez). Tal fato é significativo considerando-se que eram escritos destinados a atacar Moniz Freire. Mesmo o provável uso de ironia³⁰³, ao chamá-lo de “moço inteligente que tanto estremece o Estado do Espírito Santo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 ago. 1890, p. 3), revela reconhecimento da existência de uma representação partilhada por certa comunidade interpretativa, embora Horta não se mostrasse em comunhão com ela. Outro ponto que se destaca consiste no reconhecimento da importância de tê-lo como aliado, ao afirmar que “[...][Horta e Aguirre] nunca fizemos mistério do desejo que tínhamos de possuir o Sr. Dr. Moniz Freire ao nosso lado” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1890, p. 3). Embora pudesse ser uma estratégia para validar o discurso, apresentando um ponto de vista aparentemente idôneo e pacifista, o republicano histórico do sul deixava transparecer o apreço político que seu adversário havia adquirido.

Essas críticas compunham uma peça no conjunto de diversas representações em rota de colisão, estando seus autores em disputa pelo monopólio da verdade. Elas serviam de substrato para adquirir o direito de falar e ser ouvido, demanda cada vez maior em virtude das eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em setembro desse ano.

Assim sendo, os *construtores*, do outro lado da trincheira, respondiam às denúncias pelo principal jornal do Partido, defendendo o então maior alvo dos *unionistas*. Esses textos, recheados de adjetivos positivos e de retóricas, cancelavam a imagem de seu protegido como o legítimo líder para o momento. Cleto Nunes foi o primeiro a se manifestar. Fazendo uso da hipérbole, se propôs a “[...] levantar o nome do mais ilustre espírito-santense que entre seus conterrâneos e em todo o país se recomenda pelo seu talento, por seu critério, pela firmeza de caráter que lhe é peculiar”. Chamando-o de extremado filho do Estado, do qual se empenhava

³⁰² Termo alcunhado por Horta em relação a Moniz Freire (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 ago. 1890).

³⁰³ Ironia, de acordo com Mário Ferreira dos Santos (1962, p. 50), “[...] É a figura pela qual se diz o contrário do que se pensa ou do que se pretende fazer”.

pelo engrandecimento, revestia-o de conotação heroicizadora, patriótica e vencedora, legitimando seu lugar como líder, ao qual havia recentemente ascendido. Assim, conclui que

[...] nunca foi-lhe preciso o cortejo oficial para tornar-se vitorioso nas pugnas eleitorais: sua força exibiu-se de modo muito significativo, fazendo com que seus adversários políticos respeitassem-no e temessem-no, como o admirassem seus próprios amigos (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 10 ago. 1890, p. 2).

O tom acirrado perante as futuras eleições fez indiretamente Cleto Nunes tornar-se porta-voz do Partido, para legitimar a candidatura de Moniz Freire a uma vaga na Câmara dos Deputados. A deferência, mediante o reconhecimento da importância que seu antigo correligionário ocupava àquela altura de indefinições, foi demonstrada ao dizer que a “[...] sua [de Moniz Freire] candidatura existe, mas levantada e amparada por seus numerosos amigos políticos, que orgulham-se de, por esse modo, honrar o talento, a ilustração e o caráter desse conspícuo espírito-santense” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 28 ago. 1890, p. 2).

Na batalha simbólica, a publicação em sequência de artigos voltados a responder Bernardo Horta — escritos por correligionários tais como Leopoldo Cunha, Antonio Campos, Athayde Júnior e Gil Goulart — completava o cerco àquele que mais “profanava” o líder *construtor*. Era uma forma de deslegitimar essas críticas, principalmente seu autor, porquanto reestabelecer ao “profanado” o seu lugar — de protagonista — dentro do processo político. Nesse sentido, Gil Goulart exibiu Moniz Freire como pioneiro na fundação do PRC e, ao mesmo tempo, solucionador da incerteza partidária, a qual, na sua visão, havia se iniciado com a criação da URES, ato que oficializava a cisão dos republicanos no Estado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1890).

Essas representações serviam para defender o líder *construtor*, bem como fabricar uma imagem de “aglutinador” e “solucionador” de conflitos e de incertezas, em outras palavras, de “salvador” para os desafios postos. Naturalmente, essa construção não resultava em produção de deferências por parte dos adversários, mas surtia efeito na comunidade interpretativa alojada no PRC e nos eleitores dos diversos cantos do Estado, especialmente nos leitores do jornal *construtor*. Alguns deles escreviam ao periódico, dando provas de que essa assimilação havia ocorrido, caso de Carlos Alberto Balestreiro, que se dizia “*construtor de coração*” e fiel seguidor às ideias do Partido, as quais para ele eram representadas por Moniz Freire (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 jan. 1891).

O próprio Moniz Freire se encarregou de reforçar a imagem de sua liderança, criando representações de si sintonizadas com aquilo que seus correligionários transmitiam. Foi assim, por exemplo, ao justificar o sacrifício marcado pela escolha de criar um partido que formalizasse a dissidência supostamente plantada pelos *unionistas*. Afirmar ter reagido contra si próprio

[...] num esforço supremo, antes de passar pelo desgosto de reagir contra amigos que não tiveram contemplações nem com a minha pessoa, nem com os meus escrúpulos, e muito menos com as minhas opiniões, que não eram fruto de capricho individual, mas de uma observação circunspecta dos fatos (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 21 ago. 1890, p. 2).

Posteriormente, em discurso após vitória nas eleições de 1890, reforçou seu papel de salvador e herói ao realizar o “sacrifício pessoal” de não aderir à URES, preferindo criar um partido “[...] que viesse **salvar** o espírito da mocidade espírito-santense e os verdadeiros ideais de uma política nova” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 21 out. 1890, p. 2, grifo nosso), para servir à pátria e ao Estado, obtendo, desse modo, resposta positiva da maioria de seus amigos e de antigos correligionários.

A ferrenha campanha e a disputa pelo monopólio da verdade exigiram do líder *construtor* o confronto direto com seus adversários, a fim de retirar-lhes o direito legítimo de falar. Para tanto, apontou contradições nos adversários, como em Antonio Aguirre, de estar acompanhado de antigos monarquistas enquanto o acusava de conspirador (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 31 ago. 1890); denunciou fraudes³⁰⁴; desmentiu acusações³⁰⁵ e fabricou seu heroísmo aproveitando-se de alguma crise de legitimidade. Caso exemplar ocorreu em 1891, após a queda do seu grupo. Em resposta à acusação de Aguirre, de que teria se aproximado de Deodoro para recuperar o governo do Estado, Moniz Freire disse que havia telegrafado aos seus amigos mais próximos do generalíssimo a fim de “salvar” seu Estado dos *unionistas*, definidos por ele como “[...] um grupo sem princípios e sem programa político”. Essa “salvação” se daria por meio do seu sacrifício político, pois “[...] se essa infelicidade [a entrega do governo aos *unionistas*] nos estava reservada pelo fato de ter eu votado contra o marechal, [...] por minha parte resignaria de toda boa vontade o meu mandato, contanto que se remediasse o mal” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 4 jun. 1891, p. 1).

³⁰⁴ A denúncia dizia respeito a violência, fraudes e perseguições dos *unionistas* em relação aos *construtores* (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 jun. 1891).

³⁰⁵ Uma das acusações foi a de que tinha aconselhado seus correligionários a fazerem várias duplicatas na eleição para o Congresso Constituinte Estadual, em abril de 1891 (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 mai. 1891).

A autoprojeção como salvador se completava com a que fez para seu Partido. Na apresentação da chapa do PRC para as eleições do legislativo estadual, colocou-a como o antídoto para solucionar a ilegalidade ocasionada pela mudança de governo na batalha eleitoral “[...] que vamos dar em prol do futuro e do engrandecimento da terra espírito-santense” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 18 mar. 1891, p. 1). Naturalmente, como um dos diretores *construtores*, essa representação resvalava positivamente em sua imagem.

O segmento operário foi um importante componente dessa luta de representações para construir a imagem de Moniz Freire como salvador. No Espírito Santo, esse grupo se aglutinou em torno de um pequeno partido, o Partido Operário do Espírito Santo, ainda em 1890 (SALETTTO, 2005), que por sua vez se filiou ao Partido Operário do Brasil, fundado na capital federal no mesmo ano (CHACON, 1985). Nas eleições da Constituinte nacional, a aproximação dos *construtores*, sobretudo de Moniz Freire, foi nítida.³⁰⁶ Ela se deu, em primeira escala, pelas notícias que seu jornal publicava a respeito do mencionado grupo político, quanto às reuniões, filiações, chapas e até à criação de um jornal em Vitória, intitulado *O Pharol*.³⁰⁷ A simpatia dos *construtores* pela causa operária extravasava os limites do Espírito Santo, como pode ser percebida na saudação a um jornal de mesma causa na Bahia, intitulado *O Operário* (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 12 set. 1890).

Em segunda escala, adveio a produção de uma “híbrida” aliança para a composição de chapa: não tendo candidatos suficientes para compô-la e suprimindo alguns, apareceram os nomes de Moniz Freire e Antonio Campos para a Câmara Federal e Domingos Vicente para o Senado, ao lado de candidatos próprios. Isso rendeu a Moniz Freire uma defesa contra Bernardo Horta, recheada de elogios, em periódico da capital federal³⁰⁸, e o “privilégio” de estar entre “[...] os únicos deputados que podem falar em nome do nascente Partido Operário” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 5 nov. 1890, p. 2).

³⁰⁶ Acreditamos que essa aproximação não fosse meramente eleitoreira, mas fruto da influência comtiana sobre o estadista, uma vez que Comte acreditava que o proletário deveria ser incorporado à sociedade entendida por ele como moderna. Isso explica a atitude, por exemplo, do PRR gaúcho, completamente distinta das oligarquias de outros Estados, no trato com os proletários (BOSI, 2007).

³⁰⁷ Infelizmente não conseguimos ter acesso a exemplares desse jornal.

³⁰⁸ Originalmente, a defesa foi publicada pelo *Eco Popular*, em 30 de agosto de 1890. Na defesa de Moniz Freire, pela análise de conteúdo, encontramos as seguintes palavras que denotam elogio: “elemento prestigioso”, “digno de respeito”, “digno de consideração”, “conspícuo” (perceptível) e “valor cívico”. Não tivemos acesso ao referido jornal, mas a reportagem foi reproduzida em *O Estado do Espírito Santo* (30 set. 1890).

A republicação em *O Estado do Espírito Santo* de artigos de outros jornais, que elogiavam ou defendiam seu fundador, foi uma das estratégias para reforçar sua imagem como um republicano democrático, atento aos diversos segmentos sociais, e um patriota preocupado com os interesses do Estado. A essas práticas somavam-se outras, entre as quais a contínua divulgação de informações acerca do trabalho que Moniz Freire estava desenvolvendo como parlamentar constituinte: relato de ações cotidianas na Câmara, publicação de discursos, presença em comissões, aprovação de emendas, entre outras atividades.³⁰⁹ Alguns episódios receberam maior destaque e davam aos redatores subsídios para representar o chefe político como exímio deputado.³¹⁰ O elogio ao discurso de Moniz contra o voto feminino, produzido pelo *Diário do Brasil*³¹¹, foi ilustrativo. Mais contundente foi sua representação como um dos heróis constituintes, ao lado dos demais representantes, em aprovação de leis que beneficiavam o Estado.³¹² A ocasião da promulgação da Carta Magna de 1891 foi propícia para o periódico *construtor*. Telegrama assinado por inúmeros correligionários que parabeniza Moniz Freire e os demais membros da bancada foi publicado (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 26 fev. 1891) e, dias depois, a notícia da chegada dos chefes *construtores* era representada como um evento, sendo convidados todos os “[...] amigos, correligionários e [de]mais cavalheiros que quiserem ir apresentar seus cumprimentos aos ilustres espírito-santenses” (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 3 mar. 1891).

A presença de Moniz Freire como constituinte serviu para reafirmar seu papel de herói e patriota defensor dos interesses do Espírito Santo. Por exemplo, a notícia publicada em abril de 1892 sobre a implantação de um farol no Rio Doce, no norte do Estado, creditou o acontecido ao esforço político de Moniz Freire (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 5 abr. 1892). Dois dias depois, o político *construtor* Pessanha Póvoa³¹³ escrevia um artigo demonstrando indignação pelo descaso da oposição com o esforço de seu correligionário em

³⁰⁹ Uma das emendas aprovadas foi aquela que concedia o voto direto para presidente da República (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 8 jan. 1891). As diversas reportagens encontradas foram recolhidas no jornal *O Estado do Espírito Santo*, entre 8 de janeiro de 1891 e 20 de janeiro de 1892.

³¹⁰ A essa altura, Cleto Nunes já havia deixado a redação. Ela se encontrava na mão do político *construtor* Gonçalo Marinho de Albuquerque Lima. Cf. Pereira (1926).

³¹¹ Assim dizia o jornal carioca: “O ilustre deputado Moniz Freire, a quem coube a tarefa arriscada de dar combate a esse novo prurido de reclame político em desproveito da mulher, demonstrou, com muita elevação de espírito filosófico, que ‘se essa aspiração anárquica for convertida em lei, ter-se-á decretado a dissolução da família brasileira’” (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 30 jan. 1891, p. 1).

³¹² Entre as medidas aprovadas, estão a duplicação de duas para quatro vagas na Câmara Federal para o Espírito Santo e a propriedade das terras devolutas como pertencente ao Estado (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 19 fev. 1891).

³¹³ Sobre Pessanha Póvoa, cf. nota 114.

relação à instalação do farol. Aproveitando-se do ensejo, historicizou todos os supostos esforços e feitos do chefe *construtor* desde os tempos da Monarquia, reafirmando a representação do personagem como herói, estabelecendo com ele uma espécie de “dívida de gratidão”. Transformando-o em um salvador, afirmava que ele havia quebrado “os selos do apocalipse da política da *União*”.

[...] O que está conseguindo e o que se fizer, devemos ao dr. Moniz, que tem feito cair no esquecimento quantos antes dele representaram a nossa Província; ao dr. Moniz, que apresentou uma emenda [responsável pela implantação do farol] ao orçamento da marinha (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 abr. 1892, p. 1).

Vale ressaltar que Pessanha Póvoa, no momento em que escrevia essa defesa heroicizadora, era deputado estadual constituinte, eleito em 1892 após a queda dos *unionistas*. Dias depois, faria parte da comissão interna que deu parecer positivo sobre o projeto constitucional feito por Moniz Freire (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 19 abr. 1892).

Antes, contudo, foi preciso superar a crise de legitimidade instaurada pela ascensão dos *unionistas* ao governo do Estado, cujo ápice foi erigido pela queda de Deodoro. Para tanto era necessária a figura do líder, o que levou a novo conflito de representações em torno de Moniz Freire, precisamente acerca de seu retorno do Rio de Janeiro. Em telegrama anônimo, o *Jornal do Brasil* (25 nov. 1891) noticiava que o deputado seria recebido com festa na capital. Já *O Cachoeirano* (22 nov. 1891) informava que o referido parlamentar retornava para iniciar uma manifestação, possivelmente contra o governo do barão de Monjardim. Nesse ponto, é possível concordar com Raoul Girardet (1987, p. 93), quando afirma que a chegada do herói “[...] perturba a monotonia da vida cotidiana, rompe as velhas proibições, inverte as regras comumente admitidas, libera as forças há muito tempo contidas”.

De certo modo, a participação de Moniz Freire foi ocultada pelas ações do PRC por meio de seus correligionários, como Galdino Loreto e o senador Gil Goulart, constantemente intimando o governador a entregar o cargo, dizendo que o Partido oporia tenaz resistência (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 dez. 1891). Às vésperas da renúncia de Monjardim, dia 18 de dezembro, um *meeting* foi convocado para ser realizado em frente à casa de Moniz Freire, o que demonstra, no mínimo, conivência do proprietário, e a referência que sua casa representava para seus correligionários (OLIVEIRA, 2008). O evento terminou no dia posterior, de madrugada, com a Junta sendo aclamada por populares, entre os quais segmentos operários, possivelmente os mesmos que haviam empenhado apoio a Moniz Freire na eleição de 1890.

A guerra de versões e representações em torno desse movimento político gerou em Bernardo Horta a necessidade de desconstruir o possível protagonismo que Moniz Freire teria exercido, passados seis meses do ocorrido. O longo artigo que escreveu era uma forma de deslegitimar a heroicização e o capital simbólico de seu adversário, o qual se encontrava com enorme prestígio, já recém-empossado presidente do Estado³¹⁴, à época da publicação. Assim sendo, Horta procurou salientar “[...] nenhuma influência do Dr. Moniz Freire, o qual, julgando-se de fato impotente, e convencido de que por si nada conseguiria, cedeu à baixez de pedir o auxílio de um representante do Sr. Floriano Peixoto, para poder assim realizar seus intuitos” (O CACHOEIRANO, 2 jun. 1892, p. 1).

No entanto, Horta deixou escapar que o deputado federal Serzedelo Correa, representante de Floriano, no momento se hospedava na casa de Moniz Freire. Essa informação, em primeiro lugar, torna crível que o deputado visitante estivesse acenando com a mudança de governo antes mesmo de analisar a situação política do Estado, como ansiava seu amigo e anfitrião. Em segundo lugar, ela é a prova de que o chefe *construtor* havia arquitetado uma rede de alianças e amizades ao longo de sua carreira política, o que pesou a seu favor no momento decisivo.

Simbolicamente, essas alianças eram uma forma de mostrar a envergadura do capital político que Moniz Freire havia adquirido. Isso torna compreensível porque os editores de *O Estado do Espírito Santo* noticiavam a chegada de personalidades políticas e militares locais e especialmente nacionais, sem deixar de mencionar que, nas recepções e hospedagens, estava o chefe do PRC. Em outros termos, era preciso evidenciar que notoriedades aqui chegadas eram recebidas por alguém que possuía similar quilate, um porta-voz legitimado, ao mesmo tempo amigo de quem tinha importância no cenário nacional. Logo, diversas notícias foram publicadas a esse respeito, as quais ajudam a vislumbrar uma possível rede de amizades e alianças que o político *construtor* havia criado.³¹⁵

³¹⁴ O governante do Estado do Espírito Santo, pela Constituição estadual de 1892, passou a ser chamado de “presidente” e não mais de “governador”, como na Constituição estadual anulada, do ano anterior (ESPÍRITO SANTO, 1951). Os demais Estados divergiram quanto à nomenclatura.

³¹⁵ Casos ilustrativos foram a recepção do deputado alagoano Leite Oiticica; do governador de Pernambuco Alexandre Barbosa Lima; dos militares major Gabino Besouro, tenente-coronel Moreira César e Tasso Fragoso (patente não informada pelo jornal), e dos correligionários Antonio de Campos Sobrinho e Augusto de Lima. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (29 mai. 1890; 12 mar. 1891; 13 mar. 1891; 14 abr. 1891; 14 abr. 1892; 23 abr. 1892).

Não obstante, na política interna, essa rede de alianças era ainda maior e foi crucial para alçá-lo à chefia política e partidária no Estado, após Floriano assumir a presidência. Ao observar os componentes dos cargos eletivos, constata-se a presença de aliados em todas as principais esferas do governo estadual: Moniz Freire contava com correligionários na Junta Governativa (Graciano Neves e Galdino Loreto); na bancada legislativa federal, sendo nela o principal líder influente; no Congresso Constituinte Estadual (eleito em 1892), o qual tinha todos os deputados eleitos do seu Partido e a presidência ocupada por ninguém menos que Cleto Nunes (PEREIRA, 1914), seu antigo sócio, aliado e defensor. Desenhava-se claramente uma hegemonia partidária cujo importante pilar se edificava sobre sua liderança.

Nesse ponto, os trabalhos no Legislativo estadual foram cruciais para dimensionar a proporção da influência política que Moniz Freire estava exercendo sobre seus correligionários. A começar pela anulação da Constituição Estadual de 1891, criada pelos *unionistas*³¹⁶, em consonância com adoção do projeto do líder *construtor*, outrora rejeitado pelos adversários. Os poucos pontos alterados do projeto original não adulteravam a essência positivista daquilo que seu principal autor havia produzido, qual seja: um Poder Executivo forte, em detrimento do Legislativo, voltado para as funções orçamentárias³¹⁷; a questão da instrução, a garantia da instrução primária gratuita³¹⁸; e a preocupação com a “felicidade pública” como objeto prioritário de ação do Estado (SANTOS, 2012b). Outra questão preservada foi a das vias de comunicações (ferrovias e navegação), considerada assunto do governo estadual, e a tão defendida ligação ferroviária com Minas Gerais, agora acompanhada dos demais Estados limítrofes, enquanto tarefa a ser executada pelo presidente do Estado³¹⁹ (ESPÍRITO SANTO, 1951).

³¹⁶ A Constituição estadual promulgada em 1891 pelo governo *unionista* tinha, entre suas características, a peculiaridade de dar mais poderes à Assembleia Legislativa, se comparada ao projeto original elaborado pela comissão da qual Moniz Freire fazia parte. Por exemplo, cabia ao Poder Legislativo estadual a prerrogativa de eleger o governador, bem como destituí-lo. Além disso, detinha exclusivo poder de legislar. Cf. *Constituições do Estado do Espírito Santo* (ESPÍRITO SANTO, 1951) e Santos (2012b).

³¹⁷ De acordo com o *Relatório apresentado à Sociedade positivista pela comissão encarregada de examinar a natureza e o plano do novo governo da República Francesa*, escrito por Comte e publicado pelo discípulo Pierre Laffitte, a proposta de uma Câmara orçamentária visava defender que essa instituição existisse sem a prerrogativa do Poder Legislativo. Cf. Trindade (2007).

³¹⁸ Outra influência positivista sobre Moniz Freire. De acordo com Alfredo Bosi (2007), a escola primária gratuita, para Comte, era a única obrigação que os governantes deveriam ter acerca da instrução. Era imprescindível que o Estado cuidasse da educação fundamental do povo — por isso tratada por Comte como educação “proletária” — para se evitar a formação de falsos doutores.

³¹⁹ A partir da Constituição estadual de 1892, o governador do Estado passou a ser chamado de presidente.

Essa deferência às ideias do político positivista se refletiu no diminuto tempo de trabalho dos constituintes (24 dias), considerando-se o pouco que foi alterado.³²⁰ Na última sessão, coincidente com a posse de Moniz Freire, o discurso do presidente do Congresso Legislativo, Cleto Nunes, defendia a carta recém-promulgada, justificando a essência do equilíbrio de Poderes então aprovado. Embora destacasse a importância do Congresso Legislativo “[...] como órgão por excelência de deliberação, [...] presidência de toda essa harmonia”, chancelou o pensamento positivista do sócio e amigo — que acabara de ser eleito presidente do Estado —, ao enfatizar a força do Poder Executivo, definindo-o como

[...] o órgão da ação: [pois] compete-lhe prover a todos os assuntos que reclamam a imediata intervenção da autoridade do Estado, e ao seu exercício ativo em que a deliberação exige conhecimento dos detalhes (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 15 mai. 1892, p. 2).

Mesmo as discordâncias entre os constituintes foram incapazes de rebater as principais ideias defendidas por Moniz Freire. Na discussão do local mais apropriado para a construção de uma nova capital, o deputado Custódio Maia divergiu dos demais ao querer definir um local específico, a ser escrito em Constituição. Todavia, mesmo convicto da necessidade de transferir a sede política do Espírito Santo, foi incapaz de tocar nos pontos “sagrados” da centralização comercial em Vitória e da necessidade de construção de vias férreas para seu porto (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 abr. 1892).

Outra pista de que os deputados estavam sintonizados com o líder *construtor* veio de Wlademiro da Silveira. Na sessão de 27 de abril, ao comentar que mandaria um artigo aditivo à Mesa para definir questões de limites entre o Espírito Santo e os Estados vizinhos, deixou escapar nos Anais que confiava “[...] no cidadão que vai ser eleito Presidente do nosso Estado, moço ilustrado e patriota” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 11 mai. 1892, p. 1). A rigor, o nome a quem se referia não foi informado nos Anais, mas acreditamos tratar-se de Moniz Freire, considerando-se a admiração que Silveira nutria por ele³²¹ e a eleição unânime do líder na Casa, dias depois.

De modo geral, o consenso dos deputados em torno da figura de Moniz Freire, beirando a unanimidade, refletia a visão de uma comunidade interpretativa, a qual se encontrava alojada

³²⁰ Um dos poucos pontos alterados, porém relevante, consistiu na proibição da reeleição do presidente de Estado. Cf. *Constituições do Estado do Espírito Santo* (1951) e Santos (2012b).

³²¹ Wlademiro (em algumas notícias, chamado de Vlademiro) da Silveira foi o intendente da Câmara que propôs, em 1890, a mudança do nome de uma rua para Rua Moniz Freire, a fim de homenageá-lo. Cf. nota 297.

no PRC, sedimentada ao longo dos últimos anos. Observando os artigos ou notícias em que aparece o nome desse ator político, entre agosto de 1890 e maio de 1892³²², utilizando-se como ferramenta a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), foi possível identificar alguns adjetivos que atestam a crença e a configuração de sua liderança.³²³

Na Tabela 3, apresentamos a quantidade de palavras referidas a cada tipo de adjetivações direcionadas a Moniz Freire. Podemos observar primeiramente a quantidade de elogios atribuídos ao político *construtor*: foram retirados 189 de 28 artigos, uma média de 6,75 palavras elogiosas por reportagem ou notícia. Em relação aos tipos, a média era de 2,7 palavras distintas por artigo.³²⁴ Em segundo lugar, nota-se claramente o predomínio de adjetivos que compõem o conjunto de representações que enaltecem a liderança e o heroísmo (38 palavras³²⁵ e 84 aparições), vindo a seguir adjetivos que reafirmam o capital pessoal de notoriedade (6 palavras³²⁶ e 41 aparições). Havia, portanto, por parte da comunidade interpretativa que o defendia, a preocupação em usar um leque maior de predicados para representá-lo como líder ou herói, ocorrendo menor índice de repetição. Apenas os vocábulos “patriota”, “distinto” e “chefe” (juntamente com seus derivados e sinônimos) aparecem mais de 4 vezes (respectivamente 13 vezes, 11 vezes e 7 vezes).

³²² O recorte temporal definido para análise se pautou no seguinte critério: início da defesa dos aliados contra os primeiros ataques *unionistas* e posse de Moniz Freire como presidente do Estado. Do total analisado, foram aproveitados 28 artigos.

³²³ Para esse fim, definimos como critério analítico que sinônimos ou palavras derivadas deve ser alocadas em um mesmo adjetivo. Além disso, contabilizamos palavras compostas, cujo sentido só era inteligível como conjunto.

³²⁴ Naturalmente, trata-se de médias virtuais, na medida em que algumas notícias ou artigos eram extremamente curtos, enquanto outros eram acompanhados de longo texto. Vale ressaltar que não computamos os sinônimos.

³²⁵ As palavras (e seus derivados ou sinônimos) que correlacionamos ao papel de herói e líder foram: influente, dedicado, fervoroso, respeitado, vitorioso, temido, admirado, distinto, competente, esforçado (pelo Espírito Santo), heroísmo, patriótico, prestigioso, capaz, devotamento, poderoso, talhado (para grandes cometimentos), autoridade, atraente, chefe, batalhador, diretor, ambições elevadas, glorioso, consideração (pública), importante (papel), ouvido, sagração, indispensável, campeão (na esgrima política), espírito ativo, operoso, mérito, arrojado, orientação política, notável, guia, esperança.

³²⁶ As palavras (e seus derivados ou sinônimos) que correlacionamos ao papel de detentor de capital pessoal de notoriedade foram: ilustre, talento, valioso contingente, inteligente, eloquência, culto.

TABELA 3 – Quantidade e tipo de palavras e adjetivações, publicadas em artigos do jornal *O Estado do Espírito Santo*, direcionadas a Moniz Freire (1890-1892)

TIPOS DE ADJETIVAÇÕES	QUANTIDADE DE PALAVRAS	
	EM VARIEDADES	EM VALOR TOTAL
LIDERANÇA/ HEROÍSMO	38	84
NOTORIEDADE INTELECTUAL	6	41
VITIMIZAÇÃO	5	7
ÍNDOLE	11	31
OUTROS	18	26
TOTAL	78	189

Fonte: *O Estado do Espírito Santo* (1890, 1891 e 1892).

Esse conjunto de predicados atribuído ao jovem político traduz a comunhão de uma crença fundada no pressuposto de seu papel como líder para enfrentar desafios oriundos das incertezas e indefinições produzidas no limiar da República. Essa confiança era autoalimentada pelas representações do próprio séquito e por aquelas contidas nos discursos e ações do líder escolhido. De forma sintética, Raoul Girardet (1987, p. 95) fornece subsídios para compreender esse processo.

Em uma sociedade onde o poder estabelecido não representa mais que uma ordem ignorada ou desacreditada, onde por isso mesmo certos valores de coesão parecem, por outro lado, tragicamente ameaçados, o papel de intercessor não poderia, com efeito ser dissociado do de protetor, nem do de tutor ou de guia. [...] para aqueles que veem nele o jovem chefe secretamente esperado, ao mesmo tempo dominador e cúmplice, é talvez mesmo enquanto instrumento de comunhão, agente de mediação e de solidificação social que o herói salvador se impõe, de início, aos espíritos e corações.

O “jovem chefe secretamente esperado” era entendido e se fazia entender como agente de solidificação social na medida em que prenunciava uma ordem em contraposição ao “caos” e à “anarquia” política, assim representados alguns momentos da confusa infância republicana, recheados de representações em conflitos, tendo por trás facções entrincheiradas da elite política. Naturalmente, a desordem era tida como primícias do predomínio político adversário, enquanto o contrário era a ordem natural que a República deveria seguir, ou seja, essa ordem era a solidificação social cujo líder tinha o dever de anunciar e impor, porquanto objetivasse se apresentar como salvador ou herói.

Em seu discurso de posse de presidente do Estado, Moniz Freire propôs a solidificação social, sintetizando os valores outrora defendidos. Trava-se de fundar “[...] um Estado na plena posse de si mesmo”, erigido por homens públicos estimulados e dedicados, cujo patriotismo, fundado no amor social, “[...] que viva dentro de si com os próprios elementos de sua política, de seu comércio, das suas inteligências, das suas riquezas quaisquer”. Em termos pragmáticos, tratava-se de produzir riquezas por meio do incremento da produção, da população, do comércio e da comunicação, ação que “[...] se já houvesse começado vinte anos passados, o Espírito Santo já seria uma estrela de primeira grandeza na constelação em que São Paulo é o alfa” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 15 mai. 1892, p. 2).

Mantendo coerência com atitudes anteriores que serviram para solidificaram seu capital simbólico, Moniz Freire criou representações de si em seu discurso. Dessa vez, para se validar como o mais indicado a assumir o posto de presidente do Estado e assim corroborar a unanimidade que lhe concedeu o triunfo eleitoral, afirmava estar movido pelo desejo de dotar o “[...] primeiro governo regular do meu Estado de um chefe que fosse filho desse Estado” e de honrar “[...] o compromisso que o meu partido contraiu de esforçar-se por criar uma Pátria grande para os espírito-santenses” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 15 mai. 1892, p. 2). Alegava ser o mais apto para enfrentar o desafio de reabilitar o Espírito Santo de um passado cheio de problemas, os quais prejudicavam seu afloramento político e econômico. Em outras palavras, o momento histórico então vivido precisava ser

[...] presidido por um espírito-santense, cujo patriotismo não pudesse ser suspeitado pelos seus conterrâneos e que tivessem além disso a coragem de dizer, como eu digo perante vós, que hei de governar o meu Estado só e unicamente com o meu Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 15 mai. 1892, p. 2).

A fim de se fazer crer como um instrumento de comunhão, representava-se acima de todas as suspeitas e pregava a união de todos os bons concidadãos, afirmando estar despido de todos os ódios e distinção política.

Contudo, a vitória política de Moniz Freire não cessou a batalha pelo monopólio da verdade, quer dizer, o conflito de representações. O principal jornal do PRC publicou diversos telegramas de correligionários, oriundos das diversas cidades da Província, e as “demonstrações de apreço” que os deputados, eleitores do chefe *construtor*, estavam realizando, materializadas em presentes ao governante eleito. A lista dos contribuintes era constantemente atualizada, como forma de mostrar o prestígio do homenageado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 6 mai. 1892).

Por sua vez, as festividades não foram esquecidas: o resultado do pleito e a promulgação da Constituição Estadual foram concebidos como um momento de júbilo e euforia, culminando em “procissão” festiva de populares e políticos até a casa do escolhido, a fim de anunciar-lhe a “boa nova”. Era a repetição do que havia acontecido na eleição do líder para uma vaga de deputado federal, um ano e meio antes.³²⁷ A rigor, a casa de Moniz Freire foi simbolizada como um local de “peregrinação” e referência, onde se faziam discursos, celebrações, marcavam-se *meetings* e até casamento de correligionários.³²⁸ Era uma extensão do poder e da liderança que o jovem escolhido estava adquirindo perante seus correligionários.

A fabricação do “herói” por meio de textos enaltecendo sua figura manteve-se firme após a sua confirmação no cargo. Artigos de amigos foram publicados louvando a escolha que o Congresso Estadual havia feito.³²⁹ Em nota oficial, o jornal do PRC concluiu que essa opção “[...] era, tanto quanto pode ser, uma aspiração geral já não dizemos do partido de que ele era reconhecidamente chefe supremo, mas do Estado inteiro” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 6 mai. 1892, p. 6). O editor do impresso *construtor*³³⁰, comentando sobre o baile da vitória, publicou a síntese da imagem heroica que Moniz Freire havia adquirido, modelada pelas representações constantemente criadas pelos seus correligionários. Afirmava que em júbilo

[...] se achavam possuídos todos os que ambicionavam ver o Estado entregue a uma direção inteligente, calma e criteriosa, capaz de resolver os grandes problemas que o governo tem de enfrentar, e de desembaraçar-se dos obstáculos que o despeito e a inveja possam porventura criar (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 mai. 1892, p. 1).

Já os *unionistas* se mantiveram firmes na luta pela desconstrução da imagem de seu principal alçoz. Tratou com desdém as festas do grupo rival, vistas como “desanimadas”, por causa da “[...] falta de popularidade desses moços governantes, que apenas tem hoje uns poucos

³²⁷ Quando Moniz Freire foi eleito deputado federal, o jornal anunciava que seus correligionários marcharam até sua casa em tom de festividade. Lá, o eleito discursou para seu séquito (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 21 out. 1890).

³²⁸ Em 3 de abril de 1892, foi celebrado o casamento civil entre Júlio Lopes Ferreira da Silva e Maria da Silva Guimarães, filha de Manoel Joaquim da Silva Guimarães, então correligionário de Moniz Freire (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 4 abr. 1892).

³²⁹ Padre Francisco Antunes de Siqueira foi um sacerdote nascido e residente em Vitória. Escreveu diversos artigos em jornais. Admirador de Moniz Freire, Siqueira escreveu um artigo rejubilado pela eleição do líder (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 mai. 1892). Outro artigo veio de São Paulo. Na coluna *Subsídios Estranhos*, o escritor, denominado D. Araújo, direcionou ao recém-eleito governante diversos elogios, narrando sua história como forma de legitimar o que entendia como acertada escolha (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 mai. 1892).

³³⁰ Tratava-se do jornalista *construtor* Afonso de Magalhães (PEREIRA, 1926).

defensores sinceros”, criticando em seguida o prestígio dos políticos ali presentes (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 5 mai. 1892, p. 3).

O *unionista* José Monjardim³³¹, filho do governador deposto, aproveitou a oportunidade para denunciar como ilegítima a posse do líder *construtor*, embora reconhecesse que ele tivesse prestígio entre eleitores e correligionários. Cumprindo seu papel como opositor, acusou de falso o discurso conciliador proferido por seu algoz e de ter feito algumas demissões ilegais. Por ironia, foi Monjardim quem melhor representou — em sua consternação — o sentimento que pairava sobre a comunidade interpretativa composta pelos correligionários *construtores*. Ao mencionar as promessas feitas no discurso de posse do novo presidente do Estado, assim manifestou-se:

Podem impressionar agradavelmente aquelas frases *diplomáticas* do discurso no espírito de outros, que não conhecem e não têm acompanhado as evoluções da vida política do nosso **Messias**; mas, a oposição agradece-lhe orgulhosamente quaisquer obséquios que, na verdade, lhe queira dispensar (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 8 mai. 1892, p. 1, grifo do autor e nosso, respectivamente).

Como podemos observar, a oposição reconhecia que Moniz Freire era representado por seus aliados como “salvador”, arquitetada por seus correligionários e séquito, ainda que o intuito do artigo fosse o de enfraquecer o capital simbólico desse “messias”. Esforços inúteis, pois não havia mais condições endógenas e exógenas suficientes para reverter o quadro partidário, como ocorrido no final de 1891.

Destaque-se a resposta publicada no dia seguinte. Em um texto cheio de analogias para rebater esses ataques, o editor *construtor* produziu uma comparação que aproximava Moniz Freire daquilo que José Monjardim havia percebido e tentado desfazer. Dizia que a oposição, por meio de inveja e ódio, negava a eleição do chefe do PRC, assim como negaram “[...] o movimento da terra os ignorantes” e “[...] a divindade de Jesus os escravos do ouro de Herodes” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 9 mai. 1892, p. 1). A posse do presidente do Estado era representada por analogia pelo jornalista *construtor* como sendo tão legítima e natural quanto a divindade de Cristo. Em outros termos, corroborava a crença de que o evento

³³¹ José Francisco Monjardim era filho de Alpheu Monjardim, o barão de Monjardim, e primo de segundo grau de Moniz Freire. Era filiado à URES, quando escrevia para o jornal *Commercio do Espírito Santo*. Posteriormente, foi membro do Partido Autonomista, que se fundiu ao de Moniz Freire, passando a se chamar Partido Construtor Autonomista. Quando correligionário de seu importante parente, foi editor de *O Estado do Espírito Santo*, presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica do Espírito Santo e em 1898 da Câmara Municipal de Vitória. Foi deputado estadual entre 1898-1900 (3ª legislatura) e federal entre 1900 e 1908 (4ª, 5ª e 6ª legislaturas). Cf. Pereira (1914), Abranches (1918b).

se tratava da chegada de um “salvador” para trazer a ordem republicana e a prosperidade, anunciada no discurso de posse.

Assim, em termos conclusivos, pode-se auferir que a crise de legitimidade e o vazio institucional, alimentados pelo confuso cenário político nacional e pelas constantes lutas de representações, já haviam produzido as condições necessárias para formação de um salvador, capaz de implantar alguma certeza e solidificação social. Elas foram devidamente aproveitadas pelo líder *construtor*, embora ele não tivesse sido o único pretendente ao posto. Todavia, foi quem melhor angariou os requisitos necessários, tanto para a fabricação quanto para a circulação de representações, imprescindíveis para qualquer líder político carismático. Isso nos permite compreender porque, em menos de três anos, Moniz Freire saltou do ostracismo à condição de principal líder da elite política regional angariando, nessa caminhada, um séquito de correligionários. Pôde, dessa maneira, consumir a “rotina” republicana no Espírito Santo, eliminando, em médio prazo, cisões oligárquicas potencialmente capazes de perenizar as incertezas políticas e os conflitos. Enfim, sua oligarquia por algum tempo se consolidara.

6 OLIGARQUIA, LIDERANÇA E CARISMA (1892-1900)

A posse de Moniz Freire como governante do Espírito Santo, amparado pelo PRC, alçou tanto o Partido quanto o personagem a um período de predomínio na política capixaba por quase quinze anos (1892-1905). Durante esse tempo, o líder *construtor* se manteve no poder, direta e indiretamente, influenciando, em ambos os cenários, os rumos da oligarquia que chefiava e de que fazia parte. Essa condição, anteriormente ressaltada, foi arquitetada por intermédio de sua projeção política, que o tirou do iminente ostracismo político, após o golpe republicano. Essa projeção estava amparada na ideia, compartilhada por seus aliados, de que ele havia se tornado o mais apto a solucionar os problemas enfrentados pelas crises de legitimidade que assolaram os primeiros anos do novo regime.

A partir do que foi exposto, emergem algumas indagações. Quais características definiam o grupo político do PRC como uma oligarquia? De que modo seus aliados representavam Moniz Freire em seu primeiro governo (1892-1896)? De que maneira as representações produzidas acerca do chefe *construtor* fortaleciam o seu capital político bem como seu controle sobre o grupo?

Para responder a essas e outras questões, na presente Seção analisamos primeiramente as características que definiam o PRC como uma oligarquia e Moniz Freire como seu chefe. A seguir, nos detemos na trajetória do Partido por meio da interação política entre o chefe *construtor* e seus liderados, até o seu clímax, na eleição de 1900, em que ele foi eleito novamente presidente do Estado. Objetivamos mostrar que essa relação era permeada por interesses políticos com requintes de dominação carismática, construída a partir do reforço do capital heroico de Moniz Freire. Esses requintes foram reforçados após o “sucesso” do seu primeiro governo, o que produziu — em parte — a condição para que o Espírito Santo não se tornasse palco de sucessivas disputas entre oligarquias, para que condicionasse a tênue estabilidade intraoligárquica à liderança do chefe *construtor* e abrisse caminho para seu retorno à frente do governo do Espírito Santo, em 1900.

6.1. A OLIGARQUIA *CONSTRUTORA*

6.1.1 Aspectos teóricos

O fenômeno das oligarquias na Primeira República foi exaustivamente estudado pela historiografia brasileira. Apesar de certas discrepâncias, há alguns consensos, como o que se refere ao fato de terem consolidado seu poder nos Estados pelo pacto de Campos Sales (SOUZA, 2001). Embora não seja objetivo por agora adentrar nesse debate, apresentamos uma pequena discordância ao nos debruçarmos sobre o cenário político regional. A ascensão — e consequente consolidação — do grupo oligárquico *construtor* no Espírito Santo se deu após a posse de Floriano Peixoto na presidência do Brasil e a derrocada dos *unionistas*, em dezembro de 1891 (SILVA, 1995).³³² A nosso ver, no entanto, a República não se tornou oligárquica, unicamente, pelo suposto congelamento das disputas e pela regionalização da competição política — pontos, aliás, passíveis de discussão³³³ — mas também pela oportunidade de ascensão que alguns grupos, fechados entre seus membros, tiveram de controlar politicamente as unidades federativas, o que nem sempre coincidiu com o pacto proposto pelo presidente Campos Sales. No Espírito Santo, inclusive, esse arranjo foi incapaz de evitar a principal cisão política no seio da oligarquia *construtora*, a qual selou sua decadência.³³⁴

A partir dessas considerações, cabe-nos analisar sob quais aspectos o PRC constituiu um grupo oligárquico no Espírito Santo. Para isso, servem de referência algumas das nuances comuns identificadas por Edgard Carone.

Formações de grupos impermeáveis, com raras participações de elementos estranhos, o que resulta comumente em oposição armada e lutas radicais pelo poder; lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário; emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança; a não aceitação da neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor (CARONE, 1975, p. 270).

³³² Marta Zorzal e Silva (1995) chama esse momento de consolidação das oligarquias mercantil-exportadoras. Preferimos trabalhar com a ideia da consolidação temporária da oligarquia chefiada por Moniz Freire, que aqui definimos como *construtora*.

³³³ Na Seção 2, mostramos que essa afirmação de Renato Lessa (1999) foi devidamente contestada por Claudia Viscardi (2001), ao afirmar que a “Política dos Governadores” não desnacionalizou a competição, produzindo incertezas nos momentos de sucessão presidencial.

³³⁴ Esse assunto será explorado na próxima Seção.

Nos treze anos de predomínio absoluto dos *construtores* sob a liderança de Moniz Freire, identificamos algumas dessas características, tais como a lealdade da maioria dos seguidores, o domínio sobre os Poderes do Estado e sobre a Constituição estadual, e finalmente o emprego de familiares e aliados. Todavia, o conflito armado foi evitado, pois a luta pelo poder alojava-se no campo das representações, em discursos que anunciavam o monopólio da verdade dos fatos, repercutindo nos pleitos eleitorais, nas devidas épocas.

Essa discordância quanto ao grau de violência se explica porque o grupo dominante amorteceu as divergências, tornando cisões e rupturas, nesse espaço de tempo, ineficazes para desafiar a predominância e a influência do principal líder e prejudicar a estabilidade do grupo. Desse modo, não cabe ao nosso estudo aplicação da relação genérica entre a vontade particular e a produção de formas políticas violentas, interpretação desenvolvida por Edgard Carone (1975), para se referir às oligarquias dos Estados menos ricos. É bem verdade que elas existiam como denúncia, como práticas eleitorais (SANTOS, 2012b), mas sem descambar em conflitos armados.

Algumas contribuições de outros autores ajudam a identificar certas características presentes na oligarquia *construtora*, bem como compreender como ela evitou a emergência de violentas relações com as oposições. A esse respeito, Wanderley Guilherme dos Santos (2013b) esclarece que em sociedades oligárquicas os processos decisórios são sempre decididos de comum acordo, mesmo havendo pequenas divergências, pois do contrário corre-se o risco de seu desaparecimento. Além disso, é reduzido o número de competidores, o que concorre para tornar o sistema menos vulnerável, dando-lhe uma condição de estabilidade. Outro requisito fundamental é “a unanimidade de ação ou a aquiescência dos indiferentes” (SANTOS, 2013b, p. 30), isto é, quando o grupo tende a agir de forma coesa ou é suficientemente capaz de evitar que as dissidências desafiem o *status quo* político.

É evidente que se trata de uma regra geral como condicionante para a estabilidade e a vigência do sistema oligárquico, o qual em algum momento tende a ruir, ao desaparecer e dar lugar a um novo sistema, oligárquico ou não.³³⁵ A nosso ver, essa regra consolidou, por certo período, a estabilidade necessária à oligarquia *construtora* e isso foi possível pela união em torno das ideias e da crença nos dons de seu mais importante componente, Moniz Freire.

³³⁵ Para Wanderley dos Santos (2013b), os fatores podem ser endógenos, como as cisões oligárquicas, ou exógenos, como a ampliação do número de pessoas possíveis de serem eleitas e a expansão econômica de uma determinada região ou país.

Como contribuição a nosso estudo, ressaltamos alguns princípios comuns das oligarquias, extraídos da análise de Cláudio Couto (2010)³³⁶, pois auxiliam no entendimento do *modus operandi* do grupo situacionista no Estado. A começar pelo pleito eleitoral.

O pleito eleitoral, como condição de perpetuação de um grupo no poder, é um exemplo claro de oligarquização pela via do sistema eleitoral, mantido após a consagração da Constituição de 1891 (LYNCH, 2014), o qual dava condição à facção beneficiada de se tornar uma oligarquia, mantendo-se no topo de forma relativamente estável. A criação ou a transformação das regras existentes era um bom caminho para isso, sobretudo se iam ao encontro dos anseios da facção situacionista.

No Espírito Santo, a elaboração do texto da Constituição estadual, pela significativa influência do líder *construtor*, contribuiu para fortalecer o Poder Executivo no Espírito Santo e, desse modo, foi um bom mecanismo para facilitar a oligarquização do grupo, considerando que o processo eleitoral não tinha autonomia em relação a esse Poder (BASTOS, 1990), em suas esferas nacional e regional. A tal controle, somou-se a existência de regras e práticas eleitorais, fraudulentas e violentas, as quais dificultavam a vitória da oposição, embora elas também disso fizessem uso.

Isso desemboca no segundo ponto: a relação das oligarquias com as regras formais. Elas podem ser criadas, modificadas ou ignoradas pelo grupo oligárquico, mormente pelo líder. Todavia, nem sempre havia sucesso quando a questão era modificar a lei, processo que Cláudio Couto (2010) chama de “usurpação da autoridade”. Fato ilustrativo consistiu na tentativa de Moniz Freire e parte de seu grupo de aprovar a emenda que lhe garantiria a reeleição à presidência do Estado, episódio que produziu dissidências e ameaçou a unidade do PRC, em 1894 (SANTOS, 2012b). Por sua vez, a condescendência com práticas eleitorais ilícitas por parte dos aliados locais era um modo de relação com as regras existentes e dificilmente criava traumas intraoligárquicos. Essas ações não foram incomuns, garantindo expressivas vitórias ao situacionismo estadual, em diversos Municípios.³³⁷

O terceiro ponto tem a ver com a ausência de canais neutros, capazes de favorecer a oposição no ressarcimento de seus prejuízos, isto é, nas derrotas eleitorais tratadas por ela como

³³⁶ Cf. Seção 2.

³³⁷ Episódios ilustrativos ocorreram em Cachoeiro de Itapemirim, em 1896 (SANTOS, 2012a), e em Iconha, em 1900 (CAPRINI, 2007).

fraudulentas. Os vínculos dos órgãos competentes para julgar possíveis denúncias com o grupo situacionista tornava utópica para a oposição a tentativa de alcançar vitória eleitoral, podendo ocasionar até lutas armadas (COUTO, 2010). No Espírito Santo, pelo menos a princípio, isso não ocorreu de forma a comprometer a estabilidade dos *construtores*. O caso mais importante talvez tenha ocorrido em 1896, em Cachoeiro de Itapemirim, principal cidade e reduto oposicionista depois da capital. Após derrota da maior parte de seus correligionários no pleito municipal, o *unionista* Bernardo Horta tentou deslegitimar o resultado adverso anunciado pela junta apuradora municipal, composta de *construtores*. A decisão do Congresso Estadual, com maioria do PRC, em não acatar o protesto de Horta, repetida a seguir pela Corte de Justiça do Estado, e o “simbólico” pronunciamento de Moniz Freire, presidente do Espírito Santo, condenando a atitude do *unionista* (SANTOS, 2012a), denotam a sintonia entre os três Poderes estatais no trato com adversários. É preciso ressaltar que esse episódio indica claramente como o Poder Judiciário Estadual ficava a mercê das oligarquias (LEAL, 2012), prevalecendo, portando, o legitimismo oligárquico.³³⁸

O último ponto interessante tem a ver com a relação do oligarca com as estruturas oligárquicas. Discordamos da ideia de que o primeiro seja um atributo estrutural do segundo, merecendo destaque, desse modo, o protagonismo do oligarca nos processos de criação e manutenção de uma oligarquia. Sobre isso, diz Claudio Couto (2012, p. 14):

São oligarcas de carne e osso que agem de forma infensa a controles; são seus interesses (ainda que naturalmente determinados ou reforçados) os perseguidos por meio de expedientes contra os quais os demais pouco podem fazer; e são eles os principais defensores ativos da manutenção do *status quo* institucional — já que este lhes favorece.

Evidentemente há participação da estrutura funcional no direcionamento do líder. Mas não podemos perder de vista seu papel como ator relevante nos rumos do grupo, que nos remete ao questionamento feito anteriormente acerca das condições para a vigência e a estabilidade necessária à oligarquia *construtora*. Esse questionamento será respondido ao longo da Seção. Sem esquecer as estruturas que permeiam as relações, é pelo viés da dominação personalista que analisamos o grupo político em questão.

Não obstante, uma pergunta ainda precisa ser respondida para melhor compreensão da força política adquirida pelos *construtores* na política capixaba. Ela tem a ver com o tamanho da

³³⁸ Termo utilizado por Aurélio Bastos (1990), que define a legalidade eleitoral da Primeira República como circunscrita ao controle da oligarquia dominante.

envergadura política que o partido dominante adquiriu no momento em que controlava o governo estadual.

6.1.2 Cargos políticos e metamorfose partidária

Para responder a esse problema, *a priori* apresentamos o desempenho eleitoral do Partido nas eleições para o Legislativo federal (Câmara e Senado) e estadual (Congresso Estadual). Esse primeiro critério de abordagem reveste-se de importância na medida em que uma oligarquia possui, entre outras características, o monopólio dos principais cargos políticos, eletivos ou não. Em segundo lugar, é possível medir sua força pela capacidade de produzir sucessivas vitórias eleitorais para seus correligionários, adquiridas na maior parte das vezes por estar em sintonia com os coronéis locais. Por conseguinte, permanece o predomínio sobre os principais Poderes do Estado, característica típica enunciada por Edgard Carone (1975).

Analisando a Tabela 4, observa-se o desempenho eleitoral dos *construtores* para a Câmara Federal e para o Senado, entre 1890 e 1906. Esse recorte temporal foi adotado porque marca o ano da formação — e primeira eleição — do partido político dominante e a última eleição em que, já cindido o Partido, o grupo de Moniz Freire triunfou nas urnas. Para realizar a análise, separamos as eleições das duas Casas legislativas. Quanto aos números de eleitos, aparentemente irregulares, é preciso mencionar algumas considerações. Em 1890, o Espírito Santo, como unidade federativa, tinha direito a duas cadeiras na Câmara, com mandato de três anos, quantidade que foi duplicada a partir de 1894. Já para o Senado, eram três vagas, sendo eleito (exclusivamente em 1890) um senador, para o mandato de nove anos, e os demais, para seis e três anos respectivamente. Esses mandatos menores seriam renovados nas eleições seguintes, sendo eleito continuamente um senador a cada triênio, a partir de 1894, salvo em casos de morte ou renúncia, que alteravam a quantidade de candidatos eleitos (ABRANCHES, 1918a). Pelos dados obtidos, observa-se o total predomínio dos *construtores* na ocupação das vagas. Esse fato ganha dimensão ainda maior, considerando-se que, em 1894 e 1900, os deputados eleitos não incluídos na lista tríplice do PRC pertenciam aos quadros do Partido³³⁹, Antonio de Ataíde Júnior, em 1894, e o próprio Moniz Freire³⁴⁰, em 1900

³³⁹ De acordo com o art.36 § 4º da Lei Eleitoral n.35, de 26 de janeiro de 1892, vigente nos anos de 1894 e 1900, nos distritos de quatro ou cinco deputados, caso do Espírito Santo — que possuía um distrito só — caberia ao eleitor votar em três nomes. Era uma forma de resguardar espaço às minorias. Disponível em:

(ABRANCHES, 1918a). Essa regra, embora objetivasse favorecer a oposição, era comumente usada a favor do situacionismo. Caso exemplar foi o do Rio de Janeiro, com oligarquia chefiada por Nilo Peçanha (PINTO, 1998). A única vaga não ocupada por correligionários ocorreu em 1897, com o triunfo do dissidente Torquato Moreira. No Senado, a oligarquia preencheu todas as cadeiras.

TABELA 4 – Quantidade de deputados federais e senadores eleitos pelo Partido Republicano Construtor/Partido Republicano Construtor Autonomista (1890-1906)

ANO	DEPUTADOS		SENADORES	
	Integrantes da chapa do PRC/PRCA	Total eleito	Integrantes da chapa do PRC/PRCA	Total eleito
1890	2	2	3	3
1892*	2	2	Não houve eleição	
1893*	1	1	Não houve eleição	
1894	3**	4**	1	1
1897	3	4	2***	2
1900	3**	4**	1	1
1903	4	4	1	1
1904*	Não houve eleição		1	1
1906	3	4	1	1

Fonte: Abranches (1918a), *O Estado do Espírito Santo* (1 mar. 1894; 29 nov. 1896; 8 dez. 1899; 30 mai. 1903) e Saletto (2005, 2008).

* Eleição para preenchimento de vaga.

** Casos em que o candidato eleito pela vaga da oposição era também filiado ao PRC/Partido Construtor Autonomista (PRCA).

*** Em 1897 foram eleitos dois senadores devido ao falecimento do então senador Eugênio Amorim.

Por sua vez, a Tabela 5 mostra o desempenho do PRC nas eleições para o Congresso Legislativo Estadual. Era imprescindível que essa instituição fosse ocupada por aliados, a fim de dar suporte ao presidente de Estado, como na aprovação de orçamentos, de proposições e em deferência aos anseios do chefe do Executivo. O recorte temporal analisado vai de 1892, ano da eleição dos deputados *construtores*, até 1904, último pleito antes da cisão que abalaria profundamente o grupo político. A hegemonia é nítida, conferindo um caráter plenamente oligárquico ao PRC, uma vez que somente no pleito de 1895 a oposição conseguiu eleger um candidato.

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>>. Acesso em 18 jul. 2015. Sobre isso ver LEAL, 2012 e SALETTO, 2005.

³⁴⁰ Apesar de eleito, Moniz Freire renunciou para assumir a presidência do Estado, naquele ano. A vaga aberta foi ocupada pelo seu aliado e ex-presidente do Estado José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, após eleição realizada meses depois.

TABELA 5 – Quantidade de deputados estaduais eleitos pelo Partido Republicano Construtor/Partido Republicano Construtor Autonomista (1892-1904)

ANO	CONSTRUTORES ELEITOS	QUANTIDADE TOTAL DE DEPUTADOS
1892	21	21
1895	21	24
1898	25	25
1901*	20	25
1904*	20	25

Fonte: Pereira (1914); *O Estado do Espírito Santo* (15 fev. 1895; 9 fev. 1898; 19 jan. 1901; 30 dez. 1903).

* O então PRCA elegeu toda a sua chapa. Os deputados restantes eleitos eram também do Partido, mas não foram incluídos na lista devido à lei que dava garantias às minorias.

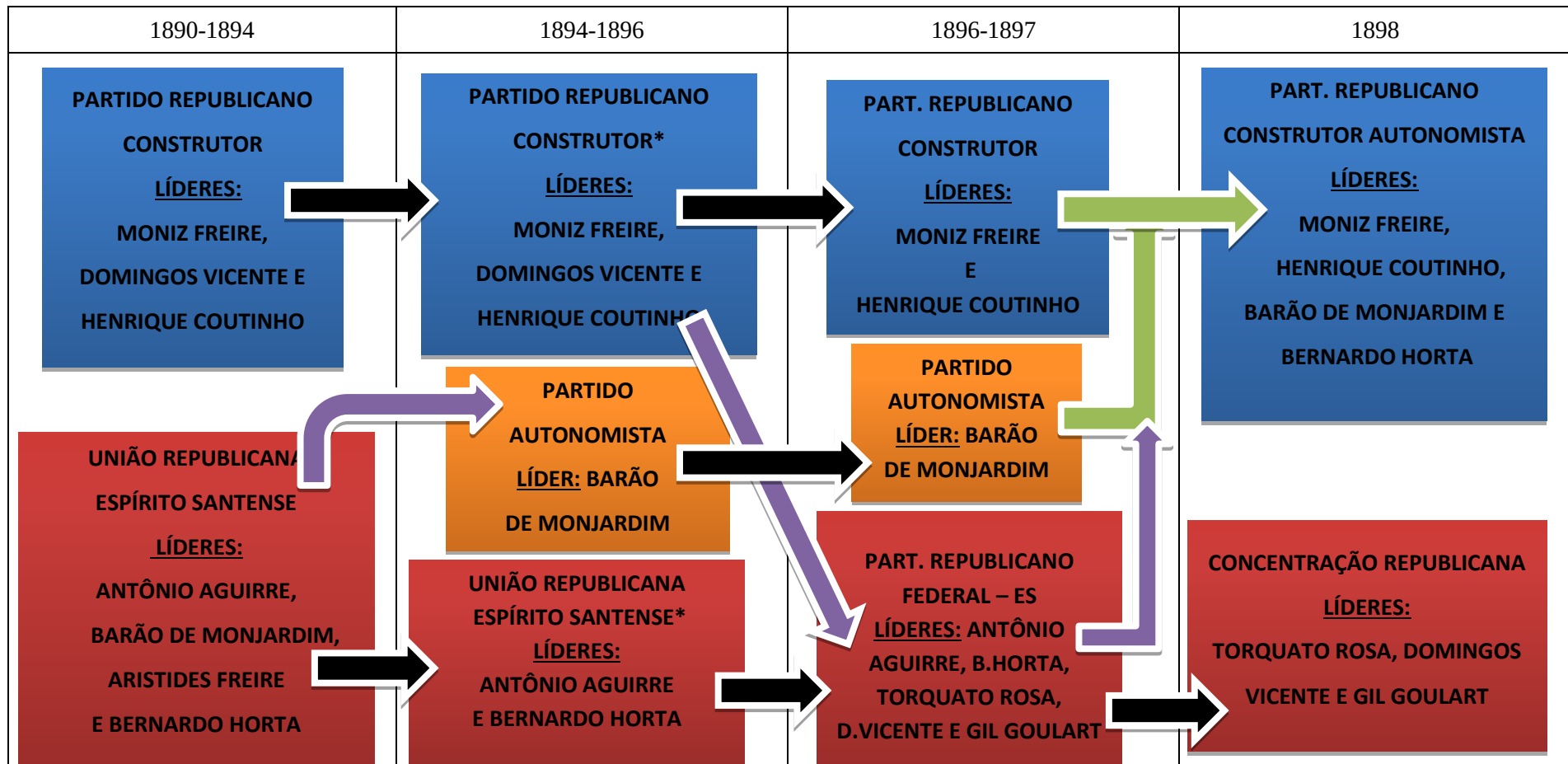
Pode-se inferir que o auge ocorreu entre os anos de 1898 a 1904, quando os *construtores autonomistas*³⁴¹ ocuparam as vagas da minoria. Em 1904, inclusive, o diretório do PRCA pedia abertamente voto para os que não estavam incluídos oficialmente na chapa (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 30 dez. 1903). Importante observar que esse momento de clímax partidário coincidiu com o segundo governo de Moniz Freire, entre 1900 e 1904, o que lhe deu condições de governar com ampla base de apoio. Isso se torna mais evidente ao considerar-se que, além de o Congresso Estadual estar permeado de seus aliados, era regulado por uma Constituição estadual, de inspiração positivista, que o relegava a fins orçamentários.³⁴²

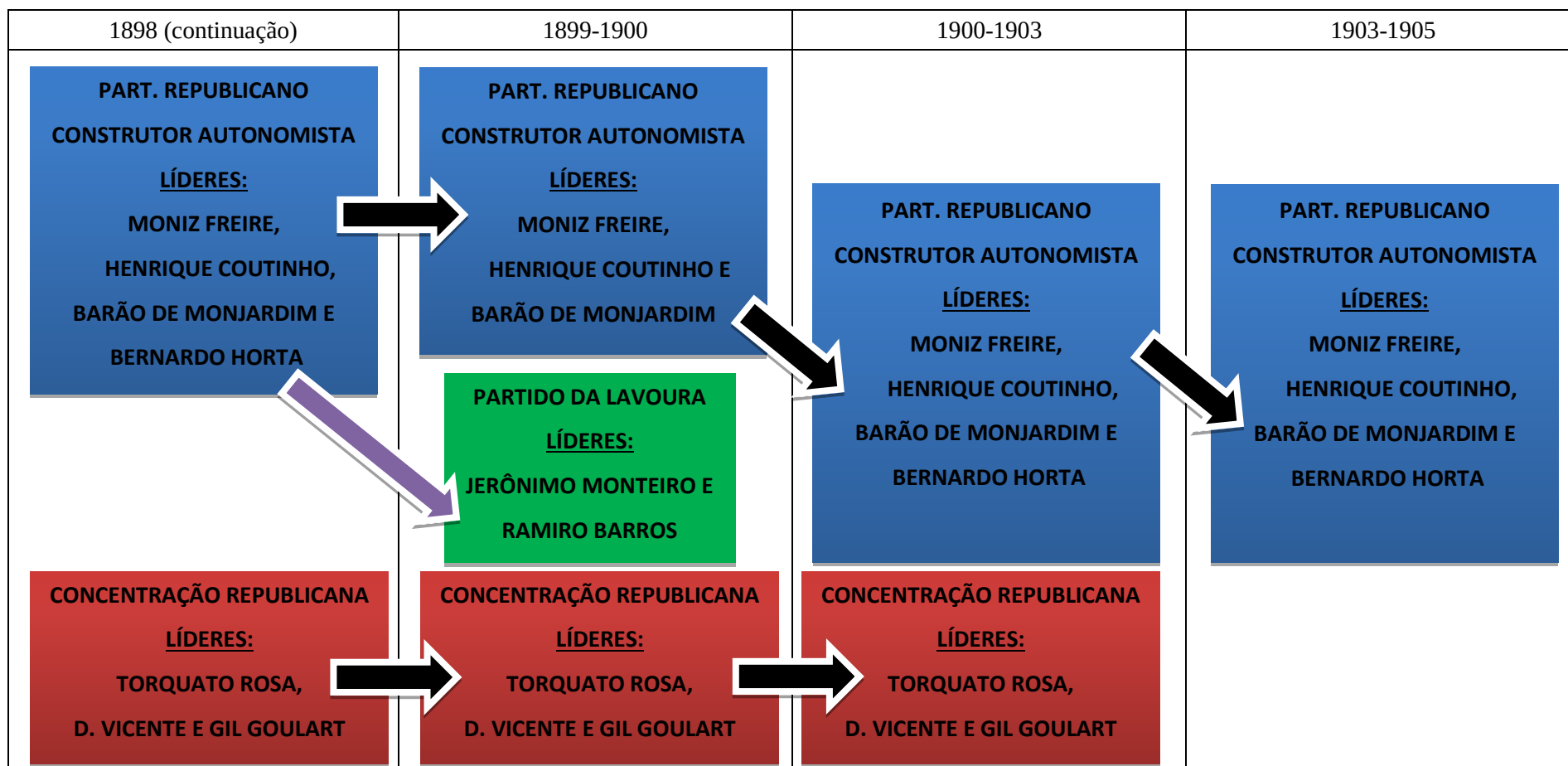
Uma análise quanto à metamorfose partidária pela qual passou o Espírito Santo entre 1890 e 1905 ajuda a dimensionar a envergadura da oligarquia *construtora* nas duas primeiras décadas republicanas. Esse recorte temporal foi escolhido, pois vai do surgimento do grupo político à sua grave cisão. Um resumo pode ser visualizado no Quadro 2.

³⁴¹ Como veremos adiante, esse nome foi adotado após a fusão do Partido Republicano Construtor com o Partido Autonomista.

³⁴² Cf. Seção 5.

QUADRO 2 – Evolução partidária do Espírito Santo (1890-1905)





FONTE: Adaptado de Silva(1995) e Saletto (2005, 2008).

* Ambos os partidos filiaram-se ao PRF.

Legenda das setas: roxo – dissidência; preto – continuísmo; verde – fusão de partidos.

O quadro partidário entre 1890 e 1903 demonstra a coexistência de, pelo menos, duas agremiações políticas no Estado. A primeira, chefiada por Moniz Freire, sempre à frente do governo, hegemônica na ocupação dos cargos políticos. A(s) outra(s), formada(s) por antigos oposicionistas mesclados aos dissidentes do grupo situacionista (Partido Republicano Federal/Concentração Republicana), bem como por dissidências do grupo oposicionista (Partido Autonomista) e do grupo situacionista (Partido da Lavoura). A situação se modificou em 1903, quando passou a predominar o Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA), fruto da fusão entre o grupo governista (PRC) e a dissidência da antiga URES (Partido Autonomista). Trata-se do auge desse grupo, prestes a passar por grave cisão, em 1905. Ao predomínio do grupo governista somou-se a atração que exerceu, apesar das dissidências, sobre adversários, rumo ao controle absoluto do cenário partidário estadual.

Os dados expostos servem para corroborar a existência de um grupo relativamente fechado, que exercia o monopólio dos principais cargos políticos do Espírito Santo, o qual era chefiado por Moniz Freire, apresentando características estritamente oligárquicas. Mas, para além dos dados apresentados, procuramos entender de que forma isso era refletido pela oposição. Não é difícil compreender que ela nutria o sentimento de que estava alijada do poder, por ação de um grupo coeso e fechado, o qual supostamente impedia a real execução da disputa democrática e que comandava, de forma equivocada, os rumos do Estado. Tratava-se naturalmente de uma forma de deslegitimar o situacionismo e expor para os eleitores as razões dos insucessos alcançados nos pleitos eleitorais.

Dois episódios a esse respeito são ilustrativos. O primeiro deles se refere ao contexto em que a URES havia se autodenominado sucursal do Partido Republicano Federal (PRF), no ano de 1896.³⁴³ Tendo migrado para a oposição e pretendendo afastar os adversários do núcleo nacional do PRF, o editor Torquato Moreira entendia que “[...] essa oligarquia aqui exercida pelo partido ‘construtor’, não cabe no programa dos povos republicanos” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 16 dez. 1896, p. 1). No ano seguinte, os correligionários do sul depositavam também as esperanças no PRF, ao afirmarem que esse Partido “[...] não pode consentir na duração dessa oligarquia que se apoderou do Estado do Espírito Santo” (O

³⁴³ O Partido Republicano Federal (PRF) foi fundado em 1893 por diversos parlamentares afinados com a consolidação republicana e que inicialmente apoiavam Floriano Peixoto na presidência. Tinha, entre seus membros, políticos de diversos Estados, inclusive representantes do PRC, por ocasião de sua fundação, tais como Torquato Moreira, Ataíde Júnior e Gil Goulart. A maioria dos políticos era de Minas gerais (10,57%) e São Paulo (9,61%). Tinha entre seus principais líderes e fundadores Francisco Glicério. Cf. Witter (1999).

CACHOEIRANO, 14 nov. 1897, p.1). Ainda no mesmo ano, para falar da (re) aproximação política entre Moniz Freire e o barão de Monjardim, o jornal *Commercio do Espírito Santo* (11 dez. 1897, p. 1) insinuava que negociatas políticas eram feitas “[...] na intimidade de parentes que não esqueceram ainda as velhas tradições de oligarquia do passado regime”. Vinte dias depois, uma nota no jornal *O Cachoeirano* acerca dessa aliança foi publicada em apoio à saída do Coronel Ramiro de Barros³⁴⁴ do PRC, “[...] por não se conformar com a oligarquia em que se transformou aquele partido... de família” (31 dez. 1897, p. 2).

Obviamente, os *construtores*, sobretudo aqueles mais próximos de Moniz Freire, não se assumiam como componentes de uma oligarquia e também acusavam os adversários. Quando estavam alijados do poder em 1891, definiram os unionistas como uma “[...] oligarquia que quer se impor pela astúcia, pela força e pela fraude” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 26 jul. 1891, p. 1). Já de volta ao poder e ali “consolidados”, o editor Augusto Calmon, convocando os eleitores para o pleito que adviria, firmava pela independência do Estado em relação à oligarquia que entendia estar se formando no Rio de Janeiro, comandada por Francisco Glicério³⁴⁵, no PRF (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 30 dez. 1896).

A contínua utilização do termo “oligarquia” torna possível inferir o significado que esses escritores lhe atribuíam. Começamos pela definição formal da época, extraída do *Dicionário da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1891). Segundo o autor, trata-se de um governo “[...] cuja soberania reside em poucas pessoas poderosas, ou de classe preponderante, e que sistematicamente absorvem todo o poder público com absoluta exclusão das outras classes sociais” (SILVA, 1891, p. 464). Quanto ao senso comum, embora, a rigor, não tenha havido um padrão único, as observações são equivalentes em alguns aspectos. O anônimo A.A.P., por exemplo, afirmava que só havia uma oligarquia partidária quando não houvesse espaço para a eleição das minorias (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 10 abr. 1893). Por sua vez, Augusto Calmon condicionava o termo à incapacidade do eleitor poder votar em quem quisesse (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 25 mar. 1897).

³⁴⁴ O coronel Ramiro de Barros Conceição era oriundo de Minas Gerais, residindo desde a década de 1880 na região de Afonso Cláudio. Fazendeiro, foi presidente do Conselho Municipal dessa cidade entre 1891 e 1899. Foi deputado estadual por três legislaturas. Pertenceu ao grupo de Moniz Freire até 1897, sendo até então seu entusiasta defensor. Cf. Tallon (1999).

³⁴⁵ Francisco Glicério Cerqueira Leite era membro da oligarquia paulista, filiado ao PRP. Republicano histórico, foi ministro do governo provisório de Deodoro, deputado federal constituinte, sendo reeleito para as duas legislaturas seguintes, permanecendo no cargo até 1899. Foi o principal fundador do PRF. Após romper com Prudente de Morais, não conseguiu se reeleger. Foi eleito senador em 1902, ocupando o cargo até sua morte, em 1916. Cf. Witter (1999).

As noções variavam até certo ponto, pois tinha a conotação pejorativa da exclusão. Isso servia de combustível para que um determinado grupo representasse negativamente o outro, visando a deslegitimação simbólica de suas atitudes. Todavia, é preciso ressaltar que esse confronto de representações, embora importante para se entender as vicissitudes da política estadual e assim dimensionar a polarização política em constante rearranjo, não traduz qualquer desafio ao *status quo* arquitetado por Moniz Freire e seus seguidores, o que leva a questionar a natureza dessa estabilidade.

Apresentamos nesta Seção a hipótese de que Moniz Freire, como ator protagonista no cenário político estadual, construiu sobre seus aliados uma relação de dominação estruturada pelo carisma, travestido em capital heroico e de notoriedade angariado nos anos anteriores. Essa relação se fortaleceu a partir da “missão” desempenhada por ele em seu primeiro governo, representada como altamente positiva e “heroica”, porquanto Moniz Freire adquiriu para si a capacidade de amortecer conflitos que pudessem desafiar seriamente o *status quo* adquirido. Isso sem perder de vista que essa condição foi favorecida pelo posicionamento “acertado” no conturbado cenário político nacional, materializado no apoio aos presidentes Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Campos Sales, em sintonia com os principais republicanos históricos paulistas.

6.2 A OLIGARQUIA *CONSTRUTORA* E O PRIMEIRO GOVERNO DE MONIZ FREIRE (1892-1896)

O primeiro governo de Moniz Freire é tratado pela historiografia regional como um dos mais importantes e prósperos da Primeira República.³⁴⁶ Compreendido como um período de grande prosperidade econômica, o governante se ancorou em um plano de governo que reunia basicamente dois eixos norteadores: desenvolvimento das comunicações (sobretudo vias férreas) e incremento populacional do território (por meio da imigração). Consistiu na oportunidade de se colocar em prática o que ele e outros personagens da elite política capixaba ajudaram a arquitetar e defenderam ao longo do século XIX: um plano de afirmação regional que — acreditava-se — iria retirar o Espírito Santo do que entendiam ser um

³⁴⁶ José Teixeira de Oliveira chega a defini-lo como “[...] fase de arrojadas realizações na terra capixaba” (2008, p. 435). A respeito desse governo, cf. Saletto (1996, 2008), Sueth (2006), Ribeiro (2008), Hees e Franco (2012) e Santos (2012b).

marasmo econômico e transformá-lo, a partir do desenvolvimento de sua capital, em importante unidade federativa do país, principalmente no aspecto financeiro.

As principais ideias implementadas foram defendidas por Moniz Freire, já na última década da Monarquia, em seu jornal³⁴⁷ e nas cartas enviadas ao imperador, o que corroborou para incrementar seu capital político e alçá-lo ao posto de herói e patriota, defensor árduo dos interesses do Espírito Santo, então Província, vista como relegada e esquecida. Postas em prática por meio do plano de governo *construtor*, essas ideias se coadunaram com a emergência de condições econômicas e políticas favoráveis na década de 1890, tornando-se meio de projeção da figura de Moniz Freire, tanto no Estado quanto nos principais jornais do país.

Essas condições diziam respeito, em parte, à maior autonomia política e econômica consignada ao Espírito Santo pela Constituição de 1891, que ampliou a autossuficiência das unidades federativas. Portanto, atribuíam-se ao governo estadual a gestão de recursos financeiros, especialmente de impostos, até então inéditos, como o de exportação. Somou-se a isso o aumento da produção cafeeira, principal atividade econômica do Estado e, como consequência, o crescimento de sua exportação, o que levou à superação da receita arrecadada em relação à receita orçada. Tal circunstância criou um clima de euforia, boas expectativas³⁴⁸ e a implementação do programa de governo relativamente ousado, outrora defendido por Moniz Freire, e que estava contido no programa do seu Partido.³⁴⁹

Esse programa se tornou pedra angular no apoio adquirido por Moniz Freire, oriundo de seu séquito. Tal amparo se estruturava na crença de que o plano de governo do jovem governante se compunha de pressupostos indispensáveis para o Espírito Santo alcançar a primeira grandeza (RIBEIRO, 2008). Tendo adquirido o posto de principal porta-voz do seu grupo e — de acordo com a crença de seus integrantes — dos interesses da Província, era portanto entendido como o mais adequado para conduzir o Espírito Santo nos rumos do progresso almejado. Logo, tendo o líder portador de algum carisma a necessidade de comprovar constantemente seu dom, o quadriênio de seu governo se tornou a oportunidade para reforçar

³⁴⁷ Cf. Seção 4.

³⁴⁸ No ano de 1893, a receita orçada foi de 2.434:300 e a arrecada foi de 3.186:458; em 1894, de 2.951:200 e 4.489:042; e em 1895, de 3.311:00 e 4.669:417. Todos os valores foram apresentados em contos de réis (ESPÍRITO SANTO, 1896). Vale ressaltar que, apesar do aumento da oferta no mercado mundial, entre 1890 e 1894, os preços internacionais se mantiveram estáveis, sustentando indiretamente o clima de euforia econômica no Estado (DELFIM NETTO, 2009).

³⁴⁹ Cf. Seção 5.

seu capital heroico e de notoriedade, adquirido nos anos anteriores e, desse modo, vigorar a dominação política exercida sobre a maior parte da elite política estadual, componente do PRC.

Evidentemente que o sentimento de euforia, partindo do governo, precisava ser amplamente divulgado, a ponto de produzir a sensação que beirasse a crença de que o período era o melhor quadriênio da história e de que Moniz Freire era o melhor governante, gerando uma dominação pautada em admiração pelo líder portador de carisma.

Esse fenômeno pode ser vislumbrado de algumas maneiras: pela representação de si (e logicamente de seu governo) realizada pelo presidente do Estado, objetivando atingir seus aliados políticos, em suas mensagens oficiais, e pela representação de seus aliados, tanto no Congresso Legislativo Estadual, dando-lhe a base de apoio necessária para realizar seus intentos, quanto nos jornais filiados ao PRC. Os periódicos, por sua vez, sobretudo *O Estado do Espírito Santo*, foram cruciais para a fabricação³⁵⁰ da imagem do seu chefe político, imiscuindo representações personalistas, com defesas do governo realizado pelo referido ator político.

Assim sendo, para analisar o modo como Moniz Freire se relacionava com seu grupo, que compunha boa parte dos integrantes da oligarquia *construtora*, analisamos os principais canais de comunicação entre ambos, a partir dos locais em que seus seguidores se encontravam, isto é, no parlamento e na imprensa.

6.2.1 O Congresso Legislativo Estadual: a base de apoio

O Poder Legislativo estadual foi definido em sua natureza pela Constituição de 1892, a partir do anteprojeto elaborado por Moniz Freire no ano anterior. Como vimos, ele possuía algumas limitações, a começar pelo tempo de vigência dos trabalhos dos deputados, dois meses prorrogáveis por mais trinta dias, tornando o presidente do Estado apto a elaborar diversos decretos regulamentares, o que ocorreu ainda em 1892 (ESPÍRITO SANTO, 1896b).

À estipulação de um curto período de vigência, o que na prática fortalecia o Poder Executivo, comungava-se a principal função do Legislativo, qual fosse a de fixar despesa e orçar receita, como produto da influência do pensamento comtiano (TRINDADE, 2007). Todavia, havia

³⁵⁰ Cf. o conceito de fabricação na nota 120.

outras tarefas, como a capacidade de julgar o governante e até destituí-lo do cargo, o que flexibilizava o pensamento do filósofo francês. A indissolubilidade do Legislativo foi outro ponto tocado pela Carta estadual (ESPÍRITO SANTO, 1951).

O mandato de três anos do deputado estadual tornava-o menor que o do presidente do Estado, produzindo a situação de que, em seu quadriênio administrativo, cada governante deveria conviver com duas legislaturas diferentes. Isso não se traduzia em grande problema, pois, conforme a tônica da Primeira República, a oligarquia dominante, fazendo emprego dos velhos métodos para obter a vitória nas urnas, garantia a eleição da chapa governista em sua maioria.

Especificamente no governo de Moniz Freire, houve expressiva deferência da Casa aos anseios do governante, a começar pelo predomínio absoluto de *construtores* na 1ª Legislatura, estando a oposição somente presente na legislatura seguinte, em 1895, com três cadeiras, sendo duas compostas por ex-membros do PRC, os quais haviam rompido com o Partido.³⁵¹ Contrastava com as outras 21, compostas por defensores do governo. Quanto à composição das Mesas, a unanimidade dos *construtores* foi a tônica, completando-se o quadro favorável ao chefe do Partido pela presença de dois importantes aliados de confiança na presidência do Congresso: Cleto Nunes e Henrique Coutinho.

Para além dos números e da fisiologia partidária, é interessante observar a relação de crédito e confiança estabelecida entre os poderes Executivo e Legislativo, o que se traduz, em termos práticos, entre o líder e seu séquito. Para comprovar isso, observe-se primeiramente uso das mensagens de governo para compreender como Moniz Freire criava representações de si perante seus correligionários. Na abertura de cada ano legislativo, o presidente do Estado era aguardado no Congresso para ler sua mensagem, marcando simbolicamente o início dos trabalhos na Casa. Tratava-se de um canal formal de comunicação, em que o chefe *construtor* se aproveitava para transmitir ao grupo seus anseios e intentos.

Analisando suas três mensagens³⁵², procuramos observar em seu discurso de que modo ele justificava e legitimava seu governo perante os membros da Casa. Em cada página, percebe-se o assunto principal, identificando em todas elas aspectos positivos que serviram para construir uma boa imagem de seu governo ou corroborar representações já em circulação.

³⁵¹ Trata-se dos deputados Antero de Almeida e Wlademiro da Silveira (ESPÍRITO SANTO, 1895a).

³⁵² A mensagem de 1892 foi feita pelo então 1º vice-presidente do Estado, Graciano Neves.

Enquadramos tais aspectos em informações que conotam algum ato de heroísmo, promessas ou expectativas e realizações de seu governo.

A título de exemplo, para demonstrar seus heroicos esforços em meio ao período em que entendia ser de retração de capitais nacionais, em virtude das revoltas que ocorriam no país, disse ter “[...] sido necessário revestir-me de muita tenacidade para não deixar perecer o meu compromisso [de atrair capitais estrangeiros para custear o programa de governo]” (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 9). A narrativa de atos desse tipo ocupa 16% das páginas da mensagem de 1893, subindo para 33,33% na mensagem de 1895.³⁵³ Muitas dessas descrições vinham acompanhadas de realizações, que constituíram a tônica em suas mensagens. Em 1893, 60% das páginas vinham apresentando realizações, alcançando 68,18% na mensagem de 1895.³⁵⁴ A título ilustrativo, nesse ano, descreveu ter agido “[...] com energia e prontidão que a situação impunha, para socorrer com eficácia os lugares infestados [pela febre amarela] e obstar ao mesmo tempo a propagação do mal” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 5). As promessas ou expectativas criadas também giravam em torno das realizações. Empolgado com o convênio ferroviário assinado com Minas Gerais, cláusula da Constituição estadual e importante bandeira do programa do PRC, Moniz Freire afirmou ter tido “[...] a fortuna de ver assim coroados os meus votos [a ligação ferroviária entre os dois Estados], um futuro imenso rasgado à grandeza comercial deste Estado, e regulada para sempre a imemorial aspiração dos dois povos” (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 6). No entanto, as promessas caíram em quantidade significativa, pois ocuparam 52% das páginas da mensagem de 1893, mas despencaram para 9,09% em 1895.³⁵⁵

O que *a priori* essas informações revelam é que as mensagens foram utilizadas especialmente para Moniz Freire prestar contas, ou seja, expor aos parlamentares — quase todos *construtores* — como ele havia procedido em sua administração e reforçar o crédito que estava sendo nela depositado. Salta aos olhos a diminuição das previsões/expectativas, à medida que seu governo se encaminhava para o fim. No relatório apresentado a seu sucessor Graciano Neves, em 1896, ele também foi econômico nas previsões, detendo-se a apresentar suas realizações no quadriênio de governo, mas tentou demonstrar que seus prognósticos eram

³⁵³ Respectivamente, ocuparam 4 páginas na mensagem de 1893, 5 na de 1894 e 6 na de 1895 (ESPÍRITO SANTO, 1893, 1894b, 1895b).

³⁵⁴ Respectivamente, ocuparam 15 páginas na mensagem de 1893, 11 na de 1894 e 15 na de 1895 (ESPÍRITO SANTO, 1893, 1894b, 1895b).

³⁵⁵ Respectivamente, ocuparam 13 páginas na mensagem de 1893, 7 na de 1894 e 2 na de 1895 (ESPÍRITO SANTO, 1893, 1894b, 1895b).

fundamentados. Nesse intuito, utilizou o relatório de 1893 para lembrar sua fala acerca da necessidade de sacrificar despesas em prol do programa de viação férrea. Do mesmo modo, recordou ter anunciado ao Congresso Legislativo, no ano seguinte, isto é, em 1894, o suposto sucesso dessa política adotada. Mais adiante, reiterou sua convicção de que o aumento das receitas do Estado estaria condicionado à conclusão da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo³⁵⁶ e o decorrente crescimento da exportação cafeeira (ESPÍRITO SANTO, 1896b).

A necessidade de se afirmar a partir dos seus prognósticos constituiu uma das estratégias de manutenção do seu poder simbólico, mediante representações criadas em torno de seu governo. Além disso, era um mecanismo para referendar sua autoridade política e o direito de falar e ser ouvido. Se a verdade da promessa, como afirma Pierre Bourdieu (2009), depende da autoridade de quem pronuncia, é também verdadeiro que o direito de estabelecer antevistas esteja alicerçado na comprovação daquilo que foi dito, daí a necessidade de se representar como um governante que acertou a previsão dos acontecimentos.

Outro ponto tem a ver com as representações de heroísmo. Afastado da função de jornalista, Moniz Freire se aproveitou de seu relatório para criar representações heroicas de si e de seu governo. Disse ter optado pelas grandes conquistas, o que o fez reclamar “[...] para ele [seu período governamental] a glória de ter feito a luz sobre a nossa situação atual, e criado no conceito unânime do país a reputação hoje inabalável dos imensos recursos e da grandeza futura do Estado” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 160). Legitimando-se como um referencial e exímio adorador de sua terra, afirmava que a diretriz por ele adotada é que conduziria o Espírito Santo para o seu destino e que, como patriota, sairia

[...] satisfeito com a minha consciência porque sinto que fiz tudo quanto podia, tudo quanto devia fazer; e confio tranquilo ao futuro o julgamento final desses quatro anos de grandes esperanças, de cometimentos ousados, de confiança ilimitada no porvir, durante os quais não tive um instante de minha existência pessoal que não fosse dominado pelo sentimento de minha responsabilidade, ou pelo amor entusiasta da minha terra, [...] que desejo ter vida para contemplar ainda próspera, feliz, invejada e idolatrada pelos meus filhos, que também são seus filhos, com a mesma paixão que eu lhe consagro (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 164).

³⁵⁶ A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo foi uma ferrovia construída inicialmente pelo governo estadual, que estabeleceu a ligação entre Vitória e o sul do Estado, mais precisamente Cachoeiro de Itapemirim. Tinha como objetivo levar para o porto da capital a produção da região do sul capixaba, estreitando a comunicação entre as regiões e enfraquecendo o elo comercial de Cachoeiro de Itapemirim com o Rio de Janeiro (QUINTÃO, 2010).

A relação direta de Moniz Freire com os deputados era marcada pela cordialidade, pelo respeito institucional e até pelo teatro da obediência constitucional, ao longo das mensagens do governante. Na mensagem dirigida ao Congresso estadual em 1892, no desenrolar das sessões, intercedeu junto aos deputados pela aprovação do já mencionado convênio com Minas Gerais³⁵⁷, apelando ao patriotismo dos parlamentares (ESPÍRITO SANTO, 1892a). Dois anos depois, na abertura da legislatura, ao pedir auxílio para habilitar o governo de recursos financeiros, apresentou felicitações pela consolidação da paz no Estado, fez votos pela harmonia com o governo e rogou ao Legislativo que encontrasse “solução eficaz para os problemas em que nada posso adiantar sem a vossa deliberação” (ESPÍRITO SANTO, 1894a, p. 17).

Por sua vez, os congressistas *construtores*, unânimes na Casa até 1894 e em esmagadora maioria na legislatura seguinte, não só avalizavam os projetos do chefe *construtor*, como também reproduziam fielmente o seu prognóstico, quer dizer, a crença de que seu plano de governo era o único caminho para a prosperidade. O deputado Monteiro da Gama, por exemplo, congratulou-se com os demais colegas por terem concorrido “[...] para a eleição de tão conspícuo cidadão, de quem o Estado espera os mais benéficos e profícuos resultados”, quais eram, ver o Espírito Santo “[...] marchar, quando não na vanguarda, ao menos ao lado, par a par dos mais prósperos e mais adiantados [Estados] da — grande República da América do Sul” (ESPÍRITO SANTO, 1892a, p. 35).

A reprodução das ideias do chefe *construtor* tornou-se uma constante nas sessões. Em 1892, os deputados Monteiro da Gama e Antero Coutinho se destacaram nesse ponto, além do então presidente da Casa, Cleto Nunes, o qual defendeu a criação de um imposto objetivando reverter fundos para melhorias do porto de Vitória, conforme ansiava seu amigo e presidente.³⁵⁸ No ano seguinte, o deputado José Gonçalves ressaltava a incontestabilidade da convergência de vistas e previsões para a capital do Estado, sentimento materializado no apoio dado pela Casa à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ia de

³⁵⁷ O convênio estabelecia uma ligação ferroviária entre Espírito Santo e Minas Gerais a partir do sul do Estado, assinado pelos respectivos presidentes, Moniz Freire e Afonso Pena. Ficou definido que essa ligação se daria a partir de Alegre, ponto final da Estrada de Ferro Caravelas, que comunicava aquela cidade com Cachoeiro de Itapemirim. Desse modo, se estabeleceria ligação entre Vitória e possivelmente Ouro Preto, passando por essas duas cidades capixabas até entrar em território mineiro. Essa ferrovia só foi concretizada em 1910 quando a *Leopoldina Railway* adquiriu a antiga ferrovia, conectando Alegre a Espera Feliz (MG). Sobre isso, cf. Quintão (2010), Santos (2012b).

³⁵⁸ Trata-se do Projeto nº 11 que criava um imposto de 100 réis por saca de café exportado pelo porto de Vitória (ESPÍRITO SANTO, 1892a).

encontro às pretensões das classes produtoras sulistas, sobretudo de Cachoeiro de Itapemirim.³⁵⁹ No mesmo dia, o deputado Ramiro de Barros, ao defender a utilização de recursos para o reparo de estradas vicinais, lamentou afastar-se um pouco dos intentos de Moniz Freire de conservar todos os esforços para a construção da ferrovia, considerada por ele “[...] grande empreendimento que trará importância enorme para o Estado” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 25 out. 1893, p. 1). A defesa do polêmico plano centralizador, em andamento no ano de 1895, foi feita pelo deputado Azevedo Lima, na petição que apresentou em prol de auxílio do governo estadual à construção da Estrada de Ferro Itabapoana³⁶⁰, e pelo deputado Arthur Velloso, dias depois, entendendo dever ser o porto da capital “[...] ancoradouro dos paquetes de todas as nações amigas” (ESPÍRITO SANTO, 1895a, p. 84). O estreitamento comercial com Minas Gerais também não foi esquecido, bem como a defesa da imigração. A título ilustrativo, destaque-se que o deputado Germano Tiradentes elogiou a abnegação do governante em defesa de seu próprio plano, admoestando-o a não se esquecer da imigração chinesa (ESPÍRITO SANTO, 1892a).

Como se vê, o plano de afirmação regional — ancorado nas vias de transporte, na imigração e na centralização comercial na capital — havia sido plenamente assimilado pela comunidade interpretativa *construtora*. Do mesmo modo, partilhou-se a crença de que Moniz Freire deveria ser o condutor dos rumos desse progresso. Essa fé era fundamentada no conjunto de representações que tanto o distinguiam como o principal porta-voz da promessa de prosperidade, quanto faziam crer — como veremos, pelos jornais — que ela estava se concretizando sob sua batuta. A esse respeito, a esperança transmitida pelo deputado Pessanha Póvoa em seu discurso é esclarecedora. Após narrar o histórico do presidente do Estado, expondo todos os seus serviços prestados, ressaltou que muito se havia de esperar no governo “[...] de sua prodigiosa inteligência, de suas virtudes cívicas e de seu triunfante patriotismo” (ESPÍRITO SANTO, 1892a, p. 10).

Logo, podemos falar em crença e obediência, uma espécie de confiança, alimentando o poder simbólico de quem canaliza as expectativas do grupo (BOURDIEU, 2009). Em termos práticos, isso é perceptível na observação de três aspectos. O primeiro consiste na ampla base

³⁵⁹ Pelo jornal *O Cachoeirano*, muitos discordantes da centralização comercial na capital bradavam contra a proibição estadual da construção de uma via férrea que ligasse Cachoeiro de Itapemirim ao porto de Itapemirim e a seguir, ao Rio de Janeiro. A questão era mais regional do que partidária, pois mesmo os *construtores* daquela cidade tiveram dificuldades em aceitar essa ideia. Cf. *O Cachoeirano* (16 jul. 1893), *O Estado do Espírito Santo* (15 jan. 1893) e Quintão (2010).

³⁶⁰ Estrada de Ferro que planejava interligar Itabapoana, no extremo sul do Estado, a São José do Calçado.

de apoio adquirida no Legislativo estadual. Obviamente ela estava condicionada à submissão natural que se prestava ao chefe oligárquico, fenômeno comum àquela época no país. Todavia, vale lembrar que o portador do carisma realiza as tarefas consideradas por ele como adequadas, impondo a obediência perante seu séquito. A essa relação está condicionado o sucesso de sua “missão”, pois como afirma Max Weber (2004, p. 324), se “[...] o reconhecem, [o líder portador do crédito] é senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante ‘provas’.” Tais provas tinham a ver com os bons resultados alcançados pelo governo, cujos frutos compõem-se nas representações positivas que sobre Moniz Freire eram produzidas.

Desse modo, o apoio concedido se materializou em votações sempre favoráveis às ideias defendidas e aos pedidos feitos por Moniz Freire.³⁶¹ Por sua vez, os vetos governamentais não eram seriamente questionados, e se o fossem, como ocorreu em 1895 — quando o presidente do Estado teve que conviver com três deputados da oposição — eles eram devidamente acatados a partir dos pareceres, sempre favoráveis ao governo. Créditos suplementares eram constantemente concedidos e contratos eram renovados, contanto que previamente aconselhados pelo executivo estadual.³⁶² Em 1892, o deputado Antero Coutinho se orgulhava de auxiliar o administrador do Estado “[...] no patriótico empenho de aproveitar os recursos com que a natureza o [Estado] dotou” e de votar “[...] verba que precisamos manter até que seja realizado tão patriótico tentame [construção e vias férreas]” (ESPÍRITO SANTO, 1892a, p. 25).

Essa deferência era nitidamente perceptível e incomodou a partir de 1895, quando a oposição passou a fazer parte dos quadros do Congresso. Já na oposição, o deputado Antero de Almeida, por exemplo, ironizou seus antigos correligionários afirmando que “[...] será preciso que ss. exs. alterem o nosso código fundamental — para delegar todos os poderes do cargo legislativo do Estado — à administração que fará tudo quanto quiser e que quanto necessário for!” (ESPÍRITO SANTO, 1895a, p. 71).

O segundo aspecto é um desdobramento do primeiro. Refere-se à conversão do significativo apoio dado ao governo em constantes representações positivas, materializadas em elogios. Os

³⁶¹ Um bom exemplo foi a Lei nº 18, de 1892, que aprovava fundo especial para colocar em prática o plano geral de viação férrea, estabelecido por Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1892a).

³⁶² Um exemplo constitui a renovação de contrato com a Companhia Torrens para os melhoramentos urbanos de Vitória. Cf. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (ESPÍRITO SANTO, 1894a), Campos Júnior (1996) e Santos (2012b).

pareceres constituem prova cabal dessa tendência. É verdade que em 1892, eles tenham ocorrido com maior incidência, talvez demonstrando certa despreocupação dos parlamentares em omitir tais elogios, ou mesmo a necessidade de reafirmar as razões de terem escolhido Moniz Freire para o principal cargo do Estado, nesse ano. Ao aprovarem a renovação de contrato do governo com a Companhia Sapucahy, por exemplo, afirmaram que seria vantajosa, “[...] pelo que mais uma vez demonstrou o exmo. Presidente do Estado o seu zelo econômico e o grande interesse pelo progresso da pátria”.³⁶³ Dias depois, outro foi mandado à Mesa pelas comissões de Justiça e Finanças, indicando aprovação do convênio ferroviário com o Estado de Minas Gerais, “[...] interpretando devidamente as patrióticas e judiciosas intenções do exmo. Presidente de Estado”, dizendo confiar “[...] na orientação administrativa e na boa aplicação que o Presidente do Estado tem dado aos dinheiros públicos”.³⁶⁴

Os debates e os discursos também foram meios de produção de representações positivas, sobretudo quando Moniz Freire era o elo para algum anseio. O deputado Monteiro da Gama, ao apresentar as vantagens da ligação ferroviária com Minas Gerais e da centralização comercial em Vitória enaltecia a atitude patriótica do governante pelo empenho na realização do convênio com o dito Estado (ESPÍRITO SANTO, 1892). Em 1894, o deputado Ramiro de Barros analisou a operação de crédito realizada por Moniz Freire no Rio de Janeiro³⁶⁵, concluindo que, por tal esforço, ele merecia “[...] pois os maiores elogios, e, em nome dos povos do Estado que o Congresso solenemente representa, devemos louvar-lhe pela forma porque ele tem pugnado pelos interesses dele [do Estado]” (ESPÍRITO SANTO, 1894a, p. 41). Discutindo com a oposição no ano seguinte sobre um requerimento feito pelos seus representantes³⁶⁶, o deputado Silvino de Faria mostrava-se confiante na honestidade da administração espírito-santense, enquanto o deputado Ramiro de Barros discursava pela impugnação de tal requerimento. Na convivência com políticos dissidentes, o governo possuía defensores nos momentos-chave. O então governista deputado Jerônimo Monteiro, por sua vez, debatendo com o colega e opositorista Virgílio Silva, afirmava confiar “[...] na

³⁶³ Parecer nº 12 que concedia a renovação com a Companhia. Acabou a ferrovia sendo encapada pelo Estado meses depois (ESPÍRITO SANTO, 1892a, p. 73).

³⁶⁴ Parecer nº 22 (ESPÍRITO SANTO, 1892a, p. 73).

³⁶⁵ Trata-se do empréstimo conseguido por Moniz Freire para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, no valor de 700.000£, por intermediação do conde de Figueiredo (QUINTÃO, 2010). Tal transação serviu de subsídio para o jornal governista enaltecer a figura do presidente do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 out. 1894).

³⁶⁶ Requerimento nº 10, de 1895, que demandava satisfações acerca das arrecadações fiscais de algumas mesas de diversas localidades do Estado. Os autores eram Antero de Almeida, Waldemiro da Silveira e Virgílio Silva, os três deputados opositoristas no Congresso.

Administração que tem feito no Estado um homem operoso, inteligente e ativo”, estando isso “[...] provado pelos melhoramentos e grande desenvolvimento que vemos aparecer no Espírito Santo” (ESPÍRITO SANTO, 1895a, p. 148-149).

Essas defesas e elogios configuravam-se como homenagens em momentos de grande satisfação perante realizações concretizadas por Moniz Freire. O frenesi causado pelo convênio interestadual com o governo mineiro foi paradigmático. O deputado Pessanha Póvoa, por exemplo, propôs um requerimento para reconhecer com louvores e agradecimento o serviço prestado pelo governante capixaba, atendendo as aspirações das duas regiões, o que foi prontamente aprovado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 21 set. 1893). Em agradecimento ao Congresso, Moniz Freire aproveitou para fazer novas representações de si: entendia aquela manifestação como um reconhecimento de quem atendia aos anseios do povo de sua terra e promovia o seu progresso e bem-estar (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 20 out. 1893). Por acaso, o convênio ainda não havia sido aprovado quando houve a produção do requerimento, mas a aprovação ocorreu algumas sessões depois. O frenesi levou o deputado Custódio Moreira a propor transformar a data de sua assinatura em feriado, 30 de agosto, sendo a proposta aprovada pela Casa, mas, por ironia, vetada pelo próprio “herói” do feito.³⁶⁷ A comissão criada para analisar o veto, porém, propôs pela sua aprovação, o que, no entanto, acabou não ocorrendo.

Essa parecia ser a estratégia que Moniz Freire utilizava com o Congresso perante as tentativas de heroizá-lo, sobretudo quando pudessem demandar algum combustível para os constantes ataques já sofridos pelo jornal *unionista* da capital. Foi assim com outro veto governamental. Durante tratamento de saúde no Rio de Janeiro em 1894, ele aproveitou a estada na cidade para conseguir o empréstimo em prol da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Essa atitude levou o deputado Ramiro de Barros a representá-lo como um mártir, ao “[...] sacrificar seus interesses em retribuição às altas manifestações de que foi alvo” (ESPÍRITO SANTO, 1894a, p. 42) e ao apresentar uma moção de aplauso e admiração, pelo patriotismo empregado na realização da operação, além da abertura de um crédito extraordinário ao presidente capixaba para pagamento de sua ajuda de custo.³⁶⁸ O crédito foi vetado pelo Executivo pelo próprio beneficiado. Esse veto, se aparentemente buscava amainar a euforia

³⁶⁷ Lei nº 49, de 1893. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (17 mar. 1894).

³⁶⁸ Trata-se do Projeto nº 9, de 1894, que atribuiu a Moniz Freire um crédito de dez contos de réis. *A posteriori*, ele foi reformulado para seis contos por Henrique Coutinho e aprovado logo em seguida pela Casa, transformando-se na Lei nº 5, de 1894 (ESPÍRITO SANTO, 1894a).

pela sua atitude, corroborou para heroicizar ainda mais o beneficiado da Lei, levando os parlamentares da comissão a “desobedecê-lo”, indicando a sua execução.³⁶⁹

Um terceiro aspecto que conota a crença e a obediência na figura de Moniz Freire tem a ver com a polêmica revisão constitucional de 1894. Ela tratava da possibilidade de reeleição do presidente do Estado, tendo sido apresentada como projeto por ninguém menos que Henrique Coutinho, então presidente da Casa.³⁷⁰ A rigor, essa ideia estava contida no anteprojeto constitucional criado pelo chefe *construtor*, tornando clarividente que nutria sinceras simpatias por ela, tendo sido vetada, porém, pela elite política do PRC, na Assembleia Constituinte estadual de 1892. A nova tentativa, dessa vez proposta por importante componente de seu séquito, com a assinatura de dez outros³⁷¹, representava uma aposta de que a ampliação de seu capital político pudesse trazer-lhe esse benefício, mediante a anuência de um Legislativo até então dócil aos seus anseios.

Como era de se esperar, o projeto foi aprovado em 1ª e 2ª discussão pela maioria da Casa. Entretanto, o preço pago foi considerável, pois quatro deputados se colocaram em oposição³⁷², ganhando o importante apoio de todos os senadores da bancada capixaba — Domingos Vicente, Gil Goulart e Eugenio Amorim — além de parte da imprensa carioca. Além disso, não obstante as vitórias iniciais, por um lado o marasmo político fundado sob a unanimidade *construtora* deu lugar a acalorados debates e trocas de acusações. O deputado Germano Tiradentes, por exemplo, denunciou o colega Augusto Calmon — que, além de parlamentar, era editor do jornal *O Estado do Espírito Santo* — de acusá-lo injustamente pelo periódico governista. Preocupado com a dimensão da dissidência, o deputado Pessanha Póvoa lembrou aos colegas que não havia inimigos no Congresso. O mal-estar, porém, foi irremediável, embora os adversários ao projeto tentassem ressaltar que quedava imaculada a figura do governante capixaba. A fissura interna no seio do Partido foi inevitável, culminando com a

³⁶⁹ A comissão foi composta por exímios defensores de seu governo: Pessanha Póvoa, Ramiro de Barros, Custódio Moreira, Cerqueira Lima (ESPÍRITO SANTO, 1894a).

³⁷⁰ Projeto nº 7 que visava alterar o Art. 49 da Constituição estadual, permitindo assim a reeleição tanto do presidente quanto do vice-presidente do Estado, mandatos até então eleitos separadamente, conquanto alcançasse uma votação de $\frac{3}{4}$ do eleitorado (ESPÍRITO SANTO, 1894a).

³⁷¹ Os demais *construtores* que sustentaram o projeto foram Monteiro da Gama, Augusto Calmon, Ramiro de Barros, Pessanha Póvoa, Silvino de Faria, Joaquim Eugênio, Furtado de Mendonça, Francisco Tagarro, Custódio Moreira e Joaquim Vicente (ESPÍRITO SANTO, 1894a).

³⁷² Antero de Almeida, Germano Tiradentes, Wlademiro da Silveira e José Gonçalves. A pedido do primeiro, a 2ª votação foi nominal (ESPÍRITO SANTO, 1894a).

ida das vozes dissonantes para a URES, então enfraquecida pelo desmembramento político³⁷³ e pela popularidade do governo.

Por outro lado, o caráter institucional do projeto — uma vez que serviria para instruir qualquer governante — não ocultou o desejo do grupo de ter seu líder mantido no cargo de presidente do Estado, como demonstrou o deputado Pessanha Póvoa. Utilizando-se da sua comumente retórica, entendia que a permanência do governante era a garantia de se evitar um destino trágico para o Espírito Santo, pois “[...] se ele [Moniz Freire] for reeleito não serão lutosos os dias do futuro” (ESPÍRITO SANTO, 1894a, p. 55). Por ocasião da retirada do projeto, o presidente da Casa, Henrique Coutinho, em discurso ressaltava que a reeleição do presidente Moniz Freire

[...] seria de imensas vantagens, já pela competência, moderação e honestidade desse chefe de Estado, já porque o Estado carece imperiosamente de uniformidade administrativa para impulsionar com eficácia o sistema de planos presentemente formulados, já pelas dificuldades primitivamente políticas que uma mudança de direção há de produzir nesta quadra de formação e de tentativas [...] (ESPÍRITO SANTO, 1894a, p. 107).

Coutinho assumia publicamente o caráter pessoal da proposta, embora criticasse os opositores de terem se atrelado em demasia a esse ponto. É importante ressaltar a necessidade de representar seu chefe político como detentor de crença e confiança, como um herói, o mais preparado para administrar o Estado àquela altura da República, ainda em crise de legitimidade no cenário nacional. A fabricação de uma imagem heroicizadora para Moniz Freire ganhava novos contornos pelos deputados seguidores. Dando coro a essa ideia, o deputado Custódio Moreira admoestava os colegas adversários que “[...] o projeto não era um prêmio que íamos dar [a Moniz Freire], [mas] era um sacrifício que queríamos impor àquele que tão sabiamente dirige os destinos deste Estado” (ESPÍRITO SANTO, 1894a, p. 111) e que só votaria pela retirada porque o próprio presidente do Estado exigia. Segundo os Anais, após seu discurso, Moreira foi cumprimentado pela maioria dos parlamentares e por populares, demonstrando que havia certo apreço ao projeto, o que aparentemente não justificava sua retirada. Outros deputados, indignados com a retirada, reagiram de sortidas formas. Pessanha Póvoa “desobedeceu” a orientação partidária e não votou pelo requerimento de retirada, enquanto Augusto Calmon e Ramiro de Barros optaram por criticar a bancada federal, que havia se colocado em sua maioria contra o projeto.

³⁷³ Trata-se do desmembramento político que causou a formação do Partido Autonomista, chefiado pelo barão de Monjardim, enfraquecendo assim a oposição *unionista*.

Vale observar que, quanto a essa tendência, os adjetivos e palavras empregadas para defini-lo, pessoal ou politicamente, podem ser esclarecedores. Foram ao todo encontradas 40 palavras referentes a um ou a outro aspecto, sobressaindo aquelas que se enquadram no reforço a seus capitais — heroico e de notoriedade: desse total, a esmagadora maioria das referências correspondia a 21 palavras para o primeiro e 10 para o segundo, enquanto no restante encontramos oito palavras que tangenciavam características administrativas e uma apontava o caráter sentimental.³⁷⁴ A referência ao caráter sentimental foi proferida pelo deputado Pessanha Póvoa, ao mencionar que seu chefe político tinha bom coração e concederia uma licença remunerada para o então desembargador Afonso Cláudio tratar de sua saúde (ESPÍRITO SANTO, 1894a).

Como observado, a base de apoio do Congresso Legislativo Estadual, a partir da reprodução das ideias defendidas pelo presidente do Estado, desdobrada em distintas representações positivas e na tentativa de extensão do governo de Moniz Freire, constituem a chave para o entendimento das relações desse personagem com seu grupo, em parte componente do Poder Legislativo. O conjunto de ideias, signos e valores construídos à sua volta constituíram na prática a fabricação de respeito e submissão, essenciais para a manutenção de seu poder simbólico (CHARTIER, 2002). Essas representações altamente positivas reforçaram o discurso da verdade do porta-voz, o qual estava estruturado a partir de prognósticos de prosperidade econômica para o Estado, enquanto estivesse à frente do governo esse ator político. Isso ajuda a compreender a justificativa apresentada pelos parlamentares para legitimar a reforma constitucional, que redundaria na reeleição certa de Moniz Freire. Na concepção de um de seus aliados, sua saída traria incertezas quanto ao futuro.

É importante ressaltar que não havia apenas a crença de que o caminho proposto para levar o Espírito Santo ao patamar de progresso material estava condicionado à liderança e governo de Moniz Freire, mas de que esse projeto estava se concretizando na sua administração, tanto pelas imagens criadas pelo próprio governante, uma espécie de representação de si, quanto por aquelas oriundas de seu séquito, representações edificadas a partir de apropriações acerca do que diziam o líder e o seu jornal, controlado pelos seus seguidores.

³⁷⁴ As 21 palavras que conotavam heroísmo foram: patriota (e suas derivações), cívico, perseverança, talento, ativo, prodigioso, benemérito (e sua derivação benemerência), honorabilidade, digno. As 10 que conotavam notoriedade: ilustrado, inteligência e distinto. As 8 que tangenciavam as características administrativas eram: prudência, honestidade, zelo e moderação. As palavras foram retiradas dos *Anais do Congresso Estadual* entre 1892 e 1895 (ESPÍRITO SANTO, 1892a, 1893, 1894a, 1895a).

Naturalmente que essas representações tinham fundamento. Elas estavam ancoradas na apropriação de episódios que conotaram o ineditismo trazido por aquela administração, que de certo modo estava “construindo” o Estado³⁷⁵, uma vez que a antiga Província não tinha recursos nem prerrogativas legais para realizar muitos dos empreendimentos. Empregando hipérbole para descrever o quadro ao assumir o governo, Moniz Freire ressaltava que “[...] tudo se achava por fazer, e nada se havia começado a fazer, exceto o povoamento do nosso território” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 14). De fato, muitas realizações foram empreendidas. O inédito convênio com o governo mineiro, o empréstimo adquirido junto a um banco franco-belga pra construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, a posterior inauguração do seu primeiro trecho, a importação maciça de imigrantes, o projeto de expansão da capital para um novo arrabalde, a reforma na instrução pública, a construção de um teatro e do edifício da polícia e cadeia, apesar de passíveis de críticas, significaram a ampliação do dinamismo político regional, em muito beneficiado pela autonomia atribuída pela Constituição Federal à unidade federativa e pela ampliação descomedida da receita estadual.

Certamente essas realizações só foram possíveis com o auxílio de diversos correligionários, muitos deles presentes no Congresso Legislativo. Isso foi reconhecido pelo próprio governante, que os definia como “espíritos de elite”, detentores de boa vontade e esforços (ESPÍRITO SANTO, 1896b). Moniz Freire mostrava aptidão para reverter sua força de elocução em força de grupo ao transformar seu programa político em “verdade”. Essa possibilidade é concretizável mediante a capacidade do porta-voz, ou seja, do líder, de “[...] mobilizar as forças necessárias para o fazer, ao conseguir inspirar a confiança na sua própria veracidade e, portanto, nas suas probabilidades de êxito” (BOURDIEU, 2009, p. 186-187).

Destarte, a fé compartilhada pela comunidade interpretativa *construtora* de que o caminho para construir um “novo” Espírito Santo passava pela liderança política de Moniz Freire e de que essa “construção” estava sendo devidamente implementada, convertia-se em ideia-força, ao mobilizar o grupo a agir sempre em prol do que apontava o porta-voz. Em outras palavras, podemos dizer que esse fenômeno acontece quando

³⁷⁵ Um exemplo disso consistiu na organização orçamentária. Cf. *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo* (ESPÍRITO SANTO, 1896b).

[...] a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, uma esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, *faz o que ela diz* na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (em forma de votos e também de subvenções, de quotizações ou de força de trabalho ou de combate, etc.) que lhe permite realizar-se (BOURDIEU, 2009, p. 187).

Essa ideia-força erigida a partir da relação de confiança pelo líder e de obediência a ele produziu o que podemos entender como crédito ou carisma. Em questão, o chefe *construtor* retirava sua força do grupo ao qual pertencia, quer dizer, seu poder “mágico”, a partir da fé que seus seguidores depositavam nas representações que ele dava ao grupo (BOURDIEU, 2009). Emergiu daí uma relação forte, porém instável, engendrada a partir das glórias apresentadas e representadas, que o tornaram depositário de toda a confiança e demandavam constantemente a necessidade de se provar o que estava sendo dito. Para tanto, em muito contribuiu o papel da imprensa — sobretudo a parcela simpatizante ou ligada diretamente ao PRC — como meio reforçador de seu poder simbólico e construtor de uma imagem dotada de poderes carismáticos. Cabe-nos a seguir averiguar de que modo isso se procedeu.

6.2.2 O papel dos jornais no reforço do carisma

Se a imprensa tinha um importante papel no período monárquico, ele aumentou após a mudança política que assolou o país. Uma contínua metamorfose ocorreu no formato dos periódicos e na sua capacidade em alcançar o público leitor. À velocidade da informação, impulsionada pelo modo de vida urbanizado e pelo crescimento do transporte ferroviário, somou-se o aprimoramento das técnicas de impressão e a paulatina transformação da imprensa em negócio (LUCA, 2012).

É preciso ressaltar que esse foi um fenômeno de vanguarda nas grandes cidades do país, em especial na capital nacional, o que não impediu, portanto, a convivência com as tipografias ainda primitivas, tanto nos grandes centros quanto no interior. Especificamente no Espírito Santo, os principais jornais existentes nas duas primeiras décadas republicanas eram oriundos do Império. *O Cachoeirano* se manteve firmemente como principal referência jornalística do sul do Estado, sendo porta-voz da URES, enquanto na capital estadual a rivalidade permaneceu entre os dois principais periódicos, travestidos de novo nome na República: *O Estado do Espírito Santo*³⁷⁶, de Moniz Freire e Cleto Nunes, e o *Commercio do Espírito*

³⁷⁶ Antigo *A Província do Espírito Santo*.

*Santo*³⁷⁷, de Aristides Freire. Outro ponto modificado foi o estandarte político: de liberal no Império, o primeiro passou a órgão do PRC, enquanto o segundo, de Conservador, passou a órgão da URES: partidos novos para velhos personagens políticos.

Embora as mudanças tenham ocorrido de forma mais lenta no Espírito Santo, elas advieram: de 1889 a 1896, os jornais ganharam mais espaço para a publicidade, de modo que os dois maiores da capital aumentaram o campo destinado para duas páginas, enquanto o de Cachoeiro destinou uma coluna da página anterior àquela em que, comumente, se encontravam as propagandas.³⁷⁸ Isso denota, por um lado, a percepção dos comerciantes acerca do poder de alcance que os respectivos jornais estavam demonstrando, pela ampliação da tiragem e, conseqüentemente, do hábito da leitura; por outro lado, revela o aumento das atividades comerciais, a exemplo do que ocorria em Vitória no final do século XIX (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Voltando à questão política, a posição que tais impressos ocupavam possibilita a inferência de que os governistas tinham certa desvantagem, pois tanto no sul como na capital os *unionistas* eram proprietários de importante canal de comunicação. *O Autonomista* surgiu logo a seguir, na capital — após a cisão da facção da família Monjardim com a URES —, também de índole opositora, como porta-voz do partido de mesmo nome.

Entretanto, essas informações precisam ser relativizadas. Nenhum dos três periódicos oposicionistas era capaz de rivalizar em poder de alcance ao jornal *construtor*, o que deixava Moniz Freire em larga vantagem quanto à divulgação e à circulação de representações positivas acerca dele e de seu governo. Embora os dois principais jornais de Vitória fossem diários, com seis edições por semana, eles não se comparavam em tiragens.³⁷⁹ *O Cachoeirano* ficava ainda mais distante, pois era uma folha semanal. *O Autonomista* possuía uma tipografia precária e extremamente dependente de um único redator, José Monjardim³⁸⁰, a ponto de suspender as publicações em 1894, por causa da enfermidade de seu funcionário. Não

³⁷⁷ Antigo *A Folha da Vitória*.

³⁷⁸ Foram analisados jornais avulsos de 1889 e 1896 dos periódicos mencionados.

³⁷⁹ *O Estado do Espírito Santo* tinha uma tiragem de 1.700 exemplares em 1890, sendo que o *Commercio do Espírito Santo* só alcançou 1.500 tiragens em 1894 (PEREIRA, 1926).

³⁸⁰ José Francisco Monjardim era filho do barão de Monjardim, portanto, primo de segundo grau de Moniz Freire. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, ingressou na política na República, pertencendo aos quadros da URES, até a cisão em que fundou com seu pai o Partido Autonomista. Foi editor do *Commercio do Espírito Santo* e depois de *O Autonomista*. Após aliança política com os construtores, conseguiu se eleger três vezes seguidas deputado federal (4ª, 5ª e 6ª legislaturas). Cf. Abranches (1918b) e Monjardim (2003). Cf. nota 331.

bastassem adversários em condições desiguais de comunicação, tanto no sul quanto no norte do Estado, Moniz Freire contava com importantes aliados fora da capital, embora em condições precárias de produção tipográfica³⁸¹ (PEREIRA, 1926).

A partir dessas informações, podemos asseverar que havia uma hierarquia entre os periódicos do Estado, cabendo aos principais — e obviamente a seus respectivos redatores — o poder de produzir e manipular as informações conforme os interesses dos políticos aos quais estivessem atrelados. Se, de modo geral, os jornais disputavam o papel de porta-voz do grupo dominante, aproximando-os do poder público (BARBOSA, 2010), no Espírito Santo, pelo menos os principais, emergiram atrelados às agremiações partidárias, cabendo ao jornalista divulgar aquilo que condizia com sua profissão de fé política.

No que tange especificamente ao jornal *O Estado do Espírito Santo*, como órgão governista, apresentou condições suficientes para legitimar o *status quo* político. Após a chegada de Moniz Freire à presidência do Estado, ele naturalmente se afastou do controle direto do periódico, mas pode contemplar seguidores na utilização da tipografia para disseminar suas ideias e promessas, bem como a crença de que elas estavam concretizando-se pela administração que ele realizava. Se quem possuísse o controle da redação angariava poder, conforme a popularidade do jornal (BARBOSA, 2010), estando nas mãos de um político ou de um séquito totalmente deferente, seria isso condição suficiente para fortalecer seu capital simbólico, o que na prática já vinha acontecendo com o chefe *construtor*, quando esteve à frente do jornal, entre 1882 e 1890.

No entanto, o editor do jornal governista explicitava a idoneidade do periódico em relação ao chefe político, buscando, dessa forma, legitimar as opiniões de quem nele escrevia. Em uma das oportunidades, esclareceu “[...] que o jornal sendo do partido é escrito por todos os correligionários que dispõem da pena, [...] e que o dr. Moniz Freire não tem parte alguma na gestão financeira do jornal” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 de abril de 1894, p. 2). A rigor, os principais redatores e colunistas eram, em sua maioria, pertencentes à elite política, ingressos no PRC. Até 1896, foram diretores políticos Torquato Moreira (entre 1892 e 1893) e Augusto Calmon (entre 1893 e 1898); foram escritores avulsos Pessanha Póvoa, Gonçalo Marinho, Galdino Loreto, Cerqueira Lima, Custódio Moreira, Padre Antunes da

³⁸¹ Trata-se de *O Norte do Espírito Santo*, pertencente à família Santos Neves, de São Mateus; *A Voz do Sul*, de Anchieta, redigido por José Madeira de Freitas e Torquato Moreira; e *Sul do Espírito Santo*, de Cachoeiro de Itapemirim, pertencente a Valentim Soares. Foram efêmeros (PEREIRA, 1926).

Siqueira, Emílio Coutinho, Henrique Coutinho, Antero de Almeida, José Horácio Costa, Antonio Campos, Antonio Ataíde Júnior, entre outros (PEREIRA, 1926). Alguns escreviam para o jornal e ao mesmo tempo exerciam função política. Isso contribui no entendimento, por exemplo, da relação estabelecida entre o periódico e o Poder Legislativo estadual. Não bastasse ter se tornado, a partir de 1892, veículo oficial do Congresso Legislativo Estadual, *O Estado do Espírito Santo* tinha exímios defensores naquela Casa. Em 1892, o preço pedido para renovação de contrato foi aprovado pela Comissão de Polícia em parecer (ESPÍRITO SANTO, 1892a). Três anos depois, o deputado Deocleciano de Oliveira justificava, perante o colega oposicionista Wlademiro da Silveira, o aumento do valor cobrado pelos responsáveis do jornal, para renovação do contrato (ESPÍRITO SANTO, 1895a).

Destarte, havia uma relação muito próxima entre o periódico e o governo, e a defesa do *status quo* era o eixo que norteava o primeiro. Em praticamente todos os exemplares, durante os quatro anos da administração de Moniz Freire, havia matérias que ora a defendiam, ora a exaltavam e propagandeavam os seus feitos, servindo de espaço aos colunistas que quisessem de alguma forma prestar elogios ao chefe político. Quase todos que pretendiam louvar as realizações eram *construtores*, apropriando-se delas para engendrar representações positivas, sempre postas em circulação pelo periódico. Em suma, pelo jornal é possível perceber o cotidiano da relação entre o líder e seus seguidores, a partir da visão dos últimos.

No entanto, não se pode olvidar o papel dos editores, os quais, ao substituírem Moniz Freire na direção política do jornal, organizaram-no para que nada pudesse escapar à “fabricação do oligarca”. Esse processo, por sua vez, deve ser entendido como a contínua construção de representações que legitimavam o governo e, logicamente, o governante, fortalecendo seu poder simbólico e, como consequência, sua autoridade sobre a oligarquia e sobre o séquito que a compunha. Como uma via de mão dupla, a prática do fortalecimento da autoridade lhe concedia mais capital político e vice-versa, porquanto também atestasse a obediência e a admiração que o séquito tinha por ele. Era o fabrico de respeito e submissão utilizando-se dessas mesmas duas formas de relação hierárquica, já constituída anteriormente, para alcançar tal êxito. Vale ressaltar que não se tratava de uma propaganda oficial do Estado, nos moldes de Luís XIV (BURKE, 2009), embora o jornal fosse assumidamente situacionista e contasse com a complacência do governo. Eram adeptos objetivando justificar, perante o público leitor, o crédito depositado a partir da construção de uma imagem pública daquele a quem achavam

ser credor, e não uma fria propaganda oficial. Assim sendo, o uso de diversos episódios e estratégias fortaleceu o poder simbólico do chefe político. Vejamos em detalhe quais foram.

a) Grandes feitos

O periódico *construtor* se aproveitou das medidas, das realizações e dos acontecimentos em torno do governo estadual — e de seu governante — para representá-los como legítimos e, sobretudo quanto a Moniz Freire, como o responsável por elevar o Estado a patamares até então inatingidos de progresso material. Primeiramente porque as provas são elementos cruciais para engendrar uma relação que seja estruturada sobre crédito e confiança em torno de um líder. Em segundo lugar, porque o poderio político necessita ser imortalizado em criações que remetam àquele poder, em especial ao ator político que está por trás e, dessa maneira, manifeste ali seu brilho, tanto em medidas que demandam ordenamento ou criação de um lugar, quanto em obras monumentais (BALANDIER, 1982).

Nesse sentido, a política ferroviarista adotada por Moniz Freire é um paradigma que serve de referência. As ações tomadas a partir do plano ferroviário, criado pelo próprio líder do PRC, serviram de combustível para que o jornal governista constantemente anunciasse a “nova era” que o Estado havia alcançado. Tomamos a liberdade de escolher alguns episódios — considerados por nós os mais relevantes — em virtude da imensa quantidade de matérias em defesa e louvor do personagem.

Podemos extrair visões de diversos componentes do séquito de admiradores, mormente se observarmos o frenesi causado pela expectativa da ampliação da pequena malha ferroviária estadual.³⁸² E ele apareceu logo. Não por acaso, poucas semanas após a posse de Moniz Freire no governo do Estado, o deputado Emílio Coutinho publicou um artigo no jornal enaltecendo o plano ferroviário do seu chefe político, o qual naturalmente foi aprovado pelo Congresso estadual. O crédito e a confiança eram notáveis, ao afirmar que seus atos “[...] demonstram clarivamente que o cidadão que preside os destinos do Estado está animado dos melhores desejos de proporcionar a seus coestaduanos bem-estar e progresso” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 jun. 1892, p. 1).

³⁸² Até 1895, eram apenas 71 km trafegáveis em todo o Estado, malha pertencente à Estrada de Ferro Caravelas (QUINTÃO, 2010).

Essa confiança tinha base sólida. Ela estava ancorada na expectativa de uma ligação terrestre com Minas Gerais para o estabelecimento de estreitas relações comerciais, anseio antigo que vinha sendo trabalhado por diversos governantes da Província do Espírito Santo ao longo do século XIX (SANTOS, 2005). Moniz Freire se tornou o principal porta-voz dessa ideia, mediante a edificação de um pensamento ferroviarista, materializado em discursos e nas famosas cartas escritas ao imperador. Isso era reconhecido por seus admiradores, sendo evidenciado no impresso governista. “A. de S.”³⁸³, ao defender o então governante das acusações da oposição, comparou-o ao seu antecessor *unionista*, lembrando que foi Moniz Freire quem mais se preocupou em seguir os planos da ligação territorial, iniciada por Rubim³⁸⁴ (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 28 set. 1892).

Um dos episódios que mais traduzem esse anseio foi quando Moniz Freire, em 1892, firmou convênio ferroviário com o governo mineiro. Ao retornar para Vitória, um artigo foi publicado juntamente com a descrição das festas que estavam sendo realizadas para recebê-lo, enchendo-o de elogios e com a confiança de que o jovem governante havia transformado utopia em realidade, isto é, o estreitamento das comunicações entre ambos os Estados e a transformação dos portos do Espírito Santo em escoadouro dos produtos mineiros. Na mesma página, um poema de louvor foi escrito, em que o oligarca foi chamado de herói, patriota, brasileiro distinto, a quem se deveria erguer um trono (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 out. 1892). Na festa de recepção, na casa do homenageado, o então presidente do Congresso estadual, Cleto Nunes, leu uma saudação ao anfitrião, afirmando ser seu chefe político digno de veneração pelo feito, tratando-o como um herói, salvador do Estado, por ter conseguido realizar feito inédito, tirando o Espírito Santo do que se acreditava ser a letargia econômica. A esse respeito, a analogia feita no discurso é reveladora.

Foi ali, desse centro de lucubrações patrióticas, que os vossos concidadãos foram arrancar-vos — exigindo de vosso civismo o sacrifício de presidires a implantação do regime federativo em nosso Estado — para dardes como o **Nazareno da tradição bíblica** alento e vida a esse parálítico que se debatia exangue, cativo de uma direção retrógrada e enfezada (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 out. 1892, p. 1, grifo nosso).

³⁸³ Possivelmente se tratava do padre Antunes de Siqueira, simpático às ideias de Moniz Freire desde a década de 1880. Sobre o padre, cf. nota 329.

³⁸⁴ Trata-se de Francisco Alberto Rubim que, ao governar o Espírito Santo, construiu em 1912 uma estrada de rodagem entre Vitória e Ouro Preto. Mais tarde, passou a chamar-se Estrada São Pedro de Alcântara (QUINTÃO, 2010).

Moniz Freire foi representado como Jesus Cristo realizando um milagre impossível, ao animar o “paralítico” Estado.

O ano seguinte foi marcado pela assinatura formal do convênio. Mais homenagens foram prestadas, sendo o jornal o veículo preferencial para sua circulação. Em júbilo, o próprio editor, Augusto Calmon, asseverava que a simples interpretação do sonho da “pátria espírito-santense” de estabelecer a ligação terrestre com o Estado vizinho “[...] seria suficiente para gravar seu nome [de Moniz Freire] no coração de todos nós firmando sua glória em bases irreduzíveis” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 ago. 1893, p. 1).

Em 1894, o empréstimo conseguido no exterior para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo trouxe mais euforia aos correligionários. O jornal *construtor* exaltou tal feito por se tratar de uma façanha para um “[...] Estado completamente desconhecido ou antes apontado como um dos mais atrasados e desprovidos de recursos da União brasileira, sem crédito, sem notável desenvolvimento [...]”, graças, de acordo com o editor, a Moniz Freire, que “[...] soube prever e calcular todos os seus resultados [do movimento tomado], e como homem político capaz de apanhar e dirigir os destinos de um povo, não abandonou um só dia o objetivo geral que traçara” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 out. 1894, p. 1).

Todavia, nenhum episódio produziu mais representações positivas do que o dia da inauguração da ferrovia. Era a concretização, ainda que tímida, do principal projeto de Moniz Freire. A data escolhida, seu aniversário natalício, e o seu nome, dado a uma das locomotivas, deixava claro a quem cabiam o protagonismo e as homenagens. Desse modo, o fabrico de representações em torno de sua figura, para ilustrá-lo como herói, foi uma constante nos discursos, tudo propositalmente relatado no jornal. Augusto Calmon disse que ele salvou a obra e se salvou perante os diversos empecilhos encontrados, realizando um “milagre”. O deputado José Marcelino de Vasconcelos afirmou que o presidente do Estado e o engenheiro da obra, Ignacio de Oliveira, eram dois arautos do progresso, cujos nomes seriam colocados em um panteão; enquanto o colega parlamentar Emílio Coutinho, em analogia, o chamava de timoneiro que venceu diversas impetuosidades. O engenheiro Filinto Santoro³⁸⁵, por sua vez, afirmava que ninguém amou mais o Estado do que o homenageado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13 jul. 1895).

³⁸⁵ Filinto Santoro era membro do PRC. Àquela altura, era diretor de obras e empreendimentos gerais do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 21 abr. 1895).

Outros correligionários e simpatizantes também discursaram. A. Braga³⁸⁶ o chamou de orgulho do Estado, enquanto o 1º vice-presidente, Graciano Neves, dizia que as glórias cabiam principalmente a seu chefe político. Contudo, merece destaque a fala de dois correligionários de menor expressão. Empolgado com o prestígio e a popularidade do homenageado, João Ferreirinha³⁸⁷ disse que “O Estado do Espírito Santo é o dr. Moniz Freire” assim como “[...] o dr. Moniz Freire é o Estado do Espírito Santo” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 jul. 1895, p.1) e Candido Miranda³⁸⁸, utilizando-se de analogia, falava que o momento era propício para se render homenagem aos deuses.

Um ponto que merece atenção são as festas.³⁸⁹ Os episódios descritos acima (convênio, empréstimo e inauguração) foram saudados por meio desse tipo de comemoração. Elas mereceram destaque especial do periódico *construtor*, pois noticiá-las ia além do simples desejo de informar o leitor, mas registrar — sobretudo aos que não estavam presentes — e reforçar — aos que participaram mesmo que como meros espectadores — a relevância das celebrações ocorridas na cidade. A importância desse ato coletivo, principalmente os de envergadura política, reside na produção (ou aumento) de visibilidade e popularidade do homenageado, fortalecendo a aquisição do controle social ou mesmo sua manutenção, uma vez que, por meio desses eventos, pode-se manipular a opinião pública, além de divulgar mensagens, imagens, símbolos e mitos, todos eles associados ao poder ou ao seu detentor (GONÇALVES, 2008).

Entre as características dessa ação coletiva, elencadas por Norberto Guarinello (2001), interessa-nos a que informa sobre a necessidade de um objeto focal para que ela ocorra. Sendo a comemoração de algum fato, objeto ou personagem o *leitmotiv* da festa, em torno dela se forma um polo de agregação dos convidados tendo como finalidade celebrar algo, o que de

³⁸⁶ Possivelmente se tratava de Augusto Braga. Foi promotor, simpatizante dos *construtores*, fazendo parte de uma das comissões que organizou a festa da inauguração da ferrovia (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 20 abr. 1894; 6 jul. 1895).

³⁸⁷ João Ferreirinha era um banqueiro, proprietário do Banco da Victoria, sócio de Herculano Inglês de Souza, que por sua vez era antigo amigo de Moniz Freire e ex-presidente da Província do Espírito Santo (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 14 mai. 1895).

³⁸⁸ Candido de Miranda era advogado e um dos signatários da fundação do PRC, em 1890. Chegou a ocupar o cargo de secretário interino da Corte de Justiça do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 ago. 1890; 15 fev. 1894).

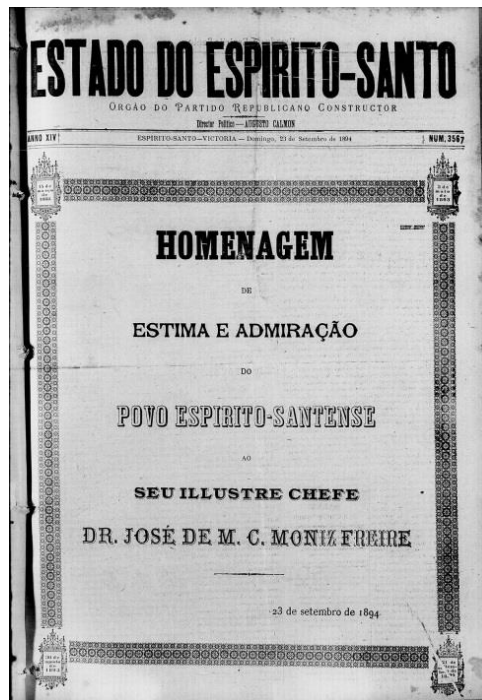
³⁸⁹ Uma definição de festas pode ser encontrada em Norberto Guarinello (2001, p. 972). Trata-se de “[...] uma produção do cotidiano, uma ação coletiva que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes”.

certo modo torna-a mecanismo suficientemente capaz de produzir identidade, seja por consenso, seja por imposição, e reforçar as hierarquias da sociedade, expondo-as e confirmando-as (BALANDIER, 1982). As celebrações em torno dos triunfos de Moniz Freire serviram para produzir identidade com o projeto *construtor*, sendo esse ator o principal porta-voz e, como consequência, ao colocá-lo como protagonista dos eventos, reforçar o seu poder simbólico e os laços de coesão entre os correligionários. Em suma, como bem salientou João Edson Fanaia (2010, p. 101), “[...] o impacto e a simbologia embutida no interior das recepções calorosas era fundamental no reforço da figura do líder”.

Coube ao jornal oficial a incumbência de realizar as devidas descrições das festividades, colocando as informações produzidas em circulação. A começar pela primeira página de alguns exemplares, comercializados no dia da festa, conforme as Figuras 5 e 6. Em seguida vinham os preparativos – como a arrecadação de donativos, a programação e a divisão das tarefas na preparação dos eventos – os quais eram abertamente divulgados, inclusive os nomes dos membros das comissões organizadoras. Era preciso apresentar quem estava se empenhando em prestar reconhecimento ao protagonista do evento. Na inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, por exemplo, foram duas as comissões e, nos festejos de encerramento do governo e posse de Graciano Neves, quatro comissões (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 6 jul. 1895; 13 mai. 1896). Os adornos também não eram esquecidos, prestando-se o jornal a relatar os lugares onde o homenageado passaria.³⁹⁰ Sua descrição era prática comum no processo de fabricação da imagem de Luís XIV, na França, sendo tarefa do governo supervisioná-la (BURKE, 2009). Ao que parece, foi mantida como forma de demonstração de poder, séculos depois.

³⁹⁰ Da recepção festiva a Moniz Freire, em virtude da aquisição do empréstimo para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, retiramos o seguinte trecho do jornal: “Desde a manhã de domingo que o cais do Imperador — o designado para o desembarque do dr. Moniz Freire e as ruas por onde tinha de passar s. ex. — apresentavam um aspecto encantador. Ao centro do cais, destacava-se um lindo obelisco tendo inscrito o nome laureado de s. ex., margeando-o coqueiros simetricamente plantados. À escadaria que se segue ao Cais, viam-se colunas enfeitadas de ramagens de cafeeiros destacando-se velos troféus formados com bandeiras nacionais e artísticos escudos contendo os nomes de todas as comarcas do Estado” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 25 set. 1894, p. 1).

FIGURA 6 – Primeira página do jornal *O Estado do Espírito Santo*, em homenagem a Moniz Freire (1894)



Fonte: *O Estado do Espírito Santo* (23 set. 1894).

FIGURA 7 - Primeira página do jornal *O Estado do Espírito Santo* em homenagem a Moniz Freire (1895)



Fonte: *O Estado do Espírito Santo* (13 jul. 1895).

O *menu* do banquete era quase sempre divulgado, sem deixar de mencionar a confeitaria que o produzira, geralmente do Rio de Janeiro, pois a intenção era denotar a grandiosidade do evento. Outro ponto a ser enfatizado é a informação sobre o percurso feito pelo homenageado, para atestar sua popularidade e seu carisma. Nenhum detalhe que indicasse prestígio devia ser olvidado. Em 1892, o periódico informou que, quando Moniz Freire desembarcou, “[...] foi indescritível o entusiasmo que se apoderou do povo, que ansioso o esperava”.³⁹¹ Dois anos depois, noticiou que ele foi recebido “[...] sempre entre as mais expressivas e sinceras demonstrações de regozijo público” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 25 set. 1894, p. 1). Os correspondentes do jornal nos eventos completavam a tarefa relatando como ocorreram as festas, com destaque para os diversos brindes, quase todos voltados para o homenageado. Era uma forma de mostrar seu reconhecimento perante a parcela da elite política, ou pelo menos representá-lo como sendo alvo dos mais diversos tributos de admiração e deferência.

Um ponto atrelado às festas e que merece igualmente destaque foram os signos³⁹², empregados para fortalecer o poder simbólico de Moniz Freire. Eles davam a conhecer o prestígio, o reconhecimento, o crédito e a confiança depositados em torno desse personagem, em suma, a exposição de seu poder por meio de objetos (CHARTIER, 1994). Às vésperas do seu retorno, após visita a Minas Gerais, os presentes oferecidos a ele e aos demais recém-empossados (vice-presidentes) foram expostos na principal rua da capital.³⁹³ Os mais importantes eram aqueles destinados ao presidente do Estado: um dos mimos foi uma escrivadinha rica em detalhes onde se encontravam os dizeres “[D]A família espírito-santense a seu presidente, dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire – 3 de maio de 1892” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 28 set. 1892). Tratava-se de significar no objeto o crédito, a confiança, a popularidade e o prestígio que o jovem governante havia adquirido.³⁹⁴

³⁹¹ Trata-se da recepção feita a Moniz Freire por ocasião de sua chegada de viagem após assinar com o governo mineiro o convênio ferroviário (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 5 out. 1892, p. 1).

³⁹² A definição de “signo” se encontra na INTRODUÇÃO.

³⁹³ Tratava-se da Rua da Alfândega, mais próxima ao porto e mais movimentada pelas atividades comerciais. Posteriormente, com a remodelação da capital no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), desapareceu, cedendo lugar à Avenida Capixaba, atualmente chamada Avenida Jerônimo Monteiro.

³⁹⁴ Moniz Freire foi o que mais ganhou presentes entre os melhores, em relação aos vice-presidentes Graciano Neves e Galdino Loreto. Tal fato foi devidamente explorado pelo jornal oposicionista (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 29 set. 1892). Um dos presentes oferecidos a Moniz Freire foi uma lâmina de ouro com uma joia, acompanhada de um cartão de visita com os dizeres: “A população do Estado do Espírito Santo no seu honrado e ilustre presidente dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em testemunho de alto apreço aos seus talentos e do muito que tem feito em prol do mesmo Estado, seu berço natal” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 28 set. 1892).

Era uma clara utilização de instrumentos, isto é, de objetos, detentores de poder simbólico, fazendo uso de demonstração pública, com o objetivo de legitimar uma hierarquia em vigor, qual seja, a autoridade do chefe político (BOURDIEU, 2013). Prova cabal foi não só o empenho do jornal oficial em informar que os mimos estavam sendo muito visitados, mas a ferrenha defesa feita contra os questionamentos do *Commercio do Espírito Santo*, sobre a idoneidade do caráter popular dos presentes oferecidos aos homenageados. Houve troca de acusações e defesas, buscando legitimar aquela homenagem (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 30 de set. 1892).

A Figura 8 serve de referência como caráter ilustrativo. Devido à escassez de imagens, escolhemos ilustração de uma recepção ocorrida no ano de 1909 — quando seu capital político já não possuía tanta força e ele não exercia mais controle sobre oligarquia estadual — para exemplificar como eram essas festividades. Mesmo assim, ainda dá uma ideia do apreço remanescente que Moniz Freire mantinha no Estado.

FIGURA 8 – Recepção feita ao então senador Moniz Freire em Vitória (1909)



Fonte: *Fon-Fon* (1909, n. 12).

Talvez ainda mais impactante tenham sido as ações e os efeitos em torno dos retratos de Moniz Freire. O primeiro deles saiu na revista da capital federal, *O Álbum*, de Artur de

Azevedo (Figura 8).³⁹⁵ Acompanhada da biografia do homenageado, feita pelo escritor Rodrigo Otávio³⁹⁶, foi apropriada pelo jornal *construtor* como instrumento para mostrar a popularidade do chefe político. Alegando que a intenção inicial era presentear os assinantes, informava que o “brinde” havia causado uma invasão de pessoas ao escritório do jornal, sendo insuficiente a quantidade de exemplares. A presença de adversários foi mencionada, como possível estratégia para constranger a oposição (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2 jul. 1894).

FIGURA 9 – Retrato de Moniz Freire (1894)



Fonte: *O Álbum* (jun. 1894, ano I, n. 49).

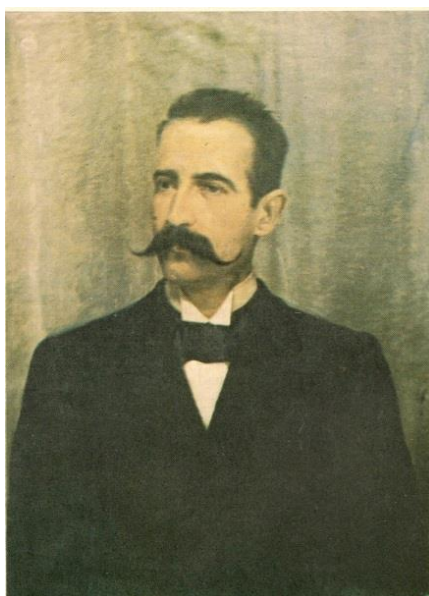
Ocorreram também ações envolvendo repartições públicas. Ainda em 1894, foi publicado que o Conselho Municipal da capital ia adquirir o retrato do presidente do Estado para colocar na sala de reuniões. Tratava-se de comprovar, pela notícia, mais um louvor ao chefe político, com quem o Conselho, sob a presidência de Cleto Nunes, tinha harmoniosas relações

³⁹⁵ Artur de Azevedo foi jornalista, escritor e artista, oriundo do Maranhão, que alcançou reconhecimento no Rio de Janeiro. Foi correspondente em diversos jornais e era editor da revista *O Álbum*. No campo político, era simpatizante de Floriano Peixoto. A princípio, pensava uma revista que não tinha o intuito de ser política, mas a maioria dos biografados, sempre presentes em todos os exemplares, foram personagens desse campo (STOPA, 2010). Azevedo parecia estar encantado pela figura de Moniz Freire, tecendo-lhe elogios meses depois em *O Paiz* (2 set. 1894).

³⁹⁶ Rodrigo Otávio de Langgard Menezes foi advogado, jornalista, escritor e estudioso, residente no Rio de Janeiro.

(SANTOS, 2014a). No ano seguinte, para a ansiada inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, um retrato a óleo de Moniz Freire foi presenteado por diversos amigos seus, residentes no Rio de Janeiro (Figura 9). Assim como os mimos de 1892, ele foi exposto na principal rua da cidade e entregue no dia marcado por um representante, ninguém menos que Cleto Nunes. Na entrega, disse que o regalo iria “[...] figurar ao lado dos vultos eminentes que contemplamos nesta sala [do palácio do governo] – como o vivo testemunho do aplauso que a vossa obra de administrador e político fez jus, sagrando-vos espírito-santense benemérito” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13 jul. 1895, p. 3). Quatro meses depois, em cerimônia oficial, o retrato foi colocado na sala das sessões da Corte de Justiça. Não faltaram no periódico oficial informações acerca das autoridades presentes e das homenagens rendidas a quem “[...] tantos e reais serviços há prestado ao Estado, à magistratura principalmente” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 nov. 1895, p.2).

FIGURA 10 – Retrato de Moniz Freire, instalado no Tribunal de Justiça (1895)



Fonte: *História do Poder Judiciário no Espírito Santo* (1985).

Outros símbolos também foram apropriados, tornando-se elementos para a criação de representações, as quais eram postas em circulação pelo veículo de comunicação oficial. A criação de um hino pelos conterrâneos residentes no Rio de Janeiro, os mesmos que depois iriam oferecer o retrato em óleo ao jovem governante, foi uma ocasião propícia. De acordo com o impresso *construtor*, a composição “[...] foi oferecida ao nosso eminente chefe [...] por

aquele nosso coestaduano [Urbano Faria³⁹⁷]” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 18 out. 1894). A letra era de ninguém menos que Pessanha Póvoa, grande admirador de Moniz Freire, o que explica a presença de versos que demonstram um pouco da expectativa e realidade representada pelos sequazes do chefe *construtor*. Seu sucesso tornou-o hino oficial do Estado, até os dias atuais.³⁹⁸

Manifestações populares também foram exploradas, tais como o dobrado *Moniz Freire*, tocado por romeiros em peregrinação ao Convento da Penha (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 12 ago. 1894), e a fundação de um pequeno jornal literário, *Treze de Julho*, a data de seu aniversário, sendo o homenageado “[...] digno de elogios de todos aqueles que sabem reconhecer os relevantes serviços prestados” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 jul. 1895, p. 1).

Como se pode apreender, os símbolos e os eventos foram apropriados e representados pelos aliados, para fortificar o poder simbólico de Moniz Freire. Eles eram fundamentais como matéria-prima à produção de novas representações pelo séquito que nele acreditava e, ao mesmo tempo, trabalhava para produzir mais crédito e confiança a quem era tido como seu guia. Demonstrava-se poder para fabricar mais poder, admiração para gerar mais admiração. Projetava-se idealizar um imaginário social em torno do personagem, ou seja, uma rede comumente compartilhada de significações, capazes de transformar e orientar valores e práticas e de mobilizar afetos, emoções e desejos (CAPELATO; DUTRA, 2000). Para isso, o periódico servia como importante canal de expressão do séquito confiante e mecanismo para retroalimentar o carisma do líder.

³⁹⁷ Comendador Urbano da Cunha Faria era natural do Espírito Santo e residente no Rio de Janeiro, onde era banqueiro. Ao que parece, era grande admirador de Moniz Freire, pois, nas idas do político à capital federal, o recepcionou e promoveu banquete em sua homenagem (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 20 set. 1894; 23 set. 1894; 31 jan. 1895)

³⁹⁸ Composto por Arthur Napoleão, com letra de Pessanha Póvoa, importante admirador de Moniz Freire. Trechos tais como a 2ª estrofe – “Nossos braços são fortes, que importa? Temos fé, temos crença a faltar. Supre a falta de idade e de força, peitos nobres, valentes, sem par” — e o estribilho — “Salve o povo espíritossantense, herdeiro de um passado glorioso, somos nós a falange do presente, em busca de um futuro esperançoso” — ilustram a realidade apropriada e representada da época. Outra interpretação, de Rogério Coimbra (2001), dá a entender que o hino foi direcionado aos jovens do Espírito Santo. Coimbra também afirma que o hino foi uma homenagem a Moniz Freire e que em 7 de setembro de 1909 foi adotado nas escolas e executado em solenidades oficiais.

Outras realizações também foram lembradas pelos correligionários. João Maia³⁹⁹, por exemplo, utilizou-se do periódico para falar sobre a reforma da instrução pública, que Moniz Freire então realizava, fazendo apontamentos sem deixar de tecer elogios (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 4 fev. 1893). Pessanha Póvoa, então diretor de instrução, foi ainda mais incisivo. Ferrenho defensor de Moniz Freire no jornal e no Congresso Legislativo, ele protegeu seu chefe dos ataques *unionistas* e asseverou que “[...] o que há de mau, de censurável na instrução, só a mim cabe a responsabilidade” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 11 fev. 1896, p. 2).

A paz alcançada no Estado em meio às crises que desafiavam a República foi outro ponto levantado pelos *construtores* em seu principal periódico. Tal feito era representado como uma grande conquista, haja vista as constantes reiteraões que o próprio Moniz Freire fazia em suas mensagens sobre essa questão. Esse assunto era geralmente lembrando nos balanços do governo, realizados sempre que ele completava um ano de mandato. Em um deles, na coluna intitulada *Glorioso Aniversário*, exaltava que “[...] em período histórico prenhe de perigos e de sobressaltos [...] [o governo de Moniz Freire] não registra, entretanto, nenhum atentado, nenhuma violência à liberdade e aos direitos” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2 mai. 1893, p. 1). Esses elogios se repetiram sistematicamente nos anos seguintes.⁴⁰⁰

A reboque da sensação de que o Estado estava pacificado, emergiram representações que atrelavam o governante *construtor* à ordem republicana. Consistiam em publicações dos telegramas que Moniz Freire dirigia a Floriano Peixoto, sobretudo nos momentos mais tumultuados, como na Revolta da Armada.⁴⁰¹ Telegramas de autoridades de outros Estados cumprimentando o líder capixaba, pela posse de Prudente de Moraes, também apareceram no periódico, junto com o de correligionários do interior, como uma deferência a quem passou a ser visto como o maior símbolo da ordem republicana no Espírito Santo (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 nov. 1894). O episódio se repetiu na comemoração pelo 5º aniversário da Constituição, em 1896, tendo havido troca de correspondências com Prudente de Moraes. Essa proximidade alegrou os *construtores* de Cachoeiro, os quais entendiam o

³⁹⁹ João Maia era militar, residente em Vitória. Ligado aos PRC, ocupou o cargo de engenheiro da intendência municipal em 1890 e presidente da comissão criada pra representar o Estado na Exposição Internacional de Chicago em 1892 (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 10 jun. 1890; 24 jun. 1890; 6 jul. 1892).

⁴⁰⁰ Em 1895, o editor lembrou que graças “[...] à sábia direção por ele [Moniz Freire] imprimida à marca dos negócios públicos, aí está o Espírito Santo no gozo de uma paz completa, sem a luta encarniçada e violenta de partidos políticos que disputem o poder” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 mai. 1895, p. 1).

⁴⁰¹ Moniz Freire enviou telegramas ao presidente da República e ao ministro do interior, prestando solidariedade e apoio, e solicitando o envio constante de informações (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 12 dez. 1893).

elogio do presidente do país ao chefe do partido como justiça “[...] a quem tanto já deve a República” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 5 jun. 1895, p.1). O jornal noticiava também os eventos nas localidades, onde estavam presentes os “vivas” pela legalidade, traduzidos nas figuras dos presidentes da República, do Estado e do Congresso Estadual. Em suma, Moniz Freire era tratado como representante da ordem, da legalidade, da República.

b) Usos do passado e argumentos de autoridade

Outras estratégias foram usadas na “fabricação do oligarca”. Uma delas foi a produção de uma memória⁴⁰², que legitimasse o *status quo* político do Estado e obviamente justificasse a retirada dos *unionistas* do governo, em 1891. Forjava-se uma identidade de grupo, reforçando o senso de pertencimento e mantendo a coesão interna entre os *construtores*, em torno de uma construção partidária heroica. Para tanto, se fazia necessário o “enquadramento da memória”, processo que se alimentava pelos materiais fornecidos pela história, ou seja, por intermédio de uma releitura do passado, via de regra para fundamentar os combates que se travam no presente e no futuro (POLLAK, 1989).

Esses combates podem ser interpretados como a continuidade do duelo pelo monopólio da verdade dos fatos, entre os jornais *unionistas* e o principal jornal *construtor*. Pela apropriação dos fatos passados, produziam-se representações que esses veículos de comunicação colocavam em circulação. Nesse sentido, o biênio 1892-1893 foi paradigmático, pois foi quando o séquito *construtor* mais proferiu defesas em nome do Partido e de seu líder, em parte devido ao breve tempo que havia se passado entre a chegada ao poder – pela Junta Governativa – e o início do governo de Moniz Freire.

Em um desses embates, rememorando o ano da queda dos *unionistas*, o editor Torquato Moreira justificou o apreço do Partido à liberdade, para não ter prestado apoio a Deodoro, quando houve o fechamento do Congresso, em 1891, ao contrário dos adversários (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 11 dez. 1892). A aquisição da credibilidade é ponto importante para a confiança do público leitor, o que implica uma sequência de discursos

⁴⁰² Por memória entendemos ser uma “[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer ver salvaguardar” a qual se integra “[...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias” (POLLAK, 1989, p. 9).

coerentes, preparados pelos “historiadores da casa”.⁴⁰³ Para tanto, a interpretação dos acontecimentos veio acompanhada de representações positivas em torno do chefe do PRC, interpretado como personagem aglutinador, heroico, “[...] que mais se destacava pela lucidez da inteligência, previsão dos sucessos, intuição política e conhecimento das exigências da ocasião” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 dez. 1892, p. 1).

Na disputa pela memória do passado, argumentos de autoridade eram sempre bem-vindos. Para tanto, fez-se uso dos jornais do Rio de Janeiro para fundamentar as representações criadas, sendo *O Jornal do Comércio*⁴⁰⁴ um deles, prestigiado pelos *construtores* por ser de interesse conservador. Um trecho de sua reportagem foi reproduzido, acerca do que tratava da queda da URES, e dos elogios direcionados ao governo de Moniz Freire. Tamanho impacto ao público leitor fez os principais jornais de Vitória se digladiarem sobre a natureza da reportagem (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13 jan. 1893; 18 jan. 1893).

Diversas outras colunas foram escritas, inclusive por correspondência, para rememorar a queda da URES. O *construtor* Antonio Campos e o *unionista* Lydio Mariano travaram, no Rio de Janeiro, ferrenho duelo em torno da melhor interpretação do episódio de 1891⁴⁰⁵, centrando a discussão nas divergências quanto ao tamanho da popularidade de Moniz Freire no Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 21 jan. 1893). Não obstante, o melhor aproveitamento da imprensa carioca, pelos admiradores do chefe *construtor*, foi para fazer jus ao “sucesso” empreendido pelo seu governo. *O Jornal do Comércio*, *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e *Cidade do Rio* foram os impressos citados da capital federal.

Era preciso fazer crer que a administração de Moniz Freire estava sendo um marco divisor na história do Espírito Santo, forjando a crença de que ele era o responsável por transformar uma pobre província em próspero Estado. Assim, por exemplo, escreveu o redator Torquato Moreira, reproduzindo a profissão de fé *construtora*. Segundo ele, o governo e seu partido iriam transformar, através do seu bom programa, os conceitos ruins tidos em relação ao Espírito Santo, que enquanto província vivia “[...] a mais ingloriosa das vidas, sem

⁴⁰³ Os “historiadores da casa” são, segundo Michael Pollak (1989), os profissionais responsáveis pela história do clube, partido, ou agremiação, do qual faça parte, quer dizer, pelo controle de sua memória. Eles são sempre testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes. No PRC, eram os editores do jornal do partido.

⁴⁰⁴ *O Jornal do Comércio* foi fundado 18927. Era um dos mais vendidos do Rio de Janeiro e pertencia desde 1890 a José Carlos Rodrigues (SODRÉ, 2011), o qual era capitalista e chegou a ser delegado do tesouro nacional em Londres, no ano de 1890 (O PAIZ, 24 jan. 1890). Não encontramos seus exemplares.

⁴⁰⁵ Trata-se da queda dos *unionistas* do governo do Estado, em dezembro de 1891. Cf. Seção 5.

autonomia, nem independência, como uma pesada carga da União, um *burgo podre*” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 7 fev. 1893, p. 1).

Um fato ilustrativo ocorreu no terceiro aniversário do mandato de Moniz Freire. Além de o jornal governista mencionar os cumprimentos dos principais jornais do Rio de Janeiro, fez questão de citar Artur Azevedo, então ilustre personalidade. Sua definição foi reveladora. Ele, que já havia rendido homenagens ao político capixaba em *O Álbum*, reiterou-as afirmando que “[...] O ilustre moço [...] pode jactar-se – e essa glória ninguém lhe tira – de ter feito o Espírito Santo” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 mai. 1895, p. 1). Posteriormente, uma nota do *Jornal do Comércio* de 1896 foi reproduzida para demonstrar a crença no pioneirismo do governante. Nela, afirmava-se que “[...] O Estado do Espírito Santo é criação sua [de Moniz Freire], porque antes o que era a acanhada província do Espírito Santo, sabemos todos” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2 jun. 1896).

De modo geral, esse sentimento era compartilhado por boa parte da imprensa carioca e o periódico *construtor* procurava enfatizar isso republicando as reportagens. *O Paiz* foi o principal jornal citado⁴⁰⁶, o que se explica pelos diversos admiradores de Moniz Freire existentes naquela redação, fato assumido publicamente pelo jornal (O PAIZ, 9 nov. 1895).

Pequenos jornais também foram utilizados para render homenagens ao político capixaba. Anunciando a reprodução da reportagem do jornal *Tribuna Popular*⁴⁰⁷, o editor de *O Estado do Espírito Santo* lembrava que

[...] o modo assaz lisonjeiro porque a imprensa do norte e sul do país refere-se ao nosso eminente chefe Moniz Freire, é prova evidente que dissemos uma verdade incontestável quando afirmamos que não é só no Espírito Santo que seu belo talento é admirado, a sua administração desperta entusiasmo e provoca aplausos (14 out. 1894, p. 2).

A euforia se repetiu quando seu nome apareceu no jornal *Le Siècle*⁴⁰⁸, possibilitando engendrar mais representações positivas de quem cuja “[...] fama de seu critério como administrador inteligente e patriota vai já além dos (sic) território nacional” (O ESTADO DO

⁴⁰⁶ Encontramos ao todo 13 reportagens republicadas daquele jornal carioca, entre maio de 1892 e junho 1896.

⁴⁰⁷ Esse jornal era da cidade de Varginha, Minas Gerais. Desconhecemos seus redatores. Possivelmente estivessem sintonizados com o principal jornal mineiro, o *Minas Gerais*, governista e também simpatizante a Moniz Freire, sobretudo após a realização do convênio interestadual. Cf. *Minas Gerais* (15 set. 1893; 24 set. 1894).

⁴⁰⁸ Um dos mais antigos e tradicionais jornais da França. Em 1894, tinha 59 anos de existência (LE SIÈCLE, 1 dez. 1894). Não encontramos a data da reportagem que faz elogios a Moniz Freire.

ESPÍRITO SANTO, 12 dez. 1894, p. 2). As palavras “inteligente” e “patriota” estavam comumente presentes, ressaltando os capitais heroico e de notoriedade do homenageado.

c) Duelos com a oposição

Como já ressaltado anteriormente, no Espírito Santo, à época da presidência de Moniz Freire, não havia qualquer ameaça séria à ordem implantada, tanto política — republicana — quanto partidária — ao predomínio do PRC. Para tanto, em muito contribuiu não só a crença de que ele realizava um bom governo, que levaria o Estado a patamares de progresso até então inatingíveis, mas também o alinhamento do oligarca com o situacionismo no plano nacional, traduzido pelas figuras de Floriano e Prudente de Moraes (SANTOS, 2012b).

Por sua vez, isso não significa que a oposição política do Estado fosse nula a ponto de produzir indiferença nos governistas. Em continuidade ao que ocorria no final do Segundo Reinado, os principais grupos políticos do Estado se digladiavam pelos jornais, fazendo uso de diversas representações. O *Commercio do Espírito Santo* e o *Cachoeirano*⁴⁰⁹, como principais porta-vozes da URES, fizeram uma oposição incansável ao governo *construtor*. O interesse principal era *a priori* desqualificá-lo, tachando-o de ilegítimo, sendo posteriormente — mormente após a consolidação do PRC no poder — as críticas centradas nas ações realizadas pelo governo.

Analisando esses periódicos oposicionistas, podemos encontrar, além dos ataques feitos, a preocupação que seus editores tinham em denunciar — logicamente utilizando-se de representações negativas — o poder simbólico que Moniz Freire estava adquirindo, ainda mais, durante seu governo. Tais denúncias eram apresentadas em forma de três críticas: à suposta vaidade de Moniz Freire, à deferência do Congresso Legislativo Estadual às suas vontades e à presumida idolatria por parte de seus amigos e correligionários.

Começemos pela primeira forma. O principal jornal oposicionista do Estado, poucos meses após a posse de Moniz Freire, nos mesmos moldes que os *construtores*, iniciou uma campanha de revisitar o passado para construir uma memória *unionista* dos acontecimentos, objetivando deslegitimar o *status quo* político. Imbuído desse intuito, o editor representou o chefe político adversário como alguém vaidoso e egoísta que ambicionava “[...] se lhe fosse

⁴⁰⁹ O *Cachoeirano* foi jornal de oposição até 1899, tornando-se adiante órgão do PRCA, portanto aliado de Moniz Freire.

possível, ser o primeiro homem do mundo – um novo Moisés ou Anticristo” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 20 jul. 1892, p. 1). Havia uma preocupação com a liderança que esse personagem angariava, e a forma encontrada foi sempre rotulá-la como negativa.

A estratégia da analogia era a principal arma retórica, comumente utilizada para cotejá-lo com lideranças de conotação pejorativa. A figura de Oliver Cromwell⁴¹⁰, a exemplo, foi empregada em uma dessas comparações. Moniz Freire foi chamado de seu falso protótipo, pois “[...] tem praticado os mesmos abusos do grande homem mas nunca terá a felicidade de conquistar as mesmas glórias” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 28 jul. 1892, p. 1). Era uma crítica aos impostos lançados pelo governo e às perseguições políticas que supostamente estariam sendo feitas à oposição. Tal comparação foi repetida anos depois, quando o dissidente Horácio Costa⁴¹¹ escreveu vários artigos ao *Commercio do Espírito Santo*, para justificar seu rompimento. Tentando desmitificar a aura de “lorde protetor” que havia sido fabricada, por seus antigos aliados, para seu ex-chefe político, revisitou fatos passados, em especial o momento em que o barão de Lucena havia deposto os *construtores* em 1891, objetivando apresentar seu algoz naquela ocasião como um covarde, como um protegido ao invés de protetor (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 5 mar. 1896).

Por sua vez, João Loyola, então editor de *O Cachoeirano* (25 set. 1892), disse que Moniz Freire se julgava um paxá, isto é, uma espécie de monarca. Anos depois, Bernardo Horta comparou-o a Luís XIV, ao fazer uma análise do governo, após seu término; teceu diversas críticas, afirmando que ele “[...] Absorveu todas as vitalidades, aforou todas as consciências mercenárias, tentou por diversas vezes extinguir a oposição, sacrificou o Estado em empresas temerárias e imprudentes e nos deixa um débito de mais de quinze mil contos de réis” (O CACHOEIRANO, 7 jun. 1896, p. 2), não passando, assim, de um grotesco arremedo do rei francês. Esse cotejamento demonstra nas entrelinhas a envergadura do capital político que o chefe do PRC havia alcançado, tanto pelo controle quase absoluto do Estado, mediante a

⁴¹⁰ Oliver Cromwell foi um importante líder da Revolução Inglesa na década de 1640. Vencedor, e exercendo importante liderança sobre o exército, foi alçado ao posto de governante da Inglaterra, transformada em República na década de 1650. Por causa dos seus triunfos, foi condecorado com o título de Lord Protetor. Além disso, eles o tornaram muito apreciado pelo séquito, que o enxergava como portador de um carisma, a proteção divina. Sobre sua biografia, cf. Hill (1988).

⁴¹¹ José Horácio Costa era pernambucano, formado em Direito. Foi um dos republicanos históricos do Espírito Santo. Na República, se filiou ao PRC, onde exerceu o cargo de chefe de polícia e posteriormente Secretário Geral da Junta Governativa. Elegeram-se deputado federal em 1892, para preenchimento de vaga na Câmara dos Deputados. Anos depois, rompeu com os *construtores*, passando a fazer graves acusações ao governo pelo jornal da oposição. Cf. Abranches (1918a), *Commercio do Espírito Santo* (3 mar. 1896) e Saletto (2005).

imposição de suas vontades, quanto pela fabricação de uma imagem heroica pelo seu séquito. Daí a opção de mencionar Luís XIV, cujo poder e imagem foram em boa parte fabricados por súditos leais (BURKE, 2009). Ressaltamos anteriormente que Moniz Freire foi alvo de propagandas e cerimônias similares.

A comparação com o monarca francês revelava uma das preocupações dos *unionistas*: o tamanho da influência que Moniz Freire exercia sobre o Congresso Legislativo. Em uma das análises que o redator Aristides Freire realizou do governo que findava, intitulada “A administração Moniz Freire II”, fez um pequeno histórico dos erros diagnosticados. Entre eles mencionou que “[...] O poder legislativo chegou a ser absorvido pelo executivo, pois das leis votadas só se executaram certas e determinadas” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 17 mai. 1896, p. 1). Ainda na mesma semana, dando sequência à análise anterior, uma lamentação ainda mais reveladora apareceu. Ao reclamar da “[...] docilidade dos demais poderes buscando inspiração no poder executivo” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 23 mai. 1896, p. 1), o redator parecia acreditar que não se tratava de uma imposição política pautada na força, no mandonismo, mas a partir de uma liderança a qual havia se forjado como referência, guia para os demais poderes estaduais. Vale lembrar que a Corte de Justiça era presidida pelo amigo e correligionário Afonso Claudio, enquanto o Congresso Legislativo, embora já não fosse composto unanimemente por *construtores*, possuía destacados defensores de Moniz Freire, a começar pelo presidente da casa, Henrique Coutinho.

A existência desses defensores nos remete à terceira forma de crítica proferida pelos *unionistas* em relação aos *construtores*: a “idolatria” pelo chefe político. Era preciso desmitificar a relação no seio do Partido entre líder e liderados, apontando os seus equívocos. Para isso, a utilização da ironia ao comparar Moniz Freire com importantes líderes permaneceu sendo usada como importante estratégia de retórica. Isso ocorreu, por exemplo, meses depois da posse dele, em 1892. Rememorando a queda de Deodoro e consequentemente de seu grupo político, o então redator José Monjardim acusou *O Estado do Espírito Santo* de tentar transformar seu então diretor político em “herói da pátria”.⁴¹²

A forma de representação da relação estabelecida entre Moniz Freire e seus correligionários em alguns momentos nos deixa entender que, na interpretação dos *unionistas*, havia uma

⁴¹² Segundo José Monjardim, a redação do jornal adversário tentou levantar “[...] como o depositário das *suas glórias* e *herói da pátria* o *incomparável* (na verdade!) sr. Moniz Freire” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 22 jul. 1892).

espécie de devoção passional. Os adjetivos mesclando ironia e analogia são reveladores, tanto para sua imagem (ídolo, messias, divindade pagã)⁴¹³ quanto para representar seus seguidores (idólatras, apóstolos, adoradores, rebanho de carneiros).⁴¹⁴ Essas analogias, geralmente carregadas de significação religiosa, vinham acompanhadas de comparações a certas figuras lendárias. Uma delas foi João Batista Moya, frei missionário espanhol que teria realizado milagres no século XVI, sobretudo no México.

A palavra “adoradores” merece destaque, pois apareceu nas cartas do ex-aliado Horácio Costa. Seu depoimento é importante porque retrata a representação construída por quem vivenciou internamente a relação entre Moniz Freire e seus seguidores. Após ter rompido com o governo, ele escreveu cartas ao redator do *Commercio do Espírito Santo* a fim de contar sua relação com o grupo político com o qual havia se desentendido. Sua intenção era desmitificar a imagem do governante, o qual estava sendo “canonizado” pelos seus partidários, retirando seu heroísmo, para destruir seu poder simbólico. Com esse intuito, construiu uma memória do passado em que retirava o protagonismo do líder político, no caso, durante a debacle dos *unionistas* em 1891. Assim, contou que foi contra a candidatura de Moniz Freire à presidência do Estado e, por ter gerado descontentamento, optou pelo silêncio, não proferindo “[...] nem mais uma palavra na roda dos **adoradores** do sr. Moniz Freire” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 7 mar. 1896, p. 1, grifo nosso).

O trabalho de dessacralização do “herói” *construtor* apareceu em outra carta, dias depois. Ele foi representado como uma espécie de tirano que objetivava reinar conforme suas próprias vontades, desconsiderando em suas atitudes os seus aliados, comparados a um rebanho de carneiros, ou seja, dóceis e submissos. Uma dessas atitudes, a nomeação de um secretário-geral desconhecido, teria causado “[...] espanto de muitos de seus adoradores de hoje, cujos nomes rendam à baila” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 10 mar. 1896, p. 1).

O entusiasmo da oposição em criticar o governante *construtor* alternava-se algumas vezes — a rigor, poucas — com reconhecimentos de benfeitorias do governo. Na maioria das vezes, ocorria de forma velada, por intermédio de correspondentes ou anônimos que, mesmo fazendo

⁴¹³ Para ler as diversas matérias retratando Moniz Freire com esses substantivos, cf. *Commercio do Espírito Santo* (20 set. 1893 13 abr. 1893; 7 mar. 1896). Esses foram os exemplares por nós encontrados, contudo não significa que não tenham aparecido essas representações em outros.

⁴¹⁴ Para ler as diversas matérias retratando Moniz Freire com esses substantivos, cf. *Commercio do Espírito Santo* (8 ago. 1892; 7 mar. 1896; 10 mar. 1896; 18 mar. 1896; 7 mar. 1896). Esses foram os exemplares por nós encontrados, contudo não significa que não tenham aparecido essas representações em outros.

críticas e cobranças, se utilizavam de tom elogioso.⁴¹⁵ Outras vezes encontramos o editor reconhecendo alguns predicados do governo. Fato ilustrativo foi o júbilo do impresso oposicionista pela inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, embora a palavra “governo” tivesse sido utilizada como alvo dos tons elogiosos, e não “governante”. Aristides Freire procurou se esquivar de escrever elogios diretos, cabendo esse papel a anônimos. “Ad Pértrache”, por exemplo, escreveu que “[...] o atual presidente, nessa árdua tarefa, nessa arrojada empresa, pôs em prática seus talentos” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 13 jul. 1895, p. 2).

As constantes críticas também tinham que enfrentar as respostas do séquito de Moniz Freire pelo jornal *construtor*. Inúmeros artigos foram escritos por eles em resposta aos ataques *unionistas*. Analisando os anos de julho de 1892 a maio de 1896 encontramos 30 artigos⁴¹⁶, elaborados prioritariamente para defender a imagem do líder e demonstrar indignação aos adversários pelas injúrias. No entanto, alguns aspectos sobressaem. O primeiro deles remete à fé compartilhada pela comunidade interpretativa *construtora*, de que esse personagem estava “construindo” um novo Espírito Santo. Como dissemos anteriormente, a ideia-força engendrada pelo líder produzia nos destinatários um reconhecimento nela, conferindo a eles força simbólica (BOURDIEU, 2009), ao passo que alimentava os “dons” heroicos do detentor de crédito.

De igual maneira, esse reconhecimento serviu para legitimar o *status quo* político. Em metade dos artigos encontrados, ou seja, em quinze, identificamos louvores à administração de Moniz Freire como contra-argumento aos ataques do *Commercio do Espírito Santo*. Assim, diversas representações foram produzidas e colocadas em circulação, entre as quais a de que o governo refletia as aspirações da população⁴¹⁷ e de que o governante fazia jus à simpatia recebida no Estado, para o redator, quase uma unanimidade (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 20 ago. 1893). A comparação com o governo anterior, do então *unionista* barão de Monjardim, foi inevitável, como estratégia para ressaltar a ruptura com o passado e apequenar os

⁴¹⁵ Na sessão *Carta aberta*, Pedro Mascarenhas, morador de Santa Leopoldina, elogia Moniz Freire dizendo que ele reorganizou o Estado. Chama-o de ilustrado filho (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 18 ago. 1892). Outro exemplo ocorreu com o anônimo F.S., que se utilizou do espaço do periódico para apontar Torquato Moreira como sucessor de Moniz Freire, “[...] que por seu tino financeiro tão honradamente tem dirigido os destinos do Estado” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 19 fev. 1895, p. 1).

⁴¹⁶ Encontramos 30 artigos escritos em resposta aos ataques sofridos por Moniz Freire e seu governo, entre 1892 e 1896. Todavia, é possível que haja outros que porventura não tenhamos identificado.

⁴¹⁷ Tratava-se de um artigo questionando a abstenção eleitoral da oposição nas eleições para a Câmara Municipal. Afirmava que o governo exprimia os anseios da sociedade mediante ideais de progresso (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 dez. 1892).

adversários. Ela foi acompanhada da metáfora “treva e luz”, referindo-se a ambas as administrações (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 19 set. 1893).

Sugerindo preocupação em mostrar os rumos que o governo de Moniz Freire estava dando ao Estado, a palavra “progresso” e seus derivados (progressista, progressivo) foi empregada em dezoito oportunidades, referindo-se ao governo ou ao governante. Era preciso constantemente fazer crer aos adversários — e aos aliados — que o Espírito Santo caminhava no rumo certo. Isso ficou claro na resposta dada pelo jornal *construtor* a respeito do questionamento da contratação de mão de obra, que o governo objetivava fazer. Estradas de ferro, melhoramentos urbanos para a capital e o fomento à imigração estrangeira foram pontos-chaves, representados como “[...] ideal supremo da vida política do povo espírito santense” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 jul. 1894, p. 2). Tempos depois, para responder à acusação de que o Estado vivia nas trevas, perguntou aos *unionistas* “[...] onde [havia] esses pontos trevosos que enxerga em torno da administração atual, dessa administração que se afirma e se impõe, dentro e fora do Estado, como um governo orientado, sério, patriótico?” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 27 abr. 1895, p. 1).

Além da crença de que o Espírito Santo estava caminhando para um estágio de progresso nunca antes vivido, o círculo do PRC fabricou a imagem de um herói para revidar os ataques do principal jornal *unionista*, reforçando, obviamente, o poder simbólico do governante. Desta feita, um trabalho de resgate da memória dos seus feitos político-partidários, oriundos do império, foi realizado, para defendê-lo das acusações de que vivia à sombra do seu ex-chefe político, o barão de Monjardim. Moniz Freire foi representado como um fiel correligionário liberal, que nos momentos adversos enfrentou as maiores dificuldades políticas, diferentemente de seu ex-aliado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 14 jul. 1892). Então recentemente no governo, eram tempos em que a legitimidade de seu mandato e de seu protagonismo políticos estava sendo posto em cheque.

Nessa perspectiva, as defesas também produziam a imagem de um governante que estava se sacrificando pelo bem do seu Estado, um mártir, que resistia às pretensões ruins de quem procurava atrapalhar a marcha do progresso (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 26 out. 1892). Essa imagem foi bem empregada quando o presidente se pôs em querela com o governo federal pelo direito às terras devolutas para o Estado. O periódico criticou a oposição por não reconhecer o esforço empregado, ao afirmar que:

[...] Com uma coragem cívica bem pouco comum e que de per si bastava para determinar a têmpera do administrador e do homem público, s. ex. formalmente declarou que preferiria abandonar o poder a sacrificar o direito incontestável de seu Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 15 ago. 1893, p. 1).

Um ano mais tarde, ao responder ao dissidente Antero de Almeida, opositor ao projeto de revisão constitucional o qual permitiria a reelei o de Moniz Freire, nova representa o engendrou um herói que colocava seu Estado e seu povo   frente de quaisquer pretensões. Para tanto, o argumento da compara o foi empregado para contrapor o personagem a um espelho negativo. Disse:

[...] Qualquer indivíduo sedento de poder e de mando seria indiferente a essa considera o [a produ o de falsas opiniões sobre o intuito do Congresso em sustentar o projeto], mas não podia ser o atual Presidente do Estado **que tem bastante amor   sua terra** e aos seus planos de governo para inquietar-se pela continuidade intelectual de sua administra o, mas que não aceitaria por preço algum a mais vantajosa das posi es com quebra do seu amor próprio [...] sua exa. não tinha portanto outra soluço, senão a que teve, isto  , pedir aos seus amigos a retirada do projeto que levantou o alarma (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 dez. 1894, p. 1, grifo nosso).

Essas representa es envolviam esforço passional e serviam como estratégia n  só para humanizar Moniz Freire, mas também para transformar sua derrota política em ato heroico de renúncia e sacrifício, ocultando-a. Não por acaso, fez-se o emprego do argumento do sacrifício, um tipo de compara o, que “[...] consiste em estabelecer o valor de uma coisa — ou de uma causa — pelos sacrifícios que são ou serão feitos por ela” (REBOUL, 2004, p. 184). Ali estava o valor do herói, imagem continuamente alimentada.

A contagem de palavras relacionadas ao chefe *construtor* revela, por sua vez, a permanente reitera o que o grupo fazia do capital simbólico de seu líder, do tipo heroico e de notoriedade. A palavra “patriota” e suas deriva es apareceram 11 vezes, geralmente para explicitar os esforços do governo realizado, enquanto “inteligente”, 8 vezes, reforçando sua notoriedade intelectual.⁴¹⁸ Eram vocábulos que acompanhavam Moniz Freire constantemente, desde seu ingresso na vida pública, reforçando sua imagem. Como se tratava de artigos de defesa, as palavras “honrado” e “honesto” apareceram em quantidade significativa (11 e 5 vezes, respectivamente).

⁴¹⁸ Outras palavras — e seus derivados —, encontradas mais de uma vez, que reforçavam o capital heroico foram: brilho (6 vezes), benemérito (5 vezes), talento (4 vezes), dedicado (3 vezes), consagrado e orgulho (2 vezes).

Apesar dos esforços da oposição, o governo de Moniz Freire se findou sob alta popularidade, em boa parte sustentada na crença de que o Estado estava alcançando patamares de progresso material, tão almejado ao longo dos oitocentos. O presidente do Estado, considerado pelos seus aliados o principal responsável, reforçou com essa crença seu capital político, garantindo quase “naturalmente” o triunfo do seu candidato à sucessão. Obviamente, não se pode perder de vista o emprego de mecanismos político-eleitorais os quais sempre favoreceram prioritariamente os situacionismos em nível estadual e federal, tônica da Primeira República. Aliás, o alinhamento incondicional com o situacionismo federal pesou consideravelmente a seu favor.⁴¹⁹

A partir de meados de 1896, a oligarquia *construtora* adentrou uma nova etapa. As funções de chefe político e de presidente de Estado haviam sido novamente dissociadas de um único personagem, o chefe do Partido, pois Moniz Freire terminou seu mandato. Pela primeira vez, o grupo seria comandado à distância, uma vez que ele embarcou para a França, como representante do governo do Estado junto aos credores internacionais. Assim sendo, trataremos no próximo item de responder algumas questões: como se comportou a oligarquia construtora na ausência de Moniz Freire? Quais impactos trouxeram à oligarquia construtora os processos políticos decorrentes desse intervalo de tempo em que seu principal chefe esteve ausente da presidência do Estado? De que modo os fatos políticos ocorridos interferiram no capital político de Moniz Freire?

6.3 NOS MEANDROS DO PRC: AS CRISES DE LEGITIMIDADE E A VOLTA DO “SALVADOR” (1896-1900)

O interstício marcado pela saída de Moniz Freire da presidência do Estado e seu retorno, quatro anos depois, estabeleceu-se sob hegemonia da oligarquia *construtora*, porém não sem apresentar episódios que ameaçassem o *status quo* político e colocassem à prova o poder simbólico de quem liderava o grupo situacionista. Em outras palavras, o PRC atravessou graves crises de legitimidade em íntima vinculação com uma espécie de “vazio institucional” provocado pela ausência de Moniz Freire.

⁴¹⁹ As práticas político-eleitorais no interior do Estado foram analisadas por Aldieris Caprini (2007) e Adilson Santos (2012a).

Para entender esse período conturbado da trajetória partidária na Primeira República, também com o objetivo de comprovar a hipótese acerca do afastamento do líder, estabelecemos a análise tendo como parâmetro os episódios políticos responsáveis por produzirem tumultos e ameaças de ruptura ao situacionismo *construtor*. Definimos nomes específicos para eles: a questão Siqueira Lima (1896), a crise do governo Graciano Neves (1897) e a crise do governo José Marcelino (1898). Outros episódios também merecem atenção, porquanto ajudam a elucidar as questões levantadas em torno desse período e têm a ver com as transformações enfrentadas pelo PRC: a formação do PRCA (1897) e a união de forças em torno da candidatura de Moniz Freire (1899).

6.3.1 As crises de legitimidade

Na Seção anterior, apresentamos uma análise sobre as condições necessárias para a emergência de uma crise de legitimidade, em relação aos primórdios da República. Por agora, na análise da realidade político-partidária vivida no Espírito Santo no interstício de 1896 a 1900, identificamos um fenômeno similar, pois, já ressaltamos, a noção de legitimidade implica reconhecimento de uma ordem e autoridade estabelecidas: no caso, a autoridade de Moniz Freire perante os componentes do PRC. Por sua vez, o seu contrário, isto é, a crise de legitimidade implica ruptura de confiança, em outras palavras, a não aceitação das decisões daqueles que governam (GIRARDET, 1987). Vejamos os fatos.

A primeira questão envolveu Siqueira Lima⁴²⁰, e a formação da chapa do PRC visando às eleições para o Legislativo federal. O seu relacionamento com Moniz Freire era estreito em 1896, fato perceptível nos calorosos telegramas dirigidos ao *construtor* no término de seu mandato.⁴²¹ A ele foi prometida, pelo ex-presidente do Estado, uma vaga na chapa do PRC para o Senado, o que não foi cumprido pelo diretório do Partido⁴²², na ausência do chefe. Após tensas negociações, o diretório acabou indicando Henrique Coutinho, sendo Siqueira Lima aliado (SALETTTO, 2005).

⁴²⁰ Luiz Siqueira da Silva Lima era filho do segundo barão de Itapemirim e tio de Bernardo Horta. Nascido em Itapemirim, foi juiz de paz, delegado, deputado provincial pelo Partido Liberal (na Monarquia). Na República, afastou-se da política, aproximando-se de Moniz Freire em 1896. Foi eleito senador em 1900, apoiado por Moniz Freire, função que exerceu até 1908. Faleceu em 1916. Cf. Abranches (1918b), Saletto (2005) e Santos (2012a).

⁴²¹ Em um deles, falava da gratidão que sentia por Moniz Freire devido a seus talentos e grandes serviços (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 26 mai. 1896).

⁴²² O diretório do PRC em 1896 era composto por Cleto Nunes, Augusto Calmon e Antonio da Silva Borges (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 24 dez. 1896).

Esse mal-estar, fruto da corriqueira prática de negociação de candidaturas, apresenta algumas informações relevantes. A primeira é que ele pode ser interpretado como produto de um veto do grupo *construtor* ao desejo pessoal de seu líder. A opção por um personagem que não tinha significativa trajetória no PRC desagradou o diretório, que não havia sido convidado a discutir a escolha, criando um conflito entre os que pleiteavam os cargos em disputa.⁴²³ Nesse sentido, a ausência física do chefe, somada à ferrenha disputa pelas vagas na chapa *construtora*, o que passava pela não aceitação de um “forasteiro”, definiu os limites da autoridade que Moniz Freire exercia, isto é, uma liderança oligárquica com requintes de dominação carismática.

Embora as representações positivas de seu governo — produzidas por e também para seus admiradores e aliados — fizessem crer que seu plano para o desenvolvimento material do Estado era o mais viável e que estava se concretizando, a distribuição de cargos, bem como a inclusão na chapa para a disputa de um mandato eletivo, uma constante na Primeira República, sobretudo os de maior prestígio — deputados federais, senadores e presidente de Estado — tinha uma importância ímpar como reforço à manutenção de fidelidade e obediência. Servia como uma espécie de recompensa aos “devotos” sectários. De igual maneira, a exclusão de um correligionário das chapas eleitorais ou de importantes cargos era condição suficiente para o rompimento da fidelidade, tornando inviável a deferência ao prestígio e ao carisma que o líder exercia, pois eram ações que ameaçavam a permanência desses indivíduos na elite política. Não é coincidência ela ser praticada como punição, a exemplo do ocorrido àqueles que se antepuseram ao projeto que garantiria possibilidade de reeleição a Moniz Freire. Foram excluídos nas chapas eleitorais: Gil Goulart, Horácio Costa, Torquato Moreira, Antero de Almeida, Wlademiro da Silveira, entre outros (SALETTTO, 2005). A escolha de outros nomes para um cargo pleiteado também se traduzia em descontentamento, impelindo-os a se lançarem como candidatos alternativos, como fizeram Domingos Vicente, Siqueira Lima e Torquato Moreira.

A segunda informação relevante, especificamente na questão envolvendo Siqueira Lima, tem a ver com o nome de Moniz Freire. Se a querela das vagas cindiu o Partido entre o diretório e os aliados, com Siqueira Lima a palavra do chefe *construtor* se tornou o componente da disputa simbólica entre ele e seus algozes. Em seu manifesto, intitulado *A Circular*, ele se

⁴²³ O artigo do redator — e um dos diretores do PRC —, Augusto Calmon, é esclarecedor. Segundo ele, “[...] tanto importa dizer que a grande maioria do Partido não reconhecia no dr. Siqueira Lima esse conjunto de predicados [que só os políticos da altura de Moniz Freire poderiam reconhecer e] que só aos privilegiados pela natureza é dado distinguir” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 nov. 1896, p. 2).

apegou à palavra do oligarca para contra-argumentar aos diretores do PRC a importância de sua candidatura.⁴²⁴ Em telegrama que afirmou ter passado ao então senador Eugênio Amorim, assegurava prestar total deferência à decisão de Moniz Freire, por quem dizia ter veneração e afirmava ser leal, escolha nada sacrificante para quem dizia ter o apoio do principal nome do Partido. Nos telegramas endereçados a correligionários, enfatizava a necessidade de se respeitar o compromisso firmado com o grupo, cobrando a obediência do diretório, em prol obviamente de sua candidatura (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 3 dez. 1896).

A disputa simbólica em torno do apoio de Moniz Freire era necessária para deslegitimar aqueles que divergiam. Quanto a isso, os diretores do PRC foram implacáveis, especificamente quando os então *construtores* do periódico *Sul do Espírito Santo* tomaram partido de Siqueira Lima, acusando os membros do diretório de traidores e desleais. O nome de Moniz Freire ficou intocado. Por sua vez, a resposta de Augusto Calmon apontava contradições dos correligionários do sul e, em tom de ironia, concluía:

[...] E são esses homens que se arrogam o direito de falar em nome do dr. Moniz Freire.
E são eles que se atrevem a falar em traidora teia, sombra da ingratidão e botes traiçoeiros.
E são esses homens que se inculcam salvadores dos créditos do chefe do partido construtor.
E são homens, que assim procedem e que não escrupulizam servir-se do nome do chefe do grande partido sem a devida autorização [...].
O que é então a perfídia, se não é isso? (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 5 nov. 1896, p. 1).

Essa divergência reporta-se à terceira informação. A ausência física de Moniz Freire impossibilitou que permanecesse como elo aglutinador do Partido ou que, pelo menos, atenuasse os desacordos, evitando crises de legitimidade em relação ao diretório. Para os dissidentes, mesmo no caso em que o nome do oligarca estava em disputa, não continha mais legitimidade — para eles — a permanência dos dirigentes do PRC. Equivalia, portanto, a um “vazio institucional” dentro do PRC, como se a agremiação política houvesse deixado de ser uma “instituição”, no sentido de um reconhecimento e comunhão de ideias. Essa constatação ficou clara no telegrama que Siqueira Lima afirmou ter enviado a Augusto Calmon. A fim de enfatizar sua candidatura, representou o chefe *construtor* como uma “[...] bandeira com que alcançaremos vitória eleitoral de sempre, [do contrário,] abandonar ele pelo diretório, rotos

⁴²⁴ O manifesto foi publicado em quatro volumes no *Commercio do Espírito Santo* (1º dez. 1896; 2 dez. 1896; 3 dez. 1896; 4 dez. 1896), pelos quais Siqueira Lima explicou o surgimento de sua candidatura a partir da vontade de Moniz Freire. Trata-se obviamente de uma versão dos fatos, o que não impede de extrair dali substratos relevantes.

ficarão elos que ligam nosso partido” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 3 dez. 1896, p. 2).

O resultado foi a formação de uma chapa paralela encabeçada por Siqueira Lima e Torquato Moreira, dando vigor à oposição, já esfacelada pelo fim da URES. Desde que os *construtores* se consolidaram no poder, em 1892, os opositores adquiriam tónus político condicionado pelas dissidências do bloco governista. Nesse ponto, 1896 foi um ano chave para os planos de quem se encontrava no ostracismo político, não só pela ausência física, mas pela interferência dos acontecimentos ocorridos no cenário nacional.

Assim como 1892, uma polarização emergia com força no cenário político nacional, mais precisamente no interior do PRF. O Partido havia sido criado sob a liderança de Francisco Glicério, visando sustentar o presidente da República. Expressava a união dos republicanos históricos, a defesa da Constituição e da República, em outras palavras, um compromisso com a ordem republicana (BACKES, 2004). Contudo, após a coesão e o triunfo eleitoral de seu candidato, Prudente de Moraes, iniciou-se um processo de afastamento e posterior ruptura, configurando em 1897 um quadro de cisão política: de um lado Prudente de Moraes e seus aliados e, do outro, Glicério e os seus respectivos partidários, estando entre eles Manoel Vitorino, vice-presidente da República.

Assim como em outros Estados, no Espírito Santo ocorreram rebatimentos dessa polarização. Eles foram claros. Embora o PRC tenha aderido oficialmente ao PRF em sua fundação⁴²⁵, aproveitando-se da autonomia que era dada aos grupos políticos locais os quais haviam se filiado (WITTER, 1999), com a ruptura em vias de fato, Moniz Freire e seu séquito optaram por seguir Prudente de Moraes, como havia ocorrido em 1891, no embate com Deodoro da Fonseca. A oposição, encorpada pelos novos dissidentes, permaneceu ao lado de Glicério, legitimando-se porta-voz do PRF no Estado (SALETTTO, 2005). Assim sendo, à ausência de Moniz Freire somaram-se o revigoramento de uma oposição enfraquecida no último quadriênio e uma “guerra” de ameaças e acusações entre os tradicionais jornais da capital. O *ex-construtor* Torquato Moreira havia se tornado o redator do *Commercio do Espírito Santo*, tornando o periódico porta-voz do seu grupo.

⁴²⁵ Horácio Costa, então membro do PRC, chegou a sugerir que o PRF se chamasse Partido Republicano Construtor, como se vê, homônimo ao PRC. Outros *construtores* também participaram diretamente da fundação, estando entre eles Torquato Moreira, Gil Goulart e Domingos Vicente. Cf. Witter (1999).

A aposta do PRF “estadual”, antiga URES, ia além do triunfo eleitoral. Esperava-se que, com o beneplácito do grupo de Glicério, os candidatos da chapa *construtora*, acusando vitória, não fossem reconhecidos pelo Congresso Nacional e que Manoel Vitorino — presidente em exercício, em consequência do afastamento temporário de Prudente de Moraes — interviesse no Estado, demitindo correligionários do PRC da Guarda Nacional (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 24 nov. 1896). As alas “prudentista” e “glicerista”, em contenda na arena nacional, acirraram a disputa partidária no Estado. Os jornais traduzem o tom dos debates: ameaças e respostas se tornaram constantes.⁴²⁶ O mesmo ocorreu após o pleito eleitoral de 30 de dezembro, por causa da vitória apertada do PRC, não sem a acusação do emprego de práticas ilícitas e contestação do resultado (SALETTTO, 2005).⁴²⁷

O segundo episódio que evoca a crise de legitimidade atravessada pelo PRC foi ainda mais grave, pois culminou na renúncia do presidente do Estado, Graciano Neves, por ter sido produto de uma confluência entre crise política e econômica. Vale lembrar que esse político era uma aposta pessoal de Moniz Freire para a manutenção de seu plano de governo, alicerçado no incremento populacional, produtivo e dos meios de comunicação. Todavia, Graciano Neves não conseguiu lidar com os problemas econômicos⁴²⁸, que descambaram para o campo político. A começar pelo discurso de posse, no qual, além de pregar corte nos gastos por causa das dificuldades financeiras que se avizinhavam, emitiu opiniões distintas e supostas críticas ao seu antecessor e chefe político, figura venerada dentro do Partido.⁴²⁹ A rigor, deve-se levar em consideração o momento crítico e a percepção que o presidente recém-empossado tinha das dificuldades que o governo estadual enfrentaria. De qualquer maneira, os planos estabelecidos pelo ex-presidente do Estado ficaram comprometidos em sua sucessão (SUETH, 2006).

⁴²⁶ A esse respeito, ver, por exemplo, o que disse o anônimo “velho construtor”. Segundo ele, “[...] a luta tem de ser renhida e persistente; mas havemos de provar o nosso valor em defesa da autonomia do Estado, repelindo a indébita intervenção do Partido Republicano Federal que trará males irremediáveis” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 10 dez. 1896, p. 2).

⁴²⁷ Além de a oposição ter conseguido eleger Torquato Moreira pela regra do terço (SALETTTO, 2005), a vitória de Henrique Coutinho não foi inicialmente reconhecida por ela, afirmando ter havido vitória de Siqueira Lima (O CACHOEIRANO, 17 jan. 1897).

⁴²⁸ A partir de 1896, o Espírito Santo mergulhou numa profunda crise econômica que duraria quase uma década. Ela foi causada principalmente pela queda internacional dos preços do café, o que produziu baixa arrecadação fiscal do Estado, uma vez que o Espírito Santo dependia diretamente das exportações daquele produto. Fato ilustrativo foi a queda da receita, em libras esterlinas, de £ 193.350, em 1895, para £ 97.012, em 1899. Cf. Siqueira (1995) e Saletto (2008).

⁴²⁹ Além de criticar os governos oriundos de delegação eleitoral, o que poderia ser interpretado como leve crítica a seu antecessor, pois ele foi eleito assim, divergia dele na questão da imigração. Cf. *Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo...* (1896c) e Santos (2012b).

A primeira mensagem presidencial de Graciano Neves, recebida inicialmente sob aplausos pela oposição⁴³⁰, criou certo mal-estar entre os *construtores*, fomentado em parte pela recepção dos adversários. Era uma desconstrução simbólica da verdade dita por Moniz Freire, em outras palavras, de que as medidas tomadas, pautadas em aumento dos gastos públicos, levariam o Espírito Santo a um novo patamar econômico, em comparação com outros Estados. Tal desconstrução, é verdade, se dava menos por discordância do pensamento de Moniz Freire⁴³¹ do que pelos problemas financeiros. Esse descontentamento ficou nítido na resposta dada por Saturnino de Brito⁴³², o qual, pelo jornal da oposição, procurou defender tanto seu papel no governo, quanto o então governante a quem servia.⁴³³ O manifesto de Moniz Freire⁴³⁴, que rebatia as acusações dos senadores Gil Goulart e Domingos Vicente — fundamentadas a partir da mensagem de Graciano Neves —, foi outro indício de descontentamento, sendo bem explorado pela oposição.⁴³⁵ Em seguida, os membros do PRF local começaram a explorar o “mal-estar” em diversos artigos, afirmando que o chefe do Partido havia sido abandonado e traído por Graciano Neves e pelo diretório *construtor*, a exemplo do que havia ocorrido na formação da chapa eleitoral, com a exclusão de Siqueira Lima, em 1896 (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 2 fev. 1897).

Por mais que, nesse momento, o redator Torquato Moreira não atacasse diretamente Moniz Freire, a exploração dos fatos buscava “dessacralizar” a sua imagem, especialmente de seu governo, de onde provinha grande parte do capital heroico adquirido recentemente. Além disso, pretendia mostrar ao público leitor que os correligionários já haviam “trocado” o ex-governante pelo novo e que sua ausência física se traduzia em impotência política perante os acontecimentos (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 3 fev. 1897). De fato, o redator,

⁴³⁰ Segundo Aristides Freire, ela fazia transparecer que a situação financeira do Estado não era lisonjeira. Era uma estratégia voltada para desmentir as previsões de Moniz Freire e fomentar uma nova dissidência no PRC, que, como as anteriores, tonificaria a oposição. (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 24 set. 1896).

⁴³¹ Graciano Neves reafirmou, por exemplo, a importância das estradas de ferro e a necessidade de centralização comercial no porto da capital, ponto-chave do plano de afirmação regional defendido por Moniz Freire. Cf. *Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo...* (1896c).

⁴³² Francisco Rodrigues Saturnino de Brito era engenheiro e sanitarista, tendo em sua bagagem um ideal de modernização urbana pautada pela higienização, pelo racionalismo e pelo positivismo. Planejou as ruas do Novo Arrabalde na Ilha de Vitória, no governo de Moniz Freire, consagrando-se, contudo, mais tarde na reforma urbana no Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras. Cf. Campos Júnior (1996).

⁴³³ É possível notar a deferência e a admiração que Saturnino Brito sentia por quem dizia ter forte relação e amizade. Afirmava ser “[...] o sr. dr. Moniz Freire culpado apenas do muito amor, do extraordinário entusiasmo que tem pela sua terra, da confiança segura em seus recursos, garantidores certos de um futuro brilhante, uma vez vencida a crise que, aliás, é extensiva a todos os Estados [...]” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 12 jan. 1897, p. 2).

⁴³⁴ O manifesto de Moniz Freire foi publicado em *O Paiz* (17 dez. 1896) e posteriormente em *O Estado do Espírito Santo* (20 dez. 1896).

⁴³⁵ Sobre isso, cf. o artigo *Duras Verdades V* (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 27 jan. 1897).

assim como Siqueira Lima, diagnosticava corretamente o ponto mais vulnerável do PRC: a ausência do personagem que aglutinava forças e amainava dissidências que pudessem pôr em risco a força do Partido, como até então estava ocorrendo. Todavia, era preciso arruinar seu poder simbólico, sendo as dificuldades financeiras e as medidas de restrição financeira tomadas pelo governo o principal substrato.⁴³⁶

As diversas críticas e cobranças a Graciano Neves, vindas da oposição — em mais elevado tom a partir de 1897 — e de fora do Estado, como a de Álvaro Castello⁴³⁷, foram uma constante e produziram representações eminentemente negativas de seu governo, tarefa mais fácil se compararmos tais esforços com os de desqualificar o governo do quadriênio anterior, levando-se em consideração o período de dificuldades econômicas que o Estado atravessava. Além desses problemas, Graciano Neves enfrentou dificuldades políticas no interior do próprio Partido, o que deixava seu governo ainda mais frágil, impotente para enfrentar os graves problemas extrapartidários.

As divergências girariam em torno, segundo a oposição, da dificuldade do governante em aceitar a orientação política de permanecer ao lado de Prudente de Moraes, após o rompimento definitivo do presidente da República com Francisco Glicério e com a ala florianista, aliada no interior do PRF (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 13 ago. 1897), razão, contudo, não confirmada por outras fontes. De qualquer modo, as divergências internas existiram e ocasionaram a renúncia de Graciano Neves, ocultada pelos *construtores* até ser devidamente aprovada pelo Congresso Legislativo. A notícia dividiu o recinto da Casa, embora a maioria apoiasse a apreciação de Augusto Calmon, seu presidente e membro do diretório (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 26 out. 1897). Sua opinião, aliás, indica que os diretores eram simpáticos à renúncia, ao afirmar no jornal que não seria prudente ao Congresso demover Graciano Neves do contrário, cabendo somente aceitar seu pedido (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 30 set. 1897).

⁴³⁶ Em um dos artigos, desconstruía a austeridade fiscal defendida pelo governo de Moniz Freire ao lamentar uma proposta levada ao Congresso Legislativo Estadual pedindo pela supressão da Escola Normal, criada para formar professores normalistas (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 19 set. 1897).

⁴³⁷ Álvaro Castello era supostamente um pseudônimo. Na França, ele publicou um artigo intitulado *L'Etat d'Espírito Santo (O Estado do Espírito Santo)*, em que defendia a paralisação da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a aplicação dos recursos restantes na construção de um ramal ferroviário entre Cachoeiro e o Porto de Itapemirim. Vale ressaltar que essa proposta ia totalmente de encontro aos planos de Moniz Freire e foi originalmente produzida no país onde residiam importantes instituições credoras do Estado. A tradução do artigo foi feita pelo (e publicada no) jornal *Commercio do Espírito Santo* (30 jun. 1897; 2 jul. 1897; 3 jul. 1897; 4 jul. 1897). Cf. Quintão (2010) e Santos (2012b).

A envergadura desse episódio reflete uma crise de legitimidade na medida em que o diretório não reconhecia mais a autoridade do presidente do Estado. Obviamente não se tratou de um golpe ou de uma tentativa aberta de derrubar o governante indesejado. Aliás, as razões que justificam esse rompimento permanecem escusas, empenho do diretório, que só comunicou o acontecido após a aprovação do Poder Legislativo estadual. Essa dissidência interna, mesmo em boa parte mascarada, suscitou sinceras desconfianças e conjecturas pela oposição⁴³⁸, tornando o Partido vulnerável aos questionamentos dos opositores, a começar sobre as reais razões da renúncia de Graciano Neves (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 1º out. 1897).

Em relação direta com a crise, estava novamente a ausência de Moniz Freire, por razões similares às que culminaram no rompimento do diretório *construtor* com Siqueira Lima. A falta de um agente capaz de dar unidade e legitimidade ao corpo político do PRC pesou para que os diretores tivessem dificuldades em lidar com o presidente do Estado, escolha pessoal de Moniz Freire para sucedê-lo. A obediência ao líder estava condicionada à dominação que ele exercia, ou seja, a seu poder de influência para que suas vontades fossem reconhecidas e obedecidas (WEBER, 2004), a começar pelas escolhas pessoais que realizava. Contudo, notadamente, a ausência física foi um importante ingrediente para que a relação fosse interrompida, criando problemas internos que colocavam em xeque a legitimidade de quem dirigia, embora de imediato ela não desafiasse a hierarquia intrapartidária.

O terceiro e subsequente episódio ocorreu em condições semelhantes ao anterior e por pouco não apresentou o mesmo desfecho. José Marcelino de Vasconcelos⁴³⁹ foi o *construtor* escolhido para disputar as eleições visando à presidência de Estado, após renúncia de Graciano Neves. Mais uma vez prevaleceu a opção do oligarca, que, em meio a diversas opções, escolheu um personagem de pouca expressividade no seio do PRC. As críticas da oposição quanto a esse aspecto foram contundentes, alegando que outro deveria ser o candidato, José Monjardim, recém-ingresso no Partido após a fusão, em novembro de 1897,

⁴³⁸ Ora os opositores informavam que no governo de Graciano Neves todos mandavam, ou seja, que não havia uma liderança, como no governo de Moniz Freire; ora, que o chefe do PRC não aprovava o repúdio de Graciano Neves a Francisco Glicério. Isso não foi comprovado, mas conota que a oposição desconfiava de alguma dissidência interna do PRC. Cf. *Commercio do Espírito Santo* (23 abr. 1897; 25 jun. 1897).

⁴³⁹ José Marcelino Pessoa de Vasconcelos era filho de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, importante político e jornalista no tempo do império. Na República, filiou-se ao PRC, sendo funcionário da Hospedaria de Imigrantes, entre outros cargos políticos de menor expressão. Tornou-se deputado estadual em 1895 (2ª legislatura), cujo mandato foi interrompido em 1897, quando foi eleito presidente do Estado, cargo ocupado até 1900. No mesmo ano, foi eleito deputado federal (4ª legislatura), mandato interrompido em 1902 em virtude de sua morte. Cf. Abranches (1918b); Saletto (2008).

entre os *construtores* e os *autonomistas*. Era uma forma não somente de plantar alguma discórdia no seio governista, estratégia que havia garantido constante sobrevida ao grupo oposicionista, embora apresentasse certa coerência, se avaliado o inexpressivo capital político de Vasconcelos (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 5 nov. 1897).

A nova escolha de Moniz Freire, que inevitavelmente preteria ilustres figuras do PRC, somada às crises política e econômica herdadas do governo anterior (SALETTTO, 2008), levou a um novo atrito entre o presidente do Estado e o diretório *construtor*, representado pela figura de Augusto Calmon, ainda diretor político do *Estado do Espírito Santo* e presidente do Congresso Legislativo Estadual. A escassez de fontes sobre o assunto impede uma análise mais completa sobre as causas⁴⁴⁰, mas de fato ela existiu. José Marcelino ameaçou renunciar, mormente quando a moção de apoio e confiança a ele, proposta por um deputado estadual, não foi levada adiante pelos demais parlamentares, sob a acusação de desnecessária.⁴⁴¹ O mal-estar gerado na Casa atingiu em cheio José Marcelino, que só foi demovido de sua ideia por uma comissão de deputados.⁴⁴²

Apesar da questão aparentemente resolvida, os oposicionistas continuavam acusando dissidências no seio do PRCA.⁴⁴³ Em *O Cachoeirano* (6 nov. 1898), noticiou-se que o Congresso Estadual estava dividido entre o presidente do Estado e o diretório do Partido, sendo o nome de Moniz Freire supostamente utilizado como garantia de força política. Em meio a boatos, um saldo negativo para o grupo partidário: o afastamento de Augusto Calmon do diretório e da direção política do jornal *O Estado do Espírito Santo*. A rigor, não houve rompimento formal, com o costumeiro engrossamento dos quadros oposicionistas. Houve, sim, um manifesto, que confirmava dois importantes pontos: a dificuldade que havia sido, dentro da facção, emplacar a candidatura de José Marcelino e a existência de divergências

⁴⁴⁰ Vale lembrar que o principal jornal do PRC procurava ocultar as divergências internas do Partido, evitando publicações detalhadas a respeito. Como agravante, não encontramos os exemplares do *Commercio do Espírito Santo* entre 1898 e 1899, o que torna limitada a análise da percepção que a oposição tinha dos problemas internos no seio do grupo governista. Para entender a visão dos adversários, utilizamos como fonte apenas *O Cachoeirano*.

⁴⁴¹ A proposta foi feita pelo deputado Gelio Paiva e rebatida por José Monjardim, ambos *construtores*. O filho do barão alegava que em um regime presidencialista não fazia sentido uma moção de apoio. Oficialmente, nos Anais do Congresso Estadual, podemos perceber grandes discussões entre os deputados acerca desse assunto, mas nenhum deles afirmava ser contra o presidente do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 20 set. 1898; 21 set. 1898).

⁴⁴² A comissão era formada por José Monjardim, José Moreira Gomes e Azevedo Sarmento (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 set. 1898).

⁴⁴³ O Partido Republicano Construtor (PRC) passou a se chamar Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA) após a fusão.

entre ambos (O CACHOEIRANO, 22 jan. 1899). A reintegração de Calmon só ocorreu após o retorno de Moniz Freire. À importância dessa volta, aliás, faz-se jus uma análise minuciosa.

6.3.2 A volta do “salvador”

Entre 1896 e 1899, como mencionado, Moniz Freire esteve no exterior tentando angariar recursos e investimentos para seu plano de afirmação regional. Concomitantemente, a agremiação partidária por ele chefiada enfrentou problemas políticos que, somados ao tumultuado contexto político nacional e à crise econômica, desafiaram o *status quo* partidário do Estado. Não bastassem esses problemas, a ausência física do oligarca contribuiu para engendrar uma crise de legitimidade sem precedentes no seio do PRC. Como contraponto, a sua presença física e, logicamente, sua participação direta na resolução dos conflitos internos ao PRC foram fundamentais tanto para que a elite política situacionista atravessasse um período marcado pela ausência de dissidências substanciais, ou seja, de relativa calma, quanto para que fortalecesse o crédito, a confiança e o carisma de seu principal líder.

Isso foi possível mediante o duplo retorno de Moniz Freire: em 1897, temporariamente, e 1899, em definitivo (SANTOS, 2012b). Em ambas as vindas, a presença do líder trouxe resultados frutíferos aos desafios impostos pelas crises de legitimidade *construtoras*. Internamente, o chefe político se portou como uma espécie de ente aglutinador, amortecendo as dissidências, pelo menos de forma aparente, condicionado à sua presença física; externamente, trazendo significativos proveitos ao Partido, como o ingresso de novos correligionários, mormente em torno de sua candidatura. Desse modo, agia como uma espécie de instrumento de comunhão, agente mediador e de solidificação social, atributos específicos de um herói salvador (GIRARDET, 1987). Vejamos os principais episódios.

A primeira vinda ocorreu logo após a renúncia de Graciano Neves, em novembro de 1897. O líder *construtor* retornou para resolver a dissidência aberta no grupo e participar pessoalmente da escolha do novo candidato, tendo em vista a precoce vacância do cargo.⁴⁴⁴ Sua chegada serviu de combustível para recrudescer o processo de fabricação do “herói”, sendo realçados os elogios, costumeiramente publicados na folha *construtora*. É visível a analogia feita com

⁴⁴⁴ A Constituição Estadual de 1892, em seu Art. 53, exigia que, após a vacância do cargo de presidente do Estado, o vice-presidente assumiria para completar o mandato se a vaga se desse nos últimos dois anos (ESPÍRITO, SANTO, 1951)

os principais povos antigos, entendidos como cultuadores dos grandes homens do passado, como estratégia de consagração a “[...] um dos brasileiros, que a República venera e acata, um dos estadistas mais ilustres da atual geração do Brasil” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 nov. 1897, p. 1).

O apreço popular à figura do oligarca também foi ressaltado. O jornal fazia questão de noticiar a “peregrinação” ao líder *construtor* por parte de um público eclético, mas fervoroso.⁴⁴⁵ Estava em jogo a manutenção de uma autoridade simbolicamente constituída; representá-lo como altamente popular fazia parte da estratégia de fabricação de um “herói” que o povo “[...] tem sabido honrar e exaltar” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 nov. 1897, p. 1).

Não obstante a pompa a reiterar seu capital heroico, a presença física de Moniz Freire, seja por respeito, seja por submissão, demonstrou que o domínio exercido sobre o grupo de correligionários quedava suficientemente forte para que prevalecesse nova escolha pessoal, acerca da candidatura à presidência do Estado. O nome de José Marcelino de Vasconcelos não era do agrado de todos, como comprovou o “Manifesto Calmon”, mas não foi abertamente questionado, possivelmente por se tratar de uma escolha pessoal de quem, no Partido, era inquestionável.

Talvez o maior triunfo, contudo, tenha sido a fusão partidária com os *autonomistas*: o PRC se transformou em PRCA e englobou o pequeno — mas importante — grupo liderado pelo barão de Monjardim, composto por antigos dissidentes *unionistas*. A alegação era de que possuíam plataformas políticas similares e estavam em torno de um inimigo comum: Francisco Glicério e seus adeptos da Concentração Republicana.⁴⁴⁶

É bem verdade que a aproximação da oposição ao grupo governista era uma das estratégias de sobrevivência empregadas pelos grupos derrotados, ao longo da Primeira República (CARONE, 1975). Especificamente em relação aos dois grupos, ela se deveu — em parte — às rivalidades emergentes entre os membros do PRF estadual e os *autonomistas*, na busca pela

⁴⁴⁵ “[...] representantes de todas as classes sociais de Vitória e do Estado, quase todos os ministros da Corte de Justiça, juizes de direito, negociantes, advogados, deputados, engenheiros, médicos, artistas, operários, distintíssimas senhoras e senhoritas” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 nov. 1897, p. 1).

⁴⁴⁶ A esse respeito, há dois manifestos: um do diretório *construtor*, de Augusto Calmon, e outro dos *autonomistas*, do barão de Monjardim. Ambos os textos tratam de pontos de vista de seus representantes, mas não entram em contradição: remetem ao contexto nacional e ressaltam a afinidade de ideias. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (3 dez. 1897; 4 dez. 1897).

vaga do terço, nas eleições para a Câmara Federal, em 1897 (SALETTTO, 2005). A vitória dos primeiros, com a conquista pessoal de Torquato Moreira, concorreu para enfraquecer o grupo do barão. As animosidades permaneceram, tendo o redator do *Commercio do Espírito Santo* atacado com veemência o fortalecimento dos governistas pela formação do PRCA (SANTOS, 2012b). Todavia, não se pode retirar o protagonismo de Moniz Freire desse processo, sendo sua presença o elo para garantir e respaldar aquela fusão partidária.

A declaração formal de ambos os lados, ressaltando a sintonia política e unindo antigos adversários, ainda não foi analisada por boa parte dos estudiosos. Geert Banck (2011) foi quem mais se aproximou do episódio, ao realizar uma pequena tentativa de decifrar o “código” que o texto esclarece. Seu esforço de compreensão se dá à luz do paradigma do clientelismo, não enxergando, de forma satisfatória, o papel dos principais atores políticos nesse processo.⁴⁴⁷

A constante metamorfose da vida político-partidária no Espírito Santo da Primeira República merece um estudo à parte. Mas não nos esquivamos de lançar algumas hipóteses acerca da fusão do Partido Autonomista com o PRC, para além do fisiologismo partidário e do paradigma clientelista. Considerando o peso da influência que o barão de Monjardim tinha sobre seu grupo, podemos centrar a análise nesse personagem. A primeira hipótese tem possivelmente a ver com a aproximação de Prudente de Moraes com as elites do Império (BACKES, 2004), suscitando a crença no antigo monarquista de que o presidente da República era o melhor caminho para a manutenção dos valores conservadores, isto é, da ordem.⁴⁴⁸ A segunda é estruturada a partir de pistas encontradas em ambos os manifestos, tanto no de Calmon quanto no de Monjardim, elaborados para justificar a fusão partidária aos eleitores. Sintonizados em muitos pontos, encontramos neles uma das justificativas em comum. Ela girou em torno da preocupação com a autonomia política e econômica do Espírito Santo e é bem plausível que essa não fosse uma argumentação vazia. Tratava-se do “reencontro” de Alpheu Monjardim com seu passado liberal no que tange à sua convivência, senão adesão, com o projeto de afirmação regional que seu então correligionário Moniz Freire

⁴⁴⁷ Geert Banck (2011) aponta para um código que vigorava em uma sociedade regida pelo clientelismo, quando nas acusações e nos ataques proferidos na política preservava-se o código de honra desenvolvido no âmbito do privado e que, no domínio público da política, seu emprego era metafórico. Desse modo, esse código, de forma geral, não comprometia a dignidade pessoal e as honras familiares, ao preservar a intimidade da vida familiar.

⁴⁴⁸ Monjardim acreditava que Prudente de Moraes tinha as melhores condições de garantir a ordem social e melhor poderia imprimir direção e respeito às leis do país (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 4 dez. 1897).

defendia, no apagar das luzes da Monarquia. A figura do oligarca *construtor* foi peça-chave nesse processo. A ela se refere a terceira hipótese. Em seu manifesto, o barão deixou implícito que Moniz Freire foi quem tomou a iniciativa da aliança política. Embora as negociações tenham trazido aos *autonomistas* ganhos materiais — como a presença de José Monjardim no novo diretório — e simbólico — a alteração do nome da agremiação partidária —, ela sugeria o reconhecimento do barão à consolidada e hegemônica liderança política que seu primo estava exercendo na política estadual.

A segunda vinda de Moniz Freire foi definitiva e ressalta, com mais veemência, seu papel como portador de um capital heroico, representante dos anseios do grupo *construtor*. Vale ressaltar que o PRC àquela altura — 1899 — era composto pela esmagadora maioria da elite política capixaba.⁴⁴⁹ Essa afirmativa é possível de ser constatada pelo pioneirismo do oligarca. O seu retorno marcou o início de importantes articulações políticas, como a adesão de Siqueira Lima e do sobrinho Bernardo Horta à sua candidatura à presidência do Estado. Ela coincidiu com o esfacelamento do PRF no plano nacional, o que impôs aos componentes da oposição a tomada de rumos distintos. Diferentemente de Lima, de Horta e de seus sequazes, uma parcela dos antigos correligionários optou pela formação de um novo grupo oposicionista, intitulado Concentração Republicana, liderado pelo deputado Torquato Moreira (SALETTTO, 2005), constituindo-se *O Commercio do Espírito Santo* como principal canal de comunicação.

Em relação aos dois importantes personagens da oposição, sua adesão contou com a participação direta e pessoal de Moniz Freire, em viagem realizada ao sul do Estado, no final de 1899. Siqueira Lima, por exemplo, se reencontrava com seu partido, após ter sido preterido em candidatura ao Senado, em 1896. O empenho do amigo e chefe *construtor* lhe garantiu o lugar outrora prometido, encabeçando a chapa do PRCA nas eleições do Legislativo Federal desse ano. Já a aproximação de Bernardo Horta tinha um forte cunho simbólico, na medida em que ele havia sido um dos mais ferrenhos oposicionistas desde a formação do PRC, em 1890. Tal atitude se traduzia em significativa derrota para a esfacelada oposição, pois, além

⁴⁴⁹ Os partidos políticos que rivalizaram com o PRCA entre 1899 e 1900 foram a Concentração, formada pelos antigos componentes do PRF local que não aderiram ao grupo dominante; o Partido da Lavoura, recém-criado pelos *construtores* dissidentes Ramiro de Barros, Jerônimo Monteiro e seus seguidores. Na prática, eram muito mais facções do que propriamente partidos políticos, apresentando efêmera duração (SALETTTO, 2005).

desse político, Moniz Freire e seu séquito ganharam a partir de então o importante apoio de *O Cachoeirano*, tornado órgão do PRCA.

Não bastassem as adesões, as justificativas construídas ao seu redor pelos próprios personagens ajudam a compreender a envergadura do capital político adquirido por Moniz Freire nesse momento. Nesse sentido, as palavras de Horta foram esclarecedoras. Com a crise financeira atravessada pelo Estado e a acusação dos remanescentes da oposição sobre Moniz Freire ter contribuído diretamente para tal problema, o republicano histórico afirmava crer — mesmo antes de sua adesão ao PRCA — que seu antigo adversário era “[...] o único competente para assumir esse posto de sacrifício e de graves responsabilidades” (*O CACHOEIRANO*, 26 nov. 1899, p. 1). A rigor, ele reproduzia o que os companheiros do oligarca já apoiavam. Siqueira Lima, por sua vez, ao defender as adesões — sua e de seu sobrinho —, afirmava que era preciso “[...] unificar a pátria Espírito-Santense sob a direção dos seus espíritos mais eminentes, a fim de trabalharmos juntos pelas suas altivas e grandes aspirações progressistas” (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 7 dez. 1899, p. 1).

Embora esses discursos possam ser encarados como produto de mera retórica, o contexto político nacional oferece subsídios para a compreensão dessa adesão. Sobretudo a de Bernardo Horta, uma vez que seu tio, Siqueira Lima, já havia composto os quadros do PRC e tinha proximidade pessoal com Moniz Freire. Ainda em seu manifesto político, Horta se inspirava na aproximação que muitos dos antigos chefes seus, do PRF nacional, tiveram em relação a Campos Sales, ou melhor, à sua candidatura. Tal influência serviu para justificar a sua entrada no PRCA, sem se esquecer da aliança política que os *construtores* adquiriram com o situacionismo federal.⁴⁵⁰ Tratava-se de uma identificação com ideias de Campos Sales — assim como ele, um republicano histórico —, ancoradas na defesa do presidencialismo, da República, da austeridade fiscal e do rígido combate à inflação (BACKES, 2004).

Assim sendo, Moniz Freire e seus correligionários representavam o que Raimundo Faoro (2000) interpretou como “legitimidade”, isto é, a reprodução do situacionismo federal em escala regional. Todavia, é preciso ressaltar que não se tratava, pelo menos no contexto político do Espírito Santo, de uma adesão puramente pragmática. Primeiro, porque a sintonia do PRC com os republicanos históricos de São Paulo era antiga, vinda da aliança com

⁴⁵⁰ Segundo Bernardo Horta, o “[...] partido Construtor-Autonomista neste Estado era considerado pelo ex-Partido Republicano Federal como adotando o mesmo programa político tendo delegados seus na Convenção e até suplente na comissão Executiva” (*O CACHOEIRANO*, 26 nov. 1899, p. 1).

Prudente de Moraes, em 1891, ainda contra Deodoro (SANTOS, 2012b). Segundo, porque o discurso em torno da candidatura do oligarca *construtor* estava inspirado em princípios similares aos que o presidente paulista havia arquitetado, pois foi ele o escolhido para enfrentar as adversidades financeiras. Assim passaram a enxergar, por exemplo, os redatores de *O Cachoeirano*, ao afirmar que o PRCA era quem podia tornar realidade no Estado a política de Campos Sales, que, por sua vez, recomendava reconciliação com o partido governista (O CACHOEIRANO, 31 dez. 1899; 14 jan. 1900). Em suma, na acepção dos *construtores* — antigos e recém-adeptos —, eles representavam a ordem republicana, tornando-se um dever aos “verdadeiros republicanos” apoiar o governo e a candidatura do considerado mais ilustre membro do Partido. Havia, portanto, certa coerência na adesão de Bernardo Horta (SANTOS, 2012a).

A volta de Moniz Freire ao poder veio acompanhada de apropriações e de constante fabrico de representações, realizadas pelos seus admiradores, as quais, em conjunto, alimentavam o seu capital heroico. Elas tinham objetivo claro: aumentar o seu poder simbólico, para incutir nos leitores a imagem de um homem providencial, lutador, salvador, único capaz de enfrentar os desafios que se avizinhavam. Tais desafios consistiam em tornar o Partido mais forte e coeso, para manter, assim, sua hegemonia no cenário político estadual e resolver os graves problemas financeiros que atordoavam os cofres estaduais.

O primeiro dos objetivos foi possível por causa das visitas e reuniões políticas que Moniz Freire fez ao sul do Espírito Santo, no fim de 1899. Era uma espécie de campanha política, já antevendo sua candidatura à presidência do Estado. Vale lembrar que aquela região ainda tinha relevância econômica e importantes quadros no PRCA. Precisamente, o oligarca havia compreendido o efeito negativo que sua ausência havia produzido no interior do Partido e que somente o reverso iria reunificá-lo. Sua ação como instrumento de comunhão e agente mediador, requisitos fundamentais do salvador (GIRARDET, 1987), já havia, em sua primeira vinda, dado provas de eficácia.

Assim sendo, os resultados práticos foram inúmeras adesões, a reboque de Bernardo Horta e Siqueira Lima, e os aliados, por meio dos jornais do Partido, souberam explorar esses fatos. As informações chegavam via telegrama de correspondentes, publicados na íntegra. O da localidade de Santo Eduardo, a exemplo, foi revelador. Anunciava que “[...] O Dr. Moniz Freire chegou ontem aqui, e segue hoje para o Rio, tendo unificado o partido em todas as comarcas do sul. A dissidência do Calçado desapareceu. Em Itabapoana e Alegre todos os

chefes se acham unidos” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 25 nov. 1899, p. 1). Informações das recepções feitas por importantes autoridades políticas e administrativas locais, como também palavras que remetiam a detalhes da recepção não eram olvidadas.⁴⁵¹ O caráter simbólico da festa foi mais uma vez empregado para reforçar o poder simbólico do homenageado.

A representação de Moniz Freire como salvador foi do mesmo modo empregada para legitimar sua nova candidatura à presidência do Estado. Dessa vez, como um herói que se sacrificaria pela sua pátria. Diferentemente da eleição de 1892, dessa vez ele teria que ser sufragado diretamente pelos eleitores, portanto, aos leitores dos periódicos eram direcionadas estratégias de convencimento mediante a incessante produção de artigos. Tendo em vista as dificuldades financeiras, o discurso aparentemente coeso dos *construtores* era de que o chefe político tinha os melhores requisitos para o momento de incertezas. É o que pode ser percebido, por exemplo, no periódico dos novos correligionários sulistas. Proclamando-se defensor extremado dos interesses gerais, o editor de *O Cachoeirano* (26 nov. 1899, p. 1) reiterava que Moniz Freire era o mais preparado para que o Estado reassumisse sua posição de prosperidade e que, por aceitar ser candidato,

[...] deve ser admirado pelo desprendimento cívico, por pretender ocupar um posto de sacrifício; pela abnegação política, pois como chefe do Partido poderia intentar cargo menos penoso; pelo patriotismo desde que como espírito santense confia em fazer o nosso Estado ocupar na República a graduação que lhe compete pela sua uberdade e fontes de renda que só esperam serem fomentadas.

Meses depois, o jornal do sul reiterou suas expectativas, lembrando a atitude de sacrifício de seu candidato e ressaltando suas qualidades de estadista e prático administrador. Por outro lado, procurou desdenhar do candidato adversário, pois “[...] desejaríamos travar combate com um adversário digno de competir com nosso candidato em talento, competência, patriotismo e tradições gloriosas”.⁴⁵²

Heroísmo, sacrifício e competência se mesclavam na definição do “salvador” e eram adjetivos que acompanhavam o líder *construtor* desde os primeiros anos de trajetória política,

⁴⁵¹ Um bom exemplo foi a notícia de sua recepção em Anchieta. Havia detalhes das decorações, das bebidas, os nomes das principais autoridades e palavras que remetiam a emoções: admiradores, calorosamente, festivamente (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 10 nov. 1899).

⁴⁵² Não encontramos o exemplar de *O Cachoeirano*, do dia 28 de janeiro, data da matéria, mas sua reprodução em *O Estado do Espírito Santo* (11 fev. 1900, p. 2).

reforçando seu carisma.⁴⁵³ Os discursos demonstravam sintonia, como uma crença. No manifesto de lançamento da candidatura do oligarca, os signatários ressaltaram que a unanimidade da escolha de Moniz Freire dentro do Partido⁴⁵⁴ consistia no reconhecimento de sua capacidade de enfrentar as adversidades causadoras de embaraços ao governo.

O fato mesmo de terem-se agravados esses embaraços, [...] foi uma razão invocada para repor-se agora, nas mãos de quem concebeu-os e iniciou-os, a **autoridade política necessária** para continuar a consagrar-lhe o seu devotamento, nesta fase opressora em que todas as tentativas nacionais têm ido sucumbindo ou esmorecendo (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2 fev. 1900, p. 1, grifo nosso).

O resultado foi uma vitória ampla do candidato situacionista em relação ao dissidente, pelo menos em valores oficiais, ou seja, aqueles que convinham ao governo.⁴⁵⁵ Os protestos contra os vencedores sob acusação de fraude e violência — uma praxe da Primeira República — foram corriqueiros logo após o pleito (SANTOS, 2012b). Eles dão o tom utópico da oposição, sempre pleiteando “eleições sérias”, apesar de, via de regra, fazer uso das mesmas práticas (CARONE, 1975).

Não bastassem as dificuldades “naturais” que uma candidatura dissidente tinha que enfrentar, Ramiro de Barros carecia das mais diversas condições para alcançar qualquer tipo de triunfo. Tendo feito carreira no antigo PRC, foi exímio defensor do seu ex-chefe, inclusive do projeto que garantiria a Moniz Freire possibilidade de reeleição, fato lembrado nos ataques que recebeu, os quais, ao mesmo tempo em que o denegriam, enalteciam o candidato do PRCA. Ele foi representado como

[...] um antigo partidário de Moniz Freire, um adepto de sua política, dos seus planos de governo e de administração, solidário que foi com o partido no apoio, nos aplausos e nas hosanas que nunca foram regateadas a **quem sempre se revelou digno e merecedor deles** (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 23 jan. 1900, p. 1, grifo nosso).

Se, por um lado, o rompimento de Ramiro de Barros com o situacionismo evitou a possibilidade de uma vitória unânime do oligarca *construtor*, por outro, seu programa de governo aparentava ser mais um projeto de continuidade do que de ruptura, demonstrando sua

⁴⁵³ Sobre isso, cf. Seções 4 e 5.

⁴⁵⁴ A fim de evitar que o próprio Moniz Freire, sendo o chefe do Partido, tivesse que lançar sua própria candidatura, as principais personalidades do grupo — todos membros da bancada federal — o fizeram. Eram eles os senadores Henrique Coutinho, Cleto Nunes e Siqueira Lima (recém-eleito); e os deputados (recém-eleitos) Galdino Loreto, José Monjardim e Pinheiro Júnior (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 20 jan. 1900).

⁴⁵⁵ Os valores oficiais giravam em torno de 11 mil votos para Moniz Freire e menos de 2.800 para Ramiro de Barros (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 4 mar. 1900).

deferência às ideias que seu ex-chefe sempre defendeu e que os sucessores tentaram colocar em prática, nos governos seguintes.⁴⁵⁶ Por fim, não tinha atrás de si uma máquina partidária bem constituída, de envergadura suficientemente capaz de fazer frente ao PRCA e com capilaridade indispensável para adquirir os votos necessários, pelos métodos então empregados, em uma disputa renhida.

A conquista da presidência do Estado teve como prólogo o triunfo da chapa governista nas eleições para o Legislativo Federal, meses antes, ainda em 1899. Moniz Freire foi eleito para a vaga do terço, mesmo sem ser candidato, junto com seus correligionários, candidatos oficiais.⁴⁵⁷ Tratava-se de uma dupla vitória pessoal e o consequente fortalecimento de seu capital político. Vale lembrar que isso só foi possível por ele defender, no manifesto de lançamento das candidaturas, que, após a dissolução do PRF, o PRCA era unanimidade no Estado, o que, portanto, “[...] obriga-nos a disputar o quarto lugar da nossa representação na Câmara Federal” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 dez. 1900, p. 1). Era a forma encontrada para representar como nulos a Concentração e o Partido da Lavoura.

A vitória completa dos *construtores* e seu predomínio político no cenário partidário capixaba por uma década demonstra a força que o Partido construiu. Com correligionários em todos os Municípios, a agremiação dispunha do aparato pessoal suficiente para garantir o triunfo nas urnas e, desse modo sufragar os seus candidatos em todos os pleitos. Como mencionado no início da Seção, quase todos os cargos eletivos foram ocupados pelos membros do Partido, tanto em nível estadual quanto federal.

Para tanto, em muito contribuiu o papel desempenhado por Moniz Freire, atuando como agente unificador capaz de suprimir as divergências ou, pelo menos, torná-las impotentes a ponto de, mesmo ingressando nos quadros da oposição, não apresentar sérias ameaças à oligarquia dominante. A coesão em torno do líder era ressaltada pelo séquito *construtor*, mediante obediência a seus desejos (SANTOS, 2012b) e mesmo Ramiro de Barros, ao publicar seu manifesto questionando a vitória do adversário, não deixou de notar que a Assembleia Legislativa estava “[...] por demais submetida às determinações do sr. Moniz Freire” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 10 abr. 1900, p. 1).

⁴⁵⁶ Além da defesa da austeridade fiscal, como corte de gastos e aplicação escrupulosa dos recursos públicos, pregava a disseminação da escola primária, promoção de todos os meios para a manutenção das obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e promoção dos melhoramentos da capital (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 4 jan. 1900).

⁴⁵⁷ Siqueira Lima para o Senado; Galdino Loreto, José Monjardim e José Pinheiro para a Câmara.

A deferência dos membros do Poder Legislativo estadual ao chefe político foi marcante durante seu primeiro governo (1892-1896) e criou as condições necessárias para o fortalecimento de sua liderança dentro da elite política. No entanto, o que Ramiro de Barros percebeu foi a permanência desse controle político, mesmo estando seu adversário ausente da presidência do Estado. Vale lembrar que o portador de carisma exige obediência e adesão, por causa da missão que argumenta desempenhar (WEBER, 2004). Assim sendo, não é de se estranhar que, mesmo distantes fisicamente, Moniz Freire e Dona Colatina, sua esposa, tenham sido homenageados pelos deputados, com o nome de dois Municípios, respectivamente em 1896.⁴⁵⁸

Como uma espécie de “círculo virtuoso da dominação”, essa obediência produzia crédito ao líder, confiança e crença em suas palavras, dando-lhe o carisma necessário para que suas ideias e vontades fossem acatadas e obedecidas. Cada momento foi específico para a concepção de representações mais adequadas. Durante o seu governo, Moniz Freire foi representado como um herói estadista e, no preâmbulo de sua volta, como um herói salvador do Partido e único preparado para dirigir o Estado, em meio às dificuldades financeiras que o Espírito Santo atravessava.

Uma observação feita sobre alguns artigos selecionados⁴⁵⁹, mediante a contagem de palavras que remetem a Moniz Freire, fornece alguns subsídios para a compreensão de como esse ator político estava sendo representado pelo séquito *construtor*, com o intuito de defender sua candidatura à presidência do Estado. As apropriações, objetivando enfatizar o heroísmo do oligarca, foram produzidas a partir de seu empenho pessoal em unificar o Partido e da apresentação de sua candidatura ante as dificuldades financeiras atravessadas pelo governo estadual.

Ao todo, encontramos 38 tipos de vocábulos (e suas derivações), emitidos nas representações construídas pelos seguidores do PRCA, indicando a importância que o chefe partidário havia adquirido àquela altura dos acontecimentos. Seis deles foram reproduzidos mais de cinco

⁴⁵⁸ O Município de Muniz Freire era anteriormente chamado de Espírito Santo de Rio Pardo. Emancipou-se de Cachoeiro de Itapemirim pela Lei nº 213, de 30 de novembro de 1896 (ESPÍRITO SANTO, 1896a). Não sabemos ao certo quando a Vila de Colatina passou a ter esse nome, contudo foi antes de ser emancipada, pois ele aparece já em jornal de 1896 (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 11 nov. 1896). Sobre a homenagem, cf. Santos (2012b).

⁴⁵⁹ Os artigos foram retirados do jornal *O Estado do Espírito Santo*, entre o período de 18 de novembro de 1899 e 23 maio de 1900, os quais marcam respectivamente o início da atuação de Moniz Freire no sul do Estado para unificar o Partido e sua posse como presidente capixaba.

vezes. A palavra “patriota” foi a que mais apareceu (14 vezes), sendo uma constante na fabricação de sua imagem ao longo da década, sobretudo durante seu governo. Ela foi seguida pelas palavras “sacrifício” e “talento” (10 vezes), ilustre (8 vezes) e benemérito e competente (7 vezes). Não é de se estranhar que o nome de Moniz Freire estivesse ligado ao posto de sacrifício, pois traduzia a intenção de representá-lo como salvador. Com o intuito de reforçar essa ideia, uma novidade foi a palavra “promessa” (três vezes), como referência para lidar com os problemas que o governo atravessava. Por sua vez, vocábulos ressaltando seu capital de notoriedade e seu intelecto não foram empregados como estratégia de convencimento, possivelmente por já ser de domínio comum esses valores a ele atribuídos..

Ao longo de uma década, Moniz Freire se tornou um oligarca portador de capital heroico, detentor de crédito e confiança, de carisma, como agente produtor de ideias-força e que, perante as crises de legitimidade, se portou como líder e foi alçado ao posto de salvador pelo seu séquito, unificador do Partido e único capaz de resolver os problemas financeiros que atingiam o governo. Em torno dele e na crença de suas capacidades, de seu heroísmo, se encontrava a unidade partidária, tudo isso, naturalmente, sem se desvencilhar das práticas políticas condizentes com o período da Primeira República.

Tratava-se, portanto, de uma oligarquia extremamente dependente de seu poder pessoal e da crença em seus dons, como estadista e como único capaz de levar o Espírito Santo ao progresso almejado, a partir de seu plano de afirmação regional. Fabricava-se um oligarca revestido da imagem do salvador que unifica e se sacrifica pela sua pátria.

7 A DEBACLE DA OLIGARQUIA CONSTRUTORA (1900-1918)

A volta de Moniz Freire à presidência do Estado, em 1900, marcou a reunião das principais forças políticas do Espírito Santo em torno de sua figura. Era um apoio estrito a ele, ancorado no reconhecimento da força de seu capital político, isto é, do papel desempenhado, pois chefiava — até então, de modo incontestado — a oligarquia que governava os rumos do Estado há quase uma década.

Moniz Freire despontava novamente como uma espécie de salvador perante séria crise de legitimidade, que assolava os cenários econômico e político-partidário do Estado, fortalecendo seu carisma, então erigido sobre atos de heroísmo — seu capital heroico—, bem representado e difundido pelos periódicos do PRCA.

Todavia — defendemos nesta Seção — em seu segundo governo (1900-1904), iniciou-se o processo de debacle da liderança política desse personagem e de sua oligarquia, que somado ao desgaste de anos de liderança, tornou possível a emergência de uma nova crise de legitimidade sobre ela, a qual seu grupo não teve condições de superar. Dividimos a análise em duas partes: uma que trata do enfraquecimento simbólico e outra, do enfraquecimento político em concomitância com o enfraquecimento simbólico do líder. Ao final, tratamos da sua derrocada política a partir da emergência de outros protagonistas no cenário político-partidário estadual.

7.1 O SEGUNDO GOVERNO DE MONIZ FREIRE (1900-1904): O ENFRAQUECIMENTO SIMBÓLICO

Os desafios enfrentados por Moniz Freire, ante as crises de legitimidade do partido que chefiava, não foram capazes de abalar sua liderança em curto prazo. Seu prestígio continuava grande, embora não estivesse ocupando nenhum mandato eletivo entre 1896 e 1900. Em 1899, ocupou a provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Vitória, único hospital de significância da capital (SCHWAB; FREIRE, 1979). Esse cargo era geralmente ocupado pelas pessoas ilustres da cidade.

Ao ser reeleito como provedor, ele renunciou ao cargo em 1900, para assumir a presidência do Estado para a qual fora novamente eleito. Ele havia concorrido com Ramiro de Barros, do incipiente Partido da Lavoura, agremiação política recém-fundada. A respeito desse pleito,

ressaltamos na Seção anterior as condições que favoreceram o triunfo eleitoral de Moniz Freire. Cabe-nos aqui lembrar uma delas: a crença de que o chefe *construtor* era o mais apto a solucionar os desafios relacionados diretamente com a crise financeira que o Espírito Santo atravessava desde 1896.

O retorno da análise da crise faz-se necessário por alguns fatores. O primeiro deles porque ela reforçou o carisma político de Moniz Freire perante seus seguidores, inclusive porque foi novamente conduzido ao posto de salvador do Estado, considerado como o mais capaz e experiente, para enfrentar a crise; houve uma grande união em torno de seu nome, com depósito de crédito e confiança em sua capacidade e crença em suas promessas, embora pesasse, para tanto, sua relevância e influência dentro do PRCA. O segundo fator se refere exatamente a um aspecto de natureza oposta: a crise financeira atuou como uma via de mão dupla, pois por um lado foi o meio propulsor da candidatura do oligarca e, por outro, atuou, ao longo do seu mandato (1900-1904), como mecanismo de enfraquecimento simbólico, o que descambou para o campo político nos anos vindouros. Por essa razão, relemburar a crise se faz necessário para responder em que ela consistia e, desse modo, compreender de forma adequada seus rebatimentos no cenário político estadual.

7.1.1 A crise financeira em números

A década de 1890 traduziu-se, para a economia do Espírito Santo, em sua primeira metade, como um momento ímpar, na medida em que as arrecadações fiscais superaram todas as expectativas e, desse modo, possibilitaram o planejamento de empreendimentos até então inviáveis face aos limites fiscais da antiga Província. Coincidiu com esse momento eufórico o primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896), pautado por um planejamento arrojado, possibilitando que o político realizasse um governo cercado por representações ricas em perspectivas de que o Estado alcançasse a primeira grandeza, entre as demais unidades da federação (RIBEIRO, 2008).

Essa euforia se explicava não só pelo aumento das exportações do Estado, altamente dependente do setor cafeeiro, mas também pela queda do câmbio de forma mais acentuada do que a queda do preço internacional do café, dando um ganho real na conversão em moeda nacional, o qual, por sua vez, estimulou o plantio de novos cafezais e, por conseguinte, uma

superprodução nos anos vindouros.⁴⁶⁰ O resultado foi uma desvalorização sem precedentes do produto, conforme indica a Tabela 6.

TABELA 6 – Variação de câmbio e do preço do café por 10 kg (1895-1905)

ANOS	CÂMBIO MÉDIO	PREÇO DO CAFÉ POR 10 KG
1895	9 15/16	13\$475
1896	9 1/16	12\$959
1897	7 23/32	9\$259
1898	7 3/16	8\$375
1899	7 7/16	8\$034
1900	9 16/32	8\$817
1901	11 3/08	5\$617
1902	11 31/32	4\$902
1903	12	5\$004
1904	12 7/32	6\$635
1905	15 57/64	4\$865

Fonte: Documentos Parlamentares (1915 apud DELFIM NETTO, 2009).

Ao terminar o mandato, em 1896, Moniz Freire ainda convivia com um cenário relativamente próspero: o câmbio se encontrava baixo e o preço do café, embora em queda desde 1894, possuía um valor razoável. A conjuntura se tornou menos favorável para seus sucessores, que ainda tiveram que administrar uma dívida estadual crescente, o que levou Graciano Neves a adotar uma política recessiva e produzir uma mensagem de governo com críticas sutis ao *modus operandi* administrativo de seu antecessor (SANTOS, 2012b). Em seu retorno ao governo no ano de 1900, o chefe *construtor* encontrou sérias dificuldades engendradas por um quadro altamente desfavorável: queda acentuada no preço do café, pois o preço por 10 kg caiu de 8\$817, em 1900, para críticos 4\$902, em 1902; elevação do câmbio, devido à política do *Funding Loan*, implementada pelo governo de Campos Sales⁴⁶¹, cerceando a possibilidade de ganhos na conversão da moeda, como ocorria até 1899, e queda nas exportações do produto, devido à grande seca ocorrida no Estado entre 1898 e 1899, atingindo negativamente as safras até 1901 (SIQUEIRA, 1995).

⁴⁶⁰ De pouco mais de 6 milhões de sacas, entre 1892 e 1896, saltou para 9,3 milhões na safra de 1896-97; 11,2 milhões, em 1897-98, e para 14,8 milhões, em 1901 (DELFIM NETTO, 2009).

⁴⁶¹ *Funding-Loan* foi um acordo assinado em 15 de junho de 1898 pelo presidente Prudente de Moraes, com a anuência do futuro presidente, recém-eleito, Campos Sales, junto aos credores estrangeiros, sobretudo ingleses. Tratava-se de uma forma de consolidação da dívida, por meio de rígida política ortodoxa, de combate à inflação, eliminando boa parte do papel-moeda circulante. Além disso, novo empréstimo foi adquirido, com juros elevados, para a quitação de antigas dívidas. Em troca, as rendas das Alfândegas foram hipotecadas aos credores e o Brasil ficou proibido de contrair novos empréstimos até 1901. Juntamente com outros fatores, tais como o aumento das exportações, concorreu para a elevação da taxa cambial (FAUSTO, 2006).

Essas informações se tornam mais nítidas quando observamos a Tabela 7. Por ela, é possível compreender a fragilidade da economia estadual, pela acentuada dependência em relação ao comércio cafeeiro. Mesmo no auge da crise, entre 1899 e 1902, com quedas no preço, na produção e na exportação do produto, a porcentagem da receita do café em relação à total esteve sempre acima de 70%, alcançando assustadores 95% em 1903. Desse modo, a receita estadual estava condicionada ao êxito nas exportações.

TABELA 7 – Quadro demonstrativo da exportação de café do Espírito Santo (1892-1904)

ANOS	EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM SACOS DE 60 KG	MÉDIA POR ARROBA	MÉDIA POR SACA EM £	VALOR ARRECADADO DA VENDA (DIREITOS PAGOS)	% DA RECEITA DE CAFÉ EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL
1892	277.766	13\$745	2.76	1.679:866\$177	52
1893	362.717	18\$897	3.65	2.864:638\$579	90
1894	387.619	18\$421	3.09	3.419:084\$930	76
1895	410.511	19\$200	3.18	3.750:125\$697	80
1896	419.229	14\$814	2.24	2.968:410\$495	76
1897	579.858	12\$319	1.58	3.413:048\$004	81
1898	557.498	11\$147	1.34	2.956:016\$155	80
1899	456.329	10\$665	1.32	2.336:228\$792	74
1900	394.153	11\$035	1.75	2.084:327\$653	71
1901	428.657	7\$077	1.43	1.795:956\$094	71
1902	643.722	6\$682	1.33	2.061:655\$935	73
1903	657.881	6\$670	1.33	2.106:326\$086	95
1904	607.130	6\$426	1.31	1.872:726\$483	78

Fonte: *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura (1919)* e Siqueira (1995)

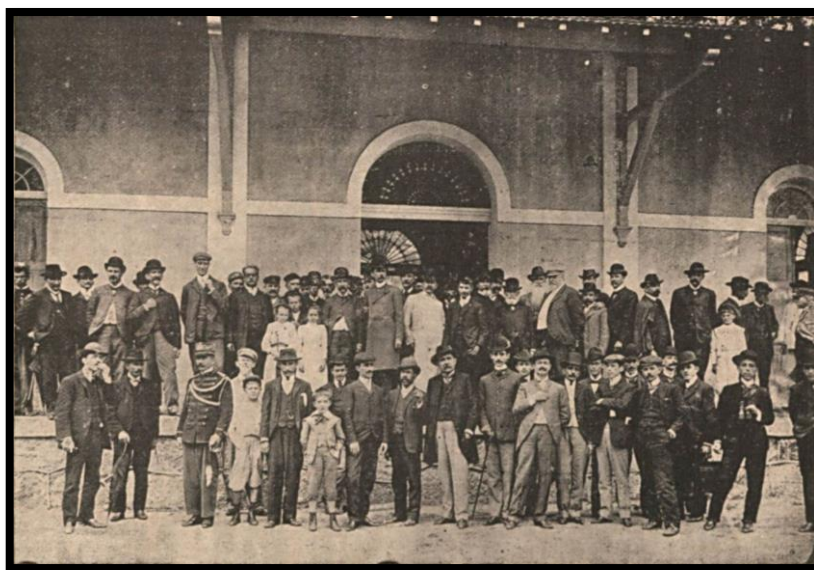
O efeito prático dessas condições adversas consistiu na realização de um governo imerso em sérias dificuldades financeiras. A administração de Moniz Freire esteve muito aquém no campo das realizações em relação à anterior (1892-1896): um regime de completa austeridade, com cortes de funcionários, fechamento de escolas, entre outras medidas restritivas, revelou um administrador impotente para reverter o quadro das adversidades. Fato marcante foi a decretação da moratória aos credores internacionais, devido à impossibilidade da manutenção do pagamento da dívida⁴⁶², que havia sido contraída justamente em seu primeiro governo (HEES; FRANCO, 2012). Ela foi ocultada nas mensagens presidenciais e nos jornais, mormente governistas, embora aparecesse em mensagem aos deputados

⁴⁶² Essa dívida foi contraída em 1894 junto ao Banco *Paris et des Pays Bas*, para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, no valor de £ 700.000 (na historiografia capixaba, é representado como sendo de 17 milhões de francos, mas preferimos adotar o primeiro valor, consoante a mensagem presidencial de 1894). Sobre isso, cf. *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire...* (1894b) e Quintão (2010).

estaduais.⁴⁶³ Foi trazida a público, anos depois, a fim de atacar o governante (JORNAL OFFICIAL, 25 mar. 1895).

A grande exceção talvez tenha sido a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Em paralelo aos esforços empregados para cortar gastos, os quais em essência contrariavam seu plano de afirmação regional, o oligarca priorizou o andamento das obras daquela via de comunicação, permitindo que ela alcançasse metade de seu trajeto planejado.⁴⁶⁴ Em destaque, houve a inauguração de duas estações ao longo de seu governo — Araguaia (hoje pertencente a Marechal Floriano) e Engenheiro Reeve (pertencente a Alfredo Chaves) — e a visita do então ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, em 1904 (Figura 11). Em contrapartida, a interrupção dos trabalhos sugeriu a suspensão, quiçá anulação, de seus prognósticos e de suas promessas quanto a uma futura terra de grandezas materiais e riquezas.

FIGURA 11 – Visita de Moniz Freire e Lauro Muller à estação de Marechal Floriano



Fonte: *O Malho* (1904, n. 88).

Um fator favorável foi o protagonismo da iniciativa privada, por intermédio de duas companhias ferroviárias: *Leopoldina Railway* e Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas.

⁴⁶³ Moniz Freire, em Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo, no dia 17 e outubro de 1901, explicou os desentendimentos com o banco e a atitude tomada, como forma de dar satisfação aos parlamentares (ESPÍRITO SANTO, 1901a).

⁴⁶⁴ Aproximadamente 80 km foram construídos, sendo as obras paralisadas em Matilde, Município de Alfredo Chaves. Cf. Quintão (2010).

Elas vinham ao encontro do plano ferroviário traçado pelo governante *construtor*⁴⁶⁵ e lhe permitiu continuar sustentando seus planos, oriundos de seu primeiro mandato, entre os quais a ênfase na comunicação e no povoamento (SANTOS, 2012b).

Não obstante, os limites financeiros foram uma constante, o que não permitia produzir novamente os sentimentos de euforia no séquito de admiradores, vividos na primeira década republicana. A querela com o banco estrangeiro⁴⁶⁶, credor insatisfeito pela decretação da moratória, e a questão não resolvida das areias monazíticas levaram Moniz Freire a enxergar os limites de sua capacidade de atuação, de sua força simbólica como o ungido para solucionar os problemas do Estado, ao colocá-los a nu, materializados no pequeno papel que o Espírito Santo desempenhava como unidade federativa, incapaz de por si só sair da crise enfrentada (SUETH, 2006).

Não bastassem esses enormes desafios, ele teria que se justificar perante graves acusações, enfrentando outra batalha simbólica, que lhe eximisse da culpa pela condição financeira atravessada pelo Estado.

7.1.2 Os rebatimentos da crise: o herói culpado

Ressaltamos, na Seção 6, que o período posterior ao primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896) foi marcado por uma crise de legitimidade ancorada em incertezas políticas e econômicas. As primeiras diziam respeito às dissidências internas ao partido governista, alimentadas pela ausência do chefe *construtor*, pela desobediência às suas decisões políticas e pela incapacidade dos componentes do então PRC de chegarem a um denominador comum, a

⁴⁶⁵ Para Moniz Freire, a chegada da *Leopoldina Railway* a Cachoeiro de Itapemirim e a conseguinte ligação dessa cidade ao Rio de Janeiro vinha ao encontro de seus planos com a perspectiva de ver concluídas as obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Desse modo, Vitória estaria ligada territorialmente às regiões mais ao sul de Cachoeiro, bem como à capital federal. Já a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas realizava o antigo anseio da elite política capixaba, do qual Moniz Freire era porta-voz, em estabelecer uma comunicação ferroviária com o território mineiro, sobretudo o leste, atravessando regiões de baixa densidade populacional do Espírito Santo, ao norte da capital, Vitória. Cf. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...* (1902b), *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...* (1903b), Rosa (1976) e Quintão (2010).

⁴⁶⁶ Após contrair um empréstimo estrangeiro em 1899 com o *Banque de Paris et des Pays-Bas*, o governo estadual teve dificuldades de honrar seus compromissos financeiros, uma vez que outros empréstimos com bancos nacionais também foram realizados e o café, principal produto de exportação, sofria desvalorização. Estando para vencer um *coupon* da dívida, em 1902, o governo não teve condições suficientes para honrar o compromisso, o que causou um mal-estar com o banco, o qual enviou um agente para recolher a arrecadação estadual na Recebedoria da capital, decretando na prática o confisco das receitas estaduais. A questão só foi resolvida com intervenção do governo federal. Cf. Saletto (1996, 2008) e Santos (2012b).

respeito da formação das chapas eleitorais e dos rumos que os governos sucessores, sobretudo o de Graciano Neves (1896-1897), deveriam tomar. Vale lembrar que os impasses internos estavam em parte vinculados às dificuldades financeiras que o governo estadual, altamente dependente das exportações cafeeiras, passava a enfrentar, tendo em vista a dívida deixada pelo governo encerrado em 1896.

Esses impasses foram produzidos, sobretudo, no governo de Graciano Neves que, ao justificar em sua mensagem uma gestão mais modesta que o antecessor — que se traduziu em cortes nos gastos públicos —, teceu comentários que levaram a distintas interpretações acerca da sua real intencionalidade. Eram opiniões que podiam ser interpretadas como sutis críticas ao governo de Moniz Freire, ninguém menos que seu chefe político, de cujo governo ele mesmo fez parte como 1º vice-presidente.

Aqui não será feita uma análise mais minuciosa sobre seu relatório, tarefa já realizada (SANTOS, 2012b). Cabe apenas lembrar que, em certos trechos, Graciano Neves discordou veladamente de seu antecessor, quanto à política que fomentava a imigração, quanto à centralização portuária e comercial na capital e até quanto à autonomia política que o presidente do Estado tinha em relação ao Congresso Legislativo Estadual (ESPÍRITO SANTO, 1896c). Isso, por um lado, não quer dizer que Graciano Neves havia rompido com seu antecessor ou tinha como intenção criticar, realizando um governo completamente oposto ao de Moniz Freire, como de fato nenhum dos dois percursos veio a ocorrer; por outro, é preciso reconhecer que essa mensagem serviu de combustível para que a oposição realizasse suas costumeiras críticas ao grupo governista e principalmente ao seu maior líder, no constante duelo de representações em torno do oligarca. Além disso, incomodou importantes personalidades, aliados de Moniz Freire, tais como Saturnino de Brito, que imediatamente respondeu ao que considerou como críticas.⁴⁶⁷

Apropriações, representações e circulação: por esse esquema, os principais periódicos oposicionistas mantiveram uma constante luta para minar o poder simbólico de Moniz Freire, o qual, após seu governo, havia se tornado motivo de veneração por parte do seu séquito. O caminho encontrado para desmitificá-lo vinha no sentido contrário: representá-lo como o principal culpado pelas dificuldades financeiras que o Espírito Santo enfrentou nos governos subsequentes.

⁴⁶⁷ Cf. nota 433.

O “fogo amigo” de Graciano Neves, ação materializada na mensagem de 1896, foi o ponto de partida dos ataques: tratava-se de culpar Moniz Freire pela situação financeira do Estado, tendo como base o discurso de seu próprio aliado, então revestido da autoridade de governante. A publicação de artigos feitos por dissidentes, especialmente os prestigiados pelos mandatos políticos que ocupavam, foi uma estratégia comum. A esse respeito, o afamado artigo dos senadores Domingos Vicente e Gil Goulart foi ilustrativo.⁴⁶⁸ Além de fazer um histórico, sob o ponto de vista particular, da fundação do PRC, da ascensão e do governo de Moniz Freire, citou a mensagem de Graciano Neves na tentativa de comprovar que o governo anterior “[...] consistiu na exibição aparatosa de uma série de desastres comprometedores das finanças estaduais e da tarefa de seus sucessores” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 15 nov. 1896, p. 2). O deputado estadual Antero de Almeida, também dissidente, foi outro que se apropriou da mensagem presidencial de 1896 para demonstrar que a situação financeira herdada pelo novo governo era delicada e, desse modo, criticar a manutenção da Delegacia Geral do Estado, na França, da qual Moniz Freire era o principal componente (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 7 jan. 1897).

Essa era a oportunidade para implantar novas desarmonias no seio do partido governista. Desse modo, o redator Torquato Moreira, outro dissidente, asseverava que Graciano Neves havia se voltado contra seu líder político, ao acusar o déficit herdado por seu governo. Posteriormente, responsabilizou os membros do então PRC de terem abandonado o antigo chefe (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 23 jan. 1897; 27 jan. 1897). Semanas depois, no mesmo jornal, o redator se eximiu de ter produzido as acusações que vinha proferindo contra Moniz Freire.

[...] Foi o sr. dr. Graciano quem veio dizer-nos que o sr. dr. Moniz Freire faltou [com] a verdade, quando trouxe por saldo um verdadeiro *déficit* do exercício de 1895; foi s. ex. que suspendeu as obras públicas por falta de “pólvora” no cofre do tesouro; foi s. ex. quem suprimiu empregos para fazer economia afim [sic] de acreditar o Estado, cuja dívida externa e respectivos juros estava [sic], como está [sic] arriscada [sic] a ser indenizada [sic] e paga [sic] por conta do próprio empréstimo de £ 700. 000, já bem decrescida com a construção do 1º trecho da [ferrovia] “Sul do Espírito Santo” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 21 fev. 1897, p. 1).

Tudo que pudesse relacionar os *construtores* a algo negativo não podia ser deixado de lado, tal como a política de contenção de gastos e seus efeitos. Outro episódio foi o retorno do oligarca, vindo da Europa para solucionar a crise de legitimidade que ocasionou a renúncia de

⁴⁶⁸ Sobre o artigo, cf. Seção 6.

Graciano Neves, em 1897. Além de defender que seu trabalho na Europa estava sendo pautado por atos desastrosos, apontou seu erro administrativo: “[...] traçou um largo plano de melhoramentos, empreendeu, a um só tempo, obras de custosos dispêndios, sem reparar que a fonte de receita pública assentava no café”. Em seguida, Torquato Moreira questionou o poder do oligarca de salvar o povo, isto é, de solucionar a crise financeira, da qual era tido como o principal responsável. Em tom pessimista, admoestava:

Não se iludam, pois, aqueles que pensam ver na inesperada visita de s. ex. ao Estado, um rasgo de patriotismo ditado pelo clamor do povo que sofre fome e sede e desespera de meios de salvação; o ilustre conterrâneo vem simplesmente concertar a *não construtora* [sic], não no interesse da aflita pátria em benefício do povo, mas simplesmente salvar-se da comunhão de desespero que invade todas as classes (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 3 nov. 1897, p. 1-2).

Era preciso desconstruir os atributos a ele designados pelos seus admiradores, erigidos por meio de um conjunto de representações. Intentava-se nulificar seu poder simbólico e seu carisma; a difícil situação financeira pela qual passava o Espírito Santo era o combustível propício.

Essa tática foi adotada também pelos editores de *O Cachoeirano*, ainda militantes na oposição. Nessa perspectiva, asseguraram que o PRC estava desmoralizado por causa dos reflexos negativos da administração de seu chefe, sendo ele acusado de ter empobrecido o Estado e de ter preparado uma propina para desfrutar em Paris (O CACHOEIRANO, 7 fev. 1897). Anos mais tarde, com o agravamento da condição financeira do Espírito Santo, o periódico apresentou uma série de dados e informações que objetivavam atestar a condição econômica desfavorável do Estado, sem deixar de apontar quem considerava o maior responsável:

Não tem razão o sr. dr. Moniz Freire: as suas lamúrias, o seu empenho de derivar de si a responsabilidade da presente situação do Espírito Santo; a teimosia de fazer crer que a crise geral do país é a causa determinante dos desastres, cujas consequências provamos amargamente, não produzem efeito absolutamente no espírito público (O CACHOEIRANO, 27 ago. 1899, p. 1).

Para isso, definiu o quadriênio da administração de Moniz Freire como uma catástrofe, por ter arrastado

[...] consigo nessa voragem destruidora, que passou por entre nós como os vendavais terríveis do infortúnio — o crédito do Estado, hoje profundamente abalado, deixando-o em “petições de miséria” a receber na face cadavérica e macilenta o escárnio e a zombaria de seus coirmãos, prósperos e felizes à sombra de governos calmos e providentes, orientados e despretensiosos (O CACHOEIRANO, 27 ago. 1899, p. 1).

As críticas eram consubstanciadas pelo agravamento das finanças do Estado e, desse modo, foram feitas continuamente, isto é, enquanto perdurou o problema financeiro. Contribuíram também os rebatimentos da dívida contraída no governo de Moniz Freire, os quais eram irrefutáveis e se apresentavam como elo entre o personagem e a dura questão fiscal enfrentada pelo governo.

Embora Moniz Freire tenha sido novamente alçado ao posto de salvador pelo seu séquito, representado como o único capaz de administrar o Estado no momento de tormenta, é importante asseverar que o oligarca *construtor* levava a sério as acusações sofridas, a ponto de publicar diversas respostas. Na primeira delas, por exemplo, direcionou-se aos senadores que o atacaram a fim de justificar o déficit, considerado por ele pequeno. Além de denotar preocupação com sua própria imagem, tão positivamente construída pelos seus correligionários, ao justificar as atitudes tomadas durante seu governo, suas respostas se traduziram em novas promessas, mormente quanto à viabilidade — considerada por ele positiva — de extinção do déficit adquirido (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 23 dez. 1896).

Dois outros pontos em suas constantes defesas, realizadas em 1899, se destacam. O primeiro consistiu na atrelagem da crise financeira estadual às condições econômicas pelas quais o país atravessava. Vale lembrar que o país sofria intervenção do Estado na economia, derivada do *funding loan*. O segundo, mais marcante, é uma espécie de mea-culpa pelas decisões tomadas. Afirmava que a previsão humana era naturalmente falível, já que a ciência pode ser impotente para governar os efeitos das decisões tomadas. Indo além, lembrava que o erro “[...] é a sina fatal de todos os homens, a qual *ipso facto* não se pode furtar das armas que eles manejam” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 11 jun. 1899; 13 jun. 1899, p. 1).

Vale lembrar que, a despeito das acusações quanto à sua responsabilidade pela crise fiscal enfrentada pelo Espírito Santo, Moniz Freire foi novamente eleito presidente do Estado, em 1900, amparado pela oligarquia dominante e por seguidores que acreditavam na sua capacidade de solucionar os desafios que atormentavam as finanças do Estado.

O mea-culpa, que tinha como objetivo justificar suas atitudes tomadas no governo anterior, pretendia respaldar sua nova candidatura e fomentar esperanças de novos dias prósperos, produzindo a sensação do retorno do salvador. No entanto, as promessas e as expectativas teriam efetivamente que se realizar ao longo do quadriênio que aguardava sua gestão.

7.1.3 Os rebatimentos da crise: os limites do poder simbólico

Durante o quadriênio em que esteve novamente à frente do governo (1900-1904), Moniz Freire esperava dar continuidade ao plano de afirmação regional que no primeiro mandato tentou implementar, evidentemente com certas limitações, em face das gravíssimas dificuldades que assolavam o Espírito Santo: queda das exportações do café, baixa nos preços internacionais do produto e política deflacionária do *funding loan*.

No campo político, o oligarca *construtor* não tinha adversários significativos. A oposição subsistia na organização semipartidária intitulada Concentração Republicana, permanecendo entrincheirada no jornal *Commercio do Espírito Santo*. Não era reconhecida pelo PRCA, o qual, portanto, apropriava-se das vagas destinadas à oposição nas eleições legislativas. Assim, tanto a bancada federal quanto o Congresso Legislativo Estadual era composto unanimemente por *construtores*.⁴⁶⁹

Não obstante a inexpressividade política, o periódico oposicionista tinha algum alcance e reconhecimento, pois existia há uma década e atingia milhares de leitores (PEREIRA, 1926). Embora não pudesse fazer frente à força dos periódicos governistas, em constante processo de fabricação do herói construtor, contava com um grande reforço na tentativa de minar o poder simbólico de seu maior adversário: a crise fiscal do Estado. O duelo de representações em torno dos principais personagens do cenário político regional era uma constante; estando Moniz Freire à frente da presidência do Estado, era obviamente o principal alvo dos ataques, juntamente com seu governo.

Destarte, o governante *construtor* continuou sendo tratado como principal responsável pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Espírito Santo. Isso ficou claro no comentário da mensagem presidencial, proferida dias antes no Congresso Legislativo. Tratando especificamente da ferrovia Sul do Espírito Santo, acreditava que se a via atingisse as terras férteis, mediante poupança de recursos ordinários, “[...] refulgirá glória sobre o *teimoso* dr. Moniz, *causador principal da situação atual* por esse empreendimento que não abandona” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 22 set. 1900, p. 2). A preocupação com o empreendimento vinha acompanhada de dúvidas sobre sua viabilidade, o que não deixava de ser uma afronta, um questionamento à palavra e à promessa do líder.

⁴⁶⁹ Cf. Seção 6.

O espaço do jornal também foi concedido aos desafetos e aos dissidentes, que vinham a público criticar o grupo dominante. Ataíde Júnior reiterou as acusações tão proferidas a seu antigo chefe, quanto à responsabilidade pela situação financeira. Ele definiu como “loucura positivista” os oito anos de governo *construtor*, mormente o de Moniz Freire, que, apoiado no crescimento das receitas,

[...] inventou mil aventuras, arquitetou extravagâncias sobre extravagâncias, permitiu todos os abusos, todos os esbanjamentos imagináveis, sacrificou e consumiu todo o nosso crédito, para sermos hoje um Estado encalacrado e arruinado, um mendigo sem pudor na federação, de balde [sic] a bater a porta de bancos e sindicatos como meio único de salvação (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 26 abr. 1901, p. 2).

Além da imputação de culpa, Ataíde Júnior tentou desfigurar o poder simbólico de seu ex-chefe, ao afirmar que a transformação positiva do Espírito Santo, de Província escassa de recursos em Estado que passou a apresentar arrecadações proporcionalmente vultosas, ocorreu somente por causa da discriminação de rendas federais e estaduais, que foi instituída pela Constituição de 1891.

Essa foi uma importante maneira encontrada de expor os limites do poder simbólico de Moniz Freire, mormente de seu capital heroico. Forjava-se a ideia de um herói rumo ao fracasso, incapaz de elevar o Espírito Santo à grandeza prometida.⁴⁷⁰ Analisando a mensagem do presidente, proferida, em 1900, no Congresso Legislativo, o redator do jornal oposicionista duvidava da capacidade de Moniz Freire em reverter a situação adversa encontrada, meta, aliás, para a qual havia sido eleito.

Não acreditamos que temos deixado o Estado próspero, aparelhado para caminhar, iniciado melhoramentos suspensos imediatamente, com muito prejuízo porque perdeu-se muito dinheiro e vindo encontrá-lo em sérias dificuldades, umas de influências irresistíveis outras ocasionadas por facilidades, e inadvertências formando todas o presente de tristezas e paralisando o progresso por anos, possa s. exa. operar milagres (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 7 out. 1900, p. 1).

No ano seguinte, o diagnóstico se repetiu mediante nova representação de que o governante estava sendo vencido pelas dificuldades administrativas, ao lembrar que “[...] recebeu o governo cheio das maiores dificuldades, compromissos sérios e graves que não pode vencer, fazendo heroico esforço — dizem os representantes federais — e são certamente heroicos os

⁴⁷⁰ Diversos artigos foram escritos intitulados *A Mensagem* objetivando analisar a Mensagem de Moniz Freire direcionada ao Congresso Estadual. Em um dos artigos (*A Mensagem VII*), diagnosticava-se que o Espírito Santo havia perdido o rumo do progresso. Em outra (*A Mensagem XXVI*), cotejava-se a realidade passada de euforia com a vivida de tristeza e silêncio. Cf. *Commercio do Espírito Santo* (29 set. 1900; 23 out. 1900).

que fez não pagando a ninguém para evitar mal muito maior” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 5 nov. 1901, p. 2).

A ideia-força do chefe *construtor* era colocada em xeque e, desse modo, buscava-se convencer os leitores de sua impotência e desnudar suas fraquezas perante a gravidade da situação enfrentada pelo governo estadual e até mesmo dentro do PRCA. O Partido havia crescido, incorporado muitos adeptos, atuando, na prática como a única agremiação organizada a ocupar cargos políticos no Estado. Por mais que Moniz Freire fosse ainda a principal autoridade, detentor de um poder simbólico sobre uma significativa parcela de correligionários, os desgastes, muitos deles cumulativos, eram sempre inevitáveis, especialmente quando era preciso organizar a composição das chapas. Em termos práticos, era dentro do PRCA que ocorriam de fato as eleições, em parte por causa da Política dos Estados implementada por Campos Sales, a qual favorecia diretamente os situacionismos estaduais que externaram apoio ao presidente da República, caso corriqueiro no Espírito Santo.

Havia mais nomes a encaixar do que vagas disponíveis e era preciso acomodar antigas figuras, com certa notabilidade, do porte de Henrique Coutinho, Cleto Nunes, Augusto Calmon e Galdino Loreto, conforme suas pretensões, desde que não colidissem com as do chefe político e da maioria do Partido. *O Paiz* noticiou por diversas vezes, no ano de 1902, o dilema enfrentando pelo oligarca do PRCA na composição da chapa para as eleições legislativas federais, que ocorreram a seguir.⁴⁷¹

Não obstante, foram os *concentrados*⁴⁷² estaduais os mais comprometidos em expor as possíveis vulnerabilidades de Moniz Freire perante seus correligionários. Em alguns dos artigos da série que analisava a mensagem presidencial, o redator do principal periódico de oposição alertava-o ser vítima de artimanha interna e de aliados que estavam supostamente criando embaraços à sua administração (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 4 out. 1900; 18 out. 1900; 20 out. 1900). Dias depois, tentava passar a ideia do tamanho do desprestígio adquirido pelo presidente do Estado no Partido, asseverando que não “[...] somos dos que

⁴⁷¹ Em 8 de dezembro (O PAIZ, 1902, p. 1), na coluna *bastidores* noticiou que “[...] se não fosse o famoso *processo democrático* [isto é, promover uma consulta aos chefes locais], em que se abroquelou de ficar bem como todos os amigos que desejam uma cadeira na Câmara ou no Senado, não sei como o ilustre Dr. Moniz Freire teria resistido aos embates que provocastes”.

⁴⁷² Nome atribuído à facção estadual liderada por Torquato Moreira, oriunda de antigos membros da Concentração Republicana de Francisco Glicério. Cf. Seção 6.

condenam, e os há de um e outro lado, ao dr. Moniz por ter sacado com audácia sobre o futuro” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 30 out. 1900, p. 2).

A oposição, ao analisar a mensagem do presidente de Estado, tentava passar a ideia de que o objetivo era apenas apresentar cobranças, proposições e admoestações, sem o interesse de minar a administração *construtora* ou mesmo de implantar qualquer instabilidade política. Assim, lembrava que “[...] a política de tolerância é o caminho seguro e convergente para aproveitamento de todos os esforços a bem da reconstituição das nossas finanças em proveito do bem geral do Estado” (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 30 out. 1900, p. 2). A preocupação havia ganhado coro pelo impacto advindo do cenário nacional, graças à candidatura vitoriosa de Campos Sales: de espírito republicano, estruturada em uma modernização conservadora, com o foco no tratamento da questão financeira (LESSA, 1999; BACKES, 2004).

A união em torno de um inimigo comum — a crise — pregada por Campos Sales teve representação semelhante dos *concentrados* estaduais, tendo em vista as dificuldades que o Espírito Santo enfrentava, o que de certo modo garantia a tranquilidade política necessária para Moniz Freire, com seu grupo hegemônico no Estado, mas enfraquecia seu poder simbólico. Tal fato podia ser confirmado pela insolubilidade dos intermináveis problemas econômicos.

Evidentemente, os periódicos governistas agiam em sentido contrário. Em função das dificuldades enfrentadas por Moniz Freire, a estratégia utilizada pelos correligionários pautou-se em três artifícios: construção de promessas, realizações efetivas e representações heroicas. O primeiro deles diz respeito à crença em relação à capacidade do líder de tomar medidas necessárias para o enfrentamento do principal problema que, segundo eles, assolava todo o Estado. Vale lembrar que Moniz Freire havia sido eleito como uma espécie de “salvador”, o único capaz de solucionar a crise fiscal enfrentada pelo governo. Portanto, as promessas foram uma consequência natural da fé depositada no portador do carisma.

O senador Cleto Nunes foi um deles. Na entrevista publicada em *O Estado do Espírito Santo* (11 jan. 1901), ele demonstrava certeza de que seu chefe político iria debelar a crise, continuando a política do antecessor e também correligionário, José Marcelino de Vasconcelos. Meses depois, o redator *construtor* previu que Moniz Freire iria vencer o monstro da crise (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13 nov. 1901). *O Cachoeirano*

apresentava as mesmas perspectivas em relação ao chefe político. Em 1902, Bernardo Horta reproduzia a ideia-força do seu líder, afirmando que a prosperidade do Espírito Santo dependia apenas da conclusão da rede ferroviária (25 dez. 1902). No ano seguinte, ao comemorar o terceiro aniversário da administração do oligarca *construtor* na presidência do Estado, Horta asseverava:

As esperanças patrióticas que inspiram o governo do eminente espírito-santense nos convencem de, ao terminar o seu mandato presidencial, entrar francamente o Estado no regime dos saldos orçamentários, terminando deste modo a época dos nossos sacrifícios (24 mai. 1903, p. 1).

Como se percebe, a esperança de que Moniz Freire iria resolver as questões financeiras do governo e, mais adiante, alçar o Espírito Santo a um posto de grandeza era constantemente alimentada. A esperança, aliás, é uma chave para a obediência ao líder, porquanto detentor do carisma (WEBER, 1968). O fazer crer na ideia-força de que o Espírito Santo havia se transformado positivamente, ao passar de Província a Estado pela mão de Moniz Freire, ganhava novos contornos: o de que o presidente do Estado estava retirando o Estado da crise.

Isso se remete ao segundo artifício para alimentar o poder simbólico do oligarca *construtor*: apresentar ao público leitor as realizações do governo. De certa maneira, ela ficou muito aquém da primeira passagem à frente da administração estadual. Nem mesmo a euforia é comparável, por mais que o séquito tenha se esforçado em reforçar o capital heroico de seu líder. Essa prática foi contínua, ao longo do quadriênio de governo, pelos dois principais jornais governistas. Ainda nos primeiros meses de mandato, Bernardo Horta lembrava que pelo programa de economias empreendido, Moniz Freire conquistava a confiança de todos⁴⁷³, animava a economia, mantinha a ordem (O CACHOEIRANO, 13 jul. 1902). Ações específicas não foram esquecidas: o melhoramento — a favor dos interesses do Estado — das cláusulas do empréstimo adquirido junto ao Banco da República e a assinatura de contrato com a *Leopoldina Railway*, companhia que escoava a produção do sul do Estado para o Rio de Janeiro.⁴⁷⁴

⁴⁷³ Segundo Horta, assumindo “[...] as responsabilidades da administração em uma situação difícil [...], s. ex. [Moniz Freire] tem brilhantemente firmado em atos práticos o seu programa de economias, pelo que vai conquistando dia a dia a confiança unânime de todos os que se interessam pelo Estado do Espírito Santo”. Cf. *O Cachoeirano* (22 nov. 1900, p. 1).

⁴⁷⁴ Por esse acordo, a companhia ferroviária inglesa deveria pagar impostos pelo escoamento de produtos para o Estado vizinho. Cf. *O Cachoeirano* (14 nov. 1901). As informações sobre os impostos arrecadados pelo governo do Estado junto à ferrovia estão disponíveis em Siqueira (1995) e Quintão (2010).

Um pouco mais reticente no primeiro ano de governo, o redator de *O Estado do Espírito Santo* exaltou a organização que o oligarca *construtor* dera ao Espírito Santo e relembrou a relevância da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo como requisito para o engrandecimento do Estado, ideia-força tão defendida por Moniz Freire.⁴⁷⁵ Precisamente sobre as realizações do segundo mandato, ao comemorar os dois anos de sua vigência, lembrava aos leitores do plano de economias realizado, o qual, segundo o periódico, estava reduzindo a crise sem desorganizar, ações entendidas como fruto de seu sacrifício e amor à terra.⁴⁷⁶

As comemorações anuais do mandato foram utilizadas como momentos mais propícios para que os leitores fossem convencidos de que a administração estava obtendo sucesso. Em 1903, um longo artigo em tom de homenagem foi escrito enumerando os diversos feitos, objetivando conotar o esforço do oligarca para resolver o problema financeiro.⁴⁷⁷ No ano seguinte, houve nova homenagem, dessa vez para marcar o final do mandato do chefe *construtor*. Fazendo uma recordação do quatriênio, o redator, em nome dos correligionários do PRCA, acreditava nos esforços de abnegação e o amor à sua terra pelo chefe político naquela administração. Por fim, sintetizava-a:

S. Exa. iniciou a sua grande obra realizando sem contemplações o complexo programa de economias, fazendo-as tanto quanto se pode imaginar e até onde se pode poupar o dinheiro público e sem desorganizar os serviços administrativos (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 23 mai. 1904, p. 1).

A representação de que Moniz Freire era um salvador quedava firme no imaginário social *construtor*. Dizia o jornal aliado:

E para louvor desse governo em tão difícil período é com orgulho que registramos a solidariedade e a resignação que contou por parte daqueles a quem **as medidas de salvação** contrariavam em seus interesses.

Era digno ver-se então triunfantemente aplicado o preceito da **salvação pública** em benefício do futuro do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 23 mai. 1904, p. 1, grifos nossos).

⁴⁷⁵ Tratava-se de uma defesa aos ataques que Moniz Freire vinha recebendo de Ataíde Júnior. Permanecia a crença na ideia central dele, ao lembrar que “[...] o emérito administrador concentrou todas as suas energias em torno desse grandioso empreendimento – a *Sul do Espírito Santo*, que [...] é a base fundamental do nosso engrandecimento e do nosso futuro”. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (7 mar. 1901, p. 1, grifo do autor).

⁴⁷⁶ Diz o periódico: “Economias, até onde pode executá-las com admirável prudência, o Exmo. Sr. Dr. Moniz Freire tem feito em todos os departamentos da administração pública [...]. Economizar sem desorganizar – tal tem sido a principal norma de seu governo, tal tem sido a síntese de seu programa.” Cf. *O Estado do Espírito Santo* (23 mai. 1902, p. 1).

⁴⁷⁷ Entre as medidas estão a supressão de comarcas, a renovação de contrato ferroviário com mais vantagens para o governo estadual, o auxílio à lavoura com a abertura de estradas em contato com a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (23 mai. 1903).

Havia, portanto, um elo muito forte entre as ações do governo e o conjunto de representações que dignificavam Moniz Freire como herói salvador, o que se reporta ao terceiro artifício: a fabricação do herói que se sacrifica e enfrenta a crise. Tal característica se assemelha ao protetor que apazigua, restaura a confiança e a segurança comprometida, que faz frente às desgraças do cotidiano (GIRARDET, 1987). Nos dois principais jornais filiados ao PRCA, há 13 artigos que contêm significação heroica quando se refere ao principal membro do Partido. Quanto às características mais empregadas, a palavra “sacrifício” e suas derivações foi a que mais apareceu (5 vezes), em virtude das adversidades que teve que enfrentar como presidente do Estado.⁴⁷⁸ A coluna escrita por um correligionário de Castelo, Aulo Gellio, destinada a Ataíde Júnior, foi esclarecedora, pois lembrava ao amigo que Moniz Freire fez o sacrifício de aceitar o cargo, abrindo mão da vaga de “[...] deputado ao Congresso Federal onde podia ficar isento desta luta titânica em que tem visto muitas vezes a sua alma vigorosa e nobre, inundada por uma amargura indescritível” (O CACHOEIRANO, 8 dez. 1901, p. 1). Características como “amor à terra”⁴⁷⁹ e o vocábulo “herói”⁴⁸⁰, juntamente com suas derivações, apareceram três vezes, como forma de engrandecer o personagem que havia aceitado a missão de governar um Estado em grave crise. Outras palavras foram “predestinado”, “idolatrado”, “louvado” e “venerado”.⁴⁸¹

A proximidade com Campos Sales e sua política de austeridade foi uma das maneiras encontradas para justificar a política de cortes. Afinal, Moniz Freire, de certo modo, rumava no sentido contrário à sua política anterior, fechando escolas e comarcas, interrompendo as obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Assim sendo, a austeridade econômica havia se configurado como um ponto de união entre republicanos históricos, como um projeto de modernização conservadora, auxiliada pelo fluxo de capitais estrangeiros, e que serviu para gerar uma plataforma de apoio consistente a Campos Sales (BACKES, 2004). Os *construtores* se valeram dessa alusão, afirmando que o chefe do Partido agia de modo similar (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 mai. 1901).

Apesar dos esforços que o séquito fazia para crer e fazer-se crer no que Moniz Freire fazia e dizia, a perda de capital simbólico por parte do oligarca foi inevitável, assim como a

⁴⁷⁸ Alusões diretas em indiretas a sacrifício foram encontradas nos seguintes periódicos e exemplares: *O Estado do Espírito Santo* (14 abr. 1901; 03 fev. 1904; 07 jan. 1903 e 20 mai. 1904) e *O Cachoeirano* (8 dez. 1901).

⁴⁷⁹ Encontrado em *O Estado do Espírito Santo* (7 mar. 1901; 7 jan. 1903 e 23 mai. 1904).

⁴⁸⁰ Encontrado em *O Estado do Espírito Santo* (13 jul. 1901; 13 nov. 1901 e 23 mai. 1901).

⁴⁸¹ Respectivamente encontrado em *O Estado do Espírito Santo* (11 abr. 1901 e 14 abr. 1901) e *O Cachoeirano* (13 jun. 1902).

percepção de que isso estava ocorrendo. A resposta aos ataques do dissidente Ataíde Júnior é ilustrativa. Para justificar a deserção do dissidente, bem como seus ataques, o jornal aliado lembrava que nos momentos áureos do governo de Moniz Freire fingiam admirá-lo, tornando-se verdadeiros apoteosadores, levando a toda parte seus feitos patrióticos.

Hoje quando o Estado na adversidade de elementos que se acumularam [...] eis o Sr. Ataíde como um louco ou simples idiota, a jogar pedradas contra aqueles que se esforçam pela salvação do futuro e pelo reestabelecimento dos créditos do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 mar. 1901, p. 1).

Era nítida a preocupação em inocentar o chefe político das insinuações de ser ele o responsável pela crise, sendo a culpa depositada no contexto nacional.⁴⁸² Não obstante, contínuas e ritmadas pela crise, as críticas incomodavam à proporção que o cenário de grandeza prometido se desdobrava em cortes e realizações aquém daquelas que haviam “consagrado” o oligarca *construtor*, em seu primeiro mandato.

A fala de um importante aliado esclarece as impressões que o líder transmitia em seu governo. É verdade que se tratava de um discurso de defesa, realizado na Câmara dos Deputados. Falando sobre as finanças do governo, Galdino Loreto admitia que a dívida havia sido contraída por Moniz Freire em seu primeiro governo, porque não era previsível a situação econômica a que o país chegaria em 1898 e a queda acentuada do preço do café e do câmbio. A ele cabia, portanto, apenas a acusação de imprevidente (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 6 fev. 1904). Embora tenha sido um discurso de defesa, tendo em vista a linha tênue que separa a suspeita da confiança recebida pelo portador do crédito, Loreto expressava as limitações de seu líder perante as dificuldades que o Estado atravessava, em comparação com as expectativas criadas. Na luta entre dois gigantes, a crise e o detentor do poder simbólico, saía perdendo esse último, embora os jornais e a elite política situacionista tentassem mascarar. Como fato sintomático, no ano seguinte, esse mesmo deputado — antes ferrenho defensor — rompeu com seu chefe político (SANTOS, 2012b).

A esse respeito, a coluna de J. Galdino de Faria, um correligionário do sul do Estado, foi reveladora. Objetivava fazer a defesa de Moniz Freire como resposta às injustiças que estavam sendo cometidas contra o presidente do Estado. Era uma crítica à população, de um

⁴⁸² Cf., por exemplo, *O Estado do Espírito Santo* (15 mar. 1901, p. 2): “E sejam quais forem os ressentimentos, os ódios, e as paixões partidárias que se congregam para turvar essas tradições, calcando sobre o honrado nome do nosso benemérito chefe as suas maldições, e despeitadas arguições — ninguém poderá culpa-lo [sic] pelos desastres que sobrevieram no segundo governo como uma consequência lógica da má situação financeira e econômica do país”.

modo geral. Para Faria, em todos os Estados o povo estava indiferente e crítico, difamando os governantes, a quem chamava de estadistas. Considerava tais atitudes apedrejamento provocado pela imbecilidade popular e que, no Espírito Santo, ocorria de uma maneira assustadora. É visível o modo como diagnosticou a condição adversa enfrentada pelo seu chefe político.

[...] Em todos os departamentos do Estado, em todos os seus recantos o eminente dr. Moniz Freire é o grande condenado, o único responsável por este estado de coisas. E a ignorância alvar dos seus detratores, o murmúrio, o cochicho dos seus amigos abissínios, dão curso que a recolocação do ilustrado conterrâneo na alta administração do Estado não foi porque merecesse e as condições especiais em que se encontrava o Espírito Santo reclamasse [sic] e exigisse [sic] o concurso avantajado de seus elevados talentos, mas para expiar no palácio da Vitória, o crime... o crime de ter baixado nas praças estrangeiras o preço do café!... (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 3 mar. 1904, p. 1).

Apesar de todo o esmero dos periódicos governistas em proteger a imagem de Moniz Freire ao longo de todo o seu mandato, no apagar das luzes da gestão pode-se enxergar, pelo depoimento do correligionário, o enfraquecimento do poder simbólico do oligarca em seu quadriênio administrativo. Sua incapacidade de solucionar a grave crise, embora não tenha causado — de imediato — grandes deserções no seio do PRCA, desgastou sua imagem e tornou o problema financeiro uma herança para seu sucessor, Henrique Coutinho (SALETTTO, 2008).

A representação construída por intermédio do jornal suscita alguns questionamentos que precisam ser respondidos. Entre eles, está em saber como Moniz Freire se dirigia à elite política do PRCA, em caráter oficial, isto é, como presidente do Estado, e de que modo ela atendia as suas demandas e forjava representações em relação a si mesmo e às dificuldades financeiras.

7.1.4 Os rebatimentos da crise: o presidente pessimista e o Congresso submisso

A confiança do séquito é um componente fundamental, pois é dessa fonte que o portador do carisma — isto é, do crédito e da confiança — retira a sua força e naturalmente seu poder simbólico. De um lado a fortaleza, do outro a fraqueza. A desconfiança é a ação que mina a base desse poder, à qual o líder está sempre vulnerável, quando suas realizações não são suficientemente capazes de cumprir o prognóstico por ele dito (BOURDIEU, 2009).

Nesse sentido, as dificuldades financeiras enfrentadas por Moniz Freire em seu governo se transformaram em mecanismos geradores dessa desconfiança, na medida em que a promessa — de que o chefe político, como salvador, seria o único capaz de enfrentar as adversidades econômicas que assolavam as finanças públicas — não havia se cumprido. É bem verdade que os jornais governistas mantiveram fielmente o processo de “fabricação do oligarca”, cotidianamente representando-o como portador de dons. Mas a atitude do grupo, no periódico, embora relevante para a manutenção do poder simbólico do oligarca *construtor*, foi impotente perante as adversidades, pois elas engendraram fatos simbolicamente opostos à crença na promessa de que o chefe político era o estadista, o predestinado, o único capaz de levar o Espírito Santo à grandeza almejada.

Nas mensagens destinadas ao Poder Legislativo estadual, isso se torna nítido. Tratava-se de um canal institucional utilizado pelos presidentes do Estado para se dirigir a uma importante parcela da elite política. Por ele, Moniz Freire informava as realizações e as dificuldades enfrentadas, suas expectativas e seus desânimos, e por meio do qual se percebe que o chefe *construtor*, embora totalmente sem intenção, representou-se como um impotente perante as adversidades que enfrentou em seu mandato, enfraquecendo seu poder simbólico, de herói e salvador.

Os conteúdos das mensagens, a esse respeito, são reveladores. Na primeira delas, o oligarca iniciou seu discurso falando de provas, contrariedades, apreensões e desânimos.⁴⁸³ No ano seguinte, lamentava o desprovimento e a indiferença perante o crescimento do momento aflitivo, em virtude da crise cafeeira. Falando também em descalabro, desânimo geral e ruína, Moniz Freire lamentou estarem “[...] desprovidos de todos os meios de defesa, apelando para o imprevisto, e esperando os resultados da seleção fatal que se há de operar” (ESPÍRITO SANTO, 1901b, p. 11). O quadro negativo não se alterou, pelo que podemos notar na última mensagem. Iniciou sua fala em tom pessimista, fazendo emprego dos termos “apreensões” e “pessimismo”. Mais adiante, expôs os limites de seu poder simbólico, ou seja, de atender às expectativas nutridas pelos seus correligionários. Em tom melancólico, confessava que a

⁴⁸³ Diz: “Ainda não se acha infelizmente terminada a série de provas por que tem passado o nosso Estado nestes últimos anos. As contrariedades que vieram surpreendê-lo, em meio das suas mais bem fundadas esperanças, tem se sucedido com uma constância mais que bastante para suscitar justificadas apreensões e determinar os desânimos por vezes manifestados”. Cf. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...* (1900b, p. 5).

dívida era ainda muito considerável, com a expectativa de que permanecesse por mais anos, verdadeira situação de emergência cuja solução implicaria

[...] recorrer a novos cortes de despesa, ou à criação de novas fontes de receita. Não vejo porém que sacrifícios outros poderíamos impor-nos, sob o primeiro daqueles dois pontos de vista: os serviços públicos do Estado sofreram já reduções tão profundas, que sem desorganizá-los não seria dado submetê-los a maiores golpes (ESPÍRITO SANTO, 1903b, p. 14).

Moniz Freire desnudava sua incapacidade de vencer os desafios que havia sido enviado para combater. Como porta-voz do grupo e detentor de confiança, ele mostrava na prática a fraqueza de suas ideias-força, mediante a incapacidade de suas realizações. Se, em política, dizer é tornar crível que se pode realizar o que se diz (BOURDIEU, 2009), o oligarca seguia em sentido oposto, engendrando ameaça à solidez da fidelidade dos destinatários da mensagem e, desse modo, seu crédito. Em termos de carisma puro, Weber (2004) lembra que um líder portador do dom precisa constantemente dar provas de seus poderes, de sua missão “divina”, seja por “milagres”, seja mesmo por atos heroicos, não lhe sendo permitido falhar. Não é de se estranhar a acusação do correligionário, mencionada anteriormente em *O Cachoeirano*, acerca do abandono que o chefe político havia sofrido por parte de alguns aliados.

Os sintomas do enfraquecimento simbólico do chefe *construtor* também podem ser identificados nessas mensagens quando se refere à incapacidade de conclusão da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. As dificuldades financeiras permitiram colocar em funcionamento apenas metade do trajeto original (aproximadamente 80 km), adiando o alcance da prosperidade prometida pela conclusão da via férrea.⁴⁸⁴ Assim sendo, os trabalhos foram paralisados e, não bastando a insuficiência de recursos para a sua concretização, *per se* um gravame à ideia-força do líder, havia as cobranças pela dívida contraída por ele em 1894 para a construção da ferrovia, a qual, segundo os críticos, compôs o quadro de abuso de crédito que teria supostamente descambado na crise fiscal. Tais críticas incomodavam com tamanha proporção a ponto de levar o oligarca a se justificar perante seu séquito, no

⁴⁸⁴ Sobre as obras da ferrovia, disse: “[...] As nossas circunstâncias porém não permitem dar atualmente um impulso qualquer à execução final do projeto, que aguardará assim melhores dias, podendo-se entretanto desde já ter por certo que o remate não oferece mais dúvidas”. Sobre a dita ferrovia, cf. Quintão (2010).

Congresso Estadual. Quase metade da mensagem de 1901 foi utilizada somente para esse fim.⁴⁸⁵ Sua autodefesa se repetiu no ano seguinte (ESPÍRITO SANTO, 1902b).

Moniz Freire, outrora detentor de capital heroico, não mais se prendia aos feitos ousados e modernos, tão comuns nas falas produzidas em seu primeiro mandato. Ferrovias, teatro, hospital, em suma, uma gama de outras obras arrojadas para os modestos padrões do Estado foram mencionados como forma de justificar os gastos empreendidos ou como explicação para sua não realização, apenas uma lembrança do que não foi realizado. Tentando se legitimar, afirmava que se pudesse voltar ao passado teria feito a mesma coisa “[...] com as cautelas e as seguranças que a previsão exata dos fatos permitiria tomar” (ESPÍRITO SANTO, 1901b, p. 36).

Todavia, a estratégia argumentativa de recordar as realizações do primeiro mandato não evitou que as quatro mensagens feitas na presidência do Estado tivessem um cunho negativo. Com exceção de 1900, em todos os demais anos, uma quantidade significativa de páginas foi dedicada a relatar problemas ou alguma dificuldade enfrentada pelo governo. Se das 21 páginas da mensagem de 1900, apenas 4 foram destinadas a falar de pessimismo e falta de perspectivas, 16 páginas apareceram no ano seguinte, 9 em 1902 e 12 em 1903. A quantidade de páginas relatando bons prognósticos/boas realizações caiu sistematicamente de 10 em 1900, para 9 em 1901, 8 em 1902 e 7 em 1903.⁴⁸⁶

Uma comparação sistemática entre as respectivas mensagens dos dois mandatos (1892- 1896 e 1900-1904) apresenta algumas informações conclusivas. Ela foi produzida por José Candido Sueth (2006) e por nós adaptada, conforme mostra a Tabela 8. Nela, identificamos os temas tratados nas páginas dos respectivos documentos, ao longo dos dois quadriênios em que Moniz Freire governou o Estado. Como podemos observar, no primeiro mandato prevaleceram, nas páginas do documento, temas relacionados ao plano de afirmação regional, o qual servia de substrato às ideias-força engendradas pelo oligarca: estrada de ferro (24,20 % das páginas), imigração (12,55%) e obras públicas (17,35%). Finanças e orçamento (12,55%) e política (13,70%) mereceram atenção, pois o governo estava sendo organizado e muito do que estava sendo feito foi justificado pelo presidente do Estado. No segundo mandato, por seu turno, há

⁴⁸⁵ A mensagem de 1901 tinha 44 páginas de texto, sendo 20 destinadas a esse objetivo (da página 23 a 42). Cf. *Mensagem...* (1901b).

⁴⁸⁶ A mensagem de 1900 tinha 21 páginas; a de 1901, 44; a de 1902, 24; a de 1903, 26. Não foram consideradas as cinco primeiras páginas, pois em todos os documentos o texto começa na quinta página. Cf. *Mensagem...* (1900b), *Mensagem...* (1901b), *Mensagem...* (1902b) e *Mensagem...* (1903b).

um absoluto predomínio das questões financeiras (40%), deixando-se de lado os temas-chave relacionados ao seu propósito de tornar o Espírito Santo mais próspero, o que permite dimensionar o tamanho da preocupação que o governante tinha em relação à crise fiscal do Espírito Santo e como os pilares de sua antiga administração, a “chave” para a grandeza do Estado, tiveram que ser, na prática, “abandonados”.

TABELA 8 – Quadro comparativo de mensagens, discursos e relatórios presidenciais de Moniz Freire, em seus dois mandatos (1892-1896 e 1900-1904)

Temas tratados	Mensagens do primeiro mandato (1892-1896)			Mensagens do segundo mandato (1900-1904)		
	Páginas do tema	Total de páginas*	% do total de páginas	Páginas do tema	Total de páginas*	% do total de páginas
Agricultura em geral	6	219	2,74	14	115	12,17
Bancos	5	219	2,28	2	115	1,74
Educação	9	219	4,11	1	115	0,87
Empréstimos	9	219	4,11	12	115	10,43
Estradas de ferro	53	219	24,20	12	115	10,43
Estrada de rodagem e comunicação	9	219	4,11	-	115	-
Finanças e orçamento	27	219	12,55	46	115	40
Fronteiras	-	219	-	12	115	10,43
Imigração	27	219	12,55	4	115	3,48
Imprensa	-	219	-	-	115	-
Indústria	1	219	0,45	-	115	-
Obras públicas	38	219	17,35	7	115	6,08
Polícia	-	219	-	-	115	-
Política	30	219	13,70	5	115	4,34
Saúde	12	219	5,48	2	115	1,74
Setor extrativo	-	219	-	2	115	-
Outros temas	31	219	14,15	17	115	14,78

Fonte: Adaptado de Sueth (2006), *Discurso...* (1892b), *Mensagem...* (1893), *Mensagem...* (1894b), *Mensagem...* (1900b), *Mensagem...* (1901b), *Mensagem...* (1902b), *Mensagem...* (1903b).

* Foram subtraídas do total as páginas anteriores ao texto da mensagem presidencial.

A mensagem pronunciada e publicada em 1903 foi não somente de despedida, mas aquela em que Moniz Freire revelou suas limitações aos seus seguidores deputados. Além de confessar os limites das possibilidades de suas ações, ele revela um Espírito Santo muito aquém da condição de grandeza prometida: um Estado fraco politicamente, dependente e subordinado. Palavras de pessimismo foram empregadas em larga escala.⁴⁸⁷ Sobre isso, as conclusões de José Candido Sueth são esclarecedoras.

⁴⁸⁷ Dos conceitos-chave encontrados por José Candido Sueth (2006) na mensagem de 1903, 92 se remetiam a fraqueza, 65 a força, 31 a atividade, 6 a passividade, 21 a sobre-estima e 24 a subestima.

[...] Devido às crises financeiras advindas de vários fatores, não foi possível perseguir tal objetivo [fazer convergir para Vitória o comércio do café] com o mesmo afinho no segundo mandato. Daí suas outras preocupações nas mensagens e discursos entre 1900 e 1904, período em que os documentos oficiais são perpassados por uma visão pessimista da realidade capixaba. Assim, apenas à guisa de exemplo, já nas páginas iniciais da mensagem de 23 de setembro de 1903, Moniz Freire utiliza em demasia palavras e expressões que denotam desânimo diante da situação em que se encontrava o Estado que administrava: “*apreensões cada vez mais justificadas*”, “*desconfortos*”, *esforços “infrutíferos”*, “*afunda*”, “*provações*”, “*abalo*”, “*mais pobre*”, “*deficiência dos meios de transporte*”, “*nosso atraso econômico*” e assim por diante (2006, p. 129, grifo do autor).

O que o historiador afirma vem ao encontro da hipótese sustentada nesta Seção: o enfraquecimento do poder simbólico do líder *construtor*. Embora essa não fosse sua intenção, o governante expôs nas mensagens os limites de seu carisma e de sua capacidade de realização, de cumprir a “profecia” e de dizer o que deveria ser feito. Resta compreender de que forma elas foram apropriadas pelos receptores e quais representações engendraram, direta e indiretamente. Dessa forma, vale uma análise dos Anais do Congresso Legislativo Estadual.

Quando se analisa a documentação dessa instituição legislativa, ao compararmos os dois mandatos de Moniz Freire, percebe-se pouquíssima diferença no que tange à deferência pelo chefe *construtor*. Em ambos os quadriênios, o Congresso Estadual era composto hegemonicamente por membros do partido governista, quando não unanimemente, principalmente no segundo mandato. Logo, os pedidos do presidente do Estado eram prontamente atendidos, mesmo os impopulares, tais como a criação de novos impostos, que acabaram não sendo colocados em prática pelo governante (SANTOS, 2012b). Na aprovação de outros projetos, alguns deputados se lembravam das recomendações do chefe político. Um deles foi a que autorizava a supressão de comarcas⁴⁸⁸, por obedecer, na visão do deputado Moreira Gomes, ao “[...] plano financeiro que o digno Presidente do Estado está pondo em prática com grandes e gerais aplausos da opinião pública sensata do nosso Estado” (ESPÍRITO SANTO, 1900a, p. 17). O presidente da Casa, Augusto Calmon, discursando na tribuna, elogiou a administração de Moniz Freire, definindo-o como um estadista (ESPÍRITO SANTO, 1901a).

O governo de dificuldades trazia o reconhecimento, por parte de alguns, dos esforços que o oligarca *construtor* empreendia. O deputado Antônio Ataíde, por exemplo, lembrava ao colega de Partido, deputado Eurípedes Pedrinha, que seu chefe político “[...] trabalha incessantemente para realizar com segurança e bom êxito uma operação financeira auspiciosa

⁴⁸⁸ Trata-se do Projeto nº 5, de 1900.

para o Estado” e ao se concretizar “[...] entrará o Estado em vida farta de prosperidade” (ESPÍRITO SANTO, 1903a, p. 24). Em 1903, última legislatura coincidente com o mandato de Moniz Freire, os términos dos trabalhos legislativos foram marcados pelo reconhecimento dos esforços que o presidente empreendia à frente do governo. O próprio Calmon admitia confiar que seu chefe político iria tirar o Estado da crise. O deputado Benigno Vidigal foi além, criando um requerimento de congratulação ao governo, o qual foi unanimemente aprovado (ESPÍRITO SANTO, 1903a).

O prestígio acumulado dos capitais heroico e de notoriedade de Moniz Freire foi fomentado pelos jornais governistas e reproduzido pelo séquito do PRCA. No entanto, tratava-se de uma dominação oligárquica estruturada em boa parte no seu poder simbólico, angariado devido a seus feitos e a suas realizações ao longo de duas décadas, sobretudo da última. Era uma linha tênue a separar o sucesso do fracasso, a força da fraqueza políticas. De imediato, o apoio do qual foi alvo mascarou as desconfianças em suas promessas, contribuindo veladamente para o desgaste de seu mandonismo. Desse modo, a corrosão de sua imagem foi inevitável (SALETTTO, 2008). A solidariedade aos desafios enfrentados pelo líder na presidência do Estado foi incapaz de dirimir a relação íntima estabelecida entre a crise fiscal e a administração realizada em seu primeiro mandato (1892-1896), a ponto de, por diversas vezes, ter que publicar uma série de justificativas para seus atos. Somou-se a isso um mandato pouco empolgante — mormente se comparado ao primeiro —, em que imperavam cortes de gastos, simbolizados pela interrupção da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que talvez fosse o maior ícone material das promessas do oligarca *construtor*. Por sua vez, a permanência das dificuldades econômicas no governo de seu sucessor atingiu, em cheio, a crença de que sua administração havia atenuado significativamente o déficit financeiro. Assim sendo, com o chefe supremo enfraquecido simbolicamente e uma crise fiscal aparentemente insolúvel, o PRCA ficou ainda mais vulnerável a novas crises de legitimidade, o que se confirmou em 1905, menos de um ano após o término do mandato de Moniz Freire.

7.2 O GOVERNO DE HENRIQUE COUTINHO (1904-1908): O ENFRAQUECIMENTO POLÍTICO

Após completar seu quatriênio administrativo no governo estadual, Moniz Freire assumiu uma vaga no Senado, aberta após a renúncia de Henrique Coutinho, que havia sido eleito para

governar o Estado, na sucessão de seu chefe político. Tratava-se de verdadeira permuta de cargos, como havia feito o oligarca com José Marcelino Vasconcelos, para que este assumisse a deputação federal em 1900.

Embora tivesse realizado uma segunda administração que nem de longe lembrava os áureos tempos da primeira, mergulhada em dificuldades financeiras, Moniz Freire quedava firme como principal chefe político não só do Partido, mas também de todo o Estado. A oposição estava restrita a poucos integrantes, entrincheirada em um único jornal, o que lhe inviabilizou conseguir até mesmo a vaga na Câmara Federal, de direito conforme a Lei Rosa e Silva⁴⁸⁹, pois seu Partido não era reconhecido pelos *construtores*.

Dessa maneira, foi com certo grau de facilidade que Moniz Freire encaminhou sua sucessão, construindo uma chapa com pessoas próximas. Era encabeçada por Henrique Coutinho, *construtor* histórico, tendo como vices Argeu Monjardim (*ex-autonomista*)⁴⁹⁰ e dois correligionários históricos, Cerqueira Lima e Constante Sodré. Era uma chapa “híbrida”, aparentemente coesa, mas que expôs as fragilidades do PRCA. Vale lembrar que a fusão entre *construtores* e *autonomistas*, se por um lado havia criado — na prática — um quadro monopartidário no Espírito Santo, favorecendo assim o capital político de Moniz Freire, por outro não logrou condições suficientes para acomodar as pretensões e as demandas de todos os seus integrantes.

Situações desse nível já haviam ocorrido no seio do Partido, com a dissidência de importantes figuras ao longo da década de 1890.⁴⁹¹ Não bastassem importantes perdas, ocorreram crises de legitimidade no interior da elite política *construtora*⁴⁹², quando Moniz Freire tentava agir

⁴⁸⁹ A Lei Rosa e Silva era o nome popular da Lei eleitoral nº 1.269, de 15 de novembro de 1904. Ela trazia em seu bojo algumas novidades, tais como a unificação nacional do alistamento eleitoral; a obrigatoriedade de requisição por parte do cidadão de sua inclusão como eleitor; voto a descoberto facultativo; os Estados seriam divididos por distritos com, no mínimo, 5 deputados, tendo cada eleitor que votar em quantidade de nomes por distrito inferior em um ao total de deputados elegíveis por aquele distrito. Acreditava-se assim dar espaço às minorias, isto é, à oposição, pois o eleitor poderia votar em um só candidato quantos votos lhe quisesse dar. Sobre a lei, cf. Carone (1975), Porto (2002) e Nicolau (2012).

⁴⁹⁰ Argeu Hortêncio Monjardim era um dos filhos do barão de Monjardim, portanto primo em segundo grau de Moniz Freire, de quem também foi genro. Tornando-se seu correligionário após a fusão do Partido Republicano Construtor com o Partido Autonomista, ocupou o posto de redator do jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 1901. Posteriormente, foi eleito para cargos políticos, tais como a vice-presidência do Estado, a deputação estadual (entre 1922 e 1927, duas legislaturas seguidas) (1904-1908). Cf. Monjardim (2003).

⁴⁹¹ Os deputados estaduais Wlademiro da Silveira, Antero de Almeida deixaram o partido governista, em 1895, e Ramiro de Barros, em 1899; os deputados federais Torquato Moreira e Horácio Costa, em 1896, e Jerônimo Monteiro, em 1899; por fim, os senadores Domingos Vicente e Gil Goulart, em 1896.

⁴⁹² Esses episódios foram analisados na Seção 6.

como grande salvador e conciliador. Por seu turno, a incorporação dos *autonomistas* e, logo depois, de parcela dos antigos membros da Concentração Republicana⁴⁹³, ações que tiveram o empenho pessoal do chefe do PRC, tornaram internamente o Partido ainda mais instável. Tal instabilidade ocorria por desacordos entre os correligionários mais antigos e os mais próximos de Moniz Freire ou aqueles que o oligarca preferia na composição das chapas, em detrimento dos demais pretendentes. Os episódios se baseiam em versões dos personagens, mas levando-se em conta a coincidência da polarização e as dissidências abertas após os fatos, merecem ser considerados.

Como se pode notar no Quadro 3, não foram poucos os casos em que disputas internas produziram crises de legitimidade, ameaçando o *status quo* político da oligarquia controlada por Moniz Freire. Às vésperas do rompimento entre ele e Coutinho, os correligionários da família Monjardim haviam iniciado uma disputa por importantes vagas nas chapas do Partido, criando descontentamento nos *construtores* mais antigos. O artigo publicado pelo *Commercio do Espírito Santo*, jornal de Torquato Moreira⁴⁹⁴, poucas semanas depois do rompimento, apresenta algumas informações importantes. Tamanho valor o fez ser republicado pelo *Jornal Oficial (Coluna do Povo)* e por *O Paiz (Coluna O Estado do Espírito Santo)*. Asseverava que a liderança de Moniz Freire estava desgastada dentro do Partido, sobretudo entre os velhos companheiros, por causa da direção imposta, muitas vezes injusta.⁴⁹⁵

Embora possamos considerar parcial, pois seu proprietário estava na oposição desde 1897, é crível que a acusação tenha alguma proximidade da verdade dos fatos. A imposição de vontades pelo oligarca *construtor* já havia produzido mal-estar e ele se ressentia de desgaste

⁴⁹³ Trata-se de Siqueira Lima, Bernardo Horta e Antonio Aguirre. Cf. Seção 6.

⁴⁹⁴ Sobre Torquato Moreira, cf. Seção 6. No momento da ruptura, no início de 1905, ele era um ex-deputado federal e atuava como jornalista. Sua candidatura de reeleição àquele cargo em 1903 não havia sido reconhecida, pois seu grupo não era oficialmente reconhecido pelos *construtores*, sequer como oposição. Logo não pôde ocupar a vaga do terço. Era proprietário naquele momento do jornal *Commercio do Espírito Santo*, comprado de Aristides Freire.

⁴⁹⁵ Dizia que: [...] Há muito que um grupo de influências do partido construtor se rebelava contra a direção imposta à sua parcialidade política, embora nenhum ato de rebeldia contra a direção imposta viesse significar ao chefe do Partido [Moniz Freire] os fundos desgostos que minavam muitos dos seus velhos e dedicados companheiros, afrouxando os laços de uma solidariedade experimentada nos mais difíceis momentos da agremiação política a que uns e outros pertenciam. Presos pela disciplina que lhes era imposta quase discricionariamente, escravizados às conveniências de uma solidariedade sempre invocada e exigida em nome dos princípios, as mais das vezes esquecidos e violados, muitos dos membros do partido construtor calavam [palavra indecifrável] e toleravam injustiças, sem que, entretanto, pudessem evitar que fosse se formando com seus espíritos a aspiração de uma transformação radical nos nossos costumes políticos, de par com o desejo, sempre crescente, de uma separação, embora dolorosa para muitos (JORNAL OFFICIAL, 13 jan. 1905, p. 3).

após quase treze anos comandando, direta ou indiretamente, a política do Estado. Torna-se inviável ignorar que esse personagem via com bons olhos a colocação de seu primo e genro – Argeu Monjardim, um jovem e recém-ingresso no Partido – como cabeça da chapa de vice-presidentes do Estado (1º vice-presidente), à frente dos velhos companheiros Constante Sodré e Cerqueira Lima.

QUADRO 3 – Disputas internas do Partido Republicano Construtor

ANO	MOTIVO	CORRELIGIONÁRIO ANTIGO	CORRELIGIONÁRIO PRÓXIMO A MONIZ NO FATO	DESFECHO
1894	Vaga na Câmara Federal	José Horácio Costa	Cleto Nunes e Galdino Loreto	Cleto Nunes e Galdino Loreto foram eleitos deputados federais. José Horácio Costa deixou o Partido.
1895	Tentativa de aprovação da Emenda Constitucional que permitiria a reeleição do presidente do Estado	Antero de Almeida, Domingos Vicente, Gil Goulart, Torquato Moreira	Henrique Coutinho, Augusto Calmon	A emenda acabou sendo retirada e a maioria dos parlamentares contra acabou, meses depois, deixando o Partido.
1896	Vaga no Senado	Henrique Coutinho	Siqueira Lima	Henrique Coutinho conseguiu ocupar a chapa, a contragosto de Moniz Freire. Siqueira Lima, deixou o Partido.
	Presidência do Estado	Domingos Vicente	Graciano Neves	Domingos Vicente não aceitou a indicação de Graciano Neves, indo para a oposição.
1897	Discordâncias na política estadual entre o presidente do Estado e o diretório	Augusto Calmon e Henrique Coutinho	Graciano Neves	Renúncia de Graciano Neves.
	Contrário à adesão da família Monjardim ao PRC	Ramiro de Barros	Família Monjardim	Ramiro de Barros deixou o Partido.
1898	Discordâncias na política estadual entre o presidente do Estado e o diretório	Augusto Calmon	José Marcelino Vasconcelos	José Marcelino desistiu de renunciar e Augusto Calmon se afastou do Partido.
1903	Disputa por vaga no Senado	Augusto Calmon	Cleto Nunes	Cleto Nunes foi reeleito senador. Augusto Calmon permaneceu no Partido, como deputado estadual.
1904	Disputa pelo 1º posto de vice-presidente	Henrique Coutinho, Augusto Calmon, Cerqueira Lima e Constante Sodré	Argeu Monjardim e familiares	Argeu Monjardim conseguiu o posto, sendo em seguida eleito 1º vice-presidente do Estado.

Fonte: *Commercio do Espírito Santo* (2 fev. 1897), *O Cachoeirano* (31 dez. 1897, 1 out. 1899, 9 out. 1902), *O Estado do Espírito Santo* (11 abr. 1897), *O Paiz* (8 dez. 1902), Saletto (2008) e Santos (2012b).

Nota: Elaboração própria a partir de Seções anteriores.

Obviamente essa não era uma situação atípica na Primeira República. Diversas disputas intraoligárquicas ocorriam concomitantemente em outras unidades federativas.⁴⁹⁶ Mas, especificamente quanto ao Espírito Santo do final dos oitocentos, elas foram solucionadas mediante intervenção direta de quem mais possuía autoridade e, acima de tudo, prestígio. Pelo crédito e confiança, o oligarca *construtor* fazia-se crer e ser obedecido, exercendo desse modo sua dominação.⁴⁹⁷ Até então.

7.2.1 “Iconoclastas hoje, ontem idólatras”

Em 1905, o capital político de Moniz Freire foi posto à prova de forma mais intensa e perceptível, desencadeando o início da sua debacle política. A nova crise de legitimidade instaurada no seio do Partido não teria seu maior oligarca como solucionador, pois dessa vez ele se encontrava no protagonismo da querela. As insatisfações dentro do grupo cresciam, comprometendo sua estabilidade, o que não foi devidamente identificado ou solucionado por quem até então era responsável por unificar os partidários sob sua liderança e suas vontades. Aliás, a imposição de novas vontades foi a causa imediata da crise. Era tão frágil a coesão dos *construtores* que uma disputa em torno de poucos nomes para a composição da Câmara Municipal de Vitória foi suficiente para que o presidente do Estado, Henrique Coutinho, e o senador e chefe do Partido, Moniz Freire, se desentendessem gravemente.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ Sobre essas disputas, cf. Carone (1975, 1983). A esse respeito, interessante foi a observação do jornal *Diário de Pernambuco*, do senador Rosa e Silva: “O caso do Espírito Santo é idêntico a todos os outros caos, que no regime republicano, tem feito as delicias dos restauradores [monarquistas] e contribuído para que se expendam as mais desconstruídas teorias das relações entre União e os Estados” (12 out. 1905, p. 1). A revista *O Malho* (1905, n. 123, p. 16) também afirmou que repetiu-se “[...] no Espírito Santo um fato que tem caracterizado a política estadual na República: O Sr. Muniz Freire [...] brigou com o Sr. Henrique Coutinho [...]”. Tal episódio teria ocorrido porque “[...] cada Estado não comporta mais de um chefe”.

⁴⁹⁷ Para uma definição de dominação, cf. Seção 2.

⁴⁹⁸ Embora o Conselho Municipal de Vitória fosse composto basicamente por integrantes do PRCA, em virtude de rivalidade e interesses políticos locais, ele se dividiu em dois grupos, sendo um deles o do presidente do Conselho, Joaquim Lyrio. Tal dissidência inviabilizou um acordo para a formação de uma chapa comum a disputar o pleito eleitoral em janeiro de 1905. Forçado a renunciar por Moniz Freire, houve nova eleição em que o mesmo Lyrio foi eleito presidente. Os desentendimentos perduraram, chegando ao Congresso Legislativo Estadual, que também se dividiu na questão. Henrique Coutinho, resolvendo intervir, exigiu a renúncia de três dos governadores municipais. Apresentou a seu chefe político três nomes para substituí-los na nova eleição, tendo Moniz Freire aprovado apenas um dos nomes, e sugerido, por conseguinte, outros dois. Coutinho, por sua vez, cedeu a um dos nomes, mas fez questão de dois nomes que ele havia originalmente indicado. Moniz Freire, por sua vez, não cedeu, ocasionando o rompimento político entre ambos. Sobre essa questão de forma detalhada, cf. Santos (2014a).

Tal desentendimento gerou um racha significativo dentro do PRCA, levando parte de seus integrantes, fieis seguidores do senador, a segui-lo na aventura da dissidência.⁴⁹⁹ As versões foram analisadas por Estilaque dos Santos (2012b, 2014a), construídas a partir das entrevistas feitas, pelo *Jornal do Brasil*, aos deputados federais Galdino Loreto e José Monjardim, esse último representante dos dissidentes.

Chegar à verdade absoluta dos fatos foge à nossa alçada. Mas dois pontos merecem ser destacados. O primeiro se refere à relação entre as versões, a partir das informações apresentadas pelas partes. O Partido estava previamente cindido antes da grave ruptura de 1905, com a família Monjardim agrupada em um dos lados, e Moniz Freire nada tendo feito (por opção ou incapacidade) para apaziguar os ânimos. É bem plausível que ele visse com bons olhos a colocação de seu genro, membro do clã Monjardim, como 1º vice-presidente e nada fizesse para impedir artimanhas objetivando tal intuito. Mais uma vez, os correligionários políticos se desentendiam em concomitância com a ausência física do oligarca, então senador, residindo na capital federal.

Além do mais, é preciso ressaltar que as versões não são totalmente excludentes. Tanto Moniz Freire — como principal oligarca e chefe do PRCA — impunha suas vontades costumeiramente, tais como nomes para a composição de chapas eleitorais, quanto Henrique Coutinho, sentindo-se devidamente capaz — por ocupar o mais importante cargo político do Estado — de enfrentar as escolhas do primeiro, encontrou a oportunidade de desafiá-lo e, desse modo, marcar sua posição de autoridade ou, pelo menos, aquela que entendia possuir dentro do Partido. Assim sendo, considerava-se em condições de contrariar seu antigo correligionário. Como lembrou Nara Saletto (2008), não foi aquela a primeira vez que ambos os interesses entraram em conflito, pois Coutinho, anos antes, aproveitando-se de estada de seu chefe político na Europa, desobedeceu-o, ocupando a vaga de senador na chapa do então PRC, outrora prometida a Siqueira Lima. Isso auxilia a compreender porque uma mera composição de chapa dos governadores municipais⁵⁰⁰ e o desentendimento em relação a apenas um dos nomes (SANTOS, 2014a) tenham cindido tão gravemente o Partido e colocado dois importantes personagens em conflito.

⁴⁹⁹ Além da família Monjardim, ficaram ao lado de Moniz Freire, entre os mais ilustres membros do Partido, os senadores Cleto Nunes e Siqueira Lima, os deputados federais Bernardo Horta e Moreira Gomes, e Cerqueira Lima, um dos vice-presidentes do Estado. Ilustres membros, porém afastados do Partido, também ficaram ao lado de Moniz Freire, tais como Afonso Cláudio e Graciano Neves.

⁵⁰⁰ Hoje chamados de vereadores.

O segundo ponto tem a ver com o dano ao poder simbólico. O Senado era a oportunidade para Moniz Freire restaurar a força de seu capital político, sobretudo o heroico. Precisavam ser revigoradas suas palavras de ordem, pois eram intimamente relacionadas à força de seu discurso e à capacidade de se fazer crer pelas suas promessas e prognósticos (BOURDIEU, 2009). Amainar-se-ia assim o desgaste sofrido pela sua imagem após um quadriênio cheio de dificuldades à frente do Estado. Como já havia observado um correligionário, o Senado era um local mais tranquilo do que a presidência do Estado (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 11 fev. 1900) e, além disso, a oportunidade para que o oligarca estreitasse suas alianças e seus contatos políticos na capital do país, o que de fato veio a ocorrer. Mediante um cargo político de grande valia (senador), a influência nos principais impressos do Estado e a disposição de um presidente de Estado que lhe fosse subserviente, Moniz Freire teria melhores possibilidades de restaurar seu poder simbólico.

A cisão havia deixado claro que parte do grupo não aceitou desertar do governo. A base governista era, inicialmente, minoritária, mas significativa e com chances reais de aumentar de tamanho, pois Coutinho tinha, talvez, a melhor forma de angariar adeptos: o controle do governo, das eleições e o beneplácito dos cargos públicos.

Por isso, a opção por medir forças, desafiando seu “comandado”, acabou por enfraquecer ainda mais o poder carismático de Moniz Freire, *pari passu* ao enfraquecimento político, pois do Senado as possibilidades de vitória eram remotas, conquanto ainda possuísse um relevante séquito, tanto no Congresso Estadual quanto nos Conselhos Municipais. O oligarca ainda possuía força mobilizadora, requisito fundamental para o porta-voz de ideias-força (BOURDIEU, 2009), e a colocaria à prova nessa que se tornou a maior e última crise de legitimidade do partido por ele fundado.

Não bastasse perder parte dos seguidores, Moniz Freire teve que lidar com uma quantidade significativa de representações negativas, fabricadas pelo recém-criado *Jornal Oficial*, sob a direção de ninguém menos que Augusto Calmon. O periódico foi criado para afrontar a facção política dissidente e obedecer à orientação política governista (MATTEI, 2005), pois *O Estado do Espírito Santo* passava para a oposição depois de 14 anos. A análise das reportagens publicadas no jornal governista, sobretudo do ano de 1905, o primeiro após a crise e o funcionamento do jornal, elucida alguns fatos. A fim de melhor organizar tais informações, dividimo-las em seis categorias, mais convenientes à presente tese: reportagens

que denotam domínio de ferro ou injusto de Moniz Freire (19 ao todo⁵⁰¹); que denotam que ele era caprichoso/vaidoso/despeitado (17 ao todo⁵⁰²); que denotam como tendo sido péssima a sua administração quando à frente do governo (16 ao todo⁵⁰³); que denotam seu carisma (15 ao todo⁵⁰⁴); que denotam o seu suposto enfraquecimento político (13 ao todo⁵⁰⁵); que denotam Henrique Coutinho como salvador e não traidor (6 ao todo⁵⁰⁶).

A partir dessa compilação, identificamos cinco principais conjuntos de representações empregados para tentar destruir o poder simbólico de Moniz Freire. A ordem da quantidade encontrada demonstra, primeiramente, a preocupação iminente dos governistas em justificar a desobediência a — e, por conseguinte, o rompimento com — Moniz Freire: um domínio intolerante, autoritário, altamente personalista, em suma, de “ferro”. Não por acaso, essa palavra apareceu, como metáfora, em pelo menos 6 oportunidades das 19 matérias

⁵⁰¹ Alguns dias apresentam mais de uma reportagem. Algumas das palavras e dos termos (simples e compostos) encontrados que denotam esse tipo de reportagem foram: hilotas, intolerância, exploração, discórdia, sangue azul, convencido, dominar, regime da gargalheira, submissos, grilhões da subserviência, feudo, reinado, preposto, guarda pretoriana, humilhar, feitoria, chefe da fazenda, vontade de ferro, manequim, tendências despóticas, déspota, ditador, caudilho. Cf. *Jornal Oficial* (12 jan. 1905, 13 jan. 1905, 14 jan. 1905, 15 jan. 1905, 21 jan. 1905, 22 jan. 1905, 26 jan. 1905, 28 jan. 1905, 4 fev. 1905, 10 mar. 1905, 12 mar. 1905, 16 mar. 1905, 19 mar. 1905, 6 abr. 1905).

⁵⁰² Alguns dias apresentam mais de uma reportagem. Algumas das palavras e dos termos (simples e compostos) encontrados que denotam esse tipo de reportagem foram: capricho, humilhar, vaidade, vontades autoritárias, abuso de poder, vaidoso, ódio, ciúme, humilhado, bajulado, melindre, paixão do mando, paixão enfurecida, remorso, contrariado, raivoso, sábio, [a]mesquinizador. Cf. *Jornal Oficial* (11 jan. 1905, 14 jan. 1905, 20 jan. 1905, 22 jan. 1905, 29 jan. 1905, 4 fev. 1905, 14 fev. 1905, 18 fev. 1905, 28 fev. 1905, 3 mar. 1905, 4 mar. 1905, 11 mar. 1905, 14 mar. 1905, 25 mar. 1905, 5 abr. 1905).

⁵⁰³ Alguns dias apresentam mais de uma reportagem. Algumas das palavras e dos termos (simples e compostos) encontrados que denotam esse tipo de reportagem foram: legado negativo, erro praticado, malefícios, iludido, legado de ruínas, escolha errada, herança funesta, enganou, auréola falsa, intermináveis erros, destroçou, rosário de reveses, desacertos, déficit, dívidas legadas, empréstimos, moratória, ônus, atos desastrosos, descrédito. Cf. *Jornal Oficial* (19 jan. 1905, 21 jan. 1905, 3 fev. 1905, 12 fev. 1905, 4 mar. 1905, 9 mar. 1905, 10 mar. 1905, 15 mar. 1905, 25 mar. 1905, 29 mar. 1905, 4 abr. 1905, 7 abr. 1905, 3 ago. 1905, 12 ago. 1905, 26 nov. 1905).

⁵⁰⁴ Alguns dias apresentam mais de uma reportagem. Algumas das palavras e dos termos (simples e compostos) encontrados que denotam esse tipo de reportagem foram: unção, endeusadores, fetichistas, devotamento, apreciação, fetichismo, astro de primeira grandeza, idólatras, áulicos, seguido, idólatras caricatos, papa, patriarca, templo, religião, líder, turiferavam, glorificação, subservientes, fanatizados, dador de todas as graças, glorificação, ídolo de gesso, adutores, ídolo de suas crenças, estátua de seu ídolo, louvores, bezerro de ouro, adoradores, hosiânas. Cf. *Jornal Oficial* (11 jan. 1905, 13 jan. 1905, 14 jan. 1905, 17 jan. 1905, 26 jan. 1905, 4 fev. 1905, 11 fev. 1905, 12 fev. 1905, 24 fev. 1905, 28 fev. 1905, 1 mar. 1905, 3 mar. 1905, 10 mar. 1905).

⁵⁰⁵ Alguns dias apresentam mais de uma reportagem. Algumas das palavras e dos termos (simples e compostos) encontrados que denotam esse tipo de reportagem foram: neutralizado, poucos aliados, suicídio político, queda estrondosa, morto na política, quebrou a cara, minoria, causa fútil, ostracismo, desprestígio político, traidor. Cf. *Jornal Oficial* (14 jan. 1905, 21 jan. 1905, 24 jan. 1905, 25 jan. 1905, 1 fev. 1905, 2 fev. 1905, 4 fev. 1905, 7 fev. 1905, 9 mar. 1905, 11 jun. 1905, 15 jun. 1905).

⁵⁰⁶ Alguns dias apresentam mais de uma reportagem. Algumas das palavras e dos termos (simples e compostos) encontrados que denotam esse tipo de reportagem foram: reanimou o espírito, benquistado, resignação evangélica, salvou, anjo salvador, sacrifícios, libertador da opressão, salvador do Estado. Cf. *Jornal Oficial* (11 jan. 1905, 18 jan. 1905, 19 jan. 1905, 27 jan. 1905, 4 fev. 1905, 10 out. 1905).

encontradas. Em mesma quantidade apareceu a palavra “autoritário” e suas derivações. Outro forte argumento para a desobediência aos ditames do líder foi o capricho e a vaidade por ele supostamente apresentados. Aliás, essa última palavra e seus derivados apareceram nada menos que 8 vezes em 6 reportagens. Assim, vaidade e autoridade foram os pontos mais destacados, o que não ocorreu aleatoriamente. Mesmo que não tivesse alto grau de veracidade, tendo em vista se tratar de representações objetivando destruir simbolicamente a vítima, possibilita dimensionar o desgaste da liderança do oligarca.

O terceiro conjunto de representações voltado para destruir o poder simbólico passava pelo próprio reconhecimento desse poder. Foi reveladora a definição identitária do grupo, que não admitia mais as ordens do antigo chefe: “Iconoclastas hoje, ontem idólatras”, assim se referiam à condição posta após a ruptura (JORNAL OFICIAL, 16 fev. 1905). Todavia, o foco foi os adeptos que teimavam em permanecer ao lado do antigo líder. Para tanto, não faltavam analogias como retórica. O fetiche⁵⁰⁷ por ele exercido não foi esquecido, sendo representado de diversas maneiras, destacando-se as que retratavam algum tipo de idolatria exagerada por parte do séquito: como um papa ou patriarca⁵⁰⁸, um endeusado⁵⁰⁹, ídolo de gesso⁵¹⁰, bezerro de ouro⁵¹¹, ídolo em estátua.⁵¹²

Essa gama de representações pode ser mais bem compreendida à luz da época e do contexto no qual foram criadas. Os governistas de então consideravam Moniz Freire um traidor, desertor do Partido Construtor original, que estava formando uma oligarquia familiar, com seus parentes, os Monjardim⁵¹³, levando-os, desse modo, a chamá-lo por diversas vezes de

⁵⁰⁷ Fetiche foi uma alcunha utilizada para definir os admiradores de Moniz Freire. Uma semana depois, em defesa do então Augusto Calmon, os aliados de Coutinho admitiam que Calmon antes da ruptura tinha certo fetiche pelo ex-chefe. Cf. *Jornal Oficial* (4 fev. 1905, 11 fev. 1905).

⁵⁰⁸ A coluna intitulada *Em defesa* compara Moniz Freire a um papa e patriarca dentro do PRCA. Cf. *Jornal Oficial* (14 jan. 1905).

⁵⁰⁹ A coluna intitulada *É de pasmar* chama os fiéis seguidores de Moniz Freire de “endeusadores”. Cf. *Jornal Oficial* (26 jan. 1905).

⁵¹⁰ A coluna intitulada *Expliquem-se* afirma ironicamente que as atitudes de Moniz Freire o glorificam e o rotula como sendo um “ídolo de gesso”. Cf. *Jornal Oficial* (24 fev. 1905).

⁵¹¹ Na coluna intitulada *Estão lá*, os governistas alegam não ser possível fazer uma comparação entre a administração de Henrique Coutinho e a anterior, de Moniz Freire. Critica os seus adoradores, portanto também dissidentes, e o chama de bezerro de ouro, em comparação a um falso ídolo presente em uma das passagens da Bíblia. Cf. *Jornal Oficial* (3 mar. 1905).

⁵¹² A coluna intitulada *Respondendo* também critica o séquito de Moniz Freire, ao afirmar que “[...] lançam á estátua de seu ídolo louvores”. Cf. *Jornal Oficial* (28 fev. 1905, p. 2). Dias depois, na coluna *veritas*, os seguidores de Moniz Freire foram chamados de idólatras. Trata-se de duas novas alusões indiretas ao bezerro de ouro. Cf. *Jornal Oficial* (1 mar. 1905).

⁵¹³ Pelo *Jornal Oficial*, as palavras dos defensores de Coutinho eram enfáticas: Moniz Freire pretendia firmar-se “[...] para sempre na oligárquica chefia de uma política de família” (28 jan. 1905, p. 1). Na semana seguinte (4 fev. 1905), descrevia quais eram os supostos poucos aliados que aderiram à dissidência, quase todos do clã

chefe dos *autonomistas*.⁵¹⁴ Além disso, essa era uma das formas de explicar as razões que levavam uma facção governista a seguir seu líder no tortuoso caminho da oposição, que, na Primeira República se traduzia em poucas oportunidades de ocupar algum cargo político eletivo (CARONE, 19075). Em suma, demonstrava as impressões causadas pelo séquito, o qual permanecia ao lado de seu líder, mantendo firmes os laços de fidelidade, crédito e confiança outrora construídos. Interessante percebermos que até mesmo os que haviam rompido se diziam outrora admiradores. Iconoclastas e idólatras foram analogias encontradas para ilustrar a metamorfose política que explicasse os ataques: a retórica como artifício.

O quarto conjunto reunia ações preocupadas em sedimentar a ideia de que o ex-chefe político havia escolhido o caminho equivocado da dissidência, rumo à debacle. Essa constatação ficou nítida na crítica aos “fetichistas” — palavras do anônimo redator — de Moniz Freire, os quais

[...] não fazem mais do que repetir a sentença que este ousou proferir no angustioso momento do seu **suicídio político**, como que para minorar-lhe a responsabilidade e atenuar a grande culpa de havê-los arrastado na **queda estrondosa** de seu apregoadado prestígio, do seu decantado valor partidário (JORNAL OFFICIAL, 4 fev. 1905, p. 1, grifos nossos).

As palavras “suicídio político” e “queda estrondosa” apontam o empenho dos adversários em decretar o fim da carreira política do oligarca. Meses depois, novas palavras de peso serviram para refutar as acusações feitas pelo senador, que

[...] prefere mentir à sua consciência, porque S.S. não aprendeu a sobrelevar os rigores do **ostracismo** e não quer convencer-se de que a sua época passou e o povo, que nunca o teve a seu lado, não mais acredita na retórica falaciosa de seus algozes (JORNAL OFFICIAL, 11 jun. 1905, p. 1, grifo nosso).

Fabricavam-se representações que incutissem no imaginário social da comunidade interpretativa leitora os caminhos distintos que os dois principais líderes políticos haviam tomado: o injustiçado, traído e caluniado, para a vitória; o injusto, traidor e caluniador, para a derrota. Vale lembrar que esses jornais eram direcionados a uma elite letrada, ainda minoria no Estado, a qual tinha como componentes muitos membros da elite política regional. Assim,

Monjardim. Um mês depois, acusava o ex-chefe de patentear “[...] aos olhos de todos a sua predileção e preferência pela sua extensa e sôfrega parentela” (3 mar. 1905, p. 1).

⁵¹⁴ O grupo que acompanhou Moniz Freire foi chamado de autonomista por aqueles que permaneceram ao lado de Henrique Coutinho como forma de desmoralizá-los e fortalecer a ideia de que eles eram os verdadeiros desertores e, por conseguinte, traidores. Trata-se de uma alusão ao Partido Autonomista chefiado pelo barão de Monjardim, o qual havia se fundido com o PRC em 1897. Devido à proximidade de Moniz Freire com o clã Monjardim e de juntos optarem pela dissidência, receberam essa alcunha, de modo a conotar que a fusão de 1897 havia sido desfeita. Cf. *Jornal Oficial* (4 fev. 1905).

de certo modo, tratava-se de uma estratégia de convencimento, até mesmo um aviso aos indecisos e aos que teimavam em permanecer do lado “errado” da querela.

O quinto conjunto deu-se pela produção de matérias que criticavam a administração de Moniz Freire, do quadriênio anterior. Era uma forma de os correligionários de Coutinho contra-atacarem as injúrias oriundas da nova oposição. Em uma das reportagens, criticaram o ex-presidente por ter deixado

[...] o Estado carregado de compromissos em satisfação à vaidade [...] quando [n]a realidade estamos todos sentindo com as suas administrações, sendo a última tão desleal, que somente com a sua saída soubemos da miserável moratória que arranhou, a qual devemos classificar de economia sórdida, quando em sua mensagem mentia vergonhosamente ao povo, demonstrando um Estado lisonjeiro das nossas finanças (JORNAL OFFICIAL, 25 mar. 1905, p. 1).

Os antigos correligionários desnudavam um assunto que o ex-chefe havia ocultado de suas mensagens. A reboque, eles forjaram representações negativas do personagem para ilustrar sua incapacidade em lidar com as finanças do Estado, definindo-o como mau administrador, justamente no ponto em que tanto se orgulhava e que tanto exaltavam seus “adoradores”, termo usado pelos críticos para definir o séquito de fieis correligionários.

A questão financeira do governo de Moniz Freire foi utilizada para fazer elo com a sua popularidade, traço sempre marcante na trajetória política de Moniz Freire. Assim, não foi incomum o uso do povo para expressar os sentimentos vividos pelos seus adversários. Havia a tentativa de destruição simbólica passando pela mudança da condição do personagem de amado para desdenhado, de bom para mau administrador. Enfim, deixam transparecer a mágoa pela predileção que Moniz Freire demonstrava pelos Monjardim — em detrimento dos demais.

[...] Outrora tão querido do povo que sempre o recebeu, com as maiores demonstrações de solidariedade, a despeito mesmo dos males que lhe havia causado, quando S. Exa. regressava à esta Capital, saudando-o com as mais significativas demonstrações de entusiasmos, S. Exa. hoje tem a prova mais frisante e eloquente que este povo, tão cumulado de desdêns, já não é o mesmo, diante do modo porque S. Exa. dirigiu os destinos do Estado e a marcha do partido, preocupado somente em dispensar um protecionismo escandaloso a um grupo eivado pela ambição e sem importância, que cavou a cisão do corpo político (JORNAL OFFICIAL, 13 jan. 1905, p. 1).

Posteriormente, a relação entre desprestígio popular e administração ruim foi novamente ressaltada, ao lembrar que o povo estava aborrecido de “[...] tanto ouvir falar nos desacertos do Governo, quando o pregador é o Dr. Muniz [sic] que, em matéria de desacertos, suas

administrações têm uma carga pesadíssima” (JORNAL OFFICIAL, 15 mar. 1905, p. 1). No duelo de representações dos jornais-trincheiras, era preciso assemelhar o povo à facção governista de Coutinho, ou seja, também passando de “idólatra” a “iconoclasta”.

Concomitantemente ao desprestígio popular, era preciso incutir na comunidade interpretativa a ideia de que Moniz Freire estava fraco politicamente, especialmente quanto ao número de seguidores. Para tanto, foram publicados telegramas das adesões a Henrique Coutinho, oriundas de diversas regiões do Estado (JORNAL OFFICIAL, 12 jan. 1905, 13 jan. 1905, 19 jan. 1905), como mais um argumento na luta pelo monopólio da verdade, pelo direito de falar em nome dos *construtores*, então cindidos. Era preciso minar o crédito e a confiança de seu maior detentor, até então o mais importante porta-voz do grupo. Retirar seu direito à razão era retirar seu direito à fala, minar seu poder simbólico, decretar sua decadência. Informar os apoios recebidos pelo presidente do Estado materializava esse anseio. Não podia ser outro senão o campo político o lugar dessa disputa (BOURDIEU, 2009).

Ações políticas foram tomadas pelo governo para garantir o futuro nas eleições legislativas federais e estaduais que adviriam. Para tanto, o controle dos Conselhos Municipais era imprescindível, o que levou o presidente do Estado a apoiar determinadas facções em detrimento de outras. Em alguns casos, sobretudo naqueles em que os situacionistas municipais não apoiaram Coutinho, foi dada carta branca pelo governante para que as facções com ele sintonizadas tomassem o governo por meio de violência.

O Coronel Pedro José Aboudib (1997)⁵¹⁵, por exemplo, afirmou ter sua vida ameaçada em Guarapari, sendo socorrido por José Monjardim em nome de Moniz Freire, por quem nutria grande estima e admiração e, portanto, por ter ficado ao seu lado. Aboudib era um dos que continuavam encantados pela figura do oligarca.⁵¹⁶

⁵¹⁵ O Coronel Pedro José Aboudib era um mascate natural do Líbano. Chegou ao Espírito Santo, mais precisamente Guarapari, nas últimas décadas do século XIX. Casou-se lá com uma mulher de importante família local, o que lhe deu condição de ocupar cargo político nesse Município. Foi leal a Moniz Freire durante toda a existência do oligarca. Cf. Aboudib (1997) e Santos (2012b).

⁵¹⁶ Vale lembrar que o depoimento foi dado em 1945, exatos quatro décadas depois do acontecido. As palavras por ele empregadas, as quais denotavam carinho, respeito, fidelidade e admiração, são reveladoras do fascínio que Moniz Freire exercia sobre uma parte da elite política capixaba. Verdadeiro carisma. Utilizamos em demasia o depoimento dele por ser o único que encontramos de um coronel cuja vivência tenha sido coetânea a de Moniz Freire. Cf. Aboudib (1997).

Nas eleições para os Conselhos Municipais, os principais episódios de violência e fraude, denunciados por Moniz Freire no Senado, teriam ocorrido em Vitória, Nova Almeida⁵¹⁷ e Guarapari, cidade onde residia Aboudib. O Senado serviu de palco para discussão a respeito da situação política do Estado entre os senadores Moniz Freire e Joaquim Catunda⁵¹⁸. A defesa do senador cearense, embora não tivesse correlação direta com o caso, garantiu uma voz a Henrique Coutinho na instituição, enfraquecendo qualquer hipótese de intervenção federal no Estado. Pelo menos três sessões foram ocupadas com acalorada discussão (BRASIL, 1906b).⁵¹⁹ Na Câmara, o debate ocorreu no interior da bancada espírito-santense, entre os deputados federais Bernardo Horta e Galdino Loreto (SANTOS, 2012a).

A intervenção nos Conselhos Municipais fazia-se necessária na medida em que, na época, ocorriam as principais fases do escrutínio eleitoral no Município. É bem verdade que a Lei Rosa e Silva havia ampliado a influência do poder estadual com a introdução dos magistrados no processo (MAGALHÃES, 1986), bem como de funcionários e órgãos públicos, atuando diretamente para garantir o sucesso do partido situacionista (RICCI; ZULINI, 2016). Entretanto, os Conselhos ainda protagonizavam parte do processo: os votos contados pela mesa eleitoral eram enviados aos referidos Conselhos, na sede do distrito, e apurados por uma junta formada pelo presidente do referido órgão e por representantes do Judiciário (NICOLAU, 2012). Era, sem dúvida, uma forma de Coutinho assegurar sua vitória nos pleitos futuros, pois, apesar de ter o controle do governo, tinha como adversária a facção poderosa de seu ex-chefe.

Por seu lado, os grupos situacionistas tendiam a permanecer junto do presidente do Estado. Por mais que adesões e dissidências fossem uma tônica da Primeira República, o apoio do situacionismo estadual era condição essencial para que o coronel alcançasse vitória. A relação entre os dois extremos era hierárquica, pois o último dependia dos favores do primeiro, mas era também pautada pela reciprocidade e compromisso. Não seria fácil a condição de um coronel na oposição que tivesse, portanto, que enfrentar o governo estadual e todo seu aparato coercitivo, podendo, caso optasse pela aliança com o governo estadual, gozar da autonomia

⁵¹⁷ Hoje pertencente ao Município de Serra.

⁵¹⁸ Joaquim de Oliveira Catunda era natural do Ceará. Republicano desde 1888, após o fim da Monarquia foi eleito senador constituinte de 1890 pelo seu Estado natal. Ao fim do mandato, em 1890, foi reeleito senador, função que exerceu até 1907, ano de sua morte. Fez amizade com Henrique Coutinho ao tempo em que exerceram o mandato juntos, entre 1897 e 1904. Cf. Abranches (1918a) e *Annaes do Senado Federal* (1906b).

⁵¹⁹ Não entraremos a fundo nas discussões, pois fogem de certo modo ao nosso propósito. Elas foram exploradas por Estilque dos Santos (2012b).

extralegal dada pelo oligarca, como privilégios e carta branca para agir, indicando amigos e parentes para determinados cargos, ou mesmo empregar violência sob vista grossa do Estado (LEAL, 2012). Essas informações contribuem para compreender porque, apesar do enorme capital político que Moniz Freire ainda possuía, diversos coronéis não aceitaram seguir o antigo chefe. Igualmente, essas informações ajudam a entender o uso constante da violência contra as facções municipais que permaneceram ao lado de Moniz Freire — que não foram poucas, considerando-se as diversas denúncias que fez no Senado e no seu jornal.

Não dispomos das informações exatas acerca da quantidade de Conselhos Municipais que permaneceram ao lado de um ou de outro, por causa da incompatibilidade e da inconsistência das versões, na guerra simbólica empreendida, principalmente pelos jornais. Mas nem tudo era boato. O Conselho de Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, permaneceu com Coutinho, tendo à frente o governador municipal Pinheiro Júnior, durante todo o quadriênio (SANTOS, 2012a). Tratava-se da principal cidade da região sul do Estado, importante polo econômico, que possivelmente influenciava as cidades vizinhas.

Ao fim e ao cabo, o uso de fraude e violência, além do peso de ter o governo sob suas mãos — logo, o monopólio das relações coronelísticas estaduais —, permitiu a Coutinho, ao longo de 1905, controlar boa parte dos Conselhos Municipais, a começar pela marcante vitória na capital. Assim, Coutinho preparava terreno para o pleito eleitoral de 1906, garantindo as condições necessárias para eleger sua chapa. Como se tratava de uma eleição para a bancada de deputados federais e senadores, faz-se mister compreender os rebatimentos desse fato no Rio de Janeiro.

7.2.2 “O caso do Espírito Santo”: os rebatimentos na capital federal

Com esse título, foram publicadas no Rio de Janeiro muitas notícias políticas do Espírito Santo, referentes a desentendimentos entre Coutinho e Moniz Freire e a seus rebatimentos. Os ecos ressoados na imprensa da capital federal merecem nossa atenção, porque lá estavam importantes componentes da elite política nacional, no Senado, na Câmara, nos ministérios e nos órgãos federais. Eles compunham uma comunidade interpretativa de extrema significância no cenário cultural e em especial político, a qual teve papel crucial nos desdobramentos dos pleitos eleitorais, sobretudo do Espírito Santo, em 1906. Nesse sentido,

analisamos as representações construídas em torno de Moniz Freire a partir da querela com Coutinho e de que modo ela afetou sua imagem e seu poder simbólico.

Ao nos debruçarmos sobre os principais meios impressos da capital federal⁵²⁰, percebemos que, de maneira discrepante, eles trabalharam essa questão. O *Jornal do Brasil*, de forma imparcial, ouviu os dois lados (Monjardim e Galdino), enquanto *O Paiz* publicou apenas a versão governista, o que levou Moniz Freire a reclamar da parcialidade do jornal no Senado (BRASIL, 1906b).

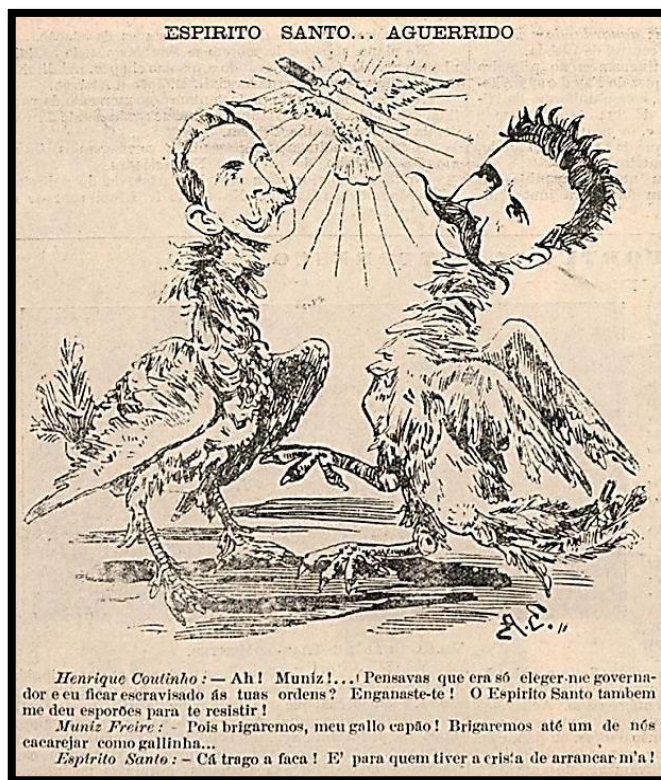
A Revista *O Malho*⁵²¹, por sua vez, optou por satirizar o confronto criado pelos dois personagens. Na edição de 21 de janeiro, publicou uma charge sobre o assunto (Figura 12). As representações construídas fazendo uso da imagem são reveladoras: dois galos de rinha com esporas afiadas, tendo acima a pomba representando o Espírito Santo (em duplo sentido: o Estado e o poder político) segurando um punhal, a arma que garantiria a vitória daquele que a alcançasse. Dois brigões, de esporas afiadas, digladiam-se unicamente pelo punhal do poder. Forjava-se representação negativa a qualquer uma das causas. Era uma representação comumente usada para retratar as disputas entre os atores políticos.⁵²²

⁵²⁰ Reportagens sobre o assunto saíram de imediato no *Correio da Manhã* (18 fev. 1905), no *Jornal do Brasil* (13 jan. 1905, 15 jan. 1905, 18 jan. 1905, 19 jan. 1905), na revista *O Malho* (1905, n. 122 e n. 123) e em *O Paiz* (28 jan. 1905, 30 jan. 1905, 31 jan. 1905).

⁵²¹ Revista de cunho humorístico e político, criada por Luís Bartolomeu em setembro de 1902. Tinha entre seus colaboradores Olavo Bilac e Guimarães Passos. Em 1910, já era de propriedade do senador Antonio Azeredo, aliado de Pinheiro Machado (SODRÉ, 2011).

⁵²² Essa representação se repetiu para retratar a disputa entre os senadores Pinheiro Machado e Rosa e Silva em torno do nome de Nilo Peçanha para compor a chapa com Afonso Pena à presidência da República. Rosa e Silva era contrário e acabou derrotado. Cf. *O Malho* (1905, n. 156).

FIGURA 12 – Charge sobre a disputa política entre Henrique Coutinho e Moniz Freire



Fonte: *O Malho* (1905, n. 123)

A *posteriori*, a revista carioca, com aparente ar de parcialidade, deu voz à história popularmente comentada de que havia uma linha de telefone — ou telegráfica, conforme a fonte — entre o Palácio do Governo e a casa de Moniz Freire, para que assim ele pudesse dar ordens aos presidentes de Estado que o sucedessem, como uma verdadeira “*Constituição verbal do Estado*”. Desse modo, não teria gostado Coutinho “[...] do papel que aquele telefone representava, e o suprimiu, cortando o mal pelos fios...”. Em seguida, admoestou o povo do Estado a ter juízo, ficando “[...] de cabo de vassoura ao lado do presidente, como dizem que está, ou aproveita a ocasião para reestabelecer os fios do aparelho ditador, com a oligarquia fonética do Sr. Muniz Freire” (O MALHO, 1905, n. 159, p.4).

A analogia empregada contribuía para representar Moniz Freire como um oligarca tirano e dominador, que fazia dos governantes em exercício meros prepostos de sua vontade. Fabricava-se um imaginário altamente pejorativo, pelo qual o progressivo enfraquecimento simbólico acompanhava *pari passu* o enfraquecimento político. Vale ressaltar que essa construção imagética já havia sido mencionada meses antes, pelo *Jornal do Brasil* (27 jan.

1905), por *O Paiz*⁵²³, e por *A Notícia*⁵²⁴, no qual seu redator informava que “[...] o fio telefônico [que ligava o palácio do governo à casa de Moniz Freire] parecia, aos olhos de todos um sinal externo e patente da submissão do governador ao chefe político” (26 mai.1905, p. 1). Tratava-se naturalmente de um boato político⁵²⁵, uma história não comprovada – pois se iniciou com a frase “conta-se”. Prática tão comum em Vitória já nos oitocentos (BASTOS, 2016), era suficientemente capaz de causar danos ao poder simbólico que tanto fortaleceu o capital político do chefe *construtor*.

A ideia de que Moniz Freire era autoritário e que queria fazer dos presidentes do Estado mero prepostos de suas vontades foi edificada a partir das experiências políticas de Graciano Neves e José Marcelino Vasconcelos, escolhas pessoais dele para ocupar o cargo. A escolha de Henrique Coutinho parecia ser mais uma. Por ocasião da ruptura, após ouvir as versões, o popular *Jornal do Brasil* (26 jan. 1905, p. 4) assim se referiu a este último ao relatar as causas do fato acontecido.⁵²⁶ Assim, afirmava que outras razões, além da escolha de candidatos para a Câmara de Vitória, “[...] ao que parece, já existiam para o chefe desconfiar do seu preposto e deste rebelar-se contra as desconfianças, exigências e excessos de mando daquele”. Meses depois, o senador Catunda, ao defender Coutinho no Senado, criticou Moniz Freire de querer transformar o ex-aliado em preposto (BRASIL, 1906b).

É óbvio que essa representação estava ancorada na versão dita pela facção que permaneceu ao lado de Henrique Coutinho. E não somente nos jornais do Espírito Santo. O deputado federal Galdino Loreto — principal porta-voz do presidente do Estado no Rio de Janeiro, pois foi o único membro da bancada federal a permanecer situacionista no Espírito Santo — asseverava que Coutinho havia se esforçado para não desagradar Moniz Freire e o rompimento teve como

⁵²³ Interessante foi a forma como o jornal passou essa informação. Simulando um diálogo cômico entre dois personagens, um deles informava que Moniz Freire “[...] não nasceu para diplomata. Ele queria fazer essas coisas [que Coutinho fosse e parecesse um instrumento nas suas mãos] publicamente. Quer uma prova? Exigiu que se colocasse uma linha telefônica, ligando o palácio do governo à sua chácara [...] O povo concluiu que ele ditava os atos e o Coutinho assinava-os.” Cf. *O Paiz* (27 jan. 1905, p. 2).

⁵²⁴ *A Notícia* foi um jornal fundado em 1894 pelo português Oliveira Rocha. Destoava-se dos demais pelo cunho neutro, embora fosse republicano e apoiasse os governos desde Floriano Peixoto (1892-1895). Cf. Montalvão (s.d.).

⁵²⁵ Por boatos entendemos “[...] afirmações sobre informações não verificadas que circulam em relação a assuntos que as pessoas consideram importantes; surgem em situações de ambiguidade, ameaça real ou potencial; e são usados por pessoas que tentam compreender ou gerenciar o risco” (DIFONZO, 2009, p. 42-43). Sobre a prática de boatos políticos em Vitória, sobretudo nos oitocentos, cf. Bastos (2016).

⁵²⁶ Diz: “Outras razões, ao que parece, já existiam para o chefe desconfiar do seu preposto e deste rebelar-se contra as desconfianças, exigências e excessos de mando daquele” (JORNAL DO BRASIL, 26 jan. 1905, p. 4).

causa principal a questão da eleição para a Câmara de Vitória.⁵²⁷ Porém, ateve-se, de modo mais enfático, à questão da composição da chapa dos vice-presidentes do Estado: de um lado estariam os construtores antigos e, do outro, a família Monjardim.⁵²⁸

O *Jornal do Brasil* deu direito de resposta ao deputado federal José Monjardim⁵²⁹, diferentemente de *O Paiz*, que, pelo menos a princípio, parecia ter lado definido. Independentemente das versões, tanto defensores quanto acusadores contribuíram para o enfraquecimento simbólico de Moniz Freire, no Rio de Janeiro. O senador passou a ser visto como mais um entre tantos oligarcas que haviam perdido as rédeas de seu grupo. As declarações do colega, senador Catunda, a esse respeito, dão uma ideia de como o oligarca capixaba era representado. O político cearense acusou-o de escolher mal seu sucessor, a partir dos fatos denunciados e que, ao acusar o homem que ele mesmo havia apoiado no poder, acusava a si próprio (BRASIL, 1906b).

O passar do tempo e a permanência da querela entre os dois principais oligarcas do Espírito Santo favoreceu a produção de representações que rotinizaram o conflito como mais um entre os diversos episódios de disputas intraoligárquicas regionais. Desse modo, retratavam-se dois personagens em queda de braço, sedentos por poder, articulando-se em esfera nacional para, enfim, se apoderar soberanamente da política estadual. Sem dúvida, a revista *O Malho* foi a que melhor conotou os desdobramentos da política espírito-santense naquela altura dos acontecimentos, fazendo uso de ilustrações.

As representações imagéticas publicadas nessa revista procuravam retratar os dois personagens sob o aspecto totalmente pragmático, mediante a busca incessante pelo poder: permanência para um, retomada para o outro. Dois oligarcas dispostos a tudo. Ao todo, apresentamos sete representações, entre charges e tirinha, sendo quatro retratando a disputa em âmbito local (Figuras 12, 14, 15 e 16), duas estabelecendo alguma articulação com a esfera federal (Figuras 13 e 15) e uma comparando situações semelhantes em Estados diferentes (Figura 18).

⁵²⁷ O ponto de vista de Loreto foi publicado pelo *Jornal do Brasil* em duas ocasiões: por meio de uma entrevista (13 jan. 1905) e de uma carta, contestando a entrevista dada pelo adversário José Monjardim (19 jan. 1905).

⁵²⁸ Inclusive correligionários que, na ruptura, ficaram ao lado de Moniz Freire: Siqueira Lima, Cleto Nunes e Bernardo Horta.

⁵²⁹ Entrevista e carta escrita ao *Jornal do Brasil* (15 jan. 1905, 19 jan. 1905).

Já se analisou anteriormente a Figura 12. As quatro seguintes tratam da disputa dentro do Estado tendo em vista as eleições federais para a Câmara e o Senado, a ocorrer no início de 1906. Para tanto, faz-se necessário um diálogo com o contexto político Nacional. Na Figura 13, vemos Rodrigues Alves conversando com Henrique Coutinho e o deputado Galdino Loreto, seu único aliado na bancada federal. Pelo diálogo, podemos divisar algumas representações subjetivas que a revista deixava transparecer. Na primeira delas, pela fala de Rodrigues Alves, vemos que ele tratava Coutinho como um traidor, censurando sua atitude de desobediência ao seu ex-chefe. Ao mesmo tempo, é apresentado como um homem pragmático, interessado no apoio de Coutinho para eleger seu sucessor, Bernardino de Campos⁵³⁰, nome que ele mesmo escolhera. Vale lembrar que em 1905 já se falava sobre o possível sucessor de Rodrigues Alves na presidência da República. Esse nome era vetado pelas elites políticas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, o que levaria uma aproximação entre os representantes dos dois Estados, fato materializado no acordo firmado entre Pinheiro Machado⁵³¹ e Afonso Pena, esse então vice-presidente da república (VISCARDI, 2001). Por seu turno, Henrique Coutinho foi estereotipado como um político que achava natural romper contra seu criador e se tornar contrário à sua política, justificando tal atitude como algo normal naquela república. Além disso, foi representado como alguém confuso, isto é, que não entendia o que Rodrigues Alves lhe pedia, alusão a sua possível limitação intelectual. Esse estereótipo havia sido publicado no Rio de Janeiro pelo *Correio da Manhã*⁵³², periódico que havia se posicionado ao lado de Moniz Freire.⁵³³ Já esse último aparece como indignado, queixando-se com Rodrigues Alves, na expectativa de que o presidente da República fizesse algo a seu favor, e Galdino Loreto, como um intermediador, entre Alves e Coutinho.

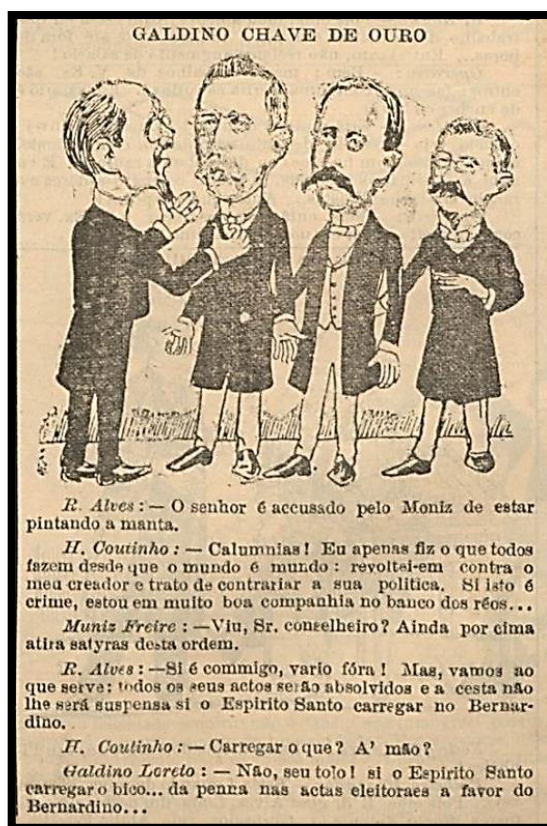
⁵³⁰ Bernardino José de Campos Júnior era mineiro de nascimento, mas, ainda jovem, mudou-se para São Paulo onde se formou em Direito. Lá se instalou, filiou-se ao PRP e foi eleito deputado para a Assembleia Provincial de São Paulo, já como republicano histórico. Na República, foi eleito deputado federal constituinte, presidente de São Paulo em duas oportunidades (de 1892 a 1896 e de 1902 a 1904) e senador em 1896 e 1900. Foi ministro da Fazenda de 1896 a 1898 e pré-candidato à presidência da República em 1906, candidatura levantada por Rodrigues Alves. Cf. Abranches (1918a).

⁵³¹ José Gomes Pinheiro Machado era natural do Rio Grande do Sul. Foi filiado ao PRR, aliado de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Por esse Estado, exerceu o mandato de senador de 1890 a 1915, ano de sua morte, ocupando, ao todo, quatro mandatos sucessivos, incompletos. Ao longo de 25 anos de exercício do cargo, adquiriu significativo capital político: chegou a ser vice-presidente do Senado em 1903 e participou pessoalmente de articulações em diversas sucessões presidenciais. Sob seu comando e sua influência, estiveram várias oligarquias dominantes dos pequenos Estados. Cf. Abranches (1918a), Carone (1975, 1983), Porto (1985), Faoro (2000) e Viscardi (2001).

⁵³² No *Correio da manhã* foi publicada uma matéria ironizando Henrique Coutinho, ao afirmar que ele meteu o pé em Moniz Freire. Além disso, insinuou que no Senado ele foi uma nulidade e que, portanto, só é conhecido pela atitude que cometeu. Cf. *Correio da Manhã* (18 fev. 1905).

⁵³³ O *Correio da Manhã* foi o jornal de propriedade de Edmundo Bittencourt, criado em 1901. Tinha cunho oposicionista, sobretudo ao presidente Hermes da Fonseca, sendo bem influente até a década de 1960. Cf. Sodré (2011) e Duarte (2012).

FIGURA 13 – Charge sobre articulações políticas entre Rodrigues Alves e Henrique Coutinho



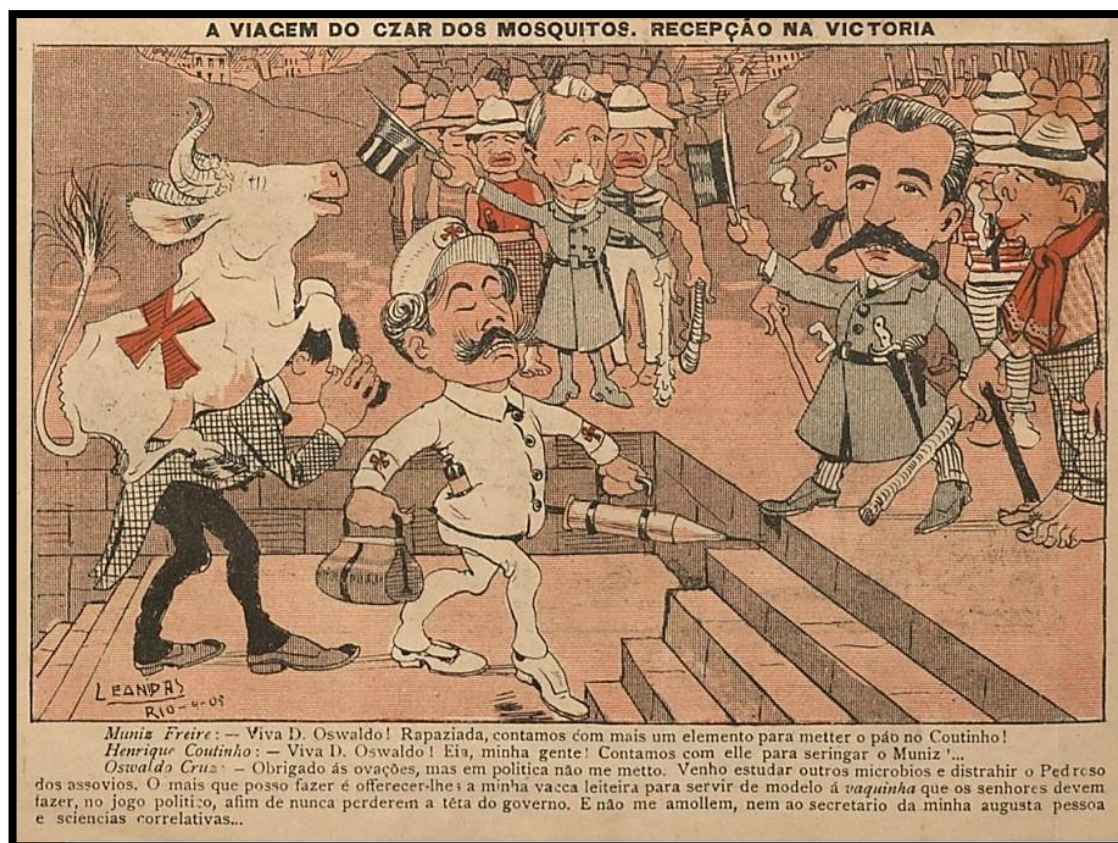
Fonte: *O Malho* (1905, n. 142)

A Figura 14 está relacionada com a política sanitaria empreendida pelo governo federal, sobretudo voltada para o Rio de Janeiro, que tinha como protagonista o médico Oswaldo Cruz.⁵³⁴ Mais precisamente, com a visita que ele empreendeu a Vitória, no início de outubro de 1905. Na charge, podemos observar o Espírito Santo representado como altamente polarizado, no qual as duas facções, tendo à frente Coutinho e Moniz Freire, acreditam que a presença do representante do governo federal se converteria em auxílio político. Representado como um pedante, Oswaldo Cruz orienta os dois oligarcas a fazerem uma vaquinha a fim de permanecerem aliados do governo federal. Certamente, tratava-se de hipotecar o maior apoio possível nas eleições vindouras. Mais uma vez, encontramos subjacente o reforço da ideia de

⁵³⁴ Oswaldo Cruz foi um médico paulista que se engajou no combate a diversas doenças no Brasil, entre as quais a peste bubônica e a febre amarela. Foi diretor técnico do Instituto Soroterápico Federal de 1900 a 1902, quando assumiu a Diretoria geral. De 1903 a 1909, foi diretor geral de Saúde Pública, cargo equivalente ao de ministro da Saúde, na atualidade. Em 1904, angariou muitos críticos ao iniciar uma campanha contra a febre amarela de vacinação em massa da população, causando a Revolta da Vacina, no mesmo ano. Ganhou renome internacional e com sua campanha conseguiu vencer a batalha contra a doença. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/oswaldo-cruz>>. Acesso em: 5 ago. 2016

ocorrer ali uma mera disputa intraoligárquica, o que banalizava as motivações da querela. Essa desvalorização depunha naturalmente contra a imagem dos dois oligarcas, inviabilizando para Moniz Freire qualquer simpatia significativa à sua causa, em outros termos, apoio federal para uma intervenção.

FIGURA 14 – Charge sobre a visita de Oswaldo Cruz a Vitória, sob o prisma da disputa política entre Moniz Freire e Henrique Coutinho



Fonte: *O Malho* (1905, n. 160)

As vindouras eleições foram temas da tirinha representada pela Figura 15. Ela apresenta a suposta tentativa de alguns componentes da bancada federal em mediar um acordo entre os dois desafetos políticos. Nela, podemos observar a resistência de Henrique Coutinho em sair do poder e a ameaça de Moniz Freire, invocando para isso seu esplendor como “*capixaba* fora do sério”. Não obstante, ele é admoestado a negociar tendo em vista Coutinho ter “a faca e o queijo nas mãos”, ou seja, o controle do governo e a vitória certa no pleito eleitoral.

A tirinha⁵³⁵ coincide com a — ou talvez até se baseasse em — coluna intitulada *Kaleidoscópio*, publicada meses antes em *O Paiz*, que simulava ou transcrevia — não se sabe ao certo — um diálogo entre dois personagens trocando informações sobre as desavenças políticas recém-ocorridas no Espírito Santo. A certa altura da conversa, um dos personagens informava ao outro, curioso, que Moniz Freire havia se enganado em suas perspectivas, ao acreditar “[...] que não só teria apoio enorme no Estado e na União, como que o Coutinho ficaria a tremer no palácio”, visto que “O governo da União retraiu-se. O Estado inteiro ficou firme com o Coutinho e o Coutinho ficou firmíssimo no palácio” (*O PAIZ*, 29 jan. 1905, p. 2). Teria sido de balde o suposto esforço de Bernardo Horta em persuadir Rodrigues Alves a intermediar um acordo entre os desafetos.⁵³⁶

FIGURA 15 – Charge sobre possíveis negociações políticas entre Moniz Freire e Henrique Coutinho



Fonte: *O Malho* (1905, n. 160).

⁵³⁵ Na ilustração, vemos os deputados federais Galdino Loreto e Moreira Gomes, bem como o senador Cleto Nunes.

⁵³⁶ Por esse acordo, segundo o jornal, Cleto Nunes renunciaria ao cargo de senador e Coutinho, ao mesmo tempo, ao de presidente do Estado. Um ocuparia a vaga do outro, ficando Cleto Nunes também com o cargo de chefia do Partido. A coluna foi republicada em Vitória pelo *Jornal Oficial* (2 fev. 1905).

De modo geral, como se percebe, a apropriação da crise de legitimidade no seio do PRCA engendrava representações que em nada favoreciam os anseios de Moniz Freire. Em termos práticos, era interpretada como mais uma querela entre oligarcas, em meio a diversos episódios em outros Estados do Brasil. Não havia motivação necessária para qualquer ajuda significativa a Moniz Freire, sobretudo por parte de Rodrigues Alves, pois ele adotava o princípio de Campos Sales de não intervenção nas diversas unidades federativas do país.⁵³⁷ Era mais um sentinela das oligarquias e do que Christian Lynch (2014) chamou de “federalismo conservador”.⁵³⁸ É bom lembrar que a intervenção federal não havia sido regulamentada e a possibilidade se tornou ainda mais remota, o que levou o próprio Moniz Freire a lamentar, em discurso no Senado (BRASIL, 1906b).

Com a incapacidade de angariar adeptos expressivos para sua causa, isto é, retirar seu algoz do cargo, restava ao senador colocar percalços na administração do adversário ou, pelo menos, era isso que a imprensa em parte entendia. Na Figura 16, Moniz Freire, como principal chefe da oposição, é acusado de manipular o juiz federal para prejudicar o governo — e, por conseguinte, seu adversário.⁵³⁹ Dias antes, um artigo publicado pelo *Jornal do Commercio* denunciava — em tom de indignação — decisões que prejudicavam o governo do Espírito Santo e, como consequência, beneficiavam a empresa concessionária *Societé Minière*, oriundas de manobras da justiça motivadas por paixões.⁵⁴⁰ Moniz Freire não é mencionado, mas a charge publicada dias depois não deixa dúvida acerca de quem entendia-se estar por trás das ações.

⁵³⁷ Uma das propostas de Campos Sales era que o presidente da República não interviesse nos governos estaduais, conquanto fossem correligionários. Objetivava-se assim estadualizar os conflitos. Uma única intervenção ocorreu sob seu governo, em Mato Grosso, para atender um pedido de seu aliado próximo, Joaquim Murtinho. Cf. Carone (1983), Fanaia (2010) e Viscardi e Figueiredo (2016).

⁵³⁸ De acordo com Lynch (2014, p. 140), era uma crença por parte de setores mais conservadores da elite política nacional de que “[...] estabelecida uma situação oligárquica num determinado Estado, a União não poderia intervir a pretexto de fraude ou compressão eleitoral. Este seria um problema interno dos Estados, que cabia a eles mesmos regular.”

⁵³⁹ A questão das areias monazíticas vinha do segundo governo de Moniz Freire (1900-1904). Naquele quadriênio, o governo estadual criou um embate com a União pelo direito à exploração do produto, existente no litoral sul do Espírito Santo, desde Guarapari até Itapemirim. Era uma expectativa de receita mediante sua exportação e pagamento de tributo aos cofres públicos. No governo de Henrique Coutinho, a querela perdurou, agora entre o governo estadual e a *Societé Minière*, empresa que havia adquirido o direito à exploração, por parte do Governo Federal, das ditas areias. Cf. *Jornal Oficial* (20 jul. 1907), Oliveira (2008) e Saletto (2008).

⁵⁴⁰ Não encontramos a publicação original. Fizemos uso da sua republicação que saiu no *Jornal Oficial* (20 jul. 1907).

FIGURA 16 – Charge sobre a tentativa de Moniz Freire de atrapalhar o governo



Fonte: *O Malho* (1907, n. 252)

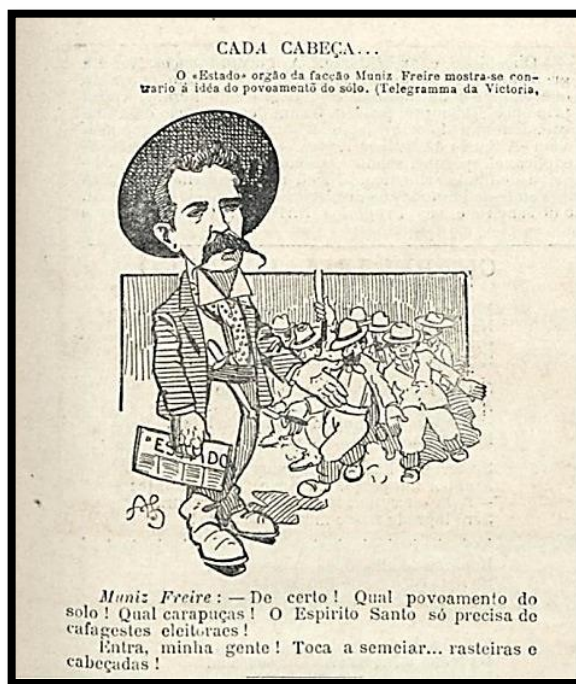
Semanas depois, o senador foi retratado, juntamente com sua facção, como sendo contrário ao povoamento do solo de seu próprio Estado, ideal pelo qual havia se esforçado especialmente em seu primeiro mandato de presidente do Estado (1892-1896). Henrique Coutinho, ao assumir o cargo, havia estabelecido como programa de governo, entre outras medidas, o povoamento. Como se vê, a ruptura com seu ex-chefe não passava pelo campo das ideias.⁵⁴¹ Assim sendo, procurou articular-se com o governo federal, recebendo de Afonso Pena a promessa do envio de imigrantes, o que nunca chegou a ocorrer (SALETTTO, 2008). A princípio, essa expectativa frustrada teria a ver com alguma intervenção de Moniz Freire junto a seu amigo Afonso Pena. A publicação de uma charge (Figura 17) dizendo que o jornal *O Estado do Espírito Santo* — logo, a facção e o próprio Moniz Freire — era contra a ideia de povoamento, reforçava essa crença, embora não tenhamos encontrado a referida reportagem com a qual pudéssemos fazer contraponto.⁵⁴² De qualquer modo, ela representava o senador como sendo contrário à ideia que tanto defendera e ao mesmo tempo alguém querendo promover a desmoralização política com a introdução de cafajestes eleitorais para “semear rasteiras e cabeçadas”. Verídico ou não seu posicionamento quanto ao assunto, a publicação

⁵⁴¹ Interessante observar a semelhança entre os planos de governo. Em sua mensagem de 1906, por exemplo, Henrique Coutinho dizia: “Logo que seja possível, continuai o povoamento do nosso Estado, dai instrução ao povo, abri estradas e estaremos salvos” (ESPÍRITO SANTO, 1906, p. 25).

⁵⁴² Os exemplares encontrados datam do final do mês de julho de 1907, portanto, quando a suposta opinião do jornal sobre o povoamento do solo capixaba já havia sido publicada.

da revista ia totalmente de encontro às necessidades do oligarca: inimigo do Estado e sem escrúpulos.

FIGURA 17 – Charge sobre Moniz Freire retratado como adversário ao povoamento do solo espírito-santense



Fonte: *O Malho* (1907, n. 254)

Por mais que as supostas atitudes de Moniz Freire não estivessem próximas às verdades dos fatos, a popular revista, mediante o esquema apropriação-representação-circulação, contribuía negativamente para a imagem do político capixaba.⁵⁴³ Ao fim e ao cabo, pelo conjunto de figuras, vemos o quanto ele foi estereotipado como um oligarca sedento por recuperar o controle político de seu Estado, disposto a tudo, inclusive a negar seu passado, quer dizer, todo o poder simbólico adquirido. Logo, tratava-se de uma desconstrução simbólica, imagética, que vinha a reboque do seu enfraquecimento político, altamente danoso ao portador de carisma. Em suma, concorria para a sua desmoralização política, já que

[...] o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e os ditos presentes e para desacreditar seu autor (BOURDIEU, 2009, p. 188-189).

⁵⁴³ A palavra capixaba empregada na presente tese se refere a todos os nascidos na ilha de Vitória.

As calúnias do presente objetivavam — mesmo que indiretamente — desmentir os atos e as falas do passado: o manifestado amor ao Espírito Santo e o fato de se portar como um político bem intencionado, mormente no campo das ideias.

A caricatura⁵⁴⁴ dava um leve tom de descolamento da neutralidade, embora *O Malho* não se posicionasse próximo a um ou a outro personagem. De qualquer jeito, elas tinham conotação negativa para ambos os atores políticos, pois, via de regra, tinham o poder e a intenção de desmascarar personagens destacados na sociedade — em questão um senador e um presidente de Estado — ao revelarem, pela ilustração caricata, as supostas intenções dos personagens em suas respectivas atitudes (LUSTOSA, 2012)

Não bastassem as caricaturas, alguns jornais, por seu turno, de forma discreta ou não, escolheram um dos lados. O *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, acusou Henrique Coutinho de ser uma nulidade intelectual, paspalho, traidor e sem brilho.⁵⁴⁵ Além disso, mostrava inteira sintonia com a facção de Moniz Freire ao noticiar os resultados dos pleitos conforme divulgado por ela⁵⁴⁶, ceder espaço para suas denúncias⁵⁴⁷ e para artigos de sua própria autoria.⁵⁴⁸ A *Gazeta de Notícias*, de forma mais discreta, apoiava veladamente, publicando notícias do Espírito Santo tendo como base os telegramas enviados por redatores de *O Estado do Espírito Santo*. Foi assim, por exemplo, ao noticiar violências do governo (6 mai. 1905) e a suposta vitória do grupo do senador nas eleições de 1906 (4 mar. 1906).

A intelectualidade também se manifestou, tendo como principal porta-voz ninguém menos que Silvio Romero.⁵⁴⁹ Em conferência realizada no ano de 1910, ele elencou as oligarquias como um dos males da República, definindo em seguida suas tipologias. Em uma delas, definida como sendo de “[...] a subserviência matreira, como meio de sucessão no poder e a

⁵⁴⁴ Segundo Isabel Lustosa (2012, p. 232), “[...] a caricatura é um trabalho de imitação da realidade elaborado a partir de uma certa faculdade criadora”. Sua eficácia “[...] depende da capacidade que tenha seu realizador de apreender e apresentar de forma exagerada as características mais marcantes de uma pessoa, de um personagem ou de uma situação.”

⁵⁴⁵ Diz: “Um homem de incontestável valor como é o sr. Muniz Freire [sic] [...] entrega o seu posto de governo a um paspalho, cuja firmeza e estupidez lhe pereciam sólidas, e este paspalho, logo no dia seguinte, o derrota e o declara politicamente liquidado” (CORREIO DA MANHÃ, 18 fev. 1905, p. 1).

⁵⁴⁶ Quando ocorreram as eleições para o preenchimento das vagas do Legislativo federal e, depois, do estadual, em ambos os casos o jornal noticiou como vitória da facção de Moniz Freire. Cf. *Correio Da Manhã* (4 mar. 1906; 21 mai. 1906).

⁵⁴⁷ Diversas foram as denúncias publicadas pelo periódico: bomba jogada por governistas na casa de um juiz, em Cachoeiro de Itapemirim; notícias de perseguição a correligionários, na mesma cidade e na capital. Cf. *Correio da Manhã* (16 jan. 1907; 15 set. 1906; 3 abr. 1907).

⁵⁴⁸ Moniz Freire chegou a escrever para o jornal atacando seu adversário Galdino Loreto (CORREIO DA MANHÃ, 8 abr. 1907), com o pseudônimo de Kosciusko (SANTOS, 2012b).

⁵⁴⁹ Sobre Silvio Romero, cf. Seção 2.

subsequente *traição*, como meio de substituir um grupo oligárquico a outro”, cita como exemplos diversos Estados. Nilo Peçanha teria sido traído por Alfredo Backer, enquanto “[...] no Espírito Santo, *Moniz Freire* é traído por *Henrique Coutinho*, que há de mais tarde ter o mesmo destino. Uma verdadeira degradação!...” (ROMERO, 1910, p. 415).

Já *O Paiz*, cujo mentor era Quintino Bocaiúva (SODRÉ, 2011), *a priori* havia tomado partido de Henrique Coutinho, como já ressaltamos. Supostamente tinha como correspondente um dos aliados mais próximos desse governante⁵⁵⁰, o que de certa maneira explica as razões de publicar apenas o ponto de vista dos governistas. Com o passar do tempo, porém, o periódico foi se tornando neutro.⁵⁵¹ Já *O Século* se portou de modo um pouco menos discreto. O jornal de Bricio Filho⁵⁵² ainda não existia no momento da ruptura entre os oligarcas espírito-santenses, mas em seu primeiro ano, emitiu opiniões sobre o assunto. Ao criticar a relação de Nilo Peçanha com Alfredo Backer⁵⁵³, informou que Peçanha “[...] pensou logo em morar junto do palácio, a exemplo de outro ex-governador, o sr. Muniz Freire, que pretendeu continuar na administração dando ordens ao sucessor pelo telefone direto” (O SÉCULO, 12 out. 1906, p. 1). Meses depois o assunto voltou à baila, tendo Bricio Filho atacado o oligarca fluminense de “[...] transformar o palácio do Ingá [sede do governo] em dependência do seu palacete [...] fazendo com o sr. Alfredo Backer o que o sr. Muniz Freire quis fazer com o sr. Henrique Coutinho com aquela história do telefone ligado ao palácio do presidente” (O SÉCULO, 1 dez. 1906, p. 1). As trajetórias de Moniz Freire e Nilo Peçanha foram cotejadas sob uma perspectiva diferente de Silvio Romero.

Não foram muitas as reportagens, mas elas apareciam. Anos depois, por exemplo, a republicação de um texto escrito por Henrique Coutinho⁵⁵⁴, após o término de seu mandato,

⁵⁵⁰ De acordo com os informantes de *O Estado do Espírito Santo*, tratava-se de Antonio Guimarães, então secretário geral de Estado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 mai. 1905).

⁵⁵¹ É bem provável que isso tenha ocorrido por causa da proximidade política entre Moniz Freire e Pinheiro Machado, pois o senador gaúcho exercia poderosa influência sobre esse veículo de comunicação (VISCARDI, 2001).

⁵⁵² Jaime Pombo Bricio Filho era paraense. Foi deputado federal pelo seu Estado natal, entre 1894 e 1896, e por Pernambuco, entre 1900 e 1905 (duas legislaturas), com auxílio do senador pernambucano Rosa e Silva. Em 1906, fundou o jornal *O Século*, permanecendo com laços de amizade ao político nordestino. Com isso, não se pode afirmar que Rosa e Silva tenha qualquer responsabilidade sobre os posicionamentos de Bricio Filho, publicados em seu jornal, sobretudo os desfavoráveis a Pinheiro Machado e seus aliados, entre os quais Moniz Freire. O senador pernambucano fez questão de se eximir de qualquer responsabilidade, por meio de seu jornal, o *Diário de Pernambuco*. Cf. Abranches (1918a), *Diário de Pernambuco* (19 dez. 1906), *O Século* (10 jan. 1906).

⁵⁵³ Cf. nota 143.

⁵⁵⁴ Ele foi escrito em 3 de agosto de 1908 e publicado originalmente no *Jornal do Commercio* no dia seguinte.

em resposta a Moniz Freire, foi outra prova das simpatias de Bricio Filho ao grupo de Coutinho (O SÉCULO, 5 ago. 1908).

Independentemente do partido tomado, os jornais concorreram para reduzir a cisão política no Espírito Santo a um mero duelo de oligarcas pragmáticos, embora não se possa asseverar algo muito além das representações engendradas. Em suma, cotidianizaram esse episódio como mais um no *hall* das oligarquias estaduais que passavam por turbulências, movidas por traições, excessivo mandonismo e disputas internas. A própria comparação com o caso do Estado do Rio de Janeiro, entre Nilo Peçanha e Alfredo Backer acabou tendo esse fim, objetivando naturalmente depreciar o principal oligarca fluminense. Em suma, como afirmava *O Malho*, era mais “[...] um fato que tem caracterizado a política estadual na República” (1905, n. 123, p. 16). Outra comparação foi com o episódio corrido em Goiás, onde o presidente do Estado, José Xavier de Almeida, havia rompido com o clã dos Bulhões, em 1904. A esse respeito, a Figura 18 é reveladora.

FIGURA 18 – Charge sobre diálogo entre Moniz Freire e Leopoldo de Bulhões



Fonte: *O Malho* (1905, n. 143)

Finalmente, esse conjunto de representações era altamente pejorativo ao poder simbólico de Moniz Freire, já em processo de enfraquecimento pelo desgaste de sua administração (1900-1904), e de sua liderança, o que levou o PRCA a uma crise de legitimidade da qual ele não poderia ser o salvador ou conciliador. Os enfraquecimentos político e simbólico caminhavam *pari passu*. A única alternativa seria a retomada do controle político do Estado e a forma para que isso ocorresse era que seu grupo vencesse as futuras eleições legislativas no ano de 1906 (em nível federal e estadual).

7.2.3 “Moniz sem votos, sai ganhando”

As eleições travadas no início de 1906, para os cargos de deputado federal e senador, foram o “último suspiro” político de Moniz Freire, devido ao resultado alcançado por ele e sua chapa. Tratou-se de seu derradeiro triunfo eleitoral — individual e coletivo — na política. Nesse ano, ele e sua facção, novamente lançando uma chapa oposicionista, enfrentaram as forças do governo de Henrique Coutinho, obtendo, ao final, o resultado esperado.

Evidentemente, esse episódio de tamanha relevância foi precedido de ações e reações, no complicado jogo de forças, continuamente alimentado pela crise de legitimidade que assolava o PRCA. A disputa pelo domínio do Conselho Municipal de Vitória foi uma das diversas contendas envolvendo os dois grupos, o que se estendeu pelo controle dos demais Conselhos: onde Coutinho não conseguia maioria de forma amistosa, imperava a força. Até mesmo a Santa Casa de Misericórdia de Vitória virou alvo de renhida disputa entre os grupos.⁵⁵⁵

A clivagem existente entre as duas forças, de modo geral, coincidia com a distinção entre as esferas de poder estadual e federal, pois, como afirma Geert Banck (2011), eles monopolizaram em suas esferas principais de atuação — na estadual, Coutinho; na federal, Moniz Freire — o poder clientelista sobre os funcionários públicos. Muito além de relações clientelistas, mas em parte, por meio delas, eles estabeleceram uma rede de contatos: alianças e influências suficientemente capazes de definirem os rumos dos vindouros acontecimentos políticos.

Estando no Rio de Janeiro, o senador Moniz Freire procurou, por todos os meios, aproveitar-se do acesso que tinha às principais autoridades do país para articular alguma maneira de desestabilizar e até retirar seu adversário do governo do Estado. Discursos no Senado almejando sensibilizar os colegas do parlamento, bem como visitas a ministros e ao presidente da República⁵⁵⁶, sem contar a amizade com o vice-presidente Afonso Pena⁵⁵⁷, foram alguns dos proveitos tirados pelo oligarca. Não faltaram rumores de que poderia haver uma

⁵⁵⁵ Houve um acordo entre governistas e oposição, sendo o bispo escolhido para arbitrar. O bispo baixou uma portaria nomeando a mesa composta de integrantes governistas, neutros e oposicionistas. O provedor nomeado foi Wlademiro da Silveira, permanecendo no cargo até 1916. Ele já havia ocupado esse cargo em 1898. Cf. *O Malho* (1905, n. 145) e Schwab e Freire (1979).

⁵⁵⁶ Encontramos informações sobre três visitas, noticiadas em jornais, ao presidente da República, no ano de 1905. Cf. *Gazeta de Notícias* (26 jan. 1905, 7 out. 1905, 31 out. 1905). Em igual quantidade, foram registrados encontros de Moniz Freire com ministros. Cf. *Gazeta de Notícias* (21 fev. 1905, 19 out. 1905) e *Correio da Manhã* (21 jul. 1905).

⁵⁵⁷ Afonso Pena e Moniz Freire se conheciam desde a época do Partido Liberal, ainda no Regime Monárquico. Participaram juntos, inclusive, do último congresso do Partido, em maio de 1889. Quando os dois se tornaram presidentes, respectivamente de Minas Gerais e do Espírito Santo, estreitaram os laços de amizade, que ficou marcado pela assinatura de um convênio ferroviário entre os dois Estados, motivo de júbilo para ambos. Posteriormente, o político capixaba foi um dos apoiadores da candidatura do amigo à presidência da República. Em discurso no Senado, ao lamentar a morte de Afonso Pena, no ano de 1909, Moniz Freire se referiu a ele como “velho amigo”, afirmando que tinha estima, consideração, veneração e afeto pelo finado. Cf. *A Província do Espírito Santo* (29 mai. 1889), *Annaes do Senado Federal* (1909c) e Lacombe (1986).

intervenção federal no Espírito Santo a seu pedido, o que gerou algumas notícias a esse respeito.⁵⁵⁸

Fato a ilustrar sua capacidade articuladora foi a participação no processo sucessório do presidente da República (LACOMBE, 1986), comumente dialogando com os principais “eleitores da República”, ou seja, a elite política instalada no Rio de Janeiro, que definia, por meio de suas movimentações, os futuros candidatos ao mais relevante posto político do país.

Já Coutinho, operando o sistema coronelista no Estado, naturalmente garantia adeptos em praticamente todos os Municípios, tanto à frente dos Conselhos Municipais, como em Cachoeiro de Itapemirim (SANTOS, 2012a), quanto pela garantia de condições para que as facções fiéis a ele — eventualmente na oposição municipal — tomassem o poder local, como ocorreu em Guarapari (ABOUDIB, 1997). Em termos sintéticos, ele se mantinha, como principal governante do Estado, no seio do sistema coronelista, gerindo as trocas de favores e a política de compromissos e reciprocidades. Já Moniz Freire, ao romper e ir para a oposição, após treze anos de situacionismo, era posto naturalmente à margem desse sistema, o que inviabilizava sua probabilidade de qualquer vitória em pleitos eleitorais. Era rara a manutenção da fidelidade aos caídos e, quando ocorria, era geralmente sustentada, dada a crença de que a queda não seria definitiva (FAORO, 2000). Era por aí que seguia o coronel Aboudib (1997) e certamente outros — embora em minoria — que, por fidelidade e admiração, permaneceram ao lado de Moniz Freire.

Essa clivagem não acomodou os dois atores políticos, havendo, portanto, tentativas de cercar a força política do adversário na esfera de atuação em que ele tivesse mais relevância. Enquanto Moniz Freire precisava recuperar o monopólio sobre o sistema coronelista e, desse modo, a capacidade de controlar as chapas e a eleição da elite política, Coutinho necessitava estreitar sua interlocução ou, pelo menos, garantir neutralidade, perante as divergências no seio da elite política que geria os rumos do país.

Assim sendo, o primeiro, ficando com a maioria dos parlamentares no Congresso Legislativo Estadual, conseguiu que um pedido de destituição de Henrique Coutinho fosse impetrado, a

⁵⁵⁸ O *Malho* explorou bem a comparação do caso do Espírito Santo com o caso de Goiás, entre Xavier de Almeida e os Bulhões. Em uma das edições, afirmava que o oligarca capixaba estava de olho no Catete para saber se Rodrigues Alves iria intervir em Goiás (n.150, 1905). Os rumores permaneciam firmes a cada episódio, pois, dois anos depois, o *Jornal do Brasil* (24 mar. 1907) publicou outra reportagem, após as eleições para o Legislativo estadual e a duplicidade de Congressos Estaduais..

fim de removê-lo do cargo. Dessa forma, se garantiria o controle dos processos eleitorais vindouros, pois o 1º vice-presidente era Argeu Monjardim, seu primo e genro. A discussão⁵⁵⁹, iniciada no Congresso Legislativo Estadual, tomou a Câmara Federal⁵⁶⁰ e o Senado⁵⁶¹, regradada por diversas denúncias contra Henrique Coutinho, como justificativa para a tentativa de destituí-lo do cargo. Tais debates estimularam o deputado paulista Moreira da Silva⁵⁶² a propor um requerimento pelo qual solicitava do Presidente da República informações acerca da legitimidade do governo de Coutinho.⁵⁶³

Henrique Coutinho, por seu turno, tentou fazer de Galdino Loreto seu interlocutor no Rio de Janeiro, o que tornava a disputa com seu algoz bem desigual. Além disso, de forma acertada, se aproximou de Rodrigues Alves, rendendo-lhe elogios e brindes, sendo por isso acusado de bajulá-lo (CORREIO DA MANHÃ, 11 mai. 1905). Recebeu em troca, uma visita presidencial, o que na prática acenava com uma não intervenção no Estado. Rodrigues Alves estava envolvido em sua complexa sucessão e precisava do maior número de presidentes de Estado a seu lado. A Figura 13, apresentada anteriormente, revela uma importante representação sobre esse contexto. A estratégia continuou a ser adotada na relação com o presidente seguinte, Afonso Pena.

Todas essas tentativas de movimentações e articulações, tanto na esfera estadual quanto federal, não foram suficientes para modificar o quadro das respectivas áreas de influência nas quais melhor atuavam Moniz Freire e Henrique Coutinho. Não até as eleições de 1906, para a composição do terço do Senado e das quatro vagas para a Câmara dos Deputados. Logo, dentro do Estado, o senador teria grandes dificuldades de enfrentar a força situacionista do governo estadual, amparada pelo sistema coronelista que carregava em seu bojo boa parte dos Conselhos Municipais. Prova cabal foi a vitória expressiva de seu concorrente à vaga no

⁵⁵⁹ A discussão girou em torno dos 2/3 de votos necessários para o acolhimento do pedido pelo Congresso Legislativo Estadual. Para Moniz Freire e seu grupo, apenas uma maioria simples era suficiente, o que foi conseguido por votação na Casa. Já para os governistas, o acolhimento do pedido deveria ocorrer mediante a aprovação de 2/3 dos deputados estaduais. Cf. *Annaes da Câmara dos Deputados* (1906a).

⁵⁶⁰ Debate entre Bernardo Horta e Galdino Loreto. Cf. *Annaes da Câmara dos Deputados* (1906a).

⁵⁶¹ Debate entre Moniz Freire e Joaquim Catunda. Cf. *Annaes do Senado Federal* (1906c).

⁵⁶² Antonio Moreira da Silva foi um jornalista e advogado paulista. Abolicionista e republicano no Império, após a Proclamação da República foi eleito deputado federal constituinte pelo seu Estado natal, sendo sucessivamente reeleito para a Câmara federal na 2ª, 3ª, 4ª e 5ª legislaturas, ou seja, até 1905. Cf. Abranches (1918a).

⁵⁶³ Esse requerimento pretendia solicitar informações sobre a legitimidade da permanência de Henrique Coutinho no cargo de presidente do Estado desde que tomou ciência que o Congresso Estadual lhe sujeitara a um processo criminal político o qual poderia destituir-lhe do cargo (BRASIL, 1906a).

Senado, o ex-correligionário Augusto Calmon.⁵⁶⁴ A vitória se repetiu na eleição para a Câmara dos Deputados, com o triunfo da chapa governista sobre os aliados de Moniz Freire.⁵⁶⁵ Vale ressaltar que a Junta Apuradora era quase toda formada por aliados de Henrique Coutinho, como mostra a ilustração a seguir (Figura 19), em reunião que contava com a presença de alguns correligionários ilustres.

FIGURA 19 – Reunião da Junta Apuradora com a presença de fiscais



Fonte: *Revista da Semana* (1906, n. 307).

Legenda: Pinheiro Júnior (A), Torquato Moreira (B), Galdino Loreto (C) e Augusto Calmon (D).

Embora os jornais da capital federal dessem resultados conforme sua simpatia pela facção⁵⁶⁶, a derrota de Moniz Freire foi confirmada pela comissão apuradora estadual, segregando os governistas como eleitos e os dissidentes como contestadores. Assim, a facção de Moniz Freire se utilizou da contestação, uma espécie de passaporte à Câmara Federal (MAGALHÃES, 1986). De igual maneira, o próprio chefe da facção contestou a vaga de

⁵⁶⁴ Foram 6.381 votos para Calmon contra 2.524 para Moniz Freire. Cf. *Annaes do Senado Federal* (1906b) e Santos (2012b).

⁵⁶⁵ Compunham a chapa governista Bernardino Monteiro, Pinheiro Júnior e Galdino Loreto. Compunham a chapa dissidente José Monjardim, Bernardo Horta e Graciano Neves. Torquato Moreira foi eleito na vaga destinada à minoria (SALETO, 2008).

⁵⁶⁶ O *Correio da Manhã* (4 mar. 1906) e a *Gazeta de Notícias* (4 mar. 1906) noticiaram de forma aparentemente imparcial o que, subjetivamente, significava concordância com o resultado, uma vez que ambos os jornais nutriam simpatias pelo senador capixaba. O *Século*, por seu lado, disse que Moniz Freire foi eleito injustamente, opinião que repetiu posteriormente (12 nov. 1906).

Calmon no Senado. Em ambos os casos, houve triunfo dos candidatos inicialmente derrotados, ocasionando uma completa inversão dos diplomados. As denúncias de corrupção, fraude e violência pelos contestadores — Graciano Neves, Bernardo Horta e José Monjardim — “sensibilizou” a Comissão dos Cinco⁵⁶⁷, na Câmara Federal, que acabou diplomando os três. No Senado, Moniz Freire também foi diplomado. Para tanto, contou com um importante trunfo para superar a derrota por larga margem: como a anulação de algumas seções não foi suficiente, ele alegou que o nome de Augusto Calmon permanecia sendo publicado como diretor político do jornal do governo, o *Jornal Oficial*, após o prazo estabelecido em lei (BRASIL, 1906b).

Pelos vereditos das comissões das duas Casas Legislativas, Henrique Coutinho sofreu uma derrota expressiva. Não havia conseguido eleger nenhum membro para a bancada federal. Nem mesmo Galdino Loreto foi reconhecido pelos colegas, dando lugar a Graciano Neves. As eleições de 1906 revelaram com fidelidade os limites da força política dos dois oligarcas e das suas facções: Coutinho garantia vitória pelas juntas apuradoras do Estado, mas no plano federal mostrou-se incapaz de enfrentar as alianças políticas costuradas por seu adversário. Isso não significa dizer que ele representasse alguma alternativa oposicionista ao presidente da República. Isso não iria ocorrer nem antes e nem depois desse pleito. As suas atitudes, de apoio formal ao governo federal e neutralidade perante as rivalidades criadas no seio da elite política nacional, proporcionaram-lhe as condições de terminar seu mandato, contrariando os planos de Moniz Freire, ávido por uma intervenção federal a seu favor no Estado.

É bem verdade que as juntas locais geralmente ratificavam os situacionismos estaduais, mas dava espaço, em alguns momentos, às oposições estaduais, porquanto seus líderes tivessem prestígio (CARONE, 1975) e, conseqüentemente, condições de interceder junto ao presidente da República ou a um detentor de poder equivalente, como Pinheiro Machado. Assim, Moniz Freire teve o apoio necessário para ser reconhecido eleito pelo Senado, na altura dos acontecimentos, em que a candidatura de Afonso Pena, proposta pelo *Bloco* — a aliança entre o PRM, o PRR, entre outros partidos, liderada pelo próprio candidato, por Pinheiro Machado e por Rui Barbosa — havia triunfado sobre a de Rodrigues Alves (VISCARDI, 2001), pois

⁵⁶⁷ Também chamada de Comissão organizadora dos diplomas. Comissão designada para julgar as contestações. Era formada, em 1906, pelos deputados Carlos Peixoto (MG), Arnolfo Azevedo (SP), Gonçalo Souto (CE), Cassiano Nascimento (RS) e Galvão Baptista (RJ). Cf. *Jornal Oficial* (19 abr. 1906) e Magalhães (1986).

fora seu signatário.⁵⁶⁸ Entretanto, a adesão tardia de Coutinho à candidatura do *Bloco* só veio a prestigiar ainda mais o senador Moniz Freire.⁵⁶⁹

Isso corrobora a hipótese de que a estadualização das competições políticas era parcial (RICCI; ZULINI, 2010), pois em algumas oportunidades prevaleceram interesses meramente particulares dos mais influentes atores políticos e seus respectivos grupos. Diversos são os exemplos, inclusive com o próprio Moniz Freire. O senador vitorioso soube retribuir os favores dos dois ilustres aliados. Sob a influência de Afonso Pena, ainda em 1906, ele votou no Senado pela degola de ninguém menos que o baiano J.J. Seabra e do carioca Mello Mattos, a pedido de Pinheiro Machado, em 1909 (CINTRA, 1936).

A vitória de Moniz Freire e seu séquito foi noticiada sob pontos de vista diferentes. Os mais contraditórios foram, sem dúvida, o *Correio de Manhã* (21 mai. 1906), que registrou com aparente imparcialidade o resultado, mas em tom de denúncia noticiou as supostas repressões sofridas em Vitória pelos festejos do triunfo, e *O Século* (12 nov. 1906, p. 1), ao acusar o reconhecimento de poderes no Senado de ter sido, no dia anterior, “[...] uma orgia de escândalos [...] com a apoteose da corrupção dos costumes políticos, coroada com a investidura de legisladores aos srs. Muniz Freire [sic] e Coelho Campos, evidentemente derrotados no pleito travado a 30 de janeiro”. Dois anos depois o diretor Bricio Filho ainda se lembrava do ocorrido. Crítico ferrenho de Pinheiro Machado, ele acreditava que o *Bloco* havia sustentado a candidatura do oligarca capixaba ao Senado e seu adversário foi quem “nomeou” Moniz Freire para o cargo de senador, sufocando a vontade popular (21 abr. 1908). *O Malho*, na sua afamada coluna *Caixa d’O Malho*⁵⁷⁰, publicou o poema de um anônimo leitor de Vitória, intitulado “Capichaba”. Após afirmar que os dois chefes políticos “não valem dois caracóis”, declamou:

⁵⁶⁸ Moniz Freire foi um dos signatários do lançamento de seu amigo Afonso Pena à candidatura da presidência da República. Encontramos seu nome no *Manifesto à Nação*, que lançava a referida candidatura (A FEDERAÇÃO, 11 set. 1905).

⁵⁶⁹ Enquanto o deputado estadual Augusto Calmon, importante aliado do governo no Congresso Legislativo Estadual, pediu precaução na moção de apoio à candidatura de Afonso Pena, Moniz Freire foi um dos que a articulou. Cf. *Jornal Oficial* (15 set. 1905) e Lacombe (1986).

⁵⁷⁰ A coluna intitulada *Caixa d’O Malho* era uma parte da revista destinada a publicar correspondências de leitores. Sobre *O Malho*, cf. Tenório (2009).

Acabou-se a monarquia
 Do nosso caro país;
 É bem o que os outros dizem:
 Que só temos oligarquia.
 A lavoura não tem valor,
 muitos estão considerando
 e outros estão clamando:
 - Selos por diante e por trás!
 Impostos cada vez mais,
Muniz [sic] sem votos, sai ganhando
 (O MALHO, 1906, n. 207, p. 21).

Esses versos, a princípio, fogem às características identificadas por Guilherme Tenório (2009), relativas à dificuldade de se encontrar em leitores e missivistas da revista referências às questões políticas e, dessa maneira, a forma como se apropriavam das charges e produziam novas representações. Embora conclusões mais precisas sejam arriscadas, porque se trata de um único “depoimento”, esse poema anônimo é um indício de como o público leitor representou a cisão partidária que havia tomado conta do cotidiano político do Espírito Santo. A representação de Henrique Coutinho e Moniz Freire como não valendo dois caracóis faz certo sentido se a cotejarmos com a caricatura de dois galos de rinha se digladiando pelo poder (Figura 12). Papel altamente corrosivo, ao destruir imagens conhecidas, por isso a caricatura é tão comumente usada em combates políticos (LUSTOSA, 2012), cuja eficácia é diretamente proporcional ao tamanho do poder simbólico de que o alvo se faz detentor.

Especificamente para o senador, essa vitória revelou-se efêmera, na medida em que foi incapaz de impedir seu contínuo enfraquecimento simbólico: de portador do **novo** ele passou a ser considerado cada vez mais adepto da **velha** política dos favores; de jovem estadista, a mero oligarca; de político idealista, a pragmático. Tampouco foi suficiente para alterar, ou melhor, inverter o quadro político do Estado, o que o mantinha, portanto, na oposição, inviabilizando qualquer possibilidade de triunfar nos pleitos vindouros. Prognóstico a se realizar ainda em 1906.

7.2.4 A dupla derrota de Moniz Freire

O resultado obtido nas eleições de 1906 para o Legislativo federal não trouxe alterações significativas na ferrenha luta travada entre os grupos de Moniz Freire e Henrique Coutinho, ao se ponderar sobre o fato de cada uma das facções ter mantido a força política em sua principal esfera de atuação, quer no plano estadual, quer no federal. No entanto, para o senador seria fundamental a retomada do controle político do Estado e, desse modo, recuperar

o domínio do sistema coronelista, adequando-se à política dos Estados. Era preciso readquirir o *status* de governista no Espírito Santo, fundamental para a sobrevivência política na Primeira República.

Em curto prazo, percebemos a ampliação da força política de Moniz Freire. Primeiro, porque passou a controlar toda a bancada federal, à exceção apenas de Torquato Moreira, eleito deputado para a vaga destinada à oposição. Segundo, porque seu amigo de longa data, Afonso Pena, havia se tornado presidente da República, com o apoio de um forte aliado seu, Pinheiro Machado, o que, *a priori*, aumentaria as chances de vir a ocorrer uma intervenção federal no Espírito Santo, ação tão ansiada pelo oligarca capixaba.

No plano estadual, no Espírito Santo, em 1906, Henrique Coutinho aproveitou o recesso do Congresso Legislativo Estadual para readquirir maioria na Casa, mediante a compra de um deputado, imprescindível tanto para o arquivamento do processo de sua destituição, quanto para a vitória nas eleições do Legislativo estadual, a ocorrer no mesmo ano (SALETTTO, 2008). No cenário nacional, mais fragilizado, empregou a tática da neutralidade perante a emergente rivalidade política entre o presidente e o senador Pinheiro Machado, uma vez que o primeiro tentava descolar seu governo e sua autoridade do *Bloco*, portanto da influência do segundo (VISCARDI, 2001). Essa neutralidade lhe deu a condição de completar seu quadriênio de mandato, apesar da crise de legitimidade que, paulatinamente, definhava a oligarquia *construtora*, pautada na dura oposição de Moniz Freire e seu séquito, e das dificuldades econômicas que teimavam em não desaparecer.⁵⁷¹ Rendeu também uma charge (Figura 20), na qual Coutinho é representado, entre outros presidentes de Estado, como um observador da “dança política” entre os dois principais personagens do cenário político nacional.

⁵⁷¹ No quadriênio administrativo (1904-1908), Coutinho enfrentou diversas dificuldades econômicas oriundas especialmente da dívida do Estado e do baixo preço do café. Cf. *Mensagem...* (1906, 1907).

FIGURA 20 – Charge sobre o posicionamento neutro de Henrique Coutinho perante a polarização entre Pinheiro Machado e Afonso Pena



Fonte: *O Malho* (1907, n. 243).

Essa estratégia se revelou decisiva perante os desdobramentos ocorridos após as eleições do Congresso Legislativo Estadual. Pela contagem de votos do governo, a princípio oficial, toda a chapa governista foi eleita, preenchendo 20 cadeiras, restando à antiga oposição, ligada a Torquato Moreira, as outras cinco. O resultado não foi aceito pelos *construtores* dissidentes, considerando-se o pleito como crucial para o futuro político do próprio grupo. Alegando fraudes e violência, eles criaram um Congresso paralelo, fenômeno costumeiro de algumas oposições (CARONE, 1975, 1983). O episódio foi reproduzido nos jornais do Rio de Janeiro, sendo motivo de deboche⁵⁷², indiferença⁵⁷³ e apoio⁵⁷⁴, dependendo do ponto de vista do impresso que publicasse.

⁵⁷² Uma charge intitulada *Na Vitoria* apresentava o diálogo entre dois senhores saudando a honra do Estado do Espírito Santo por apresentar duas Assembleias. A ironia foi empregada como estratégia. Cf. *O Malho* (1907, n. 235).

⁵⁷³ *O Século* (14 fev. 1907) publicou telegrama de Vitória, com abaixo-assinado dos presidentes de diversos governos municipais do Espírito Santo, afirmando que nenhuma junta de apuração funcionou em Vitória.

A importância política de Moniz Freire e a sua proximidade com Afonso Pena levou seu grupo a conseguir uma audiência com o presidente, para pleitear uma intervenção federal no Espírito Santo.⁵⁷⁵ Era um exemplo, entre tantos, de todo um itinerário que a oposição praticava na Primeira República: fraude, duplicatas, comissão de verificação paralela, empossamento dos candidatos oposicionistas e, quando nada disso desse resultado, apelo à União por intervenção federal (LYNCH, 2014).

Para alcançar tal intuito, Moniz Freire realizou verdadeira peregrinação ao Palácio do Catete: houve pelo menos quatorze visitas para conferenciar com Afonso Pena⁵⁷⁶, sendo ao menos duas ao lado de Pinheiro Machado. Os desdobramentos da eleição, em especial a não aceitação da derrota, criaram a oportunidade para recuperar o absoluto controle oligárquico do Estado. Contudo, a expectativa inicial⁵⁷⁷ deu lugar à frustração, pois Henrique Coutinho se aproximava cada vez mais de Afonso Pena.⁵⁷⁸ Sua estratégia deu certo, pois garantiu neutralidade de Afonso Pena nessa questão e a inviolabilidade de seu mandato.

Já Moniz Freire sofreu nesse episódio uma dupla derrota. Ela foi política, porque passou a não ter mais aliados no Congresso Legislativo Estadual, mantendo-se, desse modo, na oposição no Espírito Santo, o que, em longo prazo, seria a certeza de debacle política, e foi moral, ao tornar sua *Assembleia Legal* mais uma aventura oposicionista, devido à sua incapacidade de justapor a União contra Henrique Coutinho e, assim, destituí-lo, como conseguiu, anos antes, Joaquim Murtinho em Mato Grosso, com apoio de Campos Sales.⁵⁷⁹

⁵⁷⁴ O Jornal ligado a Quintino Bocaiuva, portanto ao *Bloco* noticiou a instalação do Congresso Estadual sob a presidência de Horácio Costa, portanto, de aliados de Moniz Freire. Cf. *O Paiz* (16 mar. 1907).

⁵⁷⁵ Horácio Costa, presidente do “Congresso legal”, foi ao Catete se encontrar com Afonso Pena para lhe entregar documento assinado por todos os membros do congresso o qual presidia atestando violência de Henrique Coutinho contra os mesmos, estava acompanhado do senador Siqueira Lima e dos deputados federais Bernardo Horta e Graciano Neves. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (20 ago. 1907).

⁵⁷⁶ As visitas foram noticiadas em *O Século* (12 jan. 1907, 26 fev. 1907, 12 abr. 1907, 11 jul. 1907, 14 jul. 1907, 18 jul. 1907, 20 dez. 1907), em *O Paiz* (23 mar. 1907, 4 abr. 1907, 13 abr. 1907, 15 jun. 1907, 4 jul. 1907, 13 ago. 1907, 25 ago. 1907, 24 set. 1908) e no *Correio da Manhã* (10 mar. 1908). Algumas visitas foram publicadas por mais de um jornal.

⁵⁷⁷ A expectativa inicial dava conta de que o presidente da República iria atender aos anseios do grupo de Moniz Freire e desse modo Henrique Coutinho estaria desesperado. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (22 ago. 1907).

⁵⁷⁸ Henrique Coutinho, na mensagem de 1906 endereçada ao Congresso Legislativo Estadual, mostrava agradecimento e contentamento pela visita ao Estado do presidente Afonso Pena. Na mensagem do ano seguinte, informou ter sido a ele prometido pelo mesmo o envio de imigrantes. Tinha, assim, a perspectiva da formação de um núcleo colonial, cujo nome seria “Afonso Pena”. Cf. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo* (1906), *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo* (1907) e Saletto (2008).

⁵⁷⁹ A intervenção em Mato Grosso ocorreu após uma discordância entre importantes aliados: o grupo de Generoso Ponce e o clã dos Murtinho. Essa discordância ocorreu por causa da indicação de um nome de consenso para a eleição do presidente do Estado, que ocorreu em 1899. Ponce, intransigente, escolheu João Felix de Azevedo, não tendo sido aceito por Manuel Murtinho, então ministro do STF. Com maior força

Talvez a derrota tenha sido tripla, pois atrelado ao enfraquecimento político estava o enfraquecimento simbólico, ainda incessante. A imagem de herói vencedor estava continuamente sendo suplantada pela de oligarca derrotado. Sua ideia-força perdia eficácia bem como sua capacidade de provar — ou de fazer crer ao séquito — que seu prognóstico da verdade se realizaria, enfim, de que era ainda detentor do carisma. Moniz Freire estava tão longe do governo quanto o Espírito Santo da grandeza por ele prometida. Como agravante, a facção governista, outrora composta de admiradores entusiasmados, ainda recordava as dificuldades de seu último governo, desmitificando-o como estadista (DIÁRIO DA MANHÃ, 21 mar. 1908).

7.3 A CAMINHO DO OSTRACISMO

7.3.1 “O calor que vem de Minas”: a política apaziguadora de Afonso Pena

Quando Afonso Pena assumiu a presidência, em 1906, o Espírito Santo permanecia em clima de animosidade política. Em um dos lados se encontrava seu amigo Moniz Freire, o que não se traduziu em qualquer tipo de apoio formal que ameaçasse o governo de Henrique Coutinho. Ocorreu exatamente o contrário, consolidando Pena uma posição de neutralidade que o fortalecia, dada a sua condição de principal mandatário do país.

Aproximando-se as eleições para sucessão de Henrique Coutinho, a fim de evitar o acirramento das animosidades, Afonso Pena realizou uma espécie de “intervenção pacífica”, orientando o deputado federal de Minas Gerais João Luiz Alves⁵⁸⁰ a encontrar um candidato que unificasse as três facções políticas do Espírito Santo.⁵⁸¹ A escolha do político mineiro como intermediador foi simpática a Moniz Freire, com quem tinha relações pessoais, para

política no Estado, Ponce conseguiu eleger seu candidato. Houve acusação de fraude por parte dos derrotados, iniciando-se um movimento militar destinado a derrubar o governo — a “Revolução de 1899”. Comandada por Totó Pais, aliado dos Murtinho, ela conseguiu a anulação das eleições. O pedido de intervenção federal feito por Ponce foi negado por Campos Sales que manteve as tropas neutras no Estado a pedido de Joaquim Murtinho. Sem apoio e cercado, o presidente do Estado e o vice renunciaram. Nova eleição ocorreu, sendo eleito Antonio Pedro de Barros, candidato dos Murtinho. Sobre esse episódio, cf. Carone (1983) e Fanaia (2010).

⁵⁸⁰ João Luiz Alves era mineiro. Foi filiado ao PRM, pelo qual se elegeu deputado federal por três mandatos (1903-1908). Próximo a Afonso Pena, fez parte do *Jardim da Infância*, na Câmara dos Deputados. Em 1908, foi eleito senador pelo Espírito Santo, como aliado de Jerônimo Monteiro. Com ele rompeu em 1916, por ter sido contra a candidatura de Bernardino Monteiro à presidência do Estado. Desse modo, não foi reeleito para o cargo. Cf. Abranches (1918b) e Viscardi (2001).

⁵⁸¹ Facção governista do presidente Henrique Coutinho e as duas facções oposicionistas: do senador Moniz Freire e do deputado federal Torquato Moreira (SALETTI, 2008).

discutir nomes à sucessão de Coutinho (BRASIL, 1911). Opinião relevante, pois o senador capixaba era ainda uma das grandes lideranças políticas do Estado e contava com o prestígio do deputado mineiro e do presidente da República, participando, assim, das negociações.

Pela versão de Moniz Freire (BRASIL, 1911), nas conferências feitas com João Luiz Alves, em 1907, o deputado sugeria um candidato da família Monteiro. Ao que parece, a família se encontrava em prestígio no Estado: Jerônimo Monteiro auxiliara Henrique Coutinho a sanear as finanças estaduais e seu irmão Fernando Monteiro havia se tornado bispo diocesano na capital. A fim de evitar o nome de seu ex-aliado, Moniz Freire optou pelo clérigo e depois por Domingos Rocha⁵⁸², não tendo ambas indicações nenhum sucesso, pois o primeiro recusou e o segundo não contava com a simpatia de todos no Estado, sobretudo de Coutinho, por se tratar de uma indicação do próprio Moniz Freire. Assim, na versão do oligarca, Jerônimo Monteiro teria se aproveitado do impasse criado e, contrariando Afonso Pena, imposto sua candidatura, a qual só não foi hostilizada pelo senador capixaba devido a um suposto pedido do próprio candidato. Outra versão, a mais acatada, dá conta de que o escolhido havia sido indicado pelo próprio irmão e bispo, opção aceita por Coutinho.⁵⁸³

Consolidada a candidatura de Jerônimo Monteiro, no início de 1908, Afonso Pena tentou novamente conciliá-lo a Moniz Freire. Esse esforço foi inútil, tendo o candidato se recusado a qualquer acordo. A notícia foi publicada primeiramente no jornal *O Século* (23 jan. 1908, p. 1). Bricio Filho afirmava que tal refutação tinha sido acertada, por ser Monteiro aliado de Coutinho, ficando mal nessa história apenas “[...] o senador Moniz Freire que perdeu a sua viagem a Petrópolis e... a última esperança”. A informação desmerecia e desprestigiava simbolicamente o senador capixaba. Tamanho estrago incomodou os aliados de Vitória, tornando-se motivo de discussão entre os jornalistas de *O Estado do Espírito Santo* e do *Diário da Manhã*.⁵⁸⁴ Pelo jornal, os governistas reafirmavam a veracidade dos fatos, o que tinha sido negado pelos adversários (26 jan. 1908). Com mesmo empenho, lembravam aos rivais os ataques de Moniz Freire às operações financeiras feitas por Jerônimo Monteiro, para justificar o episódio.

⁵⁸² Domingos José da Rocha era natural de Cachoeiro de Itapemirim (ES). Formando-se engenheiro em Ouro Preto (MG), tornou-se professor naquela cidade, em 1882. Na República, foi eleito deputado federal constituinte por Minas Gerais, mandato exercido entre 1891 e 1893. Após cumprir seu mandato, voltou a lecionar e a atuar como engenheiro. Cf. Abranches (1918a).

⁵⁸³ Versão de Maria Stella de Novaes, sobrinha de Jerônimo e Fernando Monteiro. Cf. Novaes (1979). Essa versão foi aceita por João Gualberto Vasconcellos (1995).

⁵⁸⁴ Jornal governista. Havia dado lugar ao *Jornal Oficial* em 1908. Cf. Mattedi (2005).

Ao fim e ao cabo, Jerônimo Monteiro despontava como uma espécie de salvador para a crise de legitimidade instalada no seio do partido dominante como verdadeiro “emissário da paz”. Essa impressão ficou bem clara no discurso do já senador (pelo espírito Santo) João Luiz Alves, em 1909. Ao defender Afonso Pena, afirmando que ele não interveio no Espírito Santo, ressaltou que o governo de Jerônimo Monteiro já nos primeiros meses “[...] tem procurado a pacificação da família espírito-santense, fazendo acabar as rivalidades, ódios e paixões e apelando para o generoso concurso do povo em bem do Estado” (BRASIL, 1909a, p. 1098). Já L. Babo Júnior⁵⁸⁵, em livro apologético, asseverou ser Monteiro “[...] o único homem em seu Estado a quem se pode chamar o Consolidador do Estado” (1911, p. 42).

Na verdade, essa era a coroação de uma popularidade adquirida por Jerônimo Monteiro ainda antes de ser candidato (VASCONCELLOS, 1995) e que paulatinamente propiciou-lhe ocupar o papel de oligarca outrora desempenhado por Moniz Freire. Isso foi confirmado no reordenamento partidário de 1908 e na realização de um governo popular.⁵⁸⁶ Concomitantemente, Moniz Freire sofria um contínuo processo de desconstrução do seu capital heroico, sendo representado como um caudilho em completa decadência, papel que os adversários faziam questão de reiterar. Bricio Filho, por exemplo, caracterizava-o como sendo um “caudilho deposto” e asseverava que estava desprestigiado, pois para a eleição seguinte, em 1908, não teria mais o sustento do *Bloco*, uma vez que desde o triunfo eleitoral de 1906

“[...] o Sr. Moniz Freire nada conseguiu senão provar a sua crescente fraqueza (na última eleição nem sequer pleiteou o cargo de presidente do Estado); o sr. Coutinho vai completar seu quadriênio; o sr. Jerônimo Monteiro, cuja plataforma mereceu elogios do sr. Afonso Pena [...] prepara-se para tomar conta do governo e liquidar de vez o *monismo* [fação de Moniz Freire]” (O SÉCULO, 13 abr. 1908, p. 1).

Tratava-se de uma sondagem sobre a vaga no Senado aberta pelo falecimento de Cleto Nunes. A perda pessoal e política contribuiu para o enfraquecimento de Moniz Freire, mas sua

⁵⁸⁵ Nome que aparece na capa do livro. Possivelmente se tratasse de Luiz Babo Júnior, jornalista e escritor do Rio de Janeiro, que participou ativamente da campanha de Hermes da Fonseca à presidência da República. No ano de 1912, foi acusado de ter recebido dinheiro indevido do governo do Estado do Espírito Santo, um ano após ter escrito o livro apologético ao governo de Jerônimo Monteiro. Entre 1914 e 1915 foi funcionário da Companhia Lloyd. Cf. *Correio da Manhã* (18 nov. 1915), *Diário da Manhã* (23 set. 1911), *O Cachoeirano* (10 ago. 1913) e *O Paiz* (9 jan. 1910).

⁵⁸⁶ O quadriênio de Jerônimo Monteiro foi marcado por diversas medidas e uma ampliação significativa da dívida. Após enfrentar dificuldades, ele cortou gastos públicos, mas empreendeu realizações: reforma educacional; reforma urbana, serviços de limpeza pública e esgoto, na capital; construção da Usina Hidrelétrica do Rio Jucu; construção de um novo hospital para a Santa Casa da Misericórdia, maior que o antigo; construção de uma fazenda modelo, próximo a Cariacica, para orientar meninos pobres ao trabalho no campo; estímulo à venda da pequena propriedade próxima a Vitória, pra fomentar o abastecimento agrícola da cidade; inauguração do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, entre outras ações. Cf. Hees e Franco (2012).

opinião ainda era relevante. Em seu discurso no Senado, ele relembrou os acontecimentos, afirmando que o escolhido para substituir Cleto Nunes foi João Luiz Alves, o mesmo emissário de Afonso Pena para solucionar a grave crise política do Espírito Santo. Sendo uma candidatura de fora, portanto neutra e de cunho conciliador, razão pela qual a aceitou, a estratégia seria semelhante à empregada caso fosse aceito o nome de Domingos Rocha para a presidência do Estado (BRASIL, 1911).

Apesar do espírito conciliador, a candidatura foi motivo de polêmica no Senado. O senador Coelho Lisboa⁵⁸⁷ acusou Afonso Pena de auxiliar Jerônimo Monteiro a montar uma oligarquia no Espírito Santo, designando João Luiz Alves para auxiliá-lo. A defesa coube ao próprio Moniz Freire, preocupado em proteger principalmente o amigo presidente da República, ao afirmar que ele não havia interferido no caso. Nesse momento, ele ainda acreditava no poder conciliatório das candidaturas de João Luiz Alves e Jerônimo Monteiro. Mas o Senado não acreditava, ao despontar, em tom de ironia, uma voz anônima dizendo que o Espírito Santo recebia o calor que vem de Minas (BRASIL, 1909a, 1909b). Outro senador chamou o Espírito Santo de Herzegovina.⁵⁸⁸ Tratava-se naturalmente de alusões à condição periférica que o Estado tinha, verdadeiro satélite na órbita das grandes unidades federativas, mormente da vizinha mineira (SUETH, 2006).

Apesar do empenho de Moniz Freire em proteger os amigos mineiros, é admissível acreditar na possível anuência de Afonso Pena às articulações políticas que estavam ocorrendo nos Estados, por duas razões. A primeira diz respeito à necessidade de realocar seu velho amigo, senador Moniz Freire, no quadro situacionista do Estado. Isso não só abrandaria o contínuo crescimento das animosidades locais, como também daria condições à facção de seu principal aliado no Estado a disputar eleições por chapa situacionista, evitando assim novos malabarismos na Comissão Verificadora de Poderes, como ocorreu em 1906.

A segunda, não menos importante, tem a ver com o complicado jogo de forças do cenário político nacional. Como lembrou, indignado, o senador Coelho Lisboa, Afonso Pena tentava

⁵⁸⁷ José Gonçalves Coelho Lisboa era paraibano. Por esse Estado foi eleito deputado federal, cargo que ocupou por dois mandatos (1894-1899). Pelo mesmo Estado foi senador entre 1905 e 1908. Sua ligação com o Espírito Santo vinha do movimento republicano da década de 1880, onde esteve. Cf. Abranches (1918a), Cláudio (2002); Lewin (1993) e Sueth (2006).

⁵⁸⁸ Segundo Afonso Arino de Melo Franco (1977), dizia-se no Senado que Afonso Pena estava diretamente envolvido na escolha de João Luiz Alves para a vaga de Cleto Nunes. Isso rendeu ao Espírito Santo a alcunha de Herzegovina, em alusão à região europeia anexada pela Áustria em 1908.

emplacar a candidatura de David Campista⁵⁸⁹ à sua sucessão, o que não foi bem visto por Lisboa, pelo *Bloco* de Pinheiro Machado e por importantes políticos do PRM.⁵⁹⁰ Desse modo, sendo João Luiz Alves o escolhido para a vaga no Senado, Pena ganhava importante aliado naquela Casa, pois se tratava de um deputado componente do *Jardim da Infância*⁵⁹¹, grupo que tinha divergências políticas com o *Bloco*, cuja presença marcante era o Senado. A disputa entre os dois grupos havia rendido episódios em alguns Estados⁵⁹² (VISCARDI, 2001) e o enfraquecimento de Pinheiro Machado seria muito favorável a seus planos. Além disso, a vaga ocupada por um aliado próximo tornava a facção dominante do Espírito Santo ainda mais comprometida com o seu governo. Era uma aposta no “calor de Minas”.

7.3.2 “Do Espírito Santo, mas sem Espírito Santo”

Em sua última edição de agosto, do ano de 1909, a revista *Fon Fon* publicou uma foto de Moniz Freire (Figura 21), andando por uma rua, no Rio de Janeiro. Abaixo da imagem, uma frase onde se lê: “Senador Muniz [sic] Freire, do Espírito Santo, mas sem Espírito Santo”. Essa frase diz respeito à condição em que o senador se encontrava em meados desse ano. A caracterização de estar “sem Espírito Santo” possibilita a conotação de dois significados. É sobre eles que iremos falar nesse item.

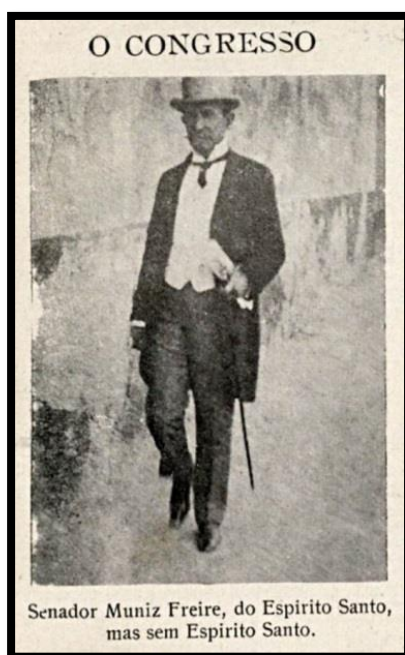
⁵⁸⁹ David Morethson Campista era natural do Rio de Janeiro. No entanto, iniciou sua carreira política em Minas Gerais, sendo por esse Estado eleito deputado federal em 1903. Em 1906, foi escolhido ministro da Fazenda pelo presidente Afonso Pena, cargo que ocupou entre 1906 e 1909. Embora fosse filiado ao PRM, ele não era uma unanimidade dentro do Partido, tendo sua escolha para suceder Afonso Pena, pelo próprio presidente da República, desagradado muitos correligionários, tais como Francisco Sales. Cf. Abranches (1918a) e Viscardi (2001).

⁵⁹⁰ Como aponta Claudia Viscardi (2001), havia uma regra informal de que todos os Estados que tentassem continuar no poder, sofreria forte oposição. A rigor, Campista sofreu oposição até mesmo dentro do PRM, quer dizer, de parte da elite política de seu Estado que não concordava com a escolha de Afonso Pena.

⁵⁹¹ O *Jardim da Infância* não era um partido, mas sim um grupo. Era formado por deputados de vários Estados, jovens, românticos e inexperientes, daí a alcunha. Tinha como principal mentor João Pinheiro, presidente de Minas Gerais. Seus membros defendiam uma maneira de fazer política mais preocupada com a honestidade e o patriotismo. Seus membros agiam politicamente em bloco, sob normas acordadas de forma prévia. Não era totalmente coeso e contou com apoio de importantes jornais do Rio de Janeiro, tais como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Commercio*. Cf. Franco (1977) e Viscardi (2001).

⁵⁹² Os casos mais ilustrativos ocorreram no Rio de Janeiro e na Bahia. No Estado fluminense, o *Jardim da infância* se aproximou do presidente do Estado, Alfredo Backer, para fragilizar a liderança de Nilo Peçanha, seu adversário e pertencente ao *Bloco*. Em termos práticos, conseguiram evitar a intervenção federal naquele Estado, pretendida por Nilo Peçanha. Na Bahia, o grupo liderado por João Pinheiro apoiou Joaquim Seabra, que foi eleito a contragosto de Rui Barbosa. Cf. Viscardi (2001).

FIGURA 21 - Foto de Moniz Freire ao caminhar pela rua



Fonte: *Fon-Fon* (1909, n. 36).

O primeiro significado da expressão diz respeito ao enfraquecimento político desse personagem. Desde o rompimento com Coutinho, Moniz Freire havia perdido o controle político da oligarquia dominante do Estado, tornando-se principal líder da oposição. Apesar de ter participado discretamente do processo sucessório indicando nomes, não conseguiu impedir que Jerônimo Monteiro fosse o candidato escolhido. Destarte, quedava à margem da chefia política do Estado, principalmente quando Monteiro, já presidente do Estado, reuniu diversas correntes políticas para, ainda em 1909, fundar um novo partido – o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) (HEES; FRANCO, 2012). Na prática, o presidente do Estado instituía uma oligarquia encabeçada pela sua família, os Monteiro, utilizando a nova agremiação política como meio de formalizar o novo grupo que comandaria o Estado.

Ao fim e ao cabo, por mais que Afonso Pena fosse bem próximo a Moniz Freire, o presidente da República havia contribuído para o enfraquecimento político do amigo capixaba. Isso ocorreu ao permitir que Jerônimo Monteiro, já prestigiado e oriundo de uma importante família do sul do Espírito Santo (VASCONCELLOS, 1995), alcançasse a condição política mais importante do Estado e fundasse um novo partido.

Aproveitando-se das condições políticas favoráveis, Jerônimo Monteiro governou com tranquilidade, tendo a seu lado um dócil Congresso Estadual, o que lhe possibilitou uma

administração cheia de realizações (HEES; FRANCO, 2012), em que pese o aumento da dívida do Estado. Logo, tornou-se ainda mais prestigiado e popular, seguindo, portanto, os passos de Moniz Freire, mas com o propósito de suplantá-lo politicamente. No plano federal, estreitou relações com Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, os presidentes com os quais conviveu. Isso inclusive era usado como recado aos adversários, sobretudo a Moniz Freire. A esse respeito, o polêmico livro de L. Babo Júnior serviu de instrumento para responder aos ataques partidos do senador, a quem acusava de ser inimigo do progresso e ter formado “[...] em torno de si um vasto séquito de nulos matraqueadores de palanfrórios retumbantes”, atacando injustamente “[...] os homens ativos como uma nuvem de gafanhotos sobre as searas e os campos” (1911, p. 36).⁵⁹³

Com o passar do tempo, Moniz Freire assumiu abertamente um discurso oposicionista, levando seu jornal a ser novamente uma trincheira política, até ser definitivamente empastelado, em 1911 (MATTEDI, 2005). Nem mesmo a proximidade de Pinheiro Machado⁵⁹⁴ e o apoio à candidatura presidencial de Hermes da Fonseca foram suficientes para desestabilizar Jerônimo Monteiro, apesar das tentativas de colocá-lo como adversário também no plano federal.⁵⁹⁵ Desse modo, Moniz Freire passou a ser retratado como uma voz solitária que pregava no deserto, incapaz de sufocar a popularidade do adversário e de angariar adeptos na elite política, a despeito dos que ainda tinha.

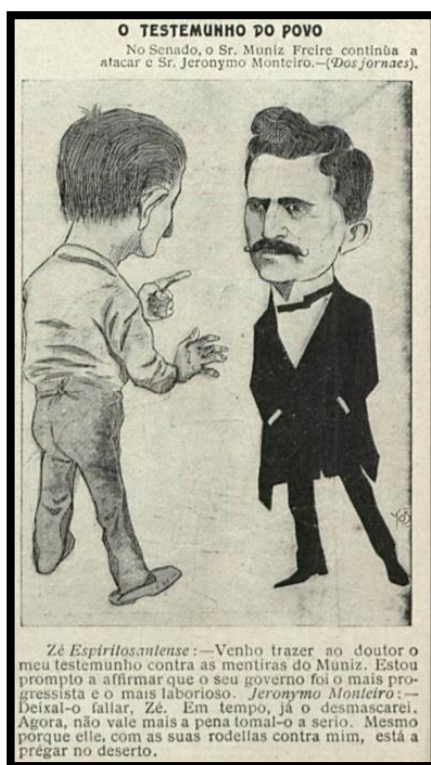
Acerca disso, a Figura 22 é esclarecedora. Ela mostra Jerônimo Monteiro fazendo pouco das supostas mentiras de seu opositor, ante o “Zé Espiritosantense”. Era uma representação do silêncio que o presidente do Estado vinha fazendo ante as graves acusações do senador.

⁵⁹³ O livro intitulado *Estado do Espírito Santo. Patriotismo e justiça*, de Babo Júnior (1911), foi utilizado pelo autor como resposta a Moniz Freire pelos ataques realizados a Jerônimo Monteiro. Trata-se de uma apologia clara a seu governo. Considerou-se obra polêmica, pois o autor foi acusado de receber dinheiro indevido do governo do Espírito Santo, durante o mandato de Jerônimo Monteiro. Cf. *Diário da Manhã* (23 set. 1911, 12 mai. 1912 20 mar. 1912, 21 mar. 1911, 2 abr. 1912) e *O Cachoeirano* (10 ago. 1913).

⁵⁹⁴ Pinheiro Machado era tratado como “chefe supremo” pelo jornal de Moniz Freire, enquanto foram aliados. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (16 jun. 1909).

⁵⁹⁵ A estratégia utilizada foi dizer que Jerônimo Monteiro demorava demais para se decidir sobre a quem prestar apoio: Hermes da Fonseca ou Rui Barbosa. Cf. *O Estado do Espírito Santo* (2 jun, 1909; 30 jun. 1909).

FIGURA 22 – Charge sobre conversa de Jerônimo Monteiro com Zé Espiritossantense



Fonte: *O Malho* (1912, n. 521).

As estratégias para angariar a simpatia do governo Hermes da Fonseca e, desse modo, recuperar o controle oligárquico do Espírito Santo, foram contrabalançadas pelas iniciativas que Jerônimo Monteiro empreendeu para aproximar-se dos presidentes da República. A imediata adesão ao Partido Republicano Conservador (PRC₁)⁵⁹⁶, mediante a filiação do Partido Republicano do Espírito Santo (PRES) (SALETTI, 2005), serviu para consolidar o *status quo* governista dos Monteiro no Estado. Em sentido contrário, caminhava Moniz Freire. Ele optou por não entrar no partido governista, por defender a causa revisionista, ideia rechaçada por Pinheiro Machado e tão defendida por Rui Barbosa. Por conseguinte, distanciou-se do primeiro e se aproximou do segundo, paulatinamente. Essa guinada o apartava definitivamente do conservadorismo oligárquico, defensor do *status quo* político, logo, avesso às tentativas de modificação de um regime que dava certo para as suas pretensões (LYNCH, 2014), mas o reaproximava da política construída a partir das ideias. Ele

⁵⁹⁶ Partido político fundado por Pinheiro Machado e seus aliados para, entre outras razões, dar sustentação política ao governo de Hermes da Fonseca. Teve inicialmente como presidente Quintino Bocaiuva. Cf. Chacon (1998). Não tem relação com o Partido Republicano Construtor (PRC) fundado em 1891, no Espírito Santo, por Moniz Freire e seus aliados.

trocou o grupo de cuja aliança colhera frutos em 1906, em outros termos, sua subsistência política no Senado, pela liderança de Rui, ancorada no revisionismo constitucional, de espírito liberal democrático, verdadeiro reencontro com o reformismo do Império, pelo qual ambos lutaram sob a veste dos novos liberais (ALONSO, 2002).⁵⁹⁷

A segunda possibilidade interpretativa pode ser feita pelo viés do simbólico. Sob o aspecto religioso, estar com o Espírito Santo poder ser interpretado como estar com a graça, com o carisma, na medida em que é o Espírito Santo — como componente da Santíssima Trindade, segundo a crença cristã — quem o distribui (MIRANDA, 1999). Acerca dessa correlação, a definição do termo “carisma” à época como sendo graça e dom do céu é reveladora (SILVA, 1891a). À vista disso, fica a impressão de que Moniz Freire havia perdido a “graça”, quer dizer, o poder simbólico que fetichizava diversos aliados e lhe dava condições para perpetuar a dimensão de seu capital político. A perda do Espírito Santo era a perda do controle oligárquico do Estado e, ao mesmo tempo, do carisma oriundo da “pomba divina”, outrora conotando, em charge, o próprio Estado (Figura 12).

7.3.3 As mortes de Moniz Freire

Desde o rompimento político com Henrique Coutinho em 1905, Moniz Freire migrou para a oposição, onde permaneceu praticamente todo o restante de sua vida, salvo alguns momentos de neutralidade, como no início do governo de Jerônimo Monteiro, e de apoio reticente, como ocorreu ao presidente do Estado Marcondes Alves de Souza⁵⁹⁸ (1912-1916), então momentaneamente rompido com a oligarquia da família Monteiro.

Todavia, o que marcou o senador de forma mais contundente na esfera política foi, sem dúvida, a ferrenha oposição aos Monteiro. Na imagem construída por Moniz Freire, Jerônimo Monteiro encarnava os vícios da política estadual, entre outras razões, pela transação econômica realizada ainda no governo de Henrique Coutinho, sobre a qual tinha grave suspeita. Isso o teria motivado a empregar todo o seu prestígio para evitar um suposto convite ao adversário para presidir a Empresa dos Correios e Telégrafos. O debate no Senado ocorreu

⁵⁹⁷ Sobre esse assunto, cf. Seções 3 e 4.

⁵⁹⁸ O coronel Marcondes Alves de Souza era mineiro, tendo se mudado para o sul do Espírito Santo em 1883, aos 15 anos. Foi governador municipal de Cachoeiro de Itapemirim entre 1900 e 1912, ou seja, por três mandatos. Ligado politicamente à família Monteiro, foi escolhido candidato do PRES à sucessão de Jerônimo Monteiro em 1912. Eleito presidente do Estado, governou de 1912 a 1916. Cf. Pereira (1914).

entre Moniz Freire e Bernardino Monteiro e teria sensibilizado o presidente Wenceslau Braz a não só suspender o convite como evitar que Bernardino Monteiro fosse o candidato à sucessão de Marcondes de Souza (O PAIZ, 12 jul. 1916).

Essa comoção presidencial havia sido conseguida mediante o enfraquecimento dos Monteiro em nível nacional, quando se perdeu o apoio de toda a bancada federal⁵⁹⁹ — à exceção dos próprios Bernardino (senador) e Jerônimo (deputado). Wenceslau Braz tornou-se um aliado fundamental para as pretensões do grupo dissidente, posicionamento não acompanhado por Moniz Freire.

Pelo manifesto intitulado *A minha atitude*, o já ex-senador justificou seu posicionamento, poupando apenas as figuras de Marcondes de Souza, Bernardino Monteiro e Wenceslau Braz. Afirmou ser ele “[...] a única verdadeira oposição do Espírito Santo, a que há onze anos está fora das posições oficiais”, enquanto os novos dissidentes eram meros desqualificados por não terem combatido as administrações anteriores, quer dizer, por estarem até pouco tempo do lado governista (DIARIO DA MANHÃ, 22 jan. 1916, p. 1). Outro ponto a se destacar foi seu reencontro com suas origens liberais do Império, pela ênfase constante ao revisionismo constitucional⁶⁰⁰ e pela preocupação em ver o Espírito Santo correndo o risco de ser governado de fora, entendendo ser o governo de Bernardino Monteiro a certeza de que o Estado quedaria autônomo (SANTOS, 2012b).

Vale lembrar que a condição do Espírito Santo era frágil, verdadeiro Estado “satélite” na federação brasileira, sobretudo perante Minas Gerais (SUETH, 2006). Essas informações nos fazem compreender certa lógica no posicionamento de Moniz Freire: foi excluído na articulação da chapa que lançou Pinheiro Júnior⁶⁰¹; considerava a bancada federal dissidente como um grupo de forasteiros, ilegítimos como opositores; discordava da ação tomada, acreditando que a única solução seria o revisionismo constitucional.

⁵⁹⁹ Trata-se dos senadores João Luiz Alves e Domingos Vicente e dos deputados federais Torquato Moreira, Paulo de Mello e Dioclecio Borges, todos outrora aliados da família Monteiro.

⁶⁰⁰ Naturalmente, era um revisionismo sob a bandeira republicana. Mas é possível encontrar no programa do Partido Republicano Liberal alusões ao antigo Partido Liberal, extinto em 1889. Elas eram diretas, tais como a abolição dos privilégios fiscais, e indiretas, como o espírito revisionista e o modelo estadunidense de Estado laico. Cf. Chacon (1998) e Lynch (2014).

⁶⁰¹ Moniz Freire, de acordo com o jornal *A Rua* (9 jan. 1916), teria se reunido com o presidente da República, o qual havia lhe solicitado apoio à candidatura de Pinheiro Júnior. Intransigente quanto à negativa do apoio, justificou essa atitude por ter tal candidatura sido assentada sem audiência com sua pessoa. Considerando-se as acusações de que Moniz Freire era extremamente vaidoso, é possível que tal justificativa seja verdadeira. Além disso, ela demonstra certo desprestígio do político.

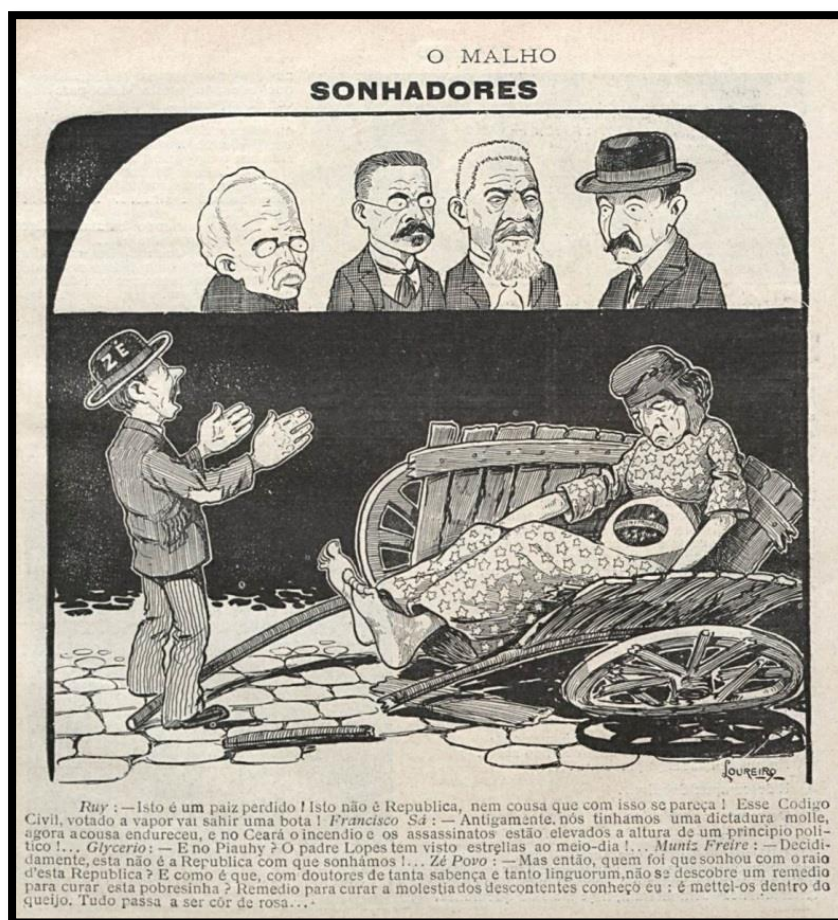
Naturalmente a posição tomada implicou severas críticas por parte de alguns aliados e muitos, confusos, se retiraram do grupo, enfraquecendo-o ainda mais politicamente (O CACHOEIRANO, 5 fev. 1916). Já os desdobramentos da renhida disputa levaram, ainda em 1916, à Revolta de Xandoca⁶⁰²; ao pedido de intervenção federal sobre o Espírito Santo, com apoio de Wenceslau Braz, vetado pelo Congresso⁶⁰³, e à consolidação política da oligarquia Monteiro até 1930.

Voltando às razões do polêmico posicionamento, a influência do reformismo liberal foi uma das mais marcantes razões para tal atitude. A defesa do revisionismo constitucional, atributo do grupo de Rui Barbosa, perpassa o manifesto como a alternativa apontada para resolver não somente a questão, mas o que entendia por falhas constitucionais, tais como a ausência de liberdade do voto. Essa guinada, quase utópica, tendo em conta o pragmatismo que imperava no sistema político, foi registrada em *O Malho*, sendo ele um dos sonhadores desiludidos com a República, como mostra a Figura 23.

⁶⁰² A “Revolta de Xandoca” foi uma rebelião política, que teve como líder José Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon (Xandoca), os dois principais componentes da chapa oposicionista na eleição de 1916. Ela se iniciou no norte do Estado, como tentativa de golpe armado, pois a chapa oposicionista não aceitou a derrota nas urnas para a oligarquia da família Monteiro. Mesmo com o apoio das tropas federais, os revoltados saíram derrotados pelos governistas, os quais conseguiram que a Câmara federal vetasse o pedido de intervenção federal no Estado. Sobre essa revolta, cf. Bou-Habib Filho (2007); Carone (1983) e Saletto (2005).

⁶⁰³ A iminente derrota dos partidários de Pinheiro Júnior e do coronel “Xandoca” (Alexandre Calmon) levou Wenceslau Braz a tentar que o Congresso Nacional aprovasse o pedido de intervenção federal feito pela oposição estadual ali presente. O pedido foi vetado pelo presidente Antonio Carlos, pois tinha pretensões de ser presidente de Minas Gerais e por isso não queria desgostar Francisco Sales, aliado de Bernardino Monteiro (CARONE, 1983).

FIGURA 23 – Sátira sobre os revisionistas do Partido Republicano Liberal: os senadores Rui Barbosa, Francisco Sá, Francisco Glicério e Moniz Freire



Fonte: *O Malho* (1912, n. 537).

A tentativa ilusória de transformar a República pelo espírito moralizante do revisionismo implicou seu afastamento do pragmatismo político do “todo poderoso” Pinheiro Machado, tornando remota a possibilidade de triunfar nos futuros pleitos eleitorais. Nesse sentido, o capital político de Moniz Freire definhava paulatinamente por derrotas cruciais, inviabilizando um possível retorno ao protagonismo político no cenário estadual e, consequentemente, sustentáculo para novo mandato legislativo federal, no Senado. Assim sendo, tornando-se um assumido oposicionista liberal e embora tenha sido um dos poucos a conseguir organizar um diretório do Partido em seu Estado (SANTOS, 2012b), a alternativa seguida redundou no lançamento de candidaturas fadadas ao fracasso, de iminente derrota. Estar na oposição é estar fora do sistema.

Afora a derrota indireta em 1912, ao apoiar o nome do militar Getúlio dos Santos à presidência do Estado⁶⁰⁴, Moniz Freire sofreu outros três danos políticos, desde que encerrou seu mandato de senador, em 1915. No mesmo ano, foi derrotado para o Senado, por Domingos Vicente e, ao mesmo tempo, para a Câmara Federal. Para esse último cargo, como contestante da eleição de seu maior adversário, Jerônimo Monteiro, teve negado seu pedido.⁶⁰⁵ Prevaleceram as vagas destinadas aos governistas e a vontade de Wenceslau Braz em empossar outro contestador, o amigo Torquato Moreira (CINTRA, 1936).

A última derrota marcou definitivamente as mortes de Moniz Freire. Em 1918, ele se manteve oposicionista, mas com sérias dificuldades políticas por diversas razões, sendo duas as principais: estava sem apoio político de nenhuma facção do Estado, pois após as eleições de 1916 e a Revolta de Xandoca, a oposição havia praticamente sido dissolvida (BOU-HABIB FILHO, 2007), e, em virtude da polêmica adesão à candidatura de Bernardino Monteiro, também em 1916, ele não encontrava condições de criar um movimento oposicionista que pudesse fazer frente à oligarquia reinante no Estado, pois a maioria das facções que ainda estavam ao seu lado se distanciou dele. Crédito e confiança, ideias-força, todos esses mecanismos do capital político se tornaram insuficientes para evitar a acachapante derrota, novamente para seu maior rival.⁶⁰⁶ A discrepância dos números conotava, por um lado, a hegemonia política da oligarquia Monteiro no Estado e sua capacidade de revertê-la em votos para seus componentes; por outro, significava o distanciamento de Moniz Freire do cenário político estadual, há muitos anos no Rio de Janeiro, e consequentemente sua incapacidade de reestabelecer laços políticos a ponto de desafiar o predomínio político do clã.

Um quadro totalmente adverso às pretensões do ex-senador leva a questionar o que o teria motivado a encarar esse desafio. Talvez a resposta esteja em seu mentor, Rui Barbosa, que se configurava como uma espécie de anticandidato, como forma de denunciar as mazelas da política brasileira e seus porta-vozes, tornando-se, mesmo que derrotado, um anticandidato ou mártir (LYNCH, 2012). Como Moniz Freire havia se reencontrado com o idealismo político, afastando-se, portanto, das alianças situacionistas pragmáticas e de vitórias certas, ele seguia

⁶⁰⁴ Getúlio dos Santos era um militar nascido no Espírito Santo, mas que morava no rio de Janeiro. Essa estratégia buscava apoio dos salvacionistas para derrubar o situacionismo político da família Monteiro no Estado. Cf. Porto (1985), Saletto (2005, 2008) e Santos (2012b).

⁶⁰⁵ Moniz freire pleiteou a vaga de Jerônimo Monteiro à Câmara dos Deputados por ser ele um dos diretores da Companhia Brasileira de Minas, fundada em setembro de 1912 para usufruir do contrato federal de concessão de exploração das areias monazíticas por 14 anos. Cf. *O Cachoeirano* (27 jun. 1915).

⁶⁰⁶ Nas eleições para o Senado federal, em 1º de março de 1918, Jerônimo Monteiro obteve 6.254 votos e Moniz Freire, apenas 670 (SANTOS, 2012b).

pelo mesmo rumo, pois pretendia deixar claro que havia alternativa à oligarquia dominante, com a qual também usou a candidatura para demonstrar que não havia se reconciliado.

Pari passu ao enfraquecimento político, o definhamento físico o levou a óbito, apenas um mês após a derrota nas urnas. A morte física acompanhava a morte política. Cessava-se a pequena chama de poder político, mas não do simbólico.

As representações que Moniz Freire suscitava foram de prestígio, admiração e respeito. Em 1916, por exemplo, no momento em que manifestou apoio a Bernardino Monteiro, os decepcionados aliados definiam-no como portador de “[...] respeitabilidade de caráter e retidão de desígnios” (O CACHOEIRANO, 29 jan. 1916, p. 1), enquanto os governistas, positivamente surpresos com a adesão, publicaram diversas reportagens e comentários elogiosos, exaltando a surpreendente atitude. Não por acaso, ela foi assunto em diversas edições do jornal governista que, outrora ferrenho crítico à figura, exaltava-o, pois “[...] com o seu brilhante manifesto, fez-se por mais um título, credor da inconfundível gratidão dos seus conterrâneos” (DIARIO DA MANHÃ, 29 jan. 1916, p. 2).

Admirados ou decepcionados, muitos identificavam com admiração e respeito o capital simbólico ainda presente no antigo oligarca e que perpassa os tempos, atravessando décadas. Atualmente, aliados políticos ou mesmo rivais compartilham impressões positivas, constituídas a partir dos frutos oriundos das representações que seu capital simbólico plantou no imaginário social.

Em caráter de exemplo, temos as palavras dos dois últimos governadores do Espírito Santo. Paulo Hartung o definiu como arauto do futuro, visionário, personagem histórico de grande importância, tendo como maior obra a “[...] construção das bases do Espírito Santo moderno, institucional, política e economicamente falando” (2012, p. 17); já Renato Casagrande asseverou que o personagem “[...] continua sendo uma inspiração permanente para todo homem público que assume o compromisso de defender as instituições e promover o conhecimento, a cidadania e a prosperidade do nosso povo” (2013, p. 13).

Naturalmente, o poder simbólico de Moniz Freire, sempre ancorado nos capitais heroico e de notoriedade, tinha limitações. Ele foi incapaz de manter o controle oligárquico outrora exercido, dentro daquela realidade em que o pragmatismo político imperava sob o manto do coronelismo e de todo o sistema de troca de favores. Logo, não evitou o desgaste natural de sua autoridade política. Um poder *per se*, para contrastar a eficácia dos adversários

contemporâneos, demasiado fraco, mas forte para permanecer no imaginário social de seus sucessores, e garantir a imortalidade do personagem histórico, um século depois.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como propósito analisar, pelo viés social, as relações políticas existentes no interior de uma oligarquia, emergente no limiar da Primeira República, no Espírito Santo. Trata-se do grupo liderado por José de Melo Carvalho Moniz Freire, importante personagem histórico no momento em que o país passava por importantes transformações, sobretudo políticas.

Ao longo desse trabalho, estudar o mencionado grupo se confundiu com a própria história da vida pública de Moniz Freire, considerando-se o papel vital que ele exerceu dentro do Partido Republicano Construtor. A singularidade de sua figura influenciou diretamente nos desdobramentos do processo político-partidário das duas primeiras décadas do novo regime, tendo ele sido principal oligarca e presidente do Estado em dois mandatos.

Naturalmente, não realizamos uma narrativa biográfica pautada nos grandes feitos de grandes figuras, característica marcante da velha história política. Fazer uma biografia não foi nosso objetivo. Aliás, ela já foi realizada — o que não inviabiliza a produção de futuras obras — e dela nos apropriamos como subsídio para enriquecer nosso trabalho. Sob a perspectiva da centralidade analítica em Moniz Freire, investigamos as relações políticas construídas no seio da elite política espírito-santense, ao longo da sua vida pública, conforme recorte delimitado (1881-1918).

Tendo como pano de fundo o Espírito Santo, Estado periférico no conjunto da federação brasileira, intentamos contribuir para o preenchimento de uma lacuna na historiografia brasileira, acerca do papel desempenhado por elas, levando-se em conta a vasta bibliografia existente sobre as elites políticas de unidades federativas ditas protagonistas, a saber, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; de modo um pouco mais modesto, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Destoamos do esquematismo analítico acerca das oligarquias, que atrelava as classificações ao papel político e econômico desempenhado pelos Estados nos cenários nacional e internacional. A classificação mais aceita gira em torno, por um lado, de oligarquias estruturadas em partidos políticos consolidados e colegiados, cujos Estados teriam protagonismo econômico e político no país; e, por outro, de oligarquias personalísticas e familiares em Estados de economia voltada ao mercado interno e fraco papel desempenhado no cenário político nacional. Apresentamos, em contrapartida, uma investigação estruturada no diálogo com a teoria social, analisando as formas de dominação pelo caráter simbólico,

obviamente sem perder de vista o sistema político coronelista que amparava os atores políticos, mormente os situacionistas, pois apenas o poder simbólico foi insuficiente para perpetuar a liderança oligárquica, conforme se observa na trajetória política de Moniz Freire.

Assim sendo, a leitura de Max Weber e Pierre Bourdieu foi imprescindível. Ela serviu para fundamentar a tese defendida nesse estudo: Moniz Freire exerceu sobre uma parte da elite política do Espírito Santo uma liderança oligárquica, estruturada em uma dominação carismática. Para tanto, destrinchamos a noção de dominação carismática a partir da análise dos conceitos de dominação e carisma, os quais o sociólogo trabalha em diversas obras. Trata-se de um carisma de tipo não puro, e de viés político, que no Ocidente moderno é representado pela figura do livre demagogo, pertencente a um partido político, de fraco vínculo ideológico. Não possui caráter messiânico, embora tenhamos encontrado ao longo da pesquisa analogias religiosas de seu poder simbólico: Moniz Freire foi comparado a messias, bezerro de ouro, ídolo de gesso, papa, entre outras representações.

A partir da fundamentação teórica weberiana, elaboramos sub-hipóteses que corroboram a hipótese central, sendo elas comprovadas ao longo da tese. A primeira apresentada informa que, ao adentrar o período republicano, Moniz Freire já havia angariado um poder simbólico fundamentado no capital político de notoriedade e no capital político heroico, emergente a partir de sua curta, mas consubstanciada, trajetória política de quase uma década (1881-1889), edificada principalmente sobre um discurso de afirmação regional, que tinha suas raízes no início do século XIX. Tal discurso era fundamentado em alguns pilares: aumento da população, por intermédio do fomento à imigração estrangeira; por conseguinte, aumento da produção, com a alocação dos novos habitantes em regiões produtivas; ampliação das vias de comunicação, sobretudo com a criação de uma malha ferroviária que seria irrigada por outra, a rodoviária; estabelecimento de uma sólida comunicação terrestre com a hinterlândia mineira e, assim, de vínculos econômicos, trazendo para o Espírito Santo os produtos a serem exportados pela região vizinha; libertação do comércio exterior da província da centralização estabelecida pelo porto do Rio de Janeiro e, finalmente, consolidação do protagonismo político e econômico da capital, centralizando nela as principais vias de comunicação, os núcleos de imigrantes, a produção e a exportação do Espírito Santo. Sua atuação como deputado provincial, como jornalista e como membro de associações, possibilitou que as ideias por ele defendidas fossem mais facilmente compartilhadas pela elite política local, inclusive pelas facções de partidos adversários, em sua primeira década de vida pública.

A segunda sub-hipótese trata da sua ascensão ao posto de chefe da oligarquia dominante no Estado, a partir da crença, ancorada em um conjunto de representações e um fortalecimento de seu capital heroico, de que ele seria o salvador para enfrentar a crise de legitimidade instaurada no cenário político do país e do Estado, nos primeiros anos da República. O resgate do capital heroico, construído nos primeiros anos de vida pública foi fundamental, bem como a rede de alianças estabelecida no Espírito Santo, com os principais republicanos históricos, destacando-se Afonso Cláudio.

A terceira diz respeito ao auge da dominação carismática de Moniz Freire e consequentemente de sua liderança oligárquica, uma dependente da outra. A realização de um governo repleto de recursos financeiros, até então inéditos nos cofres públicos do Espírito Santo, permitiu que ele realizasse um plano administrativo audacioso, sustentado na euforia de então e em expectativas futuras de ampliação de receita. Tal plano era a materialização do desejo de afirmação regional, outrora defendido, e atuou como uma faca de dois gumes: em curto prazo, ampliou o crédito e o carisma de seu governante; a médio e longo prazo, serviu de subsídio para responsabilizá-lo pela grave crise financeira que o Estado iria atravessar, a partir de 1897, contribuindo para o enfraquecimento do seu poder simbólico.

Isso nos leva à última sub-hipótese. Ela se refere à debacle da liderança de Moniz Freire, amparada no seu duplo enfraquecimento. Ele era simbólico, pois suas ideias-força perdiam eficácia à proporção que aumentavam as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, na medida em que seu segundo governo não alcançava os prognósticos e as expectativas de ser ele o único capaz de solucionar tais problemas; e político, pois rompeu com o presidente do Estado, Henrique Coutinho, e com o situacionismo político, perdendo a chefia oligárquica do Espírito Santo e a capacidade de controlar o resultado das eleições. Ambos os enfraquecimentos passaram a se influenciar mutuamente, no decorrer dos últimos anos de vida pública do personagem, mas foram incapazes de dirimir por completo o seu poder simbólico.

Para fundamentar essas sub-hipóteses, alguns autores foram de grande importância. Pierre Bourdieu nos serviu de amparo para uma leitura mais aprimorada de Weber. Isso foi possível pelo diálogo que ele estabelece com o sociólogo alemão, o que lhe permitiu elaborar uma análise sobre o conceito de capital político, uma das modalidades do poder simbólico. Já Roger Chartier, por sua vez, contribuiu de duas maneiras: com a noção de “representações sociais”, pois por elas identificamos as construções imagéticas acerca de Moniz Freire, tanto

por aliados, quanto por adversários políticos, e com o esquema apropriação-representação-circulação, pelo qual foi possível compreender de que modo os episódios e os fatos eram transformados em construções representativas de Moniz Freire e colocadas em circulação pelos periódicos, em especial os de Vitória. As cartas escritas ao imperador — pelas quais ele denuncia o descaso com a então Província e defende os anseios políticos e econômicos regionais — foram um bom exemplo de como esse esquema nos auxiliou na compreensão da formação do seu capital heroico.

Outro a contribuir foi Raoul Girardet, com o estudo sobre o mito político do salvador e sobre o fenômeno conhecido como crise de legitimidade. Essas noções foram fundamentais porque identificamos esse processo de instabilidade no recorte temporal analisado e o despontar da figura de um salvador capaz de dirimi-la. Moniz Freire despontou como a figura de salvador, detentor de capital heroico, em pelo menos duas oportunidades, que o levaram por duas vezes a assumir o governo do Estado (1892 e 1900) e a pacificar o Partido (em 1897 e 1899). Quando protagonista da crise de legitimidade, a última que assolou os *construtores*, concorreu para — em médio prazo — extinguir o Partido e promover sua debacle política.

As construções imagéticas foram identificadas, sobretudo em impressos, jornais e revistas, os quais representam a principal modalidade de fonte trabalhada. Fizemos uso tanto de materiais produzidos por aliados quanto por adversários. Isso se explica pela necessidade que tivemos de captar as representações partidas de distintos pontos de vista, do que pudemos concluir, por diversas vezes, uma sintonia em torno do reconhecimento do poder simbólico de Moniz Freire, tanto por seus seguidores, quanto por dissidentes ou históricos rivais. Como se trata de uma análise no interior da elite política, os jornais tiveram serventia na medida em que serviram de instrumentos de comunicação por ela utilizados.

Ainda em relação às fontes, os documentos oficiais também foram aproveitados. Pelos relatórios e anais do Poder Legislativo, foi possível mensurar as construções imagéticas e os desdobramentos políticos da liderança exercida por Moniz Freire. Observamos o fabrico de representações e de deferência em relação ao chefe político, pistas preciosas para corroborar as hipóteses em questão. Pelo imaginário coletivo, identificamos símbolos e significados atrelados ao personagem. No cotidiano do Congresso Legislativo Estadual constatamos homenagens, manifestações de apreço e total deferência às vontades do oligarca, o que lhe deu totais condições de estabilidade política para governar.

O manuseio das fontes implicou o uso de metodologia que atendesse à nossa demanda. A Retórica, como chave de leitura, foi necessária na percepção dos instrumentos discursivos utilizados por Moniz Freire como estratégia de convencimento. Desse modo, a análise dos instrumentos de Retórica foi feita com maior assiduidade nas Seções iniciais, em que analisamos a formação do capital heroico do personagem em questão. A Retórica serviu de base na produção de metáforas, analogias, hipérboles, entre outras figuras de linguagem, atuando como estratégia de convencimento pelo portador do discurso. Elas contribuíram para formar em torno desse ator crédito e confiança, *pari passu* com realizações que o aproximavam do heroísmo, nos mais distintos cargos políticos que ocupou.

De igual valor foi o emprego que fizemos da análise de conteúdo. As palavras encontradas — conforme sua conveniência ao assunto — foram quantificadas, merecendo destaque aquelas que apareceram em maior quantidade nos discursos responsáveis pela produção ou reprodução do imaginário coletivo em torno de Moniz Freire e de sua liderança. As palavras traziam em seu bojo representações que conotavam o reconhecimento do poder simbólico do oligarca, tanto por aliados quanto por adversários. Elas são retratadas enfaticamente na última parte da tese, quando o personagem se torna o principal ator político do Estado.

Quanto às Seções, a divisão estabelecida foi crucial no ordenamento da hipótese central, bem como das sub-hipóteses. A organização condiz com a trajetória de Moniz Freire na vida pública, sendo suas delimitações estabelecidas a partir de fatos que acarretaram significativas transformações nos desdobramentos de sua trajetória, isso sem perdermos de vista a repercussão que teve no Espírito Santo os movimentos e episódios ocorridos no país, como a proclamação da República, revoltas subsequentes, eleições federais, divergências oligárquicas, tentativas de intervenção federal. Eles interferiram no percurso da elite política estadual. Logo, o Brasil repercutia no Espírito Santo, possibilitando ao Estado “permanecer” no Brasil ao ressoar seus acontecimentos, mas com suas peculiaridades.

O último ponto a destacar leva-nos a reiterar a importância do diálogo com a teoria social, enfatizando o caráter simbólico, portanto, social, das relações políticas. Uma análise que prima pela aproximação entre as emoções, ou seja, os sentimentos, e a política é imprescindível para compreendermos de forma mais eficaz a diretriz político-partidária brasileira. Em primeiro lugar, porque evita que nos rendamos a esquematismos generalizadores, míopes às vicissitudes e complexidades da política brasileira. Por exemplo, quando se ignora o poder simbólico de diversos líderes políticos, não se leva em consideração

a experiência vivida de certos atores e, de outros, a real dimensão do seu protagonismo. Em segundo lugar, porque nos permite encontrar subsídios mais aprimorados para compreendermos o tumultuado momento político vivido pelo país, no qual sentimentos de ódio, raiva, indignação, devoção, contribuem para enfraquecer a *res publica*.

Concordamos com Angela de Castro Gomes e Martha Abreu sobre a necessidade de haver uma revisão, um contínuo reencontro com a historiografia dos primórdios da República brasileira para identificar a importância e a riqueza do debate de ideias, bem como as ações políticas experimentadas nesse momento. É preciso, à luz de novas fontes e informações, enriquecer o mosaico interpretativo — nem sempre harmônico — acerca desse período, que muito tem a nos dizer, ainda, sobre o comportamento das nossas elites políticas do presente. É por essa via que seguimos.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

a) Documentos oficiais

BRASIL. Ministério da Guerra. *Almanak do Ministerio da Guerra no anno de 1887 organizado na Repartição do Ajudante General sendo chefe desta repartição o Exmo. Sr. Marechel de Exercito Conselheiro de Guerra Visconde da Gavia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados*, volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>.

BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados*, volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>.

BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Terceira Sessão da Quinta legislatura. Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>.

BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Terceira Sessão da Quinta legislatura. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906c. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>.

BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Sessões de 1 a 31 de agosto de 1908. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909a. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>.

BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Sessões de 1 a 31 de dezembro de 1908. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>.

BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Sessões de 1 a 30 de junho de 1909. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909c. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>.

BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Sessões de 1 a 31 de agosto de 1911. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório do ano de 1911 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

ESPÍRITO SANTO (Província). Assembleia Legislativa. *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo organizados sob a responsabilidade do tachygrapho Sebastião*

Mestrinho na 1ª sessão ordinária da 25ª legislatura em 22 de março de 1883. Victoria: Typ. d'A Província do Espírito Santo, 1882.

ESPÍRITO SANTO (Província). Assembleia Legislativa. *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo organizados sob a responsabilidade do tachygrapho Sebastião Mestrinho na 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura em 21 de março de 1883.* Victoria: Typ. d'A Província do Espírito Santo, 1883.

ESPÍRITO SANTO (Província). Assembleia Legislativa. *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo organizados sob a responsabilidade do tachygrapho Sebastião Mestrinho na 2ª sessão ordinária da 26ª legislatura em 22 de outubro de 1885.* Victoria: Typ. d' A Província do Espírito Santo, 1885.

ESPÍRITO SANTO (Província). Assembleia Legislativa. *Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo organizados sob a responsabilidade do tachygrapho Sebastião Mestrinho na 1ª sessão ordinária da 28ª legislatura em 9 de julho de 1888.* Victoria: Typ. da Folha da Victoria, 1888.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na 1ª Sessão ordinária a 1ª Legislatura, no Governo Republicano Federativo Installada em 9 de Setembro de 1892* (Triennio de 1892 a 1894). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1892a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *I* (Sessão ordinária de 1894). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1894a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (Sessão ordinária de 1895). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1895a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (Sessão ordinária de 1896). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1896a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (Sessão ordinária de 1900). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1900a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (Sessão ordinária de 1901). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1901a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (Sessão ordinária de 1902). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1902a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa. *Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo* (Sessão ordinária de 1903). Victoria: Typ. do “Estado do Espírito Santo”, 1903a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Constituições do Estado do Espírito Santo*. Vitória: s/n, 1951. (Série “Publicações do Arquivo do Estado do Espírito Santo”, v. 4)

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Discurso pronunciado pelo exmo. sr. dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte*. Vitória: Typographia do Estado, 1892b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1893.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1894b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1895b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1896b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). *Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1896c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). *Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1896c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). *Mensagem do Exmo. Sr. Vice-Presidente do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 15 de setembro de 1897, juntamente com o relatório do Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1897.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Terceira Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire*. Vitória: S.n., 1900b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 28 de Setembro de 1901*. Vitória: Typographia Comercial de Aleson Costa & Comp., 1901b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 2 de Outubro de 1902*. Vitória: Papelaria e Typographia do Estado do Espírito Santo, 1902b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 22 de Setembro de 1903*. Vitória: Papelaria e Typographia do Estado do Espírito Santo, 1903b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1904-1908: Coutinho). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Quinta Legislatura pelo Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 9 de outubro de 1906*. Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1906.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1904-1908: Coutinho). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da Sexta Legislatura pelo Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 7 de setembro de 1907*. Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1907.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura*. Vitória: S/n, 1919.

b) Livros e Artigos

BABO JÚNIOR, L. *Estado do Espírito Santo. Patriotismo e justiça*. Rio de Janeiro: Typ. Cruzeiro, 1911.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983 (Coleção Temas Brasileiras, 29).

CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura Espírito-santense*. Rio de Janeiro: Xerox, 1981. Edição fac-similar.

CLÁUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. *Cartas a S.M. O Imperador*. 2.ed. Vitória: IHGES, 2012. Cadernos de História n.49.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. Carta de Muniz Freire ao jornalista Pessanha Póvoa. In: SANTOS, Estilque Ferreira dos (org.). *Escritos políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013a.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. Positivismo e Moral. In: SANTOS, Estilque Ferreira dos (org.). *Escritos políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013b.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. Trabalho livre I. In: SANTOS, Estilque Ferreira dos (org.). *Escritos políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013c.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. Trabalho livre II. In: SANTOS, Estilague Ferreira dos (org.). *Escritos políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013d.

NABUCO, Joaquim. A guerra chilena e o militarismo no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; BETHELL, Leslie; SANDRONI, Cícero. *Joaquim Nabuco: correspondente internacional (1882-1891)*, v. 2. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2013a.

NABUCO, Joaquim. De Buenos Aires II. In: CARVALHO, José Murilo de; BETHELL, Leslie; SANDRONI, Cícero. *Joaquim Nabuco: correspondente internacional (1882-1891)*, v. 2. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2013b.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 4.ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. (Dimensões do Brasil).

ROMERO, Silvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

ROMERO, Silvio. *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910.

SIQUEIRA, Francisco Antunes da. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Florecultura; Cultural-ES, 1999 (Coleção Vestígios).

c) Dicionários

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. 8.ed. (revista e melhorada). V.I. A-E. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense de A.A. da Silva Lobo, 1891a.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. 8.ed. (revista e melhorada). V.II. F-Z. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense de A.A. da Silva Lobo, 1891b.

d) Periódicos e Revistas

A Federação – 1905, ano 22, n. 212.

A Notícia – 1905, ano 12, n. 127.

A Pátria – 1881, ano 24, n. 23.

A Província do Espírito Santo – 1882/1889.

A Rua – 1916, ano 3, n.8.

Commercio do Espírito Santo – 1892/ 1910.

Correio Paulistano – 1891, ano 37.

Diário de Pernambuco – 1905, ano 81, n. 230.

Folha da Victoria – 1883/1889.

Fon Fon – 1909/ 1911.

Gazeta da Tarde – 1895, ano 16.

Gazeta de Notícias – 1891, ano 17, n. 36.

Jornal da Victoria – 1864.

Jornal do Brasil – 1891/1896.

Jornal Official – 1905/1908.

Le Siècle – 1894, ano 59, n. 21.518.

Minas Gerais – 1893/1894.

O Abolicionista – 1880, ano 1, n.2.

O Álbum – 1894, ano I, n 49.

O Cachoeirano – 1883/1910.

O Espírito-Santense – 1880/1889.

O Estado do Espírito Santo – 1890/1910.

O Malho – 1904/ 1916.

O Norte do Espírito Santo – 1891.

O Paiz – 1885, ano 2, n.151.

Revista Ilustrada – anos 5 e 16.

e) Sítios eletrônicos consultados

Câmara dos Deputados

Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acesso em 12 set. 2014.

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>>. Acesso em 18 jul. 2015.

Palácio do Planalto:

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm>. Acesso em 12 set. 2014.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 02 out. 2014.

Hospital Central do Exército

Disponível em <<http://www.hce.eb.mil.br/index9.php>>. Acesso em 21 mai. 2015.

Supremo Tribunal Federal

Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?presidente=&periodo=stf>>. Acesso em 26 mai. 2015.

Tribunal Regional Eleitoral

Disponível em <<http://www.tre-ba.jus.br/arquivos/tse-legislacao-historica-eleitoral-brasil-republica>>. Acesso em 26 mai. 2015.

Fundação Oswaldo Cruz

Disponível em <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/oswaldo-cruz>>. Acesso em: 5 ago. 2016

f) Depoimento

ABOUDIB, Pedro José. Coronel Pedro José Aboudib (1873-1949). Depoimento a Indá Soares Casanova. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n.48. Vitória: IHGES, 1997. p.71-92.

OBRAS DE APOIO

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República*. 1889 a 1917. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da Republica, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional. v.1. São Paulo: M. Abranches, 1918a.

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República*. 1889 a 1917. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-Presidentes da Republica, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional. v.2. São Paulo: M. Abranches, 1918b.

ACHIAMÉ, Fernando. *Esquadro e compasso em Vitória: Álbum da Loja Maçônica União e Progresso*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2010.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *Desilusão Republicana – percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto*. 2008. 340 f. Tese

(Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995*. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

AYALA, Maria Blanca Deusdad. *El carisma político em la teoria sociológica*. Tese. 2001. 391 f. (Doutorado em Teoria Sociológica) – Programa de Doctorado en Estructura e Canvi Social, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2001.

BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. *Sociologia & antropologia*. V.01.01: 51-70, 2011.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Salles*. 2004. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos: estudo sobre a cultura política do Espírito Santo*. 2.ed. ampl. Vitória: EDUFES, 2011.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Thiago Zanetti de. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)*. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Anarquistas, rusquentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial*. 2000. 303 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BASÍLIO, Marcello A.S. *A vida e a obra de Moniz Freire*. Vitória: [s.n.], 1961.

BASTOS, Aurélio Wander. O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *O balanço do poder – formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.: IUPER, 1990. p.35-53.

BASTOS, Fabiola Martins. *A política na antessala do Parlamento: Imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889*. 2016. 472 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2016.

BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo (1835-1889)*. Vitória: Leoprint, 1984a. (v.I, t.I).

BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo (1835-1889)*. Vitória: Leoprint, 1984b. (v.I, t.II).

BITTENCOURT, Gabriel. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto. [et.al.]. *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004a.2.v.

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto et.al. *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004b.2.v.

BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leila (org.). *Do Positivismo à desconstrução: ideias francesas na América*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: TRINDADE, Héglio. *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. A oligarquia Monteiro. In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. Vitória: Flor&cultura, 2012.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. *A Revolta de Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no Espírito Santo (1916)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRITO, Eliane Maria. *A romanização do Espírito Santo: Dom João Nery (1896-1901)*. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O novo arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CAMURÇA, Zélia Sá Viana. Carisma e liderança no contexto de autoridade e poder. *Revista do Instituto de Ceará*. Vol.100. Fortaleza: Editora UFC, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representação: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000. (Coleção Textos do Tempo). p. 227-267.

CAPRINI, Alderis Braz Amorim. *O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o Coronel Antonio Duarte (1889 a 1915)*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representação: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000. (Coleção Textos do Tempo).

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

CARONE, Edgard. *A República Velha: 1. Instituições e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.

CARONE, Edgard. *A República Velha: 2. Evolução política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1983.

CARONE, Edgard. Oligarquias: definição e bibliografia. *Revista de Administração de empresas*. Rio de Janeiro: Jan/mar 1972.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*: revista de História, n.1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.p.123-152.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção O Brasil e o Mundo).

CHACON, Valmireh. *História dos partidos políticos brasileiros*. Discursos e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3.ed. ampliada e atualizada, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002 (Coleção Memória e Sociedade).

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

CINTRA, Assis. *Os Escândalos da 1ª República*. “Crítica e história”. São Paulo: Empresa Editora J. Fagundes, 1936.

COIMBRA, Rogério. Hino Espírito-Santense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n.55. Vitória: IHGES, 2001. p.7-18.

COLARES, Camila; ADEODATO, João Maurício. A obra de Sílvio Romero no desenvolvimento da nação como paradigma: da dicotomia entre o positivismo e a metafísica à adoção do evolucionismo spenceriano na transição republicana. *Prima Facie*, João Pessoa, v.10, 19, ano 10, jul-dez, 2011, p.36-66. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/index>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: de 1870 a 1930. v.V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *Oligarquia e processos de oligarquização: um problema institucional das organizações*. p.16. Disponível em: <<http://cepesp.fgv.br/pt-br/node/206>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010a. (Coleção Canãa, v.12).

DAEMON, Ticiano Corrêgio; DAEMON, tenente. Traços biográficos. In: DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010b. (Coleção Canãa, v.12).

DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIFONZO, Nicholas. *O poder dos boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam et al. Representação política no Império: crítica à ideia do falseamento institucional. In: GURZA LAVALLE, Adrian. *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Editora Unesp: Cebrap: CEM, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano: estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva*. 2012. 456 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DULCI, Otavio Soares. Prefácio. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1970.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta*. A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865). Petrópolis: Vozes, 1982.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Poder Judiciário. *História do Poder Judiciário no Espírito Santo*. Vitória: s.n., 1985.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15.ed. São Paulo: Globo, 2000.v.2.

FAUSTO, Boris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República, 1889-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. v.V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002a.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10.ed. São Paulo: Edusp, 2002b.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERNANDES, Paula Rejane. *A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005*. 2014. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.265-271, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PEÇANHA, Nilo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s/d a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 26. out. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Le système politique sous la Première République: un bilan des principales générations historiographiques. In: ROLLAND, Denis; SANTOS, Marie-José Ferraira Dos; RODRIGUES, Simele. (Org.). *Le Brésil: territoire d’histoire Historiographie du Brésil contemporain*. 1ed. Paris: L'Hartmattan, 2013, v. 1, p. 27-49.

FLORES, Helio. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRAGA, Christiano Woelffel. *A maçonaria no Espírito Santo: Loja União e Progresso*. Vitória: [s.n.], s/d.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República* (Afrânio de Melo Franco e seu tempo). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v.1 3, n. 26, p. 1-14, 2009.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. As festas romanas. *Revista de Estudos do Norte Goiano*, v. 1, p. 26-68, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GROSSELI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v.6).

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, b.2, p. 969-975.

GURGEL, Antonio de Pádua. *História da Justiça no Espírito Santo*. v. II. Da República Velha à Era da Cidadania. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2014.

HAHNER, June. *Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975.

HARTUNG, Paulo. Prefácio. Estadista capixaba. In: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Muniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012b.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República no Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é história, n.13).

JUNQUEIRA, Eduardo. LUCENA, Henrique Pereira de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV

CPDOC, s/d a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 27. Mai. 2015.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)*. Curitiba: Juruá, 2010. (Biblioteca de História do Direito).

KOERNER, Andrei. O poder Judiciário no sistema político da Primeira República. *Revista USP*. São Paulo, v. 21, p. 58-69, 1994.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 (coleção Documentos Brasileiros, v. 200).

LESSA, Renato. A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LESSA, Renato. Prefácio. Uma redescoberta da Primeira República Brasileira. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

LEAL, Elisabete da Costa. Floriano Peixoto e seus consagradores: um estudo sobre cultura cívica republicana (1891-1894). *Revista Estudos Políticos*: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 229 – 247, dez. 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEAL, Victor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados*, v.23.n.1, 1980.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LINDHOLM, Charles. *Carisma: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1993.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. (Edições do Senado Federal; v.48).

LOVE, Joseph. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgina C. (orgs.). *República, liberalismo e cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

LUSTOSA, Isabel. Caricatura. In: AVRITZER, Leonardo [et.al.] (org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

LYNCH, Chistian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LYNCH, Chistian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República brasileira (1870-1891). *Historia Constitucional*. n.12. Oviedo, Espanha: Universidad de Oviedo, Septiembre, 2011. p. 296-325.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolo. *O Príncipe*. Porto Alegre: LPM, 1998.

MAESTRI, Mário. Os Positivistas Ortodoxos e a Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História Militar*, ano II, n.4, p. 1-23, 2011. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM4.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2014.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das “Comissões Verificadoras de Poderes”* (Estabilidade e dominação política, 1894-1930). 1986. 203 f. Dissertação (Mestrado

em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

MATTEDI, José C. *História da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2011. (Estudos Históricos, 10).

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Editora Senzala, s/d.

MIRANDA, Julia. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

MONJARDIM, Leonardo. *História política da Família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MONTALVÃO, Sergio. NOTICIA, A. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC, s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MONTEIRO, Hamilton de Matos. *Brasil República*. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1994 (Série Princípios).

MORAES FILHO, Evaristo de. O pensamento político-social de Sílvia Romero. In: CENTRO de Documentação do Pensamento Brasileiro. *Sílvia Romero 1851/1914: bibliografia e estudos críticos*. Salvador: s/n, 1999. Disponível em: <<http://www.cdpc.org.br/silvia%20romero.pdf>>. Acesso em: 02 jan.2014.

MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no Processo de Construção do Império do Brasil. *Revista Estudos históricos*. n.24, p. 1-19 ano 1999/2. Disponível em <www.cdpc.org.br/revista/asp/dsp_edicao.asp>. Acesso em 23 nov.2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2.ed. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOVAES, Izabel Cristina. *República, escola e cidadania: um estudo sobre três reformas educacionais no Espírito Santo*. 2001. 180 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da

Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

NOVAES, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro: sua vida, sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo: Secretaria de Estado do Cultura, 2008 (Coleção Canaã, v.8).

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, Amancio. *Homens e cousas Espírito-Santenses*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914.

PEREIRA, Fernando Cleto Nunes. *Senador Cleto Nunes Pereira: 150 anos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2005.

PEREIRA, Heráclito Amancio. História da imprensa capixaba. *Revista do IHGES*, n.3, 1922, p.28-40.

PEREIRA, Heráclito Amancio. História da imprensa capixaba. *Revista do IHGES*, n.5, 1926, p.41-80.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Surama Conde Sá. Revisitando o Nilismo. In: CÔRTE, Andréa Telo da. (Org.). *Anais do Colóquio Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2010, v. 1, p. 74-95.

PINTO, Surama Conde Sá. Sobre a lógica do funcionamento dos partidos políticos nos sistemas oligárquicos: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. *Lusíada*. Série de História (Lisboa), v. 9/10, p. 231-251, 2013.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, José da Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM/ Brasília: INL, 1985.

PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a interiorização da capital*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “primeira grandeza”*: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896). 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Afonso Cláudio*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007 (Coleção Grandes nomes do Espírito Santo).

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Eleições na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2010, Recife. *Anais...* Recife Associação Brasileira de Ciência Política, 2010.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e José Almino Alencar. (Org.). *A Primeira República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. 1ed. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016, v. , p. 101-116.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vo. 57, n.2, 2014, pp.443 a 479.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo – 1847-1896*. Dissertação. 1984. 163 f. (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada Ferro de Vitória a Minas: 1890-1940*. 1976. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. *Dos velhos aos novos coronéis – um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República da Espada: a primeira década republicana e o florianismo*. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALETTTO, Nara. *A política capixaba na Primeira República*. 2008 (inédito).

SALETTTO, Nara. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da primeira república*. 2005 (inédito).

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SALETTTO, Nara; ACKERMANN, Silvia. AGUIRRE, Antonio Gomes. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (18890-1930)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, s/d a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 13. Mai. 2014.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *O mandonismo mágico do sertão: corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais – 1856 – 1931*. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2013.

SANTOS, Adilson Silva. *Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913)*. Cachoeiro de Itapemirim: Editora Cachoeiro Cult, 2012a.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas*. Vitória, ES: Câmara Municipal de Vitória, 2014a (V.1 – A trajetória de uma das primeiras câmaras do Brasil).

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *História da Justiça no Espírito Santo*. v. I. Do Tribunal da Inquisição ao tribunal de Justiça. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2014b.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Muniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012b.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Resumo biográfico de Muniz Freire. In: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. (org.). *Escritos políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013a.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n.17, p. 47-68, 2005.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Curso de Oratória e Retórica*. 9.ed. São Paulo: Livraria e Editora Logos Ltda, 1962.

SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. *Honório Lemes: um líder carismático*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

SANTOS, Noronha. *Florianópolis: memórias e documentos*. v. II: A Revolução de 1891 e suas consequências. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Ministério da Educação, 1939.

SANTOS, Samuel Martins dos. *Paradoxo da Primeira República no Brasil: entre a ordem jurídica e a identidade nacional*. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.56, n.1, 2013b, pp. 9 a 37.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição: 1875-1901*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

SCHWAB, Affonso; FREIRE, Mário Aristides. *A irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo*. Vitória: arquivo Público Estadual, 1979. (Coleção Mário Aristides Freire, volume II).

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. Representação e cooptação política no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1970.

SCHWARTZMAN, Simon. Um enfoque teórico do regionalismo político. In: BALÁN, Jorge (org.) *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1974.

SILVA, Izabel Pimentel da. CASTILHOS, Júlio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s.d.a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 13. Mai. 2014.

SILVA, Izabel Pimentel da. MELO, Custódio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s.d.b. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 13. Mai. 2014.

SILVA, Izabel Pimentel da; MACHADO, Pinheiro. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s.d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 13. Mai. 2014.

SILVA, Izabel Pimentel da. WANDENKOLK, Eduardo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, s.d.c. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2>>. Acesso em: 13. Mai. 2014.

SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978 (Brasil ontem e hoje; 7).

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. Vitória: FFCA/SPDC, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870/1940*. Vitória: CODESA/UFES, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011 (Coleção comunicação FAMECOS/PUCRS;46).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: DIAS, Manuel Nunes; MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Corpo e Alma do Brasil).

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História: dossiê história narrativa*, Campinas: IFCH, Unicamp, p.13-39, 1991.

STOPA, Rafaela. *As crônicas de Artur Azevedo na revista literária O álbum (1893-1895)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

SUETH, José Cândido Rifan. *Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira República*: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor&Cultura, 2006.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. Vitória: Flor&cultura, 2012.

TALLON, Miguel Depes. *Spiritu Sanctis: memoralia coronelensis*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999 (Cadernos de História, 22).

TAVARES NETO, José Querino; Taísa Caroline dos Santos Machado. O poder Simbólico da dominação carismática. *R. Fac. Dir. UFG*, V. 32, n. 2, p. 29-38, jul. / dez. 2008

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na Republica Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo e história; 56)

TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2009.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TOPIK, Steven. Revolução burguesa no Brasil? *Revista Brasileira de História*, V. 15, n. 28, p. 151-179, São Paulo, ANPUH – Marco-zero, 1995.

TRINDADE, Hégio. A República positivista: teoria e prática. In: TRINDADE, Hégio. *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Estudos; 57)

VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. *Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo 1860-1880*. Vitória: IHGES, 2013 (Coleção cadernos de História, n.51).

VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras. 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Leya, 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, p. 95-109, 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de História, Juiz de Fora*, v. 3, n.1, p. 84-97, 1994.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro; FIGUEIREDO, Vitor F. As representações e as práticas políticas republicanas de Campos Sales. In: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e José Almino Alencar. (Org.). *A Primeira República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. 1ed. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016, p. 73-101.

WANICK, Flavio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela História: a economia e a política capixabas durante os anos 1928 a 1930*. Vitória: Florecultura, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1997.

WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

WITTER, José Sebastião. *República, política, e partido*. Bauru: Edusc, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 5. ed. Lisboa/Portugal: Editorial Presença, 1999.